Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

Relatório Anual do Governo do Estado

Volume I

Exercício 2016

Governo do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin
Governador do Estado

Márcio França
Vice-Governador

Helcio Tokeshi
Secretário da Fazenda

Roberto Yoshikazu Yamazaki
Secretário Adjunto da Fazenda

Antonio Fazzani Bina
Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda

Índice

Volume I

Situação Econômico- Financeira do Governo do Estado de São Paulo **I - XIV**

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades 1

Poder Executivo 3

Administração Penitenciária 5

Agricultura e Abastecimento 33

Casa Civil 57

Cultura 87

Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Inovação 125

Desenvolvimento Social 167

Direitos da Pessoa com Deficiência 191

Educação 215

Emprego e Relações do Trabalho 241

Energia e Mineração 255

Esporte, Lazer e Juventude 283

Fazenda 297

Governo 341

Volume II

Habitação 369

Justiça e Defesa da Cidadania 387

Logística e Transportes 421

Meio Ambiente 449

Planejamento e Gestão 483

Saneamento e Recursos Hídricos 517

Saúde 551

Segurança Pública 579

Transportes Metropolitanos 599

Turismo 637

Procuradoria Geral do Estado 649

Defensoria Pública do Estado 677

Ministério Público 711

Poder Legislativo

Assembleia Legislativa 717

Tribunal de Contas do Estado 719

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça 723

Tribunal de Justiça Militar 725

Número de Funcionários 727

Nota Explicativa 733

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo

Este documento apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado no ano de 2016, bem como o desempenho dos órgãos de governo quanto à execução de seus programas. O ano foi marcado pelo agravamento da crise econômica e por mudanças institucionais com fortes reflexos na economia. No nível da administração federal e dos governos subnacionais, a crise produziu efeitos negativos sobre as receitas, tornando mais desafiadora a tarefa das administrações públicas de manutenção do equilíbrio fiscal. Apesar desse quadro adverso, o Estado de São Paulo logrou cumprir todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), produziu resultado primário positivo e de acordo com a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e cumpriu com todos os pagamentos devidos, mantendo o nível de prestação de serviços e um elevado patamar de investimentos.

No âmbito da administração federal, houve em 2016 o reconhecimento da fragilidade das contas públicas e a implantação de medidas fiscais e monetárias de natureza restritiva, visando a recuperação do equilíbrio fiscal. O crescimento do Produto Interno Bruto foi negativo em 3,6%, mantendo a tendência do ano anterior, quando o PIB recuou 3,8%[1]. Paralelamente, a economia paulista, que em 2015 havia experimentado uma redução real de seu PIB da ordem de 3,8%, apresentou em 2016 variação negativa de 3,0%[2].

Em 2016, as receitas totais do Governo do Estado de São Paulo alcançaram R$ 191,6 bilhões, representando uma variação nominal negativa de 0,7% e uma variação real negativa em 8,6%[3] em relação ao ano anterior. As receitas tributárias se mantiveram estáveis em termos nominais, mas registraram queda real. O produto da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, principal fonte da receita estadual, atingiu o valor de R$ 121,1 bilhões em 2016, pouco acima dos R$ 121,0 em 2015, o que em termos reais representou queda de 7,9%. O resultado obtido reflete a forte recessão econômica, mas foi também afetado por mudanças recentes na legislação tributária cujos efeitos foram negativos para São Paulo. O IPVA e o ITCMD também apresentaram redução real, da ordem de 5,4% e 10,2 %, respectivamente. A receita decorrente de transferências correntes, majoritariamente devida a transferências recebidas da União, caiu quase 1% em termos nominais e 8,9% em termos reais.

Em janeiro de 2016, em face da trajetória declinante da receita, o Governo do Estado revisou as estimativas que serviram para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que ocorreu em agosto de 2015, e determinou[4] o contingenciamento de R$ 6,9 bilhões do orçamento de 2016, representando 3,3% de um orçamento total de R$ 207,4 bilhões previsto na Lei Orçamentária Anual. Esta medida afetou as despesas de custeio em R$ 3,9 bilhões, os juros, em R$ 900 milhões, e outras despesas não obrigatórias em R$ 2,1 bilhões, principalmente os investimentos. Nesse período foram renegociados ao redor de 926 contratos referentes a serviços de suporte administrativo com vistas à redução dos valores.

As despesas do Governo do Estado atingiram o valor de R$ 192,2 bilhões, comparado a R$ 194,4 bilhões do exercício anterior, o que representou uma redução de 1,1% em termos nominais e de 9,1% em termos reais, portanto redução pouco maior que a da receita total. Cabe destacar que as despesas com pessoal apresentaram redução real de 5,9%, enquanto os gastos com custeio caíram 3,2%, resultado dos esforços de contenção implantados pela Administração sobre os principais itens de despesa.

---

[1] Conforme dados divulgados pelo IBGE: http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3384&busca=1&t=pib-recua-3-6-2016-fecha-ano-r-trilhoes

[2] Valores para o PIB São Paulo divulgados pela Fundação Seade :http://www.seade.gov.br/produtos/pib-trimestral/

[3] Variação real calculada com base no IPCA médio do período; mesma metodologia é aplicada em todos os cálculos de variação real desta seção.

[4] Decreto n° 61.802, de 14 de janeiro de 2016 (Diário Oficial de 15/01/2016).

As despesas com pessoal do Poder Executivo permaneceram dentro do limite permitido pela LRF. Em 2016 estas despesas alcançaram percentual de 46,40% em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), o que representou uma diminuição do ritmo de crescimento deste indicador, que foi 46,28%, 43,98% e 42,03%, em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. As despesas totais com pessoal, incluindo todos os Poderes, alcançou 54,23% da RCL, abaixo do limite, de 60%.

Em termos percentuais, o item de despesa que experimentou a maior redução foi o de juros e encargos da dívida, redução de 34,1% nominais, resultado das negociações com o Governo Federal consubstanciadas pelas mudanças ocorridas nos termos do acordo da dívida dos Estados com a União (Lei 9496/97) propiciadas pela LC 148/14 e a LC 156/16. O novo acordo representou, entre outros benefícios, o alongamento do prazo de pagamento da dívida, a mudança do indexador do saldo, o diferimento das parcelas a vencer ao longo do segundo semestre de 2016 e redução destas até meados de 2018. Ressalte-se, contudo, que no caso do Estado de São Paulo estas medidas não tiveram o mesmo alcance que em outras unidades da federação, pois a redução permitida no pagamento mensal do serviço da dívida foi limitado a R$500 milhões, abaixo do montante total pago por São Paulo. O novo acordo estabeleceu ainda a devolução das parcelas de dívidas vencidas e não pagas em decorrência de mandados de segurança providos pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das discussões quanto à capitalização composta da taxa SELIC para efeito do disposto no art. 3° da LC 148/2014, em até 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos de adimplência contratuais vigentes, vencendo-se a primeira em julho de 2016.

Os investimentos com recursos orçamentários apresentaram redução nominal de 2%, alcançando valor total de R$ 12,3 bilhões em 2016, assim mantendo o mesmo patamar elevado do ano anterior. Na comparação com anos anteriores a 2015, observa-se uma redução no nível de investimentos, a qual está associada a vários fatores, entre os quais cabe destacar a menor disponibilidade de recursos de operações de crédito para a execução dos investimentos planejados e a política de contenção do gasto seguida pelo Governo do Estado visando o equilíbrio fiscal.

A administração fiscal responsável e o controle das despesas continua sendo uma das características da administração pública paulista, o que lhe permite manter em dia o pagamento de seus servidores e fornecedores, traduzindo-se em ausência de interrupções na provisão de serviços à população do Estado.

Em paralelo à contenção da despesa, o Governo do Estado continuou a desenvolver iniciativas destinadas ao aprimoramento da gestão, à modernização dos procedimentos gerenciais, à adaptação dos registros contábeis ao novo Plano de Contas do Setor Público, bem como à melhoria do controle e da fiscalização tributária em todo o território do Estado. Dentre as iniciativas citadas cabe destacar, pela sua contribuição à geração de receita, a racionalização da cobrança administrativa do IPVA e a entrada em vigor, em 2016, da norma relativa à mudança no prazo de recolhimento do ICMS (Decreto 61.217/2015).

Em um quadro de continuada retração da economia e concomitante perda de receita, o Governo do Estado de São Paulo conseguiu encerrar o exercício de 2016 com um superávit primário. O resultado primário obtido, R$ 1,56 bilhão, superou o resultado definido na LDO, de R$ 1,51 bilhão. Adicionalmente, obteve-se um resultado nominal dentro da meta definida na LDO. O resultado nominal, que representa a variação da dívida fiscal líquida, foi negativo em R$ 11,0 bilhões, enquanto a meta de déficit definido na LDO foi de R$ 28,0 bilhões. A desaceleração da inflação e a valorização do real, observadas ao longo de 2016, assim como a renegociação da dívida com a União (Lei 9.496/97), consubstanciada pelas Leis Complementares 148/2014 e 156/2016 que tiveram efeito líquido de redução do estoque da dívida consolidada, afetaram positivamente este indicador.

Nas seções seguintes é apresentado um resumo das principais características da execução orçamentária do Governo do Estado de São Paulo em 2016.

1. RECEITAS

No exercício de 2016 as receitas do Governo do Estado de São Paulo diminuíram em termos reais, queda real pelo segundo ano consecutivo. A receita total apresentou redução tanto em termos nominais quanto em termos reais, 0,7% e 8,6%, respectivamente. As receitas correntes experimentaram redução real da ordem de 7,9%. Essas receitas são fortemente impactadas pelo ICMS, que representa parcela significativa, em torno de 66% das receitas correntes, e que ao longo deste exercício arrecadou apenas 0,1% a mais que em 2015, em termos nominais. As receitas de

capital, que incluem os recursos de operações de crédito, sofreram forte contração de 23,0% em termos reais, o que afetou a capacidade de expansão de investimentos.

RECEITAS TOTAIS

R$ milhões

	2015	2016	Diferença 2016 - 2015	Variação Nominal	Variação Real
Receitas Totais	192.876,3	191.612,5	-1.263,8	-0,7%	-8,6%
Receitas Correntes	184.033,8	184.208,4	174,6	0,1%	-7,9%
Receitas de Capital	8.842,5	7.404,2	-1.438,3	-16,3%	-23,0%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx)
Nota: Não são incluídas as receitas intra-orçamentárias

Receita Tributária

Em 2016 a receita tributária foi afetada pelo desempenho negativo da economia nacional e, em particular, da economia paulista. A receita tributária alcançou o valor de R$ 143,1 bilhões, inferior em 7% à receita inicial prevista na LOA, de R$ 153,1 bilhões. O ICMS, com uma arrecadação de R$ 121,1 bilhões em 2016, contra R$ 121,0 bilhões em 2015, continuou representando 84% da receita tributária e 63% da receita total. Em termos reais, contudo, registrou em 2016 receita 7,9% inferior à do exercício anterior.

Em 2016 o PIB do Estado de São Paulo, segundo dados do IBGE e da Fundação Seade, alcançou o valor de R$ 2,0 trilhões (valores correntes) contra um valor de R$ 1,94 trilhão em 2015. Como já apontado, isto representou uma redução real da ordem de 3%. Neste contexto não houve alteração na participação do Estado de São Paulo no PIB do país, a qual continua em torno de 32%.

O comportamento da economia paulista ao longo dos últimos anos apresenta algumas particularidades, entre as quais cabe destacar o desempenho da indústria de transformação, que tem sido negativa nos últimos anos e representa mais que 30% da arrecadação de ICMS.

RECEITAS CORRENTES

R$ milhões

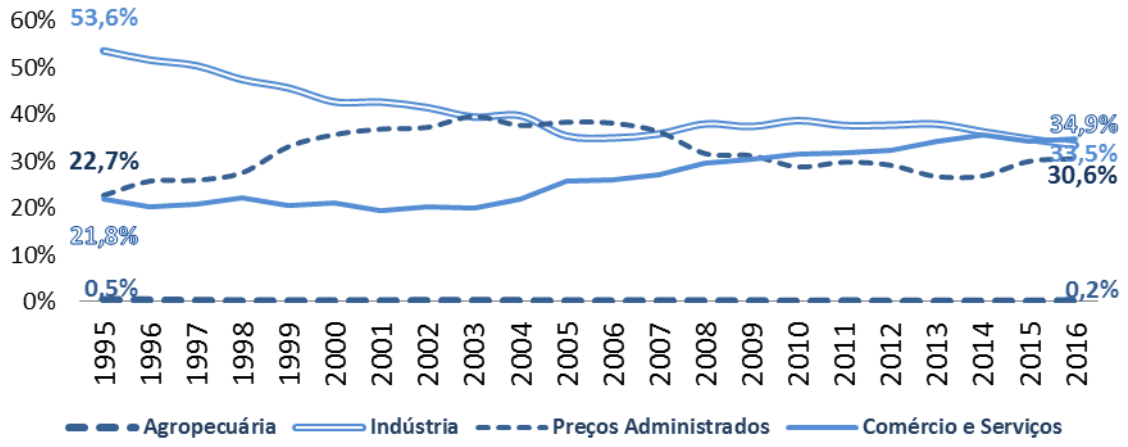
	2015	2016	Diferença	Variação Nominal	Variação Real
Receitas Correntes	184.033,8	184.208,4	174,6	0,7%	-7,4%
Receita Tributária	142.158,0	143.082,5	924,5	0,6%	-7,5%
ICMS	121.002,8	121.118,9	116,1	0,1%	-7,9%
IPVA	13.632,1	14.023,2	391,1	2,9%	-5,4%
ITCMD	2.372,7	2.317,5	-55,2	-2,3%	-10,2%
Outras Receitas Tributárias	5.150,3	5.623,0	472,7	9,2%	0,4%
Receita de Contribuições	5.764,8	5.748,8	-16,0	-0,2%	-7,8%
Receita Patrimonial	6.478,6	6.150,2	-328,4	-5,1%	-11,6%
Transferências Correntes	18.291,0	18.098,8	-192,2	-1,0%	-8,9%
Demais Receitas Correntes	11.341,3	11.128,1	-213,2	-1,9%	-9,8%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx)
Nota: Não são incluídas as receitas intra-orçamentárias

Tanto a indústria de transformação quanto o setor de serviços continuaram acusando variação negativa, de 5,9% e 1,9%, em 2016. O desempenho desses setores, assim como o de preços administrados (energia elétrica, combustíveis e comunicações), afeta de forma significativa a arrecadação tributária, como pode ser observado no gráfico abaixo. Os setores de serviços e

indústria afetam fortemente os níveis de emprego no Estado. Segundo dados da Fundação Seade[5], entre o segundo semestre de 2015 e o segundo semestre de 2016, o emprego no Estado de São Paulo diminuiu 3,8%. Esta tendência foi liderada pelo setor de construção, em que os níveis de emprego se reduziram em 12,0%, e o setor de indústria de transformação, cuja redução foi de 6,0%. O crescimento dos setores agropecuário e extrativo mineral, que registraram variação positiva da ordem de 4,4% e 12,7%, respectivamente[6], não se traduz em ganhos de receita tributária devido à baixa participação destes na receita do ICMS, equivalente a 0,2% em cada caso.

PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - POR SETOR



Fonte: Área de Política Tributária da Assessoria de Gabinete-Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Consoante com este desempenho, a receita arrecadada na maioria dos segmentos importantes da economia paulista em 2016 foi inferior em termos nominais àquela arrecadada em 2015. O setor de preços administrados, embora apresente uma arrecadação 1,4% superior à do ano anterior, em termos nominais, também apresentou redução em sua arrecadação em termos reais, de 6,7%[7]. O setor de comércio e serviços também apresentou queda real.

ARRECADAÇÃO DO ICMS EM SETORES SELECIONADOS

R$ milhões

			Variação	
	2015	2016	Nominal	Real
Agricultura, pecuária e outros produtos animais	146,8	274,6	87,1%	72,0%
Preços Administrados	36.841,2	37.384,2	1,5%	-6,7%
Indústria	41.871,8	40.153,7	-4,1%	-11,8%
Ind. Extrativa	309,2	242,0	-21,7%	-28,0%
Metalúrgica	3.178,1	2.792,4	-12,1%	-19,2%
Maq. Equip. e Instal.	2.853,2	2.393,5	-16,1%	-22,9%
Mat.l elétrico e com.	2.209,3	1.825,9	-17,4%	-24,0%
Mat. De transp.	5.196,5	4.858,1	-6,5%	-14,0%
Comerc. E Serv.	39.729,4	40.322,4	1,5%	-6,7%

Fonte: Relatório da Arrecadação Tributária de março de 2017 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx)

[5] Fundação Seade: painel das profissões/ 3º trimestre de 2016 (http://www.seade.gov.br/profissoes)

[6] Fundação Seade; PIB TRIMESTRAL; Consulta em 2017. Link: http://www.seade.gov.br/produtos/pib-trimestral/

[7] Fonte: Relatório da Receita Tributária março de 2017, Coordenadoria de Administração Tributária, Sefaz SP, Portal GESP.

O segundo importante componente da receita tributária do Estado, o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotivos, IPVA, também registrou um desempenho pouco auspicioso. Neste caso, a evolução da indústria em geral e da indústria automotriz, em particular, ajuda a explicar a trajetória da arrecadação, a qual em 2016 apresentou uma diminuição real de 3,2%. Segundo dados da Fenabrave, até o mês de dezembro de 2016 haviam sido comercializados 3.071.960 veículos. Este número é 20% inferior ao de veículos comercializados em 2015, quando foram comercializadas 3.872.260 unidades. Adicionalmente, o número de veículos emplacados em 2016 foi de 1.688.149, contra 2.122.624 em 2015; uma redução de aproximadamente 25%[8]. A significativa diferença entre a variação do IPVA, -5,3%%, e a redução do número de veículos comercializados e emplacados, 20% e 25%, respectivamente, pode ser parcialmente explicada pelos esforços ensejados pela administração paulista para diminuir a evasão no número de veículos registrados no Estado, que se retrata no elevado número de veículos matriculados em outros estados, porém cujos proprietários possuem domicílio fiscal no Estado.

Uma destas iniciativas foi a racionalização da cobrança administrativa do IPVA, em primeiro lugar, o que deu lugar à arrecadação de R$ 1,02 bilhão; e, em segundo lugar, a melhoria na fiscalização de veículos com placas de outros Estados que deveriam ter recolhido o IPVA para São Paulo, o que permitiu a arrecadação de R$ 1,7 milhões e a transferência para SP de 1.188 veículos.[9]

Mudanças na Legislação Tributária

Alterações legislativas recentes de âmbito nacional tiveram impacto sobre a arrecadação de tributos em 2016. Merece destaque, nesse sentido, a Lei Complementar 147/2014 e a Emenda Constitucional 87/2015.

A Lei Complementar 147/2014 restringiu a um determinado rol de mercadorias e operações a aplicação do regime de substituição tributária (ST) quando envolvidos contribuintes optantes pelo Simples Nacional. Em decorrência dessa mudança, buscando-se uniformizar a sistemática da substituição tributária, formalizou-se, no âmbito do Confaz, o Convênio ICMS 92/2015, que estende aos contribuintes enquadrados no regime periódico de apuração o mesmo tratamento a ser observado pelos contribuintes do Simples Nacional. Estima-se que as perdas de arrecadação de ICMS incorridas tenham sido da ordem de R$ 340 milhões para São Paulo.

A Emenda Constitucional 87/2015, por sua vez, instituiu a repartição do imposto nas operações interestaduais destinadas a não contribuintes do ICMS. Antes recolhido integralmente ao Estado de origem, o imposto nessas operações passou a ser, a partir de 2016, gradualmente submetido à sistemática de repartição de receitas de ICMS aplicável às operações com contribuintes. Para São Paulo, que concentra muitos distribuidores de produtos, a perda estimada de receita em 2016 foi de 1,2% da arrecadação de ICMS do ano, tendo alcançado o montante equivalente a R$ 1,48 bilhão.

Por outro lado, entre as medidas normativas que tiveram efeito positivo nas receitas do Estado, cabe mencionar o Decreto 61.217/2015, que instituiu a redução gradativa dos prazos de recolhimento do imposto apurado por ST incidente sobre uma série de produtos enquadrados nesse regime no Estado de São Paulo. Embora não implique ganhos estruturais de arrecadação, a medida permitiu o adiantamento da parcela correspondente de receita em um mês, a partir de outubro de 2016, o que representou um reforço orçamentário estimado em R$ 772 milhões de reais no exercício fiscal de 2016.

Receitas de Capital

Em 2016 as receitas de capital alcançaram o valor de R$ 7,4 bilhões, equivalente a um valor 23% inferior ao de 2015 em termos reais. O principal fator responsável por esta queda foi a diminuição na receita de Operações de Crédito, que atingiu o valor de R$ 4,9 bilhões em 2016, contra R$ 6,1 em 2015, representando uma redução de 25,3% em termos reais. As operações de crédito internas somaram R$ 2 bilhões e as realizadas junto a fontes externas R$ 2,9 bilhões. Neste ano as receitas

[8] Dados extraídos do Anuário Fenabrave 2016, consultado em http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros.

[9] Fonte: Coordenadoria de Administração Tributária Sefaz/SP.

de Alienação de Bens ficaram muito aquém do obtido no ano anterior, R$ 184,3 milhões contra uma R$ 1,1 bilhão. A redução decorre do fato de que em 2015, mesmo em um ambiente de recessão econômica, foi possível a captação de recursos através da emissão de debêntures com lastro em receita oriunda dos programas de parcelamento de créditos tributários, PEP e PPD, iniciativa que não foi efetivada neste exercício.

Um segundo fator a explicar a diminuição de recursos captados através destes canais é a postura da Administração Federal em relação à concessão de avais para novas operações de créditos e/ou garantias para os governos subnacionais. Em um quadro em que a grande maioria dos governos subnacionais encontrou dificuldades para honrar seus compromissos primários além de suas obrigações financeiras com a União, o que derivou na renegociação do acordo sobre a dívida (Lei 9496/97), o Governo Federal optou por restringir ainda mais o acesso dos Estados e Municípios a novas operações de crédito. Esta postura afeta principalmente aqueles entes subnacionais com baixo desempenho nos indicadores fiscais, mas também alcança estados como São Paulo, que mantiveram bom desempenho fiscal. Cabe destacar o critério de avaliação de risco utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conhecido como CAPAG, que ao subestimar a capacidade financeira e a situação fiscal do Estado de São Paulo, desconsiderando o fato de que seus indicadores fiscais e financeiros demonstram capacidade de honrar seus compromissos ao longo dos próximos anos, impede a contratação de novas operações de crédito por parte do Governo do Estado, bem como obtenção de garantias junto à União.

A despeito deste quadro, o Governo do Estado conseguiu contratar uma nova operação junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 690 milhões, destinada à Linha 6 do Metrô de São Paulo. De forma complementar, face ao cenário descrito, foi necessário revisar as prioridades na carteira de projetos e, em determinados casos, solicitar o remanejamento de recursos junto ao financiador[10].

RECEITAS DE CAPITAL

R$ milhões

			Variação	
	2015	2016	Nominal	Real
Receitas de Capital	8.842,5	7.404,2	-16,3%	-23,0%
Operações de Crédito	6.098,4	4.955,3	-18,7%	-25,3%
Alienações de Bens	1.074,8	184,3	-82,9%	-84,2%
Amortizações de Empréstimos	1,5	2,4	60,2%	47,3%
Transferências de Capital	247,6	420,8	70,0%	56,3%
Outras Receitas de Capital	1.420,2	1.841,4	29,7%	19,2%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx)
Nota: Não são incluídas as receitas intra-orçamentárias

2. DESPESAS

As despesas do Governo do Estado alcançaram R$ 192,3 bilhões em 2016, equivalente a uma redução real de 9,1% em relação a 2015. Esta tendência se observou tanto nas Despesas Correntes quanto nas Despesas de Capital, as quais apresentaram queda real de 7,5% e 22,4%, respectivamente. Estes números ilustram que os esforços da administração pública paulista para conter o aumento das despesas foram profícuos, ajudando a alcançar o objetivo de manutenção do equilíbrio das contas públicas que orienta a gestão fiscal do Governo do Estado. Houve redução real em todas as despesas, incluindo custeio, pessoal e serviço da dívida, preservando-se um patamar alto de investimentos.

Ao longo dos últimos dois anos, considerando o efeito negativo da crise econômica sobre as receitas públicas, o Governo do Estado de São Paulo procurou limitar suas despesas ao volume de recursos fiscais disponíveis através de diversas medidas, entre elas o contingenciamento orçamentário, a contenção de gastos com custeio, incluindo a revisão de contratos com fornecedores, a priorização de investimentos de acordo com sua importância e estágio de implementação dos projetos, além de medidas para controlar a expansão das despesas com pessoal. As medidas relativas a custeio

[10] Sobre este ponto são apresentadas maiores informações na seção destinada aos Investimentos.

permitiram reduções reais, repetindo o ocorrido nos últimos dois anos para estas despesas. Em 2016 a redução de gastos com custeio foi de 3,2% reais.

O resultado permitiu a São Paulo cumprir os limites fiscais e manter os pagamentos de salários e fornecedores em dia, situação diferente da observada em outros estados que, ao longo do mesmo período, registraram aumento do custeio e das despesas de pessoal[11].

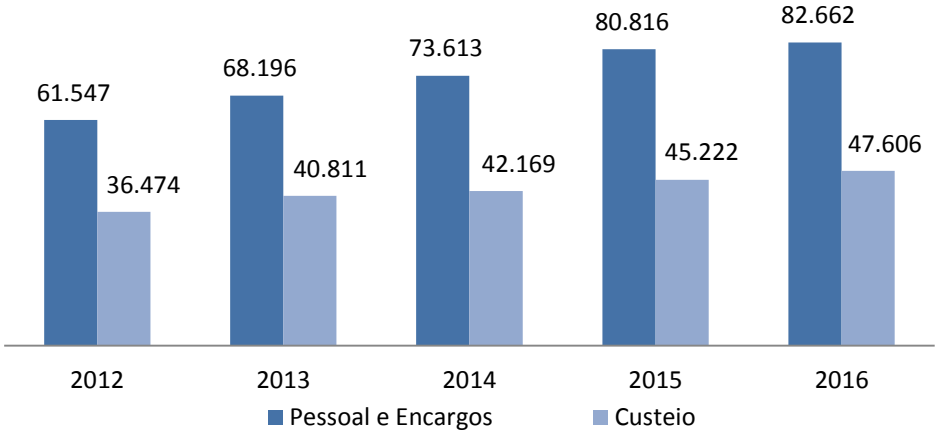
DESPESAS TOTAIS

R$ milhões

	2015	2016	Diferença	Variação Nominal	Variação Real
Despesas Totais	194.416,2	192.256,3	- 2.159,9	-1,1%	-9,1%
Despesas Correntes	174.581,6	175.529,0	947,4	0,5%	-7,5%
Pessoal e encargos sociais	80.815,6	82.661,9	1.846,3	2,3%	-5,9%
Juros e encargos da dívida	9.683,2	6.377,9	- 3.305,3	-34,1%	-39,4%
Outras despesas correntes	84.082,7	86.489,2	2.406,5	2,9%	-5,4%
Transferências a municípios	38.860,9	38.883,5	22,6	0,1%	-8,0%
ODC exceto transferências	45.221,9	47.605,7	2.383,8	5,3%	-3,2%
Despesas de Capital	19.834,6	16.727,3	- 3.107,3	-15,7%	-22,4%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx)
Nota: Não são incluídas as receitas intra-orçamentárias

DESPESA COM PESSOAL E CUSTEIO 2012 – 2016 (R$ milhões – valores nominais)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx)

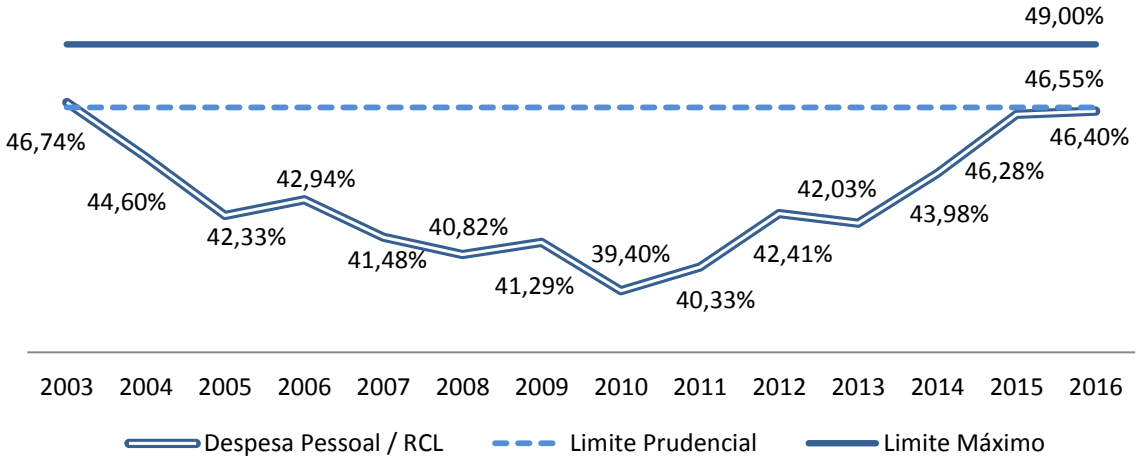
Pessoal

Diferentemente do ocorrido em 2015, o gasto com pessoal neste exercício apresentou redução real. O valor total da despesa com pessoal em 2016 foi de R$ 82,7 bilhões, contra R$ 80,8 bilhões do ano anterior, queda de 5,9% em termos reais. Entre 2014 e 2015 houve aumento real de 0,7% nestes gastos. Embora a relação entre os gastos com pessoal do poder executivo e a Receita Corrente Líquida tenha experimentado uma ligeira elevação neste exercício, alcançando 46,40%, enquanto em

[11] O Boletim das Finanças Públicas dos Entes Subnacionais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em setembro de 2016 faz uma análise comparativa dos estados brasileiros (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/0/Boletim+de+Finan%C3%A7as+dos+entes+subnacionais+-+Novembro+2016/3f5b1d3a-a0bd-40f8-a218-1cf44131daa8)

2015 a proporção era 46,28%, esta permanece dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, que são limte máximo de 49% e limite prudencial de 46,55% para o Poder Executivo. O valor das despesas de pessoal de todos os Poderes alcançou 54,23%, sendo o limite máximo, neste caso, de 60% da RCL. A tendência de aumento da proporção de pessoal sobre a RCL reflete principalmente, nos últimos dois anos, a forte redução real da receita, assim aumentando a relação Pessoal/RCL, além de um crescimento inercial nas remunerações do funcionalismo público.

DESPESAS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (LRF)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-de-Gestão-Fiscal.aspx#)

As medidas adotadas para controlar a expansão das despesas com pessoal, mantendo-as dentro do espaço permitido pelas receitas fiscais, incluíram iniciativas tanto em relação ao pessoal ativo, quanto aos inativos. Nos últimos dois anos, quanto aos ativos, destacam-se em particular, a suspensão de novos concursos e contratação de pessoal, ressalvadas as situações de reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e as de expansão de serviços públicos essenciais, devidamente justificados, assim como a redução das despesas com cargos em comissão. Cabe mencionar que o Governo vem exercendo uma política restritiva de reposição de pessoal ao longo dos últimos 20 anos. Pode-se observar o reflexo destas medidas na evolução do número de servidores, incluindo ativos e inativos, que entre 1994 e 2016 se manteve praticamente igual, passando de 1.028 mil servidores para 1.098 mil em 2016[12].

No caso dos inativos cabe mencionar a criação da previdência complementar do Estado de São Paulo- SPPrevcom, medida que reduz os desequilíbrios da previdência paulista e a insere em uma rota de sustentabilidade no longo prazo. Também a criação da São Paulo Previdência, no ano de 2011, que permitiu a centralização da gestão e do cálculo e concessão de benefícios, assim como a permanente revisão das aposentadorias e pensões, resulta em significativa redução de custos do sistema previdenciário.

Outras Despesas Correntes

Em 2016 as Outras Despesas Correntes atingiram o valor de R$ 86,4 bilhões contra R$ 84,0 em 2015, uma redução de 5,4% em termos reais. As transferências aos municípios, item que depende do nível de arrecadação de impostos estaduais, caíram de forma significativa, alcançando um valor 8,0% inferior ao do ano anterior em termos reais. O custeio, ou seja, as Outras Despesas Correntes exceto Transferências a Municípios, apresentou queda real pelo terceiro ano consecutivo. O continuado esforço por controlar as despesas de custeio se refletiu em uma redução real de 3,2% este ano na comparação com o ano anterior.

[12] Enquanto o número de inativos aumentou de 366.162 para 475.754, um aumento de 30%, o de ativos passou de 662.333 para os atuais 611.552 servidores. Fonte: Área de Política de Despesa de Pessoal , Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Do total das despesas de custeio, aproximadamente 58% é destinado a três secretarias: a Secretaria da Saúde, 29,9%, a Secretaria da Educação, 20,6%, e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, que administra o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, 8,4%. Apesar da contenção do custeio, nas principais áreas responsáveis pela provisão de serviços básicos para a população, educação e saúde, esforços foram direcionados para preservar o nível de despesas.

A análise da composição do custeio por grupos de despesa demonstra que a maior redução em termos proporcionais aconteceu nos gastos associados a Material de Consumo, que representa 8% do total destes gastos e que apresentou redução de 11,6% em termos reais. Pode-se observar na tabela abaixo que praticamente todos os itens apresentaram redução real na comparação com 2015, incluindo Serviços de Terceiros, Limpeza e Vigilância e de Utilidade Pública.

No caso das Sentenças Judiciais, que representaram 5,8% do custeio em 2016, houve aumento de 32,3% no último ano, devido principalmente ao aumento das Obrigações de Pequeno Valor (OPVs)[13], cujo montante dobrou entre 2015 e 2016, um aumento de R$320 milhões.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES - POR GRUPOS DE DESPESAS
(exceto transferências a municípios)

R$ milhões

	2015	2016	% do Total 2016	Variação	
				Nominal	Real
ODC exceto transferências a municípios	45.221,9	47.605,7	100%	5,3%	-3,2%
Contribuições	5.304,3	5.656,2	11,9%	6,6%	-1,9%
Subvenções Sociais	4.914,5	5.252,1	11,0%	6,9%	-1,7%
Organizações Sociais	4.141,4	4.514,8	9,5%	9,0%	0,3%
Material de Consumo	3.980,5	3.819,7	8,0%	-4,0%	-11,8%
Outros Serviços de Terceiros	2.407,2	2.439,9	5,1%	1,4%	-6,8%
Serviços de Limpeza, Vigilância e Outros	2.123,6	2.248,8	4,7%	5,9%	-2,6%
Sentenças Judiciais	1.903,9	2.738,9	5,8%	43,9%	32,3%
Serviços de Utilidade Pública	1.524,8	1.593,3	3,3%	4,5%	-3,9%
Outras	18.921,7	19.342,0	40,6%	2,2%	-6,0%

Fonte: SIAFEM
Nota: Não são incluídas as despesas intra-orçamentárias

Despesas de Capital e Investimentos

As Despesas de Capital em 2016 atingiram o valor de R$ 16,7 bilhões, um valor 22,4% inferior ao de 2015, em termos reais. As particularidades do contexto econômico e político dentro do qual se desenvolveu a gestão orçamentário-financeira em 2016 determinaram as acentuadas diferenças entre os valores empenhados e os valores previstos na dotação inicial para o exercício. As despesas de capital são compostas principalmente pelos investimentos e inversões financeiras, assim como pela amortização da dívida.

Os investimentos do Governo do Estado de São Paulo atingiram em 2016 o valor de R$ 15,3 bilhões, valor 4,5% menor que 2015 em termos nominais. Neste total estão incluídos os investimentos financiados com recursos pertencentes ao orçamento do Estado, ao todo R$ 12,3 bilhões, valor 2% menor em termos nominais na comparação com 2015. Os recursos orçamentários se subdividem entre aqueles correspondentes aos investimentos realizados pela administração direta, R$ 8,3

[13] A lei estadual 11.377, de 14 de abril de 2013, definiu como obrigações de pequeno valor aquelas com valor igual ou inferior a 1.135,2885 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESPs, decorrentes de decisão final da justiça , da qual não penda recurso ou defesa, inclusive da conta de liquidação.

bilhões, e aqueles transferidos às empresas estatais como aporte de capital (Inversões Financeiras) para seus planos de expansão e projetos de investimento, R$ 4,0 bilhões. Os investimentos com recursos próprios das empresas estatais não dependentes foram de R$ 3,0 bilhões. O valor total acima indicado representou uma redução real de 12,2% no conjunto do investimento.

Como pode ser observado na tabela abaixo, apesar da necessária contenção de despesas, foi possível manter o patamar de recursos alocados em investimentos. Recursos significativos foram investidos em projetos de infraestrutura, transportes metropolitanos, rodovias, habitação e saneamento, dentre outros.

INVESTIMENTO TOTAL DO SETOR PÚBLICO

R$ milhões

			Variação	
	2015	2016	Nominal	Real
Investimentos	8.790,2	8.251,3	-6,1%	-13,7%
Inversões Financeiras Primárias[1]	3.762,8	4.050,7	7,7%	-1,0%
Empresas Estatais Não-Dependentes[2]	3.433,6	2.959,2	-13,8%	-20,7%
Total	15.986,7	15.261,2	-4,5%	-12,2%

Fonte: SIAFEM e Secretaria de Planejamento e Gestão

1. Investimentos realizados pelas não dependentes com recursos de aporte de capital do Estado
2. Investimentos realizados pelas não dependentes com recursos próprios

Ao longo do ano de 2016 o Governo do Estado, deu prosseguimento a diversos projetos na área de infraestrutura e serviços. Entre os mais importantes cabe mencionar, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos: Linha 4-Amarela, Linha 5-Lilás, Linha 6-Laranja; e Linha 17-Ouro, todas do Metrô de São Paulo. Adicionalmente, deve-se mencionar o Projeto das Linhas 8-Diamante e 13-Jade, da CPTM. Na carteira da Secretaria de Logística e Transporte destacam-se o Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, as Fases I e II do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo e os Contornos Norte e Sul da Nova Tamoios. A Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos também conseguiu dar continuidade a vários projetos importantes, entre os quais se incluem o Programa Água Limpa e o Programa Várzeas do Rio Tietê. No âmbito das Secretarias da Fazenda e da Saúde destacam-se o Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO e o Programa de Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde.

Entre os projetos conduzidos pelas Empresas Estatais Não-Dependentes e que tiveram continuidade ao longo de 2016, incluem-se os efetuados pela SABESP, tais como a Fase III do Programa de Despoluição do Rio Tietê, o Programa Integrado de Melhoria Ambiental na área de Mananciais da Represa Billings ("Pro-Billings") e o Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética. Adicionalmente, pelo seu alcance, merecem destaque o Programa Metropolitano de Água e o Programa Água do Interior. O Programa Metropolitano de Água permitiu a interligação entre as represas Jaguari (bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (bacia do PCJ), a conclusão da transferência Rio Pequeno-Rio Grande, além da implantação do Sistema Produtor São Lourenço. O Programa de Água do Interior permitirá o aumento da produção de água com o Sistema Produtor Sapucaí Mirim para a ETA de Atibaia, além de ações diversas de abastecimento de água nos municípios do interior. E, por último, o Projeto Tietê que permitiu a conclusão do interceptor de esgotos na bacia do Rio Pinheiros, ampliação da capacidade de tratamento da ETE Barueri e das obras na região das bacias do Córrego Oratório e Tremembé.

Os recursos que permitiram a concretização das ações citadas se originaram, além da arrecadação própria, nas operações de crédito de longo prazo contratadas junto a instituições financeiras nacionais (BNDES, CEF, Banco do Brasil) e internacionais (BM, BID, BIRD, JICA e BEI, dentre outras). A potencial expansão dos investimentos em relação ao realizado em 2015 foi comprometida pelo nível reduzido de acesso a novas operações de crédito, dada a postura do Governo Federal que definiu fortes restrições ao acesso de Sao Paulo, assim como de outros Estados, a novas operações de crédito.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL DO SETOR PÚBLICO (R$ bilhões – valores nominais)

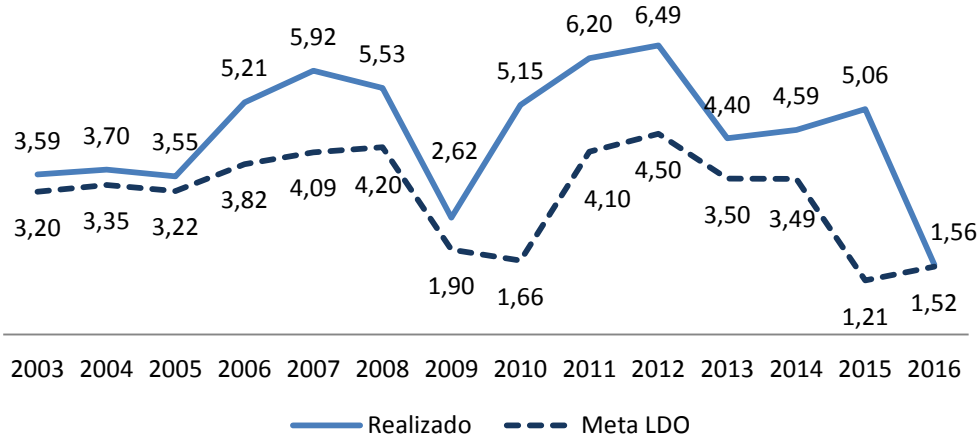
Fonte: SIAFEM e Secretaria de Planejamento e Gestão

A Amortização da Dívida, de R$4.124,5 milhões, equivale a queda real de 47,2% quando comparado com o realizado em 2015. Essa queda é devida às mudanças nos termos de pagamento da dívida com a União, da variação favorável da taxa de câmbio e da desaceleração da inflação. Em 2016, o valor previsto para a amortização da dívida no início do exercício estava estimado em R$ 7,2 bilhões.

3. RESULTADO PRIMÁRIO

Em 2016 o resultado primário foi de R$ 1,56 bilhão, muito próximo, mas ligeiramente superior à meta estabelecida na LDO, que foi de R$ 1,51 bilhão. Atingir a meta estabelecida, no contexto de uma continuada retração da atividade econômica ao longo de 2015 e 2016, é um fato destacável. Neste mesmo período diversas unidades da federação, dentre as quais se incluem algumas das mais importantes economias regionais, apresentaram resultados primários negativos[14]. O saldo superavitário obtido neste ano só foi possível dada a persistência em uma gestão austera como a seguida pelo Governo do Estado de São Paulo.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO (R$ bilhões – valores nominais)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx) e LDO (http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=15)

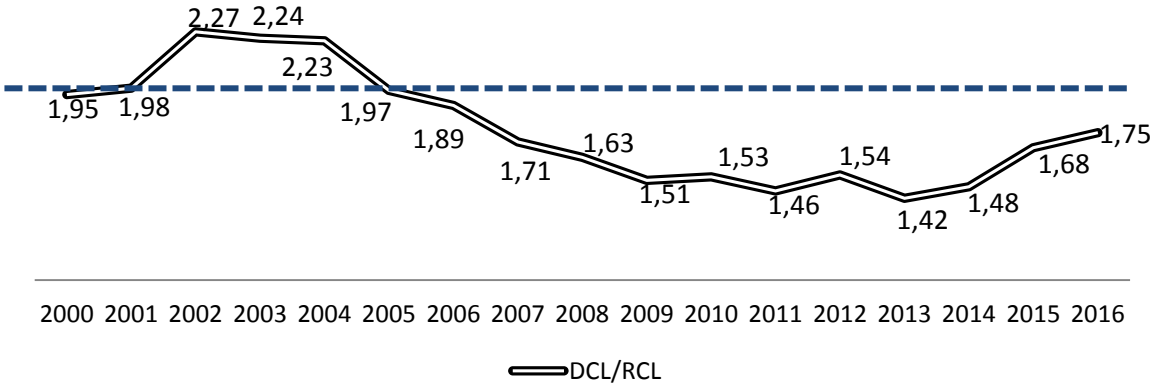
[14] Em 2016 os Estados de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram resultado primário negativo, conforme publicado nos portais de transparências das unidades citadas: RREO 6° bimestre, 2016. No período de 2012 a 2015, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentaram déficit primário em três dos quatro exercícios, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul em pelo menos um dos exercícios.

4. DÍVIDA

Entre 2015 e 2016 a Dívida Consolidada passou de R$ 269,8 para R$ 277,9 bilhões, uma elevação de 3,3% em termos nominais. A Dívida Consolidada Líquida alcançou o valor de R$ 246,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016, contra R$ 235,6 de dezembro de 2015. Desde 2013 a relação DCL/RCL aumentou como mostra a Figura abaixo, passando de 1,42, para 1,75 em 2016.

Apesar da trajetória ascendente, o indicador se mantém abaixo do limite estabelecido por Resolução do Senado Federal, ou seja, DCL/RCL = 2,00.

TRAJETÓRIA DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



O maior componente da dívida consolidada refere-se ao Programa de Ajuste Fiscal (Lei 9.496/97), que autorizou a União a assumir a Dívida Pública dos Estados e Distrito Federal. O estoque dessa parcela da dívida atingiu R$223,5 bilhões em dezembro de 2016. Ao longo do exercício de 2016 houve mudanças importantes na estrutura da dívida da Lei 9.496, em virtude dos acordos alcançados nas negociações entre Estados e a União. Entre os dispositivos que ajudaram a definir esta nova estrutura cabe mencionar, em primeiro lugar, a Lei Complementar n° 148, de 25 de Novembro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e alterado pelo Decreto 8.665, de 10 de fevereiro de 2016, segundo os quais a dívida com a União passa a ter encargos contratuais de 4,0% a.a., acrescidos de variação monetária calculada pelo IPCA/IBGE, limitados à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Essas alterações acarretaram redução do estoque da dívida, mas não afetaram o serviço da dívida. Em segundo lugar, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao DF, com base na qual foi concedido um prazo adicional de 240 meses no refinanciamento das dívidas com a União sob a Lei nº 9.496/97.

Em junho, quando estes acordos foram acertados, os Estados obtiveram uma carência de seis meses, até dezembro de 2016, para o pagamento das parcelas do segundo semestre. A exceção a esse acerto foi o caso de São Paulo, que obteve somente um desconto de R$ 500 milhões por parcela mensal, portanto continuou pagando o valor restante das parcelas. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2017, quando estes pagamentos forem retomados pelos outros Estados, os descontos são gradativamente reduzidos, partindo de um desconto inicial de 94,73%, reduzido em 5,26% a cada mês pelo período de 18 meses.

Ao longo do ano de 2016, a evolução dos principais fatores que influenciam o comportamento da dívida, a taxa de câmbio e a taxa de inflação, apresentaram diferenças em relação a sua trajetória em 2015. A taxa de câmbio nominal registrou uma redução de 16,5%, produto da valorização da moeda doméstica perante o dólar, e a inflação doméstica, medida pelo IGP-DI, foi menor, fechando o ano em 7,15%.

A dívida constituída pelos Precatórios apresentou uma evolução menos favorável. Em dezembro de 2016 o seu valor alcançou R$ 20,9 bilhões, comparado a R$ 16,4 bilhões em dezembro de 2015, representando um aumento nominal de 27,5%. Embora sua participação no total da Dívida Consolidada Líquida não seja muito significativa, ao redor de 8%, o crescimento de R$ 4,5 bilhões em seu valor absoluto representou quase metade do aumento da Dívida Consolidada Líquida, de R$ 10,8

bilhões. O aumento em precatórios ocorreu principalmente devido à reinclusão de elevado valor de um único precatório que se encontrava suspenso, cerca de R$1,8 bilhão, além de novos precatórios de 2016, no valor de R$1,5 bilhão, e da atualização do valor do estoque no período, afetado pela repercussão do decidido pelo STF nas ADINs 4357 e 4425, que determinou o IPCA-e do IBGE como fator de correção monetária.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

R$ bilhões

	2015	2016	Diferença	Variação Nominal
Dívida Consolidada (DC) - (I)	269,0	277,9	8,9	3,3%
Dívida Contratual Lei 9496 (*)	218,6	223,5	4,9	2,2%
Dívida Contratual Indexada ao câmbio	24,38	22,13	- 2,3	- 9,2%
Demais Dívidas Contratuais	9,5	11,3	1,8	18,8%
Precatórios	16,4	20,9	4,5	27,5%
Outras Dívidas	0,1	0,0	- 0,1	-75,0%
Deduções - (II)	33,4	31,5	-1,9	- 5,68%
Dívida Consolidada Líquida (DCL) = (I – II)	235,7	246,4	10,8	4,6%

Fonte: Departamento de Gestão de Dívida e Haveres Financeiros, Coordenadoria da Administração Financeira, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

(*) Indexada ao IGP – DI / CAM. Considerando os efeitos da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 (Oitavo Termo Aditivo ao Refinanciamento sob a Lei 9.496/97, assinado em 29 de dezembro de 2016) e da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

CONCLUSÕES

Durante o ano de 2016, o Governo do Estado de São Paulo cumpriu com todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e manteve desempenho financeiro positivo, obtendo um superávit primário dentro da meta prevista na LDO.

A continuidade da política de rigorosa gestão fiscal, com contenção de despesas, incluindo a permanente renegociação de contratos, assim como o resultado satisfatório obtido na renegociação da dívida com a União, permitiu o ajuste dos gastos à capacidade financeira do Governo do Estado. Esta política foi determinante na geração do resultado apontado, permitindo que o Estado mantivesse o nível de prestação de serviços e investimentos em projetos prioritários sem comprometer a responsabilidade fiscal.

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades

Nas próximas seções do Relatório são apresentadas as informações relativas à execução orçamentária do exercício de 2016 do Poder Executivo, organizadas por Secretaria e suas entidades vinculadas, assim como para a Defensoria Pública. Com relação ao Ministério Público, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, são apresentadas tabelas com demonstrativos de despesas.

As informações referentes às atividades realizadas no ano foram encaminhadas pelas Secretarias tutelares e pela Defensoria Pública. Estas informações estão organizadas de acordo com os Programas e Ações da Lei Orçamentária de 2016, e apresentam as realizações e os recursos despendidos na sua execução. Os dados sobre execução orçamentária que constam das tabelas apresentadas para cada Secretaria e os demonstrativos de despesas dos outros Poderes, foram elaborados a partir de informações do SIAFEM.

O quadro de funcionários foi obtido do Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado – SAS - Unificado.

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Secretaria da Administração Penitenciária

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**3.454.064.634,00**	**3.289.817.313,74**	**13.999.550,06**	**3.303.816.863,80**	**3.286.676.951,60**
Pessoal e Encargos Sociais	2.233.255.530,00	2.145.698.667,12	0,00	2.145.698.667,12	2.142.258.222,61
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.220.809.104,00	1.144.118.646,62	13.999.550,06	1.158.118.196,68	1.144.418.728,99
Despesas de Capital	**443.338.610,00**	**209.399.387,72**	**93.550.209,61**	**302.949.597,33**	**261.941.425,95**
Investimentos	443.338.610,00	209.399.387,72	93.550.209,61	302.949.597,33	261.941.425,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**3.897.403.244,00**	**3.499.216.701,46**	**107.549.759,67**	**3.606.766.461,13**	**3.548.618.377,55**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
3813 - Gestão da Custódia e Apoio à Reintegração Social da População Penal e Egressos	**3.802.900.315,00**	**3.420.306.898,03**	**107.487.047,21**	**3.527.793.945,24**	**3.474.643.894,88**
Despesas Correntes	3.361.561.755,00	3.212.363.613,10	13.936.837,60	3.226.300.450,70	3.214.076.031,52
Despesas de Capital	441.338.560,00	207.943.284,93	93.550.209,61	301.493.494,54	260.567.863,36
3814 - Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares	**94.502.929,00**	**78.909.803,43**	**62.712,46**	**78.972.515,89**	**73.974.482,67**
Despesas Correntes	92.502.879,00	77.453.700,64	62.712,46	77.516.413,10	72.600.920,08
Despesas de Capital	2.000.050,00	1.456.102,79	0,00	1.456.102,79	1.373.562,59
Despesa Total	**3.897.403.244,00**	**3.499.216.701,46**	**107.549.759,67**	**3.606.766.461,13**	**3.548.618.377,55**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2016, até 30/12/2016, a SAP recebeu **103.817** (cento e três mil, oitocentos e dezessete) pessoas presas, oriundas da Secretaria da Segurança Pública - SSP, o que representa uma média mensal de inclusão de **8.651** (oito mil, seiscentos e cinquenta e uma) pessoas. Nas unidades carcerárias da SSP, atualmente, há apenas **2.524** (duas mil quinhentos e vinte e quatro) pessoas presas, sendo **2.196** (duas mil, cento e noventa e seis) do sexo masculino e **328** (trezentos e vinte e oito) do sexo feminino. Ressalta-se que, desse total, há **635** (seiscentos e trinta e cinco) presos civis dos quais **634** (seiscentos e trinta e quatro) são homens e **01** (uma) mulher que não

foram recolhidos no sistema penitenciário, porque estão submetidos à prisão civil. Além disso, esta Pasta, entre 01/01 a 30/11/2016 concedeu mais **470** (quatrocentas e setenta) vagas para outros órgãos/Estados (Polícia Federal, Exército etc).

- **Fuga**: 0 (zero) / **Rebelião**: 5 (cinco)

Programa 3813 – Gestão Humana e Segura da Custódia da População Penal

Descrição: Garantir a segurança da sociedade e a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Ações/Projetos:

Ação 2470 – Expansão da infraestrutura de Apoio à Custódia e a Reintegração

Descrição: Expansão da oferta de vagas com a construção de novas unidades prisionais e a ampliação de outras.

Produto/Meta: 1.909 vagas criadas
Realização: 2.745 vagas criadas (143,79%)
Justificativa: estavam previstas a inauguração de 02 (duas) unidades prisionais no ano de 2016, que não se concretizaram; todavia inaugurou-se 03 (três) unidades, que haviam sido previstas 01 (uma) em 2.014 e 02 (duas) para o ano de 2015, acrescidas com a ampliação de vagas no regime semiaberto de mais 204 (duzentas e quatro) vagas, conseguimos superar nossa meta.

Principais Realizações:

Dando continuidade às ações visando à minimização da superlotação vivenciada nas unidades prisionais que integram a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP e, também, as Cadeias Públicas e os Distritos Policiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública - SSP, mantivemos em execução o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista que visa gerar aproximadamente **39,5** mil vagas, por intermédio da edificação de novas unidades prisionais em todo estado.

Entregues e inauguradas 03 (três) unidades prisionais que geraram **2.541** (mil quinhentas e quarenta e uma) vagas, sendo **847** (oitocentas e quarenta e sete) vagas cada uma
Penitenciária Masculina de Florínia – inaugurada em 26/02/2016;
Penitenciária Masculina de Piracicaba – inaugurada em 26/07/2016;
Centro de Detenção Provisória de Itatinga – inaugurado em 23/09/2016.

Obras em execução de **17** (dezessete) unidades prisionais que gerarão **14.399** (quatorze mil, trezentas e noventa e nove) vagas, distribuídas em **14** (quatorze) Centros de Detenção Provisória e **03** (três) Penitenciárias Femininas com **847** (oitocentas e quarenta e sete) vagas para cada uma:
Centro de Detenção Provisória de Aguaí;
Centro de Detenção Provisória de Álvaro de Carvalho;
Centro de Detenção Provisória de Caiua;
Centro de Detenção Provisória de Gália I;
Centro de Detenção Provisória de Gália II;
Centro de Detenção Provisória de Icém;
Centro de Detenção Provisória de Lavínia;
Centro de Detenção Provisória de Limeira;
Centro de Detenção Provisória de Nova Independência;
Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria;
Centro de Detenção Provisória de Pacaembu I;
Centro de Detenção Provisória de Pacaembu II;
Centro de Detenção Provisória de Registro;
Centro de Detenção Provisória de Santa Cruz da Conceição;
Penitenciária Feminina de Guariba;
Penitenciária Feminina de Votorantim;
Penitenciária Feminina de São Vicente.

- ✓ **Programa de Ampliação de Vagas para o Regime Semiaberto** (De abril de 2013 a fevereiro de 2016 foram entregues 10.079 (dez mil e setenta e nove) vagas, sendo 9.299 (nove mil duzentas e noventa e nove) vagas masculinas e 780 (setecentas e oitenta) vagas femininas.)

Essa expansão prevê a entrega de 11.003 (onze mil e três) vagas, das quais:

- **204** (duzentos e quatro) masculinas foram **entregues em fevereiro de 2016**
- **924** (novecentas e vinte e quatro) se encontram **em obra**, sendo **600** (seiscentas) vagas **masculinas** e **324** (trezentas e vinte e quatro) **femininas**;

Ação 6139 – Gestão Humana e Segura da Custódia

Descrição: Gerenciamento dos serviços de segurança, controle disciplinar e fiscalização da execução e do desempenho das atividades cotidianas das unidades prisionais e hospitais de custódia e em seus arredores, a fim de dar cumprimento aos mandados de prisão, às penas restritivas de liberdade e das medidas de segurança detentivas aplicadas pelo Poder Judiciário.

Produto/Meta: 231.390 custodiados atendidos
Realização: 229.104 custodiados atendidos (99,0%)
Justificativa: havia uma expectativa de crescimento de 7(sete) % da população carcerária em relação ao ano anterior, bem como a inauguração de duas unidades prisionais, cujas obras não terminaram em tempo hábil, o que nos levou a não atingir nossa meta, realizamos uma média mensal de população carcerária de 229.104 (duzentos e vinte e nove mil, cento e quatro) custodiados atendidos.

Principais Realizações

Automação Das Portas Das Celas (De **junho de 2013 a dezembro de 2016** foram automatizadas **75** (setenta e duas) unidades prisionais e **03** (três) anexos de detenção provisória**)**

Destaca-se que, o projeto e a implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais são executados por mão de obra funcional.
De janeiro a dezembro/2016 foram **automatizadas 33** (trinta e três) unidades prisionais.
Monitoramento Eletrônico (considerados os dados da saída de Páscoa e saída para trabalho externo e estudo)
Com relação ao monitoramento eletrônico de pessoas presas sob o regime semiaberto, por meio do uso de tornozeleiras, neste exercício, foram acompanhadas **346** (trezentos e quarenta e seis) pessoas presas em saída temporária de Páscoa. Observa-se que em março 13/03/2016 foi encerrado o contrato de monitoramento com a empresa Spacecomm, razão pela qual não houve monitoramento eletrônico de pessoas presas nas outras saídas temporárias autorizadas judicialmente.
Além disso, diariamente, durante os meses de **janeiro a março de 2016, em média**, **1.897** (mil novecentos e noventa e sete) pessoas presas em regime semiaberto foram monitoradas quando saíram para trabalhar em empresas públicas, privadas, estabelecimentos comerciais, entre demais locais.

Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações
Contrato firmado para instalação de bloqueador nas unidades prisionais.
23 (vinte e três) Unidades Prisionais foram 100% bloqueadas - Penitenciária II de Presidente Venceslau; CRP de Presidente Bernardes; Penitenciária de Getulina; Penitenciária I de Mirandópolis; Penitenciária de Casa Branca; Penitenciária de Valparaíso; Penitenciária I de Avaré; Penitenciária de Iperó; CDP de Campinas; CDP de Hortolândia; Penitenciária II de Mirandópolis; Penitenciária de Álvaro de Carvalho; Penitenciária de Ribeirão Preto; Penitenciária I de Serra Azul; CDP São Vicente; Penitenciária I de São Vicente; Penitenciária I de Potim; Penitenciária II de Potim; CDP I de Guarulhos; CDP II de Guarulhos; CDP II Belém; CDP 4 de Pinheiros e Penitenciária Feminina Sant´Ana.

Escolta Armada de Presos pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVP´s
A escolta de presos na Região Metropolitana do Estado tem sido realizada pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, em substituição à Polícia Militar, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim, ou seja, a de proporcionar segurança à sociedade.
No período de 01/01 a 31/12/2016, realizaram-se na Região Metropolitana do Estado, 45.583 (quarenta e cinco mil, quinhentas e oitenta e três) escoltas armadas de presos, com a utilização média de 55 (cinquenta e cinco) equipes, pelas quais 156.657 (cento e cinquenta e seis mil,

seiscentos e cinquenta e sete) pessoas presas foram escoltadas, sendo: 58.117 (cinquenta e oito mil, cento e dezessete) para apresentações aos Fóruns; 16.542 (dezesseis mil, quinhentas e quarenta e duas) às audiências de custódia; 21.692 (vinte e uma mil, seiscentas e noventa e duas) aos hospitais e às consultas médicas especializadas; 61 (sessenta e uma) às remoções interestaduais; 57.523 (cinquenta e sete mil, quinhentas e vinte e três) às remoções entre unidades prisionais do Estado de São Paulo e 2.722 (dois mil, setecentos e vinte e dois) aos atendimento de emergências e urgências.

Visitas Internacionais na Pasta no decorrer de 2016
A Pasta recebeu os representantes dos **Consulados Gerais da Espanha, de Portugal e da Ucrânia**

- ✓ **Doações de livros** pelo Consulado da Espanha, **530** (quinhentos e trinta) exemplares à Penitenciária Feminina da Capital.

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/SAP – até 16/12/2016 foram recebidos e atendidos **202** (duzentos e dois) pedidos de informações.

Demandas do Cidadão – até 16/12/2016 foram recebidas **2059** (duas mil e cinquenta e nove) demandas, das quais, **1982** (mil novecentas e oitenta e duas) foram atendidas e **77** (setenta e sete) estão em processo de conclusão.

Tele audiências (Desde o início do projeto **agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2016** já foram **realizadas 34.750** (trinta e quatro mil, setecentas e cinquenta).
Por força da parceria firmada entre esta Secretaria, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, o Tribunal Regional Federal 3ª Região, a Secretaria de Gestão Pública e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP foi possível realizar de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2016, 8.123 (oito mil, cento e vinte e três) teleaudiências, possibilitando aceleração no julgamento dos processos e eliminação dos riscos de fugas e resgates de pessoa presas.
São ao todo 66 (sessenta e seis) salas, sendo 41 (quarenta e um) em unidades prisionais, 20 (vinte) em fóruns do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e 05 (cinco) em fóruns do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.

Sistema Gestão Prisional Única - GPU
Em 2016, deu-se continuidade à implementação do Sistema de Gestão Prisional Única com o implemento dos seguintes módulos:

Rol de Visitas - cadastrar, controlar e disponibilizar informações dos visitantes dos presos, tendo como produto final um controle de cadastro dessas visitas coibindo desta forma o cadastro de visitas, em especial, com o perfil de esposa, amásia, companheira para mais de um preso; também promoveu-se a codificação de barra da carteira de identificação do visitante;

Qualificativa; **Numerário e Pecúlio** - padronização e uniformização de controle do numerário e pecúlio dos presos, destacando dentre as diversas funcionalidades do sistema, a eficácia em manter o controle do numerário pertencente aos presos, inclusive do seu pecúlio, efetuando-se o registro de entrada e saída do numerário e pecúlio dos presos no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/SP;

Inclusão/Kit Preso – padronização no fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos custodiados nas unidades prisionais da Pasta, controlando o estoque da inclusão bem como itens que serão fornecidos e/ou estão em poder do reeducando;

Escolta pelo Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – padronização e organização das escoltas de presos pelos AEVP´s quanto as unidades prisionais subordinadas à COREMETRO;

Definição da solução de biometria dos presos e visitantes; **Mapa População Carcerária** – geral por coordenadoria e unidade chegando ao detalhamento das informações referentes à pessoa presa;

Saída Temporária – padronização e controle das saídas temporárias dos presos emitindo relatórios gerenciais e estatísticos;

Controle de Benefícios – cadastro dos benefícios protocolados julgados e não julgados, emitindo relatórios gerenciais e estatísticos.

Sistema Gestão Penitenciária - GEPEN

✓ **Certificação Digital**

Boletim Informativo (De 25/11/2014 a 01/12/2016 gerados 166.047 (cento e sessenta e seis mil e quarenta e sete- BI´s**)**

A assinatura digital do Boletim Informativo – relatório emitido do Sistema Gestão Penitenciária, agiliza os pedidos de benefícios para as pessoas presas realizados por meio dos seus defensores públicos ou privados, bem como o atendimento às determinações judiciais.

De janeiro a dezembro de 2016 foram emitidos **40.282** (quarenta mil, duzentos e oitenta e dois) BI´s.

No início de 2016 entraram e produção dois relatórios com assinatura digital:

Atestados de Comportamento Carcerário - de janeiro a dezembro/2016 foram gerados **1.261** (mil duzentos e sessenta e um) ACC´s;

Certidão de Recolhimento Prisional - de janeiro a dezembro2016 forma geradas **4.905** (quatro mil, novecentos e cinco) CRP´s.

Foi desenvolvida página para que se possa conferir a veracidade do documento digital (http://egepen.sap.sp.gov.br).

Lista Única de Transferência para unidades de regime semiaberto

Foi implementada nova funcionalidade no módulo Presos – Lista única de transferência para unidades de regime semiaberto, onde a classificação obedece ao critério de data de lançamento no sistema, conforme Resolução SAP – 142, de 26 de setembro de 2016, que estabelece critérios de padronização para fins de remoção do (a) preso(a) progredido do regime fechado para o semiaberto no âmbito das unidades prisionais da SAP.

Sistema Cartório Informatizado - SCI

Em 2016, deu-se continuidade à implementação do Sistema Cartório Informatizado, tendo como principal objetivo registrar os fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e funcional de detentos, funcionários ou terceiros nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. Do **segundo semestre de 2015, quando o sistema entrou em operação, até 31/12/2016** foram registrados **47.196** (quarenta e três mil e oitocentos e setenta e seis) Comunicados de Eventos.

Ação 6141 – Provisão de Serviços de Necessidades Materiais Básicas aos Custodiados

Descrição: Fornecimento com qualidade e regularidade de serviços e materiais que garantam condições dignas ao custodiado, quanto à sua alimentação, higiene e alojamento, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Federal n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Produto/Meta: 231.390 custodiados atendidos

Realização: 229.104 custodiados atendidos (99,0%)

Justificativa: havia uma expectativa de crescimento de 7(sete) % da população carcerária em relação ao ano anterior, bem como a inauguração de duas unidades prisionais, cujas obras não terminaram em tempo hábil, o que nos levou a não atingir nossa meta, realizamos uma média mensal de população carcerária de 229.104 (duzentos e vinte e nove mil, cento e quatro) custodiados atendidos, com materiais que suprem as necessidades básicas , no que se refere a alimentação, artigos de higiene e alojamento.

Ação 6142 – Provisão de Serviços de Atenção à Saúde dos Custodiados

Descrição: Disponibilização de serviços de atendimento ambulatorial, psiquiátrico, odontológico, campanhas de vacinação e distribuição de medicamentos e execução de programas preventivos de doenças, nas unidades prisionais e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, bem como encaminhamentos para atendimento de média e alta complexidade.

Produto/Meta: 57,98% de unidades prisionais com equipe mínima de saúde

Realização: 47,27% de unidades prisionais com equipe mínima de saúde

Justificativa: ficamos a 10,71% abaixo da meta devido à dificuldade para contratação de profissionais para comporem as equipes de saúde. Tais dificuldades devem-se aos seguintes fatores:

A Secretaria da Administração Penitenciária realiza concursos públicos regularmente para todas as áreas (fim, meio e saúde) a fim de suprir os déficits das unidades prisionais em funcionamento, assim como das que estão em construção.
São ofertadas vagas aos candidatos aprovados e os mesmos não assumem por falta de interesse.
O DRHU não possui candidatos remanescentes de outros concursos, razão pela qual está ultimando procedimentos necessários para um novo certame.
As Nomeações são feitas gradativamente sempre observando as disponibilidades financeiras e orçamentárias, contudo, são encontradas dificuldades em fixar tais profissionais nas Unidades Prisionais dadas as peculiaridades das mesmas.
Não temos logrado êxito no provimento de cargos para a área meio, visto que os órgãos competentes quais sejam: Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria da Fazenda tem negado o provimento destes, em razão do disposto no Decreto nº 61.132, de 25/02/2015.Também não obtivemos recursos financeiros disponibilizado pela Secretaria de Estado da Saúde para contratação através de Pactuação entre os Municípios por meio da Deliberação CIB-62.

Principais Realizações:

Através da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário

A Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário no ano de 2016, promoveu por meio de seus Grupos e Centros Regionais de Saúde e Hospitais de Custódias as seguintes atividades:
Parcerias:
Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário *e* a Associação Civil de Caráter Filantrópico "Casa Assistencial do Amor e Misericórdia – CAAM*"* em agosto/2016 até agosto/2017, para atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de Cárcere na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital.

Obras e Reformas dos Setores de Saúde:
A Coordenadoria de Saúde finalizou umas e iniciou outras obras de reformas e adequações das áreas de saúde com recurso oriundo do Plano Nacional de Saúde das seguintes unidades:
Obras Finalizadas:
Centro de Detenção Provisória de São Vicente;
Obras em andamento:
Penitenciária I e II de Potim - Previsão de finalização Jan./2017
CDP de Hortolândia – Previsão de finalização Dez./2016
Penitenciária I de Sorocaba – Processo licitatório em andamento - Dez./2016
Penitenciária de Pracinha – Processo Licitatório em andamento - Dez./2016
Penitenciária de Flórida Paulista – Em fase de Análise Jurídica por parte da Consultoria Jurídica
CDP de Santo André - em fase de Finalização de Projeto
Penitenciária Feminina da Capital – Obra sobrestada devido empresa sancionada

O Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional promoveu:
Capacitações de Servidores de Saúde e Afins por meio de Videoconferências:
Palestra-Vacinação Influenza:
Data de Realização: 15 de março de 2016
Com apoio da Secretaria de Estado da Saúde e da Escola de Administração Penitenciária
Objetivo: Preparar as equipes de Saúde das Unidades Prisionais de todo o Estado, para a Campanha de Vacinação contra a Influenza (H1N1) em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a Escola de Administração Penitenciaria (EAP).
Palestrante: Dra. Helena Sato, Diretora de Imunização do C.V.E. da Secretaria de Saúde, para orientação e atualização dos profissionais de Saúde da SAP.
Participantes: Todas as unidades prisionais por meio de polos de transmissão e streaming.

Capacitações por meio de Oficinas Presenciais:
Oficina de Acolhimento, Ética e o Processo de testagem do HIV por TR – Fluido Oral:
Período de Realização: maio a junho de 2016.
Foram realizadas 07 oficinas, através de parceria com o Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS, Coordenadoria de Saúde da SAP e a Escola de Administração Penitenciária.
Objetivo: Capacitar servidores da Secretaria para a testagem de HIV/AIDS por meio de testes Rápidos por Fluido Oral, tanto nos aspectos técnicos da aplicação, quanto nos aspectos éticos.
Metodologia: Oficinas presenciais com duração de 08 horas cada.
Público Alvo: Servidores da SAP em diversas áreas de atuação.

Regionais: Coordenadoria Central.
Participantes: 191 servidores.

Manejo Psiquiátrico: Uma abordagem da importância do cuidado ao lidar com o surto psiquiátrico em unidades prisionais:
Período de Realização: janeiro a novembro de 2016
Foram realizadas 12 oficinas, em parceria da Coordenadoria de Saúde da SAP e Escola de Administração Penitenciaria.
Objetivo: Propiciar aos Agentes de Segurança Penitenciaria, conhecimentos referentes à importância e realização do manejo psiquiátrico (contenção física) efetivo e seguro com pacientes em crise, respeitando a condição de vulnerabilidade desse indivíduo.
Metodologia: Oficinas presenciais de 04 horas aula.
Público Alvo: Agentes de Segurança Penitenciaria.
Regionais: Coremetro e Coordenadoria Central.
Participantes: 158 servidores.

Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira no Sistema Prisional do Estado de São Paulo:
Período de Realização: agosto a outubro de 2016
Através de parceria da Secretaria de Estado da Saúde, Coordenadoria de Saúde da SAP e Escola de Administração Penitenciaria.
Objetivo: Capacitar profissionais para maior desempenho na área de Saúde Ocular.
Metodologia: Aulas teóricas, atividades interativas em grupo, exercícios práticos, atividades supervisionadas.
Público Alvo: Profissionais de Saúde (Diretores de Saúde, Enfermeiros, auxiliares de Enfermagem).
Regionais: Coremetro e Noroeste.
Participantes: 103 servidores.

Capacitações realizadas por meio de Parcerias Intersetoriais e Convênios:
CRR, UDED, DIMESAD, UNIFESP:
Implementação de Processos Formativos por meio do Centro Regional de Referência, para agentes e trabalhadores atuantes no campo das políticas sobre drogas.
Capacitação para os módulos:
1. Contextos de usos e dependências de drogas;
2. Demanda Hospitalar e Maternidades;
3. Intervenção Breve; Redes e Projetos.
Período de Realização: fevereiro a novembro de 2016.
Objetivo: Capacitar profissionais da SAP em equipes multidisclinares na compreensão dos contextos, ações e redes referentes à dependência química.
Metodologia: Desenvolvida pela UNIFESP, aulas presenciais em sala de aula e em campo, seminários e elaboração de trabalhos supervisionados.
Público alvo: servidores de diversas Áreas da SAP.
Regionais: Coremetro.
Participantes: 28 servidores.

UNESP- BOTUCATU; Fundação para o Desenvolvimento Hospitalar:
Capacitação em atenção à "Dependência Química".
Período de Realização: agosto de 2016 a fevereiro de 2017.
Objetivo: Capacitar Equipes de Saúde das Unidades Prisionais com base no MI- mhGAP da Organização Mundial da Saúde, na assistência integral ao paciente dependente químico.
Metodologia: Aulas teóricas, estabelecimento e acompanhamento de projetos supervisionados nas unidades prisionais participantes.
Público Alvo: Equipes multiprofissionais de Saúde: (Psicólogos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Dentistas e ASPs da Saúde).
Regionais: Coremetro, Corevali e Coordenadoria da Região Central.
Participantes: 91 servidores.

Campanhas Educativas e Informativas:
Combate à Proliferação do Mosquito Aedes Aegypti
Durante o ano de 2016 o GPGASPP juntamente com suas Diretorias Regionais de Saúde, estimulou as Unidades a praticas educativas e de conscientização ao combate do mosquito Aedes.
Foram criados dois modelos de cartazes informativos neste período, para distribuição e divulgação nas Unidades Prisionais.
Concurso "Vencendo a Tuberculose"

Em parceria celebrada entre a Coordenadoria de Saúde por meio do GPGASPP e Diretorias Regionais de Saúde e os GRATES. Foram encaminhados às unidades prisionais materiais informativos, orientações de como escrever história em quadrinhos, regulamento e premiação. Foram inscritos aproximadamente 2.500 cartazes, elaborados pelos reeducandos. Houve a seleção de 05 finalistas por Coordenadoria Regional e em setembro de 2016, ocorreu premiação dos 03 cartazes vencedores do concurso, através do Fórum de Tuberculose.

Ações de Saúde:
Vacinação contra Influenza:
A Coordenadoria de Saúde, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e os Municípios nos quais estão sediadas unidades prisionais, realizaram vacinação contra influenza no Sistema Prisional Paulista, durante os meses de maio e junho de 2016.
Total de privados de liberdade vacinados: **181.295** (cento e oitenta e um mil, duzentos e noventa e cinco)**,** o que corresponde a **78,90%**da população.
Total de servidores vacinados: **21.530** (vinte e um mil quinhentos e trinta), o que corresponde a **63,66%**dos servidores.
Foram também vacinados **440** (quatrocentos e quarenta) Defensores Públicos **e 282** (duzentos e oitenta e dois) alunos da Escola de Administração Penitenciária.

Campanha de Diagnóstico por Teste rápido por Fluido Oral para HIV nas Unidades Masculinas da SAP:
A Coordenadoria de Saúde em parceria com o CRT/AIDS deu início em 2015 a um projeto de testagem da população masculina nas unidades de todo o Estado.
No ano de 2016, foram testadas as populações das unidades da **COREVALI**: aplicados 10.444 (dez mil, quatrocentos e quarenta e quatro) testes**,** correspondente a **43, 2%** da população; e **CRC**: aplicados 35.053 (trinta e cinco mil e cinquenta e três) testes**,** correspondente a **83,6%** da população.
A partir desta ação, os casos identificados "positivos" são encaminhados para linha de assistência e tratamento.

Campanha "Fique sabendo 2016":
Á exemplo de 2015 foi realizada parceria entre a SAP e o CRT/AIDS na realização da Campanha Fique Sabendo 2016.
Neste ano participaram as unidades da COREMETRO, COREVALI e NOROESTE.
Conferências, Congressos e Simpósios:
Instituto do Câncer de São Paulo
"II Simpósio de Praticas Hospitalares Humanizadas"
Em 24.09.2016.
Apresentação do tema:
"Panorama Geral do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo e a Rede de Atendimento à Saúde ao Paciente Privado de Liberdade: possibilidades e desafios de atuação".

O Grupo de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor
Promoveu por meio de seu Grupo e Centros Regionais, as seguintes atividades:
Atendimentos Clínicos
Medicina Ocupacional: **853** (oitocentos e cinquenta e três) atendimentos.
Psiquiatria: **393** (trezentos e noventa e três) atendimentos.
Psicologia: **1.792** (mil setecentos e noventa e dois) atendimentos.
Nutrição: **346** (trezentos e quarenta e seis) atendimentos.
Enfermagem: **5.427** (cinco mil quatrocentos e vinte e sete) atendimentos.
Serviço Social: **573** (quinhentos e setenta e três) atendimentos.
Visitas Técnicas para processos de transferência de caráter humanitário.
Realizadas visitas há servidores que tenham solicitado transferências de caráter humanitário, com a finalidade de fundamentar a real necessidade do pedido: **73** visitas.
Acompanhamento de Licenças Saúde Superior há 03 (três) anos
O serviço social também realizou visitas aos servidores em licença saúde superior há 03 (três) anos, com a finalidade de identificar a necessidade de apoio terapêutico e continuidade de tratamento. Foram visitados cerca de **11** (onze) servidores.

Campanhas de Vacinas:
Influenza (H1N1)
A Campanha de Vacinação contra a Influenza para os servidores da Secretaria da Administração Penitenciária ocorreu no primeiro semestre. Foram vacinados pelas equipes de saúde das unidades SAP e SUVIS. Total de **15.679** servidores**.**

Hepatite B; Tríplice Viral; Dupla Adulto.
Outra campanha de vacinação de desta foi a realizada pelo CQVIDASS da Região Metropolitana, voltada aos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciaria do Curso de Formação da Escola de Administração Penitenciária contra a Hepatite B, Tríplice Viral e Dupla Adulto, que ocorreu também no primeiro semestre. Foram vacinadas pela equipe de saúde do CQVIDASS Metropolitana, **508** pessoas.
Ações de Saúde:
Diversas atividades, entre elas, verificação do teste glicêmico, aferição da pressão arterial e orientações de saúde que totalizaram 842 atendimentos. Também foi feita atualização de vacinas do calendário da rede básica, atualizando um total de 42. Na Campanha "Outubro Rosa", os servidores das unidades foram motivados por meio das CIPAS sob a orientação dos CQVIDASS a utilizarem o laço rosa, símbolo da Campanha. O GQVIDASS e a Impressa SAP, solicitou aos servidores da SAP que no dia 24/10 vestissem rosa em alusão a campanha. Em algumas regionais foi possível viabilizar por meio de parcerias, a coleta do exame preventivo de colo de útero para algumas servidoras.
O CQVIDASS da Região Central organizou uma campanha para doação de sangue com a finalidade de conscientizar os servidores da importância do ato de doar sangue e também reforçar o estoque do Banco de Sangue da região. Vários servidores aderiram à campanha.
Palestras:
Influenza (H1N1): O Centro de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor da Região Metropolitana realizou por meio de seus técnicos de saúde campanha de orientação, esclarecimento de dúvidas sobre H1N1, tendo como finalidade incentivar a adesão à campanha de vacinação contra a Influenza em unidades que tiveram baixa adesão na campanha de 2015. Total de participantes: **256 servidores**.
Tuberculose: Promovida pelos cipeiros do CDP Santo André e Penitenciária Feminina de Santana, unidades da Região Metropolitana, que teve como palestrante, profissional médico do CQVIDASS.

Alimentação Saudável: Realizada no auditório da Sede I, com a participação dos cipeiros da região metropolitana, ministrada pela nutricionista do CQVIDASS Metropolitano.
Prevenção ao Suicídio: O GQVIDASS, os CQVIDAS e CIPAs da todas as unidades que compõem a SAP desenvolveram ações, bem como palestras sobre o tema em alusão ao Setembro Amarelo, mês de prevenção do Suicídio.

Programas e Projetos:
O "**Programa Reeducação Alimentar**: sua saúde é nossa meta" integra a Nutrição e a Psicologia para o tratamento da compulsão alimentar, sucesso e insucessos no processo de reeducação alimentar. Foram atendidos e acompanhados 45 servidores.
Programa "No Ritmo" desenvolvido semanalmente as quartas feiras e estimula a prática de atividade física por meio da dança, já teve 14 encontros com 139 participações.
Programa de "Saúde Ocupacional para AEVP" tem a finalidade de avaliar as condições de saúde dos servidores responsáveis pela escolta de presos (AEVP). O Programa continua em desenvolvimento, sendo avaliados até o momento 390 servidores.
O GQVIDASS elaborou o **Programa "Quero Parar de Fumar"** e atualmente o CQVIDASS da Região Noroeste desenvolve na Penitenciária de Bernardino de Campos, onde são realizadas reuniões quinzenais com 20 servidores participantes. O Programa conta com suporte de profissionais da área médica, psicologia, nutrição e enfermagem. O CQVIDASS da Região Metropolitana também desenvolve o mesmo programa atendendo a 29 servidores.

Projeto de "Atenção aos Oficiais Operacionais Motoristas", desenvolvido pelo CQVIDASS da Região Noroeste, em parceria com o CEAMA de Bauru para atendimento dos motoristas das unidades prisionais da região.
Na segunda edição do **Programa o "Peso Ideal"** para os servidores da Sede CRN, foram realizadas avaliações com nutricionista para verificar o índice de gordura corporal. Foram realizadas palestras sobre alimentação saudável e atividade física, bem como, orientação nutricional, de enfermagem e psicológica. O programa teve duração de seis meses.

O Projeto "Emagrecer com Saúde", foi elaborado pelo CQVIDASS Corevali, e tem como objetivo a educação nutricional e comportamental (aspectos psicológicos), onde foram selecionados temas discutidos em palestras e rodas de conversa. O Projeto contou com 9 encontros nutricionais e 2 encontros de Psicologia.
Programa "Saúde em Dia", desenvolvido pelo CQVIDAS Central com atendimentos e acompanhamentos semanais aos servidores participantes tem como objetivo conhecer, promover e preservar a saúde dos servidores das unidades por meio de monitoramento individual. Conta com 199 participantes da Sede da Coordenadoria e unidades do complexo Hortolândia.

O Projeto "Menos Pressão" esclareceu dúvidas voltadas ao assunto, e proporcionou orientações sobre a Hipertensão Arterial Sistêmica.
O Projeto "Saúde na Veia" teve como objetivo a realização de exames de sangue periódicos aos Servidores, contribuindo na prevenção e no tratamento de doenças. Com a parceria promovida entre o CQVIDASS VALI e o Laboratório Municipal de Pindamonhangaba, a coleta que foi realizada e oferecida a todos os funcionários, aconteceu de maneira trimestral (a partir de Agosto/2016), perfazendo um total de **110** (cento e dez) exames realizados.
O projeto "Prontuário de Saúde Funcional" desenvolvido pelo CQVIDASS Oeste tem como finalidade avaliar, acompanhar as condições de saúde dos servidores da Sede da Coordenadoria Oeste. Conta com a participação de **107** (cento e sete) servidores.

CIPAS:
O GQVIDASS e CQVIDASS em parceria com a EAP elaborou o curso de formação de cipeiros para renovação do mandato das CIPAs implantadas nas unidades pertencentes a SAP para o biênio 2016/2017. Foram implantadas em todas as unidades prisionais e sedes administrativas, totalizando **171** (cento e setenta e uma) CIPAs, contando com **1151** (mil cento e cinquenta e um) cipeiros. O curso foi realizado simultaneamente em todas as regionais no período de julho a setembro/16. Os CQVIDASS e as CIPAs, sob orientação do GQVIDASS realizaram ações de Saúde nas datas preconizadas pelo Calendário do Ministério da Saúde: Dia Mundial de Combate à Tuberculose, Dia Mundial da Atividade Física, Dia Mundial da Saúde, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial sem Tabaco, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, Dia Mundial da Alimentação, e outras datas comemorativas como dia internacional da mulher, dia das mães, dia do desafio, dia do servidor público, dia dos pais e outras; SIPAT Semana Interna de Prevenção de acidentes, prevista na Norma Regulamentadora Nº 05, da Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978 e na Resolução SAP 64, de 12/04/2016. De 18 a 25 de setembro a CIPA das Unidades Prisionais e sede da CRN desenvolveram ações como palestras e workshops alusivos à Semana Nacional de Trânsito.

Premiações:
O "Programa Reeducação Alimentar: sua saúde é nossa meta", do CQVIDASS da Região Metropolitana, foi premiado com o 3º lugar no IV Prêmio Prevenir. Ganhador de menção honrosa, o projeto "Quero Parar de Fumar" foi elaborado para os servidores da Penitenciária de Bernardino de Campos, pelo CQVIDASS Noroeste; "Saúde em Dia", do CQVIDASS da Região Central, também recebeu menção honrosa pelo projeto apresentado.

Os Hospitais de Custódia subordinados a Coordenadoria de Saúde, realizaram as seguintes atividades:
Parcerias
Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria de Estado da Saúde por intermédio da Coordenadoria de Saúde, em maio/2016 com vigência para **12** (doze) meses para realização de Laudos de Cessação de Periculosidades aos sentenciados em Medida de Segurança, tendo sido realizado até Dezembro/2016 **390** (trezentos e noventa) laudos de verificação de cessação de periculosidade e encaminhados ao DECRIM.

Atendimento à Saúde dos Pacientes:
Prevenção e Controle de Hipertensão / Diabetes; Controle de Dependências Químicas; Imunizações; Higiene Corporal; Saúde Bucal; Prevenção de Tuberculose - Busca ativa de casos de Tuberculose para prevenção e controle da doença; Assistência à DST/HIV; Projeto saúde da mulher e do homem com palestras informativas acerca câncer de mama, DST(s) e Câncer de Próstata; Sistematização do atendimento individualizado; Plano Terapêutico Singular; Combate à proliferação do mosquito Aedes Aegypti; Prática de Alongamento e Ginástica Laboral por Método Pilates com Bola Suiça; Projeto Modelando a Psicomotricidade: Promover o restabelecimento das qualidades psicomotoras através de atividades monitoradas, sequenciais e semanais utilizando-se massa de modelar; Projeto Alimentação Saudável: Desenvolver o conceito de alimentação saudável através de oficinas práticas para o manuseio e higienização de hortaliças para consumo próprio; Semana Nacional da Saúde: Promover e divulgar a "Semana Nacional da Saúde" (dia 05 de Agosto) por meio de ciclos de atividades físicas, palestras informativas e oficinas práticas, adequadas a realidade e peculiaridade de cada colônia integrante desta unidade prisional.

Projetos Terapêuticos e Ocupacionais:
Educação para o Trabalho - PET: Desenvolvida em parceria com a FUNAP; Educação Profissionalizante: Em parceria com a FUNAP e instituições profissionalizantes, através do

PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego); Exames Nacionais: (ENEM e EJA); Biblioteca; Esportes/Recreação; Música/Arte; Esporte e Lazer; Inclusão Social; Atividades Religiosas; Palestras; Parceria com a Secretaria Estadual de Educação: aulas do ensino fundamental I e II; Projeto Sou Eu: Confecção e atualização de documentação básica; Projetos de Práticas de Atenção em Dependência Química; Projeto Roda de Atualidades: visa trabalhar a interação social em pacientes comprometidos intelectualmente, utilizando recursos como filmes, músicas e vídeos; Projeto Jovem Grupo do Amanhã: Voltado aos pacientes com maior lucidez, visando à discussão de temáticas atuais da sociedade; Parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação: Projeto VIA RÁPIDA o desenvolvimento do curso de pintura e hidráulica; Arte-Terapia: Promover a interação psicossocial e a (re)conquista da concentração através de oficinas para a produção artística utilizando-se lápis de cor e figuras elaboradas.

Ação 6146 – Suporte Administrativo e Formação do Servidor em Apoio à Custódia e Reintegração

Descrição: Fornecimento de suporte administrativo e de tecnologia da informação e comunicação, formação e aperfeiçoamento de servidores, que contribuam para a execução e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo sistema penitenciário paulista.
Produto/Meta: 180 unidades gerenciadas
Realização: 178 unidades gerenciadas (98,8%)

Justificativa: estavam previstas a inauguração de 02 (duas) unidades prisionais no ano de 2016, que não se concretizaram; todavia inaugurou-se 03 (três) unidades, que haviam sido previstas 01 (uma) em 2014 e 02 (duas) para o ano de 2015.

Principais Realizações:

Gestão da Modernização da Administração Penitenciária – Parque Tecnológico
Neste exercício, com a implantação dos itens de modernização: Filtro de conteúdo de acessos à internet, Solução de *Backup* (cópia de segurança dados), *Switch*+fibra (cabeamento de rede e equipamento de conectividade) e readequação dos ranges de IP da Sede I, promoveu a modernização, agilidade, segurança, confiabilidade e integridade das informações.

Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos - SISDRHU
Em 2016, deu-se continuidade à implementação do SISDRHU que tem como principal objetivo o controle e gerenciamento da frequência e vida funcional dos servidores, além de produzir relatórios gerenciais que atenderão demandas de toda a Pasta. Ao longo do ano foi realizado o desenvolvimento de funcionalidades e/ou módulos novos, bem como, feitas algumas melhorias nas funcionalidades existentes do sistema
O módulo de Estágio Probatório para ASP (Agente de Segurança Penitenciário) está em fase de testes em algumas unidades prisionais para homologação. No presente mês, estão em desenvolvimento o módulo de Ficha 100 e o módulo de Acúmulo de Cargo.
Atualmente, todas as unidades prisionais têm acesso ao SISDRHU e utilizam várias de suas funcionalidades do sistema, porém, o módulo frequência, está sendo utilizado por aproximadamente 70% delas com a meta de alcançar os 100% no primeiro semestre de 2017.
A Sede da SAP, bem como das **07** (sete) Coordenadorias, a Escola de Administração Penitenciária e o Conselho Penitenciário já utilizam as funcionalidades do módulo de frequência.
Até o presente momento já foram emitidas, por meio do referido sistema, **25.325** (vinte e cinco mil e trezentos e vinte e cinco) Cédulas de Identidade Funcional.

Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário (CASP)
Em 2016, deu-se início ao desenvolvimento do Sistema de Denúncia tendo como objetivo: registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria. O sistema irá gerar estatísticas e relatórios das ocorrências que são feitas via telefone, carta, e-mail, pessoalmente, dentre outros. O sistema está em fase de testes para entrar em produção.

Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann" – EAP
Em 2016, os dois Centros desta Escola, Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agente de Segurança Penitenciária desenvolveram atividades que a seguir demonstraremos:
O Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos – CECAD-RH, teve como foco o "Programa de Treinamento para Área de Comando", cujo objetivo foi capacitar os diretores dos

diversos setores que compõem as unidades prisionais. A estratégia de reconhecimento das necessidades e respectivas temáticas foram obtidas por meio de reuniões com os diretores regionais inclusive para organizar a prioridade no atendimento. O atendimento do citado Programa está sendo realizado de forma regionalizada com previsão de continuidade no próximo ano. Foram atendidas as áreas de recursos humanos, trabalho e educação, finanças, administração, segurança e disciplina e segurança externa, com temas envolvendo procedimentos, bem como liderança, trabalho em equipe e gestão de pessoas, de forma a facilitar a atuação dos diretores das unidades prisionais da SAP.
O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agente de Segurança Penitenciária – CFAASP ofereceu o Curso de Especialização Técnico-Profissional para ASP em EaD (Educação a Distância), com os temas "Ética e Cidadania", "Saúde no Trabalho" e "Gerenciamento de Crise", para promover o aperfeiçoamento e a atualização dos servidores, ampliando seus conhecimentos e habilidades sobre os assuntos relevantes à carreira, a fim de valorizar e otimizar as práticas desenvolvidas nas unidades prisionais.
Para os Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVP, foi oferecido o Curso de Especialização Técnico-Profissional Armamento e Tiro, iniciado em novembro de 2015, com o objetivo de aperfeiçoar a prática de tiro defensivo e o manuseio das armas, bem como levá-los ao conhecimento sobre a identificação e o controle dos eventos de risco decorrentes de sua prática de trabalho. O citado curso percorreu o ano de 2016 e avançará em 2017 para a conclusão de duas Coordenadorias Regionais no primeiro semestre. Também foram formadas turmas de instrutores, para as disciplinas de Tiro Defensivo e Técnicas de Condução Operacional, ampliando assim o quadro de docentes desta Escola.
Ainda em 2016, deu-se início ao Processo Seletivo para novos docentes da EAP, com o propósito de selecionar servidores públicos do Estado de São Paulo, para atuarem como docentes nos Cursos de Formação Técnico-Profissional, Cursos de Aperfeiçoamento e Cursos de Capacitação para Agentes de Segurança Penitenciária - ASP e Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVP.

Servidores Treinados - Período: janeiro a novembro/2016

Eixo Temático	CECADRH	CFAASP	TOTAL
I - Ingressantes/Iniciação Funcional	-	462	462
II - Desenvolvimento Humano/Qualidade de Vida	2.160	-	2160
III - Administração/Gestão	2.560	129	2.689
IV – Segurança e Disciplina	1.340	19.160	20.500
V – Reintegração Social	131	-	131
Total de Servidores Treinados	**6.191**	**19.751**	**25.942**

CECAD-RH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.
CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária.

Ação 6167 – Conservação, Manutenção e Reparos das Unidades Prisionais em Apoio à Custódia

Descrição: Realização de manutenção das estruturas existentes, incluindo serviços de conservação e reparos em face do desgaste do tempo e da utilização para acomodar presos e internados, possibilitando plenas condições de funcionamento e segurança.
Produto/Meta: 169 unidades prisionais atendidas
Realização: 166 unidades prisionais atendidas (98,2%)
Justificativa: não foram inauguradas 02 (duas) unidades prisionais que estavam previstas para o ano 2016 e a expectativa de 01 (uma) que havia sido prevista inaugura em 2015, cuja obra não ficou pronta.

Principais Realizações: Programa de Eficiência Energética
Readequação de Contratos de Consumo
Em 2011 iniciou-se o Projeto de Eficiência Energética, um trabalho tocado em conjunto com a Secretaria de Estado de Energia – SEE, cujo objetivo principal foi a readequação dos contratos de energia elétrica junto às concessionárias. Trata-se fundamentalmente da análise da tarifa e da demanda contratada e a solicitação à concessionária de readequação dos contratos. Em 2014 foram analisados 100% dos contratos das unidades prisionais pelos engenheiros da SAP e da SEE, das 160 unidades existentes até 30.11.2014, das quais 62 (sessenta e duas) estavam com o contrato adequado, ou eram unidades recém-inauguradas, ou pertenciam à classe B e não possuíam contrato firmado, para as demais foram emitidos os respectivos ofícios às Concessionárias e as devidas revisões foram realizadas. Em 2015, em conjunto com a SEE e o Comitê Gestor do Palácio do Governo, passou-se para a segunda revisão contratual, onde foram analisadas 70 (setenta) tarifas e

suas respectivas demandas, resultando em 52 (cinquenta e dois) ofícios às concessionárias para uma readequação. As demais não aderiram uma vez que possuem planejamento para ampliação ou redução de carga a curto prazo e o farão posteriormente. Em 2.016, mais 23 contratos/ tarifas foram analisados e 7 ofícios emitidos.

Retrofit

Em consonância ao programa acima seguiram-se as ações do Retrofit, que significa que na medida em que há disponibilidade financeira/orçamentária, as unidades prisionais estão procedendo com a troca de lâmpadas e de equipamentos por itens mais econômicos – SELO PROCEL – instalação de sensores de presença. Desde o início do projeto até novembro de 2015, 106 (cento e seis) unidades haviam conseguido realizar a troca de lâmpadas, por produtos mais econômicos, totalizando 32.000 (trinta e duas mil) lâmpadas. Juntam-se à esta ação mudanças de atitudes como conscientização da população carcerária, apagar a luz ao sair do ambiente, desligar monitores etc. obviamente o reflexo será na redução do consumo em kwh.

Projeto para redução do consumo de energia elétrica através da iluminação com produtos de baixo consumo

Verificou-se as condições da viabilidade técnica de Iluminação das muralhas das unidades prisionais, objetivando a redução no consumo de energia, através da substituição de uma luminária de "vapor de sódio", utilizada atualmente, por uma luminária de "led", de baixa tensão. Tratou-se de um projeto para tornar possível a troca da iluminação externa por iluminação mais econômica, de melhor qualidade em todas as unidades do sistema prisional e à medida da disponibilidade financeira/orçamentária, as unidades prisionais vêm realizando essas trocas para trazer melhoria na qualidade da iluminação, na segurança da unidade e na economia do consumo de energia.

Banco, capacitor

Por meio das ações de nossos engenheiros elétricos, sediados na Sede e Coordenadorias, muitas unidades passaram por estudos para a verificação da necessidade de instalação de banco capacitor. Trata-se de um equipamento para corrigir o baixo fator de potência, pois o correto dimensionamento deste e o acionamento do banco, elimina os gastos de kwh desnecessário e consequentes multas nas faturas por ultrapassar os valores de demanda contratados. Até o momento 18 (dezoito) unidades prisionais procederam com a instalação, principalmente as do Interior do Estado.

Outras Realizações:

Programa Nascentes – é a maior iniciativa já lançada pelo governo do Estado de São Paulo para manter e recuperar as matas ciliares – vegetação localizada no entorno de nascentes e nas margens de rios, córregos, lagos e represas que protegem as margens dos corpos d'água, evitando o assoreamento, favorecem a regularização da vazão dos rios e córregos além de oferecer abrigo e alimentação para a fauna local. Reunindo diferentes atores, como empresas públicas e privadas, poder público e sociedade civil, o programa otimiza e direciona investimentos públicos e privados para proteção e recuperação de matas ciliares, nascentes e olhos d'água.

A Pasta, por meio das Coordenadorias de Unidades Prisionais das Regiões Central, Noroeste e Oeste do Estado multiplicou a ação e ampliou o emprego o programa em algumas unidades prisionais a elas subordinadas.

A ação tem como objetivo a construção e o gerenciamento de uma rede integrada de plantio e recuperação de mananciais, desenvolvendo a produção de mudas nativas. Ela atende à demanda de projetos de restauração de áreas degradadas da região, proporcionando o sequestro de carbono – nome dado à absorção de grande quantidade do gás carbônico presente na atmosfera –, proteção dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade. Com isso, recuperará as áreas e mananciais degradados, auxiliando na restauração da biodiversidade e capacidade hídrica da região. Além do reflorestamento das matas ciliares, há a contribuição com a ressocialização de detentos do regime semiaberto, que possuem o direito de ter sua pena remida, ou seja, a cada três dias de trabalho, um dia dela é retirado segundo o artigo 126 da LEP. Com isso, as coordenadorias quiseram reeducar essas pessoas para que adquiram um olhar voltado à cidadania.

A capacitação dos reeducandos é composta por orientações teóricas e práticas, no total de 100 horas/ aula. A grade curricular se constitui pelos cursos Teórico de Produção de Mudas Nativas para Reflorestamento, Prático de Viveirista e de Plantio de Mudas Nativas. As matérias abordadas são a Composição de substrato; Fórmulas de adubação; Expurgo dos materiais; Colheita e preparação de sementes; Testes de germinação de sementes; Tipos e características de viveiros de mudas; Controle fitossanitário; Planejamento de recursos hídricos; Sistema de irrigação; Montagem e operação de viveiros e Plantio de Mudas Nativas. Cada grupo de unidades prisionais possui um papel específico no processo de reflorestamento como: semeadura, germinação, pré-desenvolvimento, engorda e rustificação ao sol e o plantio das mudas.

Atualmente existem 224.906 (duzentas e vinte e quatro mil novecentas e seis) mudas cultivadas entre as 79 (setenta e nova) espécies que seguem: Açoita-cavalo, Adrago, Alamandra, Algodãozinho, Amendoim-bravo, Angico branco, Angico do cerrado, Angico do cerrado do campo, Angico vermelho, Angico vermelho-preto, Araçá amarelo, Araticum, Aroeira salsa, Aroeira pimenteira, Barbatimão, Cambuí, Canafistula, Canelinha, Capitão do Campo, Capororoca, Cedro do brejo, Cedro rosa, Cereja do Brejo, Cerejeira do Rio Grande, Chau Chau, Copaíba, Dedaleiro, Farinha Seca, Favero, Favero Sucupira, Jenipapo, Goiaba branca, Goiaba vermelha, Coração negro, Guanandi, Guapuruvu, Gurucaia, Ibacuru, Ingá, Ipê amarelo, Ipê verde, Ipê branco, Ipê rosa, Ipê roxo, Ipê roxo bola, Jacarandá mimoso, Jaracatiá, Jatobá, Jatobá do cerrado, Jequitibá branco, Jerivá, Laranja de macaco, Leiteiro, Mamarinha do Mato, Maricá, Manduirana, Manolo, Monjoleiro, Moringa, Mutambo, Olho de cabra, Oleifera, Paineira, Paineira rosa, Pata de vaca, Pau ferro, Pau formiga, Pêssego bravo, Pitanga, Sabão de Soldado, Saguaragi, Sangra d'água, Tamanqueiro, Tarumarana, Timburi, Tucaneiro e Uvaia.

Orçamento por resultado – OpR e Sistema de Custos de Serviços Públicos - SCSP

Em 2016 o OpR sofreu nova revisão em sua estrutura sendo necessário algumas modificações, ou seja, dividir o Programa em dois objetivos, por um lado o de garantir a segurança e a dignidade da pessoa humana, e por outro lado o de viabilizar a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho, programas estes inclusos no Plano Plurianual - PPA 2016 – 2019.

Sistema de Administração de Materiais - SAM

Diante da Nova Política Contábil de Estoque e Bens Móveis, que faz parte da adesão do Brasil às novas normas internacionais de contas públicas, a Secretaria da Fazenda está promovendo a adequação do Sistema de Administração de Materiais – SAM ao novo modelo e rotinas que estão sendo desenvolvidas pela PRODESP.

Programa Melhoria dos Gastos Públicos

O programa Melhoria dos Gastos Públicos instituído pelo Decreto nº 57.829, de 02 de março de 2012, e alterado pelo Decreto 61.131 de 25.02.2015 – criou Comitê Gestor, instituído junto à Secretaria de Governo, composto por representantes de diversos órgãos do Estado. No programa "Desperdício Zero" foi criada a figura do Guardião da Economia. A SAP por sua vez, nomeou um guardião da economia para cada Unidade Prisional, Sede e Escola Penitenciária. Em 2016 passamos a enviar mensagens eletrônicas aos guardiões sobre economia e boas práticas realizadas pelos servidores das unidades prisionais e por iniciativa da Escola de Administração Penitenciária foram realizadas **11** (onze) palestras sobre economicidade e melhoria dos gastos públicos, aos novos servidores em curso com a finalidade de sensibilizá-los desde o início da carreira sobre desperdício e o bom uso do recurso público.

Programa de Uso Racional da Água – PURA

O objetivo deste programa, que é de exclusividade da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP, consiste em atuar sobre a demanda de água contribuindo para sustentabilidade, através do consumo racional, em virtude de sua escassez na Região Metropolitana de São Paulo. Considerando que esta Pasta é responsável por 54% do volume faturado, concentrado principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, Litoral e Região do Vale do Paraíba, é que buscamos esforços para implantação do programa em nossas unidades prisionais.

Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. A economia gerada de agosto de 2012 (quando o primeiro contrato foi firmado com a Penitenciária Feminina de Sant'Anna) até a dezembro de 2015 foi na ordem de R$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais), mediante a aplicação do desconto de 25% e da redução no consumo, a média mensal que era de 57.790) m3/mês (cinquenta e sete mil setecentos e noventa) no início do projeto, atingiu a média de 37.170 m3/mês (trinta e sete mil cento e setenta). No ano de 2016, média mensal de consumo está em torno de 29.000 m3/mês (vinte e nove mil), todavia não haverá economia no gasto em virtude do aumento de tarifa aplicada por aquela companhia em março de 2016.

A Secretaria continua trabalhando em **3** (três) frentes visando o bom e racional uso e a preservação deste bem, onde: **54** (cinquenta e quatro) unidades prisionais são abastecidas por concessionárias; **01** (uma) unidade prisional possui estação de tratamento de água e **111** (cento e onze) possuem poços tubulares.

Uso Racional da Água - Conscientização
Em todas as unidades são promovidas ações com objetivo de conscientização de toda a população carcerária e de todos os servidores que usam o local, sobre as atitudes corretas, com relação ao combate do desperdício de água e ao seu uso racional, estimulando-se a economia. Neste sentido, as unidades prisionais desenvolveram os projetos: "Água: Consumo Consciente"; "Água - Sensibilização para o consumo consciente da água"; "Amigo da Água" e "Ação Sustentável".

Captação de Água de Chuva
O projeto piloto foi implantado no Centro de Detenção Provisória de Itapecerica da Serra para aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis, que consiste na coleta pela superfície do teto da unidade, direcionando-a ao reservatório de armazenamento e disponibilizando-a por meio de tubulação ao pavilhão habitacional, para ser utilizada na limpeza de pátio, lavagem de roupa. Atualmente as 28 (vinte e oito) unidades prisionais da Região Metropolitana de São Paulo, já possuem a coleta de água de chuva.

Plano de Contingência nas Crises Hídricas
Diante da crise hídrica enfrentada nos últimos tempos foi criado um plano de contingência através de parceria com o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, para nos fornecer ajuda técnica no estudo hidrológico, para verificação da viabilidade de prospecção de poços artesianos nas unidades da Região Metropolitana de São Paulo, que são hoje abastecidas pelo Sistema Cantareira, estes poços artesianos servirão de apoio, em eventual falta de água do mencionado sistema, garantindo-se o abastecimento de água para a população carcerária, o projeto prevê a perfuração de 28 (vinte e oito) poços artesianos em 27 (vinte e sete) das unidades dessa região.

Programa de Manutenção e Operação de Poços Tubulares
Por solicitação da SAP junto ao DAEE, realizamos a parceria de promover 4(quatro) palestras capacitantes aos nossos servidores responsáveis pelas operações de poços tubulares nas unidades prisionais. Aquele órgão disponibilizou dois excelentes geólogos da entidade para a ministração da capacitação, transmitindo orientações importantes quanto a operação e manutenção dos poços tubulares, num total de **140** (cento e quarenta) unidades prisionais ali representadas. Esse programa previu não só a capacitação como colaborou nos estudos das condições dos poços visando ações preventivas que garantam o seu bom funcionamento e o abastecimento.

Projeto Higienização de Uniformes e Enxoval do Custodiado no Sistema Prisional
Estamos estudando outras oportunidades, dentro de nosso sistema prisional, de economia no consumo de água, porém com viés voltado à melhoria das condições de higiene e saúde do preso, através de nosso Projeto de Higienização de Uniformes e Enxoval do Custodiado no Sistema Prisional, cujo piloto será a Penitenciária I de São Vicente, unidade que havia tomado tal iniciativa, e que por razões de cortes financeiros, ficou suspenso. É nosso entendimento que se conseguirmos implantar em nosso sistema prisional lavanderias, a economia de água será considerável, bem como todo o reaproveitamento da água consumida, entre outras economias, além de obtermos roupas mais limpas, melhoria da higiene para os presos e sua saúde, que reverbera na economia com atendimento de saúde e medicamentos da população carcerária.

Projeto Adequação da Estação de Tratamento de Esgoto para Água de Reuso, Implantação de Biodigestor e Uso do Biogás na Penitenciária Masculina Balbinos I
Trata-se de um projeto de adequação do sistema de tratamento de esgoto, onde os resíduos gerados que são dispensados nas lagoas de tratamento, passarão a ser utilizado em um sistema biodigestor; grande potencial de produção do biogás e o aproveitamento deste gás, para gerar energia e utilização na cozinha para preparação da alimentação, deixando as duas unidades existentes autossustentáveis.
Podemos considerar **550 a 600 m³/dia** (quinhentos e cinquenta a seiscentos) de esgoto; com base na conta de luz, projeta-se zerar os custos com a concessionária de energia. Igualmente, o produto final gerado no sistema será água sem resíduo algum, podendo ser reutilizada para outras finalidades dentro do estabelecimento prisional, ficando reduzida a emissão de materiais orgânicos poluentes para o meio ambiente.

Eficientização energética – Lei 9.991/2000 - Aneel (art. 1º)
As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, setenta e cinco centésimos por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, vinte e cinco centésimos por cento em programas de eficiência energética no uso final. Foram contatadas as

concessionárias: ELETROPAULO, ELEKTRO, CPFL E BANDEIRANTES e encaminhados ofícios solicitando a inserção de nossas unidades prisionais no programa.

Racionalização Energética da Penitenciária Masculina de Serra Azul II
Este projeto pretende promover as vantagens em se utilizar água pré-aquecida por meio de sistema de aquecimento por energia solar, tanto para utilização desta água nos equipamentos da cozinha, como no contato direto com o alimento, acelerando o processo de cocção dos alimentos e oferecendo diversas vantagens: **60%** de redução de tempo de preparo, **25%** redução da necessidade de novos investimentos e outras aplicações nos equipamentos das cozinha industrial, **40%** de redução do consumo de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, utilização de energia solar, projeto este que prevê grande economia a ser gerada e um retorno a curto/médio prazo.

Projeto de Serviço de Instalação de Sistema Solar Grid Tie no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros IV
As instalações de Energia Solar para o Centro de Detenção Provisória IV de Pinheiros, trará economia significativa de energia, uma vez que a energia produzida pelas placas solares será distribuída para a rede durante o dia, e no final do mês, a Unidade Prisional só remunerará a Concessionária, pelo excedente que não produziu. Seu funcionamento viabilizará o correto funcionamento da iluminação das Muralhas, instaladas com Lâmpadas Led´s de forma a propiciar para esta Unidade, alcançar reduções no custeio de despesas como também atingir metas de redução no impacto ambiental, e em face da responsabilidade socioambiental que recai sobre esta administração, enquanto unidade agente do Estado.

Procedimentos operacionais padronizados para o descarte de recipientes individuais aluminizados: descartáveis e recicláveis, utilizados nos serviços de nutrição e alimentação do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo
Criou-se o projeto para a correta eliminação dos recipientes descartáveis, aluminizados, que são utilizados, principalmente, nas unidades dos Centros de Detenção Provisória que não possuem em sua estrutura física cozinha industrial, e padronização entre as unidades prisionais. O projeto foi devidamente aprovado pelo setor competente, e em função das atualizações dos estudos técnicos dos serviços terceirizados (CADTERC), os procedimentos serão contemplados na próxima edição do Volume 5 – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação de Pessoas Presas, conforme oficio recebido da Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDE – SEFAZ – durante este ano realizamos nova reunião de trabalho para ajudar na normatização e atualização de dados na área nutricional: itens da alimentação dos lactentes (mulher presa).

Manual de boas práticas para serviços de nutrição & alimentação do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo
O manual em questão tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais padronizados no serviço de alimentação das unidades prisionais, direcionando as ações inter-profissionais, considerando desde a estrutura física necessária até a capacitação da mão de obra utilizada. Os Núcleos de Saúde das Coordenadorias da SAP, por intermédio de suas nutricionistas estão com a incumbência da distribuição dos manuais, e ao mesmo tempo de realizarem a sensibilização de todos os servidores e custodiados que de alguma forma atuam em nossas cozinhas, para complementar este trabalho. Todas as unidades recém-inauguradas recebem esta capacitação e o manual respectivamente. Os custodiados que se formam nos cursos de cozinheiro e ou padeiros, receberam neste ano cópia do manual.

Campanha Papel Não É Lixo
Trata-se da conscientização dos servidores da Sede desta Pasta e da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfman” – EAP, no recolhimento de todo papel/papelão e afins não servíveis, para encaminhamento ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP. No atual exercício estamos recolhendo uma média de **700** (setecentos) quilogramas mensais.

Sistema de Custos dos Serviços Públicos
O sistema de custos dos serviços públicos do Estado de São Paulo objetiva calcular o custo do “serviço” prestado, em nível de centro de custo, usando método padronizado para todo o Estado de apropriação direta ao objeto de custo e buscando os dados nos sistemas corporativos já existentes. Este sistema está capitaneado pela Secretaria da Fazenda, e devido à complexidade conceitual e operacional, a respectiva implantação será gradual e com base no projeto piloto, cujo piloto escolhido foi esta secretaria.

Foram dadas prioridades à produção de relatórios sintéticos para apoiarem o processo decisório do gestor e com ênfase na melhoria da gestão orçamentária e financeira. A definição dos serviços a serem custeados está alinhada com os serviços identificados no **PPA 2012-2015 e revisões subsequentes** conforme nova abordagem de gestão por resultados. O Sistema de Custos dos Serviços Públicos já está em pleno funcionamento na SAP, e por conta disso, o GSPOF se encarregou de ser o agente multiplicador dentro da pasta; ministrando capacitação de **03** (três) horas/aula ao público alvo definido no projeto, quais sejam: diretor geral, diretor administrativo e diretor de finanças (quando há) das unidades prisionais e hospitais, num total de aproximadamente de **450** (quatrocentos e cinquenta) servidores. Até o momento, já foram capacitados **75%** deste público alvo.

Assessoria de Imprensa

Em 2016, foi dado andamento ao projeto de descentralização da Assessoria de Imprensa, através do Sistema de Comunicação Integrada da SAP, com reuniões periódicas entre os interlocutores regionais de comunicação. A partir deste ano, também passaram a integrar-se de maneira regular às reuniões os comunicadores da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (Funap), da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann". Manteve-se a ênfase na comunicação interna, reforço nas redes sociais e na divulgação de pautas positivas sobre o sistema penitenciário. Graças a esse conjunto de profissionais, foi possível a divulgação de maneira capilarizada de várias ações positivas da SAP, com apoio da área de regionalizados da Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo (Secom). Dentre elas, destacamos:

✓ Notas de Apreensão De Ilícitos

Foram divulgadas até 31/12/2016 **80** (oitenta) notas de apreensão de ilícitos. Essas notas são positivas, pois valorizam o trabalho dos funcionários ao impedir a entrada de celulares, drogas e outros com visitantes e tentativas de lançamento por muros e alambrados.

✓ SAP Na Luta Contra A Dengue

As Coordenadorias distribuíram releases regionalizados mostrando as diferentes ações das unidades prisionais da Pasta: seja em apoio a ação dos municípios, seja com ações autônomas como a plantação de flores cujo cheiro afasta o mosquito. Foram publicadas **44** (quarenta e quatro) reportagens na mídia paulista com foco nas ações realizadas pelos presídios paulistas no combate ao mosquito *aedes aegypti* nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

✓ Jornadas De Cidadania E Empregabilidade

Realizadas em 2016 de fevereiro até dezembro/2016, as Jornadas de Cidadania e Empregabilidade também tiveram bastante destaque, com média mensal de **11** (onze matérias) matérias publicadas, gerando pelo menos **132** (cento e trinta e duas) reportagens impressas positivas para o sistema prisional por ano.

✓ Automação De Porta De Cela

Divulgadas em duas etapas – uma em abril, outra em agosto – a automação de porta de celas dos presídios de regime fechado foi um grande sucesso: foram mais de **20** (vinte) reportagens em mídia impressa e Internet, além de outras reportagens veiculadas em Tvs e rádios locais.

✓ Convênio Trf 3 Região

Divulgado em parceria com a Secom, foram publicadas **17** (dezessete) reportagens no mês de agosto sobre o convênio, que ampliou o número de vagas de trabalho para prestadores de serviço à comunidade em **65** (sessenta e cinco) centrais de penas alternativas em todo o estado.

✓ Manual De Redação Do Site Da Sap

Visando a padronização da atualização do site da SAP, foi lançado em junho deste ano o Manual de Redação. Uma nova versão do manual foi atualizada e está disponível por demanda. O público alvo são os responsáveis por alimentar o endereço eletrônico oficias e redes sociais da Pasta.

Agenda do Secretário

Foi realizada a cobertura e/ou divulgação de **256** (duzentos e cinquenta e seis) eventos/reuniões/solenidades na agenda do Sr. Secretário no site da SAP.

Eventos

Foram realizados os seguintes eventos em parceria com as divisões da SAP:

✓ Inaugurações das penitenciárias de Florínea em 26/02 e Piracicaba em 26/07 e o Centro de Detenção Provisória de Itatinga em 29/09.

✓ Segunda edição do "Oferecimentos Literários de Espanha" – parceria com o Consulado Geral da Espanha em São Paulo, agora na Penitenciária Feminina da Capital, em 20/04.

✓ Encontro Nacional do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ) em 08/11.

✓ Inauguração da Unidade de Reintegração Social de Dracena em 25/11.

Campanhas internas e Redes Sociais

✓ Mídia Digitais

Entre janeiro e dezembro de 2016, aumentamos a quantidade de boletins do tipo "Newsletter" disponibilizados, de **21** (vinte e um) em 2015 para **40** (quarenta) em 2016. Foi publicada a edição nº 13 e diagramada a edição nº 14 da Revista SAP.

A Secom deu início a uma nova política de estruturada de gerenciamento das redes sociais das Secretarias de Estado. Graças a isso, entre outras conquistas, o Facebook da SAP hoje é certificado como oficial no seguinte endereço: https://www.facebook.com/SAPSP

No endereço https://www.facebook.com/servidores.sap são publicadas as informações destinadas aos servidores do sistema penitenciário.

A Assessoria de Imprensa colaborou com a Campanha "Seja Um Agente de Mudança" mobilizando através de Newsletter especiais e vídeos no canal do Youtube da Pasta para o respeito à população transgênero. A campanha foi desenvolvida em parceria com Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

A Campanha #AtletaSAP #todosnessemovimento, desenvolvida em parceria com o Grupo de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor, foi veiculada através das redes sociais da SAP, com vídeos no *Youtube* e postagens no *Facebook.*

Seguem dados sobre as redes digitais da SAP e campanhas:

Facebook SAP

Data Base dados: 01/2016 a 01/2017

Página I (Certificada)– **7.019** curtidas, mais de três mil curtidas em um ano.

Página II (Servidores) – **7.289** curtidas, mais de duas mil curtidas em um ano.

Alcance de publicação

Pág I: **12.932** média última semana, **436** publicações.

Pág II: **6.720** média última semana, **438** publicações.

Campanhas/Ações Digitais:

Revista SAP: **37** (apenas 1ª edição do ano)

Agente de Mudança – **8** publicações

Hora Verde SP – **25** publicações

Outubro Rosa – **12** publicações

SAP Outubro Rosa – **25** publicações

Novembro Azul – **5** + álbum dos servidores

Atleta SAP – **63** (em andamento)

Notas Apreensões: **99** - média anual

Vídeos: **22** publicações Youtube + **14** direto Facebook I e **20** no II

Mensagens: **84** todas respondidas com a média de resposta imediata.

Twitter: **4.597** seguidores – **1.923** tweets

Data Base: 01/01 a 01/17

Youtube: **218** inscritos e **22** publicações, com média de visualização **540** visualizações.

Museu Penitenciário

Em 2016 o Museu Penitenciário Paulista –MPP completou seu segundo ano de portas abertas no Carandiru. Com sua abertura ao público, a estrutura penitenciária paulista ganhou novo interlocutor com a sociedade, uma ferramenta capaz de esclarecer aos pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral qual é o papel e a função do sistema penitenciário.

Por ser um museu institucional, ou seja, um departamento do Gabinete do Secretário, o MPP não tem recursos próprios, mesmo assim desde sua abertura conseguiu desenvolver vários projetos e oficinas culturais. Em dois anos de funcionamento o MPP, já atendeu mais de 17 mil pessoas em sua sede. Pela divulgação em grandes canais da mídia brasileira. De acordo com pesquisas feitas através das fichas de avaliação, a faixa etária mais atingida é entre os 16 a 30 anos.

Com o funcionamento do museu junto ao Parque da Juventude foi possível sanar uma demanda da sociedade que clamava pela "contação" da história da execução penal no território do antigo Complexo Carandiru. E, junto com a história mostrada na exposição permanente do museu, foram oferecidos também palestras, cursos e oficinas ampliando a oferta de atividades culturais na região.

Soma-se a isso a criação de um relevante acervo imaterial a partir da filmagem dos depoimentos de diversos personagens que, de alguma forma, vivenciaram a execução penal criando, com isso, a salvaguarda dessa memória não encontrada nos livros de história. O projeto "Cine Carandiru", que visa levar para a população documentários e filmes com a temática penitenciária e já conta com mais de 500 pessoas atendidas e por fim, a parceria com a Oficina Cultural Maestro Juan Serrano, o museu ofereceu algumas oficinas gratuitas de teatro, dança, capoeira, artesanato e canto.

O museu rompe com a rotina de notícias negativas sobre o sistema, apresenta sua história e mostra a condição humana de todos que vivenciaram a rotina da execução penal. Nestes dois anos o trabalho do MPP, sob a análise de aproximadamente **2.000 (dois mil)** visitantes, obteve a impressionante marca de **96%** de avaliação ótima e boa, índice que poucas instituições no mundo conseguem atingir e quanto ao conteúdo exposto, a satisfação do público foi de **95%.**

Programa de Atividades Culturais
Este programa ampliou sua atuação e incorporou outras frentes, sendo as ações consideradas de educação "não formal" como espaços importantes de aprendizagem e desenvolvimento, através de inúmeras atividades culturais em diversas linguagens e modalidades: Artes Plásticas, Música, Teatro e Capoeira. Ademais, 156 salas de leitura são mantidas pela FUNAP, com a presença de um monitor preso, devidamente capacitado, responsável pelo espaço, pelo acervo, pela movimentação dos livros e, ainda, pelo registro desta movimentação para mapear a quantidade de livros lidos.

Salas de Leitura – Em parceria com a Companhia das Letras e a "Palavra Mágica", buscando difundir o gosto pela leitura, a formação de leitores e, ainda, a remição pela leitura, resultando em grande aceitação por todos os envolvidos, despertando interesse especialmente dos Juízes de Execução Criminal que, como resultado, estão deferindo a remição pela leitura aos alunos que participam. Atendimentos até 12/2016 – **468.850**

Programa 3814 – Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e Seus Familiares

Descrição: Garantir a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Ações/Projetos:

Ação 6140 – Assistência ao Egresso e à Família

Descrição: Apoio psicossocial e assistência direta ao egresso e estreitamento dos vínculos familiares, encaminhamentos para a rede social de apoio, parcerias com órgãos governamentais, instituições sem fins lucrativos e empresas privadas para desenvolvimento de projetos de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e geração de renda, e acolhimento e suporte aos familiares dos egressos que residem na região.

Produto/Meta: 137.500 atendimentos a egressos, de serviços de orientação e apoio à reintegração, psicossocial e de readaptação.
Realização: 157.823 atendimentos (14,8% acima da meta)
Justificativa: Número de atendimentos a egressos, egressas e familiares acima da meta estipulada, conforme estimativa feita considerando a expansão das centrais e parcerias com o Judiciário para o acompanhamento de benefícios judiciais. Para 2017 já foi realizada a adequação da meta de acordo com o momento.

Principais Realizações:

Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

Programa de Atenção ao Egresso e Família
Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e postura cidadã para que possam retomar o convívio social mais amplo, desta forma, promovendo a reintegração social dos egressos do Sistema Prisional Paulista.
Egressos/Egressas: **132.468** (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e oito) atendimentos, com **88.823** (oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e três) atendidos;
Familiares de Egressos/Egressas: **26.294** (vinte e seis mil, duzentos e noventa e quatro) atendimentos, com **15.832** (quinze mil, oitocentos e trinta e dois) pessoas atendidas;

Ações Socioeducativas e de Geração de Renda:
Programa Renda Cidadã: Total de **65** (sessenta e cinco), sendo: **6** (seis) egressos, **4** (quatro) egressas e **55** (cinquenta e cinco) familiares foram cadastrados para recebimento do benefício;
Programa Ação Jovem: Total de **6** (seis) atendidos, sendo: **1** (um) egresso, **01** (uma) egressa e **4** (quatro) familiares foram cadastrados.

No Programa de qualificação profissional **Via Rápida da SDECTI,** foram inseridas **2.530** (duas mil, quinhentos e trinta pessoas) pessoas, sendo: **1.948** (mil, novecentos e quarenta e oito) egressos, **242** (duzentas e dez) egressas e **340** (trezentos e quarenta) familiares.
Pessoas cadastrados no **PROGRAMA PRÓ EGRESSO**: **3.723** (três mil, setecentos e vinte e três) sendo: **3.261** (três mil, duzentos e sessenta e um) egressos, **419** (quatrocentos e dezenove) egressas e **43** (quarenta e três) familiares.
Atualmente são **43** (quarenta e três) **Centrais de Atenção ao Egresso e Famílias** em funcionamento, localizadas em **41** (quarenta e um) municípios do Estado de São Paulo, tendo sido inauguradas neste exercício **6** (seis) unidades de atendimento.

Ação 6147 – Promoção da Aplicação de Penas e Medidas Alternativas à Prisão

Descrição: Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas aos apenados; fomento das alternativas penais; envolvimento da sociedade neste processo; apoio ao Poder Judiciário com a provisão de vagas não remuneradas de trabalho destinadas ao cumprimento das penas e medidas alternativas à prisão; realização de avaliação psicossocial e de perfil do apenado para direcionamento às vagas de prestação de serviços à comunidade.
Produto/Meta: 35.340 vagas de trabalho para penas e medidas alternativas
Realização: 38.551 vagas de trabalho para penas e medidas alternativas (9% acima da meta)
Justificativa: Meta alcançada dentro da margem de erro da estimativa.

Principais Realizações:
Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:
Programa de Penas e Medidas Alternativas
Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Do programa consta, também, a realização de atividades técnicas destinadas ao cumprimento de Medidas Educativas e Terapêuticas e de Mediação e Terapia Comunitária, tudo destinado aos usuários de drogas e seus familiares, além do encaminhamento e do acompanhamento; acompanhamento sistemático, monitoramento e fiscalização dos locais de execução de pena, para verificação de seu efetivo cumprimento.
O custo por apenado a penas alternativas à prisão é de **R$ 26,49** (vinte e seis reais e quarenta e nove centavos), um dos menores por beneficiário do Brasil e a eficácia do programa está explícita no seu índice de reinclusão no programa que é de apenas **4,9%** no ano de 2016.
Atualmente são **67** (sessenta e sete) Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CPMAs em funcionamento, localizadas em **65** (sessenta e cinco) municípios do Estado de São Paulo, tendo sido **4** (quatro) inauguradas este ano: Pirajuí, São João da Boa Vista, Dracena e Jau.
Em 2016 foram encerradas as atividades em 03 CPMAs: Pedregulho, Luiz Antonio e São Simão, devido ao baixo número de aplicação pelo Poder Judiciário que não justificava o custo/benefício de se manter as Centrais em atividade, menos de 50 pessoas em cumprimento de pena, apesar de várias reuniões e tratativas com o Poder Judiciário local sobre o assunto.
Em 2015 foi iniciado o atendimento das Medidas Cautelares, com **1** (uma) Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS instalada dentro do Fórum Criminal da Barra Funda. Em 2016, colocamos em funcionamento e a disposição do Judiciário mais **13** CEAPIS pelo Estado totalizando **14** CEAPIS, sendo nos municípios de São Paulo, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo, Santo André, Rio Claro, Araraquara, Américo Brasiliense, Olímpia, Novo Horizonte, Votuporanga, Fernandópolis e Indaiatuba. Dessas **14** CEAPIS somente 02 (duas) tiveram encaminhamentos do Poder Judiciário, sendo São Paulo e Santos, vale observar que Santos a maioria das pessoas não eram moradoras do município.

A Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS é uma das Unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

Audiência de Custódia é o ato por meio do qual se dará a imediata apresentação do autuado preso em flagrante delito perante o juiz, permitindo-lhes o contato pessoal, como método de melhor pautar as providências previstas no artigo 310 do Código de Processo Penal, permitindo-lhe assegurar, mais concretamente, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa submetida à prisão.
O público alvo da CEAPIS é a pessoa autuada presa em flagrante delito que passaram pela Audiência de Custódia e encaminhadas para o atendimento das demandas assistenciais, sociais e psicológicas, ligadas ou não ao delito cometido, para o encaminhado a rede social com a finalidade de atendimento de forma prioritária das necessidades específicas e seu acompanhamento durante todo o período determinado pela Justiça, sendo que um dos principais objetivos é diminuir o encarceramento desnecessário.
Desde o início do Programa de Penas e Medidas Alternativas, setembro de 1997, já foram atendidas um total de **149.859** (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove) apenados e estão sendo acompanhadas um total de **12.407** (doze mil, quatrocentos e sete) pessoas em cumprimento de pena, somente em prestação de serviço à comunidade.
No Programa de Penas e Medidas Alternativas, de janeiro a dezembro de 2016, foram cadastradas **12.066** (doze mil e sessenta e seis) pessoas, sendo que deste **1.434** foram de apenados a medidas educativas, para casos de usuários de drogas, artigo 28 da Lei 11.343/2006 para frequência a grupos no período de janeiro a dezembro de 2016.
Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher – A CPMA Mulher atendeu em 2016 um total de **378** (trezentas e setenta e oito) novas mulheres e atualmente possui um total de **367** (trezentos e sessenta e sete) mulheres em cumprimento de pena;
Na CEAPIS, de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016, foram cadastradas **2.834** (duas mil, oitocentos e trinta e quatro) pessoas, **2.721** (duas mil, setecentos e vinte e uma) pessoas foram encaminhadas aos serviços assistenciais do Município, sendo que estas pessoas ocasionaram **6.135** (seis mil, cento e trinta e cinco) encaminhamentos.
Sendo, assim, somando-se os dois serviços (CPMA e CEAPIS) temos um total de **13.801** (treze mil, oitocentos e uma) pessoa acompanhadas pelo Programa de Penas e Medidas Alternativas.

Programa Renda Cidadã e Ação Jovem em 2016 não foi inscrito nenhum apenado em razão dos programas terem sido bloqueados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, em decorrência do orçamento e remanejamentos internos.

Ação 6144 – Provisão de Postos de Trabalho para Custodiados e Egressos

(Esta ação é compartilhada entre a Funap e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania)

Descrição: Disponibilização de postos de trabalho remunerados para custodiados em serviços de apoio e manutenção das próprias unidades prisionais, nas oficinas gerenciadas pela FUNAP e em empresas parceiras públicas e privadas, de acordo com padrões de respeito à integridade humana observados internacionalmente, além de encaminhamentos de egressos a oportunidades de trabalho junto às instituições parceiras.
Produto/Meta Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania: 1.999 vagas laborais ofertadas para custodiados e egressos
Realização: 505 vagas laborais ofertadas para custodiados e egressos (25,3% da meta)
Justificativa: Desde o ano de 2011 o Grupo de Capacitação, Aperfeiçoamento e Empregabilidade vem empreendendo esforços no sentido de viabilizar postos de trabalho a pré egressos, egressos e familiares, porém, tais vagas dependem de vários outros fatores, como: inserção da obrigatoriedade nos editais de licitação (de acordo com o Decreto 55.126/2009), do convencimento das empresas na aceitação de mão-de-obra egressa, entre outros fatores.
A tentativa de se promulgar uma lei para fortalecer o Decreto 55.126/2009, objetivando a inserção de egressos no mercado de trabalho foi vetada na íntegra, com alegação de inconstitucionalidade da obrigatoriedade dos órgãos públicos. Desta forma, muitos deixaram de inserir tal exigência no edital.
Outro fator de peso na redução drástica da empregabilidade foi a crise econômica que atinge o país, visto que quem absorvia grande parte da mão-de-obra eram as grandes construções e isso praticamente foi extinto.
Fizemos uma projeção otimista, acreditando no potencial aumento dos grandes programas: Minha Casa Minha Vida, estradas diversas, Rodoanel, aeroportos, portos, monotrilho, metrô, etc., porém estas obras estão paradas ou em ritmo muito lento, absorvendo pouca mão-de-obra, priorizando pessoas que não tenham passado pelo sistema penitenciário.

Principais Realizações:

Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:
Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade
Capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso:
Empregabilidade:
No Programa de qualificação profissional Via Rápida da SDECTI, foram inseridos **10.084** (dez mil, oitenta e quatro) presos.
Egressos cadastrados no **PROGRAMA PRÓ EGRESSO (EMPREGA SÃO PAULO)** - www.sit.sp.gov.br, foram **28.826** (vinte e oito mil, oitocentos e vinte e seis) – cadastrados através das Unidades Prisionais.
Egressos que conseguiram vagas de trabalho através do **PROGRAMA PRÓ EGRESSO -** SITE - www.sit.sp.gov.br, foram **210** (duzentos e dez).
Egressos inseridos no mercado de trabalho pelo **PROGRAMA PRÓ EGRESSO** por meio de ações das CAEFs foram **294** (duzentos e noventa e quatro).
Projeto Jornada da Cidadania e Empregabilidade
Em 2016 a Jornada da Cidadania e Empregabilidade possibilita que em um único dia, o reeducando consiga todos os documentos de que precisa e ainda seja atendido em oficinas que auxiliam na preparação para entrevistas de emprego, elaboração de currículos, além de participar de palestras e dinâmicas especialmente elaboradas para a retomada da cidadania, quando em liberdade. Os serviços são disponibilizados todos no mesmo espaço físico, em salas ou box de atendimento, dependendo da estrutura física de cada unidade. Os órgãos parceiros disponibilizam profissionais e materiais necessários para atender a demanda.
Em 2016 a Jornada da Cidadania foi aplicada em **156** (cento e cinquenta e seis) Unidades Prisionais resultando em:

- **26.738** (vinte e seis mil, setecentos e trinta e oito) Cadastros de Pessoas Físicas – emitidos/regularizados;
- **23.991** (vinte e três mil, novecentos e noventa e um) Registros Gerais – expedidos;
- **3.838** (três mil, oitocentas e trinta e oito) Carteiras de Trabalho e Previdência Social – emitidas;
- **14.602** (quatorze mil, seiscentas e duas) Certidões de Casamento/Nascimento/Óbito – emitidas/regularizadas;
- **25.886** (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis) Atendimentos em Plantão Jurídico/Defensoria Pública/FUNAP;
- **114.593** (cento e quatorze mil, quinhentos e noventa e três) Participações em Palestras/Oficinas Temáticas;
- **13.700** (treze mil e setecentos) Cortes de cabelos/procedimentos estéticos;
- **147.656** (cento e quarenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis) Plantões de atendimento à Saúde;
- **1.281** (mil duzentos e oitenta e um) Títulos de Eleitores expedidos/regularizados.
- Parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), a Secretaria de Estado da Educação (SEE) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI):
- **10.084** (dez mil, e oitenta e quatro) reeducandos do regime semiaberto foram inseridos no curso de pintura e hidráulica através Programa Via Rápida Expresso & Econômico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia e Inovação, sendo:

Total de turmas - **370**;
Total de alunos concluintes - **7.458**;
Total de excluído/desistentes - **1.738**;
Pinturas em Unidades prisionais - **92**;
Pinturas em escolas - **42**;
Pinturas em Unidades de Atendimento - **18**;
Pinturas em Hospitais - **06**;
Pintura SAMU - **01**;
Sede de Coordenadoria - **01**;
Ambulatório Médico de Especialidades AME - **01**.

Através da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP

Produto/Meta Funap: 18.640 vagas laborais ofertadas para custodiados e egressos
Realização: 24.519 vagas laborais ofertadas para custodiados e egressos (31,5% acima da meta)
Justificativa: Considerada dentro da margem de erro da estimativa para o ano.

Principais Realizações:

Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - PET

A partir de 2013, a Fundação iniciou um grande e importante desafio: a criação de uma política social que contemplasse toda a sua experiência e a essência da sua missão. Com a contribuição de todos os servidores, conseguiu elaborar, organizar e colocar em execução o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - **"De Olho no Futuro".**

Tem como objetivo contribuir para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade, através do desenvolvimento de competências e habilidades que apossam ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação da sociedade, com a finalidade de atender o princípio da formação integral – *o saber ser (Formação Social) e o saber fazer (Formação Profissional).*

Busca ensinar que a ética, o senso de justiça e a responsabilidade social (três pilares indissociáveis) concedem o caráter humano a práxis, ao trabalho e ao agir profissional e empreendedor, com vistas ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde a pessoa fixará sua residência estando, como consequência, apta ao mundo do trabalho e participação na sociedade.

Saber Ser - Atendimentos até 12/2016 – **104.810**

Saber Fazer - Atendimentos até 12/2016 – **13.095**

Observatório de Competências Sociais

Vinculado ao Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania: "De Olho no Futuro", o *Observatório de Competências Sociais* tem como proposta o desenvolvimento de competências sociais por meio de estações de vivência. Pretende-se estabelecer o diálogo horizontal entre os participantes e a aquisição de novos saberes, contribuindo assim para o protagonismo social. Implantado a partir de setembro de 2016.

Atendimentos até 12/2016 – **2.109**

Programa de Trabalho e Geração de Renda

A socialização nas prisões é uma das funções do encarceramento, permitindo ao recluso que se readapte a vida em sociedade, onde o trabalho é tido como fundamental, engrandecendo e dignificando o Homem. E, ao proporcionar trabalho remunerado para homens e mulheres presos, contribui-se para sua formação, qualificação profissional e geração de renda, preparando-o para a vida em liberdade e, ao mesmo tempo, sensibilizando os empresários na contribuição para a redução dos índices de criminalidade e de reincidência. O trabalho prisional envolve todas as atividades laborais exercidas pelos presos, desde que ofereçam remição de pena, com ou sem remuneração e, de acordo com as Resoluções SAP nº 53/2001 e 509/2006, toda oferta de trabalho a sentenciados deverá ter suas condições aprovadas pela FUNAP, devendo propiciar ao trabalhador preso:

- Patamar mínimo de ¾ do salário mínimo
- Remição de 01 dia da pena a cada 03 dias trabalhados
- Aprendizado de competências para o trabalho
- Profissionalização
- Geração de renda
- Seguro contra acidente do trabalho
- Obrigatoriedade do uso dos equipamentos de proteção individual
- Fiscalização do meio ambiente do trabalho
- Elevação da autoestima face à oportunidade de sustentar a família
- Novo significado do valor do trabalho
- Valorização da sociedade pelos apenados e parentes que moram nas proximidades

Atendimentos FUNAP até 12/2016 – **294.321**

Ação 6166 – Promoção da Reintegração Social a Custodiados e Familiares

Descrição: Atendimento psicológico e social a presos, internados e seus familiares, e suporte técnico às equipes das unidades prisionais para implementação de ações de reintegração social, por meio da disponibilização de estratégias e metodologias de trabalho, elaboração, implementação e acompanhamento de ações contínuas, projeto, avaliações e providências objetivas quanto a direitos trabalhistas e benefícios sociais.

Produto/Meta: 700.000 atendimentos assistenciais aos custodiados e suas famílias

Realização: 684.651 atendimentos assistenciais aos custodiados e suas famílias (97,8% da meta)

Justificativa: O Grupo de Ações de Reintegração Social vem realizando mudanças importantes no formato de consolidação das informações do Relatório de Acompanhamento Mensal de 163 unidades prisionais do Estado de São Paulo. Mudamos as planilhas e o método de comunicação com as unidades. No ano de 2016, em alguns meses atingimos a meta de atendimentos e por vezes até ultrapassamos; no entanto, é importante destacar a diminuição contínua de equipes técnicas de reintegração social (psicólogos e assistentes sociais), responsáveis pelos atendimentos nas Unidades Prisionais, impactando sobremaneira no volume total de atendimentos.
Vale destacar que os meses de janeiro, fevereiro e dezembro coincidem com períodos em que muitos servidores saem de férias e licenças, bem como o período da saída temporária de fim de ano da população presa em regime semiaberto, diminuindo significativamente o total de atendimentos nestes meses.
Principais Realizações:

Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:
Programa de Ações de Reintegração Social
Nº de atendimentos a pessoas presas: **684.651** (seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e uma);
Nº de documentos retirados: **97.107** (noventa e sete mil e cento e sete);
Nº de ações dirigidas a familiares: **290.933** (duzentos e noventa mil e novecentos e trinta e três);
Nº de benefícios sociais e trabalhistas requeridos: **74.978** (setenta e quatro mil e novecentos e setenta e oito);
Nº de avaliações diversas: **138.295** (centro e trinta e oito mil e duzentos e noventa e cinco);
Equipes Volantes para Realização de Avaliações Técnicas às pessoas presas: realizaram **1.994** (mil novecentos e noventa e quatro) avaliações psicológicas e **1.907** (mil novecentos e sete) avaliações sociais.

Outras realizações:
- Parceria com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo – **ARPEN**

Iniciada em julho/2016, para regular o intercâmbio de certidões e informações, por meios eletrônicos, para atender às necessidades desta Pasta, por meio da utilização do SISTEMA ARPEN/SP, apresentou até 31/12/2016 a emissão de **3.522** (três mil, quinhentos e vinte e dois) certidões dentre nascimento, casamento e óbito.

Ação 6143 – Formação Educacional e Profissional de Custodiados

Descrição: Disponibilização para custodiados, de vagas em cursos de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, conforme Decreto n.º 57.238, de 17 de agosto de 2011, que institui o Programa Educação nas Prisões e a Resolução Conjunta SE/SAP 1, de 16 de janeiro de 2013.

Produto/Meta: 23.770 matriculados em cursos de alfabetização e profissionalizante, em média
Realização: 24.874 matriculados em cursos de alfabetização e profissionalizante, em média (4,6% acima da meta)
Justificativa: Considerada dentro da margem de erro da estimativa.

Principais Realizações:

Através da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP:

A Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel", instituída há mais de **35** (trinta e cinco) anos, é vinculada à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e tem por missão contribuir para a inclusão social de pessoa presas e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais. Para isso, planeja, desenvolve e avalia, no âmbito estadual, programas sociais nas áreas da assistência jurídica, da educação, da cultura, da capacitação profissional e do trabalho para as pessoas que se encontrem privadas de liberdade, contribuindo para a inclusão social dos mesmos.

Programa de Educação Formal.
A partir de 2012, conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação, a Secretaria Estadual de Educação – SEE assumiu a educação básica nas prisões, estabelecendo-se, inicialmente, como responsável do Programa de Educação nas Prisões – PEP. À FUNAP coube continuar atendendo algumas unidades não assumidas pela SEE, bem como agir como interlocutora, pois o desinteresse

do preso pelo estudo exige intenso trabalho para a conscientização do mesmo quanto à realidade e à importância de concluir os estudos formais, os cursos extracurriculares e profissionalizantes.
Atendimentos SEE até 12/2016 (média mensal) – **15.049**
Atendimentos FUNAP até 12/2016 (média mensal) **– 9.825**

Ação 6145 – Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social

Descrição: Assistência judiciária aos custodiados sentenciados carentes do sistema penitenciário paulista no acompanhamento do processo de execução, em relação a incidentes processuais e pedidos de benefícios e progressão de pena, além de fornecimento de subsídios, tais como contagem de dias trabalhados e relatório de comportamento para apoiar a decisão judicial. Incluem também serviços direcionados a custodiados, egressos e apenados para regularização de documentos que contribuam para sua reintegração social.

Produto/Meta: 1.170.000 instruções judiciais para concessão de benefícios previstos em lei
Realização: 1.648.536 instruções judiciais para concessão de benefícios previstos em lei (40,9% acima da meta)
Justificativa: O expressivo aumento nos atendimentos realizados ocorreu principalmente em decorrência de passarmos a pagar as diárias aos advogados, facilitando seus deslocamentos entre as diversas unidades penitenciárias do Estado.

Principais Realizações:

Através da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP:

Programa JUS – Apoio Jurídico à Pessoa Presa
A efetiva assistência jurídica é de vital importância para a população carcerária. Nenhum preso se conforma com sua prisão e a falta esperança de alcançar o benefício e/ou a liberdade tem reflexo imediato na disciplina da unidade. Assim, em 1977, a FUNAP criou o "Projeto Jus", com o objetivo de prestar assistência jurídica integral às pessoas presas carentes de recursos financeiros. Atualmente, é desenvolvido mediante convênio com a Defensoria Pública, de forma que os 148 advogados em exercício (estão afastados) prestem serviços de atendimento jurídico suplementar aos presos, incumbindo-lhes praticar todos os atos destinados a garantir a preservação dos direitos dos presos e internados, condenados ou provisórios, que não possuam advogado, entrevistando-os, formulando os pedidos de benefícios e acompanhando as sindicâncias administrativas disciplinares, entre outras.
Atendimentos até 12/2016 – **1.648.536**

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**610.055.998,00**	**521.640.768,46**	**3.042.208,90**	**524.682.977,36**	**530.012.030,75**
Pessoal e Encargos Sociais	409.816.673,00	381.794.205,82	0,00	381.794.205,82	381.275.249,83
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	200.239.325,00	139.846.562,64	3.042.208,90	142.888.771,54	148.736.780,92
Despesas de Capital	**108.478.883,00**	**101.651.191,45**	**0,00**	**101.651.191,45**	**103.000.464,03**
Investimentos	108.477.883,00	101.651.191,45	0,00	101.651.191,45	103.000.464,03
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**718.534.881,00**	**623.291.959,91**	**3.042.208,90**	**626.334.168,81**	**633.012.494,78**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**864.547,00**	**831.687,25**	**0,00**	**831.687,25**	**839.316,79**
Despesas Correntes	864.547,00	831.687,25	0,00	831.687,25	839.316,79
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1301 - Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio	**216.276.650,00**	**196.844.257,05**	**1.559.056,89**	**198.403.313,94**	**198.574.646,34**
Despesas Correntes	215.840.252,00	196.315.017,44	1.559.056,89	197.874.074,33	197.454.832,44
Despesas de Capital	436.398,00	529.239,61	0,00	529.239,61	1.119.813,90
1307 - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	**208.887.346,00**	**158.343.689,37**	**6.612,16**	**158.350.301,53**	**154.390.852,57**
Despesas Correntes	183.087.346,00	144.045.881,09	6.612,16	144.052.493,25	142.695.846,63
Despesas de Capital	25.800.000,00	14.297.808,28	0,00	14.297.808,28	11.695.005,94
1308 - Abastecimento e Segurança Alimentar	**9.684.902,00**	**5.281.878,64**	**114.513,10**	**5.396.391,74**	**5.058.834,19**
Despesas Correntes	8.684.268,00	4.959.878,64	114.513,10	5.074.391,74	4.782.834,19
Despesas de Capital	1.000.634,00	322.000,00	0,00	322.000,00	276.000,00
1309 - Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Paulista	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.331.487,12**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	228.175,61
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	24.103.311,51
1310 - Modernização e Gestão de Qualidade das Agropolíticas Públicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.566.314,28**

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.566.314,28
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1311 - Defesa Sanitária do Agronegócio p/ Proteção da Saúde do Homem e do Meio Ambiente	**111.242.547,00**	**85.482.061,44**	**760,36**	**85.482.821,80**	**85.206.619,12**
Despesas Correntes	111.085.514,00	85.455.919,69	760,36	85.456.680,05	85.186.602,37
Despesas de Capital	157.033,00	26.141,75	0,00	26.141,75	20.016,75
1314 - Infraestrutura e Logística para o Agronegócio	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.833.923,89**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	10.833.923,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1315 - Gestão das Agropolíticas Públicas	**171.577.879,00**	**176.508.386,16**	**1.361.266,39**	**177.869.652,55**	**150.550.783,67**
Despesas Correntes	90.494.061,00	90.032.384,35	1.361.266,39	91.393.650,74	84.764.467,74
Despesas de Capital	81.083.818,00	86.476.001,81	0,00	86.476.001,81	65.786.315,93
2826 - Comunicação Social	**10,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**659.716,81**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	659.716,81
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**718.534.881,00**	**623.291.959,91**	**3.042.208,90**	**626.334.168,81**	**633.012.494,78**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O Plano Plurianual - PPA 2016-2019 do Governo do Estado de São Paulo especifica como diretrizes que as ações do Estado devem buscar promover o desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades; desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social; desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões; Gestão Pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão. Em consonância com essas diretrizes, os Programas para a Agricultura Paulista atuam no sentido de concretizar uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes.

Dos onze objetivos estratégicos discriminados pelo Governo do Estado de São Paulo para o PPA 2016-2019, as ações dos Programas vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento contemplaram:

- São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social;
- Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade;
- Meio ambiente preservado, saudável e sustentável;
- Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada;
- Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade;
- Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras;
- Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.

O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA 2016-2019, constituindo-se em relatório anual do governo de 2016 e apresentando os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual.

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), instituição pública de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, como Unidade Gestora Orçamentária (U.G.O.) recebe recursos do orçamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e os disponibiliza para as unidades por ela coordenadas: Gabinete do Coordenador, Departamento de

Gestão Estratégica, Instituto Agronômico, Instituto Biológico, Instituto de Zootecnia, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Pesca, Instituto de Economia Agrícola e Departamento de Descentralização do Desenvolvimento.
Por meio de suas unidades, a APTA promoveu a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da agropecuária do Estado de São Paulo, de acordo com os seguintes programa e ações:

Programa 1301 – Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial

Objetivo: Gerar e transferir conhecimentos e tecnologias para a promoção do desenvolvimento sustentável da agropecuária paulista, visando a segurança alimentar, melhor organização do espaço rural e periurbano, bioenergia, produtos e processos estratégicos, além de promover a produtividade e competitividade dos produtos agrícolas, agroindustriais, oportunidades de novos negócios, geração de emprego e renda.

Os recursos aplicados continuamente pelo Governo do Estado de São Paulo nos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenados pela APTA, vêm mantendo o Estado no posto de principal produtor agrícola nacional, de maior exportador de mercadorias do agronegócio e de detentor dos níveis mais elevados de produtividade total de fatores (PTF).
A publicação "Balanço Social: 2014/2015" em meados de 2016 traz resultados das análises dos impactos econômicos, sociais e ambientais das pesquisas desenvolvidas pela APTA. A leitura deixa clara a determinante presença da ciência agropecuária paulista no agronegócio de São Paulo. Os impactos dos contínuos aumentos de produtividade e eficiência na produção agrícola, propiciados pela pesquisa agropecuária, beneficiam todos os setores da economia paulista, gerando empregos, renda, aumentando a segurança alimentar e diminuindo desigualdades sociais. O retorno econômico propiciado por 48 das principais tecnologias desenvolvidas pela APTA e já adotadas pelos setores da produção agropecuária foi estimado em aproximadamente R$ 7 bilhões, no biênio 2014/2015, provenientes de aumentos de produtividade, redução de custos, expansão de áreas e agregação de valor. Nesse mesmo período foram destinados à APTA R$ 616,4 milhões em recursos oriundos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo (75%), da iniciativa privada (17,5%), de agências de fomento (5,4%) e do Fundo Especial de Despesa (3,2%). Portanto, os recursos investidos na APTA em períodos anteriores resultaram em retornos 11,4 vezes maiores do que os recursos utilizados no biênio 2014/2015.

Ação 6216 – Apoio Administrativo

Finalidade: Manter em funcionamento as unidades administrativas – direção e gestão – da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.
No ano de 2016 as unidades de administração e gestão da APTA - Gabinete do Coordenador e Departamento de Gestão Estratégica - funcionaram normalmente, dando suporte às atividades das demais unidades da Coordenadoria, adaptando os orçamentos às determinações do Governo do Estado no sentido de restringir despesas (principalmente de custeio).

Ação 5925 – Geração de Conhecimentos e Tecnologias Sustentáveis

Finalidade: Executar pesquisas multidisciplinares visando inovações que elevem a produtividade e a qualidade dos produtos do agronegócio paulista, que contribuam para o aumento da competitividade, geração de emprego e renda, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

A 5925 é a principal Ação (Atividade) do Programa 1301. Em 2016 estiveram em andamento, nos Institutos de Pesquisa ligados à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), 1.309 pesquisas, destacando-se as participações dos grupos proteína animal (26,2% do total), hortícolas e agronegócios especiais (19,8% do total) e agroexportação (17,7% do total). A Meta prevista no Orçamento (1.480 pesquisas em andamento) não foi alcançada. Restrições orçamentárias prejudicaram o desenvolvimento de diversas pesquisas nessa Ação 5925. Do total Liquidado em Despesas Correntes, explicitado na Tabela 3, R$ 3.716.806,08 referem-se aos serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza, R$ 3.777.043,03 a Serviços de Terceiros PJ, R$ 3.978.273,92 a Utilidade Pública, e 77.127,43 a Despesas de Exercícios Anteriores que, somados, consumiram mais de 70% desse total Liquidado. Portanto, restaram R$ 4.795.747,01 de recursos orçamentários para todos os outros itens, entre eles materiais para laboratório, adubos, rações, diárias, dificultando diversas pesquisas. A queda no número de pesquisas em desenvolvimento durante o ano só não foi maior devido à captação de recursos externos. Entretanto, não é possível utilizar recursos de agências de

fomento, fundações e iniciativa privada para outras atividades não previstas nas propostas aprovadas pelos financiadores, o que inviabiliza o desenvolvimento de projetos que não foram diretamente contemplados com esses financiamentos. Os Centros de Pesquisa mais diretamente relacionados às explorações como cana-de-açúcar e citros estão conseguindo manter suas pesquisas devido aos demais recursos captados. Outros centros que desenvolvem pesquisas igualmente importantes e estratégicas - mas que não conseguem captar recursos externos na mesma intensidade – estão com diversas de suas atividades de pesquisa prejudicadas.

Ação 1380 – Recuperação da Infraestrutura da Pesquisa Agropecuária Paulista

Finalidade: Modernizar e consolidar as unidades regionais e centros de geração de tecnologias dos institutos de pesquisa da apta, aumentando o dinamismo dessas unidades multidisciplinares, para gerar inovações dirigidas às necessidades das cadeias de produção estaduais, aos novos negócios, ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à certificação de qualidade.

A Meta Prevista no Orçamento (2 unidades de pesquisa modernizadas) foi parcialmente cumprida.
Na Proposta Orçamentária Setorial - POS de 2016 foram solicitados recursos do Tesouro de R$ 2.400.000,00, sendo R$720.000,00 destinados às despesas de custeio e R$1.680.000,00 às despesas de capital, principalmente em construção e reformas de instalações e benfeitorias e à aquisição de máquinas e equipamentos, voltados à modernização de duas unidades de pesquisa. Entretanto, frente ao Orçamento aprovado, a Dotação Inicial da Ação 1380 ficou reduzida a R$ 1.000.000,00, ou seja, montante equivalente a 40% do total solicitado na POS. Ao considerar os elementos de despesa dessa ação, a redução ocorreu no montante destinado às despesas de capital, sendo aprovado aproximadamente 17% do total indicado na POS, ou seja, R$ 280.000,00. Além desse corte, o montante da dotação inicial para as despesas de investimento sofreu ainda contingenciamento de 25%, sendo disponibilizado somente R$ 196.000,00. Apesar dessa redução, a Meta do Orçamento manteve-se em duas unidades regionais modernizadas, inatingível com os recursos disponibilizados na Fonte 001 - Tesouro, o que levou à redução das atividades previstas na Programação Inicial da Ação 1380. Dessa forma, o montante restrito de recursos que restaram na ação 1380, comprometeu a realização da meta conforme a previsão na Programação Inicial, sendo suficiente apenas para a aquisição de equipamentos pelo Instituto Agronômico – IAC e realização de pequenas obras, efetuadas no Centro de Bovinos de Corte do Instituto de Zootecnia, localizado em Sertãozinho.
A partir da vigência do novo PPA 2016-2019, essa ação passou a incorporar antiga **Ação 1165 – Modernização das Unidades Regionais de Pesquisa**. Contudo, no ano de 2016 convém relatar a existência de restos a pagar, referentes às execuções realizadas em anos anteriores.

Ação 4872 – Análises Laboratoriais para a Qualidade do Alimento

Finalidade: Regular e monitorar a qualidade de produtos e processos para atender às exigências de qualidade certificada e rastreabilidade necessárias à competitividade externa e à saúde pública.

O número de análises laboratoriais realizadas em 2016 foi de 378.233, bem superior à meta do Orçamento (270.000 análises). Essa quantidade só foi atingida devido ao montante de recursos captados, principalmente junto às agências de fomento e à iniciativa privada.
Convém destacar que o planejamento estabelecido pela gestão da APTA nos últimos anos, caracterizado pelos investimentos em modernização da infraestrutura e qualificação de laboratórios, além do credenciamento e acreditação de procedimentos, permitiu ampliar a oferta de bens e serviços e estimular projetos junto à iniciativa privada. Esta estratégia de gestão consolidou o papel da APTA na regulação e monitoramento da qualidade de produtos e processos para atendimento às exigências de qualidade certificada e à rastreabilidade necessárias à competitividade e à saúde pública.

Ação 4874 – Insumos Tecnológicos Estratégicos

Finalidade: Produzir insumos tecnológicos resultantes das ações de pesquisa e desenvolvimento para aumentar a eficiência do processo de adoção de inovações.

A meta prevista no Orçamento (índice de quantidade de insumos igual a 100) foi superada: o índice atingiu 154,6. As condições climáticas favoráveis permitiram ao Instituto Agronômico, de Campinas (IAC-APTA), aumentar em mais de 60% a produção de sementes básicas em relação a 2015, ano em que severa seca afetou as lavouras. A produção de imunobiológicos mais do que dobrou na comparação com o ano passado devido ao aumento da demanda do Ministério da Agricultura e a ampliação da atuação do Instituto Biológico (IB-APTA), agora atendendo a todas as unidades da federação.

Ação 4891 – Transferência de conhecimento e Tecnologias Sustentáveis

Finalidade: Formação de recursos humanos por meio de cursos, palestras e treinamentos, atendimentos diretos a demandas dos usuários, e democratização do acesso aos conhecimentos e tecnologias gerados pelas pesquisas, ampliando e facilitando o acesso eletrônico a informações técnico-científicas de qualidade.

A meta prevista no Orçamento (480.000 atendimentos técnicos) foi superada.
Foram realizados 523.453 atendimentos técnicos, dos quais 56.885 referem-se a pessoas treinadas. Os acessos aos sites dos Institutos de Pesquisa vinculados à APTA somaram 2,45 milhões em 2016 . Tais metas só foram atingidas devido aos recursos captados, principalmente junto às agências de fomento e à iniciativa privada.

As três Ações abaixo não receberam recursos do Tesouro em 2016. Partes das atividades foram efetuadas nos âmbitos das Ações 4891 e 5925.

Ação 2048 – Sistema de Informações Estatísticas do Agronegócio

finalidade: ampliar o acesso e a qualidade da base de informações socioeconômicas da agricultura paulista relacionadas às estatísticas pertinentes às cadeias de produção, na busca de reduzir assimetrias de informações entre os agentes, conferindo transparência e subsídio aos setores público e privado, gerar e transferir conhecimento de qualidade para a sociedade.

Ação 2547 – Tecnologias para Sustentabilidade da Agricultura em Áreas Vulneráveis

Finalidade: Subsidiar políticas públicas, ampliar o zoneamento e avaliação de impactos ambientais, econômicos e sociais; promover o uso sustentável dos recursos hídricos, a estabilidade da produção agrícola e a geração de renda de acordo com a aptidão local; indicar sistemas de produção para as diferentes regiões, contribuindo para a proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Ação 2546 – Insumos para Atendimentos a Programas Governamentais e de Controle Biológico

Finalidade: Aumentar a produção de insumos e desenvolver outros produtos para atender demandas de novas campanhas sanitárias, cuja implantação depende da existência de imunobiológicos não disponíveis, e desenvolver processos de produção massal de agentes de controle biológico, permitindo melhoria da qualidade de vida, pela redução do impacto ambiental e aumento de valor agregado.

As três Ações a seguir foram enquadradas como não orçamentárias no PPA 2016-2019. Não receberam recursos do Tesouro em 2016 e não puderam ser executadas dada a conjuntura econômica desfavorável, que dificultou a captação de recursos de outras fontes para novos projetos.

Ação 8246 - Avaliação de Produtos e Processos Monitorados pela Defesa Agropecuária Estadual.

Ação 8247 - Conservação da Biodiversidade Genética para Incremento da Produção Agrícola.

Ação 8248 - Desenvolvimento Sustentável da Pequena Propriedade Rural e Agricultura Orgânica.

Programa 1307 – Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável

Objetivo: Promover os agentes locais de desenvolvimento como articuladores das forças presentes nos municípios, visando conjugar o desenvolvimento econômico, a promoção da cidadania e a preservação do meio ambiente.
Diante da crise econômica que o país enfrenta na atual conjuntura, diante das restrições orçamentárias visando otimização e redução de custeio, no contexto da dotação inicial a expectativa de execução não foi realizado a contento, com índice de realização de 47,39%, sendo em custeio 43,41% e em investimento 55,42%, também, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 12,89% e 24,52% da dotação orçamentária como crédito bloqueado face o Decreto nº 62.240, de 25/10/2015 (que dispõe sobre a emissão de empenho). Por outro lado, o Decreto nº 61.785, de 05/01/2016 que estabelecem diretrizes e restrições aplicáveis para as despesas no âmbito do Poder executivo.

Levando em consideração a dotação atual do Programa, a perspectiva da execução alcançou um percentual de 53,61 da dotação efetiva, sendo em custeio 50,67% e em investimento 59,03%.
Levando em consideração a dotação atual e crédito disponível bloqueado pelo Decreto 62.240, de 25/10/2016, o Programa reflete outra perspectiva de execução, com um índice de 74,19% da dotação efetiva, sendo em custeio 71,59% e em investimento 78,72%.
Diante dos índices apresentados, elucidamos a seguir o resultado em cada Ação deste Programa:

Ação 2286 - Microbacias II - Acesso ao Mercado para os Agricultores Familiares.

Objetivo: Aumentar a competitividade da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo, favorecendo o acesso ao mercado e assegurando a sustentabilidade ambiental e social da atividade.

Analisando o projeto pela dotação inicial a expectativa de execução está aquém do desejado em torno de 38,06%, sendo em custeio 26,00% e em investimento 51,44%, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 9,37%, 10,04% correspondente às reprogramações orçamentárias em outras Ações voltadas à execução do projeto. Também face o Decreto nº 61.785, de 25/02/2015, e outras medidas de otimização e redução de custeio diante da crise econômica do país.
Levando em consideração a dotação atual do Programa, a perspectiva da execução alcançou um percentual de 43,78% da dotação efetiva, sendo em custeio 30,87% e em investimento 57,18%.
Levando em consideração a dotação atual e crédito disponível bloqueado pelo Decreto 62.240, de 25/10/2016, o Projeto reflete outra perspectiva de execução, com um índice de 68,27% da dotação efetiva, sendo em custeio 56,37% e em investimento 77,43%.
Ressaltamos que a execução na fonte de recursos do Tesouro do Estado a execução foi baixa com um índice de 25,00%, sendo 34,63% em custeio e 13,80% em investimento. Ocorre em razão do Banco Mundial autorizar a aplicação dos recursos em 100% na fonte Operações de Crédito – BIRD cuja execução alcançou um índice de 44,89%, sendo 21,34% em custeio e 70,37% em investimento. Por outro lado, em razão do ano eleitoral muitos convênios com as Prefeituras Municipais não foram concretizados.
O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS – Microbacias II) está apoiando as organizações de produtores rurais para que possam participar de maneira mais efetiva junto ao mercado consumidor. Assim, consolida um novo perfil de agricultor familiar empresarial, capaz de gerar mais renda a partir da atividade rural e, principalmente de reduzir o êxodo rural da população mais jovem, permitindo que passem a participar do processo de gestão desses novos empreendimentos.

Iniciativas de Negócio das Associações e Cooperativas
Após 6 chamadas públicas para que as organizações de produtores apresentassem propostas de iniciativas de negócio, o PDRS – Microbacias II acumulou, até o final do ano de 2016, 353 planos de negócios aprovados e em plena execução, o que totaliza um apoio financeiro de R$ 138,16 milhões, na forma de subvenção econômica para as associações e cooperativas de produtores rurais, comprometendo 100% dos recursos previstos de incentivos.

Iniciativas de Negócios ao longo das chamadas públicas

Chamada	No. Propostas em Execução	Valor Projeto (R$)	Valor apoiado (R$)	Contrapartida (R$)
1ª	33	19.778.538,77	13.429.478,76	6.349.060,01
2ª	30	16.991.231,70	11.554.033,75	5.437.197,95
3ª	23	13.838.667,26	9.454.586,94	4.384.080,32
4ª	44	29.602.299,12	18.548.927,76	11.053.371,36
5ª	54	29.656.973,29	20.481.431,32	9.175.541,97
6ª	133	91.320.249,16	59.066.580,22	32.253.668,94
I*	10	1.458.315,80	1.379.263,63	79.052,17
Q*	26	4.358.861,76	4.244.475,94	114.385,82
Total	**353**	**207.005.136,86**	**138.158.778,32**	**68.846.358,54**

19 propostas aprovadas não foram executadas por desistência ou impedimento da organização beneficiária.

* refere-se a projetos comunitários de comunidades indígenas e quilombolas apoiadas pelo Projeto, no âmbito das Salvaguardas Sociais.

As organizações de produtores enfrentam grandes dificuldades para implantar as Propostas de Iniciativa de Negócios aprovadas e habilitadas, principalmente em razão do tempo necessário para obtenção da contrapartida financeira; complexidade nos processos de obtenção das certidões legais exigidas para funcionamento da entidade; tempo despendido para providenciar toda a documentação necessária na emissão de licenças ambientais; exigências nos procedimentos para aquisições de

bens e serviços; indisponibilidade de local físico para implantação dos empreendimentos coletivos, dependendo, na maioria absoluta dos casos, de cessão de uso por parte do poder público municipal, com aprovação de lei pela câmara de vereadores. Assim, grande parcela das organizações beneficiárias não consegue implantar os empreendimentos autorizados dentro dos prazos definidos nos cronogramas planejados, sendo necessário estender os prazos para que haja a plena execução dos projetos aprovados.

Para resolver a obtenção de crédito para a contrapartida financeira por parte das organizações beneficiárias, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA viabilizou o financiamento dessa parcela junto ao FEAP, por meio de duas linhas de crédito já existentes ("Apoio a Pequenas Agroindústrias" e "Máquinas e Equipamentos Comunitários"), com prazos de pagamento de 6 anos, sendo 2 anos de carência e juros de 3% ao ano. Assim, foram elaborados pela CATI 64 solicitações de financiamento da contrapartida para as associações e cooperativas e, embora ainda se depare com o excesso de exigências burocráticas do agente financeiro (Banco do Brasil), houve uma aceleração da execução das iniciativas de negócio, em 2015, por parte das organizações.

Considerando o valor de incentivos já aprovados (R$ 85,57 milhões) até a quinta chamada pública e o nível de implementação por parte das associações e cooperativas (R$ 33,64 milhões), foi acordado com o Banco Mundial uma estratégia de monitoramento da execução das propostas aprovadas, além do pedido de extensão do Acordo de Empréstimo até setembro/2017, negociado pela Secretaria da Fazenda e aprovado em setembro/2015.

Relação das Iniciativas de Negócios com Implantação Finalizada

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$	Apoiado (R$)
Adamantina	Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região – APPRAR	Implantação de packing house e logística de transporte	1.165.610,70	800.000,00
Angatuba	Cooperativa de Laticínios Angatubense – COLAN	Programa de qualidade de leite	404.016,66	282.811,66
Araçatuba	Cooperativa Agropecuária do Brasil Central – COBRAC	Implantação de agroindústria de óleo de soja	1.264.016,00	800.000,00
Araras	Associação dos Apicultores de Araras e Região (AAAR)	beneficiamento e embalagem	86.020,00	60.214,00
Avaí	Centro de Cultura Terena Kipae	Implantação de unidade de processamento de mandioca	165.120,21	99.000,00
Barbosa	Associação dos Produtores de Leite de Barbosa – APROLEIB	Armazenamento do leite nas propriedades	770.681,40	529.676,98
Barretos	Cooperativa de Produtores Rurais de Barretos e Região – COOPBAR	Logística de transporte	153.825,00	107.677,50
Brejo Alegre	Associação União dos Assentamentos de Brejo Alegre e Birigui- AUAB	Logística de transporte	207.200,00	145.040,00
Brodowski	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Córrego do Matadouro - Bairro Contendas	Infraestrutura para melhoria da qualidade	745.791,30	521.051,72
Caconde	Associação do Desenvolvimento Comunitário do Vale do Jaboticabal	Infraestrutura para melhoria da qualidade	269.343,18	187.840,21
Casa Branca	Associação dos Produtores Rurais do Sitio Lambari	Implantação de packing house	1.069.919,36	746.843,55
Castilho	ASSOCIAÇÃO NOVA YPÊ	Logística de transporte e acondicionamento	152.668,00	106.867,60
Colômbia	Associação Agropecuária Formiga	Logística de transporte	205.470,00	143.829,00
Divinolândia	Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia – APROD	Beneficiamento e Certificação de café	1.142.000,00	799.400,00
Fernandópolis	Associação dos Produtores Rurais de Fernandópolis	Estruturação de packing house para olerícolas e frutas	754.811,53	524.527,47

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$	Apoiado (R$)
Gabriel Monteiro	Associação dos Produtores Rurais de Gabriel Monteiro	Mecanização da colheita visando redução de custo e melhoria na qualidade dos grãos	761.521,53	528.965,07
Garça	Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região de Garça - Garça Speciality Coffee Association	Beneficiamento e Logística de transporte de café	458.765,58	308.005,91
Garça	Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região de Garça - Garça Speciality Coffee Association	Infraestrutura para melhoria da qualidade	267.200,00	186.540,00
Getulina	Associação Nova União do Assentamento Simon Bolivar	Logística de transporte	290.060,24	196.042,17
Guarantã	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Pasto do Planalto	Logística de transporte	47.490,00	33.067,65
Guaratinguetá	Cooperativa dos Produtores de Arroz do Vale do Paraíba	Aquisição de Laboratório Móvel de Análise Comercial e de Qualidade de Arroz Agulhinha em Casca	81.700,50	57.190,35
Ibiúna	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Ibiúna	Implantação de Packing House e Logística de Distribuição de olerícolas	529.965,00	370.975,50
Itapetininga	Associação dos Produtores Rurais do Rio Acima e Faxinal – APRRAF	Logística de Transporte - Aquisição de caminhão	487.314,76	341.120,33
Itápolis	Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis e Região – COAGROSOL	agroindústria de transformação - suco de frutas	1.480.000,00	800.000,00
Itaporanga	Associação dos Plasticultores de Itaporanga – API	logística de transporte de olerícolas	906.309,00	634.416,30
Itatinga	Associação de Apicultores do Pólo Cuesta (AAPC)	Reforma da casa do mel	145.041,36	101.528,95
Jales	Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	logística de transporte de frutas e olerícolas	143.745,00	97.060,20
Jeriquara	Associação dos Produtores Rurais do Município de Jeriquara	Mecanização da colheita visando redução de custo e melhoria na qualidade dos grãos	713.882,00	499.717,40
Jundiaí	Cooperativa Agrícola Nossa Senhora das Vitórias	beneficiamento e embalagem de frutas	260.000,00	182.000,00
Jundiaí	Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA	Aquisição de equipamentos para envase da produção de vinhos	751.161,08	522.812,76
Junqueirópolis	Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis – COOPAJ	logística de processamento de frutas	561.451,64	393.016,15
Lins	Associação dos Produtores e Olericultores da Marechal Rondon de Lins – APOL	logística de transporte de olerícolas	43.270,00	29.965,95
Manduri	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Araras de Manduri – APRUBAM	Logística de comercialização de café	341.414,85	220.764,63
Nova Campina	Cooperativa Agropecuária Familiar de Nova Campina – COAGROCAMP	logística de transporte de olerícolas	215.153,84	150.607,69
Nova Granada	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Terra Nossa	packing house para processamento de olerícolas	53.713,24	37.599,27

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$	Apoiado (R$)
Palmital	Cooperativa Palmitalense de Bananicultores - COOPABAN	Estruturação de packing house para processamento e logística de transporte para banana	1.227.212.42	800.000,00
Pardinho	Associação de Produtores Rurais de Pardinho – APRUPAR	Aquisição de equipamentos para otimizar a mecanização da colheita de café	195.981,50	137.187,05
Pardinho	Associação de Produtores Rurais de Pardinho – APRUPAR	Beneficiamento de café	101.812,04	71.268,42
Pardinho	Associação de Produtores Rurais de Pardinho – APRUPAR	Mecanização da colheita visando redução de custo e melhoria na qualidade dos grãos	227.126,50	158.988,55
Parisi	Associação dos Produtores Rurais de Parisi – APRORUPA	Logística de transporte de leite	469.053,62	306.980,42
Pereira Barreto	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário	Logística de transporte de olerícolas	48.015,00	31.616,03
Piracicaba	Cooperativa dos Produtos Lacteos-Coplacana/COPLAC	Agroindústria de leite	490.951,00	265.291,30
Piraju	Associação dos Plasticultores de Piraju – APPI	Logística de transporte de olerícolas	448.000,00	313.600,00
Pirajuí	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Dourado-nascente	Beneficiamento e colheita de café	747.005,82	481.604,07
Pirassununga	Associação do Centro Comunitário Taquari Córrego	Implantação de packing house para processamento mínimo	122.956,46	81.259,73
Populina	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados Santa Rita	Logística de transporte de olerícolas	244.983,45	171.488,42
Pratânia	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Claro	colheita e beneficiamento de café	604.000,00	422.800,00
Regente Feijó	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho	Infraestrutura para melhoria da qualidade	634.135,38	433.299,30
Salto de Pirapora	Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó	Construção de um barracão multiuso	70.350,00	65.538,00
Salto de Pirapora	Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó	Equipamentos para produção de hortaliças	33.800,00	33.462,00
Santa Cruz do Rio Pardo	Associação de Agricultores de Caporanga - AGROCAP	Logística de transporte	415.324,92	281.343,52
Santa Isabel	Associação Isabelense de Produtores Rurais – AIPRO	Logística de transporte de olerícolas e frutas	156.973,00	109.881,10
São João do Pau d'Alho	Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho – APRIMOR	Redução de custos de colheita e melhoria da qualidade do urucum	364.000,00	254.800,00
São José do Rio Preto	COOPERIOPRETO - Cooperativa dos Produtores Rurais de São José do Rio Preto	Implantação de packing house e logística de transporte de olerícolas	578.198,09	400.395,28
São Miguel Arcanjo	Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo	Estruturação de packing house e logística de transporte de frutas	1.158.120,38	800.000,00

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$	Apoiado (R$)
Sete Barras	Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu – COOPERAGUA	Estruturação de packing house e logística de transporte de banana	458.900,00	321.230,00
Socorro	Associação Rural da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão dos Cubas	beneficiamento e embalagem	132.880,68	93.016,48
Sud Mennucci	Associação dos Produtores Rurais do município de Sud Mennucci	Aquisição de tanques refrigeradores de leite	463.549,20	322.368,14
Taquarivaí	Associação do Desenvolvimento Agropecuário de Taquarivaí – AGROPET	Estruturação de packing house e logística de transporte de olerícolas	705.260,41	493.682,29
Urupês	Associação de Produtores Rurais de Urupês	Implantação de packing house para processamento de limão	639.002,20	429.197,44
Valinhos	Associação Agrícola de Valinhos e Região – AAVR	Implantação de packing house para processamento de figo	900.047,50	630.033,25
			27.506.080,11	**19.456.506,76**

Com assessoria técnica e gerencial para as organizações de produtores, a CATI tem apoiado a identificação e definição de potenciais iniciativas de negócio e auxiliado na regularização fiscal, além de inúmeras atividades de capacitação técnica nas cadeias produtivas relacionadas com as propostas de negócio e questões de gestão administrativa.

Obras de Adequação de Estradas Rurais

Para viabilização das obras de adequação de trechos críticos e manutenção de estradas rurais, é condição a adesão das Prefeituras Municipais, através de convênio com a SAA para o repasse de recurso. Até 2016 foram formalizados 68 convênios, sendo que 8 prefeituras municipais renunciaram e 23 obras foram finalizadas até dez./2016.

Obras de Adequação de Estradas Rurais

EDR	Município	KM	Microbacias II	Contrapartida Município
Andradina	Castilho	4,1	341.238,65	37.915,41
Andradina	Mirandópolis	3,94	346.615,23	38.512,80
Araçatuba	Barbosa	4,6	349.748,56	38.860,95
Araçatuba	Brejo Alegre	9,63	349.992,00	54.340,81
Assis	Assis	9,83	310.497,96	34.499,78
Assis	Palmital	40,65	347.507,22	38.611,91
Avaré	Itaporanga	4,49	346.766,60	38.529,62
Botucatu	Botucatu	22,55	349.193,69	38.799,29
Botucatu	Itatinga	37,9	334.003,52	37.111,50
Botucatu	Pardinho	33,94	349.823,16	38.869,24
Botucatu	Pratânia	16,2	348.713,43	38.745,94
Bragança Paulista	Amparo	6,42	349.148,22	38.794,25
Bragança Paulista	Socorro	5,65	328.131,50	36.459,06
Campinas	Valinhos	0,53	332.633,52	36.959,28
Catanduva	Urupês	5,09	256.944,59	28.549,40
Dracena	Dracena	2,25	349.239,43	38.804,38
Dracena	Junqueirópolis	3,58	330.980,08	36.775,57
Dracena	Pacaembu	36,25	349.982,27	38.886,92
Dracena	Tupi Paulista	7	349.813,95	39.320,37
Fernandópolis	Fernandópolis	5,15	347.661,96	38.629,11
Fernandópolis	Populina	3,5	300.508,74	33.389,86
Franca	Batatais	8,2	273.998,02	30.444,23
Franca	Jeriquara	8,63	306.208,89	34.023,21
Franca	Patrocínio Paulista	3,37	274.344,60	30.482,73
Franca	Santo Antônio da Alegria	5,14	285.962,96	31.773,66
General Salgado	Auriflama	8,22	308.182,99	34.242,55
General Salgado	Lourdes	5,4	326.382,28	36.264,70

EDR	Município	KM	Microbacias II	Contrapartida Município
General Salgado	Magda	4,25	349.530,75	38.836,75
General Salgado	Sud Menucci	9,47	340.065,08	37.785,01
Guaratinguetá	Guaratinguetá	10,97	346.264,97	38.473,89
Itapetininga	Itapetininga	4,72	310.695,07	34.521,67
Itapetininga	São Miguel Arcanjo	26,55	349.184,35	38.798,26
Itapeva	Taquarivai	7,98	349.852,05	38.872,45
Jaboticabal	Cândido Rodrigues	6,84	260.959,84	28.995,54
Jaboticabal	Itápolis	8,97	349.140,67	38.793,41
Jales	Jales	10,3	277.536,77	30.837,42
Jales	Pontalinda	40,65	307.135,71	36.167,49
Jales	Santa Salete	3,11	214.959,31	23.884,44
Jaú	Dois Córregos	4,88	273.376,35	30.375,16
Jaú	Torrinha	6,7	167.354,19	18.594,91
Limeira	Araras	11,47	349.777,44	38.864,16
Limeira	Limeira	15,2	348.940,97	38.771,22
Limeira	Pirassununga	5,86	242.573,12	26.952,57
Lins	Guarantã	9,6	289.629,36	32.181,04
Lins	Lins	7,31	91.618,83	10.179,87
Lins	Pirajui	8,57	317.838,51	35.315,39
Marília	Garça	6,19	329.226,41	36.580,71
Mogi das Cruzes	Santa Isabel	11,16	344.023,54	38.224,84
Mogi Mirim	Artur Nogueira	28,84	314.598,26	34.955,36
Ourinhos	Piraju	7,63	342.300,84	38.033,43
Ourinhos	Santa Cruz do Rio Pardo	6,04	329.726,12	36.636,24
Piracicaba	Piracicaba	32,29	276.936,42	30.770,71
Piracicaba	São Pedro	8,49	280.303,83	31.144,87
Presidente Prudente	Regente Feijó	4,19	271.518,48	30.168,72
Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	41,19	314.986,68	34.998,52
Registro	Juquiá	34,63	349.981,08	38.886,78
Registro	Miracatu	1,37	346.855,65	38.539,52
Registro	Sete Barras	16,5	306.568,56	34.063,17
Ribeirão Preto	Brodowski	5,09	331.174,07	36.797,12
Ribeirão Preto	Guatapará	10,68	287.787,88	31.976,43
Ribeirão Preto	Santa Cruz da Esperança	4,8	223.692,01	24.854,67
São João da Boa Vista	Divinolândia	28,87	314.270,33	34.918,93
São João da Boa Vista	Tambaú	35,24	348.146,57	38.682,95
São José do Rio Preto	Nova Granada	4,67	222.008,10	24.667,56
São José do Rio Preto	Potirendaba	2,94	307.135,71	34.126,19
Sorocaba	Piedade	8,23	348.568,99	38.729,89
Sorocaba	Pilar do Sul	14,3	308.375,26	34.263,92
Votuporanga	Parisi	6,4	343.713,42	38.190,39
TOTAL		**825,35**	**21.222.555,57**	**2.376.008,10**

Em 2016 foram finalizadas as reformas de 14 Casas da Agricultura:

Reforma das Casas da Agricultura finalizadas

EDR	Município	Valor - R$
Araçatuba	Barbosa	109.833,10
Araçatuba	Santópolis do Aguapeí	160.800,00
Campinas	Sumaré	125.986,17
Dracena	Junqueirópolis	167.492,21
Dracena	Pacaembu	160.587,78
Franca	Batatais	178.566,13
Jaboticabal	Ibitinga	226.820,13
Lins	Getulina	155.131,66
Lins	Guaiçara	138.366,85
Lins	Guaimbê	197.690,78
Lins	Guarantã	140.893,28
Orlândia	Ipuã	137.250,18
Presidente Venceslau	Caiuá	152.711,73
Ribeirão Preto	Brodowski	135.537,93
	TOTAL	**2.187.667,93**

Ação 2471 - Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono

Objetivo: implantar ações junto à comunidade rural voltadas à mitigação de carbono, visando a sustentabilidade ambiental, em consonância com a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

No ano de 2016 não houve dotação orçamentária destinada à Ação 2.471. No entanto, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) por meio da CATI decidiu dar continuidade às ações de âmbito conservacionista e de boas práticas agropecuárias nas propriedades rurais, tendo como política norteadora o Programa Integra São Paulo (Decreto 58.930/2013). Deste modo, para conseguir realizar estas atividades, utilizou recursos da Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável (ATERAS). As ações foram materializadas por meio dos programas de crédito e subvenção vinculados ao FEAP, e principalmente pelas atividades de extensão rural realizadas no âmbito dos Projetos Institucionais da CATI.

Ação 2545 – Mobilização e Sensibilização com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural

Objetivo: ações de extensão rural envolvendo produtores rurais, voltadas para a conservação do solo e dos recursos hídricos, bem como a elaboração de projetos de recomposição ambiental, o auxílio para adesão ao Cadastro Ambiental Rural - CAR e ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.

No ano de 2016 não houve dotação orçamentária destinada à Ação 2545. Porém, assim como ocorrido com a Ação 2471 - Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono, houve a realização de atividades de âmbito conservacionista envolvendo produtores rurais, especialmente por meio do Programa Integra São Paulo (Decreto 58.930/2013), utilizando-se recursos da Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável (ATERAS). Na mesma lógica, houve substantivo apoio dos técnicos da CATI no auxílio ao preenchimento do CAR.

Ação 4435 - Abastecimento de Sementes e Mudas no Estado de São Paulo.

Objetivo: abastecer supletivamente os agricultores de todos os municípios do Estado de São Paulo, com prioridade para a produção de sementes de culturas de alimentação básica e mudas de espécies frutíferas e florestais nativas.

A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acesso a sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária; de melhor relação custo/ benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola, e sua inclusão social.

O atual cenário de produção de sementes no Brasil é de crescente oferta das espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CATI, por meio do seu Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes / DSMM, opta por ofertar sementes do tipo “variedade” não transgênica de ótimo potencial produtivo e adaptado às condições paulistas. Estas variedades têm sua importância tanto na agricultura convencional, como também na produção "orgânica", onde os preceitos produtivos impedem o uso de quaisquer sementes modificadas geneticamente.

O DSMM está em processo de ajuste de sua produção de sementes para alimentação básica como: arroz feijão, milho e trigo, sendo importante insumo da política da segurança alimentar, também desenvolvem projetos de produção de sementes no sistema orgânico de arroz, feijão e milho, para atender a crescente demanda dos agricultores familiares deste segmento.

Na safra das águas 2015/2016 e inverno 2016/2016 o DSMM instalou 18 campos de sementes, num total de 1.105,72 hectares em áreas próprias. Desses campos a produção bruta foi de 2.010.414 quilos o que resultou em 1.433.962 de sementes beneficiadas, das quais 1.190.010 quilos (produção própria) dentro dos padrões oficiais de sementes, atingindo 59,50% da meta estipulada no SIMPPA para o ano de 2016. A meta estipulada não foi atingida em função principalmente de dois fatores: nova sistemática de contratação de produção através de cooperadores e a perda de uma área de 150 hectares de milho plantado no Núcleo de Produção de Sementes de "Ataliba Leonel" devido a condições climáticas adversas (geada), esta produção representaria um acréscimo de 600.000 de grãos, aproximadamente 360.000 quilos de sementes.

Através de seus Núcleos de Produção de Mudas o DSMM produziu aproximadamente 200.000 mudas entre frutíferas, florestais e nativas. A rede de laboratórios do DSMM/CATI realizou 14.082 análises em 3.835 amostras de sementes, emitindo 2.082 boletins oficiais de resultados.

No ano de 2016 o DSMM comercializou 1.176.820 quilos de sementes, e 290.848 mudas. Foram disponibilizados a todos os municípios 645 paulistas sementes e mudas de qualidade beneficiando mais de 7.600 produtores rurais, principalmente os pequenos e médios, realizando um atendimento direto a 553 municípios por seus Núcleos de Produção e Casas de Agricultura.

Com relação à execução orçamentária do exercício de 2016, bem como os demais exercícios, no caso do DSMM/CATI, depende da dimensão do Plano de Produção de Sementes e Mudas estabelecidas anualmente, com base nas demandas dos diversos setores envolvidos, como a indústria, produtores etc. Desta forma há uma grande variação nas quantidades de sementes e mudas produzidas a cada ano, impactando no volume das despesas realizadas para a execução do Plano de Produção e consequentemente na execução orçamentária.
Destacamos que no ano de 2016 houve um forte investimento na recuperação no Núcleo de Produção de Sementes de "Ataliba Leonel", que é a principal unidade de produção do DSMM. Foram adquiridos diversos equipamentos (Trator, Pulverizador, Semeadora e Carreta Tanque), além da aquisição de insumos para o plantio da safra 2016/2017, ou seja, esse investimento realizado em 2016 terá retorno em 2017, com um aumento esperado na produção de sementes no total de 1.380.000 quilos somente para a cultura de milho variedade, espera-se também uma produção de mudas 1.000.000 para ano 2017. Portanto no quadro abaixo demonstra uma variação orçamentária com acréscimo de 2.100,00% em investimento em relação à dotação inicial
Vale ressaltar que, as aquisições de insumos para produção e os investimentos só geram resultados no próximo exercício em razão do ano agrícola. Portanto os resultados de 2016 são consequência da execução orçamentária de 2015.

Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável – ATERAS

Objetivo: Promover o aumento da competitividade econômica dos agronegócios locais e regionais, com a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

Diante do contexto da dotação inicial a expectativa de execução está aquém do desejado em torno de 29,39%, sendo em custeio 29,10% e em investimento 73,41%, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 46,09% que inclui a dotação aprovada pela Emenda Parlamentar, e, dotação orçamentária como crédito bloqueado face o Decreto nº 62.240, de 25/10/2015 (que dispõe sobre a emissão de empenho) que corresponde a 18,22%. Por outro lado, com a crise econômica que o país atravessa houve medidas de otimização e redução de custeio e face ao Decreto nº 61.785, de 05/01.2016 que estabeleceu diretrizes e restrições para as despesas no âmbito do Poder Executivo.
Levando em consideração as restrições orçamentárias e financeiras e da dotação atual da Ação, alcançou a expectativa da execução num percentual de 56,21 da dotação efetiva, sendo em custeio 55,99% e em investimento 73,41%.
Levando em consideração a dotação atual e crédito disponível bloqueado pelo Decreto 62.240, de 25/10/2016, a Ação reflete outra perspectiva de execução, com um índice de 86,27% da dotação efetiva, sendo em custeio 86,20% e em investimento 90,61%.
Levando em consideração que nesta Ação a demanda é de custeio na fonte de recursos do Tesouro do Estado, a execução baseado na dotação inicial foi baixa com percentual de 32,09%, e, com análise na dotação atual reflete outro índice de execução alcançando 73,05% da dotação efetiva. Em relação à dotação atual e crédito disponível bloqueado pelo Decreto 62.240, de 25/10/2016, melhora o índice da execução alcançando o percentual de 91,95.
Levando em consideração aos recursos oriundos do Fundo Especial de Despesas da Administração da CATI – FACATI, no contexto orçamentário da Ação 4437, com referência as despesas de custeio, a execução foi baixa com índice de 11,23%, o que prejudica na análise global da Ação. Quanto ao investimento, como a dotação é menor teve uma execução razoável com índice de 73,41%.
Diante dos índices apresentados, elucidamos os resultados alcançados na Ação:
A ação 4437 visa realizar atividades de assistência técnica e extensão rural, em consonância com o planejamento municipal, com a adoção de boas práticas agrícolas e estratégias adequadas ao mercado local e regional, visando o desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária. No ano de 2016 foram firmados convênios Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento - SEIAA com 277 municípios, o que possibilitou o envolvimento de 589 servidores municipais no desenvolvimento dos trabalhos em ações de assistência técnica e extensão rural para o atendimento aos agricultores e desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Rural.
Também em 2016 a CATI estabeleceu novas atividades visando à recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado: cerca de 11.600 ha foram assistidos pelos técnicos da CATI por meio da elaboração e/ou acompanhamento de projetos técnicos, recomendações de práticas de manejo para recuperação de áreas degradadas, uso racional da água e adoção de sistemas de produção sustentáveis. Considerando esta área, foram elaborados e executados 27 projetos de subvenção para recuperação de voçorocas, por meio do Projeto Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões do Fundo de Expansão do

Agronegócio Paulista – FEAP, abrangendo 787 ha em propriedades localizadas 19 municípios paulistas, totalizando R$239mil em recursos aplicados nessas propriedades.
Em relação aos projetos institucionais desenvolvidos junto aos produtores e focando as cadeias produtivas, foram cadastradas 1.315 propostas de trabalhos em 569 municípios, distribuídas nas cadeias de Aquicultura (55), Bovinocultura de Corte (110), Bovinocultura de Leite (247), Cafeicultura (66), Fruticultura (157), Heveicultura (55), Olericultura (281) e também em demanda (526) (POA/2016), que se destina a atender as atividades dos projetos não cadastrados na Casa da Agricultura. Os trabalhos com as cadeias produtivas estimulam a adoção das Boas Práticas Agropecuárias (BPA), cujo objetivo é buscar maior sustentabilidade econômica, social e ambiental relacionada às cadeias produtivas.
A ação 4437 possibilitou ainda a efetivação das demais atividades da CATI no âmbito do Estado, entre elas: levantamento e previsão de safras; atualização do Banco de Dados do LUPA - Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo; execução de várias políticas públicas, especialmente na área de crédito rural, sendo responsável pela emissão de declarações de aptidão para acesso ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, bem como a elaboração de propostas de financiamento junto ao produtor rural; participação em programas de compras institucionais voltados à agricultura familiar; capacitação de corpo técnico e administrativo da rede, e coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores rurais; difusão de conhecimentos técnicos por meio de publicações e de diversos canais de comunicação.

Atividades desenvolvidas nos "Projetos Institucionais" com recursos da ATERAS.

Produto	Levantamento[3]	Visita	Acompanhamento Regional[1]	Capacitação de Produtores[2]	Capacitação de Técnicos
Demanda[4]	27.411	19.679	9.585	3.332	612
Olericultura	1.566	9.496	2.384	5.507	223
Bovinocultura de Leite	769	8.283	2.338	3.429	382
Recuperação de Áreas Degradadas	558	2.223	766	1.455	85
Fruticultura	487	4.256	1.003	1.413	30
Bovinocultura de Corte	147	2.058	574	749	113
Cafeicultura	360	2.220	317	2.996	39
Heveicultura	150	865	435	1.813	10
Aquicultura	101	686	377	2.225	46
Total geral	**31.549**	**49.765**	**17.778**	**22.919**	**1.540**

[1] Atendimento do técnico da regional para apoiar ou atender solicitação do técnico da Casa da Agricultura.
[2] Número de produtores capacitados.
[3] Levantamentos destinados a atualização de informações estatísticas dos municípios.
[4] Demanda refere-se a todas as atividades desenvolvidas pela Casa da Agricultura não cadastradas nos projetos.
Fonte: Sistema de Gestão dos Projetos Institucionais/CATI/SAA

Diante das ações executadas nas cadeias produtivas em todo o Estado, no contexto da execução orçamentária e financeira, o percentual atendeu às expectativas, alcançando o objetivo proposto por meio da execução das atividades descritas nos quadros acima.

Programa 1308 – Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas

Objetivo: Desenvolver as cadeias produtivas paulistas por meio de políticas públicas voltadas ao abastecimento, à organização de pequenos produtores, a melhoria de qualidade de produtos, à qualificação profissional, promoção da segurança alimentar e do alimento seguro, bem como, otimizar o acesso à informações e a prestação de serviços.

Ação 4783 - Ações Integradas em Abastecimento e Segurança Alimentar

No âmbito das ações da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – Codeagro, as ações integradas em abastecimento e segurança alimentar atuam na promoção, orientação, capacitação e conscientização das pessoas para a melhoria da qualidade de vida. Para isso, oferece cursos e palestras em cozinhas técnicas experimentais para adoção de uma alimentação equilibrada, saudável, evitando o desperdício de alimentos, além da distribuição de livros e manuais para este acompanhamento. Executa a distribuição de sementes para instalação de hortas convencionais ou em ambiente protegido e agrega valor a renda dos produtos, disponibilizando canais de comercialização do produtor ao consumidor.

Hortas Comunitárias

As Hortas Comunitárias, para as quais a CODEAGRO distribui sementes por intermédio das Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, casas de agricultura e organizações não governamentais, é outra ação relevante que beneficia uma expressiva quantidade de pessoas, tendo sido distribuídos 25 kg para plantio de 22 hectares, atendendo aproximadamente 24 mil pessoas em 2016.

Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CESANS

O Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Cesans, é responsável pelos cursos sobre educação alimentar e preparo de alimentos. Além dos cursos, há distribuição de publicações visando a promoção da Educação Alimentar. No ano de 2016, foram testadas 121 receitas na cozinha experimental promovendo o aproveitamento integral dos alimentos, capacitando 2.290 pessoas; foram elaborados artigos e peças sobre Alimentação Saudável, sobre produtos de época e sobre aproveitamento integral de alimentos; a realização de cursos nos municípios do interior e na capital do Estado, considerando temas dessa área, assim como de geração de renda; a realização da XXIII Semana da Alimentação "Saudável é Mais", com lançamentos dos livros: Diga Não ao Desperdício, Horta Urbana e Periurbana, além do primeiro volume do manual "Pescado é Saúde", em parceria com o Instituto de Pesca. A participação com degustação no "Mercado São Paulo", em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
Com o objetivo de potencializar a ações sobre a necessidade de uma alimentação saudável, ao longo do ano, foram desenvolvidos trabalhos de divulgação, abrangendo *"Home Page"* e "Redes Sociais", na qual foram realizados 67.127 downloads de publicações técnicas; 1.458 posts publicados no *"Facebook"*, obtendo 57.566 curtidas; foram elaborados 46 vídeos e publicados no *"Youtube,* atingindo 19.257 visualizações, totalizando 943 inscritos no canal.

Horta Educativa

O Projeto Horta Educativa desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, tem como objetivo fortalecer o trabalho educacional voltado à formação de valores sociais, culturais e alimentares compatíveis com a preservação da cultura do país, do meio ambiente e da promoção de hábitos alimentares saudáveis. O objetivo é ensinar, mesclando aulas teóricas e práticas, conceitos de Educação Ambiental, Nutricional e Valorização do Meio Rural via Horticultura. Conforme Decreto Estadual nº 57.910, de 27 de Março de 2012. Em 2016, foram realizados 3 cursos e atendidas 203 pessoas.

Padarias Artesanais

O projeto Padarias Artesanais desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, tem como objetivo qualificar profissionais e capacitar agentes multiplicadores na produção de 10 (dez) tipos de pães, feitos com vegetais e frutas. Conforme Decreto nº 57.635, de 15 de Dezembro de 2011. Em 2016, foram realizados 108 cursos e atendidas 1.343 pessoas.

Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor

O Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor visa a criação de canais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais de pequenas e médias propriedades, proporcionando condições necessárias para promover o aumento da renda, difusão de informações técnicas e mercadológicas, além da capacitação dos produtores e campanhas de alimentação com foco nos consumidores. Ao mesmo tempo, melhorar a disponibilidade de alimentos seguros, rastreados e a preços compatíveis aos praticados no mercado.

O Projeto possui quatro feiras semanais: sendo três de produtos convencionais e uma de produtos orgânicos. Em 2016, foram comercializadas mais de 5 mil toneladas de produtos. A execução orçamentaria das ações integradas em abastecimento e segurança alimentar, foi de 41%.

Ação 4893 - Operacionalização de Sistemas de Informações

Manutenção de máquinas e de serviços oferecidos pela web, servidores linux, nt e servidor de e-mail, banco de dados relacional e continuidade das informações por meio de redundância; contratação de serviços de desenvolvimento de softwares, necessários à execução dos projetos da CODEAGRO e manutenção de informações atualizadas.
A referência a execução orçamentaria da Ação de Operacionalização de Sistemas de Informações (PPA – 2012/2015), está relacionada ao saldo em restos a pagar.

Ação 4876 - Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural

O Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural, instituído pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, tem por objetivo integrar serviços e informações da Pasta em um mesmo local, com sistemas modernos de gestão e atendimento.
A Ação Poupatempo do Produtor Rural sofreu adequações conceituais no projeto, sendo submetida há uma nova instrução processual, cujo objetivo fosse a sua instrumentalização. No entanto, ao longo do ano de 2016, a Coordenação decidiu aplicar novos critérios no modelo do projeto, afim de aperfeiçoar e viabilizar a integração de serviços da Pasta, elevando a sua atuação para abranger todo o Estado de São Paulo. Dessa forma, não houve execução orçamentária para atingir os propósitos da ação. A baixa execução demonstrada no quadro acima, é justificada por decisão da Pasta, para cobrir despesas necessárias de outras ações, conforme orientação da Portaria Conjunta CAF CCE CO n° 1 de 27/01/2016.

Ação 4453 – Assessoria na Criação e Consolidação de Associações e Cooperativas

O Instituto de Cooperativismo e Associativismo – ICA, tem por finalidade orientar a organização de cooperativas e associações, principalmente na área rural. Proporciona também, a essas sociedades, assessoria e consultoria administrativa, organizacional, econômico-financeira e jurídica. Promove cursos e seminários para cooperados, técnicos e funcionários de cooperativa e edita publicações de orientação às cooperativas e pesquisas sobre o cooperativismo e associativismo estadual.
O Instituto atende às solicitações de Prefeituras, Sindicatos, das próprias Casas de Agricultura e grupos diretamente interessados na organização e constituição de novas Cooperativas e Associações de produtores ou outras categorias profissionais.
Outra atividade desempenhada pelo Instituto é a divulgação de chamadas públicas, que tem como objetivo viabilizar a possibilidade de os agricultores familiares comercializarem sua produção por intermédio de programas que garantem partes de seus recursos a aquisição da agricultura familiar. Dessa forma, o número de chamadas públicas realizadas em 2016 foi de 360, sendo: 178 do PPAIS e 182 do PNAE.
Em 2016, o Instituto de Cooperativismo e Associativismo prestou assessoria para 109 cooperativas e 168 associações. A execução orçamentária da ação, realizada pela dotação inicial, atingiu em torno de 84%.

Ação 1288 - Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais – "Selo Produto São Paulo"

Foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pela Lei Nº 10.481 de 29 de Dezembro de 1.999, como parte do Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais do Estado de São Paulo. Teve sua fase de implantação iniciada em 2001.
Tal ação, viabiliza o trabalho do Estado em conjunto com o setor produtivo agropecuário e agroindustrial paulista, resultando na certificação de produtos e de sistemas de produção que atendam normas técnicas.
Por outro lado, visa garantir ao consumidor produtos de alta qualidade, aumentar a competitividade do Agronegócio Paulista nos cenários nacional e internacional, bem como agregar e implementar a renda do produtor e agroindustrial.
Em 2016, os produtos certificados são Café Gourmet e Café Superior (9 marcas) e suínos destinados ao abate (8 granjas).
Embora a ação tenha realizado suas atividades, o orçamento não foi executado.

Programa 1311 – Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Objetivo: Promover, por meio da fiscalização dos agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos, a manutenção e valorização do patrimônio agropecuário, a saúde animal e vegetal, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, visando incrementar a competitividade dos produtos paulistas.

As novas diretrizes emanadas na elaboração do PPA 2016-19, fundiram ações do Programa 1311 que se resume a três grandes Ações: Vigilância Sanitária Vegetal e Meio Ambiente, Vigilância Sanitária Animal e Inocuidade de Alimentos, Apoio Administrativo. As atividades relativas a Ação 1412 - Infraestrutura das Unidades de Defesa Agropecuária, presentes no exercício de 2015, a partir de 2016 são parte integrante da Ação 4388 - Apoio Administrativo.

Conforme o Decreto Nº 61.802, de 14/01/16, que estabeleceu normas para execução orçamentária e financeira do exercício de 2016, contingenciou o total de R$145.773,00, que correspondeu a 25% dos recursos consignados na fonte 001 - Tesouro do Estado. Portanto, este Programa teve recursos reduzidos da ordem de R$ 583.095,00 para R$ 437.322,00 dos recursos da dotação inicial. Em virtude das reduções orçamentárias advindas do contingenciamento, foi necessário rever as prioridades/programações das ações desta Coordenadoria para o exercício de 2016, que **executou de fato 47,9%** da dotação orçamentária.

No ano de 2016 foi dado continuidade ao projeto de destinação de agrotóxicos obsoletos no Estado de São Paulo, que estimou a retirada dos campos paulistas um total de 420 toneladas de agrotóxicos em desuso, e implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE), com o desenvolvimento de novos módulos, que proporcionaram melhorias no sistema de auditoria e gestão da Coordenadoria de Defesa Agropecuária

Ação 4388 - Apoio Administrativo

Finalidade: Prover a infraestrutura necessária para execução das atividades finalísticas de Defesa Agropecuária, como manutenção/construção de próprios e aquisição de materiais e serviços.

Durante o ano, essa ação teve redução de R$145.773,00, devido ao Decreto Nº 61.802, de 14/01/16 que contingenciou 25% dos recursos do tesouro reduzindo seu orçamento para R$437.322,00. Portanto, a ação 4388 teve recursos reduzidos da ordem de R$ 583.095,00 para R$437.322,00 dos recursos de Dotação inicial. Considerando o contingenciamento, a ação 4388 **executou de fato 53,4%** da dotação orçamentária. A Coordenadoria de Defesa Agropecuária encerra o ano de 2016 com 310 unidades em operação. A sede da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA, em Campinas, vem passando por extensa readequação, com um projeto inovador, com enfoque na sustentabilidade e baixo custo de operação, com 5.461 m², porém, por motivos de encerramento do contrato, em 21/12/2015, a obra/reforma encontra-se suspensa até nova licitação que não ocorreu no exercício de 2016 por motivos readequações necessárias no atual projeto, solicitado junto a Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, no qual estamos aguardando a conclusão desse trabalho. Dentre as diversas atividades em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), destaca-se a constante implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE), como o Desenvolvimento dos Módulos de: 1)Controle de Antígeno e Tuberculina, 2)Controle de Agrotóxicos, 3)Gestão de Viveiros de Mudas, 4)Relatório Greening e 5)Via Rápido Empreendedor. Foram realizadas melhorias e implementações nas funcionalidades dos Módulos de Aves, desenvolvimento e implementação de funcionalidades do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - CIPOA e do Módulo Financeiro com a implantação do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE e desenvolvimento do Módulo de Sanidade do Apiário. Por meio do Sistema GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal (PTV), Guias de Trânsito Animal (GTA) e realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações. Durante o ano de 2016, foram emitidas 892.142 GTAs, 239.298 declarações de rebanho e vacinações (sendo que cerca de 59% foram realizadas pelos próprios produtores, acessando o GEDAVE), 91.730 declarações de vacinação contra a brucelose, 117.650 Permissões de Trânsito Vegetal - PTV, 29.327 Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e 31.366 Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados - CFOC (os certificados são feitos pelos próprios responsáveis técnicos, através do sistema informatizado GEDAVE. As permissões de trânsitos, embasadas nos certificados, são validadas por engenheiro agrônomo da CDA, para impressão pelo próprio interessado).

Ação 4457 - Vigilância Sanitária Vegetal e Conservação do Meio Ambiente

Finalidade: Preservar a sanidade dos produtos de origem vegetal, a conservação do solo agrícola, a saúde do produtor rural e promover o uso correto de agrotóxicos, visando a preservação do meio ambiente, segurança alimentar e saúde pública.

Durante o ano de 2016, esta ação **executou de fato 26,6%** da dotação orçamentária. Neste contexto, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária realizou fiscalizações referentes a sanidade de vegetais e suas partes, comércio e uso de agrotóxicos e afins, bem como atividades visando a conservação do solo paulista. As atividades foram realizadas pelos engenheiros agrônomos e técnicos de apoio agropecuário dos 40 Escritórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Durante o ano de 2016, o programa de erradicação/supressão do cancro cítrico inspecionou pomares em 194 municípios, detectando 8.679 focos. No combate ao HLB-Greening, a CDA inspecionou 133.956 plantas cítricas, em aproximadamente 426 propriedades, totalizando 98.508 plantas erradicadas. Executou-se todas as ações para cumprimento da Instrução Normativa do Ministério da Agricultura nº 53/2008. Dentro das atividades de vigilância fitossanitária da cadeia de produção de mudas, em 2016 foram cadastradas para produção 19 milhões de mudas cítricas e 20 milhões de mudas de café. No acompanhamento oficial do Sistema de Mitigação de Risco da Sigatoka Negra, doença que ataca a cultura da banana, em 2016 foram realizadas 253 inspeções nos estabelecimentos cadastrados. Foi realizado durante o ano de 2016, a emissão de 117.650 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV. A exportação de frutos cítricos para a Comunidade Européia só é possível às propriedades cadastradas no Sistema de Manejo de Risco para Pinta Preta dos Citros, cujas atividades de cadastro, coleta de amostras e inspeção são realizadas pela CDA, sendo que em 2016 foram cadastradas 11 propriedades e exportadas 21.040 toneladas de frutas frescas dentro do Sistema de Manejo de Risco. No monitoramento do uso do solo agrícola e de agrotóxicos e afins, as ações da CDA visaram garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e a proteção do meio ambiente e manutenção do solo agrícola. No ano de 2016 foram fiscalizadas 630 propriedades quanto a conservação do solo, 669 propriedades quanto ao uso de agrotóxicos, 1.015 fiscalizações no comércio e empresas prestadoras de serviço na aplicação de agrotóxicos.
O convênio SICONV nº 821694/2015/MAPA/SFA-SP/SAA-SP, que visa a execução de ações ligadas ao "Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária", não entrou em execução no ano de 2016, devido ao trâmite junto a Secretaria de Planejamento na inclusão dos valores e naturezas de despesas no orçamento vigente de 2016 da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, sendo que esta alteração orçamentária precisa ser submetida ao Senhor Governador. A Coordenadoria está empenhada para dar início a execução convênio, visto ter obtido a alteração da vigência do convênio para julho de 2017.

Ação 4458 - Vigilância Sanitária Animal e Inocuidade de Alimentos

Finalidade: Preservar a sanidade dos rebanhos paulistas de maneira a produzir animais hígidos e alimentos inócuos à saúde dos consumidores.

Durante o ano de 2016, esta ação **executou de fato 55,5%** da dotação orçamentária. Os recursos foram utilizados na realização de atividades referentes a vários programas com a finalidade de manter um estado satisfatório da sanidade animal, com ações realizadas pelos médicos veterinários e auxiliares pertencentes aos 40 Escritórios de Defesa Agropecuária. Destacamos os Programas Sanitários atendidos pela CDA relacionando as principais atividades de cada um deles - Programa de Combate à Raiva dos Herbívoros: morcegos hematófagos capturados - 7.264, Focos de raiva atendidos - 104, Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos - 3.906, propriedades fiscalizadas - 8.814; Programa de Combate e Erradicação da Brucelose e Tuberculose: atendimentos a focos de brucelose - 20, atendimentos a focos de tuberculose - 18, fiscalizações realizadas nas etapas de vacinações - 92, vacinações assistidas- 85; Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa: fiscalizações em propriedades - 1.624, vacinações assistidas - 2.030, geoposicionamento de propriedades rurais - 3.574, vigilância ativa para febre aftosa - 1.684; Programa Estadual de Sanidade de Suídeos: atendimentos a notificações de enfermidades de suídeos - 7, fiscalização de colheita de material - colheitas fiscalizadas - 641 e estabelecimentos fiscalizados - 8, fiscalizações para atualização cadastral nº de propriedades - 63, vigilância ativa para PSC - 414; Programa de Inocuidade de Alimentos: fiscalizações- 1.305; Fiscalização do Comercio de Produtos e Insumos Veterinários: estabelecimentos fiscalizados - 5.996; programa estadual de sanidade avícola, atendimentos a notificações de mortalidade - 243, fiscalizações de colheita de amostras - 2691, fiscalizações de estabelecimentos avícolas comerciais - 339, supervisões de colheitas de amostras - 1120, vigilância ativa para DNC/IA - 495; Programa Estadual de Sanidade de Equideos: atendimentos a focos de A.I.E nº de propriedades 424, atendimentos a focos de mormo nº de propriedades 115,

vigilância ativa para mormo 78; Programa Estadual de Vigilância Sanitária Animal: fiscalizações conjuntas CDA/outros órgãos de vigilância - 15, fiscalizações de produtos e insumos de origem animal e de cargas vivas, nº de fiscalizações em posto fixo - 331 fiscalizações em 434 veículos fiscalizados, nº de fiscalizações volantes - 331 fiscalizações em 1479 veículos fiscalizados, fiscalizações em eventos de concentração de animais, fiscalizações prévia do local - 446, fiscalizações realizadas em eventos - 475, geoposicionamento de propriedades rurais sem animais susceptíveis à Febre Aftosa - 1259; SISBOV - Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos: auditorias oficiais em propriedades ERAs - 38.

Programa 1315 – Gestão das Agropolíticas Públicas

Objetivo: Implantar Políticas Governamentais Na Área De Agricultura E Abastecimento Nas Diversas cadeias produtivas, estabelecendo diretrizes e coordenando a execução dos programas no âmbito do estado, com prioridade para as áreas com vulnerabilidade ambiental, especialmente em relação à conservação do solo e recursos hídricos.

Ação 1195 – Melhor Caminho

Aprimorar os sistemas de transportes e de logística do agronegócio, elevando a trafegabilidade das estradas rurais, visando reduzir perdas de produção e maior acesso da população rural a serviços urbanos, e implantar medidas que levem à estruturação da logística setorial, em ações convergentes para melhoria da qualidade de vida no campo e geração de emprego e renda pela agregação de valor.

O “Melhor Caminho” realiza obras de recuperação em estradas rurais de terra, objetivando não só regularizar o seu leito, mas também conservar o solo e favorecer a infiltração das águas das chuvas para a recarga do lençol freático e ainda impedir que grandes quantidades de terras férteis possam, através das enxurradas, assorear e poluir os rios, córregos e nascentes. Assim, além de melhorar as condições de tráfego nestas estradas, possibilitando o escoamento da produção agrícola e assim o desenvolvimento socioeconômico baseado no agronegócio. O Projeto Melhor Caminho traz grandes benefícios ambientais, impedindo a formação de erosões e voçorocas e o assoreamento dos rios e córregos, além de ganhos econômicos e sociais como os trazidos pela conservação do solo e pela possibilidade de acesso das comunidades rurais à educação e à saúde. Essa é uma das ações governamentais mais solicitadas não só pelas prefeituras, mas também pela população que mora e trabalha no campo e pelos produtores e proprietários de áreas agrícolas, pois permite a perfeita trafegabilidade das estradas rurais durante todo o ano, inclusive no período de chuvas. Em 2015 foi adotada nova proposta para otimizar os recursos do Programa com a execução de trabalhos integrados entre a CODASP e as Prefeituras beneficiadas, sendo denominado de Melhor Caminho – Pontos Críticos que consiste na adequação de estradas rurais e na aplicação de técnicas de manutenção básica interligando os trechos críticos trabalhados.

Em 2016 foram **executados 73,44km** conveniados em 2015 (4,90km – RA Bauru / 5,38km – RA Central / 21,78km – RA Itapeva / 6,00km – RA Marília / 5,12km – RA Ribeirão Preto / 17,46km – RA São José do Rio Preto / 6,80km – RA São José dos Campos e 6,00km – RA Sorocaba), no valor total de R$ 7.454.320,03 e **263,23km** conveniados com 37 municípios em 2016 (13,95km RA Araçatuba / 6,50km – RA Barretos / 10,40km RA Bauru / 30,50km – RA Campinas / 7,53km – RA Central / 13,10km – RA Franca / 41,45km – RA Itapeva / 32,66km – RA Marília / 27,45km – RA Presidente Prudente / 5,33km – Ribeirão Preto / 7,80km – RM Baixada Santista / 15,39km – RM São Paulo / 28,91km – RA São José do Rio Preto / 22,26km – RA Sorocaba), no valor total de R$ 29.927.768,95.
No total em 2016 foram **executados 336,67 km.**

Ação 1410 – Pontes Rurais

O Programa Pontes Rurais tem como objetivo promover melhorias na malha viária de Municípios Paulistas, de modo a facilitar o escoamento da produção agropecuária e o acesso da população rural aos serviços públicos. A implantação do programa consiste na transferência de pontes metálicas padronizadas a Municípios Paulistas, com extensão de 6 (seis), 8 (oito), 10 (dez) ou 12 (doze) metros lineares, a serem instaladas em locais considerados críticos. A instalação das pontes rurais deve ser aprovada de forma complementar ao Programa Melhor Caminho para demostrar objetivo comum de ambos.

No total em 2016 foram: 28 autorizos governamentais destes **26 convênios** foram formalizados (01 – RA Barretos / 04 – RA Bauru / 05 – RA Campinas / 04 – RA Central / 01 – RA Franca / 01 – RA Itapeva / 01 – RA Marília / 04 – RM São Paulo / 03 – RA São José do Rio Preto / 01 – RA São José dos Campos e 02 – RA Sorocaba) e 12 pontes instaladas.

Ação 1327 – Subvenção aos Produtores Rurais - FEAP/BANAGRO

A **Ação 1327** abrange cinco Projetos/Programas do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, que por meio de subvenção econômica, tem por objetivo propiciar alternativas ao produtor rural para o desenvolvimento tecnológico e agregação de valor da produção, bem como a mitigação do risco de comercialização, conforme detalhamento a seguir:

- O **Programa Pró-Trator**, instituído pelo Decreto Estadual n° 53.653, de 04 de novembro de 2008, como também o **Programa Pró-Implemento**, instituído pelo Decreto Estadual n° 56.999, de 17 de maio de 2011, beneficiam o produtor paulista, em especial os agricultores familiares, com a subvenção total dos juros dos financiamentos, concedidos pelo Banco do Brasil, destinados, respectivamente, à aquisição de tratores e implementos agropecuários novos;

- O **Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais – Microbacias II**, instituído pelo Decreto Estadual n° 58.211, de 12 de julho de 2012, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, instituído pelo Decreto Estadual n° 56.449, de 29 de novembro de 2010, apoia as organizações de produtores rurais (associações e cooperativas), com a subvenção parcial (de até 70%) dos investimentos realizados nas iniciativas de negócio, destinadas ao acesso e participação de modo mais efetivo no mercado consumidor;

- O **Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção**, instituído pelo Decreto Estadual n° 56.770, de 14 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto Estadual n° 58.449, de 10 de outubro de 2012, beneficia o produtor rural com a subvenção de até 50% do valor do prêmio do contrato de opção, das atividades de café, milho, soja e bovinocultura de corte, a fim de garantir o direito de vender seu produto a um preço previamente determinado; e

- O **Projeto Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões (RADGE)**, instituído pelo Decreto Estadual n° 58.930, de 01 de março de 2013, disponibiliza ao produtor paulista a subvenção de até 90% das despesas efetuadas com a recuperação da área degradada, para fins de preservação e recuperação dos solos e recursos hídricos impactados no meio rural.

Em 2016 a Ação 1327 atingiu o índice de 73,80% de execução em relação à dotação orçamentária inicialmente prevista, uma vez que houve contingenciamento de recursos, especialmente da Fonte 001, mesmo assim, considerando a soma dos números dos Projetos/Programas supracitados foram contemplados 18.580 produtores rurais.

Ação 1334 – Subvenção do Prêmio do Seguro

A **Ação 1334** abrange o **Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural**, instituído pelo Decreto Estadual n° 59.131, de 29 de abril de 2013, disponibilizando ao produtor rural, pessoa física ou jurídica, que contrate seguro rural, nas modalidades agrícola (risco climático e risco sanitário), pecuário, florestal e aquícola, a subvenção estadual do prêmio, na razão de até 50% do valor que cabe ao segurado, após a dedução da subvenção do Governo Federal.

Em 2016 a Ação 1334 atingiu o índice de 100,00% de execução em relação ao previsto inicialmente na dotação orçamentária, beneficiando, assim, um número de 11.994 agropecuaristas (contratantes de seguro rural).

Ação 1407 – Crédito para Expansão no Agronegócio Paulista

A **Ação 1407** abrange as atuais 29 Linhas de Crédito, disponíveis ao produtor paulista, especialmente ao agricultor familiar, com juros de 3% ao ano e prazos de pagamento que variam de 2 a 12 anos, cuja finalidade principal é apoiar os investimentos na produção, comercialização e industrialização de produtos agropecuários e pesqueiros, das atividades de importância econômica para o Estado de São Paulo, como: agricultura em ambiente protegido, agricultura orgânica, apicultura, avicultura de corte, bovinocultura de leite, bubalinocultura, cafeicultura, caprinocultura, citricultura, floricultura, fruticultura, ovinocultura, piscicultura, sericicultura, silvicultura, entre outras.

Em 2016 a Ação 1407 alcançou o índice de 604,27% de execução em comparação à dotação orçamentária prevista, pois houve incremento de recursos proveniente da Fonte 005 (Lei Estadual n° 16.004, de 23 de novembro de 2015), perfazendo um total de 433 financiamentos para produtores rurais, suas cooperativas e associações.

Programa Nascentes

Em função da necessidade de aumento da capacidade de produção e de reservação de água no lençol freático, a SAA celebrou Termo de Cooperação Técnica com a Prefeituras Municipais de

Botucatu, Pardinho e de Holambra e Convênios com a Agência Nacional de Águas e a Fundação Banco do Brasil para implantar e financiar projetos-piloto de recuperação das matas ciliares das nascentes e de corpos d'água e a demais medidas necessárias à preservação das áreas de contribuição dos mananciais de água nos municípios e ao uso racional da água, e estabelecer cooperação entre as equipes técnicas da SAA e as equipes técnicas dos municípios, com a criação de um sistema de colaboração mútua otimizador e articulador de atividades e esforços. Em dezembro de 2016, os resultados para essa cooperação com o município de Holambra, financiada pela Fundação Banco do Brasil, foram a instalação de duas placas de identificação (100% do previsto), cercamento de Áreas de Proteção Permanente com 1.765,5 metros de cerca de arame farpado, com mourões de eucalipto tratado 8 a 10 cm, 3 fios (61,4% do previsto), plantio de 5.001 mudas de essências nativas em área de preservação permanente (18,5% do previsto) e tratos culturais e manutenção até dois anos de 128 hectares. Em relação à cooperação com o município de Holambra, financiada pela Agência Nacional de Águas, o projeto visou recuperar estradas e áreas de degradação do solo, realizar saneamento rural e captação de água de chuva em propriedades rurais dentro da Bacia Hidrográfica do rio Borda da Mata. Os resultados obtidos foram o terraceamento em 258 hectares; conservação do solo por meio de subsolagem, na quantidade de em 52,58 hectares, aquisição e entrega técnica de 60 fossas biodigestoras e fornecimento de geomembrana (filme plástico) para impermeabilização de 12.000 m2 de tanques escavados para captação e reservação de água de chuva e recuperação e manutenção de 43,56 Km de estradas rurais e de acesso as propriedades. Em relação à cooperação com os municípios de Botucatu/Pardinho e Holambra o projeto, também financiado pela Agência Nacional de Águas, que visava a manutenção da quantidade e da qualidade das águas do Rio Pardo e seus afluentes até a Represa do Mandacaru, em Botucatu, apresenta como resultados a construção de terraceamento em 245,0 hectares, construção de 104 km cercas de isolamento de Áreas de Preservação Permanente, a aquisição de 120 fossas biodigestoras e a manutenção de 80,32 quilômetros de estradas, incluindo o acesso às propriedades.

Ressaltamos que as informações contidas neste Relatório Anual de Governo estão compatíveis com o PPA 2016-2019 e de acordo com a execução do exercício de 2016.

CASA CIVIL

Casa Civil

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

28000 - Casa Civil

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**265.292.923,00**	**204.689.632,32**	**1.820.560,72**	**206.510.193,04**	**222.128.244,41**
Pessoal e Encargos Sociais	45.029.635,00	40.925.709,17	0,00	40.925.709,17	38.057.577,88
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	220.263.288,00	163.763.923,15	1.820.560,72	165.584.483,87	184.070.666,53
Despesas de Capital	**245.350.530,00**	**94.659.575,55**	**29.968.459,79**	**124.628.035,34**	**157.923.760,53**
Investimentos	245.350.530,00	94.659.575,55	29.968.459,79	124.628.035,34	157.923.760,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**510.643.453,00**	**299.349.207,87**	**31.789.020,51**	**331.138.228,38**	**380.052.004,94**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

28000 - Casa Civil

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2801 - Salvando Vidas - Defesa Civil	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**955.749,87**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	955.749,87
2825 - Assessoramento e Coordenação da Política Administrativa do Governo	**47.370.263,00**	**41.995.084,98**	**994.674,94**	**42.989.759,92**	**42.070.494,50**
Despesas Correntes	47.370.263,00	41.995.084,98	994.674,94	42.989.759,92	42.070.494,50
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2826 - Comunicação Social	**128.395.800,00**	**96.283.424,16**	**0,00**	**96.283.424,16**	**114.690.820,87**
Despesas Correntes	128.395.800,00	96.283.424,16	0,00	96.283.424,16	114.690.820,87
Despesas de Capital					
2828 - Desenvolvimento Regional Integrado	**191.315.995,00**	**84.726.024,53**	**7.113.787,55**	**91.839.812,08**	**82.922.727,89**
Despesas Correntes	8.415.995,00	9.217.313,61	60.004,54	9.277.318,15	9.175.649,56
Despesas de Capital	182.900.000,00	75.508.710,92	7.053.783,01	82.562.493,93	73.747.078,33
2829 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometropole Paulista	**63.000.000,00**	**19.835.323,22**	**22.914.676,78**	**42.750.000,00**	**19.520.323,22**
Despesas Correntes	1.000.000,00	750.000,00	0,00	750.000,00	435.000,00
Despesas de Capital	62.000.000,00	19.085.323,22	22.914.676,78	42.000.000,00	19.085.323,22
2830 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável e Macrometrópole	**72.151.857,00**	**55.560.524,63**	**703.700,00**	**56.264.224,63**	**48.659.610,80**
Despesas Correntes	71.701.327,00	55.494.983,22	703.700,00	56.198.683,22	48.598.607,89

Despesas de Capital	450.530,00	65.541,41	0,00	65.541,41	61.002,91
2909 - Gestão e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**57.928,21**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	57.928,21
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.317.182,32**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	200.496,80
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	50.116.685,52
2916 - São Paulo: Território e Cartografia	**8.409.538,00**	**948.826,35**	**62.181,24**	**1.011.007,59**	**987.875,26**
Despesas Correntes	8.409.538,00	948.826,35	62.181,24	1.011.007,59	987.875,26
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4802 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.247.920,68**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	13.957.920,68
4804 - Planejamento e Articulação para Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.621.371,32**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	5.621.371,32
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**510.643.453,00**	**299.349.207,87**	**31.789.020,51**	**331.138.228,38**	**380.052.004,94**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Casa Civil responde pelo assessoramento direto ao Governador do Estado no seu relacionamento com municípios, demais poderes constituídos e entes federados, sociedade organizada e cidadãos. Compete ainda à Casa Civil assessorar e coordenar a política do Governo, missão a ela atribuída nos termos do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, que promoveu a reorganização de sua estrutura básica e, entre outras medidas, definiu o campo funcional da sua atuação.

Programas

2825 - Assessoramento e Coordenação Política do Governo
2826 - Comunicação Social
2828 - Desenvolvimento Regional Integrado
2829 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista
2830 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole
2916 - São Paulo: Território e Cartografia

Unidades Orçamentárias

28001 - Casa Civil
28058 - Agência Metropolitana Baixada Santista - AGEM
28059 - Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP
28060 - Ag.Metr.do Vale do Paraíba e Lit.N.- AGEMVALE
28092 - Empresa Planejamento Metropolitano – EMPLASA

Programa 2825 - Assessoramento e Coordenação Política do Governo

Prover ao Chefe do Poder Executivo meios para desempenhar suas atribuições constitucionais e articular os atos de sua gestão, incluindo a gestão das unidades administrativas.

Ação 5344 – Gerenciamento Administrativo e de Infraestrutura

Produto: Suporte Administrativo E Tecnológico Às Unidades Administrativas

Indicador De Produto: Número De Unidades Administradas (unidade):

Descrição da Ação: Gestão dos serviços comuns que apoiam as atribuições da Casa Civil, incluindo a manutenção de serviços de natureza financeira, de pessoal, material e patrimonial. Suporte ao Governador e às Unidades: Gabinete do Secretário, Escritório do Governo em Brasília, Subsecretaria de Comunicação, Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e Subsecretaria de Assuntos Parlamentares, relativamente nas áreas técnica e administrativa.

Ação 6257 – Apoio aos Conselhos e Coordenações Estaduais

Produto: Suporte Técnico A Conselhos E Coordenações Estaduais
Indicador De Produto: Número De Conselhos E Coordenações Estaduais Apoiados (unidade):

Descrição da Ação: Gestão dos serviços comuns que apoiam as atribuições dos Conselhos Estaduais, incluindo a manutenção de serviços de natureza financeira. Suporte administrativo, técnico e financeiro à implementação das ações dos conselhos.

Obs.: Unidade Transferida para a secretartia da Justiça e Defesa da Cidadania por meio do Decreto 62.091, de 11/07/2016.

Realizações

Ação 5344 – Gerenciamento Administrativo e de Infraestrutura

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica da Casa Civil - ATeCC integra o Gabinete do Secretário. Suas atribuições estão previstas no artigo 18 do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, alterado pelo Decreto nº 62.105, de 13 de julho de 2016. Foram recebidos na Assessoria cerca de 480 processos, expedientes e demandas diversas, sendo feita análise prévia sobre cada um, e dado o devido encaminhamento por meio de despacho, elaborados e expedidos 517 ofícios de autoria do Secretário-Chefe da Casa Civil, do Secretário Adjunto e da Assessora Chefe da ATeCC, para órgãos e entidades internos e externos, numeradas e encaminhadas à Assembleia Legislativa 85 mensagens do Governador, sendo 36 relativas a projetos de lei e de lei complementar, observando-se que de tais projetos, 20 já foram aprovados pela ALESP. As demais mensagens em sua maioria, trataram de encaminhamento de razões de veto a projetos de lei e de lei complementar; e**laboração da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo, como determina a Constituição Estadual -** Com base nas informações enviadas por todas as Pastas sobre as atividades por elas executadas ao longo do exercício, a ATeCC elaborou a referida mensagem, para o exercício de 2015, tendo sido assinada pelo Governador e encaminhada à ALESP no dia 1º/2/2016, e publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do dia 2/2/2016; a**companhamento de proposituras na Assembleia Legislativa -** Ao longo do exercício de 2016 foram propostos 970 projetos de lei, 51 projetos de lei complementar e 6 propostas de emenda à Constituição, todos devidamente acompanhados pela ATeCC, mantendo-se todas as proposições e suas respectivas tramitações em arquivos digitais e também no Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, plataforma em que são colhidas as manifestações das Secretarias de Estado sobre os projetos, para subsidiar a decisão do Governador sobre a sanção ou veto quando aprovadas as proposituras na ALESP; **Resposta a requerimentos de informação da Assembleia Legislativa -** Também, no exercício foram respondidos 274 requerimentos de informação da ALESP, sendo feita a preparação, encaminhamento à autoridade ou órgão responsável por intermédio do SIALE e, por fim, transmitida a resposta de cada requerimento à ALESP; **Publicação de leis -** Em 2016 foram numeradas e publicadas pela ATeCC 211 leis ordinárias e 10 leis complementares sancionadas pelo Governador, sendo colhidas as respectivas referendas dos Secretários de Estado e, ainda, publicadas Mensagens de veto total e parcial a proposituras, no período de recesso parlamentar, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Paulista.

Elaboração e publicação das Resoluções do Secretário-Chefe da Casa Civil - Foram elaboradas e publicadas as seguintes Resoluções: **Resolução CC nº 1, de 12/2/2016** (D.O.E de 13/2/2016) - Deu publicidade à Tabela de Distribuição Regional de Delegadas que seriam eleitas na 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de São Paulo - 4ª CEPM, com vistas a participarem da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 4ª CNPM; **Resolução CC nº 2, de 9/3/2016** (D.O.E de 10/3/2016) - Instituiu a Comissão Organizadora da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT;**Resolução Conjunta CC/PGE n° 1, de 8/8/16** (D.O.E de 9/8/16) **-** Estabelece rotinas e procedimentos de assessoramento ao Governador do Estado no exercício de sua competência legislativa e nas demais atuações que especifica. Resolução elaborada em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado.

Decretos editados pelo Governador originados na ATeCC: Decreto nº 62.105, de 13/7/2016 (D.O.E. de 14/7/2016) - Altera o Decreto nº 61.038/2015, que organiza a Casa Civil, do Gabinete do Governador, e dá providências correlatas; **Decreto nº 62.106, de 15/7/2016** (D.O.E. de 16/7/2016) - Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, instituído pelo Decreto nº 47.807, de 5 de maio de 2003, e dá providências correlatas; **Decreto nº 62.032, de 17/6/2016** (D.O.E. de 18/6/2016) - Altera o Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios, no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, e sobre a instrução dos processos respectivos.

Assessoramento ao Secretário da Casa Civil nos assuntos de Bonificação por Resultados - BR – Em razão do que dispõem as leis que instituíram a participação ou bonificação por resultados no âmbito das entidades que as detém, cumpre a uma Comissão Intersecretarial - CI a definição dos indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, bem como a fixação das respectivas metas. O Secretário Chefe da Casa Civil que a preside é o responsável pela articulação entre os demais membros, quais sejam, os Secretários da Fazenda, de Planejamento e Gestão e de Governo, visando a tomada de decisão colegiada sobre as definições que se seguem, baseadas na instrução processual, na avaliação do Serviço de Apoio à Bonificação de Resultados – SABR, órgão técnico vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, e na análise desenvolvida no âmbito desta assessoria.

Em 2016 foram analisados e emitidos pareceres técnicos sobre as propostas de BR de competência da CI, com vistas a prestar-lhes o subsídio para amparar a decisão de seus membros. Da mesma forma, coordenou -se a execução de todas as ações necessárias para a conclusão do processo, que envolve, principalmente: monitorar o cumprimento dos prazos estipulados para entrega das propostas de indicadores, de metas e de apuração dos resultados; orientar as Comissões de Bonificação das organizações, no sentido de padronizar e aperfeiçoar procedimentos; consultar previamente os órgãos responsáveis pelo fornecimento das informações sobre disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para pagamento da BR e emitir relatório sobre a situação.

Relação dos processos de BR que tramitaram pela Casa Civil no ano de 2016:

Apuração dos resultados – BR 2015	Definição, critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais – BR/2016	Apuração dos resultados –2016
Educação Planejamento e Gestão Fazenda Fazenda (PR – Participação nos Resultados dos Agentes Fiscais de Renda) Segurança Pública IAMSPE Centro Paula Souza DER DETRAN SPPREV	Planejamento e Gestão IAMSPE Segurança Pública Fazenda (Agentes Fiscais de Renda) IAMSPE Centro Paula Souza DER DETRAN SPPREV	Fazenda (PR – Participação nos Resultados dos Agentes Fiscais de Renda)

A par desta atuação ordinária, cumpre destacar também sua iniciativa na corrida por uniformização e otimização dos prazos de proposituras de indicadores e metas a partir deste período, bem como na

elaboração de minutas de decretos contendo novas regras no sentido de auxiliar a atual conjuntura político econômica do Estado de contenção de gastos, além de promover o estreito diálogo entre as várias Secretarias envolvidas.

Atividades relacionadas ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP - Forneceu subsídios para as decisões do Secretário-Chefe da Casa Civil, na qualidade de Conselheiro do CGPPP, através do exercício das seguintes atividades: acompanhamento das reuniões dos Grupos de Trabalho da Secretaria Executiva de PPP para ciência do andamento dos projetos nas fases de análise das Manifestações de Interesse - MIPs encaminhadas pelo setor privado; estudos técnicos para elaboração da Modelagem Final de PPP e respectivos editais e contratos de concessão; preparação de resumo executivo comentado dos projetos de PPP, para conhecimento dos assuntos a serem objeto de deliberação no conselho; além da elaboração de pareceres sobre as minutas das atas das reuniões do CGPPP, antes de serem assinadas pelo Secretário-Conselheiro.

Chefia de Gabinete da Casa Civil

A Chefia de Gabinete da Casa Civil tem entre outras atribuições, receber, examinar e preparar expedientes encaminhados ao Secretário-Chefe da Casa Civil e às unidades vinculadas quando referentes às atividades relacionadas as áreas administrativas, de pessoal, financeiras, tecnologia de informação e comunicação e de infraestrutura. Foram protocolados 3.171 expedientes e 623 processos, que receberam tratamentos administrativos pertinentes;

Principais ações - Supervisionou e coordenou a execução orçamentária e financeira da Unidade Orçamentária 28010, de forma que as metas e produtos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 e no Plano Plurianual fossem satisfatoriamente atingidos, com eficiência de gasto, cumprindo-se, assim, com a redução e economia determinada através do Decreto 61.131/2015, atualizado pelo Decreto 61.785/2016, sem detrimentos dos objetivos a serem alcançados.

Atendeu demandas de mobiliário e equipamentos para o desempenho de atividades da Pasta otimizando bens disponíveis, em unidades vinculadas ou da administração direta, sem custo à administração. Deu suporte técnico-administrativo, financeiro e de infraestrutura às unidades previstas na Seção II, capítulo III do Decreto 61.038/15, que integram a estrutura básica da Casa Civil.

Subsecretaria de Assuntos Parlamentares

O Sistema de demandas Parlamentares - SDP torna possível que todas as partes interessadas - usuários cadastrados e habilitados - se comuniquem e interajam, por meio de acompanhamento *on-line*, desde o início até a finalização do convênio. O processo inicia-se com cadastramento das Indicações propostas pelo Parlamentar, validadas pela Casa Civil após análise e autorização superior. Seguem, então, para as Secretarias para execução de todos os procedimentos, até o pagamento do convênio, sendo possível às partes interessadas consultar o SDP para conhecimento da situação real da Indicação.

Durante o presente exercício, quinzenalmente, o expediente da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares foi realizado na Assembleia Legislativa para maior interação entre Casa Civil e Parlamentares e para a agilização do processo.

No ano de 2016, foram realizados 11 eventos para assinatura coletiva de convênios:

Data	Nº de convênios	Municípios contemplados	Nº Parlamentares
09/05/2016	18	15	16
11/05/2016	26	23	24
25/05/2016	58	52	26
03/06/2016	03	01	03
08/06/2016	53	50	34
22/06/2016	05	04	04

Data	Nº de convênios	Municípios contemplados	Nº Parlamentares
07/11/2016	35	25	31
23/11/2016	34	28	31
07/12/2016	47	39	42
13/12/2016	30	22	27
20/12/2016	53	45	48

Foram cadastradas 1.513 indicações, propostas por 75 Deputados Estaduais e 05 Deputados Federais. Dos 645 Municípios do Estado, 468 foram contemplados com indicações parlamentares no presente exercício.

Classificação das indicações parlamentares, ordenadas por Secretarias que receberam as indicações de emendas parlamentares para formalização de convênios:

Secretarias	Cadastradas	Liberadas
Agricultura	29	0
Assistência	449	05
Casa Civil / SEM	390	05
Cultura	63	05
Desenvolvimento	0	0
Direitos da Pessoa com Deficiência	10	0
Educação	09	0
Esporte	83	03
Gestão Pública	01	0
Habitação	0	0
Justiça	01	0
Meio Ambiente	14	0
Penitenciária	0	0
Saneamento	04	0
Saúde	449	24
Segurança	04	0
Trabalho	0	0
Transporte	01	0
Turismo	06	0
TOTAL	**1513**	**37**

Indicações cadastradas e organizadas por partido político:

Partidos	Cadastradas	Liberadas
DEM	153	2
PCdoB	12	0
PDT	37	1
PEN	14	0

Partidos	Cadastradas	Liberadas
PHS	11	0
PMDB	71	6
PP	43	0
PPS	73	1
PR	53	3
PRB	32	11
PSB	97	4
PSC	45	1
PSD	37	4
PSDB	406	3
PSL	17	0
PSOL	18	0
PT	211	1
PTB	43	0
PTN	13	0
PV	100	0
SDD	27	0
TOTAL	**1513**	**37**

A relação de todos os convênios firmados a partir de 2007, oriundos de emendas parlamentares, encontra-se disponível no site da Secretaria da Fazenda.

Além disso, cabe à Subsecretaria de Assuntos Parlamentares monitorar eletronicamente o recebimento de informações e indicações parlamentares, e encaminhar ao Parlamentar a resposta da Pasta do seu pleito. Em 2016, foram recebidas e encaminhadas 1.320 indicações.

Grupo de Planejamento e Infraestutura de Eventos

Como ação complementar de comunicação, foram realizados pelo Grupo de Planejamento de Eventos os seguintes eventos, por tipo:

Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes (Referente ao Lote I)	92
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro (Referente ao Lote II)	111
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba (Referente ao Lote III)	125
Total de Eventos do Ano	**328**

Cerimonial

Organização de Almoços, Cafés da Manhã, Coquetéis e Jantares 19

Organização de Eventos Internacionais 46

Audiências e Reuniões no Palácio dos Bandeirantes 161

Eventos do Governo – total 902

Correspondência Oficial – total 1021

Seção Consular

Carteiras Consulares	**18**
Cartões de Identidade Consular	**47**
Envio da lista consular por e-mail	**70**
Agradecimentos de Convites	**52**
Cumprimentos pela Data Nacional	**103**
Comunicados	**2**
Relação de Remessa por correio	**40**
Ofícios	**3**

Parceria com a Assessoria Internacional na elaboração e execução de audiências, eventos e seminários internacionais.

Interface com o Governo de Toyama e o Governo Metropolitano de Tóquio para a seleção e envio de bolsistas.

Interface com o Conselho de Honrarias e Mérito para a concessão de Condecorações.

Grupo de Relacionamento com a Sociedade

O Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS é encarregado de receber, tratar e responder às demandas de cidadãos e entidades, dirigidas ao Governador. Tais demandas são encaminhadas pelo correio, *fac-simile*, *e-mail*, documentos entregues diretamente ao Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa, ou pessoalmente ao Governador, Secretários e Assessores.

Recebida a demanda, o GRS busca as informações nos órgãos competentes para o que é utilizado o Portal "Demandas do Governador" na Rede Executiva, no endereço http://www.demandas.sp.gov.br. No geral, todas as demandas são respondidas, salvo quando se tratar de carta anônima, faltar endereço ou forma de localizar o solicitante, ou ainda, se o texto for incompreensível.

Redação

Ofícios para revisão	134
Demandas respondidas	1.751
Demandas arquivadas, sem envio de resposta	1.939
Demandas aguardando resposta das Secretarias	767
Total de demandas recebidas	**4.591**

Atendimento pessoal e telefônico

Atendimentos presenciais que geraram protocolo	183
Atendimentos telefônicos que geraram protocolo	1.407
Atendimentos presenciais e telefônicos que geraram orientações ao cidadão	81
Total de atendimentos	**1.671**

Mensagens do Governador

Cartas	127
Telegramas	23
Convites	166
Cartões	305
Total de mensagens	**621**

Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos

A Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos integra e coordena o Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, instituído para articular o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum por órgãos e entidades estaduais atuantes no espaço da Macrometrópole.

Ações acompanhadas pelo Gabinete do Subsecretário - No exercício de 2016 foram promovidos vários eventos focados no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, principal referência na destinação de recursos orçamentários, estadual e federal, e base para a formulação das políticas públicas voltadas para o espaço metropolitano paulista. As regiões metropolitanas de São Paulo, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto, bem como as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba já estão em pleno processo de construção das propostas para a formalização do PDUI de suas respectivas regiões, considerando as necessidades e os interesses comuns, que devem corresponder às questões e problemas estruturais da Metrópole.

Políticas públicas aplicadas - Apoio e acompanhamento na organização da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM e Fundo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; apoio e acompanhamento à atuação das Agências de Desenvolvimento; participação e liderança nos trabalhos dos Conselhos de Desenvolvimento; apoio e acompanhamento dos gabinetes Metropolitanos de Gestão Estratégica da Segurança Pública – Gamesp que envolvem as Policiais Estaduais, Federais e Guardas Municipais, Ministério Público e Poder Judiciário, com a finalidade de implementar o sistema Integrado de Comando e Controle Metropolitano - SICM para elaboração de planos estratégicos interligados de segurança, visando à prevenção e redução da violência; implementação do sistema de vídeo monitoramento nas unidades territoriais da Macrometropole Paulista com destaque as Regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, em parceria com a Secretaria da Segurança Pública; estabelecida a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Coordenadoria de Apoio, Estudos e Pesquisas - Tem por objetivo coordenar o relacionamento com as administrações municipais das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e a sociedade civil organizada, objetivando articular e integrar propostas e soluções para as demandas apresentadas. Visa, também, contribuir para o efetivo funcionamento dos Conselhos e apoiar e acompanhar a atuação das Agências de Desenvolvimento e liderança nos trabalhos dos conselhos de Desenvolvimento.

O exercício de 2016 foi focado no cumprimento da Lei Federal n° 13.089, de 12 de janeiro de 2015, conhecida como Estatuto da Metrópole, que estabeleceu as diretrizes gerais para o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões e determina a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, e também na Lei Complementar n° 1.139, de 16 de junho de 2011, que criou o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e cinco Sub-Regiões na Região Metropolitana de São Paulo - Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste, Oeste - e o Município de São Paulo.

Para seu cumprimento, o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano criou o Comitê Executivo, composto por 2 prefeitos de cada sub-região, 4 representantes do Estado e 4 representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo, e a Comissão Técnica, que elaborou o cronograma de trabalho e o Guia Metodológico que define os passos a serem seguidos. Foram compostos Grupos de Trabalho – GTs, com participação de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, tanto em São Paulo, como nas Sub-Regiões, a exemplo da Sub-Região Sudoeste da RMSP, onde foram instalados os Grupos de Trabalho de Desenvolvimento Econômico e Atividades Produtivas – Mineração; Mobilidade Urbana Logística e Acessibilidade; Meio Ambiente; Saneamento Básico; Resíduos Sólidos; Habitação e Infraestrutura Urbana, com técnicos das diversas áreas das 8 prefeituras municipais e membros da Sociedade Civil.

A presença atuante do Conselho Consultivo na Sub-região possibilitou a instalação da Câmara Temática Especial do PDUI, com a participação de técnicos das oito prefeituras municipais, tendo como finalidade coordenar as discussões e a elaboração de propostas da Sub-região e sua inserção na Plataforma Digital do PDUI, como pode ser constatado no site: www.pdui.sp.gov.br.

Conselho Estadual de Honrarias e Mérito

O Conselho Estadual de Honrarias e Mérito deu continuidade à dinâmica preestabelecida e implantada no decorrer dos anos anteriores, procurando abranger todos os segmentos

representativos da comunidade paulista e nacional; sociedades privadas, organizações militares, políticas, legislativo, judiciário e executivo de diferentes naturezas.

Atividades Principais - Registro sistemático dos diplomas das condecorações fornecidas pelo Estado e suas instituições, em conformidade com o estipulado pelos respectivos decretos de instituição. Apoio às unidades estaduais e privadas na orientação para criação de condecorações, com atendimento individualizado. Análise das solicitações e encaminhamento para oficialização (reconhecimento) de condecorações de instituições particulares. Em alguns casos de solicitação mais específica do setor privado e ou oficial, foi elaborado o projeto heráldico e medalhístico da condecoração. Aceleração de processos. Presença nas cerimônias do Governo.

Assessoria Especial para Assuntos Internacionais

Protocolo - Foram organizadas 24 audiências do Governador com autoridades estrangeiras, 17 audiências do Vice-Governador e aproximadamente 682 outras reuniões com Secretarias Estaduais. A unidade esteve envolvida na realização de quatro missões ao exterior, duas realizadas pelo Governador, uma pelo Vice-Governador e uma pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais. Ademais, foram realizadas 140 missões ao exterior por representantes do Governo.

Eventos - Foram organizados 35 eventos internacionais, os quais incluem seminários internacionais, workshops, missões técnicas e conferências. Além disso, houve acompanhamento da assessoria em mais 110 eventos realizados por parceiros internacionais e nacionais.

Cooperação técnica - Estão em negociação três novos Protocolos de Intenções entre o Governo do Estado e os governos da Coréia do Sul, Dinamarca e Chile, e a renovação do Protocolo de Intenções com os Estados Unidos da América, nas áreas de desenvolvimento econômico, infraestrutura, educação, cultura, gestão de água, entre outros temas.

Foi realizado o terceiro encontro do Grupo de Trabalho São Paulo-Canadá, a partir do protocolo assinado em fevereiro de 2014 e o primeiro encontro do Grupo de Trabalho São Paulo-Austrália, cujo protocolo de cooperação foi assinado em março de 2016.

Realizou-se, ainda, projetos e cursos com parceiros com os quais já havia assinado acordos, com o propósito de aprimorar as políticas públicas do Estado, promover São Paulo no cenário mundial, fomentar seu desenvolvimento econômico e sustentável e compartilhar experiências bem-sucedidas e melhores práticas.

Comunicação - O site internacional (www.saopauloglobal.sp.gov.br) alcançou 84.567 visitantes únicos. Foram produzidas 16 edições da *Newsletter* internacional. Cerca de 100 boletins #SPglobal – Notícias do Dia foram produzidos e enviados para um mailing de 800 profissionais da Mídia Estrangeira e da Comunicação de Secretarias e empresas do Estado. Em fevereiro de 2016, a Comunicação da Assessoria Internacional inaugurou a página do Facebook que, atualmente, tem cerca de mil seguidores com pico de 1,6 mil visualizações diárias. O twitter ultrapassou a marca dos 2.500 seguidores, contando-se, atualmente, 3.894.

Escolas de Idiomas - Prosseguimento da parceria com escolas de idioma - Cultura Inglesa (Inglês), Instituto Cervantes (Espanhol), Aliança Francesa (Francês), Due Parole (Italiano), Instituto Goethe (Alemão), que oferecem descontos exclusivos para funcionários do Governo do Estado**.** Início de parceria com a Secretaria da Educação para a divulgação dos descontos das escolas de idiomas para a rede de professores e demais funcionários da Pasta.

Ação 6257 – Apoio aos Conselhos e Coordenações Estaduais

Os Conselhos e as Coordenações vinculado à Casa Civil atrvés do Decreto n. 61.374, de 23 julho de 2015, prevê as seguintes atribuições que foram devidamente executadas:

Assessorar o Secretário-Chefe da Casa Civil no desempenho de suas funções;

Subsidiar o Secretário-Chefe da Casa Civil nos assuntos relativos aos órgãos colegiados;

Promover a prestação de serviços de suporte técnico e administrativo necessários ao funcionamento dos órgãos colegiados;

Promover e participar da elaboração, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento de programas, projetos e atividades no âmbito de suas áreas de atuação;

Opinar nos assuntos que forem encaminhados;

1- Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN);
2- Conselho Estadual dos Povos Índigenas –CEPISP;
3- Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina;
4- Conselho Estadual da Condição Feminina;
5- Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
6- Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes

Foram realizadas a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de São Paulo - 4ª CEPM, com vistas a participarem da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 4ª CNPM; e em abril a III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT

Programa 2826 – Comunicação Social

Dar publicidade aos atos do Governo do Estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade, integrando as ações de comunicação de todos os órgãos do Gocverno Estadual

Ação 5359 - Publicidade Institucional

Produto: Divulgação De Ações De Publicidade Institucional
Indicador De Produto: Número De Ações De Comunicação Realizadas (unidade):
Descrição da Ação: Gestão da comunicação institucional do Poder Executivo Estadual do Estado de São Paulo compreende a formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social das ações, serviços, programas, projetos de todo o Governo do Estado de São Paulo, mediante a implantação de programas informativos e do desenvolvimento de sistemas de informação e de pesquisa de opinião pública, da realização de ações de assessoria de imprensa, de relações públicas, de comunicação digital, de promoção, de patrocínio e de publicidade institucional.

Realizações

Unidade De Imprensa - Atua Na Coordenação Das Relações Do Governo Com A Imprensa; Na supervisão das ações pertinentes à imprensa desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado; na organização do fluxo interno de informações do Governo e na produção do material de divulgação de caráter jornalístico para os meios e veículos de comunicação.

Portal do Governo do Estado de São Paulo - Principal canal de acesso para a imprensa, formadores de opinião e público em busca de informações sobre o governo paulista, diariamente atualizado, teve cerca de 750 mil visitas por mês, mais de 320 mil fãs no Facebook, com alcance médio de 4 milhões de pessoas por mês e cerca de 290 mil seguidores do Twitter, além dos 10 mil no Instagram, garantindo a interatividade entre o Governo os cidadãos e as Secretarias e entidades vinculadas ao governo.

Agenda do Governador do Estado - Acompanhamento dos eventos da agenda pública do governador, produção de textos para publicação no Portal e envio para mailing de jornalistas em todo o Estado. Foram organizadas e realizadas 698 coletivas de imprensa com o governador que, em 2016, passaram a ser inseridas na internet.

Assessoria de Imprensa - Em suas agendas públicas, o Governador do Estado é acompanhado por um assessor de imprensa, vinculado à Subsecretaria de Comunicação. A Assessoria também

produziu e enviou avisos, *releases* e boletins, fez o monitoramento da mídia, transcrições das falas do Governador, bem como produziu papers, materiais para entrevistas concedidas pelo Chefe do Executivo.

Unidade de Marketing - Destacam-se as seguintes campanhas realizadas em 2016:

Casa Civil - Plano de Concessões, Família Paulista, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, São Paulo nº1, Crise Hídrica, Investimentos em Itapeva, Investimentos no Grande ABC Paulista, Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR-SP, Vacinação contra a Gripe H1N1, Investimentos na Região Metropolitana, SP Contra o Racismo, Programa Estadual DST/Aids, Segurança Viária, Por dentro dos Programas do GESP, Virada Cultural Paulista, 20ª Parada do Orgulho LGBT, Investimentos no Estado, Programa "Saudável e Barato", Saresp 2016;

Secretaria da Saúde - Combate à Dengue, Vacinação contra a Gripe H1N1, Por dentro dos Programas do GESP, Saúde do Homem e da Mulher, Doação de Sangue, Obras na Saúde, Saúde em Ação;

Secretaria de Governo - Movimento Paulista de Segurança no Trânsito;

Secretaria de Desenvolvimento Social - Imposto de Renda 2016; Secretaria da Educação: Investimento na Educação, Matrículas 2017 - Ensino Fundamental e Médio, Resultado do IDEB, Alimentação Escolar;

Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR-SP;

Secretaria de Turismo - Turismo Paulista, Turismo em SP;

Fundo Social de Solidariedade - Campanha do Agasalho 2016;

Secretaria de Transportes Metropolitanos - Olimpíadas 2016;

Comitê Paulista das Olimpíadas 2016 - #MinhaDoaçãoValeOuro;

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Fim da violência contra a mulher;

Defesa Civil - Prevenção contra raios.

Materiais de comunicação produzidos:

Casa Civil - Viva Leite, Rota da Luz SP, Medalha Ruth Cardoso, Programa Nascentes, Segurança Pública, Análise Web, Jogos Regionais do Idoso - JORI, Formatura de Soldados da PM, Centro de Convivência do Idoso, Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, Programa "SP Amigo do Idoso", Manual de Boas Práticas, 500 milhões em financiamentos para municípios paulistas, Programa "Bom Prato", Revolução Constitucionalista de 1932, Formatura – Escola de Qualificação Profissional, Medalha do Mérito Esportivo, SP Global, Medalha do Mérito Esportivo - Atletas Paralímpicos, Dia Internacional do Idoso, Mercado de Moda e Design - MoDE, "SP contra a homofobia, SP contra a transfobia";

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena – CPPNI, 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT;

Secretaria de Governo - Manual de Parcerias do Estado de São Paulo, Imóveis SP;

Secretaria da Casa Militar e Defesa Civil - Cavalaria de Campos do Jordão 10ª reunião deliberativa do CONGEPDEC;

Secretaria de Turismo - 60º Congresso Estadual de Municípios;

Secretaria de Segurança Pública - Posse de Policiais Civis e Técnicos Científicos;

Secretaria da Educação - Programa Creche Escola, I Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres, 1º Simpósio sobre novas tecnologias educacionais;

Secretaria de Desenvolvimento Social - Programas e Ações Sociais, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COED, Dia Mundial da Alimentação, Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - EDESP, Programa "Ensino Integral";

Secretaria de Transportes Metropolitanos - Linha 6-Laranja do Metrô;

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude - Programa “Lei Paulista de Incentivo ao Esporte”;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Programa “Via Rápida”;

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Edital de Acessibilidade em Bibliotecas;

Secretaria da Cultura - Passaporte dos Museus;

Fundo Social de Solidariedade - Aula Inaugural da Escola de Qualificação Profissional.

Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo - A Biblioteca Virtual recebeu através do FALE CONOSCO mais de 114.000 e-mails e, em média, mais de 5.000.000 acessos às páginas do site. A BVGESP deu continuidade ao movimento das redes sociais e continua divulgando informações de interesse dos cidadãos em todos os setores governamentais.

Programa 2828 - Desenvolvimento Regional Integrado

Promover a qualidade ambiental urbana, o incremento das dimensões locais de habitação, emprego e bem estar social nos municípios paulistas.

Ação 2272 Atuação Especial em Municípios

Produto: Apoio Aos Municípios Na Melhoria Da Infraestrutura Urbana
Indicador De Produto: Número De Convênios Firmados Com Prefeituras Municipais (Unidade)
Descrição da Ação: Celebração de convênios com municípios para execução de obras públicas de infraestrutura urbana ou aquisição de bens destinados a serviços urbanos, em sintonia com as demandas informadas pelos agentes públicos e sociais locais.

Ação 4474 Organização e Articulação Regional

Produto: Gerenciamento Dos Escritórios Regionais
Indicador De Produto: Número De Escritório Regionais Mantidos (Unidade)
Descriçãoda Ação: Desenvolvimento de atividades técnicas e administrativas relacionadas aos convênios.

Ação 4477 Articulação Municipal e Consórcios de Municípios

Produto: Apoio Aos Municípios Na Melhoria Da Infraestrutura Urbana
Indicador De Produto: Número De Convênios Firmados Com Prefeituras MUNICIPAIS (unidade)
Descrição da Ação: Celebração de convênios com municípios e consórcios municipais para execução de obras públicas de infraestrutura urbana ou aquisição de bens destinados a serviços urbanos, de acordo com as diretrizes governamentais e prioridades definidas em conjunto com as entidades públicas locais.

Realizações

Ação 2272 Atuação Especial erm Municípios
Ação 4474 Organização e Articulação Regional
Ação 4477 Articulação Municipal e Consórcios de Municípios

A Subsecretaria de Relacionamento com Municípios coordena as ações políticas do governo junto aos municípios interagindo com as secretarias, buscando unificar as políticas públicas implementadas pelo governo. É responsável pelo atendimento e assistência a representantes de entidades públicas e da sociedade civil, buscando oferecer pronta resposta e agilidade no encaminhamento dos pleitos. Faz o acompanhamento das demandas e a interligação entre as Secretarias de Estado através de um trabalho direto junto às equipes técnicas. Também é responsável pelos programas Articulação Municipal e Atuação Especial em Municípios, que atende aos 645 municípios do Estado por meio de convênios para a realização de obras de infraestrutura urbana, edificações de interesse comunitário e aquisição de máquinas e de equipamentos para serviços urbanos. Para a realização desses programas, a Subsecretaria conta com a Unidade de Relacionamento com Municípios e com os Escritórios Regionais situados em cada uma das Regiões Administrativas do Estado.

Em 2016 foram assinados 253 convênios com Municípios para realização de obras de infraestrutura urbana, iluminação pública e aquisições de equipamentos, beneficiando 185 municípios. **Atendimento pessoal a Prefeitos, Vereadores e Deputados** - Foram realizados 936 atendimentos pessoais a Prefeitos de 389 municípios, 40 Vereadores e 60 Deputados, totalizando 1.036 audiências. **Tratamento das Demandas recebidas das Prefeituras, Câmaras Municipais e Deputados através do Aplicativo SDG - Demandas do Governador** - Foram recebidas 4.619 demandas, sendo 3.659 respondidas e 960 estão aguardando parecer das Secretarias de Estado.

Administração do Sistema de Autorização Governamental – SAG - Este aplicativo registra as Autorizações feitas pelo Governador através das Secretarias de Estado, tendo sido registradas aproximadamente 225.000 ocorrências, entre Autorizações do Governador e Emendas Parlamentares, representadas em ações junto a todas as Secretarias de Estado nos 645 municípios.

Observação: Durante 2016 foram liberados montante inscritos em contas de Restos Pagar referente a Projetos que envolvem repasses aos municípios por meio da Subsecretaria de Relacionamento com Municípios e Fundos de Desenvolvimento.
Esses programas foram incorporados à Casa Civil após reestruturações administrativas promovidas por meio dos Decretos 61.035/2015, 61.038/2015 e 59.866/2013.

Programa 2829 Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista

Fomentar, financiar e apoiar ações que visem o desenvolvimento socioeconômico integrado das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Ação 1107 Projetos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista

Produto: Projetos De Desenvolvimento Metropolitano Implementados
Indicador De Produto: Número De Projetos Aprovados Pelos Conselhos De Desenvolvimento Da Macrometrópole Paulista (Unidade):
Descrição da Ação: Viabilização dos investimentos em programas, projetos, serviços e obras de interesse metropolitano aprovados no plano de investimento pelos Conselhos de Desenvolvimento da Baixada Santista e de Orientação do Fundo.

Ação 1815 Projetos do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento

Produto: Projetos De Desenvolvimento Metropolitano Implementados
Indicador De Produto: Número De Projetos Aprovados Pelos Conselhos De Desenvolvimento Da Macrometrópole Paulista (Unidade):
Descrição da Ação: Financiamento e investimento de projetos atinentes às funções públicas de interesse comum aos municípios integrantes da Região Metropolitana de São Paulo, definidos em consonância com as prioridades do planejamento regional.

Ação 1885 Projetos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

Produto: Projetos De Desenvolvimento Metropolitano Implementados
Indicador De Produto: Número De Projetos Aprovados Pelos Conselhos De Desenvolvimento Da Macrometrópole Paulista (Unidade):
Descrição da Ação: Viabilização dos investimentos em programas, projetos, serviços e obras de interesse metropolitano aprovados no plano de investimento pelos Conselhos de Desenvolvimento de Campinas e de Orientação do Fundo.

Realizações

Ação 1107 Projetos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista

O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista - FUNDO é destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às

funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana. Os investimentos metropolitanos em 2016 somaram R$ 5.668.277,96, distribuídos entre oito projetos. Além dos projetos descritos abaixo, a AGEM segue acompanhando outros 36 em andamento, de anos anteriores, e outros 80 concluídos, em fase de prestação de contas.

Município Solicitante		Projeto com Descrição	Valor Solicitado	Desembolso	Previsão de Saldo a Desembolsar	Status
Guarujá	.1	Programa de Diagnóstico Arqueológico, Prospecção Intensiva e Educação Patrimonial da Consolidação e Restauro das Ruínas do Parque Arqueológico São Felipe.	153.331,80	0,00	153.331,80	Deliberado/a executar
	.2	Elaboração de Laudo Técnico Pericial e Projeto de Recuperação da Estrutura em Concreto Armado Pré-Moldado na Praça	85.087,51	0,00	85.087,51	Deliberado/a executar
	.3	Elaboração de Projeto Executivo e Orçamento de Parte da Encosta do Morro das Galhetas e Recuperação da Rua Dr.	54.000,00	0,00	54.000,00	Deliberado/a executar
	.4	Obras de Adequação nas Instalações do Ginásio Guaibê.	2.449.843,66	0,00	2.449.843,66	Deliberado/a executar
	.5	Realização de Projeto Arqueológico da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande.	225.166,66	0,00	225.166,66	Deliberado/a executar
	.6	Implantação de Sistema de Iluminação do Conjunto de Construções Históricas da Fortaleza da Barra Grande	250.623,62	0,00	250.623,62	Deliberado/a executar
Município Solicitante		**Projeto com Descrição**	**Valor Solicitado**	**Desembolso**	**Previsão de Saldo a Desembolsar**	**Status**
Praia Grande	.1	Reforma da Base de Rádio Patrulhamento Aéreo da Baixada Santista.	1.983.633,87	0,00	1.983.633,87	Deliberado/a executar
Itanhaém	.1	Contratação de Equipamentos de Vídeo Monitoramento e Gerenciamento de Vias Públicas - 2ª Etapa.	687.557,57	220.966,73	466.590,84	Em andamento

Total de Projetos: 08	**5.889.244,69**	**220.966,73**	**5.668.277,96**

O total do valor solicitado é recurso já empenhado nas contas dos respectivos municípios

Ação 1815 Projetos do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento

Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - FUMEFI

O FUMEFI tem por finalidade financiar e investir em projetos de interesse comum da Região Metropolitana de São Paulo. Está vinculado à Casa Civil, Agente Promotor, que coordena toda a sua atuação - sob supervisão do Conselho de Orientação, e por meio da Secretaria Executiva, contando com o apoio do Agente Financeiro, o Banco do Brasil, e do Agente Técnico, a EMPLASA.

Os repasses financeiros correspondentes são realizados parceladamente, pautados em Pareceres Conclusivos específicos do Agente Técnico, emitidos a partir da análise das medições mensais de serviços executados, formalmente apresentados pelas Beneficiárias.

Conselho de Orientação - Tem por finalidade planejar, supervisionar e controlar a distribuição e utilização dos recursos financeiros do FUMEFI. Compete-lhe aprovar os Planos de Aplicação propostos pelo Agente Promotor. Além do Secretário-Chefe da Casa Civil, que o preside, é composto

por três membros de livre escolha do Governador do Estado (atualmente, representantes das Secretarias de Planejamento e Gestão, Transportes Metropolitanos e Habitação), um da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda, um do Agente Financeiro e um do Agente Técnico, e conta com uma Secretaria Executiva.

Secretaria Executiva do Conselho de Orientação - Objetiva coordenar a gestão operacional do FUMEFI e assessorar o Presidente e os Conselheiros. Compete-lhe autorizar os repasses contratados, preparar pautas e convocar reuniões, elaborar atas e deliberações, prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos em geral, assegurar o bom funcionamento do Conselho e o cumprimento das suas Deliberações, dentre outras atribuições que lhe confira o Presidente.

Viabilização de Projetos - O Plano de Aplicação do FUMEFI é anual, iniciando-se com o cálculo da compensação financeira estabelecida no Capítulo VII da Lei Estadual 1817/78, efetuado no ano anterior ao de referência. Base para a definição das Prefeituras Beneficiárias, bem como para o estabelecimento do valor de suas participações, esse cálculo subsidia a Casa Civil na solicitação das propostas de projetos às Prefeituras, visando as transferências voluntárias dos recursos não reembolsáveis, correspondentes ao Plano a ser estabelecido.

Contratos Celebrados - Em 2016 foram celebrados 12 novos Contratos pelo FUMEFI, envolvendo recursos da ordem de R$ 32,5 milhões e atendendo a 7 Municípios, dentre os beneficiários definidos nos termos da Lei n° 1.817/78: Biritiba Mirim, Carapicuíba, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Rio Grande da Serra e São Lourenço da Serra.

Providências Para Contratação - Tiveram andamento e/ou foram desencadeadas no período as providências para a contratação de 20 outros projetos integrantes de Planos de Aplicação aprovados pelo Conselho de Orientação, envolvendo recursos da ordem de R$ 39,8 milhões, em atendimento a projetos de 6 Municípios beneficiários: Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itaquaquecetuba, Juquitiba e Pirapora do Bom Jesus.

Contando com a disponibilidade dos recursos aprovados, as contratações permaneceram na dependência de apresentação/regularização de documentação técnica e/ou cumprimento de exigências cadastrais por parte dos Municípios, devendo ter continuidade em 2017, com vistas à consecução do objetivo de contratar.

Movimentação Financeira em 2016 - Observadas as parcelas de serviços efetivamente executadas/medidas/acatadas, para a consecução das obras em curso no período, o FUMEFI registrou a movimentação financeira de R$ 57,2 milhões, até 09/12/2016, considerados os repasses aos Municípios beneficiários (R$ 53,2 milhões) e a remuneração dos Agentes Técnico e Financeiro, bem como a liquidação das despesas de custeio previstas na legislação.

Ação 1885 Projetos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP

A AGEMCAMP propõe e executa projetos de interesse comum aos municípios da Região Metropolitana de Campinas - RMC, além de promover ações que contribuem para a formação da consciência sobre a necessidade de gestão conjunta e integrada para a solução dos gargalos econômicos e carências metropolitanas, como mencionado no artigo “Fundo é saída para prefeituras na crise”, publicado no jornal diário “Correio Popular”, de 03 de julho de 2016.

Como órgão de articulação e planejamento dos assuntos metropolitanos na RMC, a Agência busca sempre o equilíbrio entre o papel político e a função técnica, instrumentalizando as relações entre Estado e municípios visando encontrar soluções para os problemas comuns, cada vez mais complexos nas regiões com forte crescimento econômico. Tendo como objetivo superar os desafios econômicos, ambientais e sociais postos para a Região, a AGEMCAMP estabelece parcerias com os municípios, com a iniciativa privada, universidades e demais órgãos públicos atuantes na Região para a construção de um futuro sólido e sustentável.

A estrutura de gestão metropolitana, formada pelo Conselho de Desenvolvimento, AGEMCAMP e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas - FUNDOCAMP, é reconhecida

como protagonista efetiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento econômico sustentável da RMC.

O FUNDOCAMP foi criado com o objetivo de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os municípios integrantes da Região.

Projetos FUNDOCAMP - 2016

Área - Saúde

- Informatização de Unidades de Saúde

Objetivo - Aquisição de equipamentos de informática para unidades de saúde da RMC para implantação do Cadastro Metropolitano do Usuário SUS Metropolitano.

Status - Encerrado.

Concluídos - 323 Unidades de Saúde na RMC.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Combate à Dengue - Aquisição de materiais

Objetivo - Aquisição de Equipamentos de Combate ao Vetor.

Status - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área - Educação

- Aquisição de material paradidático

Objetivo - Desenvolvimento de material que deve ser compreendido por meio de comunicação eficaz e de fácil compreensão, de forma a transmitir a mensagem com clareza e objetividade, como uma ferramenta interativa e lúdica que desperta o interesse no público alvo, além de estimular a inteligência e a cultura.

Status - Em fase inicial.

Tomador de Recursos - Agência Metropolitana de Campinas.

Agente Técnico - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área – Cultura

- Re-Virada Cultural – 2016

Objetivo - Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos dezenove municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais.

Status - Encerrado, adesão 10 municípios.

Agente Técnico- Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Sinfonia Metropolitana - 2016

Objetivo - Levar aos municípios da RMC a Orquestra Municipal de Campinas, uma Orquestra qualificada e reconhecidamente uma das melhores do país, com larga experiência na execução de concertos didáticos para assim implementar políticas públicas na área da cultura.

Status - Priorizado.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área – Segurança

- Sistema de Videomonitoramento na RMC - 1ª etapa

Objetivo - Aquisição de equipamentos e implantação do Sistema Metropolitano de Videomonitoramento nos municípios da RMC em atendimento às necessidades identificadas no Plano Metropolitano de Segurança.

Status - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Sistema de Videomonitoramento na RMC - 2ª etapa

Objetivo - Aquisição de software para compor o Sistema de Videomonitoramento.

Status - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Obs.: Aos municípios que já possuam o software foi autorizado o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a instalação de novos pontos ou modernização da tecnologia existente.

- Sistema Regional de Defesa Civil

Objetivo - Aquisição de equipamentos de informática e veículos e implantação do Sistema Regional de Defesa Civil para a RMC.

Status - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Sistema Regional de Radiocomunicação Digital

Objetivo - Aquisição de equipamentos que proporcionará a migração do Sistema de Radiocomunicação Analógico para Digital ou a expansão do atual Sistema de Radiocomunicação Digital, e assim permitir maior integração entre órgãos que utilizam esse tipo de comunicação na cidade e sua integração com a RMC.

Status - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Plataforma para Redução de Riscos de Desastres na RMC

Objetivo - promover a gestão de riscos e gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil pertencentes a Região Metropolitana de Campinas

Status - Em andamento, adesão de 9 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Ações Integradas de Segurança Pública na RMC

Objetivo - prevenção e redução dos índices criminais.

Status - Priorizado/Aprovado.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área – Esporte

- Implementação de Academias Ao Ar Livre

Objetivo - Aquisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em espaços utilização pública nos municípios da RMC, podendo ser instaladas os seguintes tipos: a) Academia da Terceira Idade; b) Academia para Portadores de Necessidades Especiais; c) Academia para Crianças (primeira idade).

Status - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área - Transporte e Sistema Viário Regionais

- Mobilidade Urbana

Objetivo - Garantir infraestrutura e facilitar a mobilidade urbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para com a democratização do espaço urbano, representada pela acessibilidade e inclusão de todos em um ambiente seguro e confortável.

Status - Em andamento, adesão de 8 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área - Planejamento

- Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Objetivo - Criar um instrumento de governança interfederativa com participação de todos os entes públicos e da sociedade civil, de forma integrada e compartilhada.

Status - Priorizado/Aprovado.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Tomador de Recursos - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Subsídios ao Diagnóstico e à Construção de Cenários de Desenvolvimento na RMC

Objetivo - Elaborar diagnóstico e projetar cenários de desenvolvimento demográfico e econômico regional que embasarão tecnicamente a elaboração PDUI da RMC.

Status - Aguardando aprovação dos Conselhos de Orientação/Desenvolvimento.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Tomador de Recursos - Universidade de Campinas – Unicamp.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Recursos Investidos Fundocamp

FUNDOCAMP 2016			
Projeto	**Valor Total do Projeto (R$)**	**Desembolso Realizado (R$)**	**Desembolso 2016 (R$)**
Academias Ao Ar Livre	800.000,00	348.686,90	37.625,87
Ações Integradas	2.200.000,00	0,00	0,00
Combate Dengue	1.400.000,00	978.083,63	978.083,63
Informatização de Unidades de Saúde	3.015.641,00	3.047.597,40	239.850,00
Material paradidático	643.500,00	0,00	0,00
Mobilidade Urbana	8.000.000,00	940.079,77	940.079,77
Plataforma	3.600.000,00	995.526,80	995.526,80
PDUI	2.000.000,00	0,00	0,00
Re-Virada Cultural – 2016	1.400.000,00	656.303,00	978.083,63
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 1ª	12.935.700,00	9.323.089,25	2.249.802,26
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 2ª	5.500.000,00	1.775.194,66	296.999,96
Sistema Regional de Defesa Civil	640.000,00	478.150,20	32.000,00
Sistema Regional de Radiocomunicação Digital	3.970.000,00	2.396.884,10	1.328.750,70
Total		**20.939.595,71**	**8.076.802,62**

Observação: Durante 2016 foram liberados montante inscritos em contas de Restos Pagar referente a Projetos que envolvem repasses aos municípios por meio da Subsecretaria de Relacionamento com Municípios e Fundos de Desenvolvimento.

Esses programas foram incorporados à Casa Civil após reestruturações administrativas promovidas por meio dos Decretos 61.035/2015, 61.038/2015 e 59.866/2013.

Programa 2830 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole

Induzir, articular ações de governo e formular estratégias para o desenvolvimento sustentável do território da Macrometrópole Paulistana - MMP para garantir a adequação as diretrizes do PAM.

Ação 6226 Apoio ao Planej. e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole

Produto: Apoio A Programas E Projetos De Desenvolvimento Regional
Indicador De Produto: Número De Projetos Regionais E De Integração Regional Aprovados Pelos Conselhos De Desenvolvimento Das Regiões Metropolitanas
(unidade)
Descrição da Ação: Atividade de apoio à formulação de programas e projetos visando a articulação regional e formação de uma identidade metropolitana com envolvimento dos gestores públicos e privados.

Ação 6227 Gerenciamento Administ. e Fortalecimento das Unidades Regionais da Macrometrópole

Produto: Apoio Técnico Aos Fundos E Colegiados Metropolitanos
Indicador De Produto: Número De Projetos Financiados Com Recursos Dos Fundos Metropolitanos Analisados E Liberados (Unidade): 10

Descrição da Ação: Desenvolvimento técnico e qualificação de profissionais que possibilitem a integração das políticas públicas na Macrometrópole Paulista, racionalização e otimização de procedimentos e apoio institucional aos conselhos de desenvolvimento metropolitano das unidades regionais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

Ação 6228 - Reforço das Bases do Planejamento e Monit. para o Desenv. da Macrometrópole

Produto: Informações E Estudos Sobre Planejamento Macrometropolitano
Indicador De Produto: Km² De Base Cartográfica Executada (Unidade): 1.381
Descrição da Ação: Monitoramento de dados e indicadores relacionados a aspectos socioeconômicos e físicos ambientais, restituição da base cartográfica macrometropolitana, elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrados e de termos de referência de aglomerados urbanos.

Ação 6083 - Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para a Macrometrópole

Produto: Apoio Técnico E Articulação Regional
Indicador De Produto: Número De Projetos Da Macrometrópole Apoiados Tecnicamente (Unidade):
Descrição da Ação: Capacitação dos gestores envolvidos no processo de estímulo à integração das cidades que pertencem ao território da Macrometrópole Paulista. Apoio e articulação para implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado. Estabelecimento de novas unidades territoriais e fortalecimento das existentes.

Realizações

Ação 6226 – Apoio Ao Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometropole Paulista.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA

- Apoio às reuniões dos Conselhos Metropolitanos,

- Apoio e acompanhamento à atuação das Agencias de Desenvolvimento;

- Participação e liderança nos trabalhos dos Conselhos de Desenvolvimento;

- Apoio a Instação dos Conselhos e Agencias da Região do vale do Paraíba; Sorocaba e Ribeirão Preto, bem para as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM

Há 20 anos a Baixada Santista foi instituída como a primeira região metropolitana fora das capitais, a partir da união dos municípios e do Estado, que entenderam a importância de trabalhar em conjunto para a solução de problemas comuns. A Lei Complementar n° 815, de 30 de julho de 1996, criou a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, abrangendo Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. A legislação autorizou, ainda, a formação do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - Condesb. Dois anos depois foram regulamentados o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (suporte financeiro) e a Agência Metropolitana - AGEM, responsável pela área técnica e de planejamento das ações integradas. Para marcar esses 20 anos história, a Agência promoveu atividades, dentre as quais destacam-se a publicação especial na Revista Cidade & Cultura e o Concurso Cultural Universitário.

Publicação especial na Revista Cidade & Cultura - Lançamento de uma edição exclusiva sobre o patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da Região Metropolitana da Baixada Santista na Revista Cidade & Cultura, valorizando a criação artística regional e a diversidade ambiental. O projeto, que integra a revista impressa e disponibiliza a versão online por meio do site (https://issuu.com/projetocidadeecultura/docs/boneco_revista_circ_costa_da_mata_a?e=7291920/37821816) e aplicativo, já foi realizado em mais de 40 municípios paulistas, incluindo importantes destinos turísticos do Estado.

Concurso Cultural Universitário - Selo comemorativo dos 20 anos - O Concurso Cultural Universitário, idealizado pela AGEM em parceria com o Condesb, escolheu a melhor proposta de trabalho artístico visando o desenvolvimento de um selo comemorativo alusivo aos 20 anos de formação da RMBS. Sagrou-se vencedor o selo projetado por um universitário do 2º ano do curso de Design Gráfico da Unimonte - Centro Universitário Monte Serrat, que foi utilizado em todas as ações e atividades que envolveram as comemorações, com destaque para todo o material de divulgação gráfico e digital da AGEM, do Condesb e do Fundo, tais como panfletos, folders, cartões de visita, sites e papéis timbrados.

Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista - O Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico - PMDE da Baixada Santista consolidou políticas municipais, estaduais e federais por meio da apresentação de 32 orientações de planejamento, 23 projetos estruturantes, 47 ações e 77 programas públicos e privados de desenvolvimento para os municípios que compõem a RMBS.

Em continuidade a este trabalho estabeleceu-se a necessidade de criar um Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA, no qual se inclui o apoio técnico ao planejamento regional e a ampliação das ferramentas digitais de acompanhamento e controle urbanístico do território local. O conceito é que este sistema resulte em um observatório metropolitano, que integrará dados estratégicos dos diversos órgãos atuantes da RMBS, conjugando uma base de dados e mapas georreferenciados por meio de ferramentas de interação e atualização permanentes, incluindo a publicação dessas informações via web. É o que se denomina de etapa Pós-Plano.

Pós-Plano - O Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico - PMDE/BS - Objetiva manter as informações do plano estratégico atualizadas, entre indicadores, metas, diretrizes, ações e programas. Em 2016 foi elaborado o termo de referência para a contratação do Sistema de Monitoramento e aberto o edital de licitação pública para contratação de empresa especializada nesse tipo de sistema.

A AGEM e a adequação ao Estatuto da Metrópole, Lei Federal n° 13.089/2015 - Tendo em vista a promulgação da Lei federal nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015, denominada Estatuto da Metrópole, que estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, a AGEM avançou durante o ano de 2016 na aprovação de um plano de trabalho, na promoção de oficinas temáticas com especialistas para discussão dos eixos estratégicos do plano de desenvolvimento regional, no lançamento de um *hotsite* e de materiais gráficos especialmente desenvolvidos para dar publicidade, transparência e oportunidade de participação da sociedade civil nesse processo de adequação.

Entre as determinações do novo marco legal destaca-se a necessidade de elaboração de planos regionais, denominados na lei como Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, e que os mesmos sejam entregues e aprovados mediante lei estadual até janeiro de 2018. O PDUI da RMBS está pronto, foi elaborado e entregue com quase um ano de antecedência à promulgação do Estatuto, com a denominação de Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista - PMDE-BS. O fórum eleito pelo Condesb para centralizar as discussões foi a Câmara Temática de Planejamento.

Dessa forma, diante da necessidade de obter contribuições a serem incorporadas ao conjunto de propostas que deverão compor o projeto de lei, consolidar os objetivos, metas e estratégias propostas no PMDE-BS, no Macrozoneamento oriundo do Zoneamento Econômico e Ecológico - ZEE e nos Planos Diretores Municipais, bem como sugerir aperfeiçoamentos na estrutura de governança interfederativa da Região Metropolitana da Baixada Santista, a Câmara Temática de Planejamento formulou e aprovou o seu plano de trabalho.

Plano de Trabalho para o desenvolvimento do PMDE – BS: Em 2016 foi estabelecida a metodologia e executadas as seguintes fases do trabalho:

- **Fase I: Preparação e Organização de Conteúdos -** Consiste na leitura e consolidação dos planos já existentes ou em andamento, resultando na organização de base de documentos para subsidiar a realização de cinco oficinas de trabalho temáticas com a participação de especialistas;

- **Fase II: Oficinas Temáticas com Especialistas -** Realização de cinco oficinas temáticas para apresentação dos conteúdos organizados pelas Câmaras Temáticas do Condesb e coleta de sugestões de especialistas com base nos documentos organizados na etapa anterior, que possibilitou

a coleta de sugestões de especialistas para a consolidação dos planos existentes em um projeto de Lei, que deverão alimentar as discussões públicas nas etapas posteriores.

Na primeira oficina, realizada em cinco de julho, o tema foi **desenvolvimento econômico**. A oficina sobre **Mobilidade, Logística e Habitação** fez parte do **segundo evento** em que se debateu, também, o adensamento urbano, os movimentos migratórios, a ocupação irregular e os instrumentos legais de controle do uso do solo. No **terceiro evento**, tratou-se dos **Eixos Meio Ambiente e Saneamento e Políticas Sociais**, ocasião em que se discutiu temas como a destinação final do lixo e as diferentes alternativas para reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, as fontes renováveis de energia, saneamento e a necessidade de gestão e monitoramento ambientais constantes na região foram as questões centrais da Oficina Temática sobre Meio Ambiente. A educação como forma de diminuição das desigualdades sociais e do desenvolvimento econômico e a necessidade de uma participação maior da sociedade na criação de políticas públicas, foram outros destaques dessa Oficina.

- **Fase III: Rede Metropolitana de Comunicação -** Consiste no desenvolvimento de uma série de ações de comunicação voltadas para o acompanhamento da população da RMBS sobre as atividades desenvolvidas visando a adequação da região à lei federal do Estatuto da Metrópole, dentre as quais, o desenvolvimento de uma identidade visual (logotipo), de uma página na internet (hotsite), e de materiais gráficos para distribuição em audiências públicas, com o objetivo de dar publicidade e transparência ao processo de adequação da RMBS ao Estatuto da Metrópole.

- **Fase IV: Incorporação das sugestões das oficinas temáticas -** Sistematização das propostas obtidas nas Oficinas Temáticas por meio de elaboração interna da AGEM que resultou na primeira versão do Projeto de Lei.

Estudo do Sistema Hidroviário - Está sendo realizado um estudo de viabilidade técnica e financeira para implantação do modal hidroviário na Baixada Santista pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, contratado pelo Departamento Hidroviário do Estado. A AGEM acompanha as discussões desde o início por meio da Câmara Temática de Transporte Hidroviário. O IPT finalizou a primeira fase dos estudos, que consistiu nos levantamentos sobre viabilidade técnica e financeira, tendo sido detectados dez pontos com potencial de demanda e bom custo-benefício para integrar uma rede de transporte coletivo por rios e canais.

O Instituto também analisou trechos de navegação que possam gerar ganho de tempo para o usuário do sistema hidroviário, em comparação ao transporte já utilizado (carro, ônibus ou VLT, por exemplo). Foram escolhidas cinco rotas: Bertioga-Centro até Guarujá- Vicente de Carvalho; Santos-VLT Valongo até Guarujá-Vicente de Carvalho; Santos-VLT Valongo até Guarujá-Ferry Boat; Cubatão-Centro até Santos-VLT Valongo; e Cubatão-Caraguatá até Praia Grande, Portinho. O levantamento foi feito de uma maneira que o sistema hidroviário possibilite integração com os modais de transportes já existentes, como o ônibus e o Veículo Leve sobre Trilho - VLT.

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - A AGEM e o IPT assinaram, em outubro de 2016, o contrato para elaborar de forma participativa o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista - PRGIRS/BS. Com o objetivo de apontar soluções para a gestão adequada dos resíduos sólidos na região, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sociais, o trabalho a ser realizado pelo IPT, e coordenado pela AGEM, está orçado em R$ 700 mil e será financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro. O prazo para conclusão é de 12 meses. Atualmente, sete dos nove municípios encaminham seus resíduos para o Aterro Sanitário do Sítio das Neves, na área continental de Santos, que possui vida útil próxima do seu esgotamento. A estimativa de geração diária de resíduos da região é de cerca de 1,9 mil toneladas/dia.

Objetivos específicos do PRGIRS/BS - Adotar propostas para a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados na RMBS; contribuir para a melhoria das condições de sustentabilidade ambiental, social, econômica e financeira dos serviços locais de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos - RUS; apontar soluções para arranjos municipais para gestão integrada; indicar mecanismos e instrumentos (institucionais, econômicos e financeiros) visando a universalização da coleta seletiva e da reciclagem como meio para redução da quantidade de resíduos descartados, e para implantação da logística reversa, indicar linhas de ação estratégica para que seja viabilizada a implementação do Plano; divulgar informações sobre gestão de resíduos na região, indicar alternativas técnicas e

locacionais, valoração dos custos-benefícios e orientação para Parcerias Público-Privadas, visando um prazo de 20 anos.

Etapas de realização do PRGIRS/BS - Etapa 1: Mobilização Social e Divulgação; **Etapa 2:** Panorama dos Resíduos Sólidos na Região Metropolitana da Baixada Santista; **Etapa 3:** Prognóstico dos Resíduos Sólidos na Região Metropolitana da Baixada Santista; **Etapa 4:** Diretrizes e Estratégias para a Implantação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista.

Projeto de Geoprocessamento em parceria com os Municípios - O projeto é uma iniciativa da Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do Condesb para a implementação de soluções de geoprocessamento integrando todos os nove municípios da Baixada Santista. O geoprocessamento utiliza tecnologias que possibilitam o processamento, interpretação de dados ou informações que envolvam Sistemas de Informações Geográficas, de posicionamento global, levantamentos aéreos, meteorologia, entre outros. A proposta idealiza um convênio entre a AGEM e a Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais - Funcate para a implantação do programa nos municípios, não havendo necessidade de financiamento pelas prefeituras e pelo Fundo Metropolitano.

Plano Regional de Mobilidade e Logística - A Lei n° 12.587/2012 determina uma série de ações a serem realizadas por todas as esferas de governo, incluindo o desenvolvimento de Planos de Mobilidade por todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Considerando que o planejamento de mobilidade deve considerar o fato de que muitas cidades em regiões metropolitanas têm zonas urbanas quase unificadas, a AGEM vem se preparando para realizar o Plano Regional de Mobilidade e Logística, e também cumprir orientação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista, que prevê a elaboração do Plano Regional de Mobilidade. A iniciativa possibilitará trabalhar em consonância e oferecer suporte aos Planos Municipais, com objetivo de traçar diretrizes gerais a serem observadas pelos municípios da Região. Os termos de referência já foram finalizados.

Sistema de Informações Habitacionais - A Câmara Temática de Habitação do Condesb, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e a AGEM, promoveram três oficinas para tratar do tema *Assentamentos Precários na RMBS*, nas quais foram realizadas discussões para a unificação dos conceitos junto aos municípios.

Já foram realizados o levantamento da atual situação das informações habitacionais em cada cidade e discutidos os conceitos e a metodologia de trabalho para o alinhamento das informações habitacionais, bem como apresentada a proposta de utilização do Sistema de Informações Metropolitanas - SIM, da Emplasa, para a gestão de informações geoespaciais de fontes oficiais municipais, estaduais e federais. O projeto piloto já se encontra na fase de ajuste dos campos e variáveis no sistema.

Secretaria Executiva do Condesb e Câmaras Temáticas - Uma das principais funções da AGEM é atuar como secretaria executiva do Condesb e de suas Câmaras Temáticas. Até dezembro de 2016 foram realizadas 135 reuniões de Câmaras Temáticas - CT e o Conselho reuniu-se 11 vezes realizando as reuniões ordinárias 195ª a 205ª:

Termo de Cooperação Técnica entre a Agência Inova/Centro Paula Souza e AGEM - Durante o ano de 2016 a Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTTIC desenvolveu o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações, com o apoio da Agência Inova/Centro Paula Souza. A parceria foi possibilitada por meio de um termo de cooperação técnica assinado em março de 2015, que prevê a realização e produção de estudos e pesquisas, conferências, e outras atividades de interesse da região ou do Condesb, através das suas Câmaras Temáticas.

O Plano busca atender, apoiar e orientar os municípios integrantes da RMBS, na criação dos seus próprios PDTICs locais e dos seus Catálogos de Serviços. O PDTIC/BS está em fase de finalização pela agência INOVA para ser aprovado pela AGEM e posteriormente pelo Condesb até março de 2017.

Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista - O Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista - SCM/BS é um instrumento útil para os vários níveis governamentais, acadêmicos, órgãos ou empresas que se utilizam da cartografia como ferramenta para seus projetos e trabalho, além de ser considerado documento oficial com fé pública para efeito de utilização em procedimentos judiciais. Durante o ano de 2016, entre vendas, cessões e convênios foram atendidos

15 pedidos, sendo 4 de órgãos públicos, 2 de estudantes e 9 vendas de produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista - Gerenciamento do Sistema Cartográfico.

Projeto Tocando Santos 2016 - O projeto Tocando Santos, em sua 22ª edição, consiste em uma série anual de concertos, de importantes grupos sinfônicos do Estado de São Paulo. É uma realização da AGEM, SESC-SP, Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e Secretaria de Cultura do Estado, em parceria com a Prefeitura de Santos, Sabesp, Associação dos Artistas e Sistema A Tribuna de Comunicação. O seu principal objetivo é difundir o repertório clássico, viabilizando o acesso do público da Baixada Santista à música instrumental orquestrada e a formação de plateia.

Nesta edição, que homenageou os 30 anos da Pinacoteca Benedicto Calixto, localizada em Santos, foram realizadas 10 apresentações no Teatro do SESC, entre as quais as Orquestras: Sinfônica Jovem do Estado; Sinfônica do Theatro Municipal de São Paulo; Sinfônica de Santo André; Jovem Tom Jobim; Municipal de Santos; Sinfônica de Heliópolis, Jazz Sinfônica de Santos; Sinfônica da Unicamp. Além dessas, duas Bandas Sinfônicas participaram da programação de 2016: Sinfônica do Estado e Sinfônica Jovem do Estado.

Participação e realização de oficinas, palestras, audiências, feiras e congressos - Foram contabilizados, no ano de 2016, 37 eventos, entre visitas técnicas, oficinas, palestras, audiências, feiras e congressos, entre outros, realizados pela AGEM ou com o seu apoio, ou ainda que contaram com a participação de pessoal da Agência, durante o ano de 2016.

Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte - AGEMVALE

A AGEMVALE foi criada em janeiro de 2015, por meio da Lei Complementar n° .258/15 com o objetivo de articular e integrar a organização, o planejamento e a execução das ações públicas de interesse comum desse território, formado por 39 municípios. Para isso, foi instituído um Conselho de Desenvolvimento Regional, formado por prefeitos da região e representantes do Estado, tendo como atribuição principal definir as prioridades para os investimentos na região.

Em março de 2016, o Prefeito de Ilhabela foi eleito novo Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, tendo como vice-presidente a Prefeita de Monteiro Lobato.

Realização de seminários - A AGEMVALE e o Coletivo Metropolitano, formado pelo Programa Espaço e Sociedade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - PESS-INPE e o Programa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba - PLUR-UNIVAP, realizaram o seminário sobre “A Experiência de Construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI nas Regiões Metropolitanas”. Realizado na Univap, teve a palestra do professor Dr. Jeroen Klink, da Universidade Federal do ABC, que apresentou a experiência do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

Reunião com os novos prefeitos eleitos em 2016 para destacar programas regionais – Encontro realizado com o objetivo de discutir a importância da região metropolitana para o desenvolvimento regional, a estrutura da governança metropolitana e facilitar a troca de informações e experiências. Na oportunidade, todos ressaltaram a necessidade da união entre os prefeitos em busca do bem comum para as resoluções de problemas que afetam a todos os municípios, como a questão da saúde, mobilidade urbana e destinação dos resíduos sólidos.

Audiência Pública - prioridades para a RMVALE-LN - Mais investimentos em saúde, transportes e segurança pública. As demandas foram apresentadas pela população durante audiência pública realizada por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão, na Câmara Municipal de São José. Cerca de 100 pessoas participaram do evento.

Principais ações desenvolvidas em 2016

Infraestrutura - Extinção, em 30 de outubro de 2016, da cobrança do DDD entre as 38 cidades da região que usam o código de área 12. A única cidade que ficou de fora foi Igaratá, que tem o DDD 11.

Saúde - Obras da construção do Hospital Regional de São José dos Campos; convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a construção do Hospital Regional de Caraguatatuba; instalação de 4 Unidade Básica de Saúde - UBS e 7 Centro de Apoio Psicossocial - CAPS no Litoral

Norte; inauguração do Ambulatório Médico de Especialidades - AME Lorena e obras no Hospital Regional de Taubaté.

Segurança - Retomada das reuniões do Gabinete Metropolitano de Gestão Estratégica de Segurança Pública - Gamesp, para discutir políticas de segurança de prevenção e combate ao crime na região.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - Em atendimento ao Estatuto da Metrópole (Lei federal n° 13.089/2015), que estabeleceu um prazo de três anos para a elaboração do PDUI, e que definirá normas para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país, realiza-se o levantamento de dados municipais, sub-regionais e regional, para a construção do inventário sócio-econômico e elaboração do diagnóstico da região, em especial das funções públicas de interesse comum.

Saneamento - Inventário dos planos e estudos existentes no Estado sobre a região; levantamento da solução e logística atual da destinação dos resíduos sólidos em cada um dos municípios da região, visando a elaboração do Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos. Foram realizadas visitas aos locais onde estão instalados os aterros sanitários da região.

Mineração - Estabelecimento de parceria para implementação do resultado final da Câmara Temática de Mineração.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA

Ação 6227 - Gerenciamento Administ. e Fortalecimento das Unidades Regionais da Macrometrópole

Modernização de processos e procedimentos internos com vistas a reduzir custos e tornar mais eficiente a gestão administrativa interna da empresa e apoio ao processo de governança da Região Metropolitana de São Paulo e Aglomerações urbanas de Macrometrópole Paulista, integrando ações setoriais com vistas à melhoria de políticas Públicas, garantindo um melhor ordenamento territorial.

Certificação de Capacitações emitidas

Projetos Financiados com recursos dos Fundos Metropolitanos Analisados e Liberados

Eventos Institucionais Promovidos

Apoio às reuniões dos Conselhos Metropolitanos.

Provimento de ações Administrativas e Gestão de Recursos Humanos necessários para o desempenho da ação.

Monitoramento de Impactos do Rodoanel - Trechos Norte e Sul

Ação 6228 - Reforço das Bases do Planejamento e Monit. para o Desenvolvimento da Macrometrópole

Gerenciar e articular planos, ações estratégicas e programas prioritários na Macrometrópole Paulista. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de planos, projetos e monitoramento da execução das funções públicas de interesse comum.

Produto: Informações e Estudos sobre Planejamento Macrometropolitano

Execução de cartografia da Bacia do Alto Tietê

Gestão do Sistema Cartográfico Estadual (SCE)

Implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais da Emplasa – (IDE/Emplasa)

Sistema de Acesso a Dados Geoespaciais - Cessão de Produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano (SCM)

Plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI) da RMSP e elaboração de termos de referência de aglomerados Urbanos.

Bases da Elaboração do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional (PMDH) - RMSP, RMBS, RMC e RMVPLN

Conclusão:

No exercício de 2016 a Emplasa reduziu as suas despesas visando cumprir o decreto de nº 61.785, de 05 de janeiro de 2016 que estabelece diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo; e decreto nº 62.266, de 16 de novembro de 2016, de encerramento do exercício de 2016.

O empenho da empresa em reduzir e otimizar as despesas com custeio, foi necessário complementar as despesas utilizando recursos próprios, para não ocorrer pressão orçamentária do tesouro do Estado. Diante dessa situação a dotação inicial total aprovada de R$ 58.545 mil, comparada ao total de recursos empenhados, a empresa atingiu uma redução de suas despesas da ordem de 16,32%, e não comprometendo o atendimento dos resultados previstos para este exercício.

Ação 6083 – Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para a Macrometropole

Articular e apoiar a implementação de planos e projetos que possibilitem o desenvolvimento sustentável da Macrometropole Paulista, auxiliando na adequação técnica das agencias e conselhos de desenvolvimento, conselhos consultivos e câmaras temáticas, visando a integração da Macrometropole Paulista.

-Realizadas reuniões para discutir a instalação do PDUI – Plano de desenvolvimento Urbano Integrado, nas regiões metropolitanas de São Paulo: Ribeirão Preto; Sorocaba; Campinas, Vale do Paraíba, aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

- Capacitação realizada através de oficinas regionais realizadas com o poder publica e sociedade civil; para elaboração do PDUI;

- Reuniões com membros da Câmara Temática do PDUI.

- Audiências Publicas referente a LOA 2017;

Reuniões com Grupos de Trabalhos para elaboração doa proposta do PDUI;

Realização de audiências publicas em todas as regiões da Macometropole Paulista para discutir a LOA;

Plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI) da RMSP, atingindo no exercício de 2016 um grande número de municípios em varias regiões Paulista.

Programa 2916 São Paulo: Território e Cartografia

Ação 6242 Gestão Territorial

Produto: Informações Técnicas Territoriais E De Drenagem
Indicador De Produto: Número De Informações Técnicas Produzidas (Unidade):
Descrição Da Ação:
Fornecimento De Informações Técnicas: Certidões De Jurisdição Territorial, Descrição E Demarcação Das Divisas Municipais E Delimitação Do Território Dos Distritos, Estudos Para Criação De Municípios, Desmembramento, Anexação De Áreas, Atualização Cartográfica De Nascentes E Cursos D´Água.

Casa Civil – Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC

Geoportal IGC - W*ebsite* dedicado à disseminação das bases cartográficas oficiais do Estado, que permite a interoperabilidade entre provedores de dados estatísticos e geoespaciais. Por meio do Geoportal IGC, todo o acervo cartográfico digital do Instituto encontra-se disponível, sem restrições, a todo cidadão. Em 2016 foram disponibilizadas novas ortoimagens e nova rede hidrográfica correspondente a 40.000km². O desenvolvimento da fase 2, com recursos oriundos do Banco Mundial, aguarda a assinatura de Aditivo ao Contrato por parte dos membros integrantes.

Modelo Geoidal do Estado - Modelo matemático utilizado em todos os trabalhos de mapeamento, topografia e obras de engenharia, envolvendo alta precisão no quesito altimetria. Na elaboração deste modelo são necessários, entre outros, o levantamento de pontos com a medida precisa do campo gravitacional terrestre. Em 2016, utilizando o gravímetro absoluto do IGC foram implantadas 16 Estações Absolutas de Gravimetria nos municípios de: Araçatuba, Botucatu, Cachoeira Paulista, Dracena, Franca, Ilha Solteira, IAG-São Paulo, Jaboticabal, Lins, Ourinhos, São Roque, São Carlos, São José do Rio Preto, Tupã, Ubatuba e Valinhos.

Rede GNSS/RTK do Estado - Constituição de uma rede de monitoramento contínuo de estações de posicionamento preciso por satélites GNSS/RTK (Global Navigation Satellite System/Real Time Kinematic), que inclui as constelações de satélites GPS, GLONASS, GALILEU e BEIDOU. Por meio desta rede, torna-se possível o acesso pelos usuários a dados de correção de posicionamento em tempo real, aumentando consideravelmente a precisão e a produtividade dos trabalhos envolvendo esta tecnologia. São usuários os produtores de mapeamento, levantamentos topográficos, agricultura de precisão, obras de engenharia, entre outros. A rede, desenvolvida em parceria com a UNESP de Presidente Prudente e com o IBGE, integra, em nível nacional, a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC. Além destes são usuários: Sabesp, INPE, INCRA, ITESP, entre outros, que fazem uso dos dados fornecidos pela rede. Em 2016 o IGC subsidiou as estações de Campinas, Jaboticabal e da Poli-USP.

Serviços de Manutenção das Divisas dos Municípios Paulistas - O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Até dezembro de 2016 foram atendidos 692 processos, abrangendo certidões de jurisdição territorial, informações técnicas para subsidiar a criação de novos distritos, análises técnicas referentes a demarcações e traçados de divisa e pareceres técnicos de natureza geográfica e cartográfica.

Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem - O IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d´água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. No mesmo período, foram elaboradas 189 informações técnicas desta natureza.

Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica - A área é responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da divisão territorial do Estado de São Paulo. Tais atividades são exercidas pela Administração Pública Paulista desde 1886 por órgãos que antecederam o IGC, como a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo - CGG e o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo - IGG.

- Atendimentos/procedimentos técnicos realizados na loja do IGC - 7.328 atendimentos técnicos aos usuários; 2.392 vendas de produtos cartográficos e bibliográficos; 4.749 documentos técnicos digitalizados e disponibilizados ao público.
- Atendimentos realizados pelo Geoportal IGC - 37.614 sessões; 13.998 usuários.
- Atendimentos realizados pelo site do Instituto - 111.649 sessões; 79.848 usuários.

SECRETARIA DA CULTURA

Secretaria da Cultura

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

12000 - Secretaria da Cultura

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**770.567.415,00**	**654.384.516,33**	**1.673.054,86**	**656.057.571,19**	**675.967.618,12**
Pessoal e Encargos Sociais	117.324.257,00	107.755.436,67	0,00	107.755.436,67	112.662.244,15
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	653.243.158,00	546.629.079,66	1.673.054,86	548.302.134,52	563.305.373,97
Despesas de Capital	**42.369.370,00**	**26.762.991,61**	**2.053.735,01**	**28.816.726,62**	**43.887.607,79**
Investimentos	42.369.370,00	26.762.991,61	2.053.735,01	28.816.726,62	43.887.607,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**812.936.785,00**	**681.147.507,94**	**3.726.789,87**	**684.874.297,81**	**719.855.225,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

12000 - Secretaria da Cultura

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
1201 - Difusão Cultural	**148.027.011,00**	**135.721.296,19**	**33.914,88**	**135.755.211,07**	**139.843.922,31**
Despesas Correntes	148.027.001,00	130.377.197,44	0,00	130.377.197,44	132.121.204,06
Despesas de Capital	10,00	5.344.098,75	33.914,88	5.378.013,63	7.722.718,25
1203 - Formação Cultural	**233.996.166,00**	**206.013.397,25**	**0,00**	**206.013.397,25**	**207.550.245,09**
Despesas Correntes	233.996.166,00	206.013.397,25	0,00	206.013.397,25	206.537.403,67
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	1.012.841,42
1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias	**165.955.970,00**	**140.220.836,02**	**2.557.764,02**	**142.778.600,04**	**148.040.022,07**
Despesas Correntes	160.955.970,00	138.189.847,52	726.987,26	138.916.834,78	146.523.470,54
Despesas de Capital	5.000.000,00	2.030.988,50	1.830.776,76	3.861.765,26	1.516.551,53
1213 - Gestão de Recursos da Secretaria da Cultura	**63.078.204,00**	**48.827.330,31**	**1.135.110,97**	**49.962.441,28**	**59.071.118,73**
Despesas Correntes	35.708.874,00	32.154.992,24	946.067,60	33.101.059,84	33.047.421,10
Despesas de Capital	27.369.330,00	16.672.338,07	189.043,37	16.861.381,44	26.023.697,63
1214 - Museus	**113.938.128,00**	**102.540.716,06**	**0,00**	**102.540.716,06**	**104.593.545,03**
Despesas Correntes	113.938.118,00	102.540.716,06	0,00	102.540.716,06	103.078.175,06
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	1.515.369,97
1215 - Preservação do Patrimônio Cultural	**206.476,00**	**34.849,90**	**0,00**	**34.849,90**	**34.849,90**
Despesas Correntes	206.466,00	34.849,90	0,00	34.849,90	34.849,90
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1216 - Bibliotecas e Leitura	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.535.487,92**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.535.487,92
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa	**59.600.549,00**	**29.758.360,00**	**0,00**	**29.758.360,00**	**34.535.828,79**
Despesas Correntes	59.600.549,00	29.758.360,00	0,00	29.758.360,00	34.535.828,79
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1219 - Sistema Paulista de Música	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1221 - Integração das Culturas Latino-Americanas	**28.134.281,00**	**18.030.722,21**	**0,00**	**18.030.722,21**	**21.650.206,07**
Despesas Correntes	18.134.271,00	15.315.155,92	0,00	15.315.155,92	15.553.777,08
Despesas de Capital	10.000.010,00	2.715.566,29	0,00	2.715.566,29	6.096.428,99
Despesa Total	**812.936.785,00**	**681.147.507,94**	**3.726.789,87**	**684.874.297,81**	**719.855.225,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta os as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Cultura e por suas entidades vinculadas em 2016. Quase a totalidade das ações desenvolvidas por esta Secretaria conta com Organizações Sociais de Cultura em sua execução, conforme possibilidade estabelecida pela Lei Complementar Estadual n° 846/98. Ao longo do ano de 2015, a Secretaria manteve contratos de gestão com 20 Organizações Sociais de Cultura, transferindo-lhes recursos para o cumprimento de metas previamente pactuadas.

A Secretaria de Estado da Cultura tem, ainda, duas **entidades vinculadas**, responsáveis pelos seguintes programas e ações:

Fundação Padre Anchieta - Programa 1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias. **Fundação Memorial da América Latina -** Programa 1221 – Integração das Culturas Latino Americanas.

Programas Realizados pela Secretaria da Cultura

O ano de 2016 foi de inúmeros desafios para a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Além das consequências da crise econômica, que atingiu o Governo como um todo, a Pasta enfrentou questões específicas ao longo destes 12 meses, para além das suas atribuições cotidianas de formulação e gerenciamento da política pública para a cultura estadual.

Um dos principais desafios do ano foi relacionado às providências para recuperação do Museu da Língua Portuguesa, destruído por um incêndio no dia 21 de dezembro de 2015. Logo em janeiro, exatamente um mês após o incidente, a Secretaria assinou convênio com a Fundação Roberto Marinho e com a organização social ID Brasil, responsável pela gestão do museu, visando à sua recuperação e reinstalação.

Foram realizadas as obras emergenciais para remoção dos escombros, implantação de sistema de drenagem e estabilização da estrutura que possibilitaram a reabertura do saguão da Estação da Luz para os usuários do Metrô e da CPTM. Em paralelo, o projeto de restauro das fachadas foi atualizado e aprovado junto aos órgãos do patrimônio histórico. Em dezembro, com o dinheiro do seguro contra incêndios depositado e o comprometimento de três patrocinadores privados, as obras de restauro da fachada tiveram início, menos de um ano após o incêndio e com os R$ 65 milhões necessários ao projeto já mobilizados, sem a necessidade de investimento direto do Estado.

Foi um período também de intensa reorganização interna. Em junho de 2016, por meio do Decreto 61.832, a Secretaria fez uma importante mudança em sua estrutura para otimizar procedimentos e equipes, com impactos principalmente na área fim. A antiga Unidade de Fomento e Difusão da Produção Cultural teve a área de Fomento desmembrada e uniu-se à antiga Unidade de Bibliotecas e Leitura, passando a utilizar a denominação Unidade de Difusão, Bibliotecas e Leituras (UDBL). Em contrapartida, foi criada a Unidade de Fomento e Economia Criativa, que passou a gerenciar exclusivamente os programas de incentivo à cultura da Secretaria. O presente relatório já leva em consideração estas mudanças.

O ano foi marcado, ainda, pela mudança de comando na Pasta. O secretário Marcelo Mattos Araujo deixou o cargo em junho para assumir a presidência do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Após

período de interinidade, o então secretário-adjunto José Roberto Sadek foi confirmado na chefia da Secretaria em setembro. Em seu lugar como adjunta assumiu Lúcia Camargo.

Embora não tenha sido um período de expansão, mas de manutenção dos programas existentes, as ações da Secretaria tiveram público direto de quase oito milhões de pessoas atendidas por suas atividades de formação cultural, difusão, leitura e fomento, realizadas em todas as regiões do Estado*. Este resultado foi conquistado principalmente em função do modelo de gestão por organizações sociais. As 20 OSs que mantém parceria com a Pasta, por meio de contratos de gestão, garantem que o investimento público seja feito com eficiência, qualidade e capilaridade.

Na área de Museus, foram mais de 2,5 milhões de visitantes presenciais até novembro, fora o público das ações extramuros e itinerâncias, que somam mais 463.580 pessoas. Na área de difusão cultural e bibliotecas, os atendimentos chegaram a quase três milhões de pessoas.

Entre os programas de formação cultural, um dos destaques foram as Fábricas de Cultura, que receberam quase um milhão de pessoas em suas 10 unidades, sendo 35 mil alunos em cursos regulares de iniciação artística, e mais de 910 mil pessoas em atividades livres, como shows, sessões de cinema, oficinas abertas e apresentações diversas. Já o Projeto Guri atendeu mais de 50 mil alunos ao longo do ano. Os grupos musicais e de referência formados por estudantes do Guri, por sua vez, realizaram apresentações para mais de 270 mil pessoas em todo o Estado.

A relação entre Estado e OS continuou sendo aprimorada por meio do trabalho realizado pela Unidade de Monitoramento, responsável pela parametrização e melhoria de procedimentos internos relacionados aos contratos de gestão.

No fomento, o número de projetos aprovados pelos principais programas – ProAC Editais e ProAC ICMS – chegou a 2.113. A nova Unidade de Fomento e Economia Criativa deu bastante ênfase ao longo do ano à reorganização de procedimentos internos e à aceleração dos processos de conferência de prestação de contas. Já na área de Patrimônio Histórico, foram realizados 2.175 procedimentos, desde tombamentos de bens históricos à aprovação de intervenções em bens tombados.

Junto com o público frequentado do Memorial da América Latina, fundação autônoma vinculada à pasta, o número de pessoas beneficiadas ao longo do ano ultrapassa os 10 milhões.

**Os números de público utilizados neste relatório foram fechados em meses diferentes, variando entre setembro e novembro, conforme a unidade gestora.*

Programa 1201- Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura

No Programa de Difusão Cultural estão elencadas todas as ações da Secretaria que buscam ampliar a oferta de bens culturais de qualidade para a população paulista.

Ação 2422 - Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão

A Osesp realizou o 47º Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão – evento tradicional que alia uma intensa programação pedagógica a uma gama representativa de concertos sinfônicos e de câmara – a maioria gratuitos –, com a participação de renomados artistas nacionais e internacionais. Este ano, ofereceu ao público música antiga, repertório clássico e contemporâneo, com apresentações diárias nos palcos oficiais de Campos do Jordão e também na Sala São Paulo, onde o público também pôde assistir a diversos concertos de câmara com grupos formados por alunos e professores. A principal atração foi a Orquestra do Festival, formada pelos bolsistas, que fez dois programas com dois concertos cada um. Ao todo, o Festival teve 217 participantes bolsistas.

Ação 5706 – Atividade cultural em parceria com municípios e entidades

Prêmio Governador do Estado para a Cultura 2015 - Prestigia os grandes destaques do ano no cenário cultural paulista. Com uma das maiores premiações em dinheiro do País para a área – R$ 580 mil no total em 2016 –, os vencedores, nas linguagens de circo, teatro, dança, música, arte para crianças, cinema, territórios culturais e artes visuais, são incentivados a dar continuidade a novos trabalhos e, assim, ampliar o acesso da população a bens culturais. Além destas categorias, são premiados também uma instituição cultural escolhida pelo público e o Destaque Cultural do ano, cuja relevância da trajetória é laureada. No ano de 2016, o Destaque foi o diretor teatral Antunes Filho.

Ação 5709 - Circulação Cultural

Circuito Cultural Paulista – O programa acontece de março a novembro (exceto julho) e tem como objetivo levar uma programação de excelência para cidades do interior e litoral do Estado, valorizando os teatros e centros culturais municipais. Em 2016, foram 110 cidades contempladas, com 653 espetáculos de música, teatro, dança, circo e infantil para um público de aproximadamente 308.000 pessoas (até setembro/2016).

Virada Cultural Paulista – Realizada em três finais de semana (dias 14/15 e 21/22 e 28/29 de maio), a Virada Cultural Paulista chegou a sua 10ª edição, fortalecendo-se como o maior evento do interior e litoral de São Paulo. Em 2016, foram 579 atrações em 22 cidades do Estado, atingindo público estimado de 937.000 pessoas.

Apoio às ações de Difusão Literária (em substituição ao Festival da Mantiqueira) A SEC reformulou os programas de incentivo à leitura que atendem o interior e litoral. O Festival da Mantiqueira deixou de ocorrer este ano, e com isso, o recurso orçamentário correspondente foi destinado a quatro outros projetos literários: Festival Paulista de Literatura em Iguape, Viagem Literária, Prêmio São Paulo de Literatura e Festival de Literatura Infanto-Juvenil de Monteiro Lobato. Com a reformulação, foram apoiadas 13 atividades literárias com a presença de 11 escritores para um público aproximado de 2.800 pessoas, além de realizadas três apresentações artísticas. O público circulante dos festivais apoiados até o momento contabilizou aproximadamente 4.500 pessoas.

Festival Paulista de Circo – Realizado pelo quinto ano consecutivo na cidade de Piracicaba, de 2 a 7 de setembro, a 9ª edição do evento promoveu 92 apresentações gratuitas envolvendo um público circulante de aproximadamente 58.000 pessoas. Os números circenses aéreos foram os destaques desta edição, além das duas apresentações com audiodescrição ofertadas, visando à acessibilidade comunicacional.

Revelando São Paulo – Dedicado à divulgação e preservação da cultura paulista tradicional, o 20º Revelando São Paulo teve três etapas em 2016: em Atibaia, Iguape e São José dos Campos, totalizando aproximadamente 600 mil visitantes nos três eventos. Por meio deste festival, a Secretaria da Cultura fomenta as culturas caiçara, tropeira, caipira, cigana, quilombola e indígena de mais de 280 cidades do Estado, apresentando-as em centros urbanos para evidenciar a culinária e artesanato tradicionais, além de grupos de viola caipira, bandas de fanfarra, congadas, catira, entre outros.

Mapa Cultural Paulista – Desde 1995, o programa incentiva a produção e o mapeamento cultural local, promovendo ciclos bienais de concursos municipais, regionais e um estadual, em sete linguagens: artes visuais, canto coral, dança, literatura, música instrumental, teatro e vídeo. Artistas de todas as regiões ganham a chance de se apresentar para um público abrangente e a possibilidade de chegar aos palcos da Capital. Em 2016, houve a realização das Fases Estadual e Circulação dos espetáculos. Na Fase Estadual foram realizados 21 eventos, com público aproximado 3.000 pessoas. Na Fase de Circulação, foram ofertadas 54 atrações em 31 municípios, atingindo público de 2.500 (até setembro).

Circulação de Ópera (Ópera Curta) - O programa leva adaptações de óperas famosas a cidades do interior e litoral do Estado de São Paulo, com o objetivo de difundir o gênero. Em 2016, o programa passou por 38 cidades, atingindo público estimado de 11.500 pessoas.

Semana Guiomar Novaes - A 39ª edição do evento, homenagem à pianista falecida em 1979, foi realizada de 17 a 21 de junho em São João da Boa Vista. A programação oficial, em parceria com o município e outras instituições, contou com espetáculos de teatro, dança, música popular brasileira, música erudita e circo. No total foram 22 atividades, com público de 10.000 pessoas.

Festival Nacional de MPB - **edições Avaré, Batatais, Botucatu e Ilha Solteira** – Realizado em parceria com as prefeituras municipais, os festivais recebem inscrições de todo o Brasil. Visam apresentar um panorama atual da música popular brasileira, por meio da apresentação de candidatos selecionados por uma comissão técnica. No ano de 2016, o público total estimado foi de 45.000 pessoas (total das quatro edições).

Festival de Teatro de Caraguatatuba – Também chamado de Litoral Encena, é realizado em parceria com a Fundacc e a Prefeitura de Caraguatatuba. Tem a missão de fomentar a produção

cênica no país, reunindo o melhor das linguagens do teatro de rua, ocupando praças, teatros, escolas e os mais diversos espaços alternativos, em zonas urbanas ou rurais.

Café com Violas e Ponteios – O programa recebeu em torno de 22.000 pessoas nas duas edições, realizadas em Santa Fé do Sul e Batatais, com total de 156 apresentações. Orquestras de violas, solos, duplas e trios fizeram parte da programação.

Apoio às ações institucionais dos municípios - O programa objetiva apoiar realizações de ações culturais junto aos municípios do Estado de São Paulo, no que tange a eventos de caráter de difusão, bem como reunir o maior número de dirigentes municipais de cultura visando à promoção, difusão e fomento da política cultural do Estado de São Paulo. Dados parciais contabilizam 168 municípios atendidos com público estimado de 470.000 pessoas (até setembro de 2016).

Apoio a projetos de voltados à cultura LGBT – Em 2016, foram fomentadas as Paradas do Orgulho LGBT da Capital e também nas cidades do interior. No total foram apoiadas 15 atividades culturais de cultura LGBT, atingindo público estimado de 69.000 pessoas (até setembro).

Apoio a projetos de cultura negra – Foram realizadas três itinerâncias de exposições com recortes etnicorracial que atingiram público de 1.800 pessoas. O apoio ao projeto Samba Paulista e a celebrações do Dia da Consciência Negra possibilitou atendimento a sete municípios, tendo público aproximado de 11.700 pessoas. Outras 27 atividades para a cultura negra foram apoiadas para um público aproximado de 60.000 pessoas.

Apoio a projetos de outras etnias – Inclui ações voltadas para os povos indígenas, latino-americanos, a população nordestina do Estado de São Paulo e outras, incluindo a realização de videodocumentário, eventos de difusão e promoção da cultura cigana em todo o território do Estado, além do apoio e parcerias com entidades deste segmento. Em 2016, foram apoiadas 16 atividades para um público estimado de 24.000 pessoas (até setembro).

Capacitação para elaboração de Projetos culturais de Hip Hop – Foram realizadas seis capacitações para um público de 215 pessoas (até setembro).

Encontro Paulista de Hip Hop – Criado em 2007 e já consolidado no calendário anual de eventos do Estado de São Paulo, é frequentado por adeptos, pesquisadores, ativistas e públicos em geral, que se reúnem para importantes discussões, lazer, diversão e aprendizado, dentro dos elementos que compõe a Cultura Hip Hop, bem como outras culturas negras conectadas ao movimento. Em 2016, foram realizados dois eventos e quatro atividades para um público de 8.000 pessoas.

Teatro Sérgio Cardoso – O equipamento recebeu uma intensa programação ao longo de 2016, com público total aproximado de 64.000 pessoas em 255 apresentações realizadas em suas duas salas. Várias apresentações contaram com tradução para Libras (Língua Brasileira de Sinais) e audiodescrição. Foram realizadas 11 adaptações e 11 apresentações teatrais com acessibilidade comunicacional (todos os dados são até setembro de 2016).

Teatro Maestro Francisco Paulo Russo (Araras) - Projetado por Oscar Niemeyer, o teatro tem capacidade de 466 pessoas. Sua programação diversificada tem incluído linguagens de circo, dança, música, além do seu objetivo maior, o teatro. Foram realizadas 48 apresentações para um público estimado de 11.000 pessoas (até setembro).

Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual – Museu da Diversidade Sexual – Espaço destinado à preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBT. Em 2016, nas itinerâncias de exposições pelo interior, atendeu sete municípios com público aproximado de 6.000 pessoas. Em sua sede em São Paulo, o Museu da Diversidade contabilizou mais de 28 mil visitantes. Destaques para as inaugurações de exposições *Darcy Penteado, o observador humano* e *Caio mon amour*, sobre a obra e sexualidade do jornalista, dramaturgo e escritor Caio Fernando Abreu (dados até setembro de 2016).

Ação 5979 - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SISEB

A Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SiSEB-SP) que reúne cerca de 840 bibliotecas municipais existentes no Estado. Entre as ações do SiSEB em 2016, destaca-se o Programa de Capacitação das Equipes, que realizou 60

atividades de atualização profissional (oficinas, cursos e palestras) na Biblioteca de São Paulo e em cidades do interior e litoral, facilitando a participação do público alvo. Estiveram presentes nesses eventos aproximadamente 1.500 profissionais de bibliotecas. Também foram realizados dois módulos do Curso à Distância – EAD, com o tema Ação Cultural em Bibliotecas, com 100 vagas cada um. Outra ação empreendida foi o apoio aos acervos das bibliotecas e salas de leitura, com a distribuição de 52.697 itens (livros, revistas, CDs, DVDs) para 282 bibliotecas em 155 municípios. O SISEB criou o site www.siseb.sp.gov.br onde os responsáveis pelas bibliotecas públicas encontram oportunidades para aprimoramento pessoal e profissional, bem como acesso às informações relacionadas ao universo das bibliotecas e programas de incentivo à leitura.

IX Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias – O Seminário é uma das principais iniciativas da Secretaria da Cultura para inspirar, fortalecer e transformar em centros de referência cultural as mais de 800 bibliotecas existentes nos 645 municípios paulistas. Realizado nos dias 7, 8 e 9 de novembro no auditório da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Memorial da América Latina, o Seminário reuniu cerca de 500 profissionais.

Assessorias Técnicas aos Municípios – Foram realizadas cerca de 20 ações de assessoria aos municípios que desejam instalar e/ou modernizar os espaços de suas bibliotecas públicas. Toda a orientação é dada de modo que eles possam desenvolver seus projetos seguindo o conceito de Biblioteca Viva, o mesmo empreendido nas Bibliotecas de São Paulo e Parque Villa-Lobos.

Publicações – Deu-se continuidade à publicação do periódico *Espalhafatos* (números 36 a 39, de janeiro a dezembro/2016). O jornal é destinado às crianças e jovens que frequentam as bibliotecas públicas, trazendo curiosidades e brincadeiras acerca do mundo da leitura e literatura.

Ação 6099 - Biblioteca e Leitura

Biblioteca de São Paulo – Localizada no espaço do antigo presídio do Carandiru, atual Parque da Juventude, a Biblioteca integra diversas expressões artísticas e mídias, buscando atrair especialmente o público não leitor. Em 2016, foram adquiridos aproximadamente 2.200 itens, entre livros, CDs, DVDs e jogos. Atendeu 281.764 usuários, resultando em aproximadamente 100 mil consultas e/ou empréstimos. Realizou 10 cursos/oficinas que atenderam público aproximado de 400 pessoas. Cerca de 500 atividades foram realizadas dentro dos programas permanentes, com temas diversos: Hora do Conto, Jogos Sensoriais, Brincando e Aprendendo, Pintando o 7 e Bebelê (para crianças); Clube de Leitura, Luau BSP, Leitura ao Pé do Ouvido e Tabuleiro de Jogos (para jovens) Entre Textos, Leitura do Cotidiano e Segundas Intenções (adultos e idoso). O conjunto de ações ajudou a movimentar a programação da BSP ao longo do ano.

Biblioteca Parque Villa-Lobos – Segue o mesmo conceito da Biblioteca de São Paulo, integrando diversas expressões artísticas para atrair o público não leitor. Em 2016, foram adquiridos 2.000 itens, entre livros, CDs, DVDs e jogos. Atendeu 208.943 usuários e realizou 90 mil consultas e/ou empréstimos. Além dos programas e serviços já desenvolvidos pela BSP, a nova biblioteca tem um espaço permanente de exposições e diálogo com as temáticas do meio ambiente.

Prêmio São Paulo de Literatura – Tem como objetivo reconhecer e incentivar a criação literária em língua portuguesa. A edição deste ano teve 195 livros inscritos. Os vencedores foram: Beatriz Bracher, com o livro *Anatomia do Paraíso* (Editora 34), eleito melhor livro do ano de 2015; Marcelo Maluf, autor d'*A imensidão íntima dos carneiros* (Editora Reformatório), melhor livro do ano de 2015 de autor estreante com mais de 40 anos; e Rafael Gallo**,** pelo livro *Rebentar* (Editora Record), eleito melhor livro do ano de 2015 de autor estreante com menos de 40 anos. O evento de premiação ocorreu no dia 10 de outubro na Biblioteca Parque Villa-Lobos.

Viagem Literária – Visa incentivar a leitura por meio da valorização das bibliotecas públicas municipais, promovendo atividades para fortalecer os vínculos entre esses espaços e a população. Em 2016, 85 municípios parceiros receberam apresentações de contação de histórias. Foram promovidos 170 eventos no mês de setembro com a participação de 17 profissionais/grupos.

Ação 6211 – Corpos estáveis e equipamentos de difusão cultural

Companhia de Dança do Estado de São Paulo - Como metas obrigatórias, realizadas com o repasse do Governo do Estado, a Companhia realizou 40 espetáculos, sendo 30 apresentações na capital paulista e 10 no interior do Estado de São Paulo (em seis cidades), para um público de 21.339 pessoas. Realizou também as seguintes atividades educativas: palestras de dança (sete ações para

um público de 602 participantes); oficinas de dança (cinco ações, com 251 participantes e 25 ouvintes); e espetáculos para estudantes e terceira idade (oito apresentações, para 3.294 pessoas), atendendo a capital, cinco cidades no interior paulista e uma fora do Estado de São Paulo.A SPCD também cumpriu as seguintes metas condicionadas, realizadas por meio do investimento de patrocinadores: uma apresentação na cidade de São Paulo; cinco no interior; três em outros Estados do Brasil; 12 apresentações na Europa; 11 na América do Norte e uma na América do Sul, para um público geral de 25.513 pessoas. Realizou, ainda, palestras de dança (18 ações para um público de 738 pessoas) e oficinas de dança (19 ações para um público de 630 pessoas e nove ouvintes) nas cidades onde houve espetáculos. Foi produzida audiodescrição de novas obras e um documentário da série Figuras da Dança sobre o diretor e coreógrafo José Possi Neto. A coreografia *The Seasons*, criada por Édouard Lock para a companhia, recebeu o Prix de la Danse de Montreal em novembro de 2016. Entre metas obrigatórias e condicionadas, a São Paulo Companhia de Dança beneficiou um público presencial de 52.401 pessoas em 2016.

OSESP - A Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo realizou mais de 65 concertos sinfônicos e 13 concertos de câmara na Sala São Paulo, na Capital, com público de 86.364. As 12 apresentações gratuitas ou a preços populares no mesmo local tiveram público aproximado de 14.422 pessoas. A temporada do Coro da Osesp, incluindo litoral e interior, atendeu público aproximado de 6.409 pessoas. Destaca-se a continuidade do programa Osesp Itinerante com nove apresentações do Coro da Osesp, para público de 3.558 pessoas. Alem disso, foi realizado um concerto da Osesp na Virada Cultural da Capital, para público de 1.200 pessoas. Dentro do escopo de seu principal programa educacional, o Descubra a Orquestra, a Osesp realizou 515 eventos educacionais, entre concertos didáticos, gincanas, visitas monitoradas e palestras para mais de 36.301 alunos de escolas de todo o Estado, além do treinamento de mais de 443 professores (todos os números referem-se ao período até 30 de setembro de 2016).

Orquestra do Theatro São Pedro – A Orthesp é formada por jovens e talentosos músicos que têm recebido elogios de crítica e público pelo desempenho nos concertos e apresentações. Além de executar seu repertório nas óperas e tardes de canções, a orquestra é responsável pela série de concertos do teatro, que proporciona ao público uma programação rotineira com repertório selecionado e de alta qualidade.

Academia de Ópera do Theatro São Pedro - O teatro deu continuidade ao seu processo de formação gratuita iniciação profissional de cantores líricos, aliando o aprendizado com professores renomados à prática no palco, já que os alunos participam dos ensaios e das apresentações promovidas pelo São Pedro. O grupo formado por alunos atuais e egressos da Academia formou um elenco estável que participou ativamente das atividades do teatro durante o ano, proporcionando ao público uma intensa produção de canto lírico.

Theatro São Pedro - Com capacidade de 636 lugares e foco na música lírica, o São Pedro é sede da Orquestra do Theatro São Pedro que, em 2016, sob a batuta do regente Luiz Fernando Malheiro, teve uma temporada aclamada tanto pelo público quanto pela crítica especializada. Na temporada de óperas foram apresentados cinco títulos, totalizando 30 récitas para um público de 15.249 pessoas. Nos concertos líricos, sinfônicos e de câmara, compareceram 12.598 pessoas, até 30 de novembro. Como um grande diferencial o Theatro faz produção própria dos cenários, elaborados pela própria equipe no espaço destinado a isto no Teatro Caetano de Campos.

Jazz Sinfônica - Sob a batuta dos maestros João Maurício Galindo e Fábio Prado, a orquestra manteve sua trajetória de sucesso com reconhecimento de crítica e público, em parceria com a OSESP, a Big Band foi convidada a tocar no PROMS na Inglaterra e relançou suas assinaturas, com seis concertos de gala na Sala São Paulo. Foram realizados 27 concertos na capital e 16 em cidades do interior e litoral do Estado, para um público aproximado de 30.767 pessoas.

Banda Sinfônica do Estado – Dedica-se à difusão da música de concerto e ao incentivo de novas composições e arranjos para esta formação instrumental. Em 2016, o grupo realizou série de concertos no MASP, Domingo Sinfônico, além de reconquistar espaços na capital, como no teatro do SESI. Foram realizadas 25 apresentações na capital e 16 no interior e litoral, para um público de 25.738 pessoas.

Programa 1203 - Formação Cultural

Concentram-se nesse programa todas as ações que têm como objetivo oferecer oportunidade de formação nas diversas linguagens artísticas, de forma profissionalizante ou não.

Ação 4779 - Projeto Guri

Promove a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes oferecendo educação musical gratuita. O Projeto Guri possui 407 polos distribuídos em 311 municípios do Estado de São Paulo, sendo 304 localizados no Interior e Litoral, 46 na Capital e Grande São Paulo, e 57 localizados dentro das unidades da Fundação CASA. Até o 3º trimestre de 2016, o Projeto Guri atendeu 50.647 alunos, sendo 32.182 alunos no Interior e Litoral, 16.917 na Capital e Grande São Paulo e 1.548 na Fundação CASA. Esclarecemos que o número de alunos atendidos é muito aquém do apresentado na LOA, que equivocadamente soma as metas quadrimestrais. Neste caso, deve ser aplicada a média anual (50.722) como base de análise. Além disso, a meta estabelecida não reflete o indicador proposto, visto que aquela contabiliza aluno e público. Tais alterações já foram solicitadas ao SEPLAN. Assim o número de alunos está dentro da normalidade.

Além do ensino coletivo de música, o Guri desenvolve parcerias e ações de intercâmbio que impulsionam o desenvolvimento pedagógico do Programa. Destaca-se o MOVE (*Musicians and Organizers Volunteer Exchange),* o projeto de intercâmbio dos jovens músicos com a Noruega, o Malawi e Moçambique. Os 12 Grupos de Referência do Interior e Litoral e os grupos musicais dos polos realizaram um total de 164 apresentações, com 263.026 atendimentos, enquanto na Capital e Grande São Paulo foi realizadas 156 Ações Socioeducativas com 3.754 participantes e 92 trabalhos com as Famílias das Crianças e Adolescentes com 2.299 participantes. No ano de 2016 foi lançada uma Campanha em comemoração aos 21 anos do Projeto Guri, contando com vários eventos. No 3º trimestre foi lançado o Clipe da música *Amor e Ixejá* composta por Zeca Baleiro que contou com a ajuda de alguns alunos que atuaram e dirigiram. O clipe está disponível nas redes sociais e conta com grande número de visualizações.

Ação 5469 - Oficinas Culturais

Em 2016, o programa Oficinas Culturais contou com cinco unidades na capital e dez no interior e litoral, nas quais localizadas as sedes das macrorregiões atendidas pelo Projeto. O objetivo do ano foi dar sequência ao sistema de programas estabelecido para ser cumprido no período de 2014 a 2018, com os Eixos específicos de Formação, Articulação, Ações Virtuais e Qualificação em Artes (Teatro e Dança), além do Festival de Literatura de Iguape. No ano de 2016 foram atendidos 119.132 alunos. Considerando que a meta inicialmente estabelecida para o exercício era de 137.217 alunos, verifica-se que o resultado atingido foi de 87% do previsto. O orçamento para o ano de 2016 foi inferior ao previsto no início do PPA, e, além disso, houve contingenciamento posterior de 10% do orçamento relativo ao exercício passado. Tal fato implicou na execução de atividades abaixo do que se esperava, o que explica o não alcance da meta estabelecida

Destacaram-se ações como: o 1º Festival Limeirense de Quadrinhos realizado em conjunto com o grupo de Colecionadores de HQs que, por ser um piloto e produzido com recursos mínimos, superou as expectativas e contou com um público de aproximadamente 1.000 pessoas, em 2 dias de evento; o Festival de Literatura de Iguape, que cresceu em 2016 e virou Festival Paulista de Literatura; a exposição de Lenora de Barros ocorrida na Oficina Cultural Oswald de Andrade; um bate papo com o escritor Ignácio de Loyola Brandão, na Oficina Cultural Grande Otelo, dentre várias outras ações.

É importante, também, registrar que o Programa Oficinas Culturais está passando por uma mudança administrativa que visa otimizar o orçamento da Secretaria da Cultura considerando o cenário econômico nacional, que indica continuidade da crise no próximo ano. Todavia, o Projeto continuará proporcionando oportunidades de formação gratuitas em todo o Estado de São Paulo. Com este objetivo, a Secretaria da Cultura tem a intenção de celebrar parcerias com as prefeituras, por meio de convênios com transferência de recursos, para que o programa continue com maior participação municipal. É intenção da Pasta que o programa passe a oferecer também cursos de formação profissional para o setor cultural e inclusive aumente sua capilaridade no Estado.

Ação 5691 - Escola de Música do Estado de São Paulo – Emesp Tom Jobim

Instituição de ensino destinada à formação e difusão musical. O foco de seu projeto pedagógico é oferecer formações integrais a crianças, jovens e adultos empenhados e comprometidos com o seu

desenvolvimento artístico e humano. A Escola também proporciona aperfeiçoamento a músicos que já completaram sua formação e que queiram aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas. Na área de *performance*, os projetos da Escola tem a responsabilidade de formação pedagógica integrada às atividades artísticas oferecidas. Em 2016, a EMESP atendeu a 1.323 alunos, índice este que consideramos aceitável, em face da faixa de variação utilizada para indicadores desta natureza (+20%). Foram realizadas *masterclasses* e *workshops*, com 1.528 atendimentos, além de concertos, shows e audições para um público de 9.276 pessoas. Professores de outros países, convidados, realizaram atividades para 220 alunos. A Escola é também residência de grupos musicais formados por alunos da instituição: Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e o Coral Jovem do Estado. O público que assistiu as apresentações destas formações foi de 27.814 pessoas. Importante ressaltar que a Orquestra Sinfônica Jovem do Estado foi escolhida para acompanhar a turnê nacional do famoso tenor Andrea Bocelli em outubro, nas cidades de São Paulo, Aparecida do Norte e Curitiba.

Ação 5692 - Conservatórios Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos de Tatuí

É a maior escola gratuita de ensino musical da América Latina, responsável pela formação de instrumentistas, lutiês e atores. O Conservatório atendeu em 2016 o número de 2.250 alunos, índice pouco abaixo da meta (2%) em razão da supressão de recursos previstos para o ano de 2016. Além disso, houve desistências e trancamento de matrículas ao longo do ano. A grade curricular é complementada por atividades extracurriculares por meio de *workshops*, *masterclasses*, palestras, festivais, encontros, concertos e espetáculos. Os eventos realizados pelo Conservatório atenderam até o terceiro trimestre de 2016 um público de mais de 34.000 pessoas. São exemplos de ações a Série Concursos, a Semana de Música de Câmara e Prática de Conjunto e as Mostras Internas, ambas focadas no desenvolvimento dos alunos junto a conjuntos das mais variadas naturezas, com predominância de orquestras, cameratas, bandas, *ensembles*, coros e outras formações vocais e instrumentais, inclusive abrangendo o Teatro, através da Cia de Teatro do Conservatório de Tatuí, corpo estável que reúne profissionais e alunos avançados do Curso de Teatro Adulto ora ministrado na Instituição.

Ação 5714 - Fábricas de Cultura

O Programa Fábricas de Cultura desenvolve atividades artístico-culturais prioritariamente para jovens, com idade entre 7 e 19 anos, com o objetivo de promover a participação de crianças e jovens em atividades artísticas e culturais que contribuam para seu desenvolvimento integral e inserção social. Atualmente o programa é executado em 10 (dez) Centros Fábricas de Cultura localizados nos seguintes bairros da capital paulista: Brasilândia, Jardim São Luís, Vila Nova Cachoeirinha, Parque Belém, Capão Redondo, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Jaçanã, Sapopemba e Cidade Tiradentes. A cada ano, os índices mostram crescimento do público atendido, revelando que a população do entorno destes Centros tem se apropriado cada vez mais do espaço. No ano de 2016, foram atendidas 1.403.721 pessoas. Vale ressaltar que a meta de público atendido é estabelecida em número mínimo a ser alcançado, pois está sujeita a inúmeras variáveis. A superação da meta é desejada, desde que preservada a qualidade das atividades e que o orçamento previsto seja respeitado. No caso em tela, não houve superação das despesas previstas no Contrato de Gestão.

Ação 5976 - São Paulo Escola de Teatro

Atendeu, durante 2016, uma média de 402 aprendizes nos cursos regulares, com duração de dois anos, dedicados à capacitação profissional nas diversas áreas do fazer teatral. A meta inicialmente prevista no PPA era de 388 alunos. Significa dizer que a meta foi atingida de modo absolutamente satisfatório. A Escola desenvolve também atividades de extensão cultural, oferecendo 396 vagas em 11 cursos. Até o terceiro trimestre, já haviam sido realizados 21 cursos, com 750 matriculados, o que superou bastante as expectativas almejadas. Tamanha superação se justifica em razão, não só dos acordos de intercâmbio já existentes com entidades da Suécia e a Finlândia, mas também ao que celebrou-se em 2016 entre a SP Escola de Teatro e a Folkwang Universität der Künste, de Berlim, que ainda propiciou a quatro aprendizes a participação em uma montagem de *Lisistrata* em Pafos, no Chipre, oportunidade em que puderam atuar com pessoas de diversas nacionalidades. Foram realizadas, também, diversas mesas de discussão com artistas de notória experiência e renome, e, também, a criação de um espaço próprio denominado *Território sobre as diversas questões referentes ao universo feminino*. O Projeto Kairós, um dos pilares da SP Escola de Teatro, ofereceu 130 bolsas para, das quais 118 foram preenchidas. Repetindo o sucesso de anos anteriores, a Escola deu atenção especial à demanda por cursos de circo, já comprovada pelo alto número de inscrições e

pelos frequentes pedidos do público por meio das redes sociais e e-mails recebidos. Apenas no trimestre, foram realizadas dez oficinas de arte circense, que geraram 684 inscrições para 250 vagas. Por fim, temos a realização semanal dos bate-papos *online,* no portal criado pela área de comunicações da SP Escola de Teatro em parceria com o departamento de Extensão Cultural, que apresenta, a cada semana, um novo profissional das artes do palco e áreas afins.

Programa 1213 - Gestão da Política Estadual de Cultura

Ação 2026 Implantação e Qualificação de Museus

Projetos Encerrados em 2016:

- Projeto de restauro e reforma do Museu do Café, em Santos.

Obras em Andamento em 2016:

- Recuperação dos Caixilhos e Vidros da Fachada do Museu Afro, em São Paulo.
- Reforma do Museu da História do Estado de São Paulo – São Paulo.

Obras Concluídas em 2016:

- Palácio Campos Elíseos – São Paulo.

Ação 2499 - Infraestrutura de equipamentos culturais

O Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras da Secretaria da Cultura deu início ou continuidade, em 2016, a importantes serviços de projeto e implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da política pública cultural.

Projetos Encerrados em 2016:

- Projeto de reforma do Núcleo Maestro Eleazar de Carvalho (Projeto Guri), em São Paulo.
- Projeto de restauro do Teatro Oficina, em São Paulo.
- Projeto de reforma da Oficina da Palavra Casa Mário de Andrade, em São Paulo.

Projetos em andamento em 2016:

- Projeto de reforma e restauro da Unidade de Ensino Musical - Conservatório, em Franca.
- Projeto de reforma da Casa das Rosas, em São Paulo.

Obras em Andamento em 2016:

- Fábrica de Cultura – Diadema.
- Reforma da Oficina Cultural Amácio Mazzaropi – São Paulo.

Obras paralisadas em 2016:

A Reforma da Oficina Cultural Grande Otelo em Sorocaba encontra-se em processo de formalização da rescisão contratual.

Algumas das Principais Obras Finalizadas em 2016 foram:

- Reforma e Restauro da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Santos.
- Construção da Escada de Emergência do Teatro Sérgio Cardoso – São Paulo.
- Reforma do Sistema Elétrico do Teatro Sérgio Cardoso.
- Reforma da Oficina Cultural Glauco Pinto de Moraes – Bauru.

A Reforma e Restauro da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Santos, assim como as obras de Reforma do Sistema Elétrico do Teatro Sérgio Cardoso e Reforma da Oficina Cultural Glauco Pinto de

Moraes possuíam previsão para conclusão em 2015, porém devidos a ajustes e adequações técnicas aos projetos originais e face às interferências encontradas na obra, bem como ajustes de complementação de serviços não previstos originalmente, que demandaram maior quantidade de serviços e consequentemente maior prazo de execução, as obras foram finalizadas no primeiro semestre de 2016.

Ação 5727 - Administração da Secretaria

O Departamento de Administração da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo formalizou e gerenciou contratos de serviços contínuos da administração, bem como, os processos de custeio desta Pasta. Relatamos como especial atividade deste Departament, a execução de licitações e efetivação de contratações por meio de licitações regidas pelos parâmetros da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como, pela Lei Federal nº. 10.520/02. Com o intuito de gerir as atividades administrativas e de custeio da Secretaria da Cultura, no referido exercício, fora executado também, Termos de Aditamento de contrato, necessários para a continuidade da prestação de serviços cujos objetos eram vitais para o andamento das atividades desta Pasta. Reequilibramos as contas e readequamos os contratos ao mínimo da necessidade para o perfeito andamento desta Secretaria.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO **–** Os projetos desenvolvidos ao longo de 2016 foram:

- Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMAC com previsão de implementação a partir de janeiro/2017.
- Ampliação de funcionalidades do controle do fluxo gerencial dos projetos no sistema ProAC ICMS e ProAC Editais.
- Implantação do novo sistema de controle de Acervos dos Museus da Secretaria.
- Adequações funcionais e adaptações aos sistemas de Bibliotecas e Programas em Rede Criação da camada de integração entre sistema e criação da API e APP para a consulta de projetos do ProAc ICMS através de smartphones.

Principais atividades voltadas ao suporte e modernização da infraestrutura:

- Consolidação e atualização das políticas de segurança da rede.
- Atualização de software de end-points.
- Reestruturação da árvore de controle dos servidores de rede e do sistema de controle de usuários.

Programa 1214 - Museus

Ação 5732 - Gestão de Museus

Sob coordenação da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), o programa Gestão de Museus da Secretaria de Estado da Cultura abrange o gerenciamento de 18 equipamentos museológicos no interior e na capital do Estado (14 na Capital; um no litoral e três no interior). Desde 2014, o Programa passou a integrar todo o conjunto de museus, sem subdivisões ou categorias, todos eles seguindo diretrizes comuns de conservação de acervos, manutenção, segurança, dentre outros. Assim, esta sessão será iniciada com os resultados das diretrizes comuns, seguindo-se depois a especificação das demais ações.

Em 2016, os museus registraram público visitante presencial de 2,7 milhões. As ações dos museus da SEC no interior do estado, como a itinerância de exposições, cursos e palestras somam um público de 79.550. As ações extramuros em escolas e outros espaços como *shopping centers* atingiram mais de 257 mil pessoas e a itinerância de exposições para outros estados (a exemplo da exposição *Castelo Rá-tim-bum*, no Rio de Janeiro) chegaram a 130 mil de pessoas. Ou seja, os museus da SEC beneficiaram com suas ações um público geral de mais de 3,3 milhões visitantes. Tivemos uma queda no público visitante de 14%, parte desta redução está relacionada ao aumento de público das grandes exposições ocorridas em 2014 e 2015 no MIS e na Pinacoteca, ao fechamento do Museu da Língua Portuguesa em dezembro de 2015 para restauro e à queda significativa de 25% do público escolar, devido ao cancelamento do Programa Cultura é Currículo – Lugares de Aprender, da Secretaria da Educação.

O cenário de redução orçamentária deste ano – em torno de 11% aplicado à gestão de museus – impactou a área museológica com a redução da programação cultural e de equipes de profissionais que atuavam nas instituições. O impacto desta redução orçamentária só não foi mais intenso devido ao fechamento do Museu da Língua Portuguesa para restauro (que dispensou boa parte de seu quadro de funcionários), bem como a devolução do edifício que sediava o Paço das Artes para a Secretaria da Saúde que gerou um redimensionamento das ações daquela unidade as quais foram reduzidas e temporariamente realizadas no MIS e na Oficina Oswald de Andrade a partir de maio.

Nesse cenário de redução, a UPPM continuou a desenvolver estratégias para intensificar as ações de comunicação em rede, objetivando aumentar a visibilidade dos museus, tais como a divulgação da programação de *Férias nos Museus* (em janeiro e julho); a *Semana Nacional de Museus* (16 a 22 de maio); a participação na campanha internacional no Twitter, intitulada *Museum Week* que foi realizada de 28 de março a 3 de abril com grande destaque para os museus da SEC, que obtiveram a liderança latino-americana na ação. Nos dias 16 e 17 de julho, com o apoio da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado, 18 instituições vinculadas à UPPM, além do Museu da Diversidade Sexual, distribuíram 20 mil Passaportes de Museus, que dão direito a uma visita gratuita a cada instituição da SEC.

Outro exemplo do esforço de articulação em rede e ativação de novos públicos para os museus foi a realização da 3ª Mostra de Museus – ação que promove atividades gratuitas de 19 museus da SEC em parques públicos – no Parque da Água Branca, atraindo um público de mais de 3.600 pessoas que tiveram acesso a mais de 50 atividades gratuitas. Entre os dias 5 e 11 de dezembro foi realizada a 2ª edição da campanha Sonhar o Mundo 2016, sob o slogan *Enfrentando nossos preconceitos*. A campanha, criada pela UPPM, busca articular os museus da SEC com uma programação cultural e educativa voltada a temas relacionados aos Direitos Humanos, além de contemplar o engajamento dos museus e do público via redes sociais com o tema do preconceito.

Em dezembro, houve o lançamento da publicação eletrônica *Conhecendo o público escolar nos museus da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo*, fruto de um trabalho de pesquisa com o público escolar dos museus da Pasta desenvolvido pelo Comitê Educativo que reúne educadores das 18 instituições museológicas e equipe técnica da UPPM.

A Pinacoteca foi considerada o melhor museu do Brasil e o melhor da América do Sul, segundo o ranking mundial do Travellers' Choice Museus 2016, prêmio do TripAdvisor. No ranking mundial a Pinacoteca ocupa a 19ª posição. Além da Pinacoteca, outros dois museus do Governo do Estado de São Paulo entraram novamente na lista dos melhores do site. O Museu do Futebol ficou com a 6ª colocação nacional e a 10º na América do Sul; enquanto o Catavento conquistou o 7º lugar no Brasil e o 12º no continente. O prêmio reconhece os melhores estabelecimentos de acordo com a opinião dos mais de 340 milhões de usuários da plataforma.

Buscando aperfeiçoar a gestão de informações sobre as coleções museológicas geridas pela UPPM e a difusão integrada dos acervos museológicos junto à sociedade, foi concluída a primeira fase de implantação do novo software de gestão de acervos, o *in.patrimonium.net*. A implantação desta fase se deu para três museus da Pasta, sendo eles a Pinacoteca, o Museu da Casa Brasileira e o Museu da Imigração. Mais do que um software de catalogação, com esse novo sistema a proposta é qualificar as informações sobre as coleções e disponibilizar o acesso ao acervo via web. Destaca-se ainda em 2016, a doação para o Estado dos objetos que faziam parte do comodato celebrado entre a Fundação Museu da Tecnologia de São Paulo e o Catavento Cultural e Educacional.

O ano ainda foi marcado por uma intensa concentração de esforços na reconstrução do Museu da Língua Portuguesa, destruído por um incêndio em 21 de dezembro de 2015. Logo em janeiro, foi assinado convênio com a Fundação Roberto Marinho, que passou a atuar como instituição coordenadora da elaboração dos projetos, execução da obra e revisão e instalação do projeto museológico, além da captação de recursos junto à iniciativa privada. Ao longo de oito meses, foram realizadas as obras emergenciais visando à remoção dos escombros, estabilização da estrutura e instalação de sistema de drenagem e cobertura provisória. Em maio de 2016, o Seminário Museu da Língua Portuguesa - Desafios e Conquistas foi realizado com o objetivo de fazer uma balanço da atuação dos 10 anos do Museu e as perspectivas para a reconstrução. Em outubro, a organização social de cultura ID Brasil, gestora do Museu, recebeu R$ 35 milhões a título de indenização do seguro contra incêndio, valor que será integralmente revertido na obra de reconstrução. Em dezembro, foi anunciada em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes a Aliança Solidária que reuniu R$ 36 milhões em recursos da iniciativa privada para a reconstrução do museu, via Lei Federal de

Incentivo à Cultura. Os patrocinadores são a empresa portuguesa EDP, com R$ 20 milhões; o Grupo Globo, com R$ 10 milhões; e o Itaú, com R$ 6 milhões. Com aprovação de todos os órgãos de preservação do patrimônio, as obras de restauro foram iniciadas ainda em dezembro, menos de um ano após o incêndio.

Todo o trabalho de mobilização realizado com os prefeitos e secretários de cultura dos municípios teve um reflexo significativo no ano de 2016 nos processos de municipalização de museus. Como resultado dessa articulação, finalizou-se o processo de doação do acervo de três Museus Históricos e Pedagógicos (MHPs) localizados nos municípios de Avaré, Itápolis e Penápolis, e realizaram-se três audiências públicas, contemplando os municípios de Araçatuba, Botucatu e Mococa.

I – Resultados alcançados nos museus

PÚBLICO DOS MUSEUS – 2016		
	Público Visitante	**Público Geral**
Catavento	579.714	651.182
Museu da Imagem e do Som	446.712	450.934
Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca	325.343	327.413
Museu do Futebol	262.648	320.591
Casa das Rosas	190.600	191.615
Museu Afro Brasil	159.655	159.716
PÚBLICO DOS MUSEUS – 2016		
	Público Visitante	**Público Geral**
Museu Felícia Leirner	157.594	158.449
Museu da Casa Brasileira	140.285	140.285
Museu da Imigração	128.292	152.357
Museu do Café	95.049	334.605
Memorial da Resistência	71.321	71.789
Museu de Arte Sacra	57.197	57.877
Museu Casa de Portinari	44.015	94.885
Paço das Artes	42.108	114.415
M.H.P. Índia Vanuíre	24.851	25.826
Casa Guilherme de Almeida	11.480	12.134
Museu da Língua Portuguesa	105	32.835
3ª Mostra de Museus da SEC	0	3.651
Total	**2.736.969**	**3.300.559**

A seguir estão os principais destaques das ações técnicas e de programação realizadas em 2016. Entre as atividades educativas, ressalta-se que todos os museus realizam as seguintes ações:

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais).
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo.

Ações adicionais ou específicas serão enumeradas no tópico referente a cada museu.

Museu da Imagem e do Som – MIS

Organização Social: Associação Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Exposições temporárias
- O Mundo de Tim Burton.
- Maio na Fotografia.
- Exposição com acervo do MIS sobre o Vale do Ribeira.
- Diversas exposições do Projeto Nova Fotografia.
- X-Men.
- Frida Kahlo – Suas Fotos, em parceria com o Espaço Cultural Porto Seguro.
- David Zingg no Notícias Populares.
- O Tempo de Amyr Klink.
- Silvio Santos Vem Aí.

Principais eventos
- Eventos periódicos como o Cineciência; Estéreo MIS; Notas Contemporâneas; "Maratona Infantil"; Cinematographo; Dança no MIS; Cine MIS; e CineClube Phenomena.
- Festival de Clipes e Bandas.
- Feira Plana.
- Mostra de cinema de Tim Burton.
- Iniciativa Crossover #3.
- Encontro de Acessibilidade Audiovisual.
- Festival Sul Americano de Cultura Árabe.
- Conexão Cultural São Paulo.
- Conexão Cultural – Mulheres que Transformam.
- Music Video Festival.
- Big Geek Day.
- 27º Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo.
- Jardim Secreto Fair.
- Maratona Star Trek.

Catavento

Organização Social: Catavento Cultural e Educacional

Acervo
- Realização de pesquisa sobre os objetos do acervo do IPEM.
- Rotinas de manutenção e conservação do acervo e das exposições.
- Participação de workshops, oficinas, cursos, seminários, palestras etc. na área de conservação, documentação e pesquisa.

Exposições temporárias
- Um vôo pela Embraer.
- Ciência para uma vida melhor.
- BAYER 120 anos no Brasil.

Novas instalações na exposição de longa duração
- Nova sala do DNA – Em parceria com a Bayer a antiga sala do DNA foi desmontada para dar espaço a um novo projeto cenográfico.

Principais eventos
- Realização de programação temática (Aniversário da Cidade, Semana de Museus, Virada Cultural, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia).
- Exibição do filme em 3D *Caminhando com Dinossauros.*
- Espetáculo *Química em Show*.
- Oficina de construção de miniterrário.
- Atividade Especial Mata Atlântica, em parceria com a SOS Mata Atlântica.
- Espetáculo *Energia com o Buzum.*
- Oficina *Light Painting – desenhando com a luz.*

Atividades educativas
- Atendimento a estudantes de escolas públicas e escolas particulares.

- Atendimento de públicos-alvo (3ª idade, vulnerabilidade social e deficientes).
- Visita histórica pelo Palácio das Indústrias.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)
- Exposição itinerante do Catavento Paisagens Cósmicas.
- Realização de ações de capacitação nas instalações do Museu.
- Realização ações de articulação e apoio às Redes Temáticas e Polos Regionais (encontros com Museus de Ciências).

Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca

Organização Social: APAC - Associação Pinacoteca Arte e Cultura

Acervo
- Parcerias de intercâmbio com outras bibliotecas de arte de museus, universidades e instituições afins no Brasil e no exterior e com instituições acadêmicas ou museológicas para pesquisas sobre o acervo e a temática do museu.
- Apresentação de projetos de pesquisa a editais de apoio e fomento para busca de apoio financeiro, técnico-acadêmico e material (FAPESP, CNPQ, FINEP e afins).
- Pesquisas sobre a história da Pinacoteca e dos acervos.
- Elaboração da Política de Preservação Digital do Acervo Arquivístico e Bibliográfico da Pinacoteca do Estado.
- Digitalização de plantas arquitetônicas.
- Participação no projeto piloto de implantação do sistema de documentação da SEC *In.patrimonium.net.*

Exposições temporárias
- Paisagem nas Américas. Pinturas da Terra do Fogo ao Ártico - Pinacoteca Luz.
- TIAMM SCHUOOMM CASH! - Projeto Octógono - Pinacoteca Luz.
- Fora ordem. Obras da Coleção Helga de Alvear - Pinacoteca Luz.
- Arte no Brasil: Uma história na Pinacoteca de São Paulo. Vanguarda brasileira dos anos 1960 – Coleção Roger Wright - Pinacoteca Luz.
- Arte no Brasil: Uma história na Pinacoteca de São Paulo. Galeria José e Paulina Nemirovsky – Arte moderna - Pinacoteca Luz.
- Situações: a instalação no acervo da Pinacoteca de São Paulo - Estação Pinacoteca.
- No Lugar Mesmo – Pinacoteca Luz.

Principais eventos
- Realização do Curso de História da Arte Coleções em Diálogo: Museu Paulista e Pinacoteca de São Paulo.
- Programação especial no dia do aniversário da cidade de São Paulo em comemoração aos 110 anos da Pinacoteca.
- Semana de Museus e Virada Cultural.
- Programa Música na Pina.

Atividades educativas
- Lançamento de materiais de apoio às práticas pedagógicas.
- Programa Consciência Funcional.
- Projeto Pinafamília.
- Programa MEU MUSEU, voltado para o público idoso.
- Realização de atendimentos no programa PEPE (programa voltado para públicos especiais).
- Contação de histórias em Libras.
- Encontros de formação para professores, educadores e guias de turismo.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)
- Realização de palestras e oficinas sobre acondicionamento de acervo; rotinas da área de segurança, infraestrutura e expografia, realizadas pelos núcleos técnicos da Pinacoteca para técnicos de museus do interior do Estado de São Paulo.
- Participação no 8º Encontro Paulista de Museus com apresentação de projetos desenvolvidos no museu.

Museu do Futebol

Organização Social: IDBRASIL Cultura, Educação e Esporte

Acervo

- Finalização da Política de Acervo do Museu do Futebol.
- Criação de formulário para pesquisa de perfil e satisfação de público do CRFB.
- Estabelecimento de parcerias com clubes de futebol e instituições de memória do esporte para intercâmbio de acervos.
- Publicação de artigos sobre o trabalho do CRFB e sobre o acervo no site do Museu do Futebol.

Exposições temporárias

- O Futebol nas Olimpíadas.

Principais eventos

- Realização de eventos temáticos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra e datas específicas ao tema futebol.
- Realização de eventos periódicos: 21º Encontro de Colecionadores.
- Participação da 2ª Jornada do Patrimônio.
- Continuação do Projeto Meu Amigo Idoso.
- Participação do Museu do Futebol no projeto Eficiência e Inovação no relacionamento dos museus com seus públicos, financiado pela PIPE/FAPESP.
- 8º Aniversário do Museu do Futebol.
- Aniversário do Estádio do Pacaembu.
- Férias no Museu.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações com a Rede Memória e Esporte.

Museu da Língua Portuguesa

Organização Social: IDBRASIL Cultura, Educação e Esporte

Acervo

- Diagnóstico da integridade do acervo digital do Museu da Língua Portuguesa.
- Diagnóstico da integridade da memória institucional (física) do Museu da Língua Portuguesa.
- Levantamento e elaboração de material das exposições temporárias para inserção no site Estação Educativo.
- Formulação da estrutura de trabalho e metodologia para a elaboração futura do plano museológico do Museu da Língua Portuguesa (em conjunto com Secretaria do Estado da Cultura e Fundação Roberto Marinho).

Eventos

- Seminário Museu da Língua Portuguesa – Desafios e Conquistas, tendo como objetivo a análise dos 10 anos do Museu e seus desdobramentos para a reconstrução.
- Realização da palestra *A museografia de uma Língua e sua escrita expositiva*, ministrada pelo Diretor Antonio Carlos Sartini, no auditório da Livraria da Vila em Campinas.
- No período de 26 de agosto à 04 de setembro, o museu levou parte da exposição *Menas o certo do errado e o errado do certo* para a 24ª Bienal do Livro em São Paulo.

Atividades Educativas

- Realização de ações em hospitais e ONGs que trabalhem com pessoas em situação de vulnerabilidade social, através do projeto DENGO.
- Promoção de encontros temáticos para educadores de museus e outras instituições culturais.
- Entrega de 1.000 unidades do caderno dos textos do Centro Referência de Educação em Museus para o SISEM.
- Realização de atividades do Projeto Dengo e da plataforma Estação Educativo MLP.
- O projeto Dengo atendeu 1.279 pessoas nos Hospitais e CCAs - Centro para Crianças e Adolescentes, e celebrou uma nova parceria com o Hospital São Paulo.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de capacitação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP.

Museu Afro Brasil

Organização Social: Associação Museu Afro Brasil

Acervo

- Coleta e edição de depoimentos de Emanoel Araujo sobre história de aquisição das obras que compõem o acervo do Museu Afro Brasil: 2ª etapa do projeto Origem e procedência de obras do Acervo Museu Afro Brasil.
- Realização de levantamento de obras correlatas às do Museu Afro Brasil em instituições parceiras: Projeto de pesquisa *Patrimônio africano e afro-brasileiro: diálogos entre acervos*.

Exposições temporárias

- Louça Fina.
- Cúmulo.
- Devoção – fotografias de Rodrigo Koraicho.
- Giracorpogira II - fotografias de Jaques Faing.
- Doze artistas mulheres e as múltiplas linguagens criativas.
- Nobuo Mitsunashi – A luz do mundo onde há fronteiras.
- A Luz do Mundo onde há Fronteiras.
- Entre Olhares. Poéticas d'alma brasileira.
- Espaço Livre.
- Portugal Portugueses.
- Rafael Bordalo Pinheiro.
- Africanos Portugueses.
- Brasileiros Portugueses.

Eventos

- Eventos periódicos: Mês da Consciência Negra; Virada Inclusiva; Programação de Férias; Semana Nacional de Museus.

Atividades Educativas

- Contação de histórias Aos pés do Baobá.

Museu da Casa Brasileira

Organização Social: A CASA – Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Acervo

- Desenvolvimento de procedimentos técnicos relacionados à documentação museológica (Projeto de Documentação MCB) e Gestão de Acervo.
- Projetos com acervo submetidos a editais de apoio à conservação, pesquisa e difusão. Realização de pesquisa com o acervo visando à publicação de artigos (revista científica/ site).
- Participação no projeto piloto de implantação do sistema de documentação da SEC *In.patrimonium.net.*

Exposições temporárias

- Hugo França: Escalas em contraste.
- Mostra do 30º Prêmio Design.
- Desenhando a cidade: Antes que acabe.
- Leonardo Finotti: Rio Enquadrado.
- Design Mirim.
- Reformulação da exposição de longa duração.

Principais eventos

- 30º Prêmio Design Museu da Casa Brasileira e respectivo Concurso de Cartaz.

- Eventos periódicos: Programa temático - Aniversário de São Paulo; Virada Cultural e Virada Sustentável; Dia das Crianças e Semana de Museus.
- Apresentações musicais do projeto Música no MCB.
- Organização da 3ª Mostra de Museus da Secretaria da Cultura.

Atividades educativas
- Visitas educativas e atividades complementares para os funcionários do museu através do Projeto 'Seu Museu'.
- Programa Uma tarde no Museu - oficinas para famílias e público em geral.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)
- Estágio técnico na produção do Prêmio Design oferecido a profissionais de museus do interior.

Casa das Rosas

Organização Social: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Exposições temporárias
- Um corpo estranho, sobre o livro A Metamorfose, de Franz Kafka.
- Abertura da sala com exposição permanente *Estrutura Explodida: vidobra de Haroldo de Campos*.
- As ideias concretas – poesia 60 anos adiante.
- Página Viva!
- Quase Roteiro – Centenário de Murilo Rubião.

Principais eventos
- Realização de Workshops, cursos e palestras.
- CLIPE (Curso Livre de Preparação do Escritor) e CLIPE Jovem .
- Realização de eventos temáticos (Aniversário da Cidade; Semana dos Museus; Virada da Poesia, Primavera dos Museus; Mês da Consciência Negra; HORA H; Rave Cultural).
- Projeções de filmes no jardim da Casa das Rosas.
- Programação Mulheres na Literatura, composta de cursos, saraus, espetáculos e projeções de filmes nos quais se discute a questão da mulher contemporânea.
- O curso Gestão e programação de espaços literários: a experiência da Casa das Rosas.
- Fórum sobre direito autoral e captação de recursos/leis de incentivo.
- Realização de saraus, recitais, cursos com o objetivo de divulgar a temática da Casa das Rosas.
- Seminário Educação em Museus: Interpretação e Imaginação.
- Feira de Quadrinhos, Zines, Pequenas Editoras e Autores Independentes.
- Evento Especial Sampoemas, em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo.
- O ciclo "Literatura de Berço.
- IV Fórum de Direitos Autorais, parceria com OAB-SP.
- SOS Literatura.

Atividades Educativas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais).

Paço das Artes

Organização Social: Associação Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Exposições temporárias
- Programando o Invisível.
- ISSOÉOSSODISSO.
- Temporada de Projetos 2016: Fissuras, de Rafael Pagatini, e Fundação, de Tiago Mestre.
- Itinerância da exposição *A queda do céu* no Sesc Rio Preto.

Principais eventos
- Intervenção Monumento Mínimo.
- Mostra Impermanência, de Márcia Vaitsman, na Sala de Vídeo.
- Mostra Antigos Artefatos | Novas Interpretações, de Inês Raphaelian, no Espaço do Quadrado

- Games + Arte.
- Seminário Internacional de Arte Contemporânea.
- 5ª edição do Paço Comunidade.
- Projeto Temporada em debate.

Memorial da Resistência

Organização Social: Associação Pinacoteca Arte E Cultura

Acervo
- Programa de pesquisa Coleta Regular de Testemunhos.
- Programa de pesquisa Lugares da Memória.

Exposições temporárias
- Memorial da Resistência de São Paulo: conquistas e desafios.
- Cartas na Prisão.

Eventos
- Seminários Sábados Resistentes.
- Temporada de teatro, através de parceria, com a peça *E nós que amávamos tanto a revolução*.

Atividades educativas
- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas).
- Encontro Brasil e Chile: experiências de ações educativas em Memória e Direitos Humanos.
- Projeto educativo Tardes de Memória.
- Encontros de capacitação para educadores e guias de turismo.

Museu da Imigração

Organização Social: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração

Acervo
- Realização de mais uma edição do projeto Encontros com Acervo em parceria com as comunidades de imigrantes e descendentes.
- Realização de seminário sobre museus de imigração e/ou documentação de acervos.
- Inauguração do Centro de Preservação, Pesquisa e Referência da Imigração.
- Participação no projeto piloto de implantação do sistema de documentação da SEC *In.patrimonium.net.*

Exposições temporárias
- Migrar: experiências, memórias e identidades.
- Migrações à Mesa – novembro 2016 a Junho 2017.
- Direitos Migrantes: Nenhum a Menos – setembro a dezembro de 2016.
- O caminho das coisas – maio a setembro de 2016.

Principais eventos
- 21ª Festa do Imigrante.
- Ano Novo Chinês.
- VIVA! Argentina: Música no Jardim.
- Evento 90 anos da imigração da Lituânia.
- Consciência Negra – Sarau Migração Africana.
- Portugal Fest/Música no Jardim.

Museu de Arte Sacra

Organização Social de Cultura: Associação Museu de Arte de São Paulo-SAMAS

Acervo
- Higienização do acervo bibliográfico e atualização do registro topográfico do acervo.

- Inserção de dados e imagens do acervo no Banco de Dados da Secretaria da Cultura.
- Realização pesquisa de origem, características e histórico do acervo.

Exposições temporárias
- Mestres Santeiros Paulistas do Século XVII na Coleção Santa Gertrudes.
- Trajetórias de Jesus de Nazaré sob o olhar de Wandecok.
- Fragmentos: coleções de Rafael Schunk Museu de Arte Sacra/SP.
- Portal da misericórdia: o sacro revisitado.
- Presépios: Sagrada Família, Família Sagrada**.**

Principais eventos
- Tardes Musicais ocorre aos sábados no Museu com apresentação de músicos diversos ritmos.
- CINE-MAS exibição de filmes com um olhar artístico, cultural e religioso.
- Café Teológico: debates de temas abordados com a mediação de palestrantes.
- Palestras com temas sobre: História da Arte, Arte Sacra, Museologia, Arquitetura e Arqueologia.
- Feira de artes e artesanato" que visa promover os trabalhos dos artesões da região.

Atividades educativas
- Projeto Desenhança, que ofereceu oficinas temáticas de desenho aos visitantes do Museu.
- Realização de cursos de capacitação para professores da rede pública e particular e aos profissionais de turismo.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)
- Realização de ações de capacitação (palestras, oficinas, cursos) em museus e expositivos espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Exposições itinerantes no interior e da RMSP.

Casa Guilherme de Almeida
Organização Social: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Exposições temporárias
- Cinema em revista.
- Linhas, quadrados, reflexos, do artista suíço (radicado no Brasil) Pascal Ruesch.
- Histórias para a petizada.
- Cinema em revista.

Eventos
- Realização de eventos temáticos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Bloomsday, Virada Inclusiva.
- Semana Guilherme de Almeida.
- Evento anual Transfusão - Encontro de Tradutores da CGA.
- Saraus; recitais; música no museu; lançamentos de livros; palestras; Encontros Cinematographos; Encontros Peripatéticos e concertos.
- Inauguração da Sala Cinematographos.
- Programa Formativo para Tradutores Literários.
- Oficina de dramaturgia.
- Curso Tradução na teoria e na poética concretista.
- Oficina de Pequenos Reparos em Livros e Documentos.
- II Encontro Tradução dos Clássicos no Brasil.
- I Encontro de Museus-Casas Literários.

Museu do Café – Santos
Organização Social: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração

Acervo
- Realização de ações de divulgação do acervo bibliográfico e arquivístico.
- Desenvolvimento de dossiê de pesquisa para publicação sobre a relação entre café- porto-ferrovia e para exposições temporárias.

- Entrega do restauro do cadeiral e do vitral do salão do pregão (com recurso do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre INCI, Ministério Público do Estado de São Paulo e empresa Ecoporto).

Exposições temporárias
- Café, patrimônio cultural do Brasil: ciência, história e arte.
- À Venda: Propagandas de Café em Jornais e Periódicos - Dezembro 2016 a Abril de 2017.
- Desconstruindo uma Epopeia - Julho 2016 a fevereiro 2017.

Principais eventos
- Dia Nacional do Café.
- Virada Cultural Paulista.
- Festival Santos Café.
- Olimpíadas do Café.
- Dia Internacional do Café.

Museu Casa de Portinari
Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo
- Ampliação de pesquisas e disponibilização dos acervos da instituição.
- Desenvolvimento de procedimentos de gestão de acervos.

Exposições temporárias
- O Carnaval na Paleta de Portinari.
- Coletiva de Artes Plásticas (virtual).

Principais eventos
- Domingo com arte.
- 14ª Semana Nacional de Museus.
- Oficinas Andantes.
- Férias no Museu.
- 10ª Primavera dos Museus.
- 41ª Semana de Portinari.
- Piazza Della Nona.
- Participação no X Encontro de Museus-Casa e Palácios.

Museu de Esculturas Felícia Leirner / Auditório Cláudio Santoro
Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Exposições temporárias
- Tesouros da Mantiqueira.

Principais eventos
- Museu com Orquestra.
- 14ª Semana Nacional de Museus.
- Folia no Museu.
- O palco é seu.
- Ensaio aberto.
- Dia da Cidade.
- 10ª Primavera dos Museus.
- Projeto Pôr-do-Sol – Férias no Museu.
- Chorinho no Museu.
- Encontros com Arte.

Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre
Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo

Desenvolvimento do serviço de referências (localização de coleções de outros museus e instituições de pesquisa.

- Ampliação de pesquisas e disponibilização dos acervos da instituição.
- Desenvolvimento de procedimentos de gestão de acervos.

Exposições temporárias

- O Olhar de Hercule Florence Sobre os Índios Brasileiros.
- Fortalecimento da Memória Tradicional Kaingang – de Geração em Geração (virtual).
- Casamento Krenak Hoje na Aldeia Vanuíre (virtual).

Principais eventos

- Museu Folia.
- 14ª Semana Nacional de Museus.
- Férias no Museu.
- 10ª Primavera dos Museus.
- 44ª Semana do Índio.
- V Encontro Paulista de Questões Indígenas e Museus.
- 5ª Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas.

II – Conservação, Manutenção e Segurança das Edificações

Abrange as rotinas contratuais de conservação, manutenção, tendo como objetivos assegurar a manutenção física e a conservação preventiva das edificações, instalações e equipamentos de infraestrutura predial com ações de operação e em sua manutenção preventiva, corretiva e preditiva; garantir a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como dos usuários (visitantes, pesquisadores, participantes de eventos) e funcionários; criar condições para a acessibilidade física às áreas expositivas, de trabalho e de uso comum, ampliar a sustentabilidade ambiental dos museus. As rotinas e obrigações são definidas conforme as especificidades de cada edificação, abrangendo toda a infraestrutura predial e instalações, áreas externas, assim como a execução de programação periódica de combate a pragas.

A aplicação contínua do plano de manutenção e conservação, bem como seu aprimoramento, permite a consolidação de ações preditivas e preventivas, diminuindo custos, evitando acidentes e garantindo a excelência das edificações para ao acolhimento do público, funcionários e acervos. Também foram realizadas operações para legalização das edificações junto aos órgãos públicos, para sustentabilidade ambiental e para acessibilidade para pessoas com deficiência.

Segurança patrimonial - Os museus possuem equipamentos de segurança instalados de acordo com as especificidades de seu edifício/acervo. As Organizações Sociais de Cultura possuem, utilizam e atualizam, sempre que necessário, o Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e o Plano de Salvaguarda e Contingência, além de realizarem treinamentos periódicos com os funcionários.

Segurança contra incêndios - Todos os museus devem obter e renovar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) no prazo concedido pelo Corpo de Bombeiros, atualizando sempre que necessário o projeto respectivo. Entretanto, mesmo os museus que ainda não possuem projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros e AVCB emitido possuem implantados equipamentos de combate a incêndios em quantidades compatíveis com a edificação e uso.

É ação obrigatória a todas as Organizações Sociais de Cultura realizar a manutenção periódica dos equipamentos de segurança e prevenção de incêndios (hidrantes, extintores em suas diversas classes, etc.), garantindo boas condições de uso e prazos de validades vigentes, além de manter atualizado e dentro do prazo de validade o treinamento da brigada de incêndio.

O quadro que segue abaixo demonstra que, ao final de 2016, de 16 unidades museológicas, 14 possuíam AVCB. O Museu Afro Brasil possui o projeto técnico parcialmente implantado e está em atendimento de Comunique-se emitido pelo Corpo de Bombeiros e o Museu da Língua Portuguesa encontra-se atualmente em restauro.

Este ano o Paço das Artes deixou de ter sede na Cidade Universitária, cuja edificação foi solicitada pelo proprietário, o Instituto Butantan, e entregue em 15/04/2016.

MUSEUS	Projeto Técnico Realizado	Projeto Técnico Implantado	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
Casa das Rosas	SIM	SIM	SIM
Casa Guilherme de Almeida	SIM	SIM	SIM
Catavento Cultural e Educacional	SIM	SIM	SIM
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	SIM	SIM
Museu da Imigração	SIM	SIM	SIM
Museu Afro Brasil	SIM	SIM	NÃO
Museu da Casa Brasileira	SIM	SIM	SIM
Museu da Imagem e do Som	SIM	SIM	SIM
Museu da Língua Portuguesa	SIM	SIM	NÃO
Museu de Arte Sacra	SIM	SIM	SIM
Museu do Café – Santos	SIM	SIM	SIM
Museu do Futebol	SIM	SIM	SIM
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	SIM	SIM
Museu Casa de Portinari - Brodowski	SIM	SIM	SIM
Museu Felícia Lerner – Campos do Jordão	SIM	SIM	SIM
Museu Índia Vanuíre – Tupã	SIM	SIM	SIM

Securitização: Todos os museus possuem seguros renovados anualmente, dentro do prazo de validade, com coberturas contratadas contra incêndio, danos patrimoniais e responsabilidade civil, em valores compatíveis com a edificação e uso, conforme especificado no quadro abaixo.

MUSEUS	Seguro Mutirrisco	Seguro de Responsa bilidade Civil	Valor – Cobertura Multirrisco (R$)	Valor Cobertura Seguro Responsabilidade Civil (R$)
Casa das Rosas	SIM	SIM	20.000.000,00	1.000.000,00 *
Casa Guilherme de Almeida	SIM	SIM	5.000.000,00	1.000.000,00 *
Catavento Cultural e Educacional	SIM	SIM	43.000.000,00	1.000.000,00
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	SIM	36.000.000,00	5.000.000,00 **
Museu Afro Brasil	SIM	SIM	8.000.000,00	500.000,00
Museu da Imigração	SIM	SIM	30.000.000,00	1.000.000,00
Museu da Casa Brasileira	SIM	SIM	10.000.000,00	500.000,00
Museu da Imagem e do Som	SIM	SIM	6.300.000,00	625.000,00
Museu da Língua Portuguesa	SIM	SIM	45.000.000,00	500.000,00 ***
Museu de Arte Sacra	SIM	SIM	3.500.000,00	100.000,00
Museu do Café – Santos	SIM	SIM	30.000.000,00	1.000.000,00
Museu do Futebol	SIM	SIM	42.500.000,00	5.000.000,00
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	SIM	58.000.000,00	5.000.000,00 **
MHP Índia Vanuíre – Tupã	SIM	SIM	2.000.000,00	3.000.000,00 *****
Museu Casa de Portinari – Brodowski	SIM	SIM	1.450.000,00****	
Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro– Campos do Jordão	SIM	SIM	15.000.000,00	

***** *A cobertura responsabilidade civil refere-se à verba única para Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida.*

****** *A cobertura responsabilidade civil refere-se à verba única para Pinacoteca do Estado de São Paulo, Estação Pinacoteca/ Memorial da Resistência e edifício localizado na Rua Tiradentes.*

******* *O Museu da Língua Portuguesa teve seus seguros válidos até 16/11/2016. Após essa data, diversas seguradoras foram consultadas, entretanto todas recusaram realizar o seguro devido à parte do edifício ter sido destruído no incêndio de 21/12/2016.*

******** *O Museu Casa de Portinari possui Seguro Multirrisco, entretanto a edificação possui pinturas murais que não estão cobertas.*

********* *A cobertura responsabilidade civil refere-se à verba única para os três equipamentos geridos pela OS ACAM Portinari.*

Coberturas adicionais também estão contratas, tais como danos elétricos e curto-circuito; vendaval, granizo, impacto de veículos; vidros, anúncios luminosos; tumultos, greve, lock-out; roubo, furto qualificado; danos a veículos de terceiros; dentre outros.

Alvará de Funcionamento Local de Reunião - Todos os Museus promovem a regularização cadastral das edificações, com elaboração de todos os projetos e laudos técnicos solicitados pelos órgãos públicos para obtenção e manutenção do Alvará de Funcionamento de Local de Reunião junto à prefeitura dos municípios. Obteve-se ao final de 2016, o que segue:

Edificações que possuem o Alvará de Funcionamento de Local de Reunião

- Catavento Cultural e Educacional
- Museu do Café - Santos
- Museu do Futebol
- Museu Índia Vanuíre - Tupã
- Museu Casa de Portinari - Brodowski
- Museu de Esculturas Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro – Campos do Jordão

Edificações que já protocoloram o pedido de Alvará

- Estação Pinacoteca
- Pinacoteca do Estado de São Paulo
- Museu da Casa Brasileira
- Museu da Imagem e do Som
- Casa das Rosas

Para os museus do Estado, a obtenção do alvará é um enorme desafio, dado que as edificações são, salvo raras exceções, tombadas nas instâncias de preservação municipais, estadual e federal, o que torna difícil conciliar as exigências do Corpo de Bombeiros e demais órgãos legisladores com as determinações dos órgãos de preservação do patrimônio.

Plano de Sustentabilidade Ambiental - As Organizações Sociais de Cultura deram continuidade no ano de 2016 ao Plano de Sustentabilidade Ambiental nos museus da Secretaria, contemplando ações para minimização de consumo de água e energia elétrica com a implantação de equipamentos ecoeficientes (torneiras com temporizadores, lâmpadas econômicas e com sensores de presença, etc), com uso consciente de materiais técnicos e de consumo, além da implantação de coleta seletiva com destino adequado. Vale ressaltar que 12 museus da Secretaria possuem paraciclos, sendo que os demais estudam a viabilidade de implantação.

MUSEUS	Paraciclos	Vagas
Casa das Rosas	SIM	14
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	14*
Museu da Imigração	SIM	8
Museu Afro Brasil	SIM	10
Museu da Casa Brasileira	SIM	42
Museu da Imagem e do Som	SIM	6
Museu do Futebol	SIM	12
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	9
Museu Casa de Portinari- Brodowski	SIM	20
Museu Índia Vanuíre- Tupã	SIM	9
Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro- Campos do Jordão	SIM	12
Museu de Arte Sacra	SIM	4

**Compartilhadas com a Sala São Paulo.*

Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico está empenhada na requalificação de todos os espaços museológicos visando receber com qualidade o público com deficiência e mobilidade reduzida, ressaltando que há uma atenção especial também para idosos, gestantes, mães com bebês no colo

e/ou carrinhos, além de imobilizações temporárias como, por exemplo, as causadas por fraturas. Os nossos museus atendem requisitos de:

- Acessibilidade Física – As edificações são acessíveis, com rampas, elevadores e/ ou plataformas verticais, pisos tatéis e sanitários acessíveis. Além de acessos, estacionamento, disponibilidade de cadeiras de rodas.

- Acessibilidade Visual – São oferecidos acervo e material informativo em braile, áudio e ampliado (para pessoas com baixa visão). Os museus possuem audiodescrição, publicação de catálogos em braile e áudio, mediação para visitantes cegos, ambientações, percurso, maquetes, mapas e imagens e réplicas táteis e em alto contraste. Contam, ainda, com audioguia (Museu do Futebol e Pinacoteca).

- Acessibilidade Auditiva – É oferecido material informativo e intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

- Acessibilidade de Conteúdo – É oferecido conteúdo para pessoas com deficiência intelectual e/ ou motora.

Também é oferecido o agendamento de visitas inclusivas e também de visitas autônomas (quando há recursos que possibilitem que a pessoa com deficiência visite o museu a qualquer momento).

SISEM – Sistema Estadual de Museus - O SISEM-SP articula a rede de museus paulistas, formada por mais de 400 instituições, entre públicas e privadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento e o fortalecimento institucional com vistas à preservação do patrimônio museológico. O SISEM-SP atua por meio da parceria com as Organizações Sociais de Cultura nas seguintes linhas de ação: articulação, apoio técnico, comunicação, formação e fomento. Entre as principais iniciativas de 2016, fez circular 12 exposições itinerantes em 39 municípios. No eixo de formação foram realizadas 31 ações, entre cursos, oficinas e palestras, além de dois estágios técnicos e nove assistências técnicas. Cabe destaque à Ação de Assessoramento Técnico e Capacitação (ASTECA), beneficiando duas instituições diretamente e 44 profissionais de 17 municípios. Neste ano, foram organizados dois encontros de redes temáticas: o Encontro de Museus de Ciência, articulado pelo Catavento Cultural, e o Encontro de Museus Históricos, articulado pelo Museu da Imigração.

Em 2016, o SISEM-SP completou 30 anos de criação oficial, configurando-se como o primeiro sistema de museus criado no País. Deste modo, a realização do 8º Encontro Paulista de Museus, com recorde de participação (1.536 inscritos), marcou a celebração dos 30 anos e a reflexão sobre os rumos futuros do Sistema, a partir do lançamento do Cadastro Estadual de Museus de São Paulo, resultante de amplas discussões realizadas no âmbito do Conselho de Orientação do SISEM-SP, com o Representantes Regionais do Sisem-SP das regiões administrativas, em audiências públicas e durante o próprio Encontro Paulista de Museus. Na ocasião, também houve o lançamento da publicação técnica virtual: *Introdução aos Vocabulários Controlados: Terminologia para a Arte, Arquitetura e Outras Obras Culturais*, lançada em parceria com a ACAM Portinari, a Pinacoteca de São Paulo, o Museu da Imagem e do Som, o Museu da Imigração, o Instituto de Arte Contemporânea, a Universidade Federal Fluminense e o The Getty Research Institute. Em 2016, o site do SISEM-SP atingiu a maior marca de visitação desde seu lançamento, em 2012, contabilizando mais de 1 milhão de acessos únicos, sendo 229 de municípios paulistas, 420 de outros estados do Brasil e de 584 cidades de 98 países.

No quadro a seguir, estão resumidas as principais atividades do SISEM ao longo de 2016. Cabe ressaltar que essas ações foram realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Sisem que integram os Planos de Trabalho dos Contratos de Gestão dos museus do SEC (ação 5732), uma vez que a rubrica do Sisem-SP não tem sido contemplada com orçamento específico.

AÇÕES	TOTAL
Formação (cursos, oficinas e palestras)	31
Exposições	39
Estágios Técnicos	2
Assistência Técnica	9
Subtotal	**81**
Visitantes no site do Sisem (acessos únicos)	1.041.046

Acervo - No âmbito do Comitê de Política de Acervos, conforme relatado anteriormente, concluiu-se em dezembro de 2016 a primeira fase da implantação do novo software de gestão de acervos, o *in.patrimonium.net*. Iniciada em 2015, foi possível a implantação em três museus da Pasta, sendo eles a Pinacoteca de São Paulo, o Museu da Casa Brasileira e o Museu da Imigração de São Paulo. Em mais de um ano de trabalho intenso com os técnicos destes museus e outros profissionais especializados na área, realizaram-se customizações de terminologias e manuais de catalogação exclusivos para as necessidades do patrimônio museológico do Estado, tendo em vista as diretrizes já definidas por esta unidade para a preservação de acervos. Mais do que um software de catalogação, a proposta é que 2017 os acervos destas instituições estejam disponíveis para acesso via web e implantado em outras instituições da UPPM.

Dados Totais dos acervos museológicos

Dados dos museus participantes do Projeto de Documentação

	Levantamentos Patrimoniais 1982 e 1994	Inventário Acervo Museológico 2010	Inventário Acervo Museológico 2011	Inventário Acervo Museológico 2012	Inventário Acervo Museológico 2013	Inventário Acervo Museológico 2014	Inventário Acervo Museológico 2015	Inventário Acervo Museológico 2016
Casa Guilherme de Almeida	12.685 itens, entre objetos e publicações	1.674 itens	1.833 itens	1.861 itens	8.762 itens	1.861 itens (de um total geral de 8.767 itens)	1.861 itens (de um total geral de 8.757 itens)	1.861 itens (de um total geral de 8.757 itens)
Museu da Imigração	Não possuía levantamento patrimonial, pois a instituição foi inaugurada em 1998	6.232 itens	5.311 itens	12.232 itens	12.232 itens	12.232 itens	12.232 itens (em processamento)	12.232 itens (em processamento)
Museu da Casa Brasileira	939 objetos	404 itens	414 itens	407 itens	407 itens	410 itens	410 itens	467 itens
Museu de Arte Sacra	400	2.046 itens	2.566 itens	13.177 itens	2.441 itens	2.335 itens (de um total de 14.212 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).	2.382 itens (de um total de 14.160 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).	2.872 itens (de um total de 14.816 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).
Pinacoteca do Estado	Não possuía levantamento patrimonial, tendo em vista que seu acervo possui um histórico com diversos processos de aquisição e incorporação de patrimônio.	8.175 itens	9.476 itens	9.725 itens	9.861 itens	9.686 itens	10.138 itens em processamento	10.263 itens em processamento
Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre	21.161 itens, entre objetos e publicações.	19.208 itens	19.616 itens	19.659 itens	19.540 itens	19.785 itens	19.785 itens	20.457 itens
Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato	1.121 objetos cenográficos	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens
Museu Felícia Leirner	65 esculturas	84 itens	84 itens	84 itens	84 itens	85 itens	85 itens	85 itens

	Levantamentos Patrimoniais 1982 e 1994	Inventário Acervo Museológico 2010	Inventário Acervo Museológico 2011	Inventário Acervo Museológico 2012	Inventário Acervo Museológico 2013	Inventário Acervo Museológico 2014	Inventário Acervo Museológico 2015	Inventário Acervo Museológico 2016
Museu do Café	Não possuía levantamento patrimonial, devido a sua estadualização em 2008.	2.098 itens	2.202 itens	2.142 itens	2.187 itens	2.050 itens	2.050 itens	2.194 itens
Casa de Cultura Paulo Setúbal	1002 itens, entre objetos e publicações.	4.144 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves	295 itens, entre objetos e publicações.	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)
Museu Casa de Portinari	444 itens, entre objetos e publicações.	584 itens	584 itens	589 itens	587 itens	587 itens	587 itens	656 itens em processamento
Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes	2.275 itens, entre objetos e publicações.	4.513 itens (em municipalização)	4.513 itens (em municipalização)	4.518 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedag. Amador Bueno da Veiga	4.000 itens, entre objetos e publicações.	22.230 itens (em municipalização)	21.714 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos	4.235 itens, entre objetos e publicações.	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)
Total Geral		**80.188 itens**	**80.556 itens**	**97.799 itens**	**101.351 itens**	**94.281 itens**	**94.780 itens**	**96.337 itens**

Dados de utilização do BDA-SEC pelos museus que não participaram do Projeto de Documentação.

MUSEU	**Total Estimado de Acervo Museológico Existente**	**Itens cadastrados no Banco de Dados de Acervo**					
		2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Museu Afro Brasil*	Em torno de 5.000 itens	533	1.320 (de um total de 3.045)	2.140 (de um total de 3.045)	2.918 (de um total de 3.071)	3.090	3059
Museu da Imagem e do Som**	Em torno de 200.000 itens	1.000	2.207 (de um total de 255.560)	2.207 (de um total de 261.754)	2.208 (de um total de 268.652)	2.208 (de um total de 270.985)	2.208 (de um total de 273.728)
Catavento – Coleção Fundação Museu de Tecnologia***	Sem número estimado	187	187	187	196	197	179
Casa das Rosas	3	41	122	122	121	121	121
Total Geral		**1.761**	**3.836**	**4.656**	**5.443**	**5.616**	**5.567**

**A partir de 2016, foi criado o acervo arquivístico documental do museu. Até essa data, esse acervo era tratado como acervo museológico. Devido a essa transferência temos um número de itens do acervo museológico menor do que o apresentado no ano passado.*

***Desde o 3º tri/2012, a UPPM e a OS acertaram que, devido ao volume da coleção, ao fato de que ela está integralmente registrada no banco de dados do próprio museu e que a sua inserção integral no sistema da SEC*

levaria um enorme tempo e esforço manual da equipe do museu, não seria mais necessário incluir as informações do acervo do MIS no Banco de Dados da Secretaria. Todavia, tão logo o banco da SEC seja capaz de realizar rotinas de migração de dados, ele poderá ter os dados atualizados a partir do banco de dados do Museu da Imagem e do Som, automatizando ao máximo a ação.

**** Após a efetivação da doação dos objetos presentes no comodato com a OS Catavento Cultural e a Fundação Museu de Tecnologia da USP, em comodato com a OS Catavento Cultural.*
***** Todos os itens cadastrados pela Casa das Rosas desde 2011 fazem parte da Coleção Haroldo de Campos.*

Dados sobre novas aquisições e empréstimos durante o ano de 2016.

MUSEU	**DOAÇÕES**	**COMPRAS** (recursos do Contrato de Gestão)	**COMPRAS** (recursos da SEC)	**EMPRÉSTIMOS**
	Em quantidade de itens			
Museu da Imigração	128 de acervo bibliográfico geral	22 de acervo bibliográfico geral	0	42 de acervo museológico
Museu do Café	0	12 ide acervo bibliográfico geral	0	0
Museu da Casa Brasileira	59 de acervo museológico	35 do acervo museológico	0	0
Pinacoteca do Estado	111 de acervo museológico	4 de acervo bibliográfico geral	0	59 emprestados no ano, sendo 57 do acervo museológico e 2 do acervo bibliográfico. Outros: 1 item na Casa Guilherme de Almeida desde 2004; 6 itens no Acervo Artístico e Cultural dos Palácios do Governo desde 2012; 4 itens na Procuradoria da Justiça desde 1962; 5 itens na Secretaria de Estado da Justiça desde 1969.
Casa Guilherme de Almeida	0	0	0	0
Casa Das Rosas	0	0	0	0
Museu de Arte Sacra	40 de acervo bibliográfico geral	0	0	45 do acervo museológico
Museu Felícia Leirner	0	0	0	0
Museu Casa de Portinari	69 de acervo museológico*	0	0	0
Museu Índia Vanuíre	0	0	0	0
Museu Afro Brasil	0	36 itens de acervo museológico; 3 itens de acervo arquivístico; 1 item de acervo bibliográfico geral e 1 item de acervo obras raras.	0	6 de acervo museológico
Museu da Imagem e do Som	28 de acervo museológico	0	0	66.087 emprestados de acervo museológico (1.157 fotografias da coleção Júlio do Amaral em comodato no Centro de Memória do Circo desde junho de 2013 (data de retirada) e 64.930 fotografias da coleção Chico Albuquerque em comodato no Instituto Moreira Salles (Rio de Janeiro) desde 2006).
Museu do Futebol	396 de acervo bibliográfico geral	3 do acervo bibliográfico geral	0	0
Catavento	179 de acervo museológico	0	0	0
Paço das Artes	0	0	0	0
Total geral	**564 de acervo bibliográfico geral;** **446 de acervo museológico.**	**42 de acervo bibliográfico geral; 1 de acervo bibliográfico de obras raras; 71 de acervo museológico**	**0**	**66.239 de acervo museológico**

**Os referidos itens foram assenhoreados ao Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, por tratar-se de obras de doadores desconhecidos.*

Programa 1215 - Preservação do Patrimônio Cultural

Por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), a Secretaria da Cultura realizou uma série de ações para a preservação do patrimônio cultural paulista, com os seguintes produtos e indicadores:

Ação 5737 - Identificação e valorização do patrimônio cultural paulista - O indicador *1511 - Processos de identificação e atribuição de valor ao patrimônio cultural* consiste na mensuração do número de dossiês preliminares e processos de estudo de tombamento instruídos pelo Grupo de Estudos de Inventários e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural da UPPH. A meta para esse indicador é de 30 expedientes ao ano e foi superada em 2016 conforme tabela a seguir:

	Jan – Abr 2016	Mai – Ago 2016	Set – Dez 2016
Processos Instruídos	7	13	16
Total	**36**		

Outras atividades de identificação do patrimônio cultural foram:

DELIBERAÇÕES DO CONDEPHAAT PELO TOMBAMENTO:
- Antigo complexo Argos Industrial S.A., em Jundiaí.
- Antiga Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, no Brás, São Paulo.
- Antigo Asilo Colônia Cocais, atual Centro de Reabilitação de Casa Branca, município de Casa Branca.
- Antigo Asilo Pirapitingui, atual Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, município de Itu.
- Balneário de Águas de Lindóia, no município de Águas de Lindóia.
- Antiga Casa de Câmara e Cadeia e antigo Fórum de Mogi das Cruzes.
- Chalés de madeira localizados à Rua Teodoro Sampaio nºs 7, 8, 10, 15, 16, 18, 30, 32, 34, 36, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58 e 60, município de Santos.
- Complexo Ferroviário de Sorocaba.
- Conjunto das Oficinas Ferroviárias da Lapa (remanescentes da São Paulo Railway-SPR), Lapa, São Paulo.
- Edifício do Moinho Fratelli Maciotta (antiga Fabrica de Sal), município de Ribeirão Pires.
- Antiga Fábrica Lidgerwood, formada por seus prédios e espaços remanescentes, município de Campinas.
- Praça da Sé e Catedral Metropolitana de São Paulo, Capital.
- Polígono da Saúde, em São Paulo, Capital
- Preventório Santa Therezinha, atual Associação Santa Therezinha, município de Carapicuíba.
- Antigo Asilo Colônia Santo Ângelo, atual Centro de Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, em Mogi das Cruzes.

ABERTURA DE PROCESSO DE TOMBAMENTO PELO CONDEPHAAT:
- Casa Grande do bairro Ribeirão dos Cruzes, município de Ribeirão Grande.
- Casarão situado na Rua Cel. José Ignácio nºs 73/83, município de Jarinu.
- Instalações do Presídio da Ilha Anchieta, município de Ubatuba.
- Congregação Israelita Templo Beth-El, situado na Rua Martinho Prado nº 128, São Paulo.

REVISÃO DE ÁREA ENVOLTÓRIA DE BEM TOMBADO PELO CONDEPHAAT:
- Solar Alves Lanhoso – Itatiba.
- Faculdade de Medicina da USP, Instituto Oscar Freire e Conjunto de Edificações da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz – São Paulo.

RESOLUÇÕES DE TOMBAMENTO PUBLICADAS:
- Garagem América – São Paulo (Resolução SC-17, de 15/03/2016).
- Antigo Asilo Colônia Aimorés – Bauru (Resolução SC-21, de 15/03/2016).
- Conjunto da Estação Ferroviária de Chavantes (Resolução SC-22, de 15/03/2016).

- Conjunto da Estação Ferroviária de Avaré (Resolução SC-23, de 15/03/2016).
- Fazenda Santa Maria do Monjolinho – São Carlos (Resolução SC-64, de 21/06/2016).
- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Jacupiranga (Resolução SC-65, de 21/06/2016).
- Conjunto da Estação Ferroviária de Jaguariúna (Resolução SC-66, de 21/06/2016).
- Balneário Aristides Coló – Jaú (Resolução SC-67, de 21/06/2016).
- Catedral de Santo Antônio, altares e respectivas imagens – Guaratinguetá (Resolução SC-88, de 30/06/2016).
- Fórum de Promissão (Resolução SC-89, DE 30/06/2016).
- Antigo Santa Paula Iate Clube – São Paulo (Resolução SC-90, de 30/06/2016).
- Serra do Itaqui – Santana de Parnaíba, Barueri e Itapevi (Resolução SC-126, de 19/12/2016).
- Residência José Mário Taques Bittencourt – São Paulo (Resolução SC-127, de 19/12/2016).
- Antiga Fábrica da Companhia Gessy Industrial – Valinhos (Resolução SC-128, de 19/12/2016).

RESOLUÇÕES DE REGULAMENTAÇÃO DE ÁREA ENVOLTÓRIA PUBLICADAS:
- Bosque dos Jequitibás – Campinas (Resolução SC-19, de 15/03/2016).
- Conjunto de Edifícios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – São Paulo (Resolução SC-45/2016, de 09/05/2016).
- Antiga Faculdade de Odontologia da USP – atual Oficina Três Rios – São Paulo (Resolução SC-52/2016, de 02/06/2016).
- Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira - Fazenda Santa Genebra – Campinas (Resolução SC-119, de 31/11/2016).
- Convento Nossa Senhora do Amparo - São Sebastião (Resolução SC-120 de 31/10/2016);
- Igreja de São Miguel – São Paulo (Resolução SC – 121 de 31/11/2016).

AVERBAÇÕES DE TOMBAMENTOS: foram realizadas sete averbações nas respectivas matrículas de imóveis tombados.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: não houve deliberações do Condephaat relativas a processos de registro de patrimônio imaterial.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: com os recursos disponíveis, foram contratados serviços técnicos especializados de cartografia digital, para definição precisa do perímetro de estudo de tombamento do Parque Anhanguera (Processo 41428/01), possibilitando a continuidade da avaliação técnica da UPPH e posterior apreciação pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).

Ação 5738 - Proteção do Patrimônio Cultural Paulista

O indicador desse produto é o *1531 - Análise de projetos de intervenção em bem tombado e áreas envoltórias, bem como em bens em estudo de tombamento*, cuja meta é a análise, pelo Condephaat, de 1500 projetos ao ano. Pela tabela a seguir, constata-se que a meta não foi atingida, sobretudo em função da atual recessão econômica que impacta diretamente no número de empreendimentos imobiliários e nos recursos despendidos para reformas e restaurações de imóveis:

	JAN-MAR 2016	ABR-JUN 2016	JUL-SET 2016	OUT-DEZ 2016
Nº DE PROCESSOS ANALISADOS PELO CONDEPHAAT	328	270	379	397
TOTAL	**1374**			

Importante destacar que o universo de processos instruídos pela UPPH, especificamente pelos seus departamentos técnicos (o já mencionado Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural e o Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados), contempla diversos tipos de solicitações, das quais apenas parte é submetida à deliberação do Condephaat:

Tipo de solicitação	Nº
Pedido de aprovação de intervenção/restauro	826
Pedido de informações, certidões ou diretrizes	613
Regularização (análise pós-intervenção)	249
Remoção/poda de árvores	184
Aprovação de Anúncios/ Cartazes/Painéis	104
Denúncia	53
Serviços de conservação	47
Expedientes diversos	27
Pedido de aprovação de eventos	21
Novos pedidos de tombamento	16
Pesquisa mineral	03
Projetos de acessibilidade	04
Estado de conservação	18
Revisão de tombamento	01
Pedido de vistorias em geral	09
Registro de patrimônio imaterial	0
Total de processos abertos em 2016	**2175**

OBRAS DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO OU DE RESTAURO: devido à indisponibilidade de recursos, não foram executados serviços e/ou obras de restauro em bens tombados em 2016.

APLICAÇÃO DE MULTAS: conforme previsto na Resolução SC 64/2013**:**

- Número de multas aplicadas: 15 (quinze).
- As multas aplicadas correspondem a 4150 (quatro mil cento e cinqüenta) UFESP's.
- Há no Centro de Apoio Administrativo ao Conselho – CAAC, outros 49 (quarenta e nove) processos encaminhados à CAAC em 2016 aguardando inclusão em pauta para deliberação do CONDEPHAAT a cerca das infrações cometidas.
- Notificações de Conduta Irregular lavradas: 32 (trinta e duas).
- Notificações de Lavratura de Auto de Infração lavradas: 18 (dezoito).

ATENDIMENTO AOS INTERESSADOS: a UPPH também prestou atendimento aos interessados por meio de canais de comunicação, tais como: telefone de atendimento, para esclarecimento de dúvidas técnicas, por e-mail, atendimento de ouvidoria e atendimento prestado em nosso Centro de Documentação. O volume desses serviços totalizou 610 (seiscentos e dez) atendimentos.

Programa 1216 - Bibliotecas e Leitura

Com a reorganização interna da Secretaria da Cultura, passou a fazer parte do Programa 1201 – Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura. Porém, permaneceu no orçamento 2016 em função de despesas inscritas em Restos a Pagar, no valor de R$ 1.535.487,92, referente a repasse à organização social SP Leituras no âmbito do contrato de gestão mantido com a Pasta.

Programa 1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa

Ação 1986 ProAC – Programa de Ação Cultural - Editais

O apoio a projetos e espaços culturais independentes – incluindo a criação, circulação/ difusão, publicações e mapeamento da produção cultural – é um dos pilares da atuação da Secretaria da Cultura. Em recursos orçamentários, foram investidos aproximadamente R$ 28,5 milhões em prêmios para projetos selecionados por meio de 44 diferentes concursos. O investimento realizado em 2016 contemplou as primeiras parcelas dos prêmios de 2016 e as segundas parcelas dos prêmios de 2015, e cerca de R$ 1,5 milhão no pagamento das comissões de avaliação. Com um total de 5.483 inscrições de 219 cidades do Estado, o ProAC Editais contemplou 374 projetos das mais variadas linguagens e propostas, entre eles, 211 projetos de 87 municípios paulistas, fora a Capital.

Os editais, prêmios e valores foram distribuídos segundo o quadro a seguir:

Segmentos	Editais proac 2016		Número inscritos 2016	Número prêmios 2016	Valor prêmio 2016	Valor total 2016
Teatro	**01/2016**	Produção de espetáculo inédito e temporada de teatro - mód. 1	194	12	r$ 80.000,00	R$ 1.560.000,00
		Produção de espetáculo inédito e temporada de teatro - mód. 2	60	4	r$ 150.000,00	
	02/2016	Circulação de espetáculo de teatro	214	12	r$ 100.000,00	R$ 1.200.000,00
	03/2016	Primeira obra de produção de espetáculo e temporada de teatro	393	12	r$ 50.000,00	R$ 600.000,00
Dança	**04/2016**	Produção de espetáculo inédito e temporada de dança	64	6	r$ 100.000,00	R$ 600.000,00
	05/2016	Circulação de espetáculo de dança	93	6	r$ 100.000,00	R$ 600.000,00
	06/2016	Primeira obra de produção de espetáculo inédito e temporada de dança	123	6	r$ 50.000,00	R$ 300.000,00
Artes cênicas	**07/2016**	Produção de espetáculo inédito e temporada de artes cênicas para o público infantil e/ou juvenil	154	10	r$ 80.000,00	R$ 800.000,00
	08/2016	Circulação de espetáculos de artes cênicas para o público infantil e/ou juvenil	149	10	r$ 80.000,00	R$ 800.000,00
	09/2016	Circulação de espetáculos de artes cênicas para rua	97	6	r$ 100.000,00	R$ 600.000,00
Circo	**10/2016**	Produção, aprimoramento de espetáculo e/ou manutenção de circo de lona	19	7	r$ 60.000,00	R$ 420.000,00
	11/2016	Montagem de espetáculo e temporada e/ou circulação de grupo de circo	96	9	r$ 60.000,00	R$ 540.000,00
	12/2016	Produção e apresentação de número circense	116	15	r$ 15.000,00	R$ 225.000,00
Festivais	**13/2016**	Festivais de artes i	100	6	r$ 50.000,00	R$ 300.000,00
	14/2016	Festivais de artes ii - mód 1	47	12	r$ 90.000,00	R$ 1.800.000,00
		Festivais de artes ii - mód 2	124	4	r$ 180.000,00	
Artes visuais	**15/2016**	Artes visuais - obras e exposições	189	10	r$ 50.000,00	R$ 500.000,00
	16/2016	Artes visuais - livro de artista	106	4	r$ 30.000,00	R$ 120.000,00
	17/2016	Espaços independentes vinculados às artes visuais	31	4	r$ 100.000,00	R$ 400.000,00
Museus	**18/2016**	Difusão de acervos museológicos - mód 1	18	4	r$ 30.000,00	R$ 420.000,00
		Difusão de acervos museológicos - mód 2	61	4	r$ 75.000,00	
	19/2016	Preservação de acervos museológicos - mód 1	9	4	r$ 30.000,00	R$ 420.000,00
		Preservação de acervos museológicos - mód 2	45	4	r$ 75.000,00	
Música	**20/2016**	Circulação de espetáculos de canção - mód 1	59	6	r$ 80.000,00	R$ 800.000,00
		Gravação de albúm inédito de canção com apresentação - mód 2	146	4	r$ 80.000,00	
	21/2016	Gravação de albúm inédito e apresentação de espetáculos de música popular instrumental	106	8	r$ 80.000,00	R$ 640.000,00
	22/2016	Gravação de albúm inédito e apresentação de espetáculos de música erudita	46	4	r$ 80.000,00	R$ 320.000,00

Segmentos	Editais proac 2016	Número inscritos 2016	Número prêmios 2016	Valor prêmio 2016	Valor total 2016	Segmentos
Cultura e cidadania	**23/2016**	Promoção da cultura popular e tradicional	106	12	r$ 40.000,00	R$ 480.000,00
	24/2016	Proteção e promoção da culturas indígenas	30	4	r$ 20.000,00	R$ 80.000,00
	25/2016	Proteção e promoção das culturas negras	154	12	r$ 40.000,00	R$ 480.000,00
	26/2016	Promoção das manifestações culturais com temática lgbt - mód. 1	140	6	r$ 40.000,00	R$ 360.000,00
		Promoção das manifestações culturais com temática lgbt - mód. 2	43	6	r$ 20.000,00	
	27/2016	Saraus culturais	69	8	r$ 40.000,00	R$ 320.000,00
	28/2016	Hip hop	127	10	r$ 40.000,00	R$ 400.000,00
	29/2016	Economia criativa - moda, gatronomia, artesanato e cultura digital	91	10	r$ 21.000,00	R$ 210.000,00
Literatura	**30/2016**	Publicação de livros	36	4	r$ 25.000,00	R$ 100.000,00
	31/2016	Bolsa de incentivo para criação - prosa	193	10	r$ 10.000,00	R$ 100.000,00
	32/2016	Bolsa de incentivo para criação - poesia	97	4	r$ 10.000,00	R$ 40.000,00
	33/2016	Bolsa de incentivo para criação - infantil e/ou juvenil	160	8	r$ 10.000,00	R$ 80.000,00
	34/2016	Bolsa de incentivo para criação - texto de dramaturgia	150	6	r$ 10.000,00	R$ 60.000,00
	35/2016	Criação e publicação de história em quadrinhos	169	12	r$ 40.000,00	R$ 480.000,00
	36/2016	Estímulo à leitura em bibliotecas municipais	124	6	r$ 40.000,00	R$ 240.000,00
Multidisciplinar	**37/2016**	Aprimoramento artístico	155	10	r$ 20.000,00	R$ 200.000,00
	38/2016	Território das artes - mód. 1 - pj	76	8	r$ 100.000,00	R$ 1.400.000,00
		Território das artes - mód. 2 - pj	33	4	r$ 150.000,00	
	39/2016	Artes integradas i - pj	131	6	r$ 80.000,00	R$ 480.000,00
	40/2016	Artes integradas ii - pf	250	12	r$ 40.000,00	R$ 480.000,00
	41/2016	Publicações culturais - mód. 1 - **pj**	48	4	r$ 50.000,00	R$ 450.000,00
		Publicações culturais - mód. 2 - **pf**	128	10	r$ 25.000,00	
Audiovisual	**42/2016**	Desenvolvimento de audiovisual (ações de fomento)	50	3	r$ 50.000,00	R$ 150.000,00
	43/2016	Produção de longa-metragem	25	3	r$ 500.000,00	R$ 1.500.000,00
	44/2016	Finalização de longa-metragem	39	3	r$ 250.000,00	R$ 750.000,00
Audiovisual	**Pe**	Edital - prêmio estímulo de curta-metragem - 2016	328	7	r$ 80.000,00	R$ 560.000,00
Audiovisual	**Fo**	Programa de fomento ao cinema paulista - 2016	131	5	r$ 750.000,00	r$ 4.500.000,00
				2	r$ 375.000,00	

Ação 2304 - Fomento à Rede Cultura Viva – Pontos de Cultura do Estado de São Paulo

Por solicitação do Ministério da Cultura, o programa não foi realizado em 2016 em função de revisões da legislação pertinente.

Ação 5450 - Prêmio Estímulo à Produção de Curta-Metragem

Visa estimular a produção de filmes em curta-metragem, gênero que funciona como porta de entrada para o cinema e para a linguagem do audiovisual. A seleção pública dos projetos é realizada por meio de edital. Em 2016, distribuiu sete prêmios de R$ 80 mil. O investido no programa é de R$ 782.132,00, em recursos próprios, que contemplam as primeiras parcelas dos prêmios de 2016 e as segundas parcelas dos 14 prêmios do ano 2015. Ao todo, foram registradas 328 inscrições em 2016. Ação realizada diretamente pela Secretaria.

Programa 1219 – Sistema Paulista de Música

Com a reorganização interna da Secretaria da Cultura, as ações incluídas neste programa passaram a fazer parte do Programa 1203 – Formação Cultural, ficando esta nomenclatura extinta. Porém, permaneceu no orçamento 2016 em função de despesas inscritas em Restos a Pagar, como se segue:

- R$ 2.000.000,00 repassados à organização social Santa Marcelina no âmbito do contrato de gestão para gerenciamento do Projeto Guri Capital.

- R$ 1.000.000,00 repassados à Associação de Amigos do Conservatório de Tatuí no âmbito do contrato de gestão para gerenciamento desta escola de música.

Programas Realizados pelas Fundações

Programa 1221 - Integração das Culturas Latino Americanas

Este programa refere-se às atividades desempenhadas pela Fundação Memorial da América Latina no intuito de promover a discussão das questões atinentes à integração do continente, apresentando as diferentes manifestações culturais.

Total de eventos ao longo de 2016: 265
Total de público: 2.147.682

Ação 4043 - Promoção de Atividades Culturais

Festival de Cerveja Artesanal; Projeto Cultural Novos Talentos no Memorial; 11º Festival de Cinema Latino Americano de SP 2016; Passagem da Tocha Olímpica; Exibição do filme “El Cuarto”; Festa de São João SaideirON; Exibição gratuita do filme “Qualquer Gato Vira-Lata”; Abertura do Circuito de Teatro em Português; Exposição Expressão Artes Visuais do Mapa Cultural Paulista, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Oferenda floral em comemoração ao 191º Aniversário da Bolívia; Festival do Bacon; IX Festa Multicultural da Bolívia; Exibição gratuita do filme “Invasores”; Night Riders; Projeto Comida e Arte – Mundo Caipira; Live Music Run – Etapa Disco; Exposição “A Arte na Pele – Tatuagem”; 3º Coala Festival; Festival de Cerveja Artesanal; Sessão de fotos para as revistas Vogue e GQ; Música na Biblioteca – Encontro 1 (Voz Moscada); Base de apoio da Filmagem O2; Exibição do filme “Das Profundezas”; Festival de Tacos e Ceviche; Música na Biblioteca – Encontro 2 (Balkan Neo); Encontro Etnolírico; Campanha Publicitária para a Jeep; Exposição 100 Ulysses Guimarães; Música na Biblioteca – Encontro 3 (Aureus Duo); Lançamento do Portal GIZ; Leitura Dramática da peça teatral “No limite da dor”; Pedalada Bike Amigo - Pedal Doe Órgãos – Setembro Verde; Música na Biblioteca – Encontro 4 (Conversa a Três); Música na Biblioteca – Encontro 5 (Quinteto de Metais); Exposição APAP 35 anos de Arte; Festival de Batata e Milk Shake; Música na Biblioteca – Encontro 6 (Quinteto Viajando pelo Brasil); Sampa Bikers; Orquestra Sinfônica Arte Viva Convida; Exposição Intervenções Artísticas; Música na Biblioteca – Encontro 7 (Garagem Erudita); Artwalk Festival; Música na Biblioteca – Encontro 8 (Quinta Essentia); Corrida Star Wars; Festa Mexicana Dia dos Mortos; Música na Biblioteca – Encontro 9 (Quarteto Molto Grave); Rolling Stone Music Run; Expoceviche 2016; Música na Biblioteca – Encontro 10 (New Ensemble); Exposição Brasil Naif – Uma Viagem na Alma Brasileira; Unidade Móvel do IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo no Festival do Churrasco; Lançamento da série de livros “Sketchbook”; Festival

do Churrasco e de Cerveja Artesanal; Música na Biblioteca – Encontro 11 (Horn Ensemble); Tiganá Santana – Em experimento Áudio & Visual; Coletiva de Imprensa e Convenção JAC Motors – Lançamento T5 automático; Flink Sampa - Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra; Música na Biblioteca – Encontro 12 (Douglas Braga & Quarteto Lacerda); X Encontro Paulista de Hip Hop; Exposição de Arte Brasileira Sustentável; Música na Biblioteca – Encontro 13 (Escape Quarteto); Rolling Stone Festival; Virada Inclusiva; Música na Biblioteca – Encontro 14 (Justfriendsband).

Ação 5470 - Apoio Técnico Administrativo

Término da primeira fase das obras do Auditório Simon Bolívar; Início da fase final de restauro do Auditório Simon Bolívar; Reavaliações contratuais com o objetivo de diminuição dos gastos de custeio; Reforma e inauguração do espaço expositivo Gabriel García Márquez; Inauguração do Espaço Multiuso; Implantação do Programa de Eficiência Energética (redução de 35% do consumo); Implantação do Programa de Eficiência Hídrica (redução de 25% do consumo); Implantação da nova iluminação de LED do Salão de Atos.

Ação 5790 - Cátedra Memorial da América Latina

Palestra Limites e dificuldades do debate público democrático; Seminário Migrações internacionais, Refúgio e Política; Palestra Representação, participação e políticas públicas; Palestra A democracia em transformação e o refluxo dos partidos políticos; Palestra Cultura cívica, intolerância e democracia: de que modo estamos protestando?; Palestra Cidades, periferias, conflitos; Mesa-redonda Formas e possibilidades de participação: redes e mídias sociais; Palestra Entre classes, identidades e instituições: movimentos sociais na América Latina; Mesa-redonda Formas e possibilidades de participação: as ruas, os movimentos, a política; Mesa-redonda Protestos, indignação e dissonância: a violência nas ruas; Palestra Cidades Imaginadas na América Latina; Palestra Modernização e Globalização na Cultura Latino-americana: o exemplo das artes Visuais; Palestra Modernidades e metrópoles da América Latina; Palestra Educação Básica na América Latina; Palestra "Educação Superior na América Latina; Palestra Questões Emergentes na Economia latino-americana; Palestra Culturas Ameríndias na realidade latino-americana; Palestra "Culturas Africanas na realidade latino-americana.

Ação 5791 - Centro de Estudos da América Latina

Total de eventos: 76; Total de público: 155.974 pessoas.

Destaques: Lançamento do documentário *Marcas da Memória*; Entrega do 32º Prêmio Ângelo Agostini; Exposição Quadrinhos Brasil-Paraguai; Abertura da exposição *Qhapaq Ñan* - o Grande Caminho Inca; Abertura da Cátedra Unesco/Memorial da América Latina - Palestra Modernidade em crise, governos impotentes, vida fora de controle; Debate Violência Doméstica e Cinema (Projeto Resistir com Arte); Projeto Realidade Latino-americana – Cinco encontros; Lançamento do Catálogo IOS – Instituto de Organização Social; Lançamento do livro Knispel: retrospectiva; Exposição Knispel: retrospectiva; Curso de Audiovisual para Professores – quatro palestras; Abertura da exposição fotográfica Afroperu; Exposição fotográfica Afroperu; Debate Mulheres e Fotografia (Projeto Resistir com Arte); Abertura da exposição Franco Montoro 100 anos; Exposição Franco Montoro 100 anos; Oficina de Cajón – dois encontros; Debate Comunicação Visual (Projeto Resistir com Arte); Exibição do filme Nosotros, Afroperuanos – Debate; Debate Mulheres e Cinema (Projeto Resistir com Arte) – cinco encontros realizados; Exposição Encontro da Imagem com a Literatura Latino-Americana; Curso A Escola as Telas; Abertura da exposição 100 Ulysses Guimarães; Exposição 100 Ulysses Guimarães; Debate Mulheres e Dança (Projeto Resistir com Arte); Abertura da exposição Colores, sabores y ritmos: la poesía de los sentidos captada por jóvenes fotógrafos; Exposição Colores, sabores y ritmos: la poesía de los sentidos captada por jóvenes fotógrafos; Debate A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**12.115.300.255,00**	**12.171.993.947,70**	**194.260.105,80**	**12.366.254.053,50**	**12.589.255.759,83**
Pessoal e Encargos Sociais	7.943.053.816,00	8.382.380.692,51	7.081.275,06	8.389.461.967,57	8.567.300.346,96
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	10.673,85
Outras Despesas Correntes	4.172.246.439,00	3.789.613.255,19	187.178.830,74	3.976.792.085,93	4.021.944.739,02
Despesas de Capital	**495.980.572,00**	**303.958.081,15**	**69.361.050,17**	**373.319.131,32**	**404.480.879,27**
Investimentos	495.980.562,00	173.998.609,76	69.361.050,17	243.359.659,93	271.678.357,23
Inversões Financeiras	10,00	129.959.471,39	0,00	129.959.471,39	130.459.471,39
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	2.343.050,65
Despesa Total	**12.611.280.827,00**	**12.475.952.028,85**	**263.621.155,97**	**12.739.573.184,82**	**12.993.736.639,10**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Sociais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**164.844,93**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	164.844,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0100 - Apoio Administrativo	**2.146.723.931,00**	**2.627.874.279,92**	**89.603.340,90**	**2.717.477.620,82**	**3.020.593.294,73**
Despesas Correntes	2.125.550.997,00	2.626.006.724,32	89.603.340,90	2.715.610.065,22	3.010.721.184,59
Despesas de Capital	21.172.934,00	1.867.555,60	0,00	1.867.555,60	9.872.110,14
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**14.817.449,00**	**14.350.461,77**	**0,00**	**14.350.461,77**	**14.270.317,31**
Despesas Correntes	14.817.449,00	14.350.461,77	0,00	14.350.461,77	14.270.317,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1015 - Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional	**6.087.570,00**	**10.916.357,20**	**0,00**	**10.916.357,20**	**15.642.047,96**
Despesas Correntes	3.087.560,00	4.003.276,82	0,00	4.003.276,82	7.357.817,72
Despesas de Capital	3.000.010,00	6.913.080,38	0,00	6.913.080,38	8.284.230,24
1021 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo	**183.038.231,00**	**165.555.168,99**	**1.099.220,66**	**166.654.389,65**	**176.882.098,33**
Despesas Correntes	176.407.651,00	162.136.575,17	223.818,19	162.360.393,36	172.365.714,38
Despesas de Capital	6.630.580,00	3.418.593,82	875.402,47	4.293.996,29	4.516.383,95
1027 - Inovação para a Competitividade	**34.152.888,00**	**29.600.632,29**	**0,00**	**29.600.632,29**	**28.566.866,39**
Despesas Correntes	29.152.878,00	27.382.962,18	0,00	27.382.962,18	26.349.196,28

Despesas de Capital	5.000.010,00	2.217.670,11	0,00	2.217.670,11	2.217.670,11
1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante	**86.488.994,00**	**48.015.739,43**	**0,00**	**48.015.739,43**	**50.848.718,08**
Despesas Correntes	86.488.994,00	48.015.739,43	0,00	48.015.739,43	50.848.718,08
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	**2.247.268.224,00**	**2.077.452.600,49**	**46.777.920,54**	**2.124.230.521,03**	**2.109.211.214,18**
Despesas Correntes	2.035.293.433,00	2.026.003.570,30	11.092.614,25	2.037.096.184,55	1.999.825.315,58
Despesas de Capital	211.974.791,00	51.449.030,19	35.685.306,29	87.134.336,48	109.385.898,60
1040 - Via Rápida Empresa	**93.493.880,00**	**67.268.240,53**	**95.283,68**	**67.363.524,21**	**67.844.370,41**
Despesas Correntes	90.312.405,00	66.442.601,37	95.283,68	66.537.885,05	67.020.991,45
Despesas de Capital	3.181.475,00	825.639,16	0,00	825.639,16	823.378,96
1041 - Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior	**20,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários	**1.004.147.198,00**	**1.252.097.504,61**	**27.801.841,76**	**1.279.899.346,37**	**1.260.342.008,37**
Despesas Correntes	958.147.198,00	1.244.260.165,22	26.096.716,04	1.270.356.881,26	1.251.465.659,69
Despesas de Capital	46.000.000,00	7.837.339,39	1.705.125,72	9.542.465,11	8.876.348,68
1043 - Ensino Público Superior	**5.492.131.874,00**	**4.869.988.556,04**	**98.243.548,43**	**4.968.232.104,47**	**4.912.191.625,00**
Despesas Correntes	5.293.111.152,00	4.775.204.535,93	67.148.332,74	4.842.352.868,67	4.786.981.218,48
Despesas de Capital	199.020.722,00	94.784.020,11	31.095.215,69	125.879.235,80	125.210.406,52
1044 - Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	**1.298.651.922,00**	**1.308.222.813,65**	**0,00**	**1.308.222.813,65**	**1.332.794.793,76**
Despesas Correntes	1.298.651.882,00	1.173.577.661,26	0,00	1.173.577.661,26	1.197.504.785,69
Despesas de Capital	40,00	134.645.152,39	0,00	134.645.152,39	135.290.008,07
2305 - Fomento ao Trabalho Artesanal	**4.278.646,00**	**4.609.673,93**	**0,00**	**4.609.673,93**	**4.339.458,16**
Despesas Correntes	4.278.636,00	4.609.673,93	0,00	4.609.673,93	4.339.458,16
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4302 - Ensino Publico Superior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.000,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.981,49**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	31.537,49
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	4.444,00
Despesa Total	**12.611.280.827,00**	**12.475.952.028,85**	**263.621.155,97**	**12.739.573.184,82**	**12.993.736.639,10**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Este relatório gerencial individualizado contém dados e informações sobre os programas de governo executados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação, na conformidade das disposições da Lei Orçamentária Anual de 2016 (Lei N° 16.083, de 28 de dezembro de 2015), incluindo:

- Demonstrativos financeiros que contêm o valor da dotação inicial de cada programa, bem como valor empenhado, liquidado e pago + pago de restos a pagar.
- Relatórios gerenciais que contêm a descrição resumida de cada programa, suas principais ações, bem como o órgão da Secretaria ou a entidade vinculada responsável por sua execução.

Os programas executados em 2016 pela Secretaria e por suas entidades vinculadas foram os seguintes:

Ação 1015 Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional;
Ação 1021 Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo;

Ação 1027 Inovação Para a Competitividade;
Ação 1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante;
Ação 1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica;
Ação 1040 Via Rápida Empresa;
Ação 1042 Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais;
Ação 1043 Ensino Público Superior;
Ação 1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;
Ação 2305 Fomento ao Trabalho Artesanal;
Ação 4407 Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão

Constituem campo funcional da Secretaria (**I**) a formulação, a implantação e a coordenação da execução de políticas públicas voltadas à promoção da inovação tecnológica e à garantia do crescimento econômico sustentável do Estado; (**II**) a proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis; (**III**) a coordenação e a implementação de ações de competência do Estado com vista à formação de recursos humanos no âmbito do ensino superior; (**IV**) o intercâmbio de informações e a colaboração técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; (**V**) o desenvolvimento e a implementação de sistemas de informações destinadas a orientar as instituições de ensino médio diante das dificuldades encontradas pelos alunos nos cursos de formação universitária; e (**VI**) o fomento ao artesanato no Estado. (Decreto Nº 59.773, de 19 de novembro de 2013).

Estrutura Básica:
A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação tem a seguinte estrutura básica:
Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SCTI: coordena as ações de estímulo às atividades de ciência, tecnologia e inovação - CT&I no Estado. Promove a aproximação do setor produtivo com os centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científica para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos. É responsável pelos Programas 1026 -Assistência e Apoio ao Investidor e 1027 - Inovação para a Competitividade.

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa -SEMPE: promove ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte. É responsável pelo Programa 1040 - Via Rápida Empresa.

Sub-secretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades -SUTACO: tem como atribuições realizar, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, a coordenação estadual do artesanato; fomentar o artesanato como atividade econômica estratégica para geração de renda e desenvolvimento regional e como ferramenta de inclusão social e adotar as medidas necessárias à valorização do artesanato paulista. Não lhe foram destinados recursos no orçamento de 2014 porque a Subsecretaria será implantada a partir da desativação gradativa da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO (art. 4º, Decreto nº 59.553/13).

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - CDRT: promove ações voltadas ao desenvolvimento homogêneo do Estado São Paulo; à identificação e potencialização das vocações regionais e ao incentivo do empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável. É responsável pelo Programa 1015 -Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTP: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. É responsável pelo Programa 1038 -Fomento ao Ensino Profissionalizante.

Coordenação de Ensino Superior - CES: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino superior no Estado de São Paulo; sugere políticas e executa programas voltados à formação de profissionais qualificados, de modo a contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho; realiza e fomenta a elaboração de estudos e diagnósticos no

campo do ensino superior; mantém diálogo permanente com a comunidade científica, visando a um desenvolvimento articulado do ensino superior no Estado; apoia programas, projetos e ações voltados à melhoria do ensino superior no âmbito do Estado. É responsável pelo Programa 1041-Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior.

Órgãos Vinculados
Instituições de Ensino Superior:

- **Universidade de São Paulo - USP;**
- **Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP;**
- **Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" -UNESP;**
- **Faculdade de Medicina de Marília -FAMEMA;**
- **Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto -FAMERP;**
- **Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo -UNIVESP.**

Trata-se de Autarquias de Regime Especial, exceto a Fundação UNIVESP, que executam os Programas 1039- Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológico; 1041 -Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior; 1042 - Assistência Medica Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais; 1043 -Ensino Público Superior.

Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS: é uma autarquia de regime especial de reconhecida excelência na formação de recursos humanos qualificados, oferecendo ensino técnico e graduação tecnológica gratuitos, passou a ser parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado. Direcionando a instalação de novas unidades e a expansão das existentes às vocações econômicas regionais, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, as Escolas Técnicas (ETECS) e Faculdades de Tecnologia (FATECS) garantem excelente mão de obra, além de ser importante instrumento de inclusão social. Executa, em conjunto com outras instituições de ensino superior (USP, UNICAMP e UNESP) o Programa 1039 -Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN: é uma autarquia estadual gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Também está associado à Universidade de São Paulo (USP) para fins de ensino e pós-graduação. O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. O Instituto não é contemplado no orçamento estadual porque recebe recursos da União.

Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP: órgão que pertencia a Secretaria Estadual da Fazenda e foi transferido para a Pasta em 2011. Em 2012, pela Lei Complementar nº 1.187, de 28 de setembro de 2012, foi transformada em autarquia de regime especial. Tem a finalidade de exercer as funções de execução e administração dos serviços de registros públicos de empresas mercantis e atividades afins. Colabora com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Executa, juntamente com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa, o Programa 1040 -Via Rápida Empresa.

Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP: constituída na forma de fundação, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apóia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Executa o Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT: constituído sob a forma de sociedade por ações, atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados. Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. Executa o Programa 1021 -Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do estado de São Paulo.

Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - Investe São Paulo: entidade de serviço social autônomo de direito privado, executa políticas que contribuam para a atração de novos investimentos nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo, com o propósito de estimular a competitividade da economia, a geração de empregos e a inovação

tecnológica. A Investe São Paulo está preparada para receber o investidor e promover a articulação entre os setores públicos e privados e fornecer informações e dados atualizados, com o intuito de auxiliar o empreendedor na busca pelas melhores oportunidades de negócios no Estado. Decreto Nº 59.773, de 19 de novembro de 2013)

Programa 1015 - Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial

Ação 5992 - Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional

É um instrumento de estratégia regional, que tem como objetivo tem como objetivo apoiar ações e projetos voltados ao fomento do desenvolvimento regional do Estado, por meio de políticas públicas estruturadas com as governanças regionais, facilitando a geração e a disseminação de informações sobre a realidade social e econômica no estado de São Paulo.

Por meio de Termos de Cooperação Técnica, o PADER visa suprir as necessidades de ordem técnica-operacional dos setores produtivos locais, seja por meio de demandas dos municípios ou de arranjos produtivos locais organizados. A ação disponibiliza condições para que as cadeias produtivas possam contar com apoio de infraestrutura básica auxiliar voltada à realização de feiras, exposições, espaços empresariais, rodadas de negócio, fóruns, seminários, entre outros, além de promover o produto paulista, sua competitividade e ganho na eficiência, gerando assim desenvolvimento econômico e regional. O PADER contempla ainda, as ações do Programa Mercado São Paulo. Em 2016, a ação efetuou 19 atendimentos 20 municípios.

Processo	Assunto	Valor 2016 - R$ Fonte Tesouro
SDECTI 252/16	Contratação de Empresa Especializada na Elaboração de Projeto de Curadoria – Incluindo a Realização e Acompanhamento de Mostra Inicial/ Experimental do Programa Alimenta São Paulo.	785333,33
SDECT 319/15	Prestação de Serviço de Locação, Montageme Desmontagem de Estruturas Diversas e Equipamentos, Destinados a Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Regional, Tecnológico e Inovador do Estado de SP.	2356974,00

Chamada Pública FINEP - MCT/FINEP/Ação Transversal Tecnológica para o Desenvolvimento Social - 01/2009

O projeto em tela tem o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável e solidário em áreas urbanas e rurais do Estado de São Paulo, especialmente nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. São 15 (quinze) “Centrais Digitais e Cadeias Produtivas - Agregação de Tecnologia e Desenvolvimento Territorial”.

As despesas de execução orçamentária, em 2016, com aquisição de equipamentos para informática e mobiliário em geral foram de R$ 104.180,00, (fonte 5 – vinculadas federais)

Ação 5239 - Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais - APLS

Fonte 1 Tesouro - Em 2016 não foram financiados projetos.

Fonte 7 – Operação de Crédito

Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O Programa refere-se ao Contrato de Empréstimo 1911-OC/BR, celebrado entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para cooperar na execução do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo, que consiste em aumentar a competitividade de empresas de APLs do Estado de São Paulo, incrementando a coordenação empresarial e institucional para adoção de práticas competitivas por tais empresas, sendo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação o órgão Executor do Programa.

Considerando que, o principal objetivo da SDECTI, no desempenho do seu papel de definidora de políticas de Estado de desenvolvimento e de articuladora dos agentes estaduais e locais que de alguma forma tenham impacto sobre o dinamismo econômico, local ou territorialmente, é aprimorar a

metodologia específica contida no Programa para atuação efetiva e coordenada nos APLs. O papel do Estado de São Paulo, nesse sentido, é o de fomentar o desenvolvimento de diferentes e importantes cadeias produtivas aqui presentes, contribuindo para coordenação de uma política industrial descentralizada que siga as tendências mundiais, aplicando metodologias com eficácia internacionalmente comprovadas de desenvolvimento de APLs, além de articular os agentes locais e estaduais para uma atuação dirigida e harmônica.

Atualmente o Programa encontra-se na fase de execução do Componente 3, mais especificamente, na Implementação dos Planos Melhoria da Competitividade. Cabe ao Estado de São Paulo, através da Secretaria implementar as ações horizontais no intuito de desenvolver as Instituições Locais com ações voltadas ao atendimento tecnológico, inovação, capacitação, assessoramento, criando assim, um ambiente favorável para o desenvolvimento e aprimoramento das empresas localizadas nos Arranjos Produtivos Locais contemplados pelo Programa.

Os Convênios não preveem repasses de recursos, é responsabilidade da SDECTI fazer a aquisição de equipamentos/serviços/consultorias previstas no plano de trabalho, cujos em 2016 foi executado valor de R$ 7.887.287,87 (Fonte 7 – operação de crédito).
Obs. Não há contrapartida do Estado (fonte do tesouro).

Convênios firmados em 2015:
Processo SDECT n.º 38/2014 – Partícipe: Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto - FIPASE – Objeto: Expansão do Centro Tecnológico do APL de Equipamentos Médicos Odontológico de Ribeirão Preto – Valor: R$ 2.077.420,00– Participação do Estado: R$ 2.077.420,00.
Processo SDECT n.º 83/2015 – Partícipe: Centro para Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista – Objeto: Melhoria na sala de capacitação e upgrade no ambiente de testes de sistemas críticos junto ao APL de TIC de São José dos Campos– Valor: R$ 1.163.760,09 – Participação do Estado: R$ 1.163.760,09
Processo SDECT n.º 120/15 – Partícipe: Centro Paula Souza – Objeto: Implantação do Laboratório de criatividade e inovação para as empresas do setor calçadista do APL de Jaú – Valor: R$ 628.750,00 – Participação do Estado: R$ 628.750,00.
Processo SDECT n.º 83/15 – Partícipe: Centro Paula Souza – Objeto: Implantação de do laboratório de suporte técnico para suporte tecnológico das empresas do setor de metal mecânico do APL de Sertãozinho – Valor: R$ 870.000,00 – Participação do Estado: R$ 870.000,00.
Processo SDECT n.º 62/14 – Partícipe: Universidade de São Paulo – Objeto: Implantação Do Centro de Inovação em Infraestrutura - Laboratório de Inovação de Vias Metroferroviárias – Valor: R$ 5.776.606,98– Participação do Estado: R$ 5.776.606,98.

Continuidade na execução dos convênios assinados em 2014:

APL de Móveis de Mirassol
Implantação da Central de Consolidação On Line - CCO

Instalação de sistema de coletas programadas, utilizando um único equipamento de transporte para distribuição, reduzindo o lead time da entrega.

Convênio com o Sindicato da Indústria do Mobiliário de Mirassol (SIMM)
SDECTI - R$ 280.000,00
Implantação do Laboratório de Design - LDM

Estimular a competitividade do arranjo por meio ao acesso de ferramentas de design estratégico.

Convênio com o Sindicato da Indústria do Mobiliário de Mirassol (SIMM)
SDECTI - R$ 556.800,00

APL de Têxtil Lar de Ibitinga
Implantação do Centro de Capacitação e Requalificação das Indústrias de Bordados de Ibitinga.

Objetivo de promover novas modalidades de formação profissional e técnica, bem como multiplicar o conhecimento produzido pelas experiências desenvolvidas no Arranjo.

Convênio com a Prefeitura Municipal de Ibitinga
SDECTI - R$ 911.169,00 - Contrapartida - R$ 925.200,00

APL de Calçados Masculinos de Franca
Implantação do Instituto Cidade do Calçado

Dar condições para a construção de um contexto interinstitucional de participação, para que este gerencie e promova subprojetos e outras iniciativas.

Convênio com o SindiFranca
SDECTI - R$ 397.150,00

APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de São José dos Campos
Instalação do Centro de Disseminação do Conhecimento

Contribuir para o acesso contínuo aos conhecimentos e capacitações necessárias à manutenção dos altos níveis de tecnologia e inovação exigidas pelo setor.

Convênio com o Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (CECOMPI)
SDECTI - R$ 2.136.150,00

APL de Calçados Infantis de Birigui
Implantação do Laboratório de Criatividade e Inovação de Calçados Infantis

Potencializar a capacidade criativa, introduzindo o design no cotidiano das empresas por meio ao acesso a ferramentas e metodologia de design.

Convênio com o Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário de Birigui (SINBI)
SDECTI - R$ 685.000,00

APL Aeroespacial e Defesa de São José dos Campos
Ampliação do Centro de Design e Manufatura

Aumentar a capacidade de atendimento às empresas do setor na confecção de protótipos e desenvolvimento de produtos.

Convênio com o Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (CECOMPI)

SDECTI - 3.098.100,00

APL Médico Hospitalar e Odontológico de Ribeirão Preto
Ampliação do Centro de Desenvolvimento e Inovação Aplicada em Equipamentos Médico-Hospitalares e Odontológicos - CEDINA

Proporcionar soluções completas para a realização de testes aplicados a equipamentos médico hospitalares e odontológicos.

Convênio com a Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto (FIPASE)
SDECTI - R$ 1.618.260,00

Programa 1021 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado De São Paulo

Instituto De Pesquisas Tecnológicas - IPT

No PPA 2016-2019, o **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT** - coordena um Programa desdobrado em três ações, conforme segue:

Ação 2111 - Modernização Laboratorial para P&D&I e Serviços Tecnológicos;

Ação 5840 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;

Ação 6200 - Serviços Metrológicos Para Tecnologia e Inovação;

O **Programa 1021** objetiva incrementar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e prestar assessoria tecnológica, apoio metrológico e informação tecnológica, em atenção às demandas de políticas públicas, órgãos governamentais, municípios, empresas e sociedade civil.

A **ação 2111 - Modernização Laboratorial para P&D&I e Serviços Tecnológicos** tem o objetivo de dar continuidade à modernização do Instituto com o intuito de oferecer infraestrutura adequada para o apoio às novas demandas de C&T&I das empresas e demais órgãos do Estado de São Paulo.

O uso desses recursos serve para revitalizar e ampliar os laboratórios do IPT, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à indústria e desenvolver pesquisa em áreas inovadoras, bem como a melhoria da infraestrutura do campus e a capacitação dos profissionais. Como resultado, tem-se a melhoria das atividades refletindo no desempenho dos produtos e serviços executados pelo Instituto.

As **ações 5840 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** e **6200 - Serviços Metrológicos para Tecnologia e Inovação** têm como objetivo o desenvolvimento de ações P&D&I e serviços de

metrologia que resultem na geração de novos conhecimentos e de novas soluções tecnológicas para órgãos governamentais, municípios, empresas e sociedade civil com recursos do Estado de São de São Paulo, federais, de agências de fomento e/ou privados.

Observação: os recursos alocados na Funcional Programática 19.572.1021.6200 foram reprogramados para a Funcional Programática 19.572.1021.5840, conforme reunião realizada em 2016 entre a Secretaria de Planejamento e Gestão e o IPT.

Realizações em 2016

Ação 2111 - Modernização laboratorial para P&D&I e serviços tecnológicos:

No ano de 2016 foram empenhados R$ 268 mil, distribuídos da seguinte forma:

- Tecnologia da informação;
- Laboratório de Calçados e Produtos de Proteção;
- Laboratório de Engenharia Térmica;

As Ações **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** e **19.572.1021.6200 - Serviços Metrológicos para Tecnologia e Inovação**, conforme reunião realizada, em 2016, entre a Secretaria de Planejamento e Gestão e o IPT, foram unificadas e o indicador estabelecido foi o número de projetos de inovação e tecnologia desenvolvidos no ano.

Em 2016, foram desenvolvidos 82 projetos de inovação e tecnologia.

Pagamento de Precatórios - Programa 0000 - Encargos Gerais

Cabe ressaltar que no orçamento aprovado para 2016, a Funcional Programática 19.846.0000.4836 (pagamento dos precatórios) foi incluída na Funcional Programática 19.572.1021.6200 com o valor de R$ 1.346.076,00 e na Funcional Programática 19.572.1021.5840 com o valor de R$ 453.924,00. O valor de R$ 164.845,00 que consta na Função Programática 19.846.0000.4836 em 2016 é referente a restos a pagar de 2015.

Programa 1027 Inovação para a Competitividade

Sub-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Ação 5204 - Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI

Instituído pelo Decreto nº 60.286/2014, compreende: o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, a Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, a Rede Paulista de Centro de Inovação Tecnológica e a Rede Paulista de Núcleo de Inovação Tecnológica. O total de recursos orçamentários em 2016 para esta Ação foi de R$ 8.193.382,00, dos quais 76,35% foram executados (R$ 6.255.841,66). O SPAI apresentou em 2016 o seguinte desempenho:

Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec): oferece suporte para implantação de parques tecnológicos, com o objetivo de atrair investimentos e gerar novas empresas intensivas em conhecimento ou de base tecnológica. No Estado, existem 20 iniciativas para implantação de parques tecnológicos, sendo: 13 com credenciamento definitivo no SPTec (São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, Santos, São Carlos-ParqTec, Botucatu, Santo André, Unicamp-Campinas, CTI-Campinas, CPqD-Campinas, Techno Park-Campinas e São José do Rio Preto) e 7 com credenciamento provisório (Araçatuba, Barretos, Campinas - Ciatec II, São Carlos-Eco Tecnológico, São Paulo (2 iniciativas: Jaguaré e Zona Leste) e São José dos Campos-Univap. Oito iniciativas em negociação (Rio Claro, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Grande ABC, Guarulhos, Jundiaí, Pirassununga e Bauru) que constavam nos anos anteriores migraram, umas para a Rede Paulista de Centros de Inovação Tecnológica e outras desistiram. Em 19/01/2016, ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, com a presença do Governador, a cerimônia de credenciamento definitivo de 7 parques tecnológicos, quais sejam: Botucatu, Santo André, Unicamp-Campinas, CTI-Campinas, CPqD-Campinas, Techno Park-Campinas e São José do Rio Preto. Ressaltamos que em 2016 dos 20 parques credenciados no SPTec 12 encontram-se em operação. Recursos orçamentários destinados ao SPTec em 2016 foram de R$ 1.571.124,11.

Rede Paulista de Centro de Inovação Tecnológica (RPCITec): são empreendimentos que concentram, integram e oferecem um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas, constituindo-se, também, em espaço de interação empresarial-acadêmica para o desenvolvimento de setores econômicos. Hoje contamos com 3 Centros de Inovação Tecnológica credenciados na RPCITec (Jundiaí, Marília e Indaiatuba). Existem 7 municípios

com estudos concluídos, aguardando documentação para credenciamento na RPCITec (Votuporanga, Limeira, Praia Grande, Itapeva, Araraquara, Mogi das Cruzes e Assis). O município de Guarujá se encontra desenvolvendo o Estudos de viabilidade Técnica, Econômica e Financeira e do Plano de Negócios para implantação do seu CIT. Ainda 8 municípios estão em análise para formalização de convênios para iniciarem os Estudos de Viabilidade (Birigui, Catanduva, Guarulhos, Jaboticabal, Lins, Monte Mor, Presidente Prudente e Registro) e 6 municípios com protocolos de Intenções assinados (Atibaia, Barueri, Caçapava, Capão Bonito, São José do Rio Preto e IAC-Instituto Agronômico Campinas). Existem ainda 18 municípios no Estado de São Paulo interessados em implantação de um CIT. Recursos orçamentários destinados ao RPCITec em 2016 foram de R$ 228.792,00.

Rede Paulista de Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (RPITec): instrumento articulador do conjunto das incubadoras que abrigam predominantemente empresas nascentes intensivas em conhecimento tecnológico, estabelecidas no Estado e credenciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. A RPITec já possui 8 incubadoras credenciadas (Bebedouro, Guarulhos, Marília, São Carlos, Botucatu, Sorocaba, Presidente Prudente e Jundiaí), sendo que destas, 2 foram credenciadas em 2016: Presidente Prudente e Jundiaí. Não houve destinação de recursos orçamentários para a RPITec.

Rede Paulista de Núcleo de Informação Tecnológica (RPNIT): instrumento que visa auxiliar na gestão da política de inovação, apoiando as atividades de desenvolvimento tecnológico e fomentando a cultura da propriedade intelectual, de modo a despertar nas comunidades acadêmica e científica o interesse pela proteção das pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição. Em 2016 foram credenciados na RPNIT 3 instituições: Instituto de Pesquisas Energéticas -IPEN; Inova Paula Souza e a Universidade Federal do Estado de São Paulo -UNIFESP. Não houve destinação de recursos orçamentários para a RPITec.

Observação: Ressaltamos que recursos orçamentários no montante de R$ 4.455.925,55 desta Ação foram destinados para cobrir despesas com a manutenção da sede da SDECTI.

Ação 4394 - Programa Tecnológico de Apoio aos Municípios (PATEM)

A ação que presta atendimento aos municípios em suas necessidades técnicas locais de situações emergenciais e que não possam ser solucionadas pela capacidade funcional e financeira própria. Destina-se principalmente aos pequenos e médios municípios. No ano de 2016 foram realizados 8 estudos pelo IPT, braço técnico executor do Programa, nos seguintes municípios: Conchas, Lençóis Paulista, Praia Grande, Sarapuí, Cunha, Sete Barras, Limeira e Arujá. O total de recursos orçamentários em 2016 para esta Ação foi de R$ 2.025.000,00, dos quais 91,32% foram executados (R$ 1.849.147,49).

Ação 5285 - Apoio Tecnológico às Micro, Pequenas e Médias Empresas

No âmbito desta ação deu-se continuidade ao contrato celebrado com o IPT em 25 de agosto de 2014 objetivando a prestação de serviços tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas paulistas, tais como o Prumo - atendimento prestado por unidades móveis que são dotadas de equipamentos laboratoriais, utilizados para solucionar na própria empresa problemas técnicos mais imediatos inerentes ao produto, ao processo ou ao design, sob a condução de técnicos com a prática do chão de fábrica e com acompanhamento do pessoal da empresa; PROGEX -atendimento que visa a possibilitar às micro, pequenas e médias empresas adequar seus produtos às exigências formuladas pelo mercado internacional; GESPRO - atendimento que visa a possibilitar às micro, pequenas e médias empresas realizarem aperfeiçoamentos na sua gestão de produção; QUALIMINT -atendimento tecnológico prestado às empresas que querem aperfeiçoar seus produtos com vistas ao mercado nacional, frente ao processo de globalização do mercado; e PROLIMP -atendimento tecnológico prestado às empresas que têm preocupações ambientais e querem incorporá-las em seus produtos, de tal modo que eles apresentem um diferencial em relação aos concorrentes. Em 2016 foram efetuados 148 atendimentos a empresas localizadas em 144 municípios. O total de recursos orçamentários em 2016 para esta Ação foi de R$ 2.000.000,00, dos quais 100,00%.

Ação 5849 - Estudos na Área de Inovação e Competitividade

esta ação tem seus recursos direcionados para execução de estudos e projetos nos temas da área de inovação e competitividade para subsidiar as políticas públicas a serem implantadas bem como as já existentes. Em 2016 foram apoiados 2 novos projetos (edição de uma revista com tiragem de 3.000 exemplares e a participação com a locação de estande, em congresso nacional da Anprotec realizado em Fortaleza -CE). Com recursos desta Ação foi dada sequência a 2 projetos iniciados no ano anterior e executados pelo IPT (nas áreas de destinação de resíduos sólidos e de conservação de

energia). O total de recursos orçamentários em 2016 para esta Ação foi de R$ 4.557.508,00, dos quais 86,63% foram executados (R$ 3.948.120,00).

Ação 1929 - Projetos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FUNCET

Os recursos desta ação são destinados a empréstimos para micro e pequenas empresas, instaladas no Estado de São Paulo e que tenham projetos de inovação tecnológica. Os financiamentos são subsidiados com juros de 6% a.a., e carência de 24 meses. Em 2016 não houve operações do Fundo, em razão da transferência da administração do mesmo para a Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) e em função da tramitação do Projeto de Lei 213/14 que estabelecerá um subsídio de juros zero para os empréstimos. Esta Ação contou em 2016 com dotação simbólica de R$ 15.

Ação 5848 - Assistência ao Investidor

Esta Ação refere-se ao aporte de recursos para a organização social denominada Investe São Paulo - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade que é a porta de entrada das empresas que pretendem se instalar no Estado ou expandir seus empreendimentos. A Agência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrar os melhores locais para seus negócios, prestando assessoria ambiental, tributária e de infraestrutura, facilitando o relacionamento das empresas com instituições governamentais e concessionárias de serviços públicos. Estão ainda entre as atribuições da Investe SP prospectar novos negócios, recepcionar delegações estrangeiras, promover a imagem de São Paulo no Brasil e no exterior como principal destino de empresas na América Latina e propor ao Governo do Estado políticas que contribuam para a melhoria da competitividade de São Paulo. Em 2016 foram realizados 2.415 atendimentos pela Investe São Paulo. O total de recursos orçamentários em 2016 para esta Ação foi de R$ 15.285.283,00, dos quais 95,15% foram executados (R$ 14.544.591.75).

Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo (Consip): foram realizadas duas reuniões do Consip no ano de 2016. Em 2016 a Superintendência de Controle de Endemias-SUCEN, foi considerada como Instituição de Ciência e Tecnologia-ICTESP. Na reunião do Consip realizada em 8 de junho foi criado um Grupo de Trabalho para revisão do Decreto de n.º 54.690 de 18 de agosto de 2009, que regulamenta a Lei Complementar n.º 1.049, de 19 de junho de 2008 (Lei de Inovação), foram realizadas 04 reuniões e o trabalho está sendo finalizado.

Programa 1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante

Coordenação de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante

A **Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTPRO- promove** ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. É responsável pelo Programa 1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante.

O Programa tem como objetivo a promoção da capacitação gratuita da população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como o aumento do nível de escolaridade dessa população.

O Programa possui uma ação:

Ação 6126 - "Via Rápida"

A ação visa a qualificação profissional básica para habilitar trabalhadores a exercer seus direitos ao trabalho e à cidadania, além de prepará-los melhor para a busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

O Decreto nº 59.773, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, da qual a Coordenadoria de Ensino Técnico Tecnológico e Profissionalizante atua na execução de políticas públicas direcionadas à promoção do crescimento econômico a fim de gerar renda e trabalho, de reduzir as desigualdades regionais, de fomentar e apoiar a realização de planos para o desenvolvimento sustentável, de atrair investimentos, de aumentar competitividade da economia paulista e, primordialmente, de desenvolver, qualificar e expandir o ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, de modo a atender as necessidades da população e das demandas do mercado de cada Região do Estado de São Paulo.

Considerando o desenvolvimento da qualificação profissional do Estado de São Paulo, o Governo do Estado criou, em 2011, o Programa Via Rápida, nos termos do Decreto nº 57.133, de 14 de julho de 2011, cujo objetivo é preparar a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como habilitá-la ao exercício dos seus direitos à cidadania, aumentando a probabilidade de obter ocupação e auferir renda.

O programa atende os inscritos a partir de 16 anos, alfabetizados e domiciliados no Estado de São Paulo, ademais, o interessado para se inscrever a um dos cursos do Programa deverá preencher os requisitos legais. No ano de 2015, o Governo do Estado de São Paulo, visando o desenvolvimento de uma política pública de educação profissional, reestruturou o Programa através da Lei Estadual nº 16.079, de 22 de Dezembro de 2015, instituindo o Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda "Via Rápida", que ampliou a sua abrangência, criando as modalidades "Via Rápida Emprego", "Via Rápida Expresso", "Via Rápida Econômico" e o "Via Rápida 18".

A Lei Estadual nº 16.079 de 22 de dezembro de 2015 foi regulamentada pelo Decreto nº 62.033 de 17 de junho de 2016.

Ademais, o Programa objetiva promover o aumento da competitividade da economia paulista mediante a qualificação e formação profissional dos trabalhadores.

Desde sua criação o Programa ofereceu 244.412 vagas. Os cursos oferecidos são gratuitos e de qualificação e formação profissional, utilizando metodologias de múltiplas mídias desenvolvidas, seja no formato de DVD, CD, impresso ou vídeo, com recursos de imagens e interatividade, com duração de 1 à 3 meses, de acordo com as exigências didático-pedagógicas de cada ocupação e o perfil de cada candidato, apresentando conteúdos de conhecimentos gerais e específicos, com objetivo de preparar/capacitar/qualificar o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho, a depender da complexidade das ocupações, seja através de carretas móveis estruturadas com laboratórios e espaços adequados para a qualificação do trabalhador, ou ainda em unidades prisionais ou outros equipamentos públicos através de executoras contratadas pela Secretaria.

Em 2016, o Governo do Estado de São Paulo ofereceu 26.315 vagas para 153 municípios.

Os cursos foram executados em 28 unidades móveis, 70 Unidades Prisionais, 4 Centros de integração a Cidadania (CICs), 17 Unidade de Atendimento de Reintegração Social, 8 Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), 48 Escolas Estaduais, 8 Hospitais e 1 Central de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Sendo selecionados os seguintes cursos: Pintor, Encanador, Aplicação em Acionamento Industrial, Assistente de Cabeleireiro, Barman, Bartender, Calibração Básica, Camareiro, Comandos Hidráulicos e Pneumáticos, Corte e Costura, Cozinheiro geral, Eletricista de Automotores, Garçom, Garçom e Garçonete, Instrumentação Básica, Manicure e Pedicuro, Manipulador de Carnes, Manutenção de Válvulas de Controle, Maquiagem, Mecânico Automotivo, Mecânicos de Automóveis, Mecânicos de direção e freios, Mecânico de Motos, Metrologia, Panificação, Redes para Automação Industrial, Refrigeração e Climatização, Sistema de Automação e Controle e Soldador.

A meta do Programa Via Rápida é oferecer qualificação profissional para cerca de 20 mil trabalhadores para o ano de 2016, a qual foi superada por causa da demanda acumulada.

Programa 1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica

Centro Paula Souza (CPS)

Escolas Técnicas Estaduais (Etecs): o CPS administra 220 Etecs que oferecem Ensinos Médio, Técnico e Técnico integrado ao Médio (Etim). No primeiro semestre de 2016 o CPS contou com mais de 213 mil matrículas, somando-se as três modalidades de ensino citadas. Considerando os dois processos seletivos, que acontecem semestralmente, foram oferecidas mais de 120 mil vagas nos Ensinos Técnico, Etim e Médio, (estas duas últimas modalidades são oferecidas apenas no 1º semestre de cada ano). Em 2016, aproximadamente, 75 mil alunos concluíram o Ensino Técnico e Etim, resultando cerca de 64% de taxa concluinte. Quanto ao Ensino Médio, aproximadamente 11 mil alunos concluíram o curso em 2016, resultando cerca de 95% de taxa concluinte. Em 2016, foram criados e/ou reelaborados 12 cursos com a participação de empresas públicas e/ou privadas. Também em 2016, a taxa de interesse dos alunos do Ensino Médio do CPS, no ingresso ao Ensino Superior foi de, aproximadamente, 89%. Em 2016 foi criada uma Etec, localizada no município de Santa Cruz das Palmeiras. O prédio que abriga a Etec foi cedido pela Prefeitura e será adequado pelo Estado.

Classes Descentralizadas (CDs) – Unidades que funcionam com um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec. As prefeituras disponibilizam espaços para instalação de salas de aula e laboratórios. Em 2016 o CPS contou com 145 CDs, desse total de CDs, 15 foram implantadas em 2016. Outras 149 CDs funcionam pelas parcerias com a Secretaria de Educação do Estado (em 127 EEs) e com a Prefeitura da Capital (em 22 Centros Educacionais Unificados- CEUs).

Programa Vence: por meio deste Programa, outra parceria com a SEE, o CPS estende a oferta do Etim às escolas estaduais. As vagas são oferecidas na rede estadual de duas maneiras. O aluno pode ter as aulas do Ensino Médio em uma escola estadual e as do curso técnico em uma Etec ou ter aulas do Ensino Médio e do curso técnico na mesma escola estadual.

Certificação por competências: desde o 2º semestre de 2012 o Vestibulinho das Etecs oferece vagas remanescentes de segundo módulo para diversos cursos técnicos. Para concorrer a uma vaga os interessados devem ter concluído o Ensino Médio e ter experiência profissional na área do curso, o que será verificado por uma prova teste e uma prova prática.

Ensino a Distância: em 2016, o Grupo de Estudo de Educação a Distância ofereceu 4.255 vagas para 5 cursos técnicos semipresenciais: Administração, Comércio, Eletrônica, Informática e Secretariado. No 2º semestre de 2016 o curso técnico de Guia de Turismo passou a ser oferecido na modalidade online. A oferta de cursos livres foi incrementada com o lançamento dos cursos de Gestão de Pessoas e Canvas, AutoCad e Mercado de Trabalho.

Capacitação nas Etecs: em 2016 o curso de pós, em nível de aperfeiçoamento, oferecido pelo convênio com FNDE dentro do Programa Brasil Profissionalizado, *formou 146* professores e 184 *estão* em curso. Outros *717 docentes* fazem o curso do Programa Especial de Formação Pedagógica, também pelo convênio com o FNDE. Já o programa de melhoria contínua do trabalho Docente é organizado por meio de cursos para orientar professores dos ensinos Médio e Técnico em suas práticas pedagógicas. Materiais de suporte didático e publicações também são produzidos anualmente pela equipe e seus parceiros. Em 2016 foram realizados também 2 cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos Docentes voltados a inclusão, com 98 professores e coordenadores pedagógicos. As capacitações regionais por supervisão atenderam 260 gestores e professores. Já o curso para inclusão da Pessoa com Deficiência no serviço público capacitou 33 servidores do RH. No total, foram emitidos mais de 9 mil certificados para Docentes dos Ensinos Técnico, Médio e Etim e técnico-administrativos capacitados.

Faculdades de Tecnologia - Fatecs: o CPS administra 66 Fatecs que oferecem 72 cursos de graduação, para mais de 79 mil matriculados no segundo semestre de 2016. Neste ano, foi implantada a Fatec no município de Itatiba. Em 2016 foram oferecidas mais de 30 mil vagas (esse número inclui os dois processos seletivos semestrais) no Ensino Tecnológico. Em 2016, mais de 8 mil alunos concluíram o Ensino Tecnológico. O índice de titulação de Docentes do Ensino Tecnológico foi de 2,94.

Educação a distância: implantada no 2º semestre de 2014, em 2016 foram oferecidas 3.760 vagas (esse número inclui os dois processos seletivos semestrais), para o curso de Gestão Empresarial, divididas entre uma das 50 Fatecs credenciadas como polos de EaD. Atualmente cerca de 6 mil alunos estão matriculados nesta modalidade de ensino.

Capacitação nas Fatecs: Em 2016, a Unidade do Ensino Superior de Graduação do CPS desenvolveu atividades de capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento. Entre elas: cursos presenciais, semipresenciais e a distância, encontros, treinamentos, simpósio, congresso e workshop. No total, foram emitidos mais de 2.800 certificados para os Docentes do Ensino Tecnológico e técnico-administrativos capacitados.

Convênios Internacionais: em 2016 estavam em vigência 18 Acordos de Cooperação. O CPS assinou 3 Protocolos de Intenções: com a universidade da Polônia (*Czestochowa University Of Technology,* em Częstochowa); com a universidade em Porto Rico (*Universidad* de Puerto *Rico,* em Humacao); e com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ (Agência Alemã de Cooperação Internacional) - GmbH no Brasil, conexa à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília. E 6 Acordos de Cooperação**:** com a Embaixada do Reino Unido; Universidade Católica do Chile (Duoc); Universidade de Colima (México), dois com instituições de ensino superior de Portugal, o Instituto Politécnico de Santarém e o de Castelo Branco, e outro com o Institut National Universitaire Jean François Champollion, em Albi na França.

Convênios com Empresas: foram celebrados 15 Acordos de Cooperação em 2016: Google Brasil, Banco Santander (para bolsas de educação de ensino de idiomas a distância para alunos ou professores do CPS) e Prazeres da Mesa, entre outros, com o intuito de estabelecer relações conjuntas, programas de capacitação e treinamento para os alunos das Etecs e Fatecs. Foram

assinados também outros 9 Protocolos de Intenção com intuito de estreitar laços entre o CPS e diversas instituições para convênios futuros. Entre as empresas e instituições estão: Associação dos Engenheiros Politécnicos (AEP), Ceagesp, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia do Maranhão e Prefeitura Municipal de Carapicuíba.

Feira Tecnológica do Centro Paula Souza: A 10ª edição da Feteps, realizada em outubro de 2016, expôs 210 projetos de alunos de Etecs, Fatecs, e de outras instituições nacionais e estrangeiras entre mais de mil trabalhos inscritos.

Programa Via Rápida Emprego, em parceria com a SDECTI – CETTPRO: em 2016 foram 6.525 atendimentos, sendo 6.115 nas carretas e 410 atendimentos em espaços físicos diversos. Em 2016, a unidade móvel de Confecção Industrial V foi cedida à Sutaco. **Unidades Fixas:** as 4 estruturas físicas do CPS construídas para o programa Via Rápida – em SB do Campo, Campinas, Santos e P. Prudente passam por adequações para o atendimento ao Programa Via Rápida Economia Criativa – Etecri. Os cursos têm previsão de início em 2017. **Aprendiz Paulista**, em parceria com a Sert: voltado aos alunos de curso técnico das Etecs, com idade entre 14 e 24 anos. Em 2016 foram firmados 1.033 contratos. **FUSSESP,** em parceria com o Fundo Social visa qualificar o desempregado que busca oportunidade no mercado. Número de atendimento em 2016: 5.176. **Super MEI,** em parceria com o Sebrae, o CPS oferece cursos de qualificação profissional aos microempreendedores individuais (MEI) de todo o Estado. Desde agosto de 2016 o programa disponibilizou 1.720 vagas. **A Qualificação Básica – Formação Inicial e Continuada (QB FIC)** visa capacitar o trabalhador desempregado em busca de sua colocação no mercado ou na atuação empreendedora. Em 2016 a QB FIC contou com mais de 5 mil matrículas, e aproximadamente 3.800 concluíram os cursos, o que resultou cerca de 73% de concluintes. Em 2016 a QB FIC atendeu 63 municípios do Estado de São Paulo.

Programa de intercâmbio: devido às restrições orçamentárias, o Programa que oferecia bolsas de estudo de inglês e espanhol de um mês ao melhor aluno do último módulo de cada Etec e Fatec e a professores de inglês e espanhol e de áreas técnicas foi suspenso. Mas em 2016 ocorreram parte dos embarques do intercâmbio de 2015: 20 alunos para o Chile e 20 para Argentina; 20 professores para Londres e 20 para Espanha. Pela parceria com a Chapterhouse, 2 alunos de Fatecs receberam bolsas para estudar inglês durante 4 semanas, em 2017, na Irlanda. Pelos Programas Santander Universidades, o CPS distribuiu 15 bolsas entre alunos e professores de Fatec, todos com embarque em 2016. Em 2016 o Programa Santander voltou a doar 15 bolsas para estudos em países Ibero-Americanos, aos alunos das Fatecs. Desse total, os 3 classificados para o programa TOP ESPAÑA já embarcaram em julho. Os outros 12 têm embarque previsto em 2017.

Investimento de obras em Etecs e Fatecs – em 2016, o CPS empenhou R$ 71 milhões para investir em obras de construção, reforma e adequação nas unidades. Esse valor inclui, por exemplo, a construção de novas sedes para a Etec de Nova Odessa e a Fatec Guarulhos e na construção de prédios para abrigar as futuras Etecs de Guarulhos e Sumaré e as futuras Fatecs de Araraquara, Ferraz de Vasconcelos e Franco da Rocha, entre outras. Tem também a obra de ampliação com a construção de blocos, como os das Etecs de Botucatu e Guaracy Silveira (Capital) e os das Fatecs de Americana e Guaratinguetá, além de várias reformas em unidades existentes, como as das Etecs Prof. Carmelino Correa Jr (Franca), Lauro Gomes (São Bernardo do Campo), Sylvio de Mattos Carvalho (Matão) e obras emergenciais nas Etec de Barueri e Presidente Prudente (Adolpho Arruda Melo).

Agência Inova Paula Souza: É responsável por gerir as políticas de inovação da instituição, estimulando parcerias com empresas, órgãos de governo e sociedade, criando oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa contribuam para o desenvolvimento social e econômico do Estado e do País. Três importantes ações foram realizadas em 2016: 1) com o projeto de Política Pública, em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp e aprovado pela Fapesp, a equipe da INOVA visitou os Cégeps da Província do Québec, no Canadá em setembro. A missão teve por objetivo conhecer as estruturas dos Ensinos Técnico e Tecnológico dos Cégeps e sua forma de atuação. Foram visitados também alguns Centros Colegiais de Transferência de Tecnologia (CCTTs), vinculados aos Cégeps que atuam nas áreas Aeronáutica, Agricultura Sustentável, Animação 3D e Jogos Digitais. 2) Ainda em 2016, a INOVA Paula Souza promoveu e formalizou o Acordo de Cooperação entre o CPS e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para, em conjunto com a APTA e a Cati, desenvolver o Programa de Inovação em Agricultura Sustentável: Integrada, Orgânica e de Proximidade. O programa visa a união de esforços para executar ações em prol do desenvolvimento da Agricultura Sustentável no Estado de São Paulo. 3) Organizou o 3º Desafio Inova Paula Souza de Ideias e Negócios e premiou os projetos vencedores. Mais de 3 mil alunos de Etecs e Fatecs se inscreveram na competição para expor trabalhos com potencial para formação de novas startups.

Programa 1040 Via Rápida Empresa

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa

Transformada em Autarquia em 2012, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 11.879/2012, a Junta Comercial do Estado de São Paulo, desde então, passa por crescente modernização, tendo como marco a implantação do **VRE – Via Rápida Empresa**, em parceria com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa. Referido sistema integra a **Política de Estímulo ao Empreendedorismo e Favorecimento à Micro e Pequena Empresa**, lançada em 17 de maio de 2012, pelo Decreto Estadual 58.053. O serviço funciona pela internet e pode ser acessado pelo site da **JUCESP**.

O **VRE – Via Rápida Empresa** é um programa totalmente voltado à desburocratização da atividade empresarial, com características marcantes, que podem ser verificadas no Módulo Estadual de Licenciamento, que alberga a integração com diversos órgãos estaduais, municipais e federais, em um único sistema, possibilitando a viabilidade municipal (municípios conveniados), a obtenção do NIRE e do CNPJ e o licenciamento, ou seja, a abertura de empresas classificadas como de baixo risco em até 5 (cinco) dias.

O VRE está disponível para adesão a todos os municípios paulistas, sendo que, neste ano, o número de municípios que aderiram ao convênio e operam no sistema foi elevado para **132 (cento e trinta e dois).**

Rememorando, em setembro **de 2015**, esta Junta Comercial implementou o **Projeto VRE2**, anunciado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado. O sistema tem como característica primordial a tramitação eletrônica de documentos, em específico os atos de constituição de Sociedades Limitadas, de modo a garantir a segurança jurídica dos processos de registro empresarial.

O Sistema VRE2 está em fase de aprimoramento da sua primeira versão, ressaltando-se que estão na fase final de homologação: a constituição da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI; e a inscrição do Empresário Individual – EI.

Outro marco importantíssimo para este Órgão de Registro Público foi a contratação de uma tecnologia moderna de digitalização e consulta de documentos, que possibilitou não somente a digitalização dos documentos que tramitam diariamente, como também a digitalização e a preservação de um legado de mais de 11.000.000 (onze milhões) de imagens, propiciando que os pedidos de cópias de documentos arquivados (certidões de inteiro teor) sejam atendidos com eficiência e celeridade, assim como otimizou o trâmite interno de processos.

Seguindo, ainda no ambiente tecnológico e de modernização, esta Autarquia implementou vários sistemas internos, voltados à atividade-fim, de registro e de autenticação de livros mercantis, bem como outros sistemas voltados à atividade-meio, tais quais: controle de almoxarifado, tramitação de processos licitatórios, dentre outros.

A Administração da Junta Comercial do Estado de São Paulo preocupada com as condições de trabalho de seus colaboradores, bem como com o bem-estar dos usuários de seus serviços, que trafegam diariamente por suas dependências, neste ano de 2016, investiu na reformulação da sua estrutura, readequou os ambientes internos e as áreas de atendimento, bem como procedeu à instalação de ar-condicionado em todas as áreas.

Dados Macro - 2016

- 32 Escritórios Regionais;
- 04 VRE - Via Rápida Empresa (Prefeituras);
- 49 Postos Regionais (destes 2 Poupatempo);
- 550 Colaboradores;
- Cadastro JUCESP: 8.440.712 de empresas / 6.729.273 empresas com movimento após 1991;
- Empresas abertas: 170.600 (no ano 2016), sendo: 14.217 por mês e 677 por dia;
- Processos protocolados: 1.402.419 (no ano 2016), sendo: 116.868 por mês e 5.701 por dia. Do número total (1.402.419), 26% dos processos sofreram exigência;
- Atendimento na sede: 628.053 pessoas (no ano 2016), sendo 52.337 pessoas por mês e 2.492 pessoas por dia;
- Média de espera no atendimento: 4 minutos;
- Fale Conosco: 40.787 mensagens (no ano 2016), sendo 3.399 por mês e 165 por dia;
- Dúvidas sobre o sistema: 3.011 atendimentos telefônicos por mês e 2.137 atendimentos presenciais por mês;
- JUCESP *on line*: 29.921.694 pesquisas por empresa, 10.616.417 consultas a dados cadastrais e 756.276 certidões emitidas (dados até 15/12/2016);
- Assessoria Técnica de Decisão Singular: 371.141 processos analisados;

- Gerência de Apoio à Decisão Colegiada: 90.597/ano 2016, média de 7.550/mês;
- Leiloeiros: 2.158 processos analisados;
- Armazéns Gerais: 2.930 processos analisados;
- Livros: 76.555 livros analisados;

Programa 1042 Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários

USP

Já o programa de Assistência Médica tem por objetivo promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência ambulatorial, médico-hospitalar e odontológica e procedimentos hospitalares de alta complexidade. Compõe esse programa as seguintes ações e produtos:

Ação 5274 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Universitário (número de internações: 8.823);

Ação 5276 - Procedimentos de Alta Complexidade nas Áreas de Anomalias Craniofaciais/Deficiência Auditiva no "Centrinho" em Bauru (procedimentos cirúrgicos de alta complexidade realizados: 4.697).

UNICAMP

Desempenho da área de Saúde - Através de sete unidades de atendimento, ensino e pesquisa na área da saúde - o Hospital de Clínicas, o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Hospital da Mulher-Caism), o Hospital Estadual Sumaré, o Gastrocentro, o Hemocentro, o Cipoi e a Fop - a Unicamp vem consolidando sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde na região de Campinas e no interior do Estado. Cobrindo uma área de 90 municípios e uma população superior a 5 milhões de habitantes, as unidades de saúde da Universidade disponibilizaram 857 leitos que propiciaram, em 2016, 36.841 internações. Conjuntamente, realizaram cerca de 891 mil consultas ambulatoriais, 55.945 mil cirurgias, 5,2 mil partos, 6,5 milhões de exames laboratoriais e 323 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado. Além dos atendimentos proporcionados diretamente pelo seu complexo hospitalar, a Unicamp também estende suas ações na área de saúde por meio dos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) nos municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Piracicaba, Rio Claro, Limeira, Mogi-Guaçu e São João da Boa Vista cujos indicadores estão contidos nos números acima citados.

FAMEMA

O Programa 1042- Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial é composto por duas ações que objetivam a implementação das atividades realizadas nos cenários de prática médica e de enfermagem que normalmente ocorrem no hospital escola e nas unidades de saúde do município de Marília. Para garantir a execução das atividades foram realizados convênios com o Ministérios da Saúde. Efetuamos aquisição de materiais de uso hospitalar, bem como contratação de serviços terceirizados e pagamento da folha de servidores da FAMEMA.

FAMERP

O relatório a seguir apresenta os demonstrativos financeiros e as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-Famerp no exercício de 2016, apresentando desta forma:

1. Os programas conforme a LOA/2016, incluindo o valor da dotação inicial e o realizado no ano;
2. A descrição resumida do Programa, incluindo suas principais ações;
3. O que foi realizado nos programas;

A execução orçamentária da FAMERP foi realizada de acordo com o objetivo das seguintes ações:

Ação 5272 - Apoio Técnico Administrativo;
Ação 5274 - Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial;
Ação 4402 - Bolsas de Estudos Para Pesquisa e Desenvolvimento;
Ação 5304 - Ensino Graduação Universidades e Faculdades Estaduais;
Ação 5305 – Ensino Pós Graduação Universidades e Faculdades Estaduais;
Ação 5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Serviço à Comunidade

O Programa 1042- Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial é composto por uma única ação que objetiva a implementação das atividades realizadas nos cenários de prática médica e de enfermagem que normalmente ocorrem no hospital escola e nas unidades de saúde do município. Para garantir a execução das atividades foram entabulados convênios com o Município, e com os Ministérios da Saúde e da Educação para a implementação de programas de inserção dos alunos na rede pública de saúde, bem como a compra de materiais de uso hospitalar, contratação de serviços terceirizados e pagamento de parte da remuneração de servidores da Autarquia.

Tabela de Indicadores Programa 1042 - FAMERP			
Produto	**Descrição**	**Meta**	**Executado**
1216	Atendimento Hospitalar e Ambulatorial Realizado em Hospital Universitário	33000	37597

Programa 1043 Ensino Público Superior

USP

A Universidade de São Paulo, autarquia especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, é responsável por um conjunto de quatro programas orçamentários, a saber: a) 100 - Suporte Administrativo; b) 1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica; c) 1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários e d) 1043 - Ensino Público Superior. A execução desses programas está distribuída em sete *campi* universitários nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Lorena e Bauru. Além disso, a USP também está presente nas cidades de Santos e São Sebastião, respectivamente, com o curso de Engenharia do Petróleo da Escola Politécnica e com o Centro de Biologia Marinha (CEBIMar).

O programa de Suporte Administrativo destina-se a prover a Universidade dos meios destinados à gestão administrativa e que não concorram diretamente na produção de bens ou serviços específicos gerados pela implementação de ações fins. Este programa é composto apenas da ação 5272 - Apoio Técnico Administrativo.

No caso da USP, o programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composto apenas pela ação 5292 - Manutenção da Educação Profissional Técnica e tem por objetivo manter a oferta de educação profissional em todas as suas modalidades, atendendo à demanda crescente por mão de obra qualificada dos diversos setores econômicos do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a USP mantém o Colégio Técnico de Lorena (COTEL), vinculado à Escola de Engenharia de Lorena (EEL), o qual conta atualmente com 120 alunos matriculados.

Por fim, o programa de Ensino Público Superior destina-se a manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós- graduação. Compõe esse programa as seguintes ações e produtos:

Ação 5297 - Atividades em Museus da USP (visitantes em exposições e mostras do acervo: *550.438*);

Ação 5304 - Ensino de Graduação (alunos matriculados: *58.938*);

Ação 5305 - Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (alunos matriculados nos cursos de pós-graduação: *31.414*);

Ação 5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade (alunos matriculados em cursos de extensão: *27.515*);

Ação 1151 - Obras e Instalações (m² de instalações adequadas: *3.165m²*);

Ação 5787 - Políticas de Permanência e Formação Estudantil (bolsas e demais auxílios concedidos: *12.608*);

Ação 5312 - Restaurantes Universitários (refeições servidas: *4.272.808*).

Dentre as ações apresentadas acima, merece destaque o fato de que a USP conta hoje com quase 118 mil alunos matriculados em 309 cursos de graduação, 222 programas de mestrado e doutorado e 934 cursos de extensão universitária, além de milhares de outros participantes em diversas modalidades de cursos de ensino à distância.
A tabela 1 abaixo mostra os valores previstos na Lei Orçamentária Anual e o total liquidado em cada ação orçamentária no ano de 2016. Em média, a Universidade realizou 89,71% do orçamento previsto na Lei 16.083 de 28 de dezembro de 2015 (Fonte Tesouro do Estado), estando o restante incluído em restos a pagar. Percentuais de execução superiores a 100% decorrem de remanejamentos orçamentários ao longo do ano.

Valores Previstos e Realizados dos Programas e Ações Orçamentárias da USP no ano de 2016 — R$

Programa /Ação	Previsto*	Realizado	% de Execução
100- Suporte Administrativo	1.905.394.335	1.875.287.538	98,42%
5272 - Apoio Técnico Administrativo	1.905.394.335	1.875.287.538	98,42%
Despesas Correntes	1.905.394.335	1.875.287.146	98,42%
Despesas Capital	-	392	-
1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	1.997.430	-	0,00%
5292 - Manutenção da Educação Profissional Técnica	1.997.430	-	0,00%
Despesas Correntes	1.997.430	-	0,00%
Despesas Capital	-	-	-
1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários	427.254.672	407.152.360	95,30%
5274 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial	324.095.291	305.523.438	94,27%
Despesas Correntes	315.095.291	305.523.438	96,96%
Despesas Capital	9.000.000	-	-
5276 - Procedim.Alta Complexidade/Áreas de Anomalias	103.159.381	101.628.922	98,52%
Cranofaciais- Deficiência Auditiva			
Despesas Correntes	103.159.381	101.571.560	98,46%
Despesas Capital	-	57,	-
1043 - Ensino Público Superior	2.614.550.365	2.157.350.059	82,51%
5297 - Atividades em Museus da USP	56.303.274	42.702.065	75,84%
Despesas Correntes	56.303.274	42.462.888	75,42%
Despesas Capital	-	239,	-
5304 - Ensino de Graduação nas Universidades Estaduais	1.171.162.261	1.003.202.693	85,66%
Despesas Correntes	1.171.162.261	988.428.629	84,40%
Despesas Capital	-	14.774.064	-
5305 - Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa nas Universidades Estaduais	1.169.693.543	966.878.717	82,66%
Despesas Correntes	1.169.693.543	964.979.645	82,50%
Despesas Capital	-	1.899.072	-
5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade	162.621.103	120.469.949	74,08%
Despesas Correntes	162.621.103	120.377.374	74,02%
Despesas Capital	-	93,	-
1151 - Obras e Instalações	40.000.000	14.921.111	-
Despesas Correntes	-	8.908.954	-
Despesas Capital	40.000.000	6.012.157	-
5787 - Políticas de Permanência e Formação Estudantil	14.048.899	8.811.220	62,72%
Despesas Correntes	14.048.899	8.811.220	62,72%
Despesas Capital	-		-
5312 - Restaurantes Universitários	721,	364,	50,51%
Despesas Correntes	721,	349,	48,35%
Despesas Capital	-	16,	-
Total Geral	**4.949.196.802**	**4.439.789.957**	**89,71%**

UNICAMP

Em 2016, a UNICAMP contava com aproximadamente 34,6 mil alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 153 programas de pós-graduação em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira. Seus 1.867 docentes, 99% dos quais com titulação mínima de doutor e 93% atuando em regime de dedicação exclusiva, seguem liderando a produção per capita nacional de artigos científicos publicados em revistas internacionais indexadas.

No plano do ensino técnico, em 2016 a UNICAMP contava com 3.460 alunos matriculados em 36 cursos oferecidos em seus dois colégios Técnicos - Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) e Colégio Técnico de Limeira (COTIL), que atuam na formação profissional de nível médio/técnico. Os cursos oferecidos abrangem as seguintes áreas: Industrial, Informática, Saúde, Telecomunicações, Gestão e Meio Ambiente.

Além do reconhecido destaque no cenário nacional, o desempenho da instituição também vem repercutindo internacionalmente. Nos últimos quatro anos, a UNICAMP galgou 37 posições no ranking global de instituições de ensino superior elaborado pela consultoria internacional *Quacquarelli Symonds* (QS), de acordo com o mais recente relatório "*The Top Universities in the Word*" ("As Melhores Universidades do Mundo"), referente a 2016. A Universidade Estadual de Campinas agora ocupa a 191ª posição entre as mais de 900 instituições ranqueadas, e é a segunda melhor avaliada no Brasil. A trajetória da UNICAMP no QS manteve-se sempre ascendente. O avanço mais recente, entre 2015 e 2016, foi de quatro posições.

A UNICAMP também alcançou a 28ª posição no ranking de universidades dos BRICS e economias emergentes para 2017, elaborado pela revista britânica *Times Higher Education* (THE). Esse ranking elenca instituições de 48 países considerados "emergentes" ou "fronteiras econômicas" pela companhia britânica de índices econômicos FTSE. Segundo nota emitida pela THE, apenas 35 desses países têm universidades entre as 200 melhores do ranking.

Ensino

PAAIS - O Conselho Universitário (Consu), órgão máximo de deliberação da UNICAMP, aprovou em maio de 2015 mudanças no Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, com o objetivo de ampliar a inclusão social nos cursos de graduação da UNICAMP. As mudanças aprovadas estabeleceram a adição de 60 pontos às notas da primeira fase do Vestibular, para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública, e mais 20 pontos para candidatos que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e que também tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública. Até o ano anterior, os pontos eram usados somente após a segunda fase. A medida passou a ser aplicada a partir do Vestibular UNICAMP 2016, cuja primeira fase foi realizada em 22 de novembro. Além da bonificação na primeira fase, os candidatos aprovados para a segunda fase e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública, contarão com a adição de mais 90 pontos na prova de redação e outros 90 nas provas dissertativas. Candidatos aprovados na primeira fase, que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e que também tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública, contarão com mais 30 pontos na segunda fase, além dos 90.

Como resultado dessas medidas, em 2016, a UNICAMP registrou 47,4% (1.537) de matriculados vindos de escolas públicas. No ano anterior, a taxa havia sido de 30,2% (997). Já o índice de matriculados autodeclarados pretos, pardos ou indígenas foi de 22,4% (726) em 2016 e de 15,7% (518) em 2015.

Em vigor desde 2005, o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da UNICAMP tem conseguido, sem fazer uso de cotas, promover a inclusão social na Universidade. Em 2016, o número de inscritos que fizeram todo o ensino médio em escolas da rede pública representou 28,2% (21.939) do total de candidatos no Vestibular, contra 26,6% (20.518) no vestibular anterior. O percentual de inscritos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas foi de 19,4% (15.111). No ano anterior, o percentual foi de 18,3% (14.128).

Pós-Graduação - Com 44% de seus alunos concentrados na pós-graduação (proporção inédita na América Latina) a UNICAMP responde por aproximadamente 12% das teses e dissertações produzidas no país. Levantamento prévio indica que em 2016 a UNICAMP registrou 1.348 dissertações de mestrado e 993 teses de doutorado defendidas. Dos 134 cursos de pós-graduação oferecidos pela UNICAMP e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no mais recente ciclo trienal, 103 (77%) ficaram na faixa de notas de 5 a 7, o que os classifica como muito bons ou excelentes. Os cursos avaliados com nota 6 ou 7 são considerados de excelência, com padrão internacional. A UNICAMP tem 66 cursos nesta faixa, o que corresponde a 44% do total de pós-graduações avaliadas da universidade.

Pesquisa e Desenvolvimento

Produção científica - Tomando-se por base levantamentos do *Institute for Scientific Information* (ISI), dos Estados Unidos, que monitora dez mil revistas internacionais especializadas, a produção científica da UNICAMP manteve, em 2016, a tendência de crescimento contínuo que vem experimentando desde 2002. Note-se que essa expansão se dá, ao longo dos anos, com um número estável de docentes/pesquisadores. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, a comparação mostra um crescimento notável de produtividade - de 0,2 para 1,8 artigo *per-capita* por ano - sobretudo quando se considera que a UNICAMP experimentou, nas últimas duas décadas, uma redução no seu corpo docente.

Inovação tecnológica **-** A Agência de Inovação Inova UNICAMP, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade, recebeu 134 comunicações de invenção de janeiro a novembro de 2016. A Agência de Inovação acumula o total de 1.012 patentes vigentes. Na área de parcerias, foram assinados 17 contratos de licenciamento e há ainda outros nove em tramitação. O número de contratos de licenciamento vigentes chegou a 82. Em relação aos convênios de P&D, foram 20 assinados no mesmo período. E há ainda 13 em tramitação.

UNESP

Criada em 1976, a partir de 15 institutos isolados de ensino superior que existiam em várias regiões do Estado de São Paulo, a UNESP é hoje uma das maiores e mais importantes universidades brasileiras, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade.

Em seus 40 anos, a UNESP é responsável por aproximadamente 22% da produção científica do Estado de São Paulo e 8% da produção do Brasil. Esses valores incidem diretamente sobre o desempenho nos rankings internacionais.

A UNESP teve grande destaque no ano de 2016 por ser a única instituição brasileira na lista de 100 melhores universidades com menos de 50 anos, divulgada pelo QS. De acordo com os dados, a UNESP ficou classificada entre a 71a e a 80a colocações, no mesmo intervalo que ocupou na edição anterior. Isso mostra a consolidação da universidade entre as universidades de maior tradição. Ainda dentro do ranking QS, os cursos de Odontologia e Medicina Veterinária foram classificados entre os 50 melhores do mundo. No Brasil, os cursos da UNESP figuram entre os top 10 classificados.

A UNESP teve sua melhor classificação no ranking *Nature Index: Rising Stars* das Américas do Sul e Central. O ranking identifica as instituições ascendentes no mundo da ciência com base no *Nature Index*, que acompanha a pesquisa de mais de 8 mil instituições globais de alta qualidade. Na publicação mais recente, a UNESP figura na 1a colocação. Em um dos mais tradicionais rankings, o Ranking THE (*Times Higher Education)*, a UNESP foi classificada na 11a posição na América Latina e na 6a colocação no Brasil.

No RUF, Ranking Universitário Folha, único ranking universitário nacional, a UNESP figura entre as universidades de maior destaque no Brasil. Por ser uma instituição multicampi, os cursos da UNESP estão sempre entre os destaques no Estado de São Paulo.

Inclusive, nos rankings derivados do RUF, a UNESP representa a elite das universidades brasileiras, sendo uma das mais desejadas por empresas. Além disso, das publicações nacionais, ao somar a contribuição da USP, da Unicamp e da UNESP, cerca de 33% têm participação direta de seus pesquisadores.

Os pesquisadores da UNESP também contribuíram ativamente para elevar o nome da instituição mundialmente. No *Ranking* Mundial de Universidades na Web (*Webometrics Ranking*), de responsabilidade da *Cybermetrics Lab*, a UNESP é a segunda universidade mais citada no país. A UNESP possui pesquisadores com índice-H classificados entre as primeiras posições no Brasil.

Universidade cumpre também um papel muito importante nas cidades em que está presente. Os serviços ligados aos trabalhos acadêmico e administrativo, desenvolvidos nas 34 unidades universitárias e na Reitoria da UNESP, contribuem para manter 11 mil empregos diretos e injetam na economia desses municípios algo próximo de 2,3 bilhões de reais, valor somado dos gastos com pessoal, encargos, equipamentos e investimentos.

Outro aspecto de fundamental importância está nos serviços prestados pela Universidade. Nos últimos anos têm crescido, de forma significativa, os projetos desenvolvidos pela UNESP em parceria com as prefeituras municipais. Merecem destaque os que têm grande repercussão pelo seu impacto social, relacionados ao meio ambiente, ao manejo dos resíduos sólidos e orgânicos, à proteção dos mananciais. Há ainda os cursinhos gratuitos preparatórios para os vestibulares e os serviços prestados por várias unidades diretamente ligados à área de saúde, como exames e tratamentos odontológicos, clínicos, fonoaudiológicos e fisioterápicos.

A sua presença em regiões distantes da capital paulista aumentou a possibilidade de jovens socialmente carentes poderem frequentá-la. Isso se consolidou com a adoção do sistema de cotas para alunos da escola pública (42,9% dos matriculados) e, entre eles, os racialmente discriminados (pretos, pardos e índios - PPIs, 22,6% dos matriculados).

Graduação E Pós-Graduação

A UNESP oferece 155 cursos de graduação, em 69 profissões de nível superior, que formam, por ano, 5,4 mil novos profissionais. Na graduação, os mais de 37,7 mil alunos podem participar de programas especiais de treinamento e realizar atividades extracurriculares.

O Programa de Melhoria do Ensino de Graduação (PMEG) foi iniciado em 2006, disponibilizando recursos às unidades para investimentos nos laboratórios didáticos, clínicas, ateliês, oficinas didáticas e salas de aula, com finalidade exclusiva para atendimento do ensino de graduação.

No total (2006 a 2016) o programa distribuiu R$ 53.163.567,00, com investimentos realizados principalmente em equipamentos de laboratórios e equipamentos de informática.

Os cursos de graduação voltados à formação de professores estiveram, no período, submetidos a grandes reestruturações a fim de aprimorá-los e qualificá-los como de excelência global. Além de atender às legislações em vigor, houve manutenção de parcerias com entidades e escolas públicas por meio do Programa Núcleos de Ensino e do Pibid/Capes. Também neste período, a Comissão de Licenciaturas trabalhou na elaboração e inclusão obrigatória da disciplina de Libras e Educação Inclusiva oferecida de forma semipresencial em quase 38% dos cursos de graduação da UNESP. Tais ações são diversificadas e as restrições orçamentárias ocorridas resultaram no encolhimento de umas e extinção de outras, como a oferta da disciplina de redação científica.

A Pós-graduação busca continuamente melhorar a qualidade dos seus Programas e incentivar a educação continuada, com os Cursos de Especialização e Residência.

Avaliando a produção científica dos docentes observa-se que, embora o valor quantitativo de artigos publicados tenha sido semelhante nos últimos anos, houve um incremento na visibilidade e no impacto das publicações.

Das propostas de APCN enviadas para a Capes entre 2013-2016, foram aprovados 24 novos programas e 10 cursos de doutorado. Atualmente a UNESP conta com 147 Programas de Pós-graduação, dos quais 124 cursos são de mestrado acadêmico, 112 de doutorado e 20 cursos de mestrado profissional. Desses programas, 4 são inter -unidades, 12 são 5 interinstitucionais sendo 7 deles oferecidos em rede.

No período avaliado houve um crescimento de 14% no número de PPGs e um aumento no número de pós-graduandos, especialmente de doutorandos.

Programas de pós-graduação, alunos matriculados, dissertações e teses defendidas*

Ano	PPGs	Alunos Matriculados				Teses e Dissertações defendidas			
		M	MP	D	Total	M	MP	D	Total
2013	133	6.405	504	5.855	12.764	1.694	96	985	2.775
2014	141	6.490	598	6.103	13.191	1.950	99	1.035	3.084
2015	146	6.485	723	6.346	13.554	1.882	138	1.125	3.145
2016	147	6.471	882	6.520	13.873	1.914	204	1.208	3.226

* em 01/12/2016

Com a finalidade de ampliar e fortalecer o intercâmbio interno de docentes e de pós-graduandos e incentivar a participação do corpo docente da Universidade em Programas de Pós-Graduação da UNESP, esforços foram direcionados para apoiar programas de pós-graduação interunidades. Nesse sentido, no período 2013-2016 foram apoiadas 227 mobilidades de docentes e 162 de pós-graduandos.

Os PPGs neste período contribuíram com a PROPG nas atividades de reconhecimento de títulos estrangeiros de mestrado e doutorado para fins de validade nacional. Foram aprovados 84 títulos de diferentes Universidades estrangeiras.

A ampliação da inserção nacional e internacional da Pós-graduação da UNESP pode ser evidenciada na participação em Programas de Pós-graduação ofertados em redes nacionais e interinstitucionais, bem como pelos projetos interinstitucionais como Minter (8) e Dinter (29) ativos no período 2013-2016, sendo 3 destes Dinter celebrados com universidades estrangeiras.

Destaca-se também a participação da UNESP em editais nacionais, como Procad e Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPD Institucional MEC/Capes que em 2013 implementaram 98 bolsas. Em 2014 foram implementadas 115 bolsas e em 2015 e 2016 foram implementadas 146 e 160 bolsas, respectivamente.

A troca de experiências entre os docentes da UNESP ocorreu em diferentes países, predominantemente Estados Unidos e Portugal. No período de 2013 a 2016, os programas receberam 199 professores com inserção internacional de destaque em universidades estrangeiras, que visitaram os PPGs da UNESP, e 235 professores dos PPGs receberam apoio da Pró-reitoria de Pós-graduação para realizar atividades em universidades estrangeiras.

Os investimentos para aumentar a produção acadêmica qualificada e sua divulgação e o apoio na edição de textos científicos tiveram como objetivo apoiar a edição e o lançamento de livros, selecionados pelos Conselhos dos Programas segundo critérios de mérito estabelecidos em editais da PROPG e mediante a avaliação de pareceres por comissão de especialistas. Dos títulos de livros digitais (Cultura Acadêmica) editados, 54 foram lançados em 2013 e 62 em 2014. Em 2015 foram lançados 51 livros e em 2016 outros 32. Deste conjunto de livros foram realizados mais de 21 milhões de *downloads* por 20 diferentes países.O programa Redefor, desenvolvido com o apoio do Núcleo de Educação a Distância da UNESP (NEaD), ofereceu cursos de especialização a educadores do Ensino Fundamental II e Médio (ambos para o Estado de SP) em cinco áreas do conhecimento (Artes, Filosofia, Geografia, Língua Inglesa e Química), com o objetivo de trazer melhorias de aprendizagem para os estudantes dessas séries.

Cursos e cursistas no quadriênio 2013-2016

Curso	Ano	Inscritos
2013	Redefor 1 – 2ª Edição	3.950
2013	Graduação – Disciplina Libras	32
2014	Redefor Educação Especial e Inclusiva – 1ª Edição	1.599
2014	Universidade do Livro	679
2014	UAB	965
2014	Graduação – Disciplina Libras	358
2015	Cursos NEaD	2.269
2015	Graduação – Disciplina Libras	279
2016	Cursos NEaD	1.724
2016	Graduação em Pedagogia	1.069
2016	Especialização (Def. Auditiva e Altas Habilidades/Superdotação) (Prefeitura de SP)	364
2016	Graduação – Disciplina Libras	304
2016	Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos	117
	Total Cursistas (Quadriênio)	**13.709**

Fonte: Grupo de Tecnologia da Informação – NEaD/Unesp

Instituto Confúcio na UNESP

O Instituto Confúcio na UNESP foi criado em 26/11/2008 e tem como universidade parceira a Universidade de Hubei, que fica na cidade de Wuhan, China. Entre 2008 e 2016 o número acumulado de alunos é 8.698. Em 2016, há 1.137 alunos matriculados em 10 campi da UNESP, fora a sede do Instituto Confúcio no Ipiranga.

Atualmente há salas do Instituto nos Campus de Assis, Marília, Presidente Prudente, Ilha Solteira, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Araraquara, Bauru, Botucatu, São José dos Campos e São Paulo. Além disso, há salas do Instituto na cidade de Jacareí, em convênio com a prefeitura local.

São 23 professores, sendo dois da Universidade de Hubei, dois professores locais e 18 professores voluntários chineses, que em geral são alunos de mestrado em ensino de mandarim como língua chinesa, que colaboram conosco como professores visitantes geralmente pelo período de dois anos. Nesse período já enviamos mais de 200 alunos para a China com bolsas do Instituto Confúcio. Essas bolsas são para cursos de verão (três semanas), seis meses, um ano e dois anos (mestrado).

Há ainda intensa agenda de atividades culturais, como um projeto de tradução e publicação de clássicos chineses, com a Editora UNESP. Já foram publicados quatro livros:

Poesias Completas de Yu Xuanji, que é considerada a principal poetisa da China e que viveu no período da Dinastia Tang.

Também foi publicada uma coletânea de poesias, Antologia da Poesia Clássica Chinesa - Dinastia Tang, que recebeu o Prêmio Jabuti de melhor tradução. A tradução foi feita pelo diplomata brasileiro Ricardo Portugal e sua esposa Tan Shiao. Também foram traduzidos e publicados os Analectos, de Confúcio, e Do De Jing, de Laozi. Esses dois livros são clássicos da filosofia chinesa que não possuíam tradução direta do chinês em língua portuguesa. A tradução foi feita pelo sinólogo Giorgio Sinedino, que vive atualmente em Macau, China. No caso dos Analectos, o jornal Folha de São Paulo republicou o livro na coleção dos Grandes Filósofos, numa edição de 30.000 exemplares.

Também foi recebida, em agosto de 2016, a Vice-Premier da China, Sra. Liu Yandong, que veio ao Brasil para representar o governo chinês na abertura das Olimpíadas Rio 2016. Ela fez questão de visitar o Instituto e trazer uma mensagem do presidente da China, Xi Jinping, e do primeiro-ministro Li Keqiang à UNESP e ao Instituto Confúcio na UNESP.

Na ocasião ela foi recebida pelo reitor da UNESP, professor Júlio Cezar Durigan, em cerimônia realizada na sede do Instituto, no bairro do Ipiranga, quando ela manifestou em nome do Presidente e do Primeiro-Ministro da China toda a gratidão do governo chinês pelo apoio que o Instituto Confúcio tem recebido da UNESP.

Vestibulares
Além de manter os diversos processos seletivos, a VUNESP incluiu em seus projetos seleções para instituições como as Faculdades de Medicina de São José do Rio Preto e de Marília (FAMEMA e FAMERP), fazendo com que o total de vestibulares passasse do recorde de 40 projetos por ano, atingido em 2010, para 50 projetos por ano nesta gestão.

Os grandes destaques na atuação da VUNESP nos últimos anos, em parceria com a UNESP, foram o aumento de 22,1% no total de inscritos para o Vestibular da Universidade (474 mil candidatos nesta gestão) e a implementação do Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP), com início em 2013, quando 15% das vagas foram reservadas para candidatos que fizeram integralmente o ensino médio na rede pública. 35% dessas vagas foram reservadas a candidatos pretos, pardos ou índios.

A porcentagem destinada ao SRVEBP aumentou gradativamente a cada temporada, com reserva de 25% das vagas no Vestibular UNESP 2015, 35% em 2016 e agora com 45% para a edição 2017.

O resultado de tal iniciativa pode ser visto na mudança em relação ao índice de ingressantes oriundos de escolas públicas, que saltou de 36,1% dos matriculados em 2010 para 46,6% em 2016.

O índice de ingressantes pretos, pardos ou índios foi de 15% em 2010 para 24,8% em 2016, sempre com tendência crescente.

Preocupada com a gestão dos documentos, de indicadores de desempenho dos processos, de equipamentos de medição e monitoramento e de ações corretivas e preventivas na melhoria dos trabalhos, a VUNESP mantém seu sistema de gestão da qualidade de acordo com os requisitos da norma ABNT NBR ISO 9001.

A certificação data de 11 de janeiro de 2013. Desde então, a VUNESP tem conseguido manter a excelência em todas as auditorias e avaliações, capacitando seus funcionários por meio de cursos com profissionais especializados, com notada dedicação na atual etapa de adequação à versão 2015 da norma NBR ISO 9001: 2015.

UNESP em Números

Cidades: 24
Faculdades e institutos: 34
Unidades complementares: 11
Atendimento veterinário: 60 mil atendimentos e 105 mil exames laboratoriais, em três cidades.
Colégios técnicos: 3 (7 cursos técnicos e 3 de nível médio, em Bauru, Guaratinguetá e Jaboticabal).
Professores: 3.826
Servidores técnico-administrativos: 6.782
Alunos de graduação: 37.388
Alunos de pós-graduação (stricto sensu): 13.206
Total de alunos: 50.594

Cursos
Graduação: 155 cursos, nos quais anualmente são formados 5,4 mil profissionais
Pós-graduação: 147 programas oferecem 124 mestrados acadêmicos, 20 mestrados profissionais e 112 doutorados acadêmicos, formando anualmente 3,1 mil pós-graduados (2 mil de mestrado e 1,1 mil de doutorado)
Pesquisas
Número de artigos publicados em 2014: 4.571 (base de dados Scopus) e 3.695 (base de dados Web of Science)
Laboratórios: 2 mil
Infraestrutura
Área total: 63.256.465,92 m²
Área construída: 950.533,39 m²
Bibliotecas: 30 (acervo com mais de 1,5 milhão de livros e 27,8 mil títulos de periódicos)
Fazendas de Ensino e Pesquisa: 5
Hospitais Veterinários: 3
Centro de Oncologia Bucal
Centro de Assistência Odontológica a Excepcionais
Centro Jurídico Social

UNIVESP

A UNIVESP tem por objetivo a promoção do ensino e pesquisa em nível superior e de cursos de extensão universitária em diversas áreas do saber, mediante ampliação da oferta de vagas por meio das modalidades de ensino a distância e semipresencial, apoiado nas formas tradicionais de ensino e em novas tecnologias de informação e comunicação.

São funções da UNIVESP:

- Ministrar, diretamente ou por intermédio de convênio com outras instituições de ensino, os cursos necessários visando à formação e ao aperfeiçoamento, inclusive em nível de pós-graduação, dos recursos humanos para prover o acesso ao conhecimento como bem público em todos os municípios do Estado;
- Promover a pesquisa científica e tecnológica e a produção de pensamento original;
- Fazer uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação para a oferta de cursos semipresenciais, com a utilização de instrumentos, técnicas e métodos que lhe sejam correlatos, observando as diferenças individuais dos alunos, as peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa;
- Desenvolver ações voltadas à expansão geográfica e à ampliação das vagas do ensino superior;
- Prestar serviços à comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do conhecimento e da pesquisa; subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à educação superior e disseminar as respectivas informações; atuar em todas as regiões do Estado e observar, em suas políticas e ações, o intercâmbio acadêmico-científico e a cooperação com instituições nacionais e estrangeiras que se relacionarem aos seus objetivos;

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP transformou-se na quarta universidade pública estadual paulista, na forma jurídico-institucional de uma fundação, por meio da Lei 14.836, de 20 de julho de 2012, sendo reconhecida como tal pelo Conselho Estadual de Educação (Portaria CEE-GP-120, de 23 de março de 2013) e credenciada pelo Ministério da Educação (Portaria nº 945, de 18 de setembro de 2015) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância em âmbito nacional.

Graduação
Turmas ingressantes em 2014
Os Ciclos Básicos dos cursos oferecidos no primeiro Vestibular da UNIVESP, realizado em 2014 (Engenharia e Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática), cuja duração é de 2 (dois) anos, encerraram-se no primeiro semestre de 2016. Assim, tiveram início, em agosto deste ano, os Ciclos Profissionais, dando origem a 6 (seis) cursos de graduação, com a seguinte distribuição de matrículas: Engenharia de Computação (463; 19%); Engenharia de Produção (674; 28%); Licenciatura em Biologia (381; 16%); Licenciatura em Química (243; 10%); Licenciatura em Física (215; 9%); Licenciatura em Matemática (436; 18%).

A ocupação das vagas no 2º semestre de 2016 (5º semestre dos cursos), em relação ao número total de vagas ofertadas no Vestibular 2014, portanto, é de:

- Total -2.412 matriculados (72,4% das 3.330 vagas do vestibular);
- Engenharias -1.137 matriculados (87,7% das 1.296 vagas do vestibular);
- Licenciaturas -1.275 matriculados (62,7% das 2.034 vagas no vestibular);

Dos alunos atualmente matriculados nos Ciclos Profissionais dos cursos de graduação oferecidos pela UNIVESP: 34,9% são autodeclarados pretos, pardos ou índios (PPI); 74,2% são alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em Escola Pública.

Vestibular UNIVESP 2016 (Novas turmas)
O Vestibular UNIVESP 2016 foi realizado no dia 26 de junho deste ano. Foram oferecidas 918 vagas - 414 para Engenharia de Computação e 504 para Engenharia de Produção -em 17 polos distribuídos por 16 cidades do Estado. Foram novidades na oferta de cursos da UNIVESP os seguintes polos: Barueri, Itapetininga (2º polo a ofertar cursos da UNIVESP na cidade) e o polo instalado no Parque Tecnológico de São José dos Campos (também 2º polo a ofertar cursos da UNIVESP na cidade).

Foram 14.309 intenções de inscrição (preenchimento de ficha de inscrição on-line) e 4.533 inscrições efetivas (pagamentos efetivados ou isenção de pagamento da taxa), configurando uma relação de 4,9 candidatos por vaga.

Foram oferecidas bonificações na nota final para candidatos que se enquadrassem nos perfis especificados no edital, na proporção que seguem (número de candidato/% do total de inscritos): PPI + escola pública (1463/32,3%); escola pública somente (1441/31,8%); PPI somente (272; 6%); Não se enquadram ou não responderam (1356; 29,9%).

Pós-Graduação
Novo curso de Especialização: Teorias, Práticas e Métodos de EaD
Durante os meses de maio e junho de 2016 foi realizado processo seletivo para ingresso no novo curso de especialização oferecido pela UNIVESP, em Teorias, Práticas e Métodos de Educação a Distância (EaD), com início no 2º semestre de 2016. Foram oferecidas 83 vagas, divididas nas seguintes subáreas: Licenciatura em Matemática, 12 vagas; Licenciatura em Biologia, 10 vagas; Licenciatura em Física, 11 vagas; Licenciatura em Química, 11 vagas; Engenharia de Computação, 18 vagas; Engenharia de Produção, 21 vagas.

Novo Curso de Aperfeiçoamento: Gestão Escolar
Em julho foi realizado processo seletivo para ingresso no novo curso de aperfeiçoamento oferecido pela UNIVESP, em Gestão Escolar, também com início no 2º semestre de 2016. Foram oferecidas 15 vagas, para desenvolvimento da parte prática do curso nos polos da UNIVESP que funcionam em conjunto com Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza, a saber: Faculdade de Tecnologia (FATEC) Araçatuba, FATEC Capão Bonito, FATEC Cruzeiro, FATEC Indaiatuba, FATEC Itapetininga, FATEC Itu, FATEC Jales, FATEC Jundiaí, FATEC Mococa, FATEC Mogi Mirim, FATEC Osasco, FATEC Pindamonhangaba, FATEC Santo André, FATEC São Caetano do Sul e FATEC Tatuapé (SP).

Pesquisa
Programa "Desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem para a produção de conhecimentos, habilidades e competências no século XXI"
Entre os meses de junho e julho foi realizado processo seletivo para ingresso no Programa "Desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem para a produção de conhecimentos, habilidades e competências no século XXI", com início no 2º semestre de 2016.

Foram oferecidas 18 vagas, divididas nas seguintes subáreas: Licenciatura em Matemática, 2 vagas; Licenciatura em Biologia, 2 vagas; Licenciatura em Física, 2 vagas; Licenciatura em

Química, 2 vagas; Engenharia de Computação, 3 vagas; Engenharia de Produção, 3 vagas; Educação a Distância, 4 vagas.

Concursos Docentes
Foram realizados, em 2016, dois concursos docentes para professores doutores nas áreas de Engenharia de Produção e Metodologia e Educação a Distância (1 vaga cada) e concurso para Professor Titular em Metodologia e Gestão de Ensino a Distância (3 vagas).

Contratos de Oferta de Cursos
Em fase de assinatura de contrato o curso a ser produzido pela UNIVESP para a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com publicação de dispensa de licitação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 3 de setembro de 2016.

Estão em fase de análise técnico-orçamentário, para a elaboração de contrato, as propostas de cursos para a Secretaria de Estado da Fazenda e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

Conhecimento Como Bem Público
UNIVESP TV (http://www.youtube.com/user/univesptv)**:** o canal UNIVESP TV no *YouTube* conta atualmente com cerca de 60 mil acessos diários, 53 milhões de visualizações no total e 313 mil inscritos, o que a coloca entre as 40 universidades do mundo que possuem canais no *YouTube*, com mais acessos e a primeira em língua portuguesa.

Pré-UNIVESP (pre.univesp.br): a publicação conta com 60 números lançados, com cerca de 75 mil visitas mensais.

FAMEMA

Vestibular 2016
A FAMEMA oferece, anualmente, 80 vagas para o Curso de Medicina, com duração de seis anos e 40 vagas para o Curso de Enfermagem, com duração de quatro anos.

A relação candidato/vaga, em 2016, foi de 157,45 para Medicina e 2,79 para Enfermagem; vagas para egressos de escolas públicas 167,75 para Medicina e 11,25 para Enfermagem; vagas para egressos de escolas públicas que se autodeclaram pretos, pardos e índios – PPI, 109,01 para Medicina e 12,5 para Enfermagem.

Evolução do Número de Estudantes Matriculados								
CURSO	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Medicina	480	480	478	477	481	480	483	476
Enfermagem	156	153	150	144	137	144	145	147
TOTAL	**636**	**633**	**628**	**621**	**618**	**624**	**628**	**623**

O corpo docente da Instituição conta com 293 profissionais (188 docentes e 105 assistentes de ensino), com a seguinte titulação: 109 especialistas, 69 mestres, 103 doutores, 10 pós-doutores e 02 livres-docentes.

A secretaria de graduação agendou 115 consultorias e atendeu ocorrências estudantes, tais como: atestados de matrícula, conclusão de graduação, boa conduta, carta de apresentação, entre outras.

No mês de março foi realizada a coleta de dados e preenchimento do sistema do censo da educação superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que utiliza dos dados para a construção de indicadores como o conceito preliminar de curso (CPC) e índice geral de cursos (IGC).

No período de 2 a 9 de março, conforme publicado em Edital, foram abertas inscrições aos estudantes dos Cursos de Medicina e Enfermagem para os programas de monitoria. A prova escrita ocorreu em 16 de março e o resultado final para o preenchimento das vagas foi publicado em 30/03/2016, nas áreas Biblioteca, Imunologia, Laboratório de Embriologia Humana, Laboratório de Anatomia Humana, Laboratório Morfofuncional, Praticas Profissionais e Simulação, Saúde Coletiva-Urgência num total de 51 vagas.

No período de 02 a 13 de junho de 2016, 105 estudantes dos Cursos de Enfermagem e Medicina entregaram documentos para análise da situação socioeconômica, conforme edital conjunto FAMEMA/FMESM e 60 estudantes foram contemplados com bolsas auxílio alimentação/transporte para o período de julho/2016 a junho/2017 no valor de R$ 330,00 ao mês. Também foram concedidos cartões refeições em que o quantitativo se refere à frequência do estudante bolsista em suas atividades curriculares. Além dos 60 beneficiados, outros 24 foram contemplados com cartões

refeições, dentre estes, 14 ficaram como suplentes para o benefício da bolsa no valor de R$ 330,00 por mês, após a saída dos estudantes matriculados na 6ª série de Medicina e 4ª série de Enfermagem.

A FAMEMA foi representada no Treinamento do Censo da Educação Superior, nos dias 24 e 25 de fevereiro em Brasília – DF; Seminário Enade 2016 no dia 31 de maio, em Brasília/DF; No dia 13 de setembro em Brasília no Seminário de Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina 2016 – Anasem 2016.

O calendário institucional para o ano de 2017 foi elaborado no mês de junho/2016 e aprovado em 25 de agosto. Já os calendários acadêmicos para os Cursos de Enfermagem e Medicina foram elaborados no mês de junho/2016 e aprovados no Colegiado em 16 de agosto e na Congregação em 25 de agosto de 2016.

Nos dias 22 e 23 de agosto, os Professores Irimar de Paula Posso e Mário Luís Ribeiro Cesaretti, do Conselho Estadual de Educação estiveram na FAMEMA para proceder à elaboração de relatório com informações circunstanciadas, para instruir o processo de recredenciamento da Instituição.

No dia 20 de novembro, os formandos da 4ª série de Enfermagem e da 6ª série de Medicina realizaram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade.

Curso de Medicina

O Curso de Medicina tem o seu currículo orientado por competência profissional. É centrado no estudante, utilizando metodologias ativas de aprendizagem, através de aprendizagem baseada em problemas (ABP) e problematização, com desenvolvimento de atividades de trabalho em pequenos grupos, onde o docente possui a função de facilitar (tutor/facilitador de prática profissional) a aprendizagem do estudante. Estimula-se a autoaprendizagem, reservando tempo para o estudante dentro da grade semanal para busca de informações e das questões de aprendizagem levantadas nas atividades em pequenos grupos. O desenvolvimento da habilidade para este trabalho em grupo, assim como para acesso, busca, análise e seleção de informação são amplamente estimuladas e apoiadas.

O curso é organizado segundo unidades educacionais longitudinais, interdisciplinares e multiprofissionalizantes, e os professores são responsáveis pela elaboração das tarefas a serem desenvolvidas em cada unidade, além dos problemas a serem trabalhados nos pequenos grupos para o desenvolvimento gradativo da competência profissional.

Há uma ampla flexibilização curricular, permitindo-se a realização de estágios eletivos durante todo o curso, sobretudo a partir da 2ª série. Os estudantes podem eleger seu eletivo conjuntamente com seu orientador, em áreas de interesse comum do estudante e do programa.

O estudante é estimulado a desenvolver raciocínio lógico, raciocínio clínico-epidemiológico e análise crítica das informações, articulando o conhecimento das dimensões biológica, psicológica e social, assim como a teoria e a prática.

O contato com os serviços de saúde e da comunidade desde a primeira série do curso possibilita o desenvolvimento de habilidades na análise e gerenciamento dos problemas reais de saúde, das pessoas e dos serviços, bem como de atitudes, e da postura responsável e ética esperada dos nossos futuros profissionais de saúde.

Busca-se ao longo de todo o curso o desenvolvimento de competências profissionais nas Unidades de Prática Profissional, culminando nas séries finais, 4ª, 5ª e 6ª séries com enfoque nas áreas de saúde da criança, da mulher, do adulto, além de urgência e emergência e especialidades clínicas e cirúrgicas e saúde coletiva, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Medicina.

O curso de Medicina recebeu 03 estrelas na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante (GE) e constou na publicação GE Profissões Vestibular 2017, que passou a Circular nas bancas a partir do dia 14/10/2016.

O Curso de Medicina foi destaque no Ranking Universitário Folha, o RUF 2016, divulgado no dia 19/09/2016, pelo jornal Folha de São Paulo. O Curso de Medicina da FAMEMA ficou na 22ª posição no país e na 7ª no estado de São Paulo.

A FAMEMA, com 78 estudantes egressos do ano de 2015, participou do exame obrigatório promovido pelo CREMESP, ficando entre as dez primeiras escolas, tendo alcançado resultado satisfatório com índice de acerto superior ao da média geral. O CREMESP estipula para aprovação um percentual de 60% de acertos das questões.

A FAMEMA aderiu desde 2013, ao Projeto ADEM+ (Avaliação do Desempenho de Estudantes de Medicina) que é ligado ao Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês, IEP-HSL e o National Board of Medical Examiners - NBME, que tem como objetivo apoiar e promover a avaliação do desempenho dos estudantes de medicina e apoiar a avaliação dos programas de graduação em Medicina do Brasil.

O NBME tem uma experiência de quase 100 anos em avaliação de profissionais na área de saúde com um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente.

Em 2013, este projeto previu a aplicação de forma voluntária, de uma prova baseada em ciências clínicas aos estudantes de 3ª a 6ª séries de medicina. A prova contou, nesse ano, com 80 questões de múltipla escolha via internet que foi aplicada no Laboratório de Pesquisa da Biblioteca da FAMEMA. Este projeto não acarretou ônus financeiro para a instituição ou para os estudantes

Em 2015 a prova com 120 questões foi aplicada no período de 13 a 26/11/2015 para 42 estudantes de 3ª a 6ª séries. Para 2016 a prova será aplicada para estudantes de 3ª a 6ª séries no período de 11 a 25/11/2016.

Foi emitido relatório pelo IEP-HSL e NBME com indicadores do desempenho dos participantes em 2015 e os estudantes da FAMEMA obtiveram desempenho acima da média geral.

A Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Marília, foi beneficiada pelo Ministério da Saúde com o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde 3 no valor de R$ 331.650,00, referente ao convênio SICONV n.º 776438/2012 com vigência prorrogada para 16/05/2017 e custeou a participação de estudantes e docentes no 53º Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM), no período de 06 a 10 de novembro de 2015, no Rio de Janeiro - RJ; no ECEM Encontro Científico dos Estudantes de Medicina, no período de 22 a 31 de julho de 2016, em Fortaleza – CE e no 54º Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM), no período de 12 a 15 de outubro de 2016, em Brasília-DF.

O Curso de Medicina foi contemplado com 03 (três) bolsas para realização de intercâmbio de estudantes de graduação através do Programa de Bolsas Ibero Americanas Santander Universidades, direcionados as Universidades participantes do programa estabelecidas na Espanha e outros países.

Recebemos a visita dos professores Irimar de Paula Posso e Mário Luís Ribeiro Cesaretti, do Conselho Estadual de Educação (CEE), nos dias 22 e 23 de agosto de 2016, para recredenciamento institucional.

Curso de Enfermagem

O Curso de Enfermagem recebeu 04 estrelas na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante (GE) e constou na publicação GE Profissões Vestibular 2017. Também foi destaque no Ranking Universitário Folha, o RUF 2016, pelo jornal Folha de São Paulo. O Curso de Enfermagem da FAMEMA ficou em 8º lugar no estado e 30º no Brasil.

O Curso recebeu 02 (duas) bolsas para realização de intercâmbio de estudantes de graduação através do Programa de Bolsas Ibero-Americanas Santander Universidades, direcionados às universidades participantes do programa estabelecidas na Espanha. Este programa de bolsas é voltado a estudantes dos Cursos de Medicina e Enfermagem da FAMEMA.

A Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Marília, foi beneficiada pelo Ministério da Saúde com o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde 3 no valor de R$ 331.650,00, referente ao convênio SICONV n.º 776438/2012 com vigência prorrogada para 16/05/2017. Neste ano foi possível o incentivo financeiro com o pagamento de diárias a docente e estudantes para a participação em eventos nacionais relacionados à Enfermagem (Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem, Simpósio Nacional de Diagnóstico de Enfermagem e Encontro Nacional de Amamentação).

Pós-Graduação e Pesquisa

A Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão assessora a Diretoria Geral nos assuntos relativos ao fluxo de docentes em regime de pós-graduação stricto sensu e apoia os cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Instituição.

Foi feita a recomendação da proposta para cursos novos (APCN) a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) referente à implantação dos cursos de Pós-Graduação:

- Saúde e Envelhecimento – mestrado acadêmico;

- Ensino em Saúde – mestrado profissional;

Nível mestrado acadêmico curso Saúde e Envelhecimento houve 16 defesas de dissertação e 20 qualificações de dissertação cujo envio de artigos para publicação acontecerá durante o período de defesas compreendido entre novembro de 2016 a fevereiro de 2017. Nível mestrado profissional curso Ensino em Saúde houve 15 defesas de dissertação com o envio de 15 artigos para publicação.

O Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) avaliou 125 projetos de pesquisa. A Comissão de Ética no Uso de Animais realizou 03 reuniões ordinárias e extraordinárias.

A FAMEMA conta junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com Grupo de Pesquisa com total de 12 registros de relatório de grupos certificados.

Foram disponibilizadas duas Bolsas de Mobilidade Internacional patrocinadas pelo Santander, via Programa de Bolsas, para a FAMEMA. Dois estudantes de Pós-Graduação Lato Sensu foram contemplados e desenvolverão estágio de no máximo 04 meses em instituições internacionais conveniadas.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica - (PIBIC/CNPq) - FAMEMA 2016/2017, a duração da bolsa será de 12 meses e o período de vigência da bolsa: 01/08/2016 a 31/07/2017 tivemos 08 inscritos para 03 vagas.

Cursos Pós-Graduação
Residências Multiprofissionais
A Comissão de Residência Multiprofissional da Faculdade de Medicina de Marília (Coremu/FAMEMA) constitui espaço para discussões, propostas e deliberações de assuntos pertinentes aos Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Faculdade de Medicina de Marília e tem por finalidade estabelecer normas para o funcionamento e cumprimento dos programas.

A Comissão é constituída por docentes, profissionais, gestores e residentes de todos os programas de Residência Multiprofissional da FAMEMA.

Compete a Coremu respaldar, auxiliar e orientar os programas pelos princípios e diretrizes do SUS, a partir das necessidades e realidade local. São realizadas reuniões bimestrais, ou de acordo com a necessidade.

No ano de 2016 foram realizadas 06 reuniões, com o intuito de deliberar a respeito de abertura de editais, solicitação de desligamento, Informes sobre portarias, ofícios, informações sobre publicação de Resoluções da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional, pautas gerais enviadas por partes dos residentes e dos coordenadores.

A Coremu subsidia cincos programas de residências multiprofissionais que são: Saúde Mental, Atenção Cirúrgica Especializada, Materno Infantil, Urgência e Saúde Coletiva com as vagas oferecidas por cada um dos programas para o primeiro e segundo anos de residência.

Atualmente as residências possuem um total de 59 residentes nos cinco programas. Foi publicado o Edital 01/2016 para o processo seletivo para o ano de 2017, para os interessados nas Residências Integradas Multiprofissionais nas áreas: Materno Infantil, Urgência e Saúde Coletiva e para a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental e Residência Multiprofissional em Atenção Cirúrgica Especializada.

Curso de Especialização em Psicoterapias de orientação
Iniciado o curso da Turma 8 em 04/03/2016, com 11 alunos, sendo 02 (dois) destes, alunos na condição de aluno especial.

O curso tem duração de 24 meses e utiliza metodologia ativa de ensino-aprendizagem em seu currículo segundo os princípios do projeto político pedagógico adotado pela Faculdade de Medicina de Marília e tem por finalidade: desenvolver um sistema organizado de disciplinas cujo objetivo é formar profissionais de alta capacitação, a fim de poderem atuar em clínica psicoterápica, realizando atendimentos individuais e/ou em grupo, com sólida fundamentação teórica e metodológica; criar um espírito crítico e um olhar empírico, capacitando-os à elaboração de projetos de pesquisa. Objetivo principal é atualização dos estudos da teoria e da técnica psicoterápica de orientação psicanalítica visando formar especialistas nesta área de atualização.

O curso é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação parecer nº 078/2008.

As atividades do curso são desenvolvidas com tutorias, conferências, grupos de estudo, orientação para monografia e supervisão clínica, perfazendo uma carga horária total durante dois anos de 685 horas.

Residência Médica
A Comissão de Residência Médica - Coreme da FAMEMA oferece Programas de Residência Médica em 29 áreas de conhecimento da Medicina, promovendo o treinamento e qualificação de médicos para inserção no modelo de saúde do nosso país.

Os programas são credenciados junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), subordinada à Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC).

Atualmente conta com 228 vagas credenciadas, sendo oferecidas 97 vagas para R1 a cada ano, de acordo com a CNRM e com a Resolução do CONFORPAS-SP.

O residente tem direito ao recebimento de bolsa de estudo de acordo com o piso estabelecido na Lei Federal no 10.405/2002, pagas respectivamente pela Secretaria de Estado da Saúde e complementada pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília.

A Coreme mantém-se empenhada no sentido de integrar os médicos residentes com a sociedade, Sistema Único de Saúde (SUS), conselhos das especialidades, conselhos regionais de medicina e academia. Para tanto, conta com a colaboração do Corpo Docente, Coordenadores dos Programas de Residência Médica, Preceptores dos Residentes, Diretoria Técnica dos Hospitais de Clinicas I / II / III e Hospital Regional de Assis, Coordenadorias do Hemocentro e Ambulatório Mario Covas, Conselho Regional de Medicina, Associação Paulista de Medicina e Diretoria Geral da FAMEMA.

Aprimoramento Secretaria da Saúde
Convênio com a Secretária da Saúde/FUNDAP, no ano de 2016 foram oferecidas nas áreas: Saúde Mental – Psicologia Clinica (03 vagas) e Psicologia Hospitalar (02 vagas). Publico alvo: psicólogos formados em curso superior reconhecido pelo MEC. Objetivos do curso: Aprimorar a formação de profissionais de nível superior da área da saúde através de prática profissional supervisionada dentro da área de saúde mental; potencilaizar o desenvolvimento de habilidades e competências atrelado às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS); aprimorar a formação profissional, adequando-a à prestação de serviços de saúde mental voltados as necessidades da população entre outras. Este programa teve início na FAMEMA em 1985. O processo de ensino aprendizagem se dá através do exercício da prática profissional, com 80% de carga prática e 20% de carga teórica, enfatizando as políticas públicas de saúde; participação em equipes interdisciplinares, que favorecem a integralidade; supervisão de profissionais especializados nas áreas oferecidas; preceptorias para acompanhar o desenvolvimento do aprimorando ao longo do programa. É garantida a liberação e auxilio para viagens em decorrência das reuniões de aprimorando em São Paulo. Ao longo do ano, passam por quatro cenários de aprendizagem: Ambulatório de Saúde Mental; Enfermaria Psiquiátrica em Hospital Geral; CAPS AD e CAPS Com-Viver, além de completar a carga horária, os aprimorando são avaliados periodicamente e devem entregar ao final do programa um trabalho de conclusão de curso. São favorecidas a representação de aprimorando nas reuniões em São Paulo e a integração de diversos programas da FAMEMA, através de reuniões periódicas, cursos comuns à formação dos profissionais, vínculo intra-institucional, aumentando assim, sua visibilidade e importância.

Convênio com a Secretária da Saúde/FUNDAP, na área: Hemoterapia Geral. No ano de 2016 foram oferecidas 05 vagas. Público Alvo: biomédicos, biólogos e bioquímico, formados em curso superior reconhecido pelo MEC. Objetivos do curso: Treinar profissionais das áreas de Biomedicina, Biologia e Farmácia/Bioquímica para o exercício de atividades técnicas na área de Hemoterapia Geral, como: controle, produção, seleção, armazenamento e transfusão de hemocomponentes, e a realização e interpretação dos exames imunohematológicos e sorológicos. Este programa teve início na FAMEMA em 2002. È realizado em dois anos, totalizando 3.840 h, com carga horária semanal de 40 h. A remuneração ocorre através de bolsa concedida pela Secretaria do Estado de Saúde. O processo de ensino aprendizagem se dá através do exercício da prática profissional, com 80% de carga prática e 20% de carga teórica, enfatizando as políticas públicas de saúde; participação em equipes interdisciplinares, que favorecem a integralidade; supervisão de profissionais especializados nas áreas oferecidas.

Biblioteca

A Biblioteca da FAMEMA tem como objetivo dar suporte às atividades de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, fornecendo e promovendo o acesso às informações atualizadas na área de ciências da saúde. Em atendimento a este objetivo, diversas atividades foram desenvolvidas, conforme abaixo:

Registro de Frequência - O total de entrada/saída na Biblioteca, registradas pelo portão eletrônico, foi de 94.470, sendo a média mensal de 7.872 registros de frequência local.

Empréstimos e Consultas de Materiais - O movimento de empréstimo e consulta de materiais foi de 32.866 itens sendo 19.616 empréstimos de livros, folhetos, teses, CDs e DVDs; 12.990 consultas de livros, folhetos e teses; 260 consultas de periódicos (impressos).

Capacitação de Usuários - Foram desenvolvidas atividades de capacitações/orientações para uso das principais ferramentas para recuperação da informação da área de ciências da saúde, como LILACS, PUBMED, UpToDate; Biblioteca eletrônica SciELO (livros e periódicos); Bibliotecas virtuais em saúde: Bireme, Ministério da Saúde, psicologia; Biblioteca cochrane; Banco de dados DATASUS; Portal de periódicos CAPES e base de dados interna da Biblioteca – BIBLIV e capacitações para normalização de trabalhos acadêmicos (normas ABNT e estilo Vancouver) e uso do gerenciador de referências ENDNOTE. No total de 347 usuários participaram destas atividades, distribuídos em 210 estudantes dos Cursos de Medicina e Enfermagem; 10 docentes; 10 aprimorando; 40 residentes; 65 mestrandos; 09 especializações e 03 monitores.

Levantamento/pesquisas bibliográficas e normalização de trabalhos acadêmicos e publicações científicas - Em virtude das metodologias ativas de aprendizagem e da necessidade de elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (monografias e dissertações), observa-se uma grande utilização das principais bases de dados na área de saúde, principalmente nas bases bibliográficas LILACS, MEDLINE (PUB-MED), Biblioteca eletrônica SciELO e Portal Capes. A Biblioteca oferece suporte a estas atividades através do serviço de capacitação em acesso à informação em ciências da saúde e normalização de trabalhos acadêmicos e publicações científicas, oferecido aos usuários. Não há registro numérico dessas atividades, uma vez que a partir das citadas capacitações, parte dos usuários realizam estas atividades sem auxílio dos bibliotecários. Quando necessário, a Biblioteca oferece também a atendimento individual ou em grupo através de agendamento com um dos bibliotecários para suporte às pesquisas nas bases de dados citadas acima, normalização de trabalhos acadêmicos e publicações científicas em geral, uso de gerenciador de referências ENDNOTE e preenchimento de dados na plataforma Lattes. Neste período foram realizados 535 atendimentos.

Processamento técnico de materiais do acervo - Foram registrados 1.266 novos exemplares de livros, monografias, teses, folhetos, periódicos e CDs, conforme abaixo, e inseridos no acervo da Biblioteca. Todos foram processados tecnicamente através do tombamento, classificação, catalogação, indexação e digitação nas bases de dados internas da Biblioteca.

Acesso a periódicos nacionais e estrangeiros (PORTAL CAPES) - Os principais títulos correntes de periódicos nacionais da área de ciências da saúde estão disponíveis gratuitamente em formato eletrônico, com textos completos na biblioteca eletrônica SciELO – Brasil ou nos próprios websites das revistas. No que se refere aos periódicos impressos, à Biblioteca continua recebendo por doação, de forma decrescente a cada ano. Estas doações são efetuadas por Instituições e Associações que publicam periódicos nacionais na área médica e por docentes e estudantes. Assim, neste período foram incorporados no acervo 318 fascículos de periódicos (impressos). Com relação aos periódicos estrangeiros, a Biblioteca tem permissão de uso do Portal Capes que disponibilizam periódicos e livros eletrônicos e são oferecidos às Instituições nacionais acadêmicas, que oferecem cursos de pós-graduação. A FAMEMA tem permissão de acesso a diversas bases de dados referenciais com resumo das citações e bases de dados com textos completos de artigos. Entre as principais editors citamos: Elsevier; Springer; Sage; Wiley; Thomson Reuters e outros. Estas bases de dados reúnem um elevado número de periódicos estrangeiros de relevância para a área de ciências da saúde, que atendem a todas as especialidades médicas e vem dando suporte acadêmico aos estudos e realização de pesquisas a toda comunidade FAMEMA que acessa o Portal Capes nos equipamentos do complexo FAMEMA. Objetivando facilitar e otimizar o uso do Portal Capes a FAMEMA oferece o serviço de cadastro individual do usuário no Sistema Proxy, permitindo também o acesso remoto aos docentes e pós-graduandos (mestrado, especialização, residências médicas e multiprofissionais e aprimoramento). Como citado anteriormente, a Biblioteca oferece capacitações aos usuários para facilitar e otimizar o uso destas ferramentas eletrônicas.

Comutação Bibliográfica - Durante o período foram recebidos 544 pedidos de artigos científicos, teses e capítulos de livros. Destes, 393 foram recuperados através do Portal Capes sites dos próprios periódicos e acervo impresso da Biblioteca e encaminhado gratuitamente aos usuários. 33 foram solicitados pelo Serviço de Comutação Bibliográfica gerenciada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: COMUT/IBICT. Os demais, 118 artigos ou teses, não permitiram acesso gratuito e os usuários não autorizaram o pedido final.

Fotocópias e Impressão de documentos para estudos - O serviço de fotocópias e impressão é disponibilizado aos usuários como apoio aos estudos acadêmicos. Neste período foram feitas 191.851 cópias, sendo 85.203 impressões e 106.648 fotocopias.

Produção de audiovisuais - O Setor de Audiovisuais realiza o serviço de produção/reprodução e filmagens e fotografias solicitadas e utilizadas pela comunidade acadêmica para as atividades de ensino, pesquisa e participação em eventos locais, nacionais e internacionais e documenta os eventos realizados na Instituição (fotos e filmagem). Este serviço presta também auxílio aos docentes na produção de aulas. O serviço produziu no período 6.833 itens sendo 48 aulas, 3.859 fotos, 32 DVDs, 2.894 scaner.

Venda de livros e instrumentos – PALTEX - O PALTEX - Programa Ampliado de Livros Textos (OPAS) é um programa sem fins lucrativos de venda de livros e instrumentos, para estudantes de universidades públicas, com preços mais acessíveis. O movimento total de vendas foi de 441 itens, distribuídos em 62 livros e 379 instrumentos.

Investimentos *UpToDate* - Foi realizada a renovação do contrato de permissão de uso da base de dados UpToDate, trata-se de um recurso de informação eletrônica, baseada em evidências clínicas, que oferece respostas detalhadas a perguntas clínicas, descreve as opções atuais de gestão, diagnóstico e terapêutica, bem como informações sobre eficácia, dosagem e interações de medicamentos utilizados na prática clínica. Foram registrados 7.197 acessos neste período, pelos usuários da FAMEMA.

Laboratório Morfofuncional e de Simulação

O Laboratório Morfofuncional e de Simulação caracteriza-se por um espaço privilegiado para a autoaprendizagem, construção de conhecimentos e desenvolvimento de recursos cognitivos, psicomotores e afetivos. Favorecem as atividades individuais e o trabalho em grupo, proporcionando a socialização de saberes, a colaboração recíproca e construção do conhecimento. É um importante espaço de busca, necessidade que nasceu na construção das questões de aprendizagem. Tutorias também são realizadas neste espaço, pois as disponibilidades de peças anatômicas contribuem para a discussão entre os estudantes, tornando mais significativo o aprendizado.

Juntamente com o Laboratório Morfofuncional funciona, há 14 anos, o Laboratório de Simulação da Prática Profissional, desde que foi criado o cenário de aprendizagem da Unidade de Prática Profissional (UPP) para todas as séries de medicina e de enfermagem. Este Laboratório trabalha com simulações realísticas, com peças simuladoras de procedimentos ou com o programa de Pacientes Simulados. Durante o ano são montadas as estações práticas em cada sala, fornecidos materiais específicos para cada tipo de simulação, maquiagens que simulam ferimentos, sutura, lesões de pele, nódulos, entre outras. Checados com frequência os materiais, equipamentos e livros, quanto à manutenção e extravio. Neste espaço há disponibilidade de 10 salas para simulações, sendo que duas delas dividem espaço com o Laboratório Morfofuncional. Além destas, o Laboratório de Simulação ainda conta com 05 salas na Unidade de Educação. Este laboratório permite a simulação de técnicas e procedimentos, aos pares, voltados ao exame clínico, procedimentos médicos e de enfermagem.

Estimulada pela crescente solicitação de preparo de práticas para os estudantes de Medicina e de Enfermagem, Residência Multiprofissional e Residência está em funcionamento na unidade II do Complexo Hospitalar da FAMEMA (Hospital Materno Infantil), desde 2011, parte do Laboratório Morfofuncional. Onde conta com peças de simulação para o desenvolvimento de habilidades em Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria e conta com um acervo de livros cedidos pela Biblioteca da FAMEMA. Um auxiliar de enfermagem foi destinado para o cuidado deste espaço, agendamento de atividades e montagem das salas para atividades práticas.

Entre as atividades desenvolvidas no Laboratório Morfofuncional da FAMEMA, destacam-se ainda:

Laboratório de Prática Profissional (LPP): da primeira à quarta série do curso de Enfermagem e da primeira à sexta série de Medicina. O Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde – áreas Urgência, Materno Infantil, Saúde Coletiva, Saúde Mental e Médico-Cirúrgica, realizam atividades didáticas no Laboratório Morfofuncional, considerando as diferentes especificidades.

Apoio à Prática Profissional (APP): esta atividade foi construída para garantir o trabalho das habilidades que são comuns a todos os grupos da UPP1, UPP2, UPP4 da enfermagem e UPP6 da medicina. Realizado respectivamente as atividades de: biossegurança e lavagem das mãos, curativos, medicações via oral, inalatória, endovenosa e intramuscular. Na sexta série de Medicina e quarta de Enfermagem realizado em conjunto atividades de procedimentos cirúrgicos em bonecos simuladores sobre atendimento inicial à vítima de trauma.

Atividades de Avaliação: todas as séries dos Cursos de Medicina e de Enfermagem constroem suas atividades de avaliação (EAPP – Exercício de Avaliação da Prática Profissional) e encaminham suas solicitações para a organização destas práticas: preparando os pacientes simulados com maquiagens específicas para cada caso, na busca de aproximar, cada vez mais situações preparada para

simulações. Além disso, é de responsabilidade do Laboratório Morfofuncional o preparo para as salas com os devidos materiais e equipamentos para as simulações.

Residência Multiprofissional e Médica: o Laboratório Morfofuncional e de Simulação participam ativamente do processo de seleção para admissão e de avaliação ao final do programa.

Tutorias: uso de salas para os grupos de tutoria utilizando os modelos anatômicos, sala de imagem e acervo literário.

Atividades pedagógicas das disciplinas Básicas e de Especialidades: acontecem com frequência, com prévio agendamento das práticas para as séries de graduação dos Cursos de Medicina e de Enfermagem. Atividades didáticas das Ligas: espaço utilizado para as reuniões e encontros das ligas de estudantes: Dermatologia, Pediatria, Assistência à Gestante, Geriatria, Liga do Trauma, Projeto Alfa-FAMEMA, Liga de Gerontologia, Sociedade Científica de Pneumologia, Liga de Cardiologia, entre outras.

Consultorias: uso do espaço interno para as consultorias das disciplinas Básicas e de Especialidades. Os monitores da disciplina de Embriologia realizam consultorias e apoio didático aos estudantes no Laboratório Morfofuncional às segundas-feiras à noite.

Apoio à Comunidade: apoiou as equipes: Projeto Alfa, Secretaria Municipal de Saúde, SENAC, Instituto Ana Nery de Marília, Colégio Shunji Nishimura (Pompéia/SP), Workshop DACA, Unimed; Colégio Criativo, Instituto Ana Nery, Workshop Scotme, Escola ETEC Antônio Devisate de Marília, Colégio Água Viva, Instituto de Protagonismo Juvenil, Sest/Senat, EMI de Vera Cruz-SP.

Trabalhos de Iniciação Científica: os trabalhos são orientados por docentes de diferentes áreas do conhecimento e objetivam a interdisciplinaridade e trabalho multiprofissional.

Apoio para atividades acadêmicas, de pós-graduação ou capacitação em serviço de funcionários, facilitando o desenvolvimento de atividades acadêmicas ou de cursos de extensão universitária e de residência médica das diferentes áreas propostas pela FAMEMA.

Capacitação dos Trabalhadores do Complexo Hospitalar da FAMEMA: por meio de empréstimos de manequins, possibilitou a capacitação em Punção de Portocath desenvolvida aos enfermeiros da Instituição vinculados ao HCI, HCII e Ambulatório Mário Covas.

Disponibilizou 20 vagas de monitoria, destinadas aos estudantes dos cursos de Medicina (3ª e 4ª séries) e Enfermagem (3ª série); gerando a demanda de reorganização das práticas e do projeto, com vistas à melhoria do aproveitamento deste recurso. Dessa forma, são realizadas, quinzenalmente, reuniões com a coordenação dos laboratórios e a equipe de monitores, com o desenvolvimento de atividades que visem à construção de novos recursos de autoaprendizagem destinados ao enriquecimento do acervo.

O acervo do laboratório é composto de: cortes anatômicos de todos os tipos, prospectos e manequins desmontáveis o que facilita a percepção (3D) e tamanho de tal estrutura, RX e tomografias computadorizadas, microscópios, livros, folhetos, pôsteres, monografias, banners, manequins, reanimadores adultos e infantis, simuladores de arritmia, recursos audiovisuais, kits de exame físico, microcomputadores, entre outros.

Núcleo de Apoio ao Discente – NUADI

O NUADI é composto por dois psicólogos, um psiquiatra e uma secretária, o atendimento é feito de segunda a sexta-feira, nas salas 15, 16 e 17 do Carmelo.

Houve uma reunião de recepção do internato, onde foi realizada uma palestra com os alunos do 4º ano no auditório da Unidade de Educação com a Equipe do Nuadi, orientando aos alunos sobre os aspectos relevantes da saúde mental durante o período de internato.

Os atendimentos realizados referem-se à psicoterapia psicanalítica, e psicoterapia cognitiva comportamental, orientação e aconselhamento psicológico; avaliação psicológica e psiquiátrica, acompanhamento medicamentoso; orientação familiar; entrevistas iniciais, realizadas com os estudantes do primeiro ano de Medicina e de Enfermagem; e orientação aos docentes.

O total de atendimentos realizados no ano de 2016 foi de 306 atendimentos psiquiátricos, 1.020 de atendimentos psicológicos, 101 de entrevistas iniciais, perfazendo um total de 1.427 atendimentos.

Foram realizadas reuniões mensais com a Diretoria de Graduação com o objetivo de favorecer e ampliar recursos para os estudantes. Realizados também alguns atendimentos extras, fora do horário previsto no NUADI, em consultórios para conter situações emergenciais.

Núcleo de Avaliação

O Núcleo de Avaliação é formado pelo Grupo de Avaliação e pelos Comitês de Avaliação Cognitiva do Estudante e Avaliação da Prática Profissional do Estudante. Este Núcleo também dá suporte à elaboração de relatórios e projetos relacionada às inovações curriculares em curso ou almejada. O Grupo de Avaliação é responsável pela análise de documentos formais de planejamento curricular e pela elaboração e análise de formatos de avaliação sobre o desenvolvimento curricular. É composto por docentes dos Cursos de Medicina e Enfermagem e técnico-administrativo. O Comitê de Avaliação Cognitiva do Estudante volta-se para a avaliação da progressão do estudante nos cursos de graduação, sendo constituído por uma equipe de apoio à formulação de projetos e instrumentos para a verificação da aprendizagem cognitiva. São atribuições deste Comitê a validação dos Exercícios de Avaliação Cognitiva (EAC) e a formulação e aplicação do Teste de Progresso.

O Comitê de Avaliação da Prática Profissional do Estudante tem como propósito auxiliar as equipes de planejamento dos cursos de graduação e pós-graduação a organizar instrumentos de avaliação que tenham como objetivo avaliar o desempenho individual dos estudantes.

São atribuições deste Comitê:

- Informar os prazos de entrega dos dados para organizar as avaliações;
- Analisar os instrumentos propostos para avaliação de desempenho dos estudantes; segundo princípios do projeto político-pedagógico;
- Verificar a validade e a confiabilidade dos instrumentos propostos;
- Correlacionar o critério-referência de cada série dos cursos de graduação e de pós-graduação com os instrumentos propostos;
- Orientar as equipes na construção dos instrumentos.

Produtos e resultados do trabalho realizado em 2016 resumem-se a atividades de:

- Elaboração do material de avaliação;
- Atividades de pesquisa;
- Análise dos Exercícios de Avaliação Cognitiva (EACs) e dos Exercícios de Avaliação da Prática Profissional (EAPPs);
- Participação nas elaborações do Teste de Progresso, que em 2016 aplicou uma prova em nível nacional;
- Participação no projeto ADEM+;
- Envio de trabalhos científicos para eventos;
- Participação em eventos;
- Assessoria prestada à FACIMED – Cacoal/RO;
- Parceria com a ABEM - Associação Brasileira de Educação Médica;
- Publicações;
- Participação na organização e no desenvolvimento da Oficina de Avaliação Atitudinal;
- Participação na facilitação de Oficinas de trabalho na semana de Planejamento/2016.
- Elaboração de materiais de avaliação:
- Participação na análise do instrumento de avaliação das UPPs (EAPP – Exercício de Avaliação da Prática Profissional) pelo Comitê de Avaliação da Prática Profissional do Estudante;
- Participação na análise dos instrumentos de avaliação cognitiva (EAC – Exercício de Avaliação Cognitiva e TP – Teste de Progresso) pelo Comitê de Avaliação Cognitiva do Estudante. O Teste de Progresso para os estudantes de Medicina, elaborado em conjunto com o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Práticas de Avaliação em Educação Médica (NIEPAEM), foi aplicado em 29/09/16, para os estudantes de 1ª à 6ª série de medicina;

Teste de Progresso Nacional/2016 (Interinstitucional)

Série	nº de estudantes que fizeram o teste	Nº total de estudantes	% de estudantes que fizeram o teste em relação ao nº total
1ª	76	76	100%
2ª	81	83	97,59%
3ª	76	76	100%
4ª	84	86	97,67%
5ª	73	78	93,58%
6ª	73	76	96,05

Fonte: Núcleo de Avaliação

A FAMEMA aderiu, em 2013, ao Projeto ADEM+ (Avaliação do Desempenho de Estudantes de Medicina) que é ligado ao Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês, IEP-HSL e o National Board of Medical Examiners - NBME, que tem como objetivo apoiar e promover a avaliação do desempenho dos estudantes de medicina e apoiar a avaliação dos programas de graduação em Medicina do Brasil. O NBME tem uma experiência de quase 100 anos em avaliação de profissionais na área de saúde com um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente. Em 2014 e 2015, a aplicação foi de forma voluntária, sendo a prova baseada em ciências clínicas aos estudantes do 3º ao 6º ano de medicina. A prova em 2014 contou com 100 questões e 120 questões em 2015 de múltipla escolha via internet que foi aplicada no Laboratório de Informática da FAMEMA. Este projeto não acarretou ônus financeiro para a instituição ou para os estudantes. Para 2016, a prova contou com 120 questões também de múltipla escolha via internet, aos estudantes do 3º ao 6º ano de medicina. A participação dos estudantes da FAMEMA em 2013 foi de 26 estudantes, 46 estudantes em 2014 e 42 estudantes em 2015.

Programa de Desenvolvimento Docente – PDD
Implementação de Capacitações elaborada pelo Programa de Desenvolvimento Docente:

Oficina: "Reflexões: Avaliação de atitudes dos estudantes no processo de ensino aprendizagem". Esta capacitação teve como finalidade refletir sobre a avaliação atitudinal e reconstruir instrumentos de avaliação. Desenvolvemos uma oficina no 2º semestre com carga horária de 3 períodos de 3 horas de duração cada, com total de 9 horas de capacitação. Estiveram envolvidos 4 docentes do Comitê da Prática do Estudante e 01 docente do Programa de Desenvolvimento Docente. Foram trabalhados os conteúdos teóricos de avaliação atitudinal, reflexão sobre a avaliação de atitudes considerando as escalas de desempenhos por meio de questões norteadoras e sugestões para a mudança nestes instrumentos. Participaram desta capacitação 42 profissionais;

- **Capacitação dos professores da comunicação do Laboratório de Pratica Profissional LPP2:** Realizado em oficina de capacitação dos professores da UPP/LPP2, sobre "Coleta de dados e clínica ampliada", com a participação de 16 professores;
- **Capacitação dos facilitadores da Unidade de Prática Profissional:** Realizado capacitação pedagógica dos professores da UPP2, abrangendo a área de competência do cuidado individual, abordando a coleta e registro dos dados. Durante as atividades foi desenvolvida simulação da prática profissional pedagógica. Contou com a participação de 6 facilitadores; Realizado capacitação pedagógica dos professores da UPP1, abrangendo a área de competência do cuidado coletivo, abordando a coleta e registro dos dados. Durante as atividades foi desenvolvida simulação da prática profissional pedagógica, com a participação de 12 facilitadores; Realizado em capacitação dos facilitadores das UPP 1 e 2 para trabalhar o método da estimativa rápida durante a atividade de educação permanente, tendo a presença dos docentes e preceptores das Atenção Básica, num total de 37 participantes. Durante a atividade foram discutidas as bases teóricas e elaborando estratégias de intervenção com os estudantes. Efetuada também capacitação sobre Planejamento Estratégico Situacional (PES) com os docentes e preceptores da UPP2 para que pudessem realizar a implementação das estratégias do cuidado coletivo no segundo semestre de 2016. Participaram dessa atividade 9 facilitadores;
- **Capacitação dos Facilitadores do Programa de Desenvolvimento Docente realizadas durante o ano de 2016:** Linha de base de formação docente/estudante; OT perfil de competência do facilitador; Atividade de processamento ABP/PBL, narrativa – cuidado individual; Capacitação com simulação sobre cuidado coletivo, como trabalhar com narrativas; Oficina "Fazer e receber critica"; Avaliação dialógica;
- **Integração com as Séries:** Desenvolvida a oficina de indicadores de saúde e avaliação das atividades dos estudantes na UPP2; Capacitação: Estimativa Rápida – Rede Básica, desenvolvendo capacitação de profissionais da Secretaria Municipal da Saúde (psicólogos, dentistas, agentes comunitários de saúde e enfermeiros), apoiadores da Atenção sobre o método da "Estimativa Rápida", como estratégia para o desenvolvimento do cuidado coletivo na UPP1;
- Participação em pesquisas; apresentação de trabalhos; palestras/conferências; cursos ministrados; participação de atividades em eventos; participação em eventos; publicações de artigos em periódicos, capítulos de livros; em comissões; banca de trabalho de conclusão;

FAMERP

O relatório a seguir apresenta os demonstrativos financeiros e as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-FAMERP no exercício de 2016, apresentando desta forma:

Os programas conforme a LOA/2016, incluindo o valor da dotação inicial e o realizado no ano;

- A descrição resumida do Programa, incluindo suas principais ações;

- O que foi realizado nos programas;
- A execução orçamentária da FAMERP foi realizada de acordo com o objetivo das seguintes ações:

Ação 5272 - Apoio Técnico Administrativo;

Ação 5274 - Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial;

Ação 4402 - Bolsas de Estudos Para Pesquisa e Desenvolvimento;

Ação 5304 - Ensino Graduação Universidades e Faculdades Estaduais;

Ação 5305 – Ensino Pós Graduação Pesquisa Universidades e Faculdades Estaduais;

Ação 5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Serviço à Comunidade;

O Programa 0100- Apoio Técnico Administrativo é composto por uma única Ação que objetiva a manutenção das áreas administrativas e conservação do campus, o que contemplou a contratação de serviços terceirizados, compra de materiais de consumo para uso diário, pagamento de despesas de utilidades públicas, despesas com transporte, vale alimentação, dentre outros necessários para a realização das atividades finalísticas desta Autarquia.

Foram realizadas ainda ações ligadas ao processo administrativo ou técnico dos cursos de Medicina e Enfermagem como: atualização do software para aumentar a capacidade de funcionamento da rede, fusão das redes de fibra ótica, expansão do número de ramais, serviço de certificação de rede, readequação dos racks do servidor institucional e outros.

O Programa 1043- Ensino Superior é composto por quatro ações que objetivam a implementação das atividades de ensino com a remuneração dos servidores docentes, técnicos e administrativos, pagamento de bolsas de auxilio a estudantes carentes e novos pesquisadores, bem como a adequação física do campus.

Houve a participação no Exame de Progresso Interinstitucional – Coordenação do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Práticas de Avaliação em Educação Médica, a realização do NAENF - Núcleo de Apoio ao Ensino de Enfermagem - Avaliação e discussão continuada das disciplinas e dos estágios supervisionados do curso com aplicação dos instrumentos padronizados, a realização de dois encontros para aperfeiçoamento docente.

Foi concedida 01 (uma) bolsa do Programa Fórmula 1 – Santander, onde o aluno recebe £5.000,00 (cinco mil euros) para ficar até 6 (seis) meses em qualquer Universidade do Exterior, desde que participante do programa.

Também foram utilizados recursos para a inserção social dos docentes e alunos na região em diversas atividades de orientação e extensão de serviços à comunidade.

Importante mencionar que todos os Programas tem sua execução destinada ao patrocínio da graduação e pós-graduação de aproximadamente 1.996 alunos, sendo:

- Graduandos em enfermagem – 153 alunos;
- Graduandos em medicina- 435 alunos;
- Pós-graduandos Lato Sensu- 1.236 alunos;
- Pós-graduando Stricto Sensu: 172 alunos;

Tabela De Indicadores Programa 1043 - FAMERP					
Produto	**Descrição**	**Cód. Indicador**	**Descrição**	**Meta**	**Executado**
271	Instalações Adequadas	814	Áreas com Instalações Adequadas no Ano	1800	2823
278	Expansão de Ensino Superior	822	Nº de Novas vagas no Ensino de Graduação	40	0
279	Bolsas Projetos Pesquisa	826	Nº de Bolsas para Projetos de Pesquisa	120	125
283	Ensino Graduação	830	Nº de Alunos Matriculados no Ensino de Graduação	712	588
284	Ensino Pós Graduação	831	Nº de Alunos Matriculados no Ensino de Pós-Graduação	1117	1408
285	Extensão Universitária	834	Nº de Alunos Matriculados na Extensão Universitária	450	650

Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia

Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP

Constituída na forma de fundação, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Executa o Programa 1044 -Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Engloba as despesas de pessoal, custeio e investimento, cobertas na sua totalidade com Recursos Próprios - Fonte 04, representando percentualmente 4,99% do orçamento realizado, abaixo, portanto do limite previsto no artigo 17 da Lei nº 5.918, de 18.10.1960, de suas Disposições Transitórias, que dispõe que as despesas com a administração, inclusive com ordenados de Diretores a Assessores e salários dos funcionários, não poderão ultrapassar 5% do orçamento da Fundação.

A linha regular de fomento à pesquisa compreende todas as modalidades de Bolsas e Auxílios Regulares, excluindo as bolsas e auxílios concedidos no âmbito dos Programas Especiais e Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica.

Essa linha de fomento se destina à formação de recursos humanos para pesquisa e ao apoio à pesquisa acadêmica de demanda espontânea, contribuindo diretamente para o avanço do conhecimento.

Bolsas

As bolsas regulares constituem um importante instrumento de formação de recursos humanos para a pesquisa, um dos elementos indispensáveis para o avanço do conhecimento. As modalidades de bolsas oferecidas no país são:

(**i**) Iniciação Científica, (**ii**) Mestrado, (**iii**) Doutorado, (**iv**) Doutorado Direto e (**v**) Pós-Doutorado. No exterior são oferecidas bolsas nas modalidades Bolsa de Pesquisa e Novas Fronteiras, ambas em nível pós-doutorado, e Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, que apoia a realização de estágios de pesquisa no exterior, de curta e média duração, por bolsistas da FAPESP nas modalidades no país.

Em 2016, o valor realizado com Bolsas de Estudo, linha regular, totalizaram R$ 448.954.976,55, ou 33,40% do realizado total, sendo R$ 344.548.586,45 com Bolsas no Brasil, R$ 24.565.679,02 com Bolsas no Exterior e R$ 79.840.711,08 com Bolsas de Estágio de Pesquisa no Exterior.

Programa de Auxílio Regular

Na linha regular de fomento à pesquisa temos a Linha Regular de Auxílio à Pesquisa voltada para o atendimento da demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado de São Paulo, a partir de necessidades individuais de aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de seu interesse. Para desenvolvimento de projetos de pesquisa de maior abrangência, envolvendo grupo de pesquisadores, às vezes multidisciplinares e multi-institucionais, a FAPESP oferece a modalidade Auxílio a Projetos Temáticos.

A modalidade Concessão de Auxílio à Pesquisa, que inclui Linha Regular de Auxílio à Pesquisa e Projetos Temáticos, realizou o montante de R$ 387.644.244,02 ou 28,84% do total realizado pela FAPESP em 2016, sendo R$ 266.868.981,77 voltados para a Linha Regular de Auxílio à Pesquisa e R$ 120.775.262,25 para os Projetos Temáticos.

Pesquisa em Programas Especiais

Programas Especiais compreendem aqueles criados pela Fundação por sugestões e a partir das necessidades da Comunidade Científica, com o objetivo de capacitar recursos humanos em áreas consideradas estratégicas ou em que há reduzido número de quadros, modernizar estrutura física do sistema estadual de pesquisa, assegurar aos pesquisadores o acesso eletrônico a dados do Brasil e do exterior. Em 2016 estavam em andamento os seguintes Programas Especiais:

Jovens Pesquisadores - Programa que tem a finalidade de fortalecer o sistema estadual de pesquisa, atraindo para São Paulo jovens doutores de excelente qualificação e potencial e que atuem em temas modernos e com inserção internacional. O programa destina-se a criar oportunidade adequada de trabalho a esses profissionais, de forma a favorecer a criação de novos núcleos de pesquisadores em instituições sem tradição de pesquisa ou a criação de novas linhas de pesquisa em instituições que já tem tradição consolidada em pesquisa;

Ensino Público - Financia pesquisas aplicadas sobre problemas concretos do ensino fundamental e

médio em escolas públicas. Os projetos são executados por meio de parceria entre pesquisadores de instituições de ensino superior ou de pesquisa e profissionais vinculados a escolas da rede pública (estadual e municipal), visando desenvolver experiências pedagógicas inovadoras que possam trazer benefícios à escola.

Mídia Ciência - Apoiar a formação de divulgadores científicos, por meio de bolsas em nível de graduação e pós-graduação. Esses recursos financiam pesquisas jornalísticas que resultam na produção de documentos de divulgação em veículos de comunicação de qualquer, desde que sejam desenvolvidos paralelamente ao cumprimento de um programa específico de estudos, orientado por pesquisadores e jornalistas profissionais.

Capacitação Técnica - Destina-se ao treinamento e aperfeiçoamento de técnicos de nível médio e superior recém graduandos qu**e** participem de atividades de projetos de pesquisa em instituições de ensino superior e pesquisa no Estado de São Paulo, financiados pela FAPESP.

Apoio à Infraestrutura de Pesquisa - Tem por objetivo recuperar, modernizar e equipar laboratórios de instituições de ensino e de pesquisa, garantir aos pesquisadores acesso cada vez mais rápido à internet e atualizar o acervo das bibliotecas das instituições.

O programa atende à demanda de Unidades institucionais com necessidades infraestruturais que não podem ser convenientemente atendidas por meio dos subprogramas citados anteriormente. Trata-se de unidades cuja missão principal não é a de sediar grupos de pesquisa, mas a de servir de depositórios de informações, documentos e coleções biológicas relevantes para o desenvolvimento de projetos sediados fora delas, muitas vezes fora da instituição a que pertencem.

São Paulo Excellence Chairs - Programa-piloto da FAPESP que busca estabelecer colaborações entre instituições do Estado de São Paulo e pesquisadores de alto nível radicados no exterior. O objetivo é atrair para o país cientistas de renome, a fim de que coordenem projetos temáticos em sua área de atuação em universidades e laboratórios paulistas.

Programa eScience - A colaboração em eScience visa explorar como avanços de pesquisa em Computação podem ajudar a vencer desafios científicos e tecnológicos em outros domínios, e vice-versa. O objetivo principal é encorajar abordagens ambiciosas, novas e não convencionais para pesquisa multidisciplinar inovadora, de nível mundial, envolvendo colaborações entre cientistas da computação e pesquisadores em outras áreas do conhecimento. Os tópicos relevantes para a chamada de propostas estão relacionados a seguir. Entretanto, a chamada não está restrita a esses tópicos e temas adicionais que se encaixem nas áreas da eScience são bem-vindos, como Algoritmos, modelos e interfaces humano-computador em eScience; Ciberinfraestrutura para apoiar pesquisa em eScience e Áreas de aplicação de eScience.

Pesquisa para Inovação Tecnológica

Os Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica compreendem aqueles cujos resultados de suas pesquisas, além do avanço do conhecimento, visam e tem claro potencial de inovação tecnológica ou aplicação na formulação de políticas públicas.

Biotecnologia/Biodiversidade (Biota) - tem por objetivo principal catalogar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo mecanismos para sua conservação, avaliando seu potencial econômico e estimando o se uso sustentável. Também conhecido como Instituto Virtual da Biodiversidade, pois integra pesquisadores, estudantes e instituições por meio da ferramenta web.

Os dados sobre caracterização da biodiversidade produzidos pelo Biota-FAPESP estão sendo utilizados na capacitação de recursos humanos e transferidos para o governo com o objetivo de subsidiar políticas públicas de conservação. Por meio de sua rede de bioprospecção, o programa também transfere conhecimento para o desenvolvimento de novos produtos ou tecnologia para o setor privado.

Pesquisa em Políticas Públicas - Financia projetos de pesquisa aplicada que objetivam a produção e sistematização de conhecimentos de relevância direta para a formulação e implementação de políticas públicas. Apoia projetos em quaisquer áreas de atuação do poder público estadual ou municipal. O programa se baseia na parceria entre institutos de pesquisa e universidades com instituições responsáveis por políticas públicas, que irão implementar o projeto.

Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) - Sua característica mais importante é a multiplicidade de sua missão. Além de desenvolver investigação fundamental ou aplicada, focada em temas específicos ou objetivos, os centros devem ativamente procurar oportunidades para contribuir para a inovação por meio do desenvolvimento de meios eficazes de transferência de tecnologia. Os centros também são responsáveis por oferecer atividades de extensão voltadas para o ensino

fundamental e médio e ao público em geral. Os projetos preveem o envolvimento de estudantes e professores em atividades de investigação e formação e incluem ações de divulgação da ciência.

Pesquisa em Parceria para a Inovação Tecnológica (PITE) - Projetos voltados para o fomento a pesquisas desenvolvidas por pesquisadores de instituições de ensino superior e pesquisa no Estado de São Paulo e pesquisadores de empresas. O PITE apoia projetos de pesquisa científica e tecnológica a partir de uma parceria entre pesquisadores das instituições de pesquisa sediados no Estado de São Paulo e de empresas para criação e desenvolvimento de conhecimento relevante para a empresa. Os projetos são realizados em instituições de ensino superior e pesquisa do estado, com financiamento da FAPESP e da empresa parceira.

Pesquisa para Inovação Tecnológica em Pequena e Microempresa - Programas voltados para o fomento à pesquisa inovativa em micro e pequenas empresas, com o objetivo de promover a inovação tecnológica, aumentar a competitividade e contribuir para a colocação de pesquisadores no mercado de trabalho.

Apoio à Propriedade Intelectual - Programa com o objetivo de gerar uma cultura de patenteamento e licenciamento de tecnologia entre pesquisadores do Estado de São Paulo.

Pesquisa em Bioenergia (Bioen) - Lançado em 2008, possui um sólido núcleo de pesquisa acadêmica exploratória que busca articular a pesquisa realizada nas universidades e centros de pesquisa com aquela feitas laboratórios de empresa. O programa fornece subsídios para a produção sustentável de biocombustíveis baseados especialmente no etanol da cana-de-açúcar, mas não apenas dele. A agenda de pesquisa inclui a produção de biomassa e seu processamento a produção de biocombustíveis, o desenvolvimento de motores, as aplicações da alcoolquímica e os impactos ambientais e socioeconômicos.

Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais - Criado em 2008, apoia projetos de pesquisa de até seis anos, realizados por grandes equipes multidisciplinares, sendo um de seus objetivos principais o desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, com foco nas principais questões regionais, como Amazônia, o Cerrado e regiões do Atlântico Sul. O modelo é um passo necessário para melhor compreender o papel que o clima brasileiro desempenha nas mudanças globais.

Cooperação Internacional de Apoio à Pesquisas sobre o Cérebro (CInAPCe) - Criado em 2004 com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisas em neurociências. Opera na forma de rede de cooperação entre diversos grupos de pesquisas paulistas em um instituto virtual dedicado ao estudo do sistema nervoso,

Programa 2305 Fomento ao Trabalho Artesanal

Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades

Para efeitos da interpretação do presente Relatório de atividades, a SUTACO ressalta as alterações estruturais ocorridas a partir da publicação do *Decreto nº 62.001, de 07/06/2016* – que *finaliza a extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas comunidades – SUTACO – transfere bens, obrigações e recursos para a SDECTI – Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades*.

Cadastramento SUTACO

Após avaliar a autenticidade e classificar o artesanato, presencialmente, a SUTACO emite a Carteira de Identificação de Artesão, de acordo com a Base Conceitual do Artesanato Paulista. Atualmente muitos municípios utilizam a Carteira SUTACO para a fiscalização do artesanato de rua e de feiras. Último número de Carteira utilizado: 90.007 (05/12/2016)

Novos Cadastrados no ano de 2016: 3.368
Aumento verificado em relação a 2015: 44%

O aumento de 44% no número de cadastros verificado em relação ao Exercício anterior reflete a procura, devido à crise econômica, de geração de renda através do Artesanato, sendo uniforme para Capital, Interior e Litoral. Reflete também o reconhecimento da Carteira SUTACO como a identidade profissional do Artesão Paulista.

Renovação de Carteiras no ano de 2016**:** 1.419
Aumento verificado em relação a 2015: 49%

O aumento de 49% verificado na renovação de Carteiras SUTACO, por sua vez, reflete a recuperação do prestígio da SUTACO junto aos profissionais do Artesanato Paulista.

Termos de Cooperação SUTACO

A SUTACO celebra **Termos de Cooperação** não onerosos com os Municípios Paulistas, objetivando a descentralização e a regionalização dos serviços de cadastramento de artesãos radicados em cada

Município. Disponibiliza aos Municípios assessoria na organização e divulgação de feiras e exposições de artesanatos, bem como treinamentos, cursos e oficinas para atualização e capacitação dos artesãos.

Termos de Cooperação vigentes em 2016: 298
Treinamentos realizados para agentes de cooperação SUTACO: 09

Encontros "Feito à Mão"
Em 2016 foram realizados 06 Encontros nos Municípios Paulistas de São Vicente, Pedro de Toledo, Monteiro Lobato, Bertioga, Iperó e Olímpia: 06

Oficinas de Artesanato:
Realização de oficinas de técnicas artesanais em parceria com Prefeituras e entidades públicas e privadas com a finalidade de capacitar melhor os artesãos, formar novos artesãos ou mesmo para divulgação junto ao público em geral.

Oficinas realizadas: 37

Procuradoria Jurídica
Disponibiliza aos artesãos cadastrados orientação jurídica sobre tributação, formação de associações e cooperativas, pareceres nos autos dos processos, justificativas perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério Público Estadual, Sindicâncias averiguatórias, etc.

Número de atendimentos: 22

Lojas/Comercialização
Atualmente a SUTACO conta com apenas uma Loja fixa localizada na Rua XV de Novembro, no Centro de São Paulo, onde comercializa todas as peças que recebe dos Artesãos, em modelo de consignação, dividindo espaço com a Imprensa Oficial. Desta loja também partem as peças para as exposições e vendas itinerantes realizadas em diversos lugares da Capital, como o Conjunto Nacional e a PRODESP, entre outros, também realizadas nas cidades do Litoral e Interior do Estado.

Desde a sua reinauguração, em julho/2016, até novembro/2016 a Loja comercializou 1.546 peças de 62 Artesãos, totalizando um faturamento de R$ 47.880,04.

Participação em Feiras e Eventos
A SUTACO se faz presente em grandes eventos e exposições pelo Brasil, divulgando e comercializando o Artesanato Paulista. Em 2016 a SUTACO esteve presente em 14 eventos, entre eles a Mega Artesanal, a Fenearte/Olinda e a Brasil Original/SEBRAE.

A SUTACO também organiza suas próprias exposições/feiras em municípios paulistas e em 2016 levou eventos aos Municípios de Bertioga, Mongaguá, Apiaí, Pedro de Toledo, Tupã e Pindamonhangaba.

Emissão de Nota Fiscal
A SUTACO, Autarquia, tendo em vista sua efetiva extinção, emitiu Nota Fiscal para a venda de artesanato a clientes (pessoas jurídicas) dos artesãos cadastrados, até abril de 2016.

Número de Notas Fiscais emitidas: 1.477
Valor emitido: R$ 2.562.728,87

A partir de maio de 2016 a ADESAF - Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias passou a emitir as Notas Fiscais.

Número de Notas Fiscais emitidas: 870
Valor emitido: R$ 2.120.826,63

Conselho do Artesanato Paulista - CAP
Em janeiro de 2016 foi realizada a eleição dos novos membros Artesãos Conselheiros do Conselho do Artesanato Paulista - CAP, que tomaram posse em 19/03/2016 - Dia do Artesão Paulista.

Durante o ano de 2016 o CAP realizou 09 Reuniões Ordinárias, 02 Plenárias para discussão da Base Conceitual do Artesanato Paulista, uma delas na ALESP coordenada pelo Deputado Estadual Caio França, além de 06 debates levados a Municípios e entidades paulistas.

A Base Conceitual do Artesanato Paulista foi também objeto de Consulta Pública, realizada através do Portal www.sutaco.sp.gov.br, durante todo o mês de outubro de 2016.

Ainda em 2016, a SUTACO em conjunto com o CAP, elaborou o Regimento Interno do Conselho e o Regulamento para Participação em Feiras/Exposições.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretaria de Desenvolvimento Social

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**893.922.700,00**	**771.575.040,00**	**193.803,27**	**771.768.843,27**	**723.817.435,45**
Pessoal e Encargos Sociais	30.409.643,00	30.357.939,73	0,00	30.357.939,73	28.648.347,33
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	863.513.057,00	741.217.100,27	193.803,27	741.410.903,54	695.169.088,12
Despesas de Capital	**11.100.050,00**	**11.677.124,25**	**0,00**	**11.677.124,25**	**30.273.047,46**
Investimentos	11.100.050,00	11.677.124,25	0,00	11.677.124,25	30.273.047,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**905.022.750,00**	**783.252.164,25**	**193.803,27**	**783.445.967,52**	**754.090.482,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.031.707,34**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031.707,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0944 - Recomeço: Uma Vida sem Drogas	**21.229.066,00**	**19.087.633,10**	**0,00**	**19.087.633,10**	**16.789.838,34**
Despesas Correntes	21.229.056,00	19.087.633,10	0,00	19.087.633,10	16.789.838,34
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1703 - Programa Estadual de Direitos Humanos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**57.108,21**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	57.108,21
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3500 - Enfrentamento a Extrema Pobreza	**560.813.015,00**	**462.906.246,67**	**0,00**	**462.906.246,67**	**414.548.748,54**
Despesas Correntes	551.513.015,00	451.229.122,42	0,00	451.229.122,42	403.845.573,05
Despesas de Capital	9.300.000,00	11.677.124,25	0,00	11.677.124,25	10.703.175,49
3512 - Gestão da Política Social	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19.001.963,37**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	386.605,40
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	18.615.357,97
3513 - Proteção Social Básica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3516 - Família Cidadã - Ações Sociais Integradas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.260.189,29**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	9.260.189,29

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3517 - Proteção Social	**242.466.923,00**	**214.317.996,48**	**0,00**	**214.317.996,48**	**215.206.655,21**
Despesas Correntes	240.666.883,00	214.317.996,48	0,00	214.317.996,48	214.412.141,21
Despesas de Capital	1.800.040,00	0,00	0,00	0,00	794.514,00
3518 - Segurança Alimentar e Nutricional	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.046.161,88**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	10.046.161,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3519 - Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social	**80.513.746,00**	**86.940.288,00**	**193.803,27**	**87.134.091,27**	**63.988.110,73**
Despesas Correntes	80.513.746,00	86.940.288,00	193.803,27	87.134.091,27	63.988.110,73
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**905.022.750,00**	**783.252.164,25**	**193.803,27**	**783.445.967,52**	**754.090.482,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 3500 – Enfrentamento à Extrema Pobreza

Ação 1825 – Revitalização da Rede Executora

Esta ação corresponde à quantidade de convênios celebrados com Prefeituras Municipais e Entidades Sociais, tendo em vista a execução de obras de construção, ampliação e reforma de equipamentos sociais ou aquisição de bens permanentes para seu funcionamento. Em 2016, foram firmados **51 convênios**.

Ação 2481 – São Paulo Amigo do Idoso

O **Programa São Paulo Amigo do Idoso** objetiva promover amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para realizar ações que tornem os territórios dos municípios paulistas mais amigáveis às pessoas idosas, com foco no envelhecimento ativo.

O desafio de implementar políticas públicas para uma sociedade mais envelhecida fez com que o Governador Geraldo Alckmin instituísse, por meio do Decreto nº 58.047, de maio de 2012, o **Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso**.

O Programa, que se baseia no conceito do envelhecimento ativo da ONU, criou, pela primeira vez no mundo, um **Estado Amigo da Pessoa Idosa**, sob uma perspectiva que envolva as diversas faixas etárias da população, órgãos e entidades públicas e privadas, visando à valorização da pessoa idosa, à garantia e à defesa dos seus direitos.

Selo Amigo do Idoso

Para envolver os diversos setores da sociedade, o Programa criou o **Selo Amigo do Idoso**, uma certificação que é oferecida a municípios, órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta, e entidades públicas e da sociedade civil, que desenvolvam ações referenciadas pelo Programa. O selo possui três fases: inicial, intermediária e plena. Teve a adesão de 638 municípios paulistas, dos quais 211 já receberam o Selo Inicial.

Equipamentos

Em várias Secretarias de Estado e no Fundo Social de Solidariedade, são desenvolvidas ações dentro dos quatro pilares do São Paulo Amigo do Idoso: Saúde, Participação, Proteção e Educação. No pilar Proteção, a SEDS está autorizada a repassar recursos para as prefeituras municipais, tendo em vista a construção de Centros-Dia do Idoso (CDIs) e Centros de Convivência do Idoso (CCIs).

Já viabilizou, desde 2010, a construção de 54 CDIs e 25 CCIs, que oferecem serviços para idosos autônomos, totalizando atendimento direto para, aproximadamente, 32 mil idosos paulistas. Ainda neste pilar, a Secretaria de Habitação/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em parceria com o Desenvolvimento Social, implementa o **Programa Vila Dignidade**, que consiste em moradias assistidas em pequenas vilas, adequadas à população idosa, incorporando os preceitos do desenho universal e com áreas de convivência social.

Nos pilares restantes, Educação, Saúde e Participação encontram-se em execução: Projeto "Viva Mais" – Jogos Regionais do Idoso/Cartão Vida Ativa, Praça de Exercício (Fussesp); Melhor Viagem (Turismo); Centros de Referência do Idoso, Hospitais de Cuidados Continuados e Ambulatórios Especializados no Idoso, AMES (Ambulatórios de Múltiplas Especialidades) e Selo Hospital Amigo do Idoso (Saúde); Universidade Aberta à Terceira Idade, Inclusão Digital, cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia (Educação).

Em 2016 foram construídos 10 Centros de Convivência do Idoso – CCI; 1 Centro-Dia do Idoso e 12 Convênios foram celebrados para Construção de CCI e CDI, conforme dados extraídos do SIMPPA - Sistema de Monitoramento do PPA 2016-2019.

Ações desenvolvidas em 2016

- Visitas de monitoramento aos Centros-Dia do Idoso e Centros de Convivência do Idoso (orientação técnica sobre a execução de serviços e gestão do equipamento, aplicação de instrumental de supervisão);
- Visitas às unidades em fase de implantação e aplicação de instrumental de avaliação da gestão social às unidades já ocupadas, em parceria com a CDHU;
- Assessoria e apoio técnico permanente aos municípios e às DRADS;
- Ações permanentes para suporte técnico e operacional do Sistema de Monitoramento do Selo Amigo do Idoso;
- Reuniões de planejamento com equipe técnica da CDHU;
- Eventos públicos de certificação dos Municípios com o Selo Inicial "Amigo do Idoso";
- Encontro Regional do SP Amigo do Idoso com a DRADS de Guarulhos (maio de 2016);
- III Fórum Comitê Regional da Pessoa Idosa de Presidente Prudente, com as palestras: Proteção Social, Envelhecimento e Dependência: Os desafios para a Oferta do Cuidado em Instituição de Longa Permanência para Idosos e Fundo Municipal do Idoso – Construção de um efetivo sistema de apoio e proteção da pessoa idosa em sua própria localidade (agosto de 2016);
- Participação no evento "As Políticas Pública Para o Envelhecimento Ativo", na OAB/SP (setembro de 2016);
- Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa – Câmara dos Deputados – Apresentação das iniciativas do Governo do Estado em relação a população idosa, em especial do programa SP Amigo do Idoso (novembro de 2016);
- Seminário Internacional e Nacional – Organização Pan Americana da Saúde e Ministério da Saúde: Apresentação do SP Amigo do Idoso (dezembro de 2016);
- Campanha Estadual "Mês de Conscientização dos Direitos da Pessoa Idosa", que ocorreu durante todo o mês de outubro, contou com a participação do Conselho Estadual do idoso e Fundo Social de Solidariedade, além de outros parceiros.
- Encontro de sensibilização para técnicos e gestores, visando o aprimoramento do atendimento à pessoa idosa nas unidades do Programa Bom Prato;
- Apresentação do Diagnóstico sobre a gestão do Programa Vila Dignidade nas 17 unidades implantadas, em parceria com a CDHU, para técnicos e diretores das 26 DRADSs;
- Sessão de Cinema no Caixa Belas Artes – Filme Envelhescência;
- Documentário que aborda a velhice a partir do protagonismo da pessoa idosa Exibição para servidores da SEDS, comissão do Programa SP amigo do Idoso e Conselho Estadual do Idoso;
- Seminário: Direito à Moradia da Pessoa Idosa;
- Encontro Temático Envelhecimento e Políticas Públicas: Cuidado e Proteção Social à Pessoa Idosa: Diálogos entre o SUAS e o SUS;
- Encontro de Alinhamento Técnico: Estratégias de Gestão – Programa Vila Dignidade;

- Programação especial no Parque da Água Branca, de 26 de setembro a 7 de outubro de 2016. Parceria entre: Fussesp, São Paulo Amigo do Idoso, CEI-SP, Instituto Lado a Lado, Instituto Biodelta e Projeto Exercício e Coração (USP).

Ação 5579 – Renda Cidadã

O **Programa Renda Cidadã** é um programa estadual de transferência de renda que tem por objetivo atender famílias em situação de pobreza com renda mensal familiar per capita de até ½ salário mínimo nacional, priorizando famílias com renda até ¼ do salário mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda. O valor pago por mês a cada família é de R$ 80,00.

Está presente em 644 municípios e conta com três parceiros estaduais: Secretária de Administração Penitenciária (SAP), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Fundação Casa. Possui em seu escopo algumas ações complementares, por meio de atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e/ou privada com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários, como:

- Serviço Socioeducativo e Apoio à Formação e Capacitação: esta ação tem por objetivo promover a formação e/ou educação sócioprofissional para o trabalho coletivo ou individual.

O atendimento do Programa, no ano de 2016, foi de 93.698 **famílias**, com o lançamento do Portal Social e com a unificação dos cadastros, podendo atuar, assim, nos bolsões do Estado de São Paulo, onde há demanda pelos programas de transferência de renda.

Ação 5945 – Geração de Trabalho e Renda

Sem execução orçamentária em 2016.

Ação 6154 – Renda Cidadã – Benefício ao Idoso

O **Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso** tem o objetivo de atender o idoso, com 80 anos ou mais, que integra famílias com renda mensal familiar per capita de até ½ salário mínimo nacional, priorizando idosos com renda até ¼ do salário mínimo, mediante transferência direta de renda.

Em 2016, o Programa atendeu **1.735 idosos**.

Ação 5604 – Ação Jovem

O **Programa Estadual Ação Jovem** tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, prioritariamente até ¼ do salário mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

No sentido de aprimorar o Programa e contribuir para sua efetividade, em 2016 foram iniciadas as ações de planejamento e desenho de novas frentes de atuação do Ação Jovem, com foco no enfrentamento ao problema do abandono escolar no Ensino Médio. Dessa forma, foi desenhado o Projeto Conclusão, que visa fortalecer capacidades dos jovens para superação das vulnerabilidades, dentre elas, a evasão escolar como ação preventiva ao risco social.

Em 2016, o Programa atendeu **47.023 jovens** no Estado de São Paulo.

Ações realizadas em 2016

- Elaboração de relatórios gerenciais para acompanhamento dos beneficiários;
- Monitoramento da oferta de ações complementares e do acompanhamento de condicionalidades por parte das prefeituras municipais e demais parceiros.
- Participação em Grupo de Trabalho para estudo de critérios de elegibilidade dos programas;

- Participação de estudos técnicos e elaboração de proposta para mudanças no escopo do Programa Ação Jovem, visando seu aperfeiçoamento;
- Participação na definição de relatórios e validação de regras de negócio para o Business Intelligence (BI);
- Análise, planejamento e elaboração da metodologia e critérios de implementação do Projeto Conclusão, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Ação 6000 – Viva Leite

O **Projeto Estadual Viva Leite**, dentro do **Programa Estadual de Alimentação e Nutrição** para populações em situação de vulnerabilidade social, em substituição ao Programa Campo/Cidade-Leite, de que trata o Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997, entrou em vigor em 22 de dezembro de 1999. Desde 19 de janeiro de 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), administra o Projeto Estadual Vivaleite, conforme Decreto nº 56.674.

Atualmente, por meio de 1.936 entidades credenciadas, 139.914 crianças recebem 2.098.710 litros/mês de leite e 97.589 idosos recebem 1.463.835 litros/mês de leite na **Capital e Grande São Paulo**, totalizando **237.503 beneficiários** e **42.750.540 litros/ano**. O projeto também se estende pelo Estado e estabeleceu convênios com 606 municípios; beneficiando 222.487 crianças que recebem 3.337.305 litros/mês de leite, totalizando cerca de 459.990 mil beneficiários, que consomem, aproximadamente, 6.899.850 litros/mês, totalizando **82.798.200 litros/ano**.

O principal objetivo do projeto é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças e idosos que vivem em condição de risco nutricional, visando ainda o consumo da produção leiteira paulista. Isso representou, em 2014, 5,9% de toda produção paulista de leite, fortalecendo a distribuição de renda para pequenos produtores e famílias do campo, que vivem da renda da produção de leite.

O mecanismo principal de ação da política pública de segurança alimentar e nutricional que rege o Projeto Vivaleite é a distribuição gratuita de leite fluido pasteurizado enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D, que além de serem um complemento alimentar, auxiliam na prevenção de anemia e das deficiências de vitaminas A e D.

Na Capital e região da Grande São Paulo, o Projeto Vivaleite tem uma atuação social que fortalece a presença do Estado em regiões de vulnerabilidade social, através das parcerias com entidades sociais sem fins lucrativos que fazem a distribuição do leite.

Ação 6001 – Bom Prato

O projeto de restaurante popular **Bom Prato** foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional, a preços acessíveis à população de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos, entre os quais: profissionais administrativos, gerentes, nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha e limpeza, todos vinculados à entidade gestora. As entidades gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção predial e de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás. As unidades que apresentam infraestrutura contam com um Posto do Acessa/SP, em parceria com a Secretaria de Gestão. Além disso, através do Via Rápida (da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), são ministrados cursos na área de Gastronomia.

Em 2016, foi inaugurada uma unidade em Santos Morros, totalizando **51 unidades** em todo o Estado. Foi autorizada a revitalização de 18 unidades. Com a autorização do Governador, a Unidade Campos Elíseos, situada em área de grande vulnerabilidade social, continuou com o fornecimento de refeições noturnas (jantar) e aos finais de semana. Em 2016, foram servidas **20.258.798 refeições**, entre almoço e café da manhã.

Programa 3517 – Proteção Social

Ação 5530 – Proteção Social Básica

Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O que é o CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da assistência social. Trata-se de uma unidade pública municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

Compõem a Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica (PSB) do Estado, de acordo com informações do sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS 2016), 4.002 locais de execução, entre públicos e privados, que desenvolvem 7.907 serviços de caráter preventivo e proativo. São atendidos por esta rede 2.592.309 usuários (entre famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência).

O apoio financeiro aos municípios ocorre através do repasse financeiro direto, no sistema “Fundo a Fundo”, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009, e alínea “c” do inciso II do artigo 60, do Decreto Estadual nº. 49.668, de 17 de junho de 2005.

Serviços de Proteção Social Básica	Repasse Fundo a Fundo FEAS R$
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	63.734.994,81
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	8.531.268,80
Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	4.619.373,35
Serviços não tipificados	11.033.120,26
Total Geral	**87.918.757,22**

Ação 6035 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); e Trabalho protegido.

O que é o CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Público-alvo

Crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, vivência de trabalho infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de autonomia e bem-estar.

Como funciona

O CREAS oferta acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida.

O atendimento é prestado no CREAS ou através do deslocamento de equipes em territórios e domicílios, e os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Número de locais, atendimentos e valores investidos em 2016

Compõem a rede de socioassistencial da Proteção Social Especial do Estado, 4.489 serviços em 2.729 locais de execução. As executoras atendem, aproximadamente, 488.325 usuários, entre famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência (PMASweb 2016). O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, no Sistema "Fundo a Fundo", do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais, conforme Lei Estadual nº 13.242, de 08 de dezembro de 2008, e Decreto Estadual nº 54.026, de 16 de fevereiro de 2009.

Em 2016, o Estado de São Paulo cofinanciou **279 serviços de Média Complexidade** e **1.798 de Alta Complexidade**, e o valor total dos recursos alocados foi de **R$ 121.928.220,00**.

Serviços de Alta Complexidade	Repasse Fundo a Fundo FEAS
Serviço de acolhimento em Família Acolhedora	R$ 196.012,00
Serviço de acolhimento em República	R$ 1.006.770,02
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo Institucional	R$ 67.500.467,00
Serviço de acolhimento institucional – Casa de Passagem	R$ 3.166.868,45
Serviço de acolhimento institucional – Casa-Lar	R$ 1.856.216,97
Serviço de acolhimento institucional – Residência Inclusiva	R$ 3.631.724,05
Serviço não tipificado	R$ 2.545.912,59
Total Geral	**R$ 79.903.969,00**

Fonte: PMAS 2016

Ação 6197 – Proteção Social Especial de Média Complexidade

Atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada, com um acompanhamento sistemático e monitorado, tais como: serviço de atendimento a famílias e indivíduos, serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, serviço especializado em abordagem social, serviço especializado para pessoas em situação de rua e medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC e LA).

Serviços de Média Complexidade	Repasse Fundo a Fundo FEAS
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	R$ 4.925.555,36
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA)	R$ 21.624.255,61
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	R$ 1.366.607,27
Serviços de Média Complexidade	**Repasse Fundo a Fundo FEAS**
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	R$ 8.526.178,00
Serviço especializado em abordagem social	R$ 3.626.029,97
Serviço especializado para pessoas em situação de rua	R$ 634.658,71
Serviço não tipificado	R$ 1.320.966,60
Total Geral	**R$ 42.024.251,00**

Ação 6179 – Aluguel Social

Constitui objeto do presente a adesão para transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do Município, destinados ao cofinanciamento dos subsídios financeiros a serem repassados às famílias em situação de risco eminente, mediante concessão de auxílio-moradia, possibilitando suas remoções da área de risco, conforme disposto no Termo de Cooperação Intersecretarial celebrado com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, nos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O valor investido em 2016 foi de **R$ 1.451.970,00 em 6 municípios da Grande São Paulo.**

Programa 3519 – Melhoria de gestão da política de assistência social

Ação 6030 – Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

A Edesp e a Educação Permanente do SUAS e do Desenvolvimento Social no Estado de São Paulo

A educação permanente pode ser compreendida, simultaneamente, no campo da assistência e do desenvolvimento social, como uma prática de ensino-aprendizagem e como uma política de educação, que tem como objetivo institucionalizar a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente, na esfera do Sistema Único de Assistência social (SUAS).

A educação permanente do SUAS apoia-se no conceito de ensino problematizador, que se insere de maneira crítica na realidade e de forma horizontal na relação entre educador-educando.

Baseando suas ações formativas na educação permanente do SUAS e nas outras ações de capacitação das políticas de Desenvolvimento Social, a Segurança Alimentar e a Política sobre Drogas, a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) priorizou, em 2016, as capacitações em formato presencial.

CapacitaSUAS

Durante os meses de abril, maio e junho, o Estado realizou o Programa Nacional de Educação Permanente do SUAS (CapacitaSUAS) em todas as regiões do Estado de São Paulo, abrangendo a oferta do programa a todos os 645 municípios paulistas.

A matriz pedagógica do CapacitaSUAS, estruturada na perspectiva dialógica pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi atualizada pela equipe de coordenação pedagógica estadual com foco na realidade do território paulista, enfatizando o diálogo com os municípios de grande, médio e pequeno portes e o compartilhamento da produção de conhecimentos gerada no cotidiano dos Participantes.

A execução do CapacitaSUAS, coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social /Edesp, por meio da contratação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e de uma equipe pedagógica liderada pela Professora Aldaíza Sposati, uma das maiores referências do conhecimento a respeito da política pública do SUAS, mobilizou professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. Trouxe, também, uma novidade: a alocação de todo conteúdo didático-pedagógico do CapacitaSUAS num Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Edesp), no qual os educandos puderam acessar materiais escritos, áudios e vídeos.

Os recurso envolvidos para desenvolvimento das ações são provenientes do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS, no montante de **R$ 1.998.569,56,** sendo que a EDESP e a contratação de Prestação de Serviço de Consultoria Profissional da FUNDAP – Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, no exercício de 2015 e continuidade em 2016, realizaram diversas atividades descritas neste relatório.

O Projeto ofereceu três cursos, que aconteceram entre os meses de abril e junho de 2016, em mais de 20 polos descentralizados, com um total de 2.109 atendimentos e com 103.678 acessos ao AVA Edesp:

1) Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS;
2) Indicadores para Diagnóstico do SUAS; e
3) Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS.

Ainda em 2016, desdobramentos desse processo de capacitação puderam ser verificados nas regiões do Estado de São Paulo. Em parceria com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, a Edesp deu continuidade à interlocução com os municípios apoiando as iniciativas e fortalecendo as ações de capacitação, contribuindo com metodologias e estratégias de integração para a operacionalização e efetivação da política de educação permanente.

Além disso, a Edesp possibilitou que servidores públicos da Seds, com perfil de educadores, atuassem no CapacitaSUAS, planejando, ministrando aulas, sugerindo ajustes na metodologia, interagindo com os munícipios e avaliando o processo de forma global. Como resultado, surgiu a proposta de criação de um Comitê de Educação Permanente da Seds, que será composto por tais servidores e outros que apresentem o mesmo perfil. Esse Comitê terá papel fundamental na construção e fomento dos Núcleos de Educação Permanente no Estado. Além disso, a Seds publicou no dia 21 de dezembro de 2016, a Resolução SEDS nº 28, que institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente (NUEP), mais um passo no fortalecimento da Política Pública de Assistência e Desenvolvimento Social.

Em síntese, a Edesp priorizou, no seu planejamento e prática, as diretrizes e princípios da política de Educação Permanente, ofertando, integrando e ampliando espaços de formação, que possibilitassem a reflexão, o debate, a troca e o acesso ao conhecimento, a favor de uma educação transformadora dos processos de trabalho e das práticas profissionais, em prol da melhoria da qualidade da oferta dos serviços e benefícios. Tudo isso a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis.

Programas, projetos e ações executados no exercício de 2016

Núcleo de Educação Permanente no Estado de São Paulo (NUEP/SUAS)

A Escola realizou ações de articulação intersetorial para instalação do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NUEP/SUAS) no Estado de São Paulo, como instância consultiva e de assessoramento da política estadual de educação permanente, com as seguintes instâncias de controle e participação social: Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) / Edesp; Conselho Estadual de Assistência Social – Conseas; Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – Coegemas/SP; Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSuas – SP); Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) / Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (Cedepe).

Plano Estadual de Capacitação – PEAS 2016-2019

Execução do Plano Estadual de Capacitação com base nas diretrizes e objetivos do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2016-2019, com foco na Educação Permanente e Continuada do SUAS. Foram ofertadas, aproximadamente, 480 capacitações em formatos presencial e semipresencial (transmissões por streaming e videoconferência), com temas relacionados à política nacional de Assistência Social, ao SUAS, e à sua aplicação nos territórios do Estado de São Paulo e

de seus 645 municípios. Através da contratação e parceria com a FIA - Fundação Instituto de Administração foi elaborado o Plano 2016-2019, com recursos próprios da SEDS – Fonte 003.

Números do exercício de 2016

- Ações formativas realizadas (formatos presencial e semipresencial**)**: total de **480 ações**.

- Público (atores sociais) atendidos em 2016: mais de **18.174**, entre ações de capacitação presencial e semipresencial.

- Modalidades de Capacitações realizadas:

EDESP		
	Modalidade	**Horas-Aula**
2015	**Presencial**	1.173 H/A
	Semipresencial	40 H/A
	A Distância	116 H/A
2016	**Presencial**	6.478 Horas-Aula
	Semipresencial	16 H/A
	A Distância	0

No ano de 2016, as horas-aulas de capacitações presenciais quintuplicaram.

Parcerias – intersetorial e intersecretarial

A Edesp manteve parcerias com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores "Paulo Renato Costa Souza" (Efap)/Rede do Saber, da Secretaria da Educação, com a otimização de capacitações sem custos diretos, e incrementou a articulação de comunicação e aproximação com as áreas da Seds (Sede e DRADS) e com os órgãos de controle social Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) e Conselho Estadual do Idoso (CEI).

Realizou novas parceiras com a EGAP, a Escola de Governo e Administração Pública e com a CPA, Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, ambas ligadas a Secretaria de Gestão e Planejamento para proporcionar a seus servidores maior base teórica e prática a respeito da gestão pública.

Realizou também parceria com a Corregedoria Geral da Administração, para o aprimoramento profissional de seus colaboradores, e por fim, está em vias de estabelecer uma parceria de cooperação técnica com a Escola Fazendária, também com o intuito de fortalecer os conhecimentos de sua equipe interna.

Instrumentais de monitoramento e avaliação de gestão escolar

A Edesp criou e aprimorou: Plano de Capacitação; Plano de Divulgação, Cronograma Retroativo; Roteiro das Ações Educativas (tempos e movimentos); Gestão Escolar (Inscrições Online, Formulário de Avaliação Online, Certificados Digitais, Relatórios de Avaliação); formulário Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) resumido, com foco nas ações de educação permanente e continuada; Plano Editorial de Publicações.

Ação 6199 – Apoio Administrativo e Tecnológico

Suporte administrativo às Ações e Programas desenvolvidos pela Pasta (ASSS e 26 DRADS).

Ação 4008 – Controle Social – Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente CONDECA

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca-SP) foi criado a partir da Lei Estadual nº 8074, de 1992. Sua regulamentação deu-se pelos Decretos Estaduais n°s 39.059/1994 e 39.104/1994.

O Condeca-SP é constituído por 40 conselheiros, para um mandato de dois anos. Tem como uma de suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Para isso, busca envolver o governo e a sociedade em discussões profundas sobre os

problemas e os desafios nessa área. Estimular a criação de ações inovadoras para assegurar os direitos de crianças e adolescentes é outra de suas atribuições.

Nessa missão, atua em parceria com conselhos de direitos e tutelares, organizações governamentais e sociedade civil, com ações de capacitação e realização de encontros e discussões junto aos conselhos municipais de todo Estado, em busca de soluções às demandas existentes, com o objetivo de cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 2016, o Condeca-SP firmou **118 convênios e** executou orçamento no exercício de 2016 no montante de **R$ 20.511.157,40**.

Linhas de Atuação

• Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes;

• Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

• Cooperação com os municípios no atendimento da criança e do adolescente e apoiar iniciativas intermunicipais e regionais nesse sentido;

• Avaliação e acompanhamento do Atendimento Socioeducativo do adolescente em conflito com a lei

Direitos da Criança e do Adolescente

Os conselhos estaduais e municipais atuam para incentivar, deliberar e controlar as ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselhos

O Condeca-SP foi criado no dia 21 de outubro de 1992 no Estado de São Paulo. Logo surgiram também os Conselhos Municipais, os CMDCAs, que hoje estão por todo Estado.

Fundo do Condeca

O Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) é formado com recursos especiais para o atendimento deste público. Em São Paulo, é administrado pelo Condeca-SP.

Em geral, os fundos são de natureza contábil, administrados por seus respectivos conselhos. Não são órgãos ou entidades e não têm personalidade jurídica.

Os fundos são meios fundamentais de viabilização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e financiamento da execução das políticas de atendimento à população infanto-juvenil

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Ação 5076 – Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial tem como função monitorar e avaliar a gestão estadual do SUAS, de programas, projetos e benefícios da SEDS, bem como realizar estudos, pesquisas técnicas e diagnósticos socioterritoriais.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE) é responsável pela Vigilância Socioassistencial na Secretaria de Desenvolvimento Social, produzindo e disseminando informações sobre a gestão estadual do SUAS, programas, projetos e benefícios em integração com as equipes técnicas da Pasta.

Também é de sua responsabilidade coordenar a gestão do sistema de cadastro das entidades e do CadÚnico, no âmbito desta Pasta.

Nos termos do disposto na NOB/SUAS, a implantação da vigilância socioassistencial, estratégia fundamental para o reconhecimento e a localização das vulnerabilidades, riscos e violações de direito nos territórios, orienta e avalia a oferta de serviços socioassistenciais, de acordo com as necessidades dos usuários.

A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:

I. das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;

II. de tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede sócio assistencial

Sala de Situação

A Sala de Situação é o projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social responsável pelo monitoramento e apoio técnico do planejamento dos programas, projetos e serviços previstos no PEAS 2016-2019. Para isso, coleta e processa os dados de execução das ações por ela monitorados e, sempre que necessário, auxilia os gerentes no planejamento dos seus projetos.

O projeto vem em consonância a missão da gestão de aprimorar a metodologia de gestão, associado ao monitoramento e avaliação permanentes da política, dos programas e dos projetos sociais. A Sala de Situação, portanto, é o instrumento para monitorar todas ações previstas no PEAS 2016-2019 em todas as suas fases (agenda, concepção, formulação e implementação), garantindo assim os resultados esperados. Além disso, torna-se um mecanismo para fortalecer a governança, que é nossa capacidade gerencial de formular e implementar políticas públicas, e a accountability da Pasta, ou seja, nossa obrigação ética, enquanto poder público, em prestar contas sobre o que fazemos, como fazemos e com quais recursos.

Para a realização da implementação da Sala de Situação, foram realizadas três fases de ações. A primeira delas, antecede e prepara os gestores da pasta para a implementação da Sala de Situação. A segunda, é a própria da Sala de Situação, onde implementamos uma sistemática de trabalho para o acompanhamento da evolução dos trabalhos. E por fim a terceira fase, quando começamos o monitoramento dos resultados daquilo que nos propomos a fazer.

No dia 1º de junho de 2016, realizamos uma apresentação sobre a Sala de Situação para todos os servidores da SEDS. Nessa apresentação, mostramos o objetivo da sala, a metodologia e quais ferramentas seriam utilizadas. Esse momento foi de suma importância porque, apesar da Sala de Situação ser gerenciada pela CGE, ela só é possível com a participação de todos. A partir da semana seguinte, começamos com uma capacitação em Gestão de Projetos de 32h com todos os coordenadores e gerentes de projetos, além da presença de assessores, diretores e técnicos escolhidos pelas coordenadorias, totalizando mais de 50 gestores capacitados. A partir disso, tivemos a expectativa de um alinhamento metodológico sobre como realizar uma gestão voltada para resultados, a partir do desenho de ações e entregas, em projetos que transcendem a ideia de estrutura organizacional e empodera o gerente do projeto na tomada de decisões. Além disso, quando todos os projetos são geridos da mesma forma, temos uma padronização na forma de planejar e executar as ações, fortalecendo a governança da pasta e possibilitando um monitoramento de gestão e avaliação dos resultados. E também, com todos utilizando a mesma linguagem, os projetos deixam de ser personificados por equipes e passam a fazer parte de uma estrutura orgânica, que todos os servidores da SEDS fazem parte e contribuem para alcançarmos os mesmos objetivos.

Terminada a capacitação metodológica, a Sala de Situação começou a ser implementada em agosto. Durante o curso, os gestores foram treinados para utilizar a ferramenta Gantt Project, ideal para realizar planejamento e acompanhamento da execução de projetos. Todos os programas, projetos e serviços foram adequados para esse instrumental, com a participação ativa dos gerentes e técnicos envolvidos dos projetos. Durante a implementação, a Sala de Situação ofereceu plantões de dúvidas e apoio técnico e metodológico constante, para a adaptação para a nova metodologia de gestão. Em paralelo a esse processo, a Sala de Situação desenvolveu dois sistemas de monitoramento, o primeiro que gera relatórios semanais de acompanhamento dos projetos, a partir dos dados obtidos pela ferramenta Gantt Project, e o segundo que monitora os indicadores previstos para cada projeto do PEAS 2016-2019, que viria a ser utilizado na terceira fase do projeto.

No dia 16 de agosto, geramos o primeiro relatório oficial da Sala de Situação. Desde então, geramos semanalmente 30 relatórios e disponibilizamos na intranet, nosso espaço virtual do servidor, onde todos da SEDS têm acesso, fortalecendo assim, a transparência da gestão. Cada relatório, permite um nível de detalhamento, a partir do interesse do leitor. São eles:

- Visão global: Relatório com o status geral de todos os programas, projetos e serviços da SEDS e o status das ações consideradas prioritárias pela gestão.

- Relatórios temáticos: relatórios divididos pelas frentes temáticas da pasta, independente da organização estrutural da secretaria. Cada relatório possui um panorama geral – mais detalhado que o Visão Global – dos projetos envolvidos naquele tema. São os temas: Fortalecimento da Gestão, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Segurança Alimentar, Transferência de Renda e Benefícios e Programas Estratégicos.

- Relatórios detalhados: relatórios detalhados de cada um dos programas, projetos e serviços da pasta.

- Relatório Financeiro: Relatório financeiro detalhado sobre cada um dos programas, projetos e serviços da Pasta.

- Matriz de Responsabilidade: Relatório gerencial, onde é possível enxergar a atribuição dos servidores nos projetos que estão envolvidos.

Desde então, a Secretaria vive o seguinte ciclo de gestão: (i) planejamento e controle das ações no Gantt Project; (ii) emissão de relatórios gerenciais, acessível a todos os funcionários; (iii) reuniões com subsídio técnico do andamento das ações; e (iv) orientação e gestão dos programas, projetos e serviços.

Grandes números: Em 2016, foram quase 600 relatórios gerados, cerca de 2500 ações planejadas ou sendo executadas e mais de 200 atores envolvidos na implementação dessas ações.

Com a segunda fase estruturada e em funcionamento, em novembro iniciamos a terceira e última fase do projeto: o monitoramento das metas e dos indicadores previstos no PEAS 2016-2019. Para isso, os coordenadores, assessores, diretores, gerentes e técnicos dos projetos, passaram por uma nova capacitação, dessa vez focada na metodologia de indicadores e avaliação de políticas públicas. Pois não basta executarmos bem aquilo que nos propomos. Também precisamos verificar o quanto o que fazemos gera de resultados. Esse conhecimento, nos permite fazer replanejamentos, se necessário, e replicar e expandir projetos exitosos.

A Sala de Situação é o resultado de um trabalho integrado e participativo, que só é possível com a adesão de todos os servidores da secretaria. A Sala de Situação, portanto, é positiva para aqueles que atuam diretamente nos projetos, pois seus esforços valorizados, reconhecidos e recebem apoio dos demais gestores; fornece subsídio técnico para as tomadas de decisão dos dirigentes e ainda permite uma gestão mais transparente para todos.

Aprimoramento, Desenvolvimento de Sistemas e tecnologia da Informação para Aperfeiçoamento da Política Socioassistencial no Estado de São Paulo

O sistema de Business Intelligence (BI) Cognos, da IBM, é um dos produtos oriundos do Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, cofinanciado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que teve como objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social mediante apoio ao desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo.

Em 2015 foram realizadas entrevistas com a empresa Scala IT (Uztech Serviços e Informática Ltda.) para modelagem e arquitetura do sistema, com as diversas áreas da SEDS responsáveis pelas seguintes bases de dados: CadÚnico, Bolsa Família, Censo Suas, Pró-Social, Renda Cidadã, Ação Jovem, PMASweb, Vivaleite, Bom Prato, Censo Demográfico/IBGE, índices da Fundação Seade e MSEweb. As equipes dos programas Família Paulista e Recomeço foram entrevistadas e apresentaram suas demandas, mas não possuíam à época bases de dados para inserção no BI. Também foram validados produtos previstos em contrato (modelagem, qualidade de dados e carga das bases de dados dos sistemas transacionais que foram disponibilizadas para teste no sistema de BI), além de acompanhamento do cronograma previsto e executado.

Público Envolvido: Servidores da Secretaria

Início: julho/2015

Término: Setembro/2016

Recurso envolvido: **R$ 890.000,00** oriundos do Contrato de Prestação de Serviço de Consultoria Profissional nº BRA 10-33107/2015 (PNUD/SEDS/Scala IT), além de **R$ 122.000,00** para consultor sênior em tecnologia da informação contratado nos termos do TOR COMP 03/01/2015 – PNUD para fins de diagnóstico da implantação do BI e atividades de acompanhamento e gestão do projeto.

Ações realizadas em 2016

- Pré-homologação das bases no BI (Aplicativo Renda Cidadã, Aplicativo Ação Jovem, Bom Prato, Vivaleite, CadÚnico, Censo IBGE (2000 e 2010), Censo SUAS, Bolsa Família, MSE Web, Planilhas de dados orçamentários, PMAS 2013 a 2015 e Pró-Social – Módulos Beneficiários e Instituições), com o objetivo de corrigir e validar os modelos propostos pela empresa;

- Capacitação para as áreas diretamente relacionadas, ou seja, aquelas que contribuíram diretamente fornecendo informações sobre as bases de dados de que são responsáveis e/ou com solicitação de dados/relatórios;

- Homologação das bases no BI, com o objetivo de verificar a validade do modelo e dos dados;

- Operação assistida, com a participação das áreas diretamente relacionadas (mencionadas anteriormente), com o principal objetivo de gerar de relatórios pré-formatados, de acordo com a necessidade das áreas.

Para continuidade das ações do sistema BI, tanto em termos de suporte quanto no processo evolutivo de aprimoramento da ferramenta, foi realizado o processo licitatório nº 1307/2016 - Prestação de serviços de Suporte em TI – Business Intelligence, no dia 16 de setembro de 2016, tendo como vencedora a empresa Scala IT, mesma empresa que deu continuidade ao Projeto BI em 2015.

Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema de Gestão Estadual da Assistência Social (SIGEAS)

O Sistema para Gestão da Assistência Social – SIGEAS é um sistema informatizado que vem sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) em parceria com a Prodesp.

Concebido para dar maior visibilidade e transparência à gestão do SUAS no Estado de São Paulo, o SIGEAS tem como objetivo organizar e padronizar as atividades de acompanhamento e supervisão técnica do SUAS no Estado de São Paulo, organizando-as de maneira a agilizar e subsidiar a gestão da Assistência Social tendo como foco principal o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O primeiro módulo deste sistema deverá agilizar e organizar o registro, fluxo, acompanhamento e avaliação das ações que compõem os Planos de Providências e os Planos de Apoio previstos pela Política de Assistência Social, e descritos na Resolução nº 8, de 14 de julho de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

Posteriormente, e em etapas consecutivas, serão criados outros módulos interligados a este primeiro, que deverão registrar as informações sobre a supervisão e acompanhamento técnico realizado pelas DRADS à gestão municipal, através das visitas técnicas, além de disponibilizar um conjunto de informações e indicadores selecionados sobre cada um dos municípios e que possa identificar possíveis situações a serem adequadas ao SUAS.

Ações realizadas em 2016

- Desenvolvimento da versão preliminar do primeiro módulo do SIGEAS, coordenado pelo Departamento de Normatização e Informática da SEDS;

- Verificação e homologação da versão preliminar do primeiro módulo do SIGEAS, realizado pelo Grupo estadual de Gestão do SUAS;

- Apresentação da versão preliminar do primeiro módulo do SIGEAS aos principais atores envolvidos e que participarão ativamente nos fluxos desenhados para a gestão, solicitando a eles que, após esta apresentação iniciem o pré-teste do sistema e contribuam para seu aperfeiçoamento com sugestões e comentários. Estas reuniões de apresentação do SIGEAS já foram realizadas com: (i) Coordenadoria de Ação Social, Proteções Sociais Básica e Especial, principais envolvidas atualmente com os planos de providências e planos de apoio; (ii) Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo (CIB//SP); (iii) Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS); e (iv) seis reuniões de macrorregião com a participação dos diretores e técnicos de todas as 26 DRADSs.

PMASweb

O sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMASweb) é a principal ferramenta do Estado de São Paulo para inserção e extração de informações sobre os serviços socioassistenciais e sobre o planejamento de ações dos municípios paulistas, disponibilizado para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais, visando a facilitar a coordenação e o gerenciamento da rede de serviços socioassistenciais.

O PMASweb permite acesso on line a todas as informações dos planos municipais dos 645 municípios paulistas, contribuindo com a elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais ou regionais. Dessa forma, o sistema tem consolidado avanços importantes, tornando-se um valioso instrumento de planejamento e gestão, utilizado para retratar a realidade de cada município e

das regiões do Estado, além de ser documento necessário para a transferência de recursos Fundo a Fundo.

Ações realizadas em 2016

1. Atualização das informações nos sistemas referentes a anos anteriores. Contínuo.

Recebimento das solicitações dos municípios para atualizações dos seus Planos Municipais de Assistência Social, análise e avaliação sobre a adequação das solicitações, autorização para desbloqueio do sistema e monitoramento sobre o correto preenchimento.

2. Desenvolvimento da versão 2017 do sistema PMASweb. Período: fevereiro a dezembro de 2016.

a) Estudo de nova legislação e construção do escopo da proposta de aperfeiçoamento do sistema.

b) Realização de consulta à sede, DRADS e municípios sobre propostas de aperfeiçoamento do sistema.

c) Incorporação das sugestões e sistematização da proposta de desenvolvimento. Dentre as alterações contempladas por esta nova versão, destaca-se o registro dos valores reprogramados pelos municípios dos saldos de cofinanciamento estadual repassados no ano anterior.

d) Apresentação e entrega da proposta ao DNI e à PRODESP para desenvolvimento do sistema.

e) Apresentação da proposta junto à CIB.

f) Acompanhamento e homologação das alterações desenvolvidas.

g) Organização e operacionalização do teste do sistema com a participação de 25 DRADS e 86 municípios.

h) Pactuação sobre o desenvolvimento do sistema em sua versão 2017 e do período de elaboração e deliberação sobre os planos municipais junto à CIB em 02 de maio de 2016 através da Portaria CIB-SP nº 1, publicada no Diário Oficial do Estado em 06/05/2016.

i) Organização e operacionalização da capacitação junto às 26 DRADS, realizada em duas etapas: na primeira, 89 técnicos e diretores das DRADS foram capacitados nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2016 na Escola de Formação de Professores “Paulo Renato Costa Souza”, da Secretaria de Estado da Educação, em São Paulo. A segunda etapa da capacitação ocorreu de maneira descentralizada no período de 17 a 30 de junho, quando os técnicos das DRADS multiplicaram as orientações recebidas para cerca de 2000 pessoas, entre técnicos, gestores e conselheiros municipais de suas regiões.

j) Atualização de manuais e orientações.

k) Acompanhamento do preenchimento do sistema pelos órgãos gestores municipais e posterior deliberação dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Aplicativos da Rede SUAS

Ações realizadas em 2016

- Gestão estadual das senhas de acesso aos aplicativos da Rede SUAS para todos os técnicos do Estado de São Paulo. Contínuo.

- Coordenação do preenchimento, no âmbito do Estado de São Paulo, dos aplicativos referentes ao Plano de Ação 2016, Demonstrativo de Execução Físico-Financeira 2015 e o Censo SUAS 2016 - Gestão Estadual.

- Acompanhamento e orientação às DRADS e municípios quanto ao preenchimento, no âmbito municipal, do Plano de Ação, do Demonstrativo de Execução Físico-Financeira e do Censo SUAS.

Portal Social

O Governo do Estado de São Paulo passou a utilizar o Cadastro Único como único cadastro social, sendo esta uma ferramenta de identificação e caracterização socioeconômica das famílias, com renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar de até três salários mínimos.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – SEDS utilizará as informações do Cadastro Único para seleção das famílias elegíveis aos programas estaduais, priorizando as famílias com renda mensal per capita de até ¼ (um quarto) do salário mínimo, conforme artigos 1º e 2º da Resolução SEDS nº 013, de 3 de agosto de 2015.

O Portal Social foi desenvolvido tendo como principal objetivo a unificação de cadastros dos programas utilizando os dados do Cadastro Único, melhorando a gestão e a sistematização das informações, que servirão de base para a formulação e a implementação de políticas públicas que assegurem a proteção social das famílias com baixa renda, otimizando custos e ampliando o atendimento dos programas sociais no que se refere à rede conveniada, aos municípios e, principalmente, sobre as famílias e pessoas em condições de extrema pobreza.

A utilização de um único cadastro para acesso aos programas sociais do Estado otimizará o tempo dos trabalhadores do SUAS e a utilização dos recursos públicos, gastos historicamente com diversos cadastros para atendimento as diversas desproteções da mesma população.

Com a implantação do Portal Social, os Programas Sociais existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social: Amigo do Idoso, Renda Cidadã, Ação Jovem, Vivaleite, Bom Prato; Família Paulista e Recomeço serão aprimorados para operar com novas funcionalidades, funções e novas regras de decisão frente aos requisitos do novo modelo de dados – o banco de dados único e integrado.

As funcionalidades do Portal Social possibilitarão o cadastramento de instituições parceiras e a sua área de influência; o cadastramento de programas sociais; o controle das vagas dos programas sociais; o estabelecimento dos critérios prioritários para seleção automática de beneficiários nos programas sociais, conforme os critérios de elegibilidade dos Programas e vinculação das famílias de baixa renda, através de uma instituição parceira, além de disponibilizar diversos relatórios que servirão de base para o acompanhamento dos fluxos.

O Portal Social deverá contribuir para o aprimoramento da gestão dos programas sociais e da garantia de acesso a serviços e benefícios às famílias em situação de vulnerabilidade no Estado de São Paulo.

Pro-Social Instituições

O Sistema Pro Social Módulo/Instituições, é uma ferramenta de gestão do Governo do Estado de São Paulo, a qual consiste em um sistema informatizado, destinado a cadastrar entidades e organizações da assistência social, com inscrição no CMAS, bem como cadastro de Programas, Projetos e Serviços da área da assistência social, ofertados por organizações de outras áreas de atuações, também com inscrição no CMAS.

Ao obter o cadastro no Sistema Pro Social Módulo/Instituições, a entidade e organizações da assistência social poderão requerer os seguintes benefícios: isenção parcial do IPVA (quando o veículo for da própria organização); participar do Programa Nota Fiscal Paulista e pleitear parcerias com a SEDS.

A ferramenta é utilizada somente por funcionários da SEDS, os quais operam o sistema.

No Sistema Pro Social Módulo/Instituições, estão atualmente cadastradas 2.433 entidades sem fins lucrativos e 721 unidades prestadoras de serviços. Estes dados foram extraídos do banco de dados do dia 13/01/2016.

Programa 0944 Recomeço – Uma Vida sem Drogas

O **Programa 0944 Recomeço – Uma Vida sem Drogas**, instituído pelo Decreto n° 59.164/2013 e reorganizado pelo Decreto nº 61.674/2015, é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que promove a **PREVENÇÃO** do uso indevido de drogas, o **CONTROLE E REQUALIFICAÇÃO DAS CENAS DE USO** degradadas em virtudes do uso de substância psicoativas, **ACESSO À JUSTIÇA E À CIDADANIA, APOIO SOCIOASSISTENCIAL** e **TRATAMENTO** médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade. Compreende a dependência química como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de cuidados de proteção social. Neste entendimento, as políticas sociais possuem um protagonismo ímpar na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos pelo agravo da dependência química.

Em 2016, foi criada uma Unidade Orçamentária específica para a Política Sobre Drogas, através da Instrução DPDO nº 12, de 13 de outubro de 2016, e a COED passou a compor a estrutura da SEDS como Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, através do Decreto nº 62.211, de 11 de outubro de 2016.

A Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenação de Política sobre Drogas (COED), coordena as ações do Grupo de Gestão Executiva do Programa e é responsável pela execução de ações do eixo Reinserção Social e Recuperação.

Além de executar diretamente as ações do âmbito do desenvolvimento social, a COED coordena as atividades relacionadas aos eixos estratégicos desenvolvidas por outras Secretarias (Educação, Saúde, Justiça e Defesa da Cidadania e Segurança Pública), proporcionando a interlocução necessária às políticas públicas relacionadas ao Programa.

Público-alvo

Pessoas expostas ao risco, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no Estado de São Paulo, incluindo seus familiares e comunidade.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O Programa Recomeço atua em todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo, com estratégias diferenciadas de forma a contemplar a necessidade de cada município, sendo que na região da Luz/SP, na Capital, executa ações específicas para atendimento da demanda local.

Tempo de realização

É uma ação continuada do Estado de São Paulo, sem previsão de término.

Diretrizes e prioridades

- Alinhamento entre as políticas sobre drogas no âmbito federal, estadual e municipal.

- Trabalhar de forma coordenada entre as secretarias estaduais, os órgãos municipais e os parceiros da sociedade civil.

- Oferecer atendimento articulado e igualitário, considerando as especificidades do indivíduo, família, comunidade e território.

- Transparência na divulgação dos dados do Programa e na interlocução com a sociedade civil, através do controle social.

- Buscar novas parcerias para a ampliação dos recursos destinados à política sobre drogas, por meio de financiamentos federais e internacionais.

Objetivos gerais e específicos

Gerais

- Promover e fomentar a Política sobre Drogas intersetorial no âmbito do Governo do Estado de São Paulo.

- Proporcionar condições para dependentes de substâncias psicoativas, seus familiares e comunidade trilharem, da melhor maneira possível, o caminho para recuperação e retorno a uma vida plena.

Específicos

- Apoiar, estimular e desenvolver parcerias com municípios, secretarias, órgãos governamentais, universidades e diversas instituições privadas para realização de ações alinhadas aos cinco eixos do Programa.

- Possibilitar a atuação participativa das Políticas de Assistência Social, Educação, Justiça e Defesa da Cidadania, Trabalho, Saúde, Segurança Pública, Habitação, Cultura e Esporte e Lazer, no fomento de uma rede de proteção aos usuários, dependentes de substâncias psicoativas e suas famílias.

- Apoiar os municípios na identificação de territórios que concentram cenas de uso de substâncias psicoativas, fomentando ações de recuperação urbana destes locais.

- Identificar, fomentar e disseminar ações relativas aos diferentes eixos do Programa, desenvolvidas por municípios e entidades.

- Aprimorar a rede de atendimento existente nos municípios, sobretudo no que se refere aos serviços de assistência social e saúde.

- Desenvolver e implementar mecanismos de avaliação e monitoramento contínuos das ações e projetos do Programa Recomeço.

- Sistematizar e divulgar periodicamente os resultados do Programa.

- Promover a reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas e de suas famílias, por meio de serviços de acolhimento e proteção social.

Ação 6186 – Atendimento Social em Comunidades Terapêuticas

O Programa oferece vagas em acolhimento social e voluntário para dependentes químicos em locais com características residenciais que promovam a manutenção da abstinência, reinserção social, resgate de vínculos familiares e atividades de inclusão social e produtiva.

Em 2016, forma realizados convênios com **66 unidades de Comunidades Terapêuticas**, ofertando **1.925 vagas**. A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT), em parceria com a SEDS, realiza o monitoramento e a supervisão dos serviços prestados por essa rede de organizações sociais.

Do início do programa, em 2013, até junho de 2016, foram atendidas 6.473 pessoas nesses serviços.

Ação 6196 – Atendimento Socioassistencial a Usuários de Substâncias Psicoativas e Famílias

Recomeço Família

Ação voltada para orientação e apoio a qualquer pessoa que conviva ou tenha vínculo com um dependente de álcool ou outras drogas, que esteja ou não em tratamento. O serviço contou, em 2016, com uma equipe de 27 pessoas, distribuídas em 11 Centros de Integração da Cidadania (CICs), no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e na Unidade Recomeço Helvétia. A ação atendeu **7.866 pessoas** nos 13 polos Recomeço Família, e atingiu 8.777 pessoas com ações de sensibilização e divulgação.

Serviços de Reinserção Social – Casa de Passagem, Moradia Assistida e República

Em 2016, foram ofertadas **134 vagas** do novo modelo de “serviços piloto”, oferecendo espaço de moradia aos usuários em recuperação com suporte de atendimento por sua trajetória com

ênfase na reinserção social de autonomia e resgate de vínculos familiares quando necessários. Para o próximo exercício, esses serviços serão implantados nos municípios, com a realização de um estudo diagnóstico prévio para identificação das demandas necessárias.

Outras Ações/Programas

Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Programa Família Paulista

O **Programa Família Paulista** é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e implementado em parceria com municípios, secretarias estaduais e entidades não governamentais. Foi instituído pelo Decreto nº 61.675, de 2 de dezembro de 2015, como uma estratégia de enfrentamento da extrema pobreza, por meio de um modelo de gestão integrada e colaborativa pela prática de redes intersetoriais.

Neste primeiro ano, houve adesão de 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde estão 1,1 milhão de pessoas extremamente pobres, representando 58,4% da população em extrema pobreza no Estado (Fonte: Fundação Seade, 2010).

Ações realizadas em 2016

- Realização de 28 reuniões disparadoras com os municípios participantes, envolvendo mais de 600 atores estratégicos entre gestores municipais e secretarias municipais, que construíram o mapa de seus territórios de forma participativa, considerando as demandas, desafios, potencialidades e oportunidades já existentes nos municípios;

- Formalização de 28 grupos gestores municipais intersetorial e institucionalização do Coordenador Municipal, principal articulador do Programa Família Paulista nos territórios;

- Desenvolvimento de Oficina do Plano de Ação Municipal, que reuniu os profissionais da SEDS, coordenadores municipais do Programa e representantes dos Grupos Gestores, com o objetivo de elaborar, de forma integrada, um plano estratégico de enfrentamento da extrema pobreza;

- Elaboração de 27 planos de ação municipais para o desenvolvimento do Programa, com o diagnóstico dos territórios, potenciais articulações, estratégias de enfrentamento da extrema pobreza de forma multidimensional e definição de metas de atendimento;

- Criação do IPM Paulista, que apresenta indicadores de pobreza multidimensional voltado ao contexto do cenário do Estado de São Paulo, que permite intervenções e planejamentos;

- Construção de um sistema transacional online de monitoramento e avaliação, para utilização dos diversos atores envolvidos na gestão e implementação do Programa;

- Criação de um modelo de Certificação, por meio do Selo Família Paulista, que irá reconhecer práticas de gestão para o enfrentamento da extrema pobreza e do desenvolvimento social.

Programas de Transferência Direta de Renda

Os **Programas de Transferência de Renda** (PTRs) atuam na redução das desigualdades e podem estar na esfera dos governos federal, estaduais e municipais. Ao aderir a um PTR, a família assume algumas condicionalidades, como manter os filhos na escola, a carteira de vacinação em dia, fazer pré-natal e acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. O Governo do Estado de São Paulo tem sob sua gestão os programas Renda Cidadã e Ação Jovem e participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

Programa Bolsa Família (PBF)

O **Bolsa Família (PBF)** é um programa federal de transferência direta de renda com condicionalidades intersetoriais (saúde, educação e assistência social), que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R$ 170,00. O Programa associa à transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, compartilhando responsabilidades com a União e com os 645 municípios. Atua no apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão de cadastro único e gestão do PBF. Beneficiou em 2016, **1.507.395 famílias** (dados de outubro de 2016), que recebem valores variando de R$ 85,00 a R$ 364,00, conforme o número de gestantes e nutrizes e a idade dos filhos até 17 anos. As famílias beneficiárias do PBF, que continuam em situação de pobreza extrema, também recebem o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) o valor do benefício correspondente ao necessário para que a família supere os R$ 85,00 mensais por pessoa.

Ações desenvolvidas em 2016

- Orientações às DRADS e aos Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família;

- Reuniões com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social;

- Reuniões mensais com o Colegiado do PBF (Desenvolvimento Social, Saúde e Educação) para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do Programa Bolsa Família;

- Participação no encontro do Grupo de Educação e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS-GECCATS em Franca para apresentar o Protocolo de Gestão Integrada destacando o acompanhamento familiar de beneficiários de programas de transferência de renda.

- Realização de capacitações em Gestão do PBF com apoio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social;

- Organização do Encontro Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família com apoio da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, reunindo as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, Diretorias Regionais de Educação e Diretorias Regionais de Saúde.

- Participação dos Coordenadores do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único nas mesas técnicas organizadas pela SENARC/MDSA.

- Organização de pesquisa junto aos municípios prioritários de 2015, levantando o que foi relevante para saírem da condição de prioritários em 2016.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** é um programa federal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, que visa à retirada de crianças e adolescentes do trabalho precoce com idade inferior a 16 anos e que, no âmbito do SUAS, compreende: inclusão de famílias em programas de transferências de renda, trabalho social com as famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes.

A partir de 2013, passou a implementar um conjunto de ações estratégicas, visando à ampliação da mobilização social e articulação de políticas públicas diante das novas configurações do trabalho infantil no Brasil.

A SEDS, por meio de sua equipe técnica, é responsável pela coordenação, assessoria e apoio técnico aos municípios na execução do Programa. A Secretaria monitora a execução do programa pelos municípios a partir da evolução dos indicadores de identificação de situação de trabalho infantil no Cadastro Único e da inserção de crianças e adolescentes no Sistema de Informação do Serviço de Convivência (SISC), em 483 municípios.

O monitoramento do programa é mais detalhado junto aos 76 municípios de alta incidência que desenvolvem as Ações Estratégicas por meio de análise de instrumental próprio e mais recentemente pelo Sistema de Monitoramento do PETI (SIMPETI).

- 15 reuniões de apoio técnico in loco nos municípios;

- 10 reuniões do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

- 6 reuniões de Fóruns Regionais (04 na Baixada Santista e 02 na Região Metropolitana de Campinas);

- Publicação eletrônica sobre o Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI, que reuniu as principais reflexões e encaminhamentos e será distribuída junto aos municípios e parceiros do Programa;

- Realização do Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI, dias 08 e 09 de setembro, realizado no Teatro Fernando Azevedo da SEE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social que contou com consultoria da OIT. O Encontro contou com a participação de 340 pessoas, entre técnicos municipais da Assistência Social, Saúde e da Educação dos 76 municípios considerados de alta incidência de trabalho infantil. Além disso, estiveram presentes especialistas e técnicos das secretarias da Saúde e da Educação do governo do Estado e representantes do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado, Tribunal Regional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Organização Internacional do Trabalho;

- Campanha Publicitária do PETI no Metro de São Paulo, de 01 a 30 de junho de 2016, com o tema “Combate ao Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva”, conforme orientação do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Nesta campanha foram afixados 98 Painéis em 23 estações de maior circulação de público e nos trens do Metrô das Linhas Verde, Azul e Vermelha por 30 dias, atingindo aproximadamente 4,7 milhões de pessoas que utilizam o metrô paulistano diariamente.

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

Benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física,

mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e 12.470, de 31 de agosto de 2011. É um benefício assistencial que independe de contribuições para a Previdência Social. Em São Paulo, foram beneficiadas **329.267 pessoas com deficiência** e **376.985 idosos**, totalizando **R$ 6.101.357.418,00** de recursos pagos (base outubro 2016).

BPC na Escola

Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-BPC. O objetivo é promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

No Estado de São Paulo, 362 municípios aderiram ao Programa, com **61.192 beneficiários participantes**, de um total de 71.741 (85%). Destes participantes, 41.296 estão inseridos na escola.

BPC Trabalho

Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho – tem o objetivo de promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, prioritariamente entre 16 e 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e a outras políticas públicas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Os municípios que realizam aceite ao Programa Acessuas Trabalho automaticamente são incluídos neste Programa.

Atividades desenvolvidas em 2016

- Participação nas capacitações promovidas pela Fundação Instituto de Administração – FIA, para construção e elaboração do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2016-2019
- Participação em Oficina do Programa Família Paulista, para construção do Plano de Ação dos Municípios
- Participação no Seminário “Igualdade de Oportunidades e Trabalho Decente”, realizado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
- Coordenação da Comissão Organizadora Estadual da Delegação do Estado de São Paulo, para a participação na IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Brasília
- Realização de Palestra com o tema BPC, BPC na Escola e BPC Trabalho na 7ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a UVESP-União dos Vereadores do Estado de São Paulo, aos municípios da DRADS Campinas, em Holambra
- Participação na Oficina do Índice de Pobreza Multidimensional Paulista, realizado pela SEDS;
- Apresentação dos Programas BPC, BPC na Escola e BPC Trabalho na Jornada de Aprendizagem da CDS
- Participação no Encontro “Construção do Cenário da Gestão e Acompanhamento dos Programas de Transferência de Renda no Estado de São Paulo”, realizado pela SEDS
- Participação no Curso sobre Negociação, promovido pela FIA
- Participação no Encontro sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência Intelectual, realizado pela SEDS
- Participação na 2ª Oficina do Programa BPC na Escola, realizado em Brasília

- Participação no Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI, realizado pela SEDS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Organização Internacional do Trabalho
- Participação em Ação Formativa sobre o Marco Regulatório Lei Federal nº 13.019/2014.
- Encontro com DRADS das Macros V e VI, para discussão do novo decreto do BPC e atualizações do BPC na Escola
- Participação no Seminário de Educação Inclusiva, realizado pelo CONDESB, em Santos
- Encontro com as DRADS da Macro II, para discussão do novo decreto do BPC e atualizações do BPC na Escola, em Araçatuba
- Participação na Oficina Nacional sobre as Novas Regras do BPC e Inclusão no Cadastro Único, realizada em Brasília
- Participação no curso Gabinete do Dirigente e as Decisões Estratégicas, realizado pela SEDS;
- Orientações e apoio técnico às DRADS e Municípios sobre os Programas

Participação em Colegiados e Comissões

Coordenação do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola

- Grupo Gestor do Programa BPC na Escola
- Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência
- Câmara Temática Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (CONDESB)
- Selo Paulista da Diversidade
- Comissão de Avaliação das Organizações Sociais de Atendimento ou Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**67.447.667,00**	**45.276.744,44**	**0,00**	**45.276.744,44**	**44.385.368,96**
Pessoal e Encargos Sociais	3.938.333,00	4.369.787,36	0,00	4.369.787,36	4.371.065,28
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	63.509.334,00	40.906.957,08	0,00	40.906.957,08	40.014.303,68
Despesas de Capital	**50,00**	**66.282.558,40**	**1.289.400,00**	**67.571.958,40**	**81.511.338,94**
Investimentos	50,00	66.282.558,40	1.289.400,00	67.571.958,40	81.511.338,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**67.447.717,00**	**111.559.302,84**	**1.289.400,00**	**112.848.702,84**	**125.896.707,90**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4700 - Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	**67.447.717,00**	**111.559.302,84**	**1.289.400,00**	**112.848.702,84**	**125.896.707,90**
Despesas Correntes	67.447.667,00	45.276.744,44	0,00	45.276.744,44	44.385.368,96
Despesas de Capital	50,00	66.282.558,40	1.289.400,00	67.571.958,40	81.511.338,94
Despesa Total	**67.447.717,00**	**111.559.302,84**	**1.289.400,00**	**112.848.702,84**	**125.896.707,90**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a primeira no Brasil foi criada pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.038, DE 06 DE MARÇO DE 2008**, regulamentada pelo **DECRETO Nº 52.841,** DE 27 DE MARÇO DE 2008, que a organiza.

À Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência cabe exercer funções que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias (Artigo 2º - decreto nº52. 841, de 27 de março de 2008), e tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade. Esta garantia deve atingir os 41.262.199 paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência **(Quadro Abaixo)**.

População com Deficiência - Censo de 2010*[1]				
	São Paulo	**%**	**Brasil**	**%**
População Total	41.262.199	100 %	190.755.799	100%
Pessoa com Deficiência	9.344.109	22,6%	45.606.048	23,9%
Deficiência Visual	7.344.037	17,8%	35.774.392	18,8%
Deficiência Auditiva	1.893.359	4,6%	9.717.318	5,1%
Deficiência Motora	2.561.856	6,2%	13.265.599	7%
Deficiência Intelectual	502.931	1,2%	2.611.536	1,4%

Nota: O percentual da pessoa com deficiência e das deficiências foram calculados utilizando-se a População Total de São Paulo e Brasil

Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010 - Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações - SEDPcD/SP

A garantia dos Direitos Humanos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construção de uma sociedade para todos, e de reconhecer a Pessoa com Deficiência como um cidadão de direitos. Garantir os direitos civis, políticos, econômicos e sociais as pessoas com deficiência refletem o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária.

"O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo." (Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948). A SEDPcD é um instrumento estratégico de planejamento transversal e integrador dos vários atores e segmentos, tendo como objetivo atuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre os seus efeitos, estabelecendo-se dentro de um espaço, que prioriza medidas supras, que tenham um maior impacto na melhoria da qualidade de vida do público a que se destina, sem a pretensão de que sejam as únicas intervenções neste campo. Em São Paulo, os direitos sociais das pessoas com deficiência estão sendo assegurados por ações de governo, por meio do fortalecimento dos movimentos sociais, comitês e conselhos, que, juntos, estabelecem a mais ampla rede de atendimento à pessoa com deficiência do país.

Objetivos

Os principais objetivos da SEDPcD são: garantir que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação com as demais pastas, promovendo uma real melhoria das oportunidades. Além disso, a Secretaria deve estimular o respeito aos direitos humanos, estender a discussão sobre a diversidade e garantir que as oportunidades para este segmento sejam ampliadas.

Com a intenção de promover uma ação transversal e realmente eficaz, a Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência assinou protocolos e realizou parcerias com outras Secretarias de Estado nas áreas da Educação, Habitação, Saúde, Emprego e Relações do Trabalho, Economia e Planejamento, além de acordos de cooperação com entidades ligadas à pessoa com deficiência e a iniciativa privada.

A figura que ilustra esta página mostra o modelo sistêmico definido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que adotou 4 pilares de sua atuação institucional: Articulação Intersetorial, Criação de Políticas Públicas, Participação Plena e Ampliação de Oportunidades, colocando no centro desses pilares a pessoa com deficiência e suas famílias, que são beneficiários e protagonistas das ações voltadas para a consolidação de uma existência plena de cidadania, oportunidades e justiça.

Uma Secretaria Presente em todas as Pastas

Face ao intenso movimento de descentralização dos programas sociais ocorrido nas últimas décadas, a ***Intersetorialidade*** e ***Transversalidade*** são apontadas atualmente como tendências na gestão de políticas sociais. Uma boa definição para Intersetorialidade é a busca de ações integradas da gestão e da prestação de serviços entre diferentes políticas públicas visando o bem estar integral do cidadão, considerando em sua totalidade. É a "articulação de saberes e experiências no planejamento,

realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social[2]"

O entendimento sobre as políticas "transversais" como ações que envolvem diferentes compromissos públicos entre Estado, Mercado e Organizações Comunitárias em direção a equidade, relevância e prioridade. Especificamente no que se refere à pessoa com deficiência, as demandas passam a ser, cada vez mais, compatibilizadas e combinadas às exigências de trabalho, renda, alimentação, transporte, educação, saúde, lazer e cultura. Neste cenário, desenhos institucionais traduzidos em dispositivos intersetoriais capazes de garantir maior inserção e responsabilização de gestores e cidadãos, tendem a alcançar maior impacto na redução das desigualdades sociais e melhoria dos níveis de bem-estar.

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPcD, é uma Secretaria transversal, pois lida com assuntos e temas que perpassam diversas áreas de atuação governamental, como educação, transporte, cultura, saúde, esporte, entre outras.

O papel principal da SEDPcD é sensibilizar a sociedade, articular as ações do governo para que o público de pessoas com deficiência seja atendido em suas distintas necessidades. Ao tempo que a sociedade se organiza na perspectiva de equidade e acessibilidade (atitudinal, comunicacional e arquitetônica) e na proteção dos direitos sociais, econômicos e políticos.

Modelo Sistêmico - Intersetorialidade e transversalidade

	Demanda na Dimensão Material	Demandas na Dimensão de Sociabilidade	Demandas Especificas
Políticas Transversais	Melhoria na acessibilidade na cidade como um todo Melhoria na acessibilidade no transporte público Melhoria na acessibilidade de informações Melhoria na acessibilidade no transporte público	Mais oportunidades qualitativas no mercado de trabalho Ações de qualificação de atendimento no setor público privado Ofertas mais amplas de Serviços de Saúde Serviços de Reabilitação	Acumulação do BPC-LOAS com trabalho registrado Segmentar as cotas das Pessoas com deficiência Menos burocracia e menor periodicidade para renovar o passe municipal. Incentivo ao esporte para pessoas com deficiência auditiva
Políticas Diretas	Incentivo ao acesso à produtos e equipamentos Subsídios e linhas de crédito para reforma de residências	Ações de combate ao preconceito e de educação ao respeito da Pessoa com deficiência Incentivos ao acesso à qualificação educacional e profissional Um canal de comunicação direto com a Secretaria para demandas e busca por informação	Residências Inclusivas

[2]Junqueira e Inojosa, 1997

Atividades

O Relatório de Atividades 2016 representa a síntese do trabalho da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência em suas diversas frentes de atuação, destacando algumas das principais ações desenvolvidas dentro do campo funcional que norteia sua atuação conforme o **artigo 3º do Decreto 52.841 de 27.03.08.** Nosso maior objetivo é trazer para o centro das políticas públicas estes 9,3 milhões de pessoas com deficiência e seus familiares.

Ademais, todos devem ter acesso e direito de exercer sua cidadania plena e a garantia de qualidade de vida, o que procede à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com deficiência a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos.

As questões da sustentabilidade da diversidade e da inclusão são decisivas para o futuro. Embora a desigualdade seja, historicamente, alta, persistente e se reproduza num contexto de baixa mobilidade social, é possível romper esse círculo vicioso - não com meras intervenções, mas com a implementação de políticas públicas de redução da desigualdade e de promoção de mudanças na política soacial. Desta forma, possibilitando a este segmento populacional uma utilização plena de

todos os espaços públicos e edificados, mas também dos transportes e das tecnologias de informação, o qual irá propiciar um aumento da sua qualidade de vida e a prevenção e eliminação de diversas formas de discriminação.

Outro desafio para a operacionalização dos serviços é a construção de propostas metodológicas adequadas à diversidade, que se desdobra em várias dimensões, como a socioeconômica e cultural, que sejam inclusivas em sua totalidade e que incentivem o desenvolvimento das potencialidades dos participantes. Elevar a conscientização e desafiar as atitudes negativas costumam ser os primeiros passos para a criação de ambientes mais acessíveis para as pessoas com deficiência. Por isso, é fundamental o trabalho articulado com as famílias das pessoas com deficiência, de maneira a propiciar, também a elas, proteção social. Assim, a sustentabilidade para uma sociedade inclusiva encontra-se nas pessoas individualmente consideradas nas organizações/empresas, e no papel do Estado.

Para esse efeito, a geração e execução de Programas e Projetos desenvolvidos pela SEDPcD no ano de 2016, objetivou analisar e reforçar as políticas e as estratégias para estimular o processo de eliminação de barreiras, fornecendo informações sobre os obstáculos que ainda persistem e que impedem o exercício e gozo por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, na esfera civil, política e econômica, capaz de impulsionar ação modernizadora e a responsabilidade de todos intervenientes, incluindo os próprios clientes do sistema, implicando num esforço coletivo e sustentável.

O presente Relatório quantitativo e qualitativo é fruto de uma construção coletiva e sintetiza os esforços dessa caminhada que representa um marco histórico para o movimento de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de igualdade de oportunidades e de estímulo ao mérito em todos os domínios fundamentais da vida, e ainda assegurar os direitos específicos que possibilitem às pessoas com deficiência a garantia de uma vida plena.

Destarte, estas “AÇÕES ” reforçam os meios de apoio e fortalecimento do capital social: cultura e ética social, associativismo e iniciativas grupais, confiança, solidariedade, consciência e desígnio coletivo.

Portfólio de Programas e Projetos

Programa 4700 - Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência

Ação 5963 Formulação e Avaliação de programas e Projetos para Pessoa com Deficiência

ESPORTE

Projeto: Time São Paulo Paraolímpico - CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro)

OBJETIVO: Planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, e apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais. 36 Atletas e 9 guiais.

Resultados Esperados: Ampliação das oportunidades de acesso à prática esportiva que assegure às PcD a plenitude do direito constitucional, utilizando atividades esportivas como ferramenta de inclusão social contribuindo na eliminação das barreiras e preconceitos em relação às pessoas com deficiência. Durante os anos de acompanhamento do convênio pudemos verificar que os atletas contemplados pelo Time São Paulo apresentaram evolução técnica significativa, de sorte que pode-se afirmar que a atuação dos atletas do Time São Paulo foi decisiva para o sucesso do Time Brasileiro em diversas competições e campeonatos, destacando-se: a) nos Jogos Parapan-Americanos de Guadalajara (2011) de todos os atletas do Time São Paulo que participaram da competição, apenas um deles não chegou entre os três primeiros colocados; b) Nas Paralimpíadas de Londres (2012) 100% dos atletas que tinham sua modalidade no programa de provas da competição se classificaram para os Jogos e 80% deles obtiveram posições entre 1º e 5º lugar; c) No Parapan-Americano de Toronto (2015), o Time São Paulo conquistou 74 (setenta e quatro medalhas) medalhas, o que corresponde a 29% (vinte e nove por cento) do total conquistado pelo Brasil no quadro geral de medalhas; e d) Nas Paralimpíadas Rio 2016, principal objetivo dos últimos quatro

anos do Projeto, o resultado foi excepcional. Se o Time São Paulo fosse um País nos Jogos, teria alcançado o 11º lugar no quadro geral de medalhas com nove ouros, quinze pratas e onze bronzes, à frente de países como Espanha, França e Canadá.

Parceiros: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
Período: Março/2016 a Outubro/2016
Orçamento: R$ 2.324.038,48 (2016)

Projeto: Centro de Treinamento Paraolímpico

Objetivo: Fomentar o paradesporto brasileiro, criando condições para que seus atletas se destaquem nas competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, sempre dando ênfase às técnicas avançadas e novas tecnologias.

Resultado Esperado: Inauguração do Centro de Treinamento Paraolímpico no dia 23 de Maio de 2016, com 95 mil m² de área construída o empreendimento segue o conceito de países potência no esporte adaptado, como Ucrânia, China e Coreia do Sul e é um dos quatro centros de treinamento existentes no mundo, sendo o que possui o maior número de modalidades (15), sendo: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, natação, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, golbol, halterofilismo, judô, rúgbi, tênis, tênis em cadeira de rodas, triatlo e voleibol sentado. Além disso, o local está dividido em 11 setores que englobam áreas esportivas de treinamento, hotel, centro de convenções, laboratórios, condicionamento físico e fisioterapia.

Parceiros: Ministério do Esporte
Período: Dez/2013 – Abril/2016
Orçamento: R$ 305.000.000,00 SEDPcD e Ministério do Esporte

Projeto: Paraolimpiadas Escolares – 2016

Objetivo: Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte.

Resultado Esperado: A edição de 2016 foi realizada nos dias 22 a 25 de Novembro, no Centro de Treinamento Paraolímpico. Foram oito modalidades em disputa (atletismo, bocha, futebol de 7, goalball, judô, natação, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas), e contou com a participação de 98 atletas e 37 dirigentes da Delegação do Estado de São Paulo.

Parceiros: Ministério do Esporte e Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB)
Período: Novembro/ 2016
Orçamento: NI

Projeto: Programa de Academias Adaptadas

Objetivo: Implantação de academias adaptadas, em Municípios e Entidades do Estado de São Paulo, por meio de convênio com a SEDPcD.

Resultado Esperado: Implantação de 200 academias adaptadas nos Municípios/Entidades do Estado de São Paulo. Foram instaladas 161 academias adaptadas até o momento.

Parceiros: Municípios e Entidades do Estado de SP
Período: Cada convênio tem prazo de 30 meses.
Orçamento: Não há repasse de recursos aos Municípios/Entidades, apenas transferência dos equipamentos.

Projeto: Centros de Inclusão – Botucatu

Objetivo: Aquisição de móveis e equipamentos para os Centros de Inclusão Tecnológica e Esportiva no Município de Botucatu

Resultado Esperado: Aquisição dos móveis e equipamentos para o pleno funcionamento dos Centros de Inclusão Tecnológica e Centro Esportivo do município de Botucatu.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Botucatu

Período: Junho/2016 - Dezembro/2016
Orçamento: R$ 497.163,22

Lazer

Projeto: Praia Acessível Lazer para Todos

Objetivo: Disponibilizar cadeiras de rodas anfíbias, garantindo o pleno acesso das pessoas com deficiência às praias paulistas. Conceituar o lazer como direito de todos.

Resultado Esperado: Celebração de convênio com municípios (sem repasse de verba) para disponibilização de cadeiras de rodas anfíbias em cidades do litoral e em praias de água doce, garantindo o pleno acesso das pessoas com deficiência às praias paulistas.

Parceiros: **Praias de rio:** Panorama, Rifaina, Teodoro Sampaio, Arealva, Avaré, Caconde, Iguape, Ilha Solteira, Itapura, Martinópolis, Miguelópolis, Paraibuna, Presidente Epitácio, Rosana, Santa Fé do Sul, e São Manoel.

Praias litoral norte e sul: Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Guarujá, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Sebastião, Ubatuba, São Vicente, Santos e Peruíbe

Período: 2011 à 2015
Orçamento: R$ 573.400,00 (Custo das cadeiras anfíbias) - SEDPcD

Contrapartida dos municípios: Toda infra estrutura para funcionamento do Programa Praia Acessível (Ex.: Disponibilização de pessoal para atendimento; conservação das cadeiras).

Projeto: Equitação Adaptada

Objetivo: Promover a Inclusão Social e o desenvolvimento biopsicossocial de Pessoas com Deficiência por meio da equitação adaptada.

Resultado Esperado: Atendimento de 36 pessoas com deficiência na prática de Equitação Adaptada, com o acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial.

Parceiros: Instituto Anjos de Deus (IAD)
Período: Julho/2014 à Julho/2017
Orçamento: R$ 488.150,76 (SEDPcD) / R$ 220.449,12 (Contrapartida) - 2016

Estratégico da Secretaria

Projeto: Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual – JD. HUMAITÁ

Objetivo: Contribuir com a inclusão dos deficientes visuais através de minimizar as restrições na participação e estimular as atividades por meio de métodos compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, aspectos cultural e social, além de interação com fatores pessoais e ambientais.

O presente projeto desenvolverá ações para a promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, contemplando, também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio, no âmbito da participação social das Pessoas com Deficiência Visual e seus familiares.

Resultados Alcançados: Realização de atendimentos às pessoas com deficiência visual e seus Familiares.
Período: Jul/2016- Jul/2018
Orçamento: R$ 7.347.549,45 (2016-2017/2017-2018)

Projeto: 7ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania

Objetivo: A 7ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, tem como temas centrais de discussão a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI”, marco regulatório no âmbito da

garantia de direitos da pessoa com deficiência, e, também, a “Educação Inclusiva”, assunto importante no campo das discussões sobre inclusão social e profissional.

A Caravana conta com apoio e participação das Secretarias de Educação, Esporte e Lazer, Emprego e Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social, bem como do Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, e da OAB/SP.

Resultados Alcançados: Realização de ações coordenadas e complementares, objetivando a implementação e incorporação de políticas públicas definidas no eixo estratégico da SEDPcD na agenda dos municípios paulistas.

As caravanas foram realizadas nas seguintes datas e municípios:

01/04 - Cravinhos
15/04 - Caraguatatuba
06/05 - Marília
20/05 - Holambra
03/06 - Capão Bonito
10/06 - Rio Claro
17/06 - Tietê
01/07 - Cachoeira Paulista

Período: Abril/2016 à Julho/ 2016
Orçamento: NI

Projeto: Gestão do Centro de Apoio da Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência (Contrato De Gestão)

Objetivo: Gestão do Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.

Resultado Esperado: Operar, gerir e executar os serviços de atendimento ou promoção de direitos das pessoas com deficiência no Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, a serem desenvolvidas na estrutura da Policia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciaria da Capital - DECAP.

Parceiros: Casa de Isabel (Organização Social)
Período: Junho/2014 à Junho/2019
Orçamento: R$ 8.281.905,40 (2014 à 2019) / R$ 1.363.654,80 (Repasse de 2016)

Obs.: A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, que foi criada por meio do Decreto nº 60.028/2014, foi implantada em Maio/2014.

Projeto: Fóruns Regionais - Programa Estadual de Prevenção à Violência Contra Pcd - APAE/SP

Objetivo: Aprofundar o processo de conscientização e estruturação de redes locais e regionais de enfrentamento à violência contra pessoas com deficiência, com a realização de fóruns regionais.

Resultado Esperado: Realização de 28 encontros regionais sobre violência contra PcD.

Seminário Estadual sobre a temática e o 2º Seminário Estadual. Os fóruns foram realizados nos seguintes municípios: Campinas, São José do Rio Preto, Botucatu, Ribeirão Preto, Bauru, Barueri e Santos.

Parceiros: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE/SP
Período: Março/2016 a Março/2017
Orçamento: R$ 749.148,21

Projeto: Custo da Reabilitação da Pessoa com Deficiência Física na Rede Lucy Montoro

Objetivo: Estimar o custo da reabilitação de pessoas com deficiência física em nível ambulatorial e hospitalar.

Resultado Esperado: Custo da reabilitação de pessoas com deficiência física em nível ambulatorial e hospitalar.
Parceiros: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Período: Janeiro/2016 - Julho/2017
Orçamento: R$ 1.570.590,00

Projeto: Programa Estadual de Atendimento às Pessoas com Deficiência Intelectual "São Paulo pela Igualdade de Direitos" - Decreto nº 58.658, de 4 de Dezembro de 2012

Objetivo: Promover ações capazes de desenvolver atividades que viabilizem medidas de prevenção à deficiência intelectual, defesa de direitos e atendimento à pessoa com deficiência intelectual, com a adoção de providências que auxiliem na conscientização da sociedade e na proteção desse grupo social

Resultado Esperado: Em 2016 foi realização o Evento "Balanço Geral do Programa Estadual de Atendimento às pessoas com deficiência intelectual, junto com a abertura do Setembro Verde, com o objetivo de dar visibilidade às ações de atendimento às pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para a inclusão social dessa parcela da sociedade.

Parceiros: Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social, do Emprego e Relação de Trabalho, do Esporte, Lazer e Juventude, da Cultura e do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Orçamento: Sem repasse de recursos financeiros

Cultura

Projeto: Programa Memorial da Inclusão (Contrato de Gestão)

Objetivo: Gestão do Memorial da Inclusão, contemplando seus projetos e ações.

Resultado Esperado: Gestão do Memorial da Inclusão, bem como, o desenvolvimento dos seguintes projetos/ações:

* Exposições Permanente, Itinerante, Virtual e Temporária;

* Virada Inclusiva

* Ação Educativa e EAD;

* Estudos e Pesquisas (Projeto memórias; Centro de Documentação; Seminários; Simpósios, Rede Brasileira e Publicação de Vídeos e Documentários).

Parceiros: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte
Período: Agosto/2014 à Dezembro/2016
Orçamento: R$ 1.738.688,42 (2016) R$ 5.491.212,99 (2014-2016)

Projeto: 5º Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo – por uma Comunicação Inclusiva)

Objetivo: O Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo tem como objetivo apresentar aos profissionais, estudantes e gestores públicos e privados, informações atualizadas sobre os conceitos e terminologia correta para atendimento, formas de tratamento e relacionamento, profissional e pessoal, entre pessoas com e sem deficiência.

Resultado Alcançado: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo realiza este encontro, em sua 5ª Edição em 2016, no dia 11 de novembro de 2016, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo. Contou com a participação de 160 pessoas entre profissionais, estudantes e gestores.

Período: Novembro/2016
Orçamento: NI

Projeto: 8º Concurso moda inclusiva – Estimulo a adoção do desenho universal na modelagem e conceito de moda – Valorização de diversidade

Objetivo: Incentivar o surgimento de novas soluções em relação ao vestuário para a pessoa com deficiência; Inserir as pessoas com deficiência no contexto da Responsabilidade Social

Resultado Alcançado: O desfile foi realizado no dia 15/10/2016 no Parque da Água Branca. O projeto tem como objetivo incentivar o surgimento de novas soluções em relação ao vestuário para a pessoa com deficiência; Inserir as pessoas com deficiência no contexto da Responsabilidade Social.
Período: Outubro/2016
Orçamento: NI

Projeto: Mesas Redondas - Estudos Sobre a Deficiência

Objetivo: Incentivar, fomentar trabalhos, realizar debates e encontros entre especialistas e simpatizantes do tema a fim de agregar esforços para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Esta edição contará com a discussão dos seguintes temas:

* Acessibilidade em museus e espaço culturais;

* Deficiência e os direitos reprodutivos e sexuais.

Resultado Esperado/Alcançado: Rodadas de debates abordando o tema dos Estudos sobre a Deficiência. Foi realizado no dia 12/11/2016, no Centro de Convenções Rebouças.
Período: Novembro/2016
Orçamento: NI

Tecnologia

Projeto: Gerenciamento das Atividades do Centro de Tecnologia e Inclusão no Parque Fontes do Ipiranga - PEFI (Contrato de Gestão)

Objetivo: Gerenciamento das atividades do Centro de Tecnologia e Inclusão no Parque Fontes do Ipiranga.

Resultado Esperado: No Centro de Tecnologia e Inclusão serão desenvolvidas atividades com foco em 4 vertentes:

- Programa de Empoderamento das Pessoas com Deficiência;

- Capacitação de Profissionais;

- Programa de Promoção a Inclusão;

- Tecnologias para a Inclusão.

Parceiros: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM
Período: Dezembro/2013 à Dezembro/2018
Orçamento: R$ 33.692.806,60 (2013/2018) / R$ 879.499,72 (Valor pago em 2016).

Projeto: 8º Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação

Objetivo: O Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência traz para o centro das discussões um tema fundamental para a inclusão, tendo em vista a sociedade dinâmica e interativa em que vivemos: a acessibilidade digital.

Além de uma visão ampla do conceito de acessibilidade digital, o encontro debaterá não somente a legislação, normas e diretrizes aplicáveis aos conteúdos on-line, mas, principalmente, o impacto positivo dos sites acessíveis em todos os setores da sociedade. Também discutirá a ampliação do alcance dos serviços e ações públicas, na transparência governamental, e o incremento expressivo que a acessibilidade digital pode trazer ao comércio eletrônico e sua cadeia produtiva.

Resultado Alcançado: Em sua oitava edição, o Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência contou com o tema Principal “Smart Cities – Cidades Inteligentes” realizado no dia 11 e 13 de Dezembro com as seguintes palestras e keynote Speaker.

- Acessibilidade Digital no Governo do Estado de São Paulo.

- keynote Speaker: Modelos Globais de Políticas Públicas para Inclusão Digital da Pessoa com Deficiência.
- keynote Speaker: Novas Tecnologias para Acessibilidade.
- Tecnologias Cívicas e Acessibilidade.
- Espaço Urbano, Tecnologia e Acessibilidade.
- Showcase.
Período: Novembro/2016
Orçamento: NI

Projeto: Tom São Paulo

Objetivo: Elaboração de projetos e protótipos capazes de aperfeiçoar ajudas técnicas já existentes ou de criar novas soluções, viáveis e replicáveis, para o cotidiano das pessoas com deficiência. A iniciativa reúne engenheiros, fisioterapeutas, médicos fisiatras, terapeutas ocupacionais, designers, profissionais de TI, arquitetos, entre outros, além do próprio público-alvo do projeto, as pessoas com deficiência, na discussão da viabilidade de implantação dessas propostas.

Resultado Alcançado: O Tom contou com cerca de 100 participantes, 20 instituições e demonstração de 40 tecnologias/ soluções para pessoas com deficiência, sendo:

Projetos: Autonomia para Beber; Kit Livre; Passeio Virtual do Ponto de Vista de um Cadeirante; Bicicleta que Impulsiona um Triciclo que Movimenta os Membros Inferiores; Banheiro Acessível para Pessoas com Membros Superiores Amputados; Controle de Dispositivos Eletrônicos a partir de Celular/Tablet;Blinden – Aplicativo para Pessoas com Deficiência Visual; Automatização da Fiscalização das Vagas para Pessoas com Deficiência Física e Idosos; Enfermeiro Eletrônico; Sistema para Calibração Dinâmica de Assentos Anti-Úlceras de Pressão; Colete para Comunicação de Surdocegos; Controle de Cadeira de Rodas Motorizada Através do Movimento da Testa

Projeto, Construção e Implementação de Prótese de Perna com Articulação de Joelho de Rigidez Servocontrolada;Bola de Futebol para Pessoas com Deficiência Visual; Blindeyes; Cittamobi Acessibilidade; Medicina em Libras; Guia de Rodas; Aro Magnético; Jogo Lugares e Saberes; NEARBEE; Tradução de Conteúdos Impressos do Poupatempo em Libras; Programação de Computadores Usando Objetos Físicos; Aplicativo para Prescrição de Dispositivos de Adequação Postural em Cadeiras de Rodas; Adaptação de Bateria Acústica para Pessoas com Paraplegia; Roda Amortecedora para Cadeira de Rodas; Rampa Acessível para Metrô; Smart Audio City Guide; Tato; Websonora; Cadeira de Rodas Triciclo de Baixo Custo; Freio Dinâmico para Cadeira de Rodas; Prótese Funcional para Membros Superiores; Prótese de Braço Multifuncional, Universal e Acessível; Próteses de Membro Superior Infantil; Prótese Mioelétrica de Baixo Custo para o Mercado Brasileiro; Próteses Estéticas de Orelha feitas com Silicone; Órtese de Punho; Órtese de Quadril Infantil; Órtese de Membro Inferior Infantil; Medroom.

Período: Novembro/2016
Orçamento: NI

Trabalho

Projeto: Sebrae mais Acessível

OBJETIVO: Desenvolvimento de ações no âmbito do programa Sebrae Mais Acessível, projeto de empreendedorismo voltado aos empresários de micro e pequenas empresas e futuros empreendedores com e sem deficiência, visando a sensibilização e capacitação para a gestão de negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Caberá a SEDPcD:

a) Orientar no desenvolvimento do conteúdo técnico dos materiais acessíveis a serem elaborados pelo SEBRAE-SP;

b) Colaborar na divulgação do Convênio e do programa SEBRAE Mais Acessível;

Resultado Alcançado: Realização de ações/eventos que visem a sensibilização e capacitação para gestão negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Parceiros: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP).
Período: Junho/2015 à Junho/2017
Orçamento: Sem repasse de verba

Projeto: Reconhecimento Global "Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência"

Objetivo: Identificar e destacar boas práticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho adotadas por empresas de outros países e permitir um ambiente de troca de experiência com as empresas brasileiras, e com as empresas sediadas no Estado de São Paulo, que de alguma forma participaram do Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, reconhecendo internacionalmente as iniciativas bem sucedidas que são exemplos positivos neste importante desafio de construir uma empresa inclusiva, pensada para todos.

Resultado Alcançado: A cerimônia de premiação aconteceu no dia 02 de Dezembro de 2016, na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York, véspera do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência para celebrar o 10º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Período: DEZ/2016

Orçamento: NI

Projeto: 3º Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência

OBJETIVO: O 3° Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como objetivo dar reconhecimento público e premiar as empresas que apresentem práticas inclusivas, fomentando a inclusão profissional de pessoas com deficiência.

Por meio de reconhecimento de boas práticas, da geração de informações e da troca de experiência profissional, o 3° Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como foco a construção e manutenção de um ambiente corporativo participativo, produtivo e igualitário, em que trabalhadores com e sem deficiência, juntos, contribuam para uma economia sustentável e humanizada.

Resultado Alcançado: Premiar as práticas exitosas, voltadas à empregabilidade das pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo, que possam ser vistas como agentes incentivadores para outras empresas, indo ao encontro da missão e visão da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Neste ano, inscreveram-se no Prêmio 83 empresas grandes, pequena e média, e empreendedores. A premiação ocorreu no dia 16/12/2016, no Museu da Casa Brasileira, tiveram os seguintes ganhadores: 1º lugar: Caterpillar; 2º lugar: Senac SP; 3º lugar: Accentury Brasil.

Parceiros: Centro de Tecnologia e Inclusão Social
Período: Dezembro/ 2016
Orçamento: Sem repasse de verba

Educação

Projeto: Reabilitação e Inclusão Social

Objetivo: Incentivar a autonomia e melhorar a qualidade de vida das PcDV por meio de cursos de informática, música, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica.

Resultado Esperado: Promoção da inclusão de 60 PcDV por meio da realização de cursos de música, informática, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica, objetivando o incentivo da autonomia e melhoria da qualidade de vida.

Parceiros: Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis - ADVF
Período: Maio/2016 à Maio/2017
Orçamento: R$ 135.207,00

Projetos Financiados pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID

Projeto: Acessibilidade Em Bibliotecas

Objetivo: Equipar bibliotecas públicas do Estado de São Paulo com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e motora.

Resultado Esperado: Acessibilizar 62 bibliotecas vinculadas ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.
Período: Abril/2015 à Abril/2016
Orçamento: R$ 2.543.017,00 – R$ 2.308.617,00 (FID) + R$ 234.400,00 (SEDPcD)

Projeto: 5 anos do Memorial da Inclusão pelos Direitos das Pessoas com Deficiência

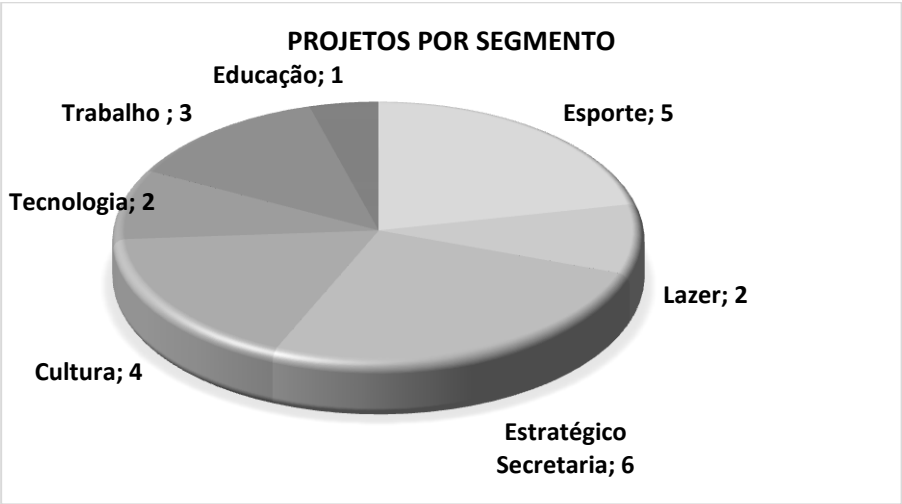
Objetivo: Conscientização e divulgação do discurso da inclusão e do respeito e aceitação da diversidade junto ao corpo discente e docente do Estado de São Paulo. O projeto ora proposto visa agir no âmbito de umas das principais medidas que vem sendo adotadas no combate contra o preconceito e a segregação voltados às pessoas com deficiência: a inclusão escolar.

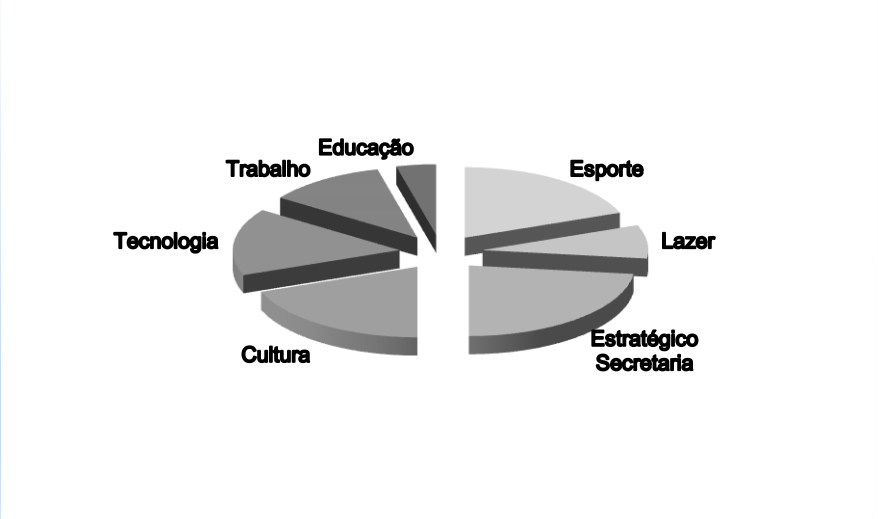
Resultado Esperado: Ações educativas e Capacitação de Professores. Nas dependências da exposição permanente do Memorial da Inclusão, atendimento de 10.000 alunos durante a vigência do projeto; e capacitação de 800 professores da rede pública de ensino. Em municípios do interior de São Paulo, realização de oito "ativações" pela inclusão da diversidade, e capacitação de 240 professores. Essas "ativações" consistirão em visitas de dez a 12 dias da versão itinerante da exposição do "Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência".

Educação à Distância. Execução de quatro edições do curso à distância "Direitos da Pessoa com Deficiência: Diversidade Humana e Igualdade", atingindo pouco mais de 4.000 funcionários públicos do Estado e de municípios de São Paulo. (Todo o conteúdo, formato, e o ambiente virtual do curso já estão prontos, tendo essa Secretaria já executado, por conta própria, duas edições do curso.)

Período: Abril/2014 à Abril/2016
Orçamento:R$ 2.734.565,87= R$ 2.470.409,48 (FID) + R$ 264.156,39 (SEDPcD)

Gráfico Do Portfólio De Projetos (2016)





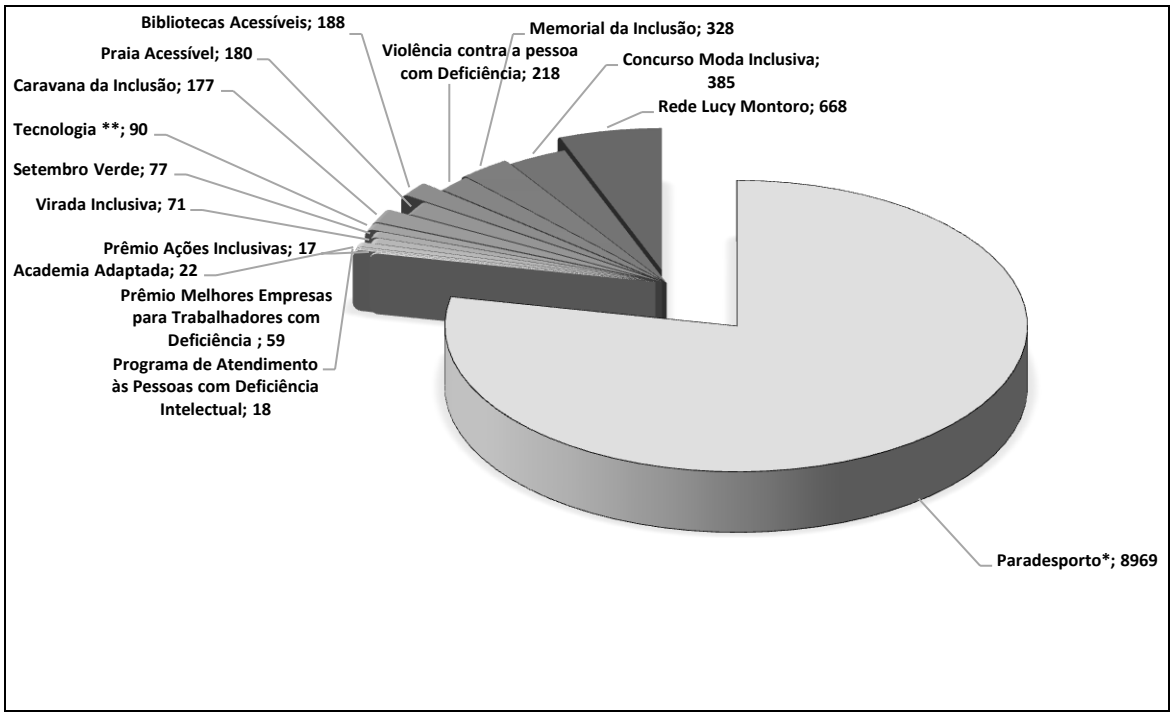
Relatório Assessoria De Imprensa

Reportagens Veiculadas

De janeiro a novembro de 2016, foram veiculadas **mais de 11 mil reportagens**

Assuntos mais abordados

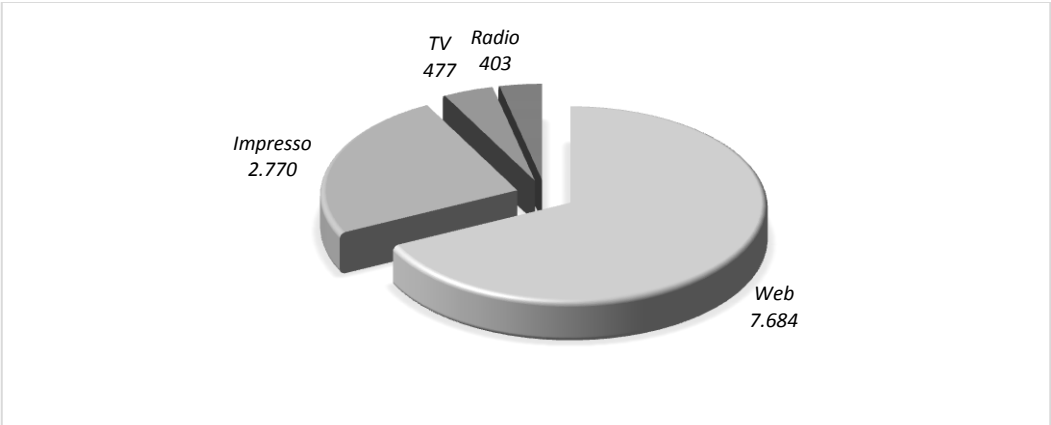
Crescimento de cerca de 20% em relação a 2015



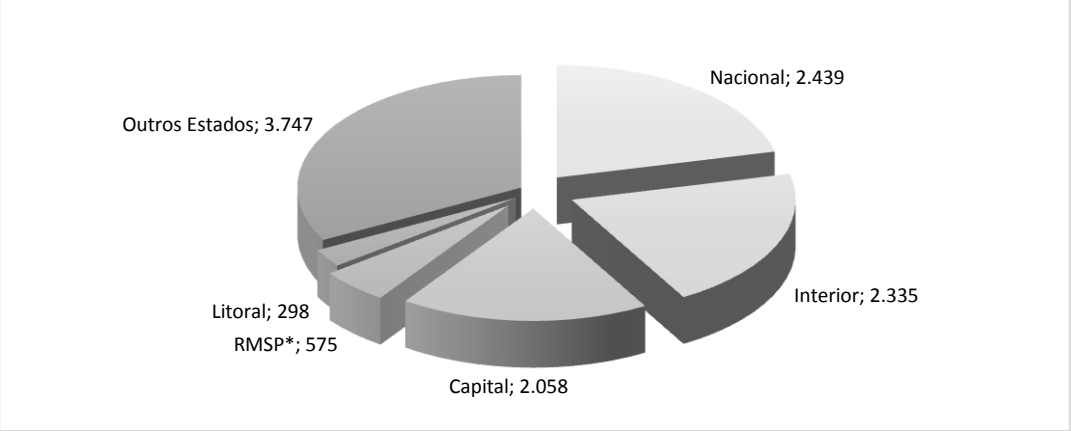
***Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, Time São Paulo Paralímpico, Centro Paradesportivo de Mogi das Cruzes e Paralimpíadas Escolares**

****Centro de Tecnologia e Inclusão, Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência e TOM São Paulo**

Reportagens Publicadas Por Veículos



Regiões com maior Divulgação



*Região Metropolitana de São Paulo

Mensuração

Por meio das tabelas de preços publicitários de cada veículo, foi possível calcular através da centimentragem (cm x coluna) e da minutagem (duração da reportagem) o valor aproximado do que **seria desembolsado**, **caso o espaço ocupado pelas reportagens fosse comprado**. De acordo com os dados do Ibope, foi estimado o número aproximado de pessoas atingidas pelas matérias. No Estado de São Paulo, estima-se que as reportagens sobre as ações da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência veiculadas entre janeiro e novembro de 2016 totalizaram o valor de **R$ 1.228.748.783,08.**

Tempo total das reportagens veiculadas:

2016

Mídia	Minutagem
TV	33:30:42
Rádio	27:56:21

2015

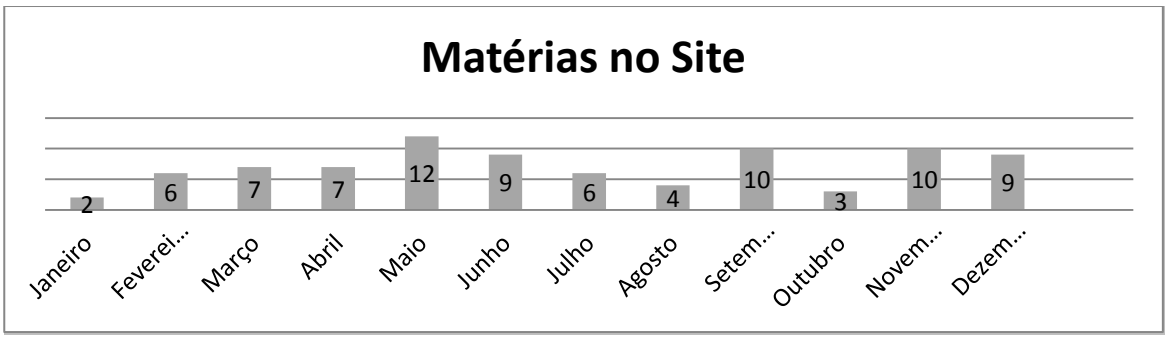
Mídia	Minutagem
TV	35:14:16
Rádio	29:25:55

Comunicação Institucional

Houve um intenso esforço e empenho da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre os conceitos e direitos das pessoas com deficiência. Este empenho gerou mobilização da Mídia em geral, resultando nas informações demostradas abaixo, referente ao período de Janeiro à Dezembro 2016.

Matérias no Site

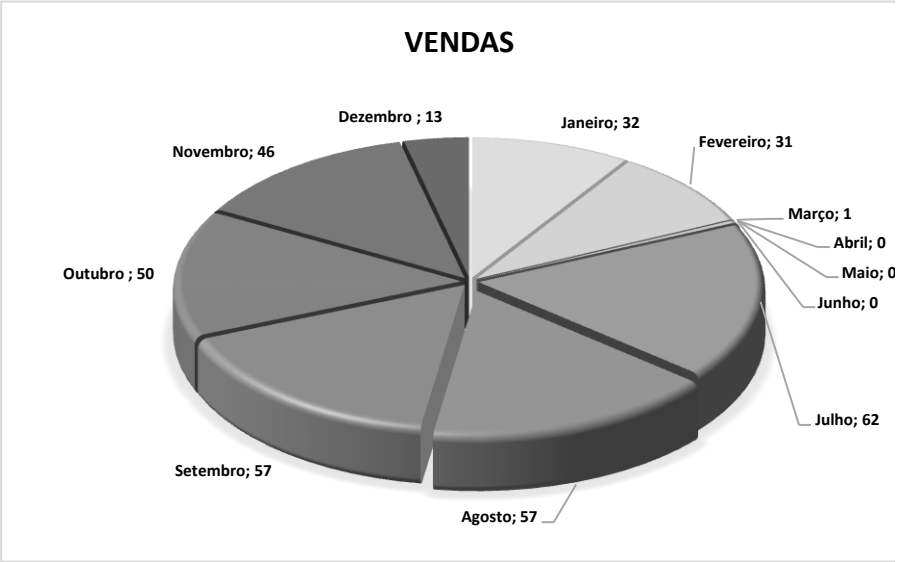
O site da SEDPcD-SP é o rosto da Secretaria. Nos sites de busca, é a primeira página encontrada quando há a busca por informações sobre a Pasta. No site foram adicionadas 85 matérias, no ano 2016, divididas em:



Inscritos no Mailing SMS

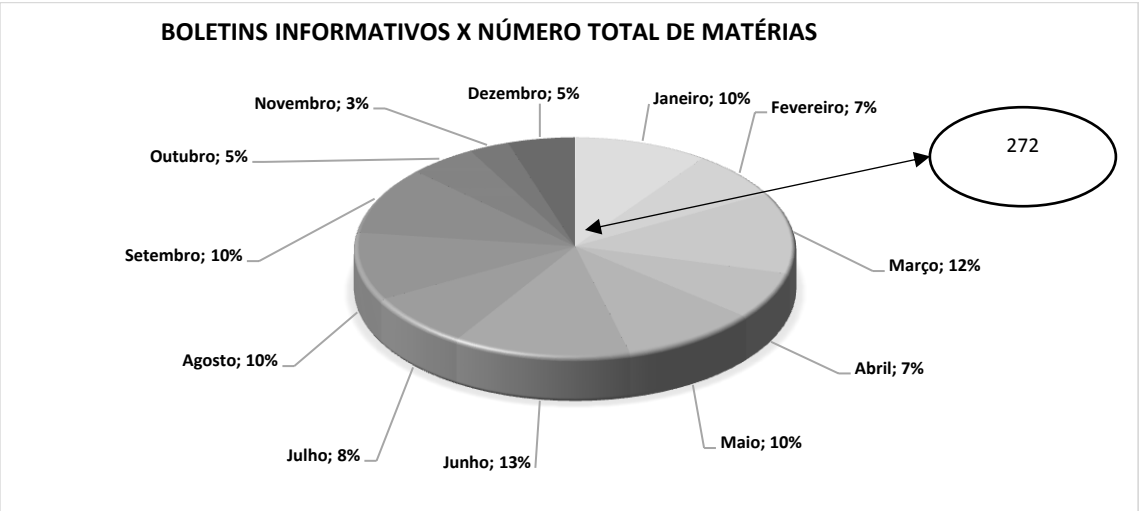
Uma rica base de dados, onde os cadastrados tiveram a pró atividade de se inscreverem para receber os informativos da SEDPcD-SP. Neste ano 349 cadastros foram feitos.

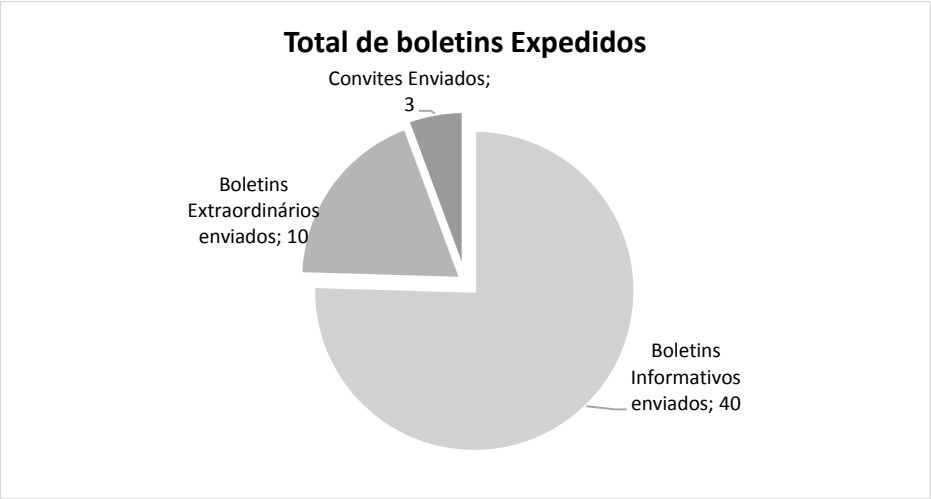
Janeiro	32
Fevereiro	31
Março	1
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	62
Agosto	57
Setembro	57
Outubro	50
Novembro	46
Dezembro	13
Total	**349**



Boletins Informativos

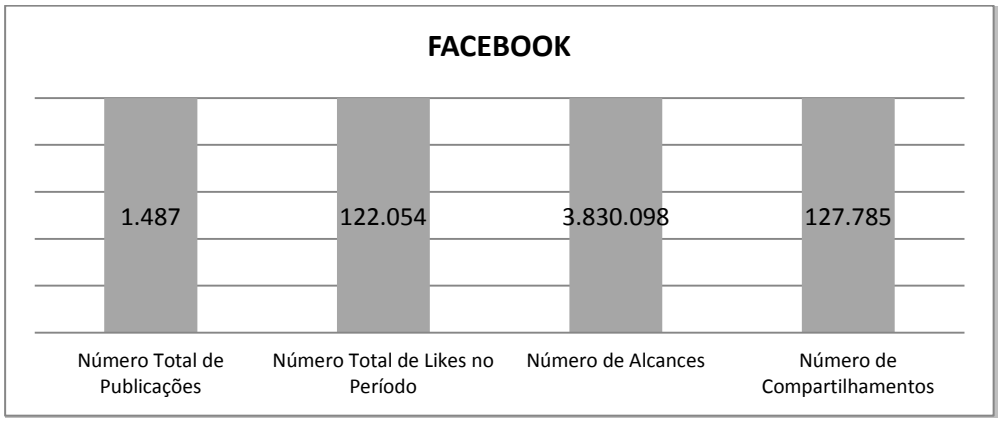
Os **Boletins** são o contato direto da população com as notícias e informações da SEDPcD - SP. No ano, foram enviados ao mailing da Secretaria: Boletins Informativos - 40; Matérias difundidas nos boletins - 272; Boletins Extraordinários – 10; *Convites: 03 / Total de boletins expedidos: 53.*

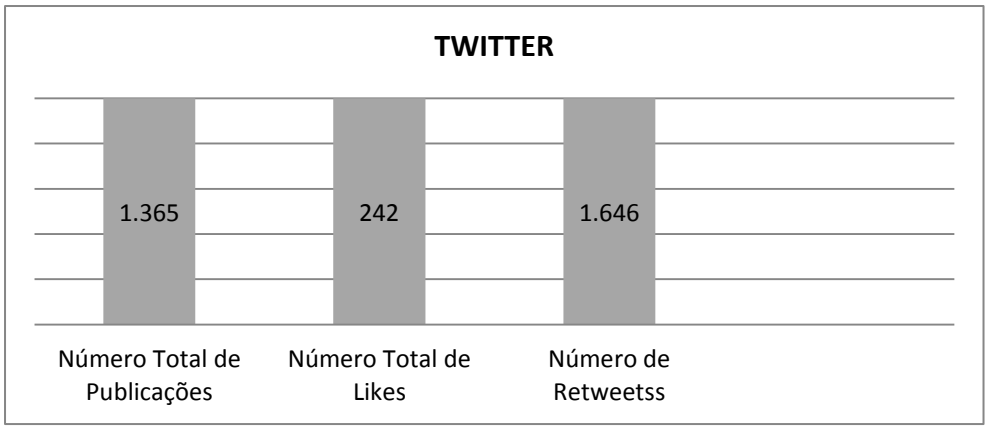


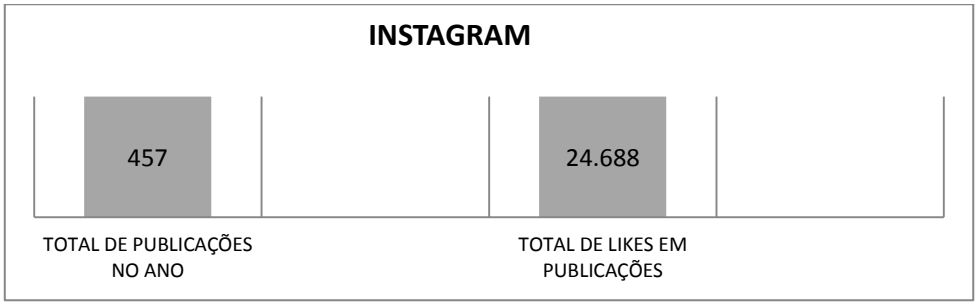


Redes Sociais

Se o site da SEDPcD-SP é o rosto da Secretaria, as Redes Sociais são a alma. Nelas o público tem acesso diário a informações a respeito da Secretaria e do universo das pessoas com deficiência, aproximando o cidadão do tema e da Pasta.

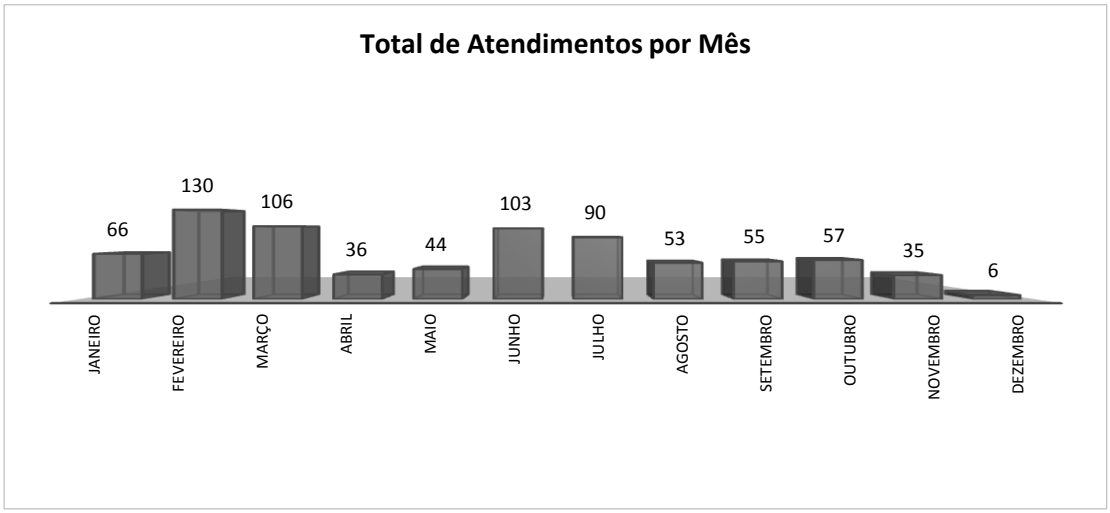






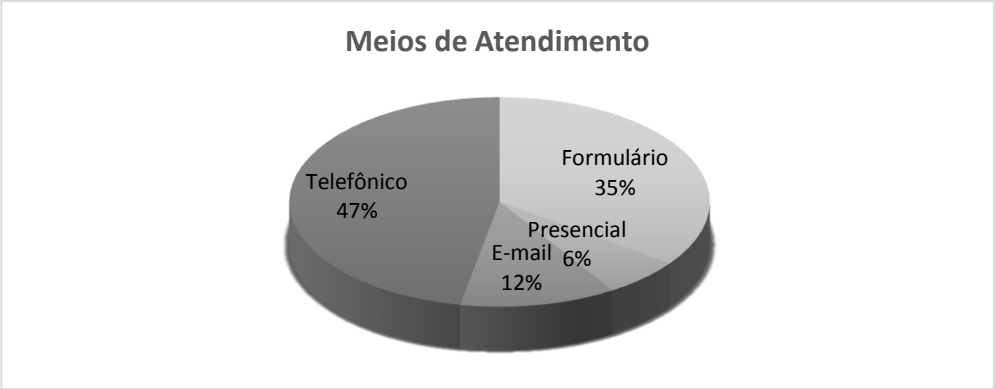
Ouvidoria

De janeiro a 12 de dezembro de 2016, foram feitos pela Ouvidoria da Pasta, 781 atendimentos. Abaixo, gráfico representando os atendimentos mês a mês.



O total de atendimentos foram feitos pelos meios: formulário eletrônico, presencial, e-mail e telefônico. Formulário Eletrônico – 272; Presencial – 45; E-mail – 92; Telefone – 372.

Abaixo, representação em gráfico com porcentagem:



O número total de atendimento divide-se em: reclamação 95, solicitação de informação 527, denúncia 57, sugestão 09, elogio 01 e outros 92.

Recursos Humanos

O Centro de Recursos Humanos, órgão Setorial do Sistema de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ao qual compete prosseguir as atribuições relativas ao RH na Secretaria. Por sua vez, a área de RH tem de assumir atitudes proativas, seja no planejamento e execução da estratégia de recursos humanos, seja na busca de ferramentas mais eficazes de gestão de pessoal e na sua interação com os gestores. As atividades estruturadas, decorrentes do normal exercício, constituem em atribuições relacionadas ao sistema de administração de pessoal como prestar orientação técnica, planejamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

Destacamos a importância do investimento feito na capacitação dos recursos humanos, entre cursos, treinamentos, palestras, congressos, seminários realizados, dos quais servidores participaram com índice de 100% de aprovação pelos gestores, pois os servidores capacitados e comprometidos com a melhoria contínua, asseguram a transparência dos atos de nossos gestores.

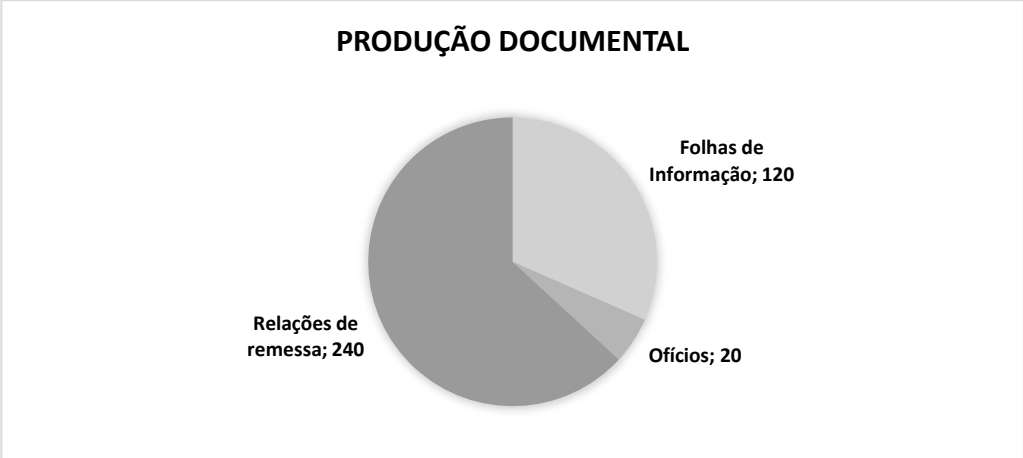
O programa de estágios do Governo do Estado de São Paulo foi instituído pelo Decreto Nº 52.756/2008, em conformidade com a Lei Federal N. 11.788, e através da Resolução SGP/2009, designou a Fundap para a gestão administrativa do Programa. Entretanto, com a iminente extinção da Fundap, autorizada pela Lei Estadual nº16.019, de 27 de novembro de 2015 a Secretaria de Planejamento e Gestão fez um processo de seleção para a escolha de uma entidade especializada e capacitada na administração de estagiários, e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE foi finalista do processo de escolha, no qual fará a administração do programa de estágio do Governo Paulista. A migração foi feita com sucesso e a SEDPCD, juntamente com seus supervisores de estágio continua com o compromisso e como complemento teórico e prática, na formação dos jovens,

possibilitando a implementação de mais esta política pública. No decorrer do presente exercício, com a contratação de 31 estagiários por meio do CIEE, para diversas áreas, muito contribuíram na execução dos trabalhos.

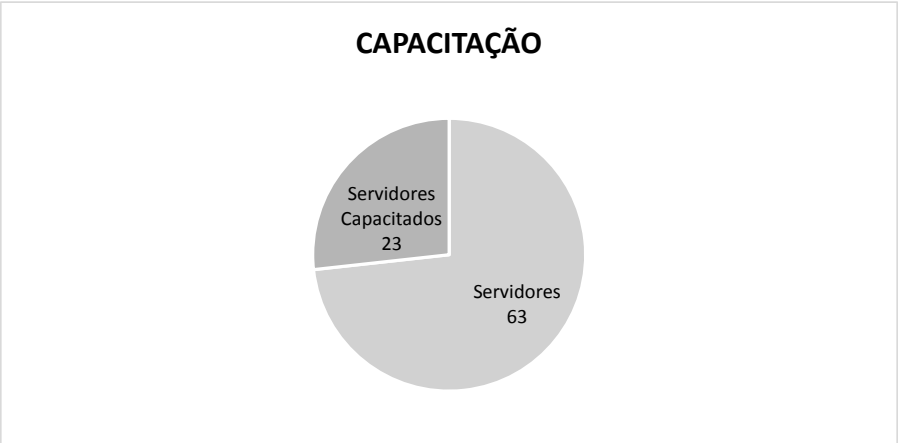
A Secretaria tem sido a porta de entrada para inserção do jovem estagiário no mercado de trabalho e assumiu por meio de seus supervisores de estágio o compromisso como complemento teórico na formação dos jovens, possibilitando a implementação de mais esta política pública, onde os estagiários tiveram a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, e habilidades em suas áreas de interesse.

Com sinergia, o conjunto de valores compartilhados, ajudamos os colaboradores a compreender quais atitudes são consideradas adequadas, inseridas na linha de orientação institucional no que concerne a valorização e formação do potencial humano, buscando com frequência a excelência dos serviços prestados para a Administração Pública.

Destarte, com todos os setores alinhados, novos projetos podem ser desenvolvidos e colocados em prática com a ajuda de profissionais participativos, capacitados e envolvidos nos processos e objetivos estratégicos da SEDPcD. O volume de informações gerenciadas pelo Centro de Recursos Humanos requer o registro, protocolo, arquivo e a emissão constante de diversos tipos de documentos. As informações abaixo apresentam uma síntese da produção documental em 2016.



Tivemos na capacitação dos recursos humanos, participação dos gestores que comprometidos, adquiriram uma visão ampla e estratégica, disseminado e compartilhando conhecimentos técnicos diante das demandas, além de assegurar a transparência dos atos. Total de Servidores – 63; Servidores Capacitados – 23, atuando como agentes multiplicadores.



Cabe ressaltar que, o Programa de Qualidade de Vida vem trazendo benefícios e melhor desempenho ao cotidiano dos colaboradores. Ademais, o fornecimento de vale Refeição, na forma de cartão eletrônico/magnético proporcionou aos colaboradores a liberdade de escolher o local e tipo de alimentação que desejam. O benefício é ser um estímulo para que os funcionários optem por refeições mais saudáveis em seu dia a dia, permitindo que desempenhem melhor suas funções dentro da empresa.

O CRH, continua atuando na valorização e formação do potencial humano do quadro dos servidores, buscando atingir a excelência dos serviços prestados na Administração Pública.

Considerações Gerais

A acessibilidade ao meio físico edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e das comunicações, com relação a mudança de atitudes da população em geral face às pessoas com deficiência, constitui uma condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania.

A história da vida e a luta das pessoas com deficiência passou por caminhos de profunda ignorância, de crenças e superstições, de teorias pseudocientíficas, nos quais se enraízam algumas das atitudes e atos discriminatórios que ainda perduram nos nossos dias. Interferir nesse cenário e construir um país de oportunidades iguais para todos são os desafios que fundamentam o exercício da cidadania e as políticas públicas. Nesse sentido, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem se esforçado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, reafirmando a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e a necessidade de garantir às pessoas com deficiências o seu pleno gozo, sem serem alvo de discriminação.

As atividades desenvolvidas em 2016 estimularam uma sociedade em que o Bem-Estar e a Qualidade de Vida de todos orientaram a oferta dos serviços públicos, valorizando as lógicas preventivas e reabilitadoras e os princípios da subsidiariedade e do constrangimento positivo. Esse papel foi o principal agente impulsionador à mudança de paradigma e na adoção de um novo modelo mental no contexto de vida das pessoas com deficiência, percebendo, de fato, a importância e o alcance que a supressão de barreiras pode significar nomeadamente para a concretização de um conjunto de direitos e no favorecimento de uma inclusão ativa. A promoção da acessibilidade é uma questão chave para atingir objetivos estratégicos da SEDPcD, reconhecendo a importância dos valores e das orientações políticas constantes relativo às Pessoas com Deficiência, e sobre a Igualdade de Oportunidades na influência da divulgação, formulação e avaliação das políticas, planos, programas e ações a nível nacional, regional e internacional.

Tal como referido neste Relatório, a acessibilidade deve ser considerada de forma global, integrada e sistêmica em todos os domínios da ação política (construção, saúde, segurança no trabalho, tecnologias da informação e da comunicação, concursos públicos, para aquisição de equipamentos, estudos ou trabalhos, educação, recreação, lazer, esporte, etc.) e deve concretizar-se em coordenação com todos os agentes envolvidos (da política social, do planejamento urbano, das tecnologias de informação e das comunicações, da construção civil, dos transportes e outros).

Para que a luta contra a discriminação e a exclusão social seja coordenada e eficaz, importa que o Estado integre plenamente as suas políticas econômicas, sociais e de inclusão, fazendo intervenção integrada nas respostas aos problemas identificados, mas focando os recursos disponibilizados nas ações de desenvolvimento pessoal, qualificação e empregabilidade, mobilizando outros recursos para as ações complementares.

Nesta ótica, os Programas, Projetos e Ações implementados e gerenciados por esta Secretaria mantém em seu escopo alguns desafios fundamentais em consonância com a Convenção da ONU, objetivando eficácia de medidas específicas a favor da inclusão, garantindo o exercício de cada um dos direitos reconhecidos nesta Convenção. Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável.

O entendimento desta trajetória histórico-cultural forneceu subsídios suficientes para compreender o retrato atual da população com deficiência no Brasil e propor alternativas para acelerar a inclusão desta importante parcela de nossa população, que representa a rica diversidade que constitui nossa sociedade. A sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e auto-suficiente. Portanto, todos os cidadãos devem exercitar livremente

as tomadas de decisão sobre a sua vida e participar ativamente da vida da comunidade, nos diversos domínios da sociedade.

Se apenas algumas décadas, acreditava-se que a pessoa que tivesse algum tipo de deficiência teria uma vida com possibilidades reduzidas e completa falta de perspectivas, hoje enxergamos muita vida além da deficiência e plena capacidade de realização. Constatamos que com as nossas AÇÕES, PROGRAMAS e PROJETOS desenvolvidos durante o ano de 2016, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com base em fatos e percepções das próprias pessoas com deficiência, mostrando a pluralidade e diversidade desta enorme população multifacetada que, em comum, possui o desejo de um país mais justo, mais humano, mais igualitário, que proporcione condições de igualdade de oportunidades, pautando-se por princípios orientadores e desenvolvendo-se segundo prioridades estratégicas, operacionalizáveis por meio das respectivas medidas políticas.

Sublinhe-se que, para além de ser um imperativo de cidadania, a promoção da acessibilidade é também uma oportunidade de reconhecer as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades. E que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade, resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretaria da Educação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

08000 - Secretaria da Educação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**20.987.699.938,00**	**20.753.256.022,39**	**185.684.492,16**	**20.938.940.514,55**	**21.139.824.364,75**
Pessoal e Encargos Sociais	11.504.771.430,00	11.128.353.020,08	0,00	11.128.353.020,08	11.159.384.346,91
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.482.928.508,00	9.624.903.002,31	185.684.492,16	9.810.587.494,47	9.980.440.017,84
Despesas de Capital	**370.279.904,00**	**282.680.435,48**	**16.222.784,20**	**298.903.219,68**	**430.531.290,61**
Investimentos	370.279.904,00	282.680.435,48	16.222.784,20	298.903.219,68	430.531.290,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**21.357.979.842,00**	**21.035.936.457,87**	**201.907.276,36**	**21.237.843.734,23**	**21.570.355.655,36**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

08000 - Secretaria da Educação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**5.180.000.000,00**	**5.527.861.813,24**	**0,00**	**5.527.861.813,24**	**5.527.861.813,24**
Despesas Correntes	5.180.000.000,00	5.527.861.813,24	0,00	5.527.861.813,24	5.527.861.813,24
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica	**12.135.178.280,00**	**11.405.286.043,50**	**4.863.808,10**	**11.410.149.851,60**	**11.506.067.158,14**
Despesas Correntes	12.134.751.476,00	11.402.127.342,50	4.863.808,10	11.406.991.150,60	11.502.788.595,27
Despesas de Capital	426.804,00	3.158.701,00	0,00	3.158.701,00	3.278.562,87
0801 - Parceria Educacional Estado-Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.887.025,36**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	284.997,07
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602.028,29
0802 - Alimentação Escolar	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0803 - Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**282.739,92**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	282.739,92
0805 - Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil	**64.000.000,00**	**34.944.493,81**	**7.815.555,84**	**42.760.049,65**	**41.296.774,54**
Despesas Correntes	64.000.000,00	34.944.493,81	7.815.555,84	42.760.049,65	41.296.774,54
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	9.617,40

0807 - Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação - TIC	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0808 - Formação Continuada dos Profissionais da Educação	**278.535.697,00**	**215.423.575,12**	**420.460,75**	**215.844.035,87**	**196.208.227,41**
Despesas Correntes	278.535.697,00	215.423.575,12	420.460,75	**215.844.035,87**	196.208.227,41
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0813 - Avaliação do Sistema Educacional	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21.634.435,79**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	21.634.435,79
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0814 - Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar e Administrativa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**70.758.447,31**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	430.583,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	70.327.864,26
0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica	**3.680.015.865,00**	**3.834.195.532,20**	**188.807.451,67**	**4.023.002.983,87**	**4.050.495.287,12**
Despesas Correntes	3.310.162.765,00	3.554.673.797,72	172.584.667,47	3.727.258.465,19	3.715.581.066,46
Despesas de Capital	369.853.100,00	279.521.734,48	16.222.784,20	295.744.518,68	334.914.220,66
0816 - Apoio Administrativo e Suporte Técnico à Educação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**131.007.237,49**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	113.881.362,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	17.125.874,61
2826 - Comunicação Social	**20.250.000,00**	**18.225.000,00**	**0,00**	**18.225.000,00**	**19.856.509,04**
Despesas Correntes	20.250.000,00	18.225.000,00	0,00	18.225.000,00	19.856.509,04
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**21.357.979.842,00**	**21.035.936.457,87**	**201.907.276,36**	**21.237.843.734,23**	**21.570.355.655,36**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Educação e por suas entidades vinculadas em 2016. Sua elaboração baseou-se nas orientações explicitadas no Ofício Circular GS no. 006/2016, da Secretaria da Fazenda e, assim sendo, apresenta:

- Descrição resumida dos programas realizados pela Secretaria da Educação, incluindo suas principais ações; e
- O relato do que foi realizado em cada programa/ação.

Cabe o registro de que 2016 foi o primeiro ano do novo ciclo do PPA – Plano Plurianual; nesse sentido, houve alterações nas ações orçamentárias, em especial em função da adoção do OpR – Orçamento por Resultados, processo que se iniciou em 2014.

Assim, em primeiro lugar, apresenta-se, na tabela abaixo, a síntese das alterações nas ações e programas da Secretaria.

Síntese das alterações nas ações e programas da Secretaria

2015		2016
		0000 - ENCARGOS GERAIS
		5696 - CONTRIBUICAO DO ESTADO EDUCACAO BASICA-FUNDEB (Realocada do programa 813)
0800 - GESTAO PEDAGOGICA DA EDUCACAO BASICA		**0800 - GESTAO PEDAGOGICA DA EDUCACAO BASICA**
5156 - ATEND.ESPECIALIZADO ALUNOS E PUBL.ESPECIFICOS		5156 - ATEND.ESPECIALIZADO ALUNOS E PUBL.ESPECIFICOS
5160 - DES. ENS. FUNDAMENTAL-SERVIDORES-FUNDEB		5160 - DES. ENS. FUNDAMENTAL-SERVIDORES-FUNDEB
5161 - DESENV. ENS. FUND. PROF. MAGISTERIO-FUNDEB		5161 - DESENV. ENS. FUND. PROF. MAGISTERIO-FUNDEB
5743 - LER E ESCREVER		5743 - LER E ESCREVER
5745 - ATENDIMENTO JOVENS E ADULTOS NA EDUC. BASICA		5745 - ATENDIMENTO JOVENS E ADULTOS NA EDUC. BASICA
5757 - DESENV. ENS. MEDIO-PROF. MAGISTERIO-FUNDEB		5757 - DESENV. ENS. MEDIO-PROF. MAGISTERIO-FUNDEB
5759 - DESENV.ENSINO MEDIO-SERVIDORES-FUNDEB		5759 - DESENV.ENSINO MEDIO-SERVIDORES-FUNDEB
5998 - CENTROS DE ESTUDOS DE LINGUAS - CEL'S		5998 - CENTROS DE ESTUDOS DE LINGUAS - CEL'S
6136 - EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL		6136 - EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL
6168 - PROV.DE MATERIAL DIDATICO E APOIO PEDAGOGICO		6168 - PROV.DE MATERIAL DIDATICO E APOIO PEDAGOGICO
6169 - PROVISAO RECURSOS REALIZACAO ATIV.PEDAGOGICAS		6169 - PROVISAO RECURSOS REALIZACAO ATIV.PEDAGOGICAS
		6177 - AVALIACAO MONIT. SISTEMA EDUCACIONAL PAULISTA (Realocada do programa 813)
		6203 - INICIATIVAS PEDAGOGICAS MEDIADAS POR TI (Ação nova)
		6208 - CURRICULO+ E ACESSA ESCOLA (Ação nova, incluindo a ação 5977)
0805 - PARCERIAS ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL		**0805 - PARCERIAS ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL**
4655 - ACOES PREVENCAO E PROTECAO NAS ESCOLAS		
5146 - ESCOLA DA FAMILIA		5146 - ESCOLA DA FAMILIA
0808 - FORMACAO E QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO		**0808 - FORMACAO E QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA**
		5426 - GERENCIAMENTO DO BENEFICIO-EDUCACAO (Realocada do programa 816)
6175 - FORMACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO		6175 - FORMACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO
6176 - PROMOCAO DE QUALIDADE DE VIDA PROF.EDUCACAO		6176 - PROMOCAO DE QUALIDADE DE VIDA PROF.EDUCACAO
0813 - INTEGRACAO E AVALIACAO DO SISTEMA EDUCACIONAL		
5612 - PARCERIA EDUCACIONAL EST. MUNICIPIO-ENS.FUND.		
5696 - CONTRIBUICAO DO ESTADO EDUCACAO BASICA-FUNDEB		
6177 - AVALIACAO MONIT. SISTEMA EDUCACIONAL PAULISTA		
0815 - MANUTENCAO E SUPORTE DA EDUCACAO BASICA		**0815 - MANUTENCAO E SUPORTE DA EDUCACAO BASICA**
2494 - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DA REDE FISICA ESCOLAR		2494 - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DA REDE FISICA ESCOLAR
		4087 - DESENV. DE REC.FISICOS E SERV. EDUCACIONAIS (Realocado do programa 816)
5740 - TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCACAO BASICA		5740 - TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCACAO BASICA
5810 - ACAO COOP. ESTADO-MUN. CONSTRUCOES ESCOLARES		5810 - ACAO COOP. ESTADO-MUN. CONSTRUCOES ESCOLARES
5977 - ACESSA ESCOLA (incluido na ação 6208)		
6138 - CONSERVACAO, MANUT.,REPAROS PREDIOS ESCOLARES		6138 - CONSERVACAO, MANUT.,REPAROS PREDIOS ESCOLARES
6172 - FORNEC. ALIMENTACAO P/ALUNOS EDUCACAO BASICA		6172 - FORNEC. ALIMENTACAO P/ALUNOS EDUCACAO BASICA
6173 - MODERN.E MANUT.TECNOLOGICA NAS UNID.ESCOLARES		6173 - MODERN.E MANUT.TECNOLOGICA NAS UNID.ESCOLARES
6174 - OPERACAO DA REDE DE ENSINO BASICO		6174 - OPERACAO DA REDE DE ENSINO BASICO
		6178 - GESTAO E MODERNIZACAO DA SEC. DA EDUCACAO (Realocado do progrrama 816)
0816 - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE TECNICO A EDUCACAO		
4087 - DESENV. DE REC.FISICOS E SERV. EDUCACIONAIS		
5426 - GERENCIAMENTO DO BENEFICIO-EDUCACAO		
6178 - GESTAO E MODERNIZACAO DA SEC. DA EDUCACAO		
2826 - COMUNICACAO SOCIAL		**2826 - COMUNICACAO SOCIAL**
5576 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA		557 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA

Cabe o registro de que 2016 foi o primeiro ano do novo ciclo do PPA – Plano Plurianual; nesse sentido, houve alterações nas ações orçamentárias, em especial em função da adoção do OpR – Orçamento por Resultados, processo que se iniciou em 2014. Assim, em primeiro lugar, apresenta-se, no quadro acima, a síntese das alterações nas ações e programas da Secretaria.

Observe-se que, em função da adoção do Orçamento por Resultados, os programas foram reorganizados (como o 816), cujas suas ações foram integradas aos Programas 808 e 815; por se tratarem de ações de apoio administrativo, não foram abordadas nesse documento, seguindo as orientações do já referido ofício. O programa 813 também teve suas ações realocadas; no programa 800 ficaram as ações 5696 e 6177; quanto à ação 5612, ela deveria constar do Programa 815, mas não teve dotação orçamentária. No caso do Programa 815, a ação 5977, relativa ao Acessa Escola também foi realocada no programa 800.

No que diz respeito às **entidades vinculadas**, tem-se o Conselho Estadual de Educação e a FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação. O Conselho atua como órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista. É responsável pelo estabelecimento de regras para todas as escolas das redes estadual, municipal e particular, de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissional, seja presencial ou à distância. Também cabe ao CEE-SP orientar as instituições de ensino superior públicas do Estado, bem como credenciar seus cursos; sua natureza e função é orientar a comunidade - população, escolas, instituições mantenedoras, profissionais da educação - sugerindo, acompanhando e avaliando

políticas, descentralizando decisões. Já a FDE, criada em 23 de junho de 1987, é responsável por executar as políticas educacionais definidas pela Secretaria. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações; oferecer materiais e equipamentos necessários à educação; viabilizar meios e estruturas para a capacitação de dirigentes, professores e outros agentes educacionais e administrativos.

Em ambos os casos, a execução orçamentária das entidades vinculadas aparece nas ações da própria Secretaria; no caso do Conselho, exclusivamente na ação 6178 (Gestão e Modernização da Secretaria da Educação) do Programa 815.

Já a FDE atua nas seis ações abaixo listadas, sendo as quatro primeiras tratadas nesse documento:

- Ação 5146 – Escola da Família
- Ação 2494 - Construção e Ampliação da Rede Física Escolar
- Ação 6138 – Conservação, Manutenção e Reparos em Prédios Escolares
- Ação 6173 - Modernização e manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares
- Ação 6178 - Gestão e Modernização da Secretaria da Educação (suporte administrativo
- Ação 4087 - Desenvolvimento de Recursos Físicos e Serviços Educacionais (suporte administrativo)

Os programas em execução na Secretaria da Educação são:

- 0000 – Encargos Gerais
- 0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica
- 0805 - Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil
- 0808 - Formação continuada e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação
- 0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica
- 2826 – Comunicação Social

Programa 0000 – Encargos gerais

Ação 5696 – Contribuição do Estado à Educação Básica, decorrente da Legislação do FUNDEB

Essa ação contém o registro da diferença entre o valor das contribuições e o das devoluções do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ocorridas no âmbito do Estado de São Paulo.

O Fundeb - criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007 – conta com recursos provenientes de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e Municípios e com parcela de recursos federais de forma a assegurar que o valor de investimento por estudante alcance o mínimo estabelecido para cada unidade da federação.

O repasse é feito por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atendendo a educação básica nos seguintes seguimentos: creche, pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação profissional, ensino médio, educação quilombola e atendimento educacional especializado em âmbito estadual, municipal e distrital. Esse aporte também pode ser utilizado para a remuneração dos profissionais da educação[1].

A distribuição dos recursos entre os estados e municípios é feita com base no número de alunos matriculados na Educação Básica pública, presencial, de acordo com dados do último Censo Escolar; em 2016, pela primeira vez, o retorno do Fundeb foi maior para os municípios do que para o estado, evidenciando que as redes municipais estão com um maior contingente de alunos.

Evolução Fundeb 2014-2016

	Estado de São Paulo –	Evolução (%)	Municípios de São Paulo	Evolução (%)
Realizado 2014	15.479.324.285,23	-	14.539.518.301,99	-
Realizado 2015	15.802.436.416,87	2,09	15.147.195.331,12	4,18
Realizado 2016	15.593.878.083,67	-1,32	15.830.225.333,38	4,51

1 Fonte pesquisada: http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/municipios-recebem-r-800-milhoes-do-fundeb.

Programa 0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica

O objetivo do Programa 0800 é "assegurar ensino de qualidade a todos os alunos da rede estadual, com vistas ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências, assim como de valores culturais e éticos, contribuindo para sua constituição plena como pessoa e cidadão, qualificado para o mercado de trabalho e capaz e gerar valor para a sociedade".

Ele congrega as ações que visam assegurar a todos os alunos o acesso e a permanência à escola; até 2015 englobava: a remuneração dos servidores; a provisão de material didático pedagógico; os esforços de alfabetização do 1º. ao 5º. ano; o atendimento educacional especializado (que visa aumentar a inclusão); as iniciativas de educação dos jovens e adultos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade regular (EJA); os Centros de Estudos de Línguas (CELs), importantes para aumentar a empregabilidade dos estudantes da Rede; e as iniciativas da Secretaria no sentido de implementar um formato de Ensino Integral adequado ao estado de São Paulo. Após a adoção do por (Orçamento por Resultados), o programa também passou a contar com as ações de avaliação do sistema e de adoção de novas tecnologias voltadas à pratica educativa, como o Currículo+ e o Acessa Escola[2].

A seguir estão descritas aquelas que são consideradas as principais conquistas e avanços da Secretaria no contexto desse Programa.

Ação 5156 – Atendimento Especializado a Alunos e Públicos Específicos

No PPA, essa ação corresponde ao produto "Atendimento Garantido a Alunos da Educação Especial e Públicos Específicos", monitorado pelo indicador "Número De Matrículas de Alunos Público-Alvo da Educação Especial na Rede Estadual e em Escolas Parceiras".

Orçamentariamente falando, a ação em questão envolve o atendimento: 1) a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; 2) a alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento –TGD e funcionais; a 3) alunos com altas habilidades/superdotação; e a 4) estudantes das comunidades indígenas, quilombolas, do campo, imigrantes e outras. Também inclui ações de combate ao preconceito e de promoção da diversidade sexual.

Esse atendimento se dá por meio de recursos de apoio, materiais didáticos e equipamentos específicos; e pela realização de convênios com entidades de atendimento especializado e educação especial para o trabalho.

No ano de 2016 foram atendidos cerca de 81.000 alunos na educação especial na rede estadual e em escolas parceiras. Neste último caso, a atuação especializada acontece por meio de convênios firmados com instituições e pelo credenciamento de escolas, que permitem o atendimento daqueles alunos que, em função de seu comprometimento, exigem pessoal e equipamento muito especializados. As escolas credenciadas atendem por volta de 2.500 alunos, enquanto 24.000 alunos frequentam as instituições conveniadas.

Em detalhe, foram atendidos pela rede estadual aproximadamente 54.500 alunos, dos quais 16.777 frequentaram as salas de recursos (a tabela 1 apresenta o público em relação ao tipo de deficiência). Há ainda 133 de classes regidas por professor especializado.

O suporte ao processo de inclusão escolar ainda envolve a contratação de cuidadores para pessoas com deficiência física e graves deficiências múltiplas, além de professores interlocutores para alunos com surdez, e, ainda, um Plano de Adaptação de Prédios Escolares, cuja execução está a cargo da CISE/FDE[3], com o objetivo de proporcionar acessibilidade.

[2] Trata-se das três ações orçamentárias inseridas no Programa: 177 – Avaliação e Monitoramento do Sistema Educacional Paulista; 6203- Iniciativas Pedagógicas Mediadas por TI e 6208 - Currículo+ e Acessa Escola. Essas ações pertenciam aos Programas 813 e 815.

[3] Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares/Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

A Educação Especial em São Paulo em números

Número de salas de recursos	
Salas de Recursos	4.093
Número de alunos em sala de recurso	
Deficiência Auditiva	1.323
Deficiências Física	1.147
Deficiência Intelectual	12.405
Deficiência Visual	814
Autismo	1.088
Total de Alunos em Sala de Recursos	**16.777**

Quanto à **Educação Indígena**, a SEE atende, em todo o Estado, 1.469 alunos de comunidades indígenas entre as séries dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. São 41 escolas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes das etnias Guarani Mbya, Tupi, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo, nas escolas indígenas as disciplinas são trabalhadas a partir da cultura de cada etnia e os educadores são membros das comunidades nas quais as escolas estão locadas.

Assim como ocorre na Educação Indígena, o Currículo é referência na modalidade de **Educação Quilombola**. No Estado de São Paulo existem 26 escolas quilombolas (02 estaduais e 24 municipais). Além dessas 26 unidades que ficam em território quilombola, há 11 escolas estaduais que recebem alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no Ensino Médio. No total há, atualmente, 595 alunos quilombolas matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Nas iniciativas referentes aos **jovens cumprindo medidas socioeducativa** em meio aberto e em privação de liberdade, o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual, e segue a proposta pedagógica, atrelada ao Currículo Oficial. Os objetivos desse atendimento são proporcionar aos alunos meios para a permanência no sistema educacional e o direito de acesso à Educação Básica, bem como refletir sobre a inclusão social. Em 2016 foram atendidos cerca de 7.242 alunos, com aulas atribuídas à 1.376 professores.

Outra ação a ser destacada quanto à promoção da inclusão é **Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero.** O Currículo Oficial inclui competências e habilidade trabalhadas a partir do estudo sobre as relações de gênero, sexualidade e a diversidade sexual, que caracterizam as relações entre os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade. Nas Ciências da Natureza ganha relevância um conjunto de habilidades e competências relacionadas à saúde como saúde sexual e reprodutiva, adolescência, gravidez, prevenção das DST/HIV, entre outras temáticas. As Ciências Humanas, que compreendem os conhecimentos das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia trazem para o cotidiano dos alunos o debate sobre as dimensões éticas, culturais, históricas e políticas que envolvem os gêneros e as sexualidades no mundo contemporâneo, a exemplo os conhecimentos relativos a produção cultural de marcadores sociais da diferença, a desigualdade de gênero, a problemática da violência contra a mulher, a construção da cidadania, os movimentos feministas e LGBT e o reconhecimento de direitos. Neste sentido, reforça-se a perspectiva do protagonismo dos educadores no enfrentamento dos processos discriminatórios e de exclusão.

O último levantamento da Secretaria da Educação em 2016 constatou 358 registros de matrícula com nome social no Sistema de Cadastro de Alunos (regulamentados por Decreto Estadual 55.588/10, Deliberação do CEE nº 125/14 e Resolução SE nº 45 de 2014). Em comparação com o ano de 2015, observa-se um aumento de 51% (com relação à modalidade de ensino, 66% das/dos estudantes estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 34% nos ensinos Fundamental e Médio Regular).

Os alunos **imigrantes** também são atendidos pela rede estadual. De 2010 a 2016 houve um aumento de 53% de matrículas dessa população. Em 2016, as matrículas totalizaram 8.278, destacando-se maior movimento as Diretorias de Ensino: Centro, Leste 1, Leste 5, Norte 1, Norte 2 e Caieiras.

Ações 5160 e 5759 – Remuneração e Encargos dos Servidores - EF e EM – FUNDEB e Ações 5161 e 5757 – Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério – EF e EM

As ações acima referem-se ao registro das despesas com os funcionários e servidores em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e médio público, vinculadas aos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, abrangidas especialmente pela **política salarial e de carreira** e pela **adequação de quadros**. No PPA, o produto correspondente é o "Ensino Médio e Ensino Fundamental Oferecido aos Alunos", monitorado pelo indicador "Número de Matrículas no Ensino Fundamental da Rede Estadual".

No que diz respeito à política salarial, cabe registrar que ela acontece ainda que a aplicação de aumentos e/ou correções salariais não ocorram; no caso do Quadro do Magistério, um importante mecanismo de melhoria de remuneração é a evolução funcional, que acontece pelas vias "acadêmica" e "não acadêmica"[4].
A **evolução funcional acadêmica**[5] se refere à evolução de nível[6] do profissional que busca aprimorar seu conhecimento por meio de mestrado ou doutorado cujo conteúdo tenha, como objeto principal, sua área/disciplina de atuação no Magistério Paulista. Até novembro, 1.585 professores (PEB I e II), Supervisores de Ensino e Diretores de Escola foram favorecidos.

Por sua vez, a **evolução funcional não acadêmica**[7] se refere à passagem de nível para outro imediatamente superior da tabela de vencimentos, valorizando o servidor que busca, entre os interstícios previstos na legislação, aperfeiçoar-se, atualizar-se, produzir artigos voltados para seu trabalho. Até novembro, 17.899 membros do Quadro de Magistério fizeram essa transição.

Quanto à adequação de quadros, relacionada à garantia da atuação do professor em sala de aula, a SEE adotou duas medidas principais: A primeira foi o concurso público do Professor de Educação Básica II, que contou com autorização governamental, em outubro, de 20.895 cargos, com 12 mil nomeações previstas até o fim de 2016. A segunda foi a implantação de um conjunto de ações de otimização do quadro docente, dentre as quais se destacam:

1. Atribuição de aulas para docentes das categorias não-efetivos (Categorias P/N/F) cumprindo horas de permanência;
2. Levantamento de docentes contratados pela LC 1093/2009 (Categoria "O"), que se encontram em Interrupção de Exercício, ou seja, com contrato ativo, mas sem aulas atribuídas;
3. Utilização de docentes portadores de diploma de Pedagogia (263-X) ou Curso Normal Superior (550-2);
4. Atribuição de aulas eventuais aos 32.290 docentes Categoria "S" ativos, porém, sem registro de aulas eventuais ministradas nos últimos dois meses; e
5. Contratos autorizados: 500 Professores de Educação Básica I e 1.500 Professores de Educação Básica II, cuja distribuição foi realizada depois de criterioso estudo e acompanhamento às Diretoria de Ensino.

Houve também processo seletivo simplificados para os quadros que atuam na escola: no caso do **Agente de Organização Escolar**, a autorização governamental foi de 122 vagas para unidades escolares recém-inauguradas e 990 vagas para o Processo Seletivo; no caso do **Agente de Serviços Escolares**, foram 92 vagas para unidades escolares recém-inauguradas e 71 vagas para o Processo Seletivo.

Ação 5743 - Ler e Escrever

Compõe essa ação: a execução de ações pedagógicas e de gestão escolar do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; a elaboração de materiais didáticos; a avaliação em Língua Portuguesa e Matemática; a elaboração de orientações curriculares das disciplinas de Ciências da Natureza e

[4] A progressão também existe para os servidores do QAE – Quadro de Apoio Escolar e para o QSE – Quadro de Servidores da Educação. Um total de 5.706 servidores, entres oficiais administrativos, executivos públicos, analistas administrativos e agentes de organização escolar foram beneficiados.
[5] Prevista nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 836, de 27 de dezembro de 1997.
[6] Para os Níveis IV ou V.
[7] Prevista nos artigos 21 a 24, da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 958, de 13 de setembro de 2004 e Lei Complementar nª 1.143, de 11 de julho de 2011.

Humanas, Educação Física e Arte; e a realização de parcerias com as demais esferas de governo e instituições públicas e privadas, incluindo a concessão de bolsas a alunos de licenciatura[8].

Ela se refere ao produto "Intervenção pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental" do PPA, monitorado pelo número de alunos atendidos pelo "Programa Ler E Escrever", os quais, em 2016, chegaram a 1.373.400 (sendo, aproximadamente 46% na rede estadual e 64% na rede municipal de ensino, distribuídos em 366 municípios conveniados).

Quanto ao Programa Ler e Escrever, ele é um conjunto de ações articuladas que inclui formação de docentes, acompanhamento das práticas de ensino/aprendizagem e elaboração/impressão de materiais pedagógicos. Sua meta é alfabetizar todas as crianças com até sete anos de idade, entendendo que o domínio da escrita alfabética é fundamental para o processo de aprendizagem futuro. Isso não significa, no entanto, que suas ações sejam restritas à "Leitura e Escrita", o programa também contempla a aquisição dos conceitos matemáticos ("EMAI – Educação Matemáticas para os Anos Iniciais") e das demais disciplinas que integram o Currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (História, Geografia e Ciências). Ao longo de 2016 é importante registrar as seguintes ações:

- Distribuição de 3.299.264 de materiais de Língua Portuguesa do Programa Ler e Escrever e de Matemática do Projeto EMAI entregues à Rede estadual e aos municípios conveniados; e disponibilização na Intranet do material Projeto Memórias, Caminhos e Descobertas – Sociedade e Natureza com Guia de Planejamento e Orientações ao Professores das áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas; e
- Formações realizadas por meio de videoconferências para público alvo composto principalmente por profissionais dos anos iniciais do ensino fundamental. Aproximadamente, de um total de 34 videoconferências, participaram 29.300 profissionais

Ação 5745 – Atendimento a Jovens e Adultos na Educação Básica - EJA

A Educação de Jovens e Adultos-EJA da rede estadual de ensino é uma modalidade de ensino destinada a todos aqueles que não concluíram seus estudos na idade adequada. Essa ação contempla o atendimento, nas escolas da rede estadual e em classes que funcionam nos prédios das unidades do sistema prisional da demanda, de jovens e adultos que ainda não foram alfabetizados ou não estudaram na idade regular; realização de exames para certificação, parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas para desenvolvimento de ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos. No PPA, o respectivo produto é "Atendimento a Jovens e Adultos, Incluindo População do Sistema Penitenciário", com monitoramento pelo indicador "Número de Classes de EJA Ofertadas para o Sistema Prisional".

O atendimento é organizado nas três formas descritas a seguir. Na **EJA Presencial** (presença obrigatória), o aluno participa diariamente das aulas específicas oferecidas nas escolas regulares da rede estadual. A **EJA de Presença Flexível** é ofertada nos Centros Estaduais de Educação de Jovens de adultos CEEJA; nesse formato, a matrícula é por disciplina e a duração depende da disponibilidade de tempo e ritmo de aprendizagem do aluno. No ato da matricula, o aluno recebe individualmente orientações e roteiros de estudo, elaborados pelo professor que o acompanhará, com base nos materiais didáticos disponibilizados pela rede estadual de ensino. É importante considerar, no trabalho pedagógico com jovens e adultos, as especificidades desse público, composto por alunos trabalhadores, com diferentes perfis e diferentes faixas etárias e com ritmos de aprendizagem também distintos. Há também o **EJA no Sistema Penitenciário**, cujas salas de aula estão em unidades prisionais, mas são vinculadas à uma escola regular da rede estadual.

Em 2016, foram cerca de 300.000 alunos matriculados no EJA e aulas ministradas por aproximadamente 18.300 docentes distribuídos em: (i) classes mantidas nas 1.137 escolas estaduais, de presença obrigatória e diária para os alunos; (ii)31 CEEJA, com atendimento individualizado e presença flexível e (iii) 139 unidades prisionais com classes são multisseriadas e frequência semi-presencial.

[8] Cabe mencionar que em 2016 não foi dada continuidade ao Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização.

Ação 5998 – Centro de Estudos de Línguas – CELs.

A ação Centro de Estudos de Línguas - CELs trata do acesso aos alunos da rede estadual de ensino, a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, a uma língua estrangeira, como forma de expressão linguística, enriquecimento curricular e conhecimento de outras culturas, com o estabelecimento de parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas. Está ligada ao produto "Ensino de Idiomas Oferecido aos Alunos" no PPA, monitorado através do "Número de Matrículas nos CEL". Além do estudo da língua estrangeira, os estudantes ampliam sua formação cultural, explorando nas aulas os costumes de outros países. A oferta dos cursos atende uma necessidade do mercado de trabalho, aumentando as chances de inserção profissional para os alunos.

A sua execução é descentralizada e as Diretorias de Ensino são responsáveis pela gestão dos CELs. As 213 unidades disponibilizam cursos de inglês, espanhol, francês, alemão, italiano, japonês, conforme a demanda de cada região. Em 2016, foram atendidos 59.461 alunos, em 2.610 classes.

Ação 6136 – Educação Integral

Garantir educação integral aos alunos significa, segundo o currículo paulista, investir no "desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e socioemocionais, como as capacidades de resolver problemas, de trabalhar em 'grupo, de continuar aprendendo e de agir de modo cooperativo, pertinentes em situações complexas".

Embora a expansão do tempo de permanência na escola não seja condição suficiente e necessária para assegurar a educação integral, a SEE tem investido na ampliação e/ou na extensão do tempo de permanência dos alunos na escola ou em atividades correlacionadas ao Currículo.

Com foco na implantação dos princípios da Educação Integral, essa ação se refere à oferta de diferentes iniciativas de ampliação da jornada escolar. Compreende: Programa Ensino Integral (PEI); Escolas de Tempo Integral (ETI) e VENCE. Tem correspondência no PPA com o produto "Educação em Tempo Integral Oferecida aos Alunos" do PPA, "monitorado pelo "Número de Escolas que possuem Jornada de 07 Horas ou Mais". A LOA 2016 abrange também nesta ação as iniciativas Programas Mais Educação e PROEMI – Ensino Médio Inovador - que são programas federais - e o Centro Educacional Paulista, que acabou não sendo implementado. Cabe a observação de que o VENCE está contemplado em outro produto do PPA, a saber "Educação Profissional Articulada com o Ensino Médio Ofertada", entretanto, orçamentariamente, a execução se dá na mesma ação de educação integral.

Nesse sentido, São Paulo tem dois modelos de escolas com propostas que ampliam a jornada diária de escolarização dos estudantes sob as seguintes denominações: Projeto Escola de Tempo Integral (ETI-SP), criado em 2005, abrangendo escolas de ensino fundamental, tanto anos inicias como anos finais; e o Programa de Ensino Integral (PEI), criado em 2011, primeiramente para escolas do ensino médio e que, a partir do ano de 2015, abrange escolas do ensino básico (Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio). Acrescenta-se o Programa VENCE na articulação com o ensino técnico em jornada escolar ampliada.

Atualmente são 230 ETIs, das quais 120 escolas são de Ensino Fundamental – Anos Iniciais; e 110 escolas de Ensino Fundamental – Anos Finais, que atendem a um universo de 48.204 estudantes. A escola tem autonomia para a definição da matriz curricular, que deve estar em sintonia com sua proposta pedagógica e atender as expectativas e os interesses educacionais locais. As Atividades Complementares têm, como temáticas, para os Anos Iniciais a "Hora da Leitura", a "Produção de Texto" e "Experiências Matemáticas"; já nos anos finais, engloba também Língua Estrangeira Moderna. As Oficinas Curriculares se dão nas áreas de Atividades Artísticas; Atividades Esportivas e Motoras; Educação Financeira/Educação Fiscal; Tecnologia e Sociedade; Qualidade de Vida; Sexualidade; Espaços Educadores; Educação para o Trânsito; Educação das Atividades Étnico-raciais; Educação em Direitos Humanos.

Já o Programa Ensino Integral (PEI) foi criado com o objetivo de assegurar a formação de jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um novo modelo de escola. Entre outras características, prevê jornada integral de alunos e professores, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicação Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa. Essa estrutura visa proporcionar aos estudantes as condições necessárias para planejarem e desenvolverem seu Projeto de Vida e tornarem-se protagonistas de sua formação. No que diz respeito aos Anos Iniciais do ensino fundamental, o

Programa se baseia em princípios educativos e premissas que orientam as ações da escola com vistas ao desenvolvimento integral do educando, por meio de uma formação humanística e cultural que propicie aprendizagens para que estes possam atuar autonomamente na escola e na sociedade, orientados por valores como respeito, solidariedade, tolerância e perseverança.

Em 2016, foram matriculados 98.808 alunos nas escolas que desenvolvem o PEI. Os números abaixo evidenciam o esforço da SEE na implantação da Educação Integral:

Número de escolas do PEI por ano de implantação

Ano de Adesão da Escola	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio	Híbridas EF+EM	Total por ano
2012			16		16
2013		21	30	2	53
2014		37	26	50	113
2015	17	28	11	19	75
2016	8	8	8	16	40
2017	0	0	12	0	12
Total por segmento	**25**	**94**	**91**	**87**	**309**

O programa **VENCE** é uma iniciativa organizada nas modalidades integrado e concomitante, que busca articular o Ensino Médio à educação profissional. O VENCE Integrado é voltado aos concluintes do Ensino Fundamental que cursam a 1ª série do Ensino Médio na Rede estadual; assim, o aluno tem sua formação básica e sua formação técnica sob uma única matriz curricular. Essa modalidade é oferecida em parceria com o Centro Paula Souza. O VENCE Concomitante tem como público-alvo os alunos da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio e da EJA (Educação de Jovens e Adultos); o estudante frequenta o Ensino Médio na Rede estadual em um período e faz o curso técnico em uma instituição credenciada em outro.

Em 2016, o foco das ações foi o acompanhamento dos cursos em andamento, iniciados em 2015 com ênfase no aumento do índice de conclusão dos cursos, são 1.749 alunos nesse contexto. O programa vem sendo executado sob um modelo de gestão compartilhada entre Administração Central e Diretorias de Ensino.

Ação 6168 – Provisão de Material Didático e de Apoio Pedagógico para a Educação Básica

Essa ação trata da elaboração e impressão de materiais didáticos-pedagógicos, textos legais e guias de apoio ao planejamento; impressão e aplicação de provas para avaliar a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a ação dos professores; implementação de ações pedagógicas voltadas ao atendimento individualizado do estudante. Corresponde ao produto “Materiais e Recursos Didático-Pedagógicos Disponibilizados” do PPA.

Para apoiar os professores e os alunos no desenvolvimento do Currículo, a SEE elaborou materiais de apoio - Cadernos do Professor e do Aluno - em que são apresentadas Situações de Aprendizagem ou Sequências Didáticas, organizadas por componente curricular, bimestre, ano e série. Os Cadernos orientam a gestão da aprendizagem em sala de aula, oferecendo sugestões de metodologias e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares e, ainda, sugestões para a avaliação e a recuperação.

A equipe escolar também pode se utilizar do material chamado “Matriz da Avaliação em Processo”, que objetiva subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas durante desenvolvimento do Currículo em sala de aula.

Para apoiar o Professor Coordenador e o Supervisor de Ensino em suas práticas, o Caderno do Gestor apresenta conteúdos que versam sobre currículo, planejamento e avaliação. Em síntese, esses materiais pretendem orientar esses profissionais para que possam apoiar a equipe escolar na elaboração e implementação da proposta pedagógica de cada escola.

Em 2016, foram entregues à Rede estadual 62.347.427 do Programa São Paulo faz Escola e 288.768 impressões da Matriz de Avaliação em Processo.

Ação 6169 – Implementação de Currículo Adequado a Cada Etapa do Ensino

Esta ação contempla a participação dos alunos em atividades complementares como visitas a museus, idas ao teatro e atuação em olimpíadas, visando o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem; inclui despesas com transporte, lanche, aquisição de DVDs e materiais de apoio. No PPA, ela está relacionada ao produto "Atividades Complementares de Enriquecimento do Processo de Ensino-Aprendizagem", sendo monitorado pelo indicador "Número de Alunos participantes em Projetos de Enriquecimento Curricular". Com contabilização, em 2016, da participação de 918.344 alunos, especialmente dos jogos escolares do estado de São Paulo e Feira de Ciências.

As iniciativas previstas nos anos anteriores nesta ação orçamentária, Escola Virtual - EVESP e Currículo+ passaram a ter ações próprias, 6203 e 6208, respectivamente, no Programa 0800.

Ação 6177 – Avaliação e Monitoramento do Sistema Educacional Paulista

A ação destina-se a instituição de mecanismos integrados de monitoramento e avaliação de projetos e programas de suporte ao ensino oferecidos pelo sistema educacional público, Censo Escolar e avaliação do rendimento escolar de alunos da rede estadual e municipal, por intermédio de diferentes instrumentos e metodologias, que permitam aferir os resultados da ação educativa, os benefícios promovidos e as oportunidades de melhorias. O produto relacionado no PPA é a "Rede Estadual Regularmente Avaliada e Monitorada", contando como indicador o "Percentual de Alunos que Realizaram a Prova do SARESP no Total das Séries em que se realizaram as provas na Rede Estadual".

As diretrizes definidas para a gestão 2016-2018 apontam que "a aprendizagem é o centro da atividade escolar". Nesse contexto, os processos avaliativos e seus resultados são de fundamental importância, permitindo, por um lado, que os alunos e seus responsáveis conheçam e acompanhem o desenvolvimento da aprendizagem; e, por outro, que os professores revejam e aperfeiçoem sua prática docente. Segundo esse referencial, a SEE vem investindo em diferentes estratégias para avaliação e divulgação dos resultados a diferentes públicos, como acontece com a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP e da Avaliação da Aprendizagem em Processo - AAP.

No SARESP, é avaliado o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Redação e participam alunos do 3º, 5º, 7º (por amostragem) e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio[9]. Os resultados da avaliação aplicada no ano de 2015 e divulgados em 2016 mostram que todas as metas da SEE foram superadas; 78% das escolas melhoraram seu IDESP10; e 70% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. Na edição de 2016 estava prevista a avaliação de cerca de 1.133.626 alunos da Rede Estadual de Ensino; 22.873 alunos do Centro Paula Souza; 101.123 alunos das 153 redes municipais e 2.870 alunos das 29 Escolas Particulares, totalizando 1.260.492 alunos. A participação efetiva será divulgada em 2017.

Para realizar ajustes pedagógicos durante o ano letivo as escolas se utilizam dos resultados da (AAP) que são elaboradas com base nas Matrizes de Avaliação Processual, e são aplicadas ao final dos três primeiros bimestres letivos para todos os anos/séries, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. De caráter exclusivamente diagnóstico, as AAP constituem-se em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos das competências e habilidades desenvolvidas. Em 2016, aconteceu a 13ª edição da AAP.

No intuito de estimular e apoiar as Diretorias de Ensino e as equipes escolares no uso efetivo dos resultados do SARESP e das AAPs para o (re)direcionamento das práticas de gestão escolar e pedagógica, a SEE elaborou, em 2015, a Plataforma Foco Aprendizagem[11]. Essa tecnologia permite consultar os respectivos resultados nos componentes curriculares, em cada ano/série, avaliados em termos das competências e habilidades consolidadas (ou não) pelos alunos. Oferece, ainda, recursos

[9] Nos dias 29 e 30/11 foram avaliados os alunos de 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática (itens objetivos).

[10] O IDESP é um indicador de qualidade dos anos iniciais (1ª a 5ª séries) e finais (6ª a 9ª anos) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No cálculo do IDESP, consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos no SARESP e o fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono).

[11] A plataforma Foco Aprendizagem tem suas despesas realizadas através da ação 6173 - Modernização e Manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares do programa 815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica.

que informam todos os indicadores que compõem o IDESP da escola, com visualizações e análises históricas; e indicação dos pontos críticos de Língua Portuguesa/ Matemática, que demandam maior atenção do professor. A plataforma ainda promove a articulação com materiais pedagógicos específicos para nortear o planejamento escolar. Atualmente, encontra-se em andamento o desenvolvimento das fases de visão consolidada de dados para a Diretoria de Ensino, para a Rede e o módulo de clusters (ferramenta interativa que possibilitará análise de desempenho em grupos de escolas com características semelhantes).

Convém ressaltar que, no ano de 2016, foram publicados os resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica calculados a partir do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica. O estado de São Paulo apresentou avanço nos três ciclos avaliados. Nos Anos Iniciais (1º ao 5º do EF), São Paulo ocupa o 1º lugar no país, passando de 5,7 em 2013 para 6,4 em 2015. A média é superior à meta estabelecida pelo Governo Federal para o ano de 2019, que é de 6,3. Nos Anos Finais (6º ao 9º do EF), os alunos da rede estadual paulista avançaram de 4,4 para 4,7. O resultado é superior ao verificado para o Brasil, que é 4,2. No Ensino Médio, ciclo que reúne os maiores desafios dos educadores de todo mundo, São Paulo também apresentou crescimento na média. Os estudantes saíram de 3,7 para 3,9.

Ação 6203 - Iniciativas Pedagógicas Mediadas por TI

Esta ação se caracteriza pela oferta de cursos e outras iniciativas pedagógicas mediadas por tecnologias de informação e comunicação, por meio da EVESP - Escola Virtual do Estado de São Paulo, ampliando as possibilidades de ensino-aprendizagem ofertadas aos alunos. No PPA, se relaciona com o produto “Educação A Distância Disponibilizada aos Alunos” e é monitorado pelo “Número de Cursos à Distância ofertados.

A EVESP - Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo, criada em 2011 por meio do Decreto nº 57.011, destina-se a oferecer programas educacionais regulares, especiais e de capacitação em situações que requeiram atendimento a necessidades de grupos específicos da população.

Em 2016, foram disponibilizados quatro cursos na plataforma AVA-EVESP: Inglês Online, Libras Online, Pré-Universitário Online e Defesa Civil: A Aventura. Os cursos tiveram 92.451 alunos inscritos. Os alunos da rede estadual, mesmo que já tenham concluído os estudos, podem se matricular nos cursos. Estes cursos também estão acessíveis para alunos com deficiência auditiva e visual.

Ação 6208 - Currículo+ e Acessa Escola

Essa ação tem por objetivo a disponibilização de plataformas, materiais, conteúdos e recursos pedagógicos digitais articulados ao Currículo Oficial; e a elaboração de materiais de apoio ao professor e modelos de infraestrutura de TI (Acessa Escola e novos modelos de acesso móvel em sala de aula). A mesma é contemplada no produto do PPA “Materiais e Recursos Tecnológicos de Uso Pedagógico”, monitorado pelo “Número de Acessos à Plataforma Currículo+”.

O Currículo+ é um recurso pedagógico baseado na gamificação[12] para inspirar práticas inovadoras em sala de aula a fim de promover maior motivação, engajamento e participação dos alunos com o processo educativo. São conteúdos digitais (vídeos, videoaulas, jogos, animações, simuladores e infográficos), articulados com o Currículo do Estado de São Paulo, disponibilizados por meio de um processo de curadoria realizado por uma equipe composta por Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico e representantes de todos os níveis de ensino e disciplinas do Currículo. Devido à sua importância no engajamento de professores para o uso de tecnologias em sala de aula, passou a fazer parte do Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado de São Paulo com ação orçamentária própria.

A plataforma do Currículo+ pode ser acessada por qualquer dispositivo conectado à internet, principalmente nas 4.234 escolas da rede estadual que tem os espaços das salas ambiente de informática do Acessa-Escola. Desde o seu lançamento em 2014 até 2016, foram registradas

[12] *Gamificação* é a aplicação de elementos e mecânicas de design de jogos em outros contextos, tais como estratégias de marketing para engajamento do público-alvo nas campanhas e em ambientes empresariais, para engajar os funcionários. Na área da Educação tem sido considerada estratégia importante para melhorar a motivação e a participação dos alunos.

2.960.892 sessões no Currículo+ e 14.361.754 páginas visualizadas, somando 2.535 objetos digitais de aprendizagem e 40 atividades.

Nesta iniciativa também está contemplado o projeto Aventuras Currículo+ que tem como foco as competências e habilidades relativas à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos previamente diagnosticadas, ainda não consolidadas pelos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e pelos alunos do Ensino Médio. Este projeto esteve disponível para todas as escolas da Rede no ano de 2016 com acesso de 8.103 professores e 102.208 alunos.

Programa 0805 - Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil

O Programa 805 tem por objetivo promover parcerias e ações de cooperação, tendo como base a matriz curricular, integrando escolas, comunidades e diversos segmentos da sociedade civil, especialmente instituições de ensino superior, para a execução de projetos que concorram para a redução das vulnerabilidades das comunidades intra e extraescolares, visando a autonomia das escolas e a melhoria da qualidade da educação básica. Nele se encontra as ações do Programa Escola da Família.

Ação 5146 – Escola da Família

Conquistas importantes na aproximação entre os pais e a escola estão sendo construídas com a "Escola da Família", que surgiu do reconhecimento de que, em diversas regiões do Estado, as escolas públicas constituem o principal – ou, muitas vezes, o único - equipamento público, em especial nas localidades em que existem poucas ou nenhuma opção de lazer e cultura. Criado em 2003, o programa contemplado nesta ação proporciona a abertura de escolas da rede estadual aos finais de semana, permitindo utilizar de maneira democrática e responsável o ambiente escolar, disseminar valores fundamentais de convivência social solidária e prevenir comportamentos geradores de violência. Cada escola organiza as atividades dentro de quatro eixos: Esporte, Cultura, Saúde e Trabalho; e conta, para sua consecução, com o apoio dos "Educadores Universitários", estudantes que dedicam seus finais de semana ao programa e, em contrapartida, têm seus estudos custeados pelo programa Bolsa Universidade, realizado em convênio com instituições particulares de Ensino Superior. Há, também, a atuação do voluntário, que pode oferecer atividades como cursos e oficinas de artesanato, ensino de línguas, música e esporte, entre outras. Relaciona-se com o produto "Escola Aberta à Comunidade" do PPA, com monitoramento pelo indicador "Número de Escolas com Ações do Programa Escola da Família".

Há o esforço de tornar as 2.178 escolas estaduais e 126 escolas municipais que hoje participam do Programa em um local privilegiado para construção de uma cultura de paz e de inclusão social, tendo como foco o respeito à pluralidade cultural e a uma política de prevenção que concorra para uma qualidade de vida cada vez melhor. Estão envolvidos Vice-Diretores, Professores Articuladores, Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico, Supervisores de Ensino, comunidade intra e extraescolar, 11.001 voluntários e 11.529 mil universitários. Esses últimos em contrapartida à participação nas ações Escola da Família se beneficiam do programa de concessão de bolsas - Programa Bolsa Universidade - realizado em convênio com 117 instituições particulares de Ensino Superior para custear seus estudos. Durante o ano de 2016, foram realizadas pela Coordenação Geral (Secretaria de Educação-CGEB e FDE) sete videoconferências para esse público[13].

[13] Ainda no contexto do Programa 805, é importante mencionar a Gestão Democrática e os Professores Mediadores. O **Projeto Gestão Democrática**, criado em 2016, tem como principal eixo de atuação o aprimoramento e a implementação de ações de gestão participativa no ensino estadual paulista, nos diferentes espaços de deliberação já existentes: Grêmio Estudantil, Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres. Além de ampliar a escuta da rede, da comunidade educacional e da sociedade, o projeto tem como objetivo a construção de um dispositivo legal, com a perspectiva de fortalecer as relações democráticas nas unidades do sistema de ensino público paulista. A execução do Projeto prevê a realização de 4 etapas: Diagnóstico, Encontros Locais e Regionais e Encontro Estadual, sendo que em 2016 foi concluído a etapa diagnostica, com a realização de 105 grupos de escuta envolvendo mais de 2.700 pais, alunos, professores e servidores e um questionário para o mesmo público, que contou com a participação de aproximadamente 437 mil respondentes. A escola tem recebido também um grande apoio de docentes que atuam como **Professores Mediadores** nas relações interpessoais internas e com a comunidade externa. Trata-se de função criada em 2011 e que privilegia práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar, a partir da análise e do entendimento dos fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos. Atualmente são 3.253 profissionais exercendo esta atividade na rede estadual.

Programa 0808 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação

O programa busca realizar a expansão de competências e habilidades dos profissionais, incentivando o aprendizado e a implementação de metodologias pedagógicas e práticas de gestão inovadoras e adequadas ao contexto dos alunos, para a evolução da qualidade da educação. Também visa desenvolver projetos e ações para saúde e qualidade de vida dos profissionais, através de parcerias com secretarias de estado e instituições afins.

Ação 6175 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Faz parte desta ação: 1) a formação adequada de profissionais da Secretaria da Educação (QM-Quadro do Magistério; QAE-Quadro de Apoio Escolar e QSE-Quadro Secretaria da Educação), com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar as competências, inclusive em relação ao perfil de liderança; 2) a concessão de bolsas de estudos aos ocupantes de cargo efetivo; 3) o desenvolvimento de estudos avançados em formação continuada *lato e stricto* sensu e demais ações de apoio aos programas que garantam a formação adequada; e 4) a implementação de programas de acompanhamento e avaliação da gestão administrativa e pedagógica para fins de promoção. No PPA, ela está representada no produto "Desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional de educadores", tendo o "Número de Capacitações realizadas por Iniciativa da SEE" como indicador.

Ao longo de 2016, a SEE manteve sua proposta de enfatizar o Ensino à Distância como estratégia de formação continuada dos respectivos quadros, por meio de cursos organizados em três eixos:

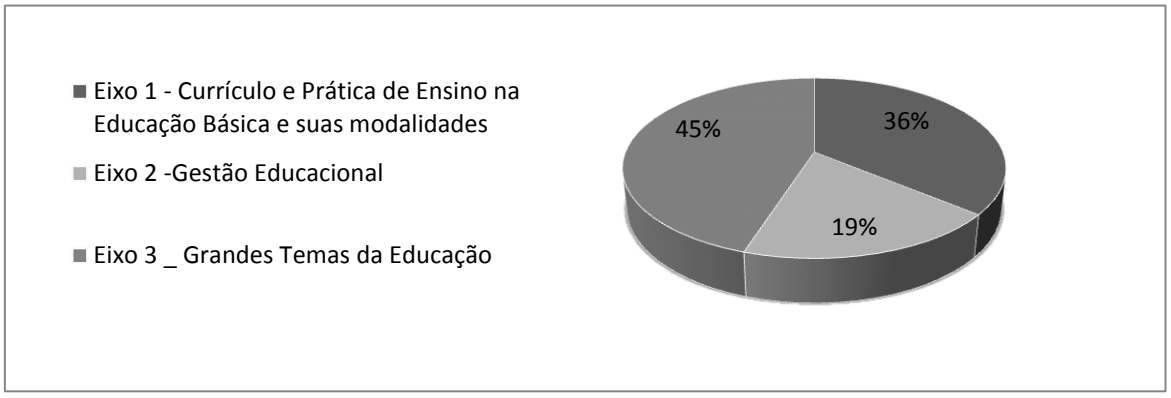
Eixos e temas dos cursos ofertados pela EFAP em 2016

Eixos	Temas	
I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades	Linguagens e Códigos	
	Ciências Humanas	
	Ciências da Natureza	
	Matemática	
II – Gestão Educacional	Gestão Democrática e Participativa	
	Gestão Pedagógica	
	Gestão de Pessoas	
	Gestão de Resultados Educacionais	
	Gestão de Recursos (Didáticos, Físicos, Orçamentários, Financeiros e Materiais)	
III – Grandes Temas da Educação	Currículo	Liderança
	Avaliação	Cultura Inclusiva
	Cultura Digital	Temas Transversais (SEE-SP, PCN e DCN)

Os cursistas atendidos, todos professores da Rede, dividiram-se da seguinte forma:

	Número de cursistas	%
Eixo 1 - Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas modalidades	49.452	36%
Eixo 2 -Gestão Educacional	26.123	19%
Eixo 3 _ Grantes Temas da Educação	61.200	45%

Distribuição dos cursistas por eixo



Das inciativas formativas, é válido destacar aquelas que foram desenvolvidas no sentido de fortalecer as políticas pedagógicas da SEE, a saber:

- Curso de ingressantes para PEB I e II;
- Mecanismos de apoio ao processo de recuperação da aprendizagem: Avaliação e recuperação de estudos;
- FOCO APRENDIZAGEM – utilização da plataforma como forma de aprimorar a atuação do professor em sala de aula;
- Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e suas Especificações; e
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores.

Além dos cursos, a EFAP oferece outras oportunidades formativas, que permitem aos profissionais da rede não apenas melhorar seus conhecimentos pedagógicos – sejam eles de ordem prática ou teórica – mas também investir no campo da gestão:

- **MBA – Gestão Empreendedora:** Pós-graduação *latu sensu*, com 20 meses de duração, já na sua 9ª. Edição. Trata-se de iniciativa de formação voltada ao desenvolvimento de uma visão estratégica e de competências gerenciais e de liderança. Desde sua primeira edição, 1.334 diretores e vice-diretores se inscreveram para participar da ação. Em 2016, foram 458 diretores e vice-diretores de escolas beneficiados, em três edições.
- **Programa Mestrado & Doutorado:** É um programa contínuo da Secretaria Estadual de Educação (desde 2003), que tem por finalidade a qualificação, a atualização e o aperfeiçoamento dos profissionais da Rede. O Programa fornece auxílio financeiro para professores que desenvolvem pesquisas em cursos de pós-graduação *stricto sensu,* voltados à disciplina que ensina, ao desenvolvimento de metodologias de ensino e aprendizagem, à gestão e à supervisão escolar. Em 2016, o Programa assistiu a 191 bolsistas; não houve a abertura de novas inscrições.
- **Programa REDEFOR – Educação Especial e Inclusiva:** Com práticas fundamentadas na ética, respeito às diferenças, na solidariedade e no compromisso de todos os profissionais da educação com a aprendizagem, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo propõe uma escola que, além do acesso e permanência, seja inclusiva, democrática e plural e ofereça ensino de qualidade a todos os alunos. Nesse contexto, o Programa Rede São Paulo de Formação Docente (REDEFOR) teve continuidade com o Programa REDEFOR – Educação Especial e Inclusiva – 2013 pelo qual foram ofertadas 1600 vagas em cursos de Especialização em Educação Especial, das quais 1000 vagas foram destinadas aos professores e gestores no curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (444hs) e 600 vagas foram destinadas ao professor e professor coordenador de núcleo pedagógico (PCNP) distribuídas em seis cursos de Educação Especial nas áreas de deficiência auditiva, visual, física, intelectual, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades e/ou superdotação (686hs). As formações tiveram início em 5 de fevereiro de 2014, sendo que o curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi concluído no primeiro semestre de 2015 e os cursos de Educação Especial áreas Específicas tiveram seus términos no primeiro semestre de 2016.

Para a formação à distância a SEE conta com a Rede do Saber (91 ambientes de aprendizagem descentralizados, estúdios e estrutura tecnológica para videoconferência e interação simultânea) e Ambiente Virtual de Aprendizagem para a realização das suas ações de formação.

Ação 6176 – Promoção de Ações voltadas à Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação

A busca constante por um ambiente humanizado é uma das várias preocupações da Qualidade de Vida no Trabalho e, ao longo do ano de 2016, ações específicas da Secretaria da Educação nesse campo também teve impactos positivos. Neste caso, há referência à implantação de ações voltadas à gestão de qualidade de vida dos servidores em parceria com outras Secretarias de Estado e instituições afins, inclusive realização de inspeções médicas para avaliação laborativa dos servidores públicos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e dos candidatos a cargo público posto em concurso pelo Órgão, nos termos da legislação vigente. Correspondente ao produto do PPA "Iniciativas de Promoção à Qualidade de Vida dos Educadores Implementadas", com indicador o "Número De Ações Para Promoção De Saúde E Prevenção De Agravos Dos Profissionais Da Educação", nessa ação destacam-se:

- **Projeto Preparação para Aposentadoria (PPA) -** Programa preparatório para a aposentadoria dos servidores, com o intuito de favorecer o processo de desligamento, de forma orientada, integrada e na direção de uma efetiva realização pessoal.
- **Projeto Interação -** Proposta de proporcionar aos servidores readaptados a melhora no relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho, através de sua integração nas Ações de Qualidade de Vida.
- **Circuito Saúde -** Evento que conta com ações relacionadas à prevenção e promoção a saúde e bem-estar oferecido aos servidores e funcionários dos Órgãos Centrais, como: aferição de pressão arterial; orientação nutricional; testes de glicemia, HIV e hepatite C; avaliação de composição corporal; massagem, acupuntura auricular, hidratação de mãos, limpeza de pele, entre outras.
- **Minuto Saúde -** Vídeos educativos, elaborados em parceria com a Rede do Saber. Tem o objetivo de informar e esclarecer a respeito de diversos assuntos referentes à saúde. Consiste em entrevistas a profissionais da área da saúde, com duração máxima de 10 minutos. Esses vídeos são enviados a todos os servidores do Estado, eletronicamente. Também ficam disponíveis no Youtube para o público em geral. O público-alvo do programa são os servidores (professores e funcionários administrativos) de todo o Estado de São Paulo.

Programa 0815 – Manutenção e Suporte da Educação Básica

O programa 815 visa propiciar condições adequadas para que o direito à educação se concretize, através da disponibilização de meios e instrumentos garantidores do acesso à educação de qualidade e viabilização da permanência dos alunos nas unidades escolares, tais como fornecimento de condições físicas e alimentação adequadas, transporte, kit escolar e recursos de tecnologia da informação nas escolas. Congrega ações importantes para o funcionamento da escola, garantido serviços e infraestrutura; inclui construção de escolas, transporte e alimentação de alunos e disponibilização de recursos tecnológicos.

Ação 2494 – Construção e Ampliação da Rede Física Escolar

A ação 2494 se refere à construção de novos prédios escolares, à ampliação de salas de aula em prédios existentes, a reformas em prédios escolares que demandem serviços de engenharia e responsabilidade técnica, e a obras de adequação para acessibilidade, combate a incêndio e proteção contra descargas atmosféricas em prédios e salas; seu principal objetivo é possibilitar o atendimento escolar dentro dos moldes pedagógicos preconizados na política educacional vigente. Está ligada ao produto do PPA "Estrutura Predial Escolar Adequada", monitorado pelo do número de obras, reformas, ampliações e adequações realizadas.

A Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Gestão de Infraestrutura (DGINF), é responsável, entre outros, por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da Rede física escolar, cujas execuções ficam a cargo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. A FDE elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. No caso das creches, presta suporte técnico para as obras realizadas por meio de convênios com as prefeituras. A Diretoria de Obras e Serviços - DOS, realiza construções, ampliações, adequações e reformas dos prédios escolares e administrativos da SEE.

Entre os principais tipos de obras realizados destacam-se:

- Expansão da rede (construção e ampliação de escolas), aumentando a capacidade de atendimento onde necessário;
- Manutenção dos prédios existentes, incluindo os restauros de edificações tombadas pelo patrimônio histórico e cultural;
- Substituição de prédios e salas;
- Adequação das edificações para atender a programas específicos, como as Escolas de Ensino Integral;
- Melhorias dos prédios (adequação dos prédios quanto à acessibilidade e segurança contra incêndio, bem como a construção de ambientes que não sejam salas de aula, como por exemplo cozinhas e refeitórios);
- Cobertura das quadras de esportes.

O Quadro de intervenções em 2016 apresenta-se da seguinte forma:

Obras FDE

Obras FDE	Licitação	Em andamento	Concluídas	TOTAL
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Obras Novas	0	15	15	30
Ampliação	1	6	3	10
Acessibilidade	20	39	31	90
Cobertura de quadra	1	18	14	33
Reforma	33	163	568	761
Total	**55**	**241**	**631**	**927**

Ação 5810 – Ação Cooperativa Estado - Município para Construções Escolares

A ação 5810 está relacionada as parcerias entre o Estado e os Municípios, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria da Educação, objetivando a construção, ampliação, reforma e/ou adequação de prédios escolares da rede pública, contemplando inclusive creches e demais iniciativas inseridas no programa "Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil". Liga-se ao produto do PPA "Parcerias Estado-Municípios Para Construções Escolares".

O Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC[14] - é desenvolvido pela ação integrada do Governo do Estado com as Prefeituras, por meio de convênios em regime de trabalho solidário no emprego de recursos para a melhoria da escola pública. Tem por objetivo contribuir para a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão.

Já o Programa Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil – PAEM[15]- consiste na realização de convênios com municípios do Estado de São Paulo, mediante parceria, com vistas a propiciar às crianças atendimento em creches, com condições para prosseguimento na pré-escola e no ensino fundamental, tem por finalidade precípua viabilizar a construção de prédios da rede pública municipal, que se destinarão a abrigar unidades de educação Infantil, bem como à aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente.

[14] O Decreto nº 36.546/1993 institui o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares
[15] Decreto nº 57.367/ 2011 institui o Programa Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil

Construções Escolares

Obras Em convênio Prefeitura	Licitação Quantidade	Em andamento Quantidade	Concluídas Quantidade	TOTAL Quantidade
Obras Novas	0	27	8	35
Ampliação	0	10	5	15
Acessibilidade	0	5	3	8
Cobertura de quadra	0	3	0	3
Reforma	0	5	5	10
Total	**0**	**50**	**21**	**71**

Ação 6138 – Conservação, Manutenção e Reparos em Prédios Escolares

A ação 6138 está relacionada aos serviços de conservação, manutenção, reparos e reformas que não demandem serviços de engenharia, a fim de manter os prédios escolares em condições satisfatórias de utilização; intervenções saneadoras, remoção e substituição total ou parcial de partes danificadas de prédios escolares. Tem correspondência com o produto do PPA "Estrutura Predial Escolar Adequada", com monitoramento através do indicador percentual de serviços de manutenção - pequenos reparos - atendidos no total dos serviços solicitados no ano.

Esses serviços ocorrem de maneira direta nas unidades escolares e Diretorias de Ensino. Os recursos financeiros destinados às escolas foram readequados para reforçar a atuação das Diretorias de Ensino, otimizando os serviços contratados, gerando assim economia, em razão do maior volume contratado. Para atender essas atividades, as Diretorias de Ensino e unidades escolares receberam os seguintes recursos:

- **Manutenção Preventiva** – Recurso para Manutenção Preventiva, repassado às Associações de Pais e Mestres – APMs das escolas, até o final do mês de dezembro, por meio de convênio entre as APMs e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, para realizar pequenos reparos de manutenção, pintura e pequenos serviços. Em 2016 foi disponibilizado à Rede Estadual de Ensino o montante de R$ 34.763.000,93.
- **PDDE** – Cada unidade escolar também recebe, anualmente, recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, também repassados às APMs das escolas, pelo Governo Federal, utilizados prioritariamente em reparos de pequenos portes em instalações físicas e equipamentos[16].
- **Unidades Móveis** –atendem aos pedidos dos núcleos de obras das Diretorias de Ensino, realizando visitas e reparos nas unidades escolares. Em 2016, o instrumento operou até meados de setembro, atendendo à 76 Diretorias de Ensino, para as quais foram disponibilizados R$ 20,73 milhões[17].
- **Crédito Direto** - Recursos repassados às Diretorias de Ensino para atendimento às unidades escolares, por meio de contratações efetuadas por pregão eletrônico ou dispensa de licitação devidamente qualificada. Foi disponibilizado à Rede Estadual de Ensino, para o ano de 2016, o valor de R$ 7.010.000,00; e houve a utilização de R$ 6.530.000,00 do valor total disponibilizado.

Desta forma, as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino estão plenamente atendidas com recursos e instrumentos para suprir suas demandas, inclusive aquelas emergenciais, de acordo com as prioridades de cada unidade escolar.

[16] Além da ação 6138, também recebem recursos do PDDE: a ação 6174 – Operação da Rede de Ensino Básico programa 0815; e as ações 6136 – Educação em Tempo Integral e 6169 – Provisão de Recursos para Realização de Atividades Pedagógicas, do programa 0800.

[17] As demais Diretorias de Ensino viveram a seguinte situação: 12 tiveram licitações desertas/fracassadas; e três tiveram licitações consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas, após período de cerca de 6 meses de atendimento.

Ação 5740 – Transporte de Alunos da Educação Básica

O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de atender ao público que não consegue utilizar o sistema regular tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes.

Nesse contexto, a ação 6174 visa o transporte regular de alunos da educação básica, a aquisição de veículos para cessão às prefeituras conveniadas, convênios e parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas, de modo a atendera legislação. Corresponde ao produto do PPA "Transporte Escolar Regular e Especializado Garantido", com monitoramento pelo percentual de alunos da rede estadual transportados.

Em 2016 deixaram de ocorrer as contratações centralizadas via CISE/FDE, que no primeiro semestre ainda foram residuais; o transporte acontece, hoje, pela celebração de convênios com prefeituras ou pela contratação direta por parte da Diretorias de Ensino.

Os números aparecem a seguir:

Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução

Forma de Execução	Número de Alunos
Convênios com os municípios	327.296
Convênio com a EMTU	4.892
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	80.086
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno deficiente	1.665
Passe escolar	28.721

Cabe o esclarecimento de que o convênio com a EMTU diz respeito ao Serviço Especial LIGADO, que oferece transporte diferenciado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, ao custo anual de R$ 115.454.019,90.

No que diz respeito aos valores gastos, duas tabelas ilustram os números que, em ambos os casos, referem-se ao período de 2016-2017. A primeira delas trata dos convênios com os municípios, nas quais a SEE faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida, observe-se, pelos valores, que se chega ao custo aluno/dia, para a SEE, de R$ 8,17.

Valores relativos ao transporte de alunos - repasses

SEE/Prefeitura	Valores nominais	Porcentagem
Repasse SEE	R$ 534.926.654,70	69,40%
Contrapartida das Prefeituras	R$ 286.506.241,30	30,60%
VALOR TOTAL	R$ 821.432.896,00	100%

A contratação descentralizada, nas Diretorias de Ensino, apresenta os seguintes valores:

Valores relativos ao transporte de alunos - modalidade

Modalidade	Número dfe Alunos	Valor Anual Estimado
Transporte Contínuo	80.086	R$ 550.910.575,04
Transporte Especial	1.665	R$ 88.128.555,88
Passe Escolar	28.721	R$ 17.149.659,20

Ação 6172 – Fornecimento de Alimentação Escolar aos alunos da Educação Básica

A ação 6172 se relaciona ao fornecimento de alimentação escolar adequada, suprindo no mínimo o equivalente a 20% das recomendações nutricionais diárias, através da compra e distribuição de gêneros alimentícios, repasse de recursos para o enriquecimento da alimentação e demais ações,

tais como, logística, estocagem, contratação de terceirizados e locação de armazéns e repasse de recursos aos municípios pertencentes ao sistema descentralizado, visando atender às características locais.

Tem correspondência no produto do PPA “Alimentação Escolar Oferecida aos Alunos da Rede Estadual”, com monitoramento realizado pelo acompanhamento do número de alunos atendidos pelo serviço de alimentação escolar.

Para isso, a Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno (DAAA), é responsável pelo gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para os alunos de educação básica da Rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e diretrizes específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado.

No que se refere ao **Sistema Descentralizado**, em 2016 aprofundou-se a movimentação de diminuição de atendimento nesse sistema e ampliação do centralizado; o formato descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a SEE e o município e implica o repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal (através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE), quanto do Governo Estadual, sendo a Prefeitura Municipal responsável pelo gerenciamento direto do Programa (inclusive para as escolas da Rede estadual).

A SEE anualmente renova o termo de anuência pelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nas escolas estaduais localizadas no município; da assinatura desse termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Caso o município opte pela não renovação, a SEE passa a tender os estudantes no sistema centralizado.

Em 2016, o sistema descentralizado abrangeu 1,4 milhões de alunos, em 2.394 unidades escolares e 565 municípios, que gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições; cabe à SEE, realizar a reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos (para escolas novas) e a reposição de utensílios (para as demais); e a reposição de itens destinados ao suporte de atividades da merenda, no âmbito da escola.

Os valores repassados pela SEE aumentaram em 2016, assim como se registra a seguir:

Repasse de recursos na alimentação escolar

Ensino	2015	2016
Regular	R$ 0,50 por aluno/dia	R$ 0,55 por aluno/dia
Integral	R$ 2,00 por aluno/dia	R$ 2,20 por aluno/dia

Os valores repassados pelo governo federal mantiveram-se como em 2015: período regular R$ 0,30; e período integral R$ 1,00.

O **Sistema Centralizado**, em 2016, passou a atender 1,7 milhões de alunos/dia, em 3.005 escolas de 80 municípios, aumento em relação ao ano anterior. Nesse formato, o DAAA planeja e define o cardápio e realiza todas as atividades para a operacionalização do Programa, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE.

Os dados de logística evidenciam o tamanho da operação:

Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no centro de Distribuição de Cajamar	6.000.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	81
Fornecedores de alimentos	36
Quilômetros percorridos por ano (estimativa)	48.560.000

Para permitir uma maior participação das comunidades locais, descentralizar decisões, respeitar a vocação agrícola regional, estimular a aquisição de produtos da safra, incentivar o comércio regional e melhorar os hábitos alimentares, existe o Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar – PEME, que consiste no repasse de verba diretamente para as escolas, destinada à aquisição de alimentos *in natura*, os quais complementam o cardápio padrão. O valor repassado aos municípios foi R$ 0,20 por aluno/dia.

Destacaram-se, na área de Alimentação, as seguintes ações:

- **Sistema SAESP II**: Para aperfeiçoar o controle de gestão do Programa de Alimentação Escolar, neste ano, podemos destacar o aprimoramento das ferramentas de gestão dos estoques das escolas; emissão dos boletos da agricultura familiar (PPAIS); controle de sanitização, bem como o desenvolvimento das ferramentas de situação atípica (impedimentos); cálculo da distribuição por escola; emissão de boletos PED (congelados, refrigerados e pães) com comunicação webservice; e liberação de acesso para as ETECs utilizarem o sistema.
- **Semana da Educação Alimentar**: A semana da educação alimentar acontece anualmente na terceira semana do mês de maio, conforme determinação da Lei 12.230 de 13/01/2006. O tema trabalhado nas escolas em 2016 foi "Resgatando Receitas de Família". Nesta atividade, participam nutricionistas, professores, alunos e toda a comunidade escolar.
- **Atendimento dos alunos com patologias relacionadas à alimentação**: Conforme Resolução CD/FNDE nº26/2016, a Secretaria realiza atendimento nutricional diferenciado aos alunos que apresentam algum tipo de patologia relacionada à alimentação. No ano de 2016, os casos mais recorrentes foram: diabetes, dislipidemia, doença celíaca, intolerância à lactose, alergias alimentares. Desde 2013 já foram atendidos 727 alunos. Somente em 2016, foram atendidos 198 alunos.
- **Continuidade da inclusão de novos produtos (Sistema Centralizado) - Transição para produtos *in natura:*** Aumento de produtos *in natura* ou minimamente processados, conforme recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira e da Resolução CD/FNDE n° 26/2013. Inserção de Feijão Preto, Feijão Branco, Farinha de Mandioca, Carne Moída e Fubá (indígenas). Ainda nesse sentido, a SEE implantou, em outubro de 2016 sob forma experimental, o Projeto "Cozinheiros da Educação". Tal projeto traz a adoção de 10 novas receitas típicas paulista, utilizando os produtos já disponíveis nas despensas das escolas, articulado às técnicas de preparo das receitas advindas de cozinheiros experientes, aproximando a alimentação escolar às refeições servidas em família, fator crucial para a difusão das práticas alimentares saudáveis.
- **Aquisição de gêneros restritos**: Nos últimos 3 anos, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, através de seu Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno vem diminuindo as licitações de produtos enlatados, substituindo-os por outras versões, como o *pouch*[18], os congelados e in natura. Na atualidade, somente continuam a ser licitados na embalagem "lata" os produtos molhos de tomate, sardinha e geleia.
- **Agricultura Familiar**: a) PPAIS (Verba QESE) - 8 chamadas públicas, envolvendo: 6 Diretorias de Ensino, 8 Municípios, 119 Produtores, 2 Cooperativas, 36 produtos (6 frutas, 10 folhas, 16 legumes e 4 temperos). Recurso empregado: aproximadamente R$ 1,5 milhões. / b) PNAE (Recurso Federal) - 4 chamadas públicas (feijão, suco de uva, suco de laranja e leite em pó) canceladas por detecção de sobre preço (estudo ESALQ). Estudos aprofundados acerca da legislação e da execução da Agricultura Familiar, para que, em 2017, sejam realizadas novas chamadas com maior segurança, acuidade, transparência e isonomia.
- **Nutricionistas nas Diretorias de Ensino**: As ferramentas implantadas em 2015 permanecem em uso. Futuramente, planeja-se a inserção das mesmas em uma funcionalidade no SAESP2. Desenvolvimento de Relatório de Visita, com ferramenta para tabulação, voltado às DEs com municípios descentralizados; Realização de duas orientações técnicas com as 91 DEs.

[18] Embalagens plásticas, com soldas laterais, de grande durabilidade e resistência extra e com proteção contra luz e umidade, o que as torna ideais para alimentos.

Ação 6174 – Operação da Rede de Ensino Básico

A ação 6174 se relaciona à aquisição, manutenção e conservação de mobiliário e equipamentos escolares; aquisição de material de consumo, locação de salas de aula; serviços de limpeza; Utilidade pública; taxas municipais; abastecimento de água; projetos e parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas voltados à manutenção das escolas; kit escolar aos alunos. Sua finalidade á a de oferecer suporte adequado, evitando o comprometimento das atividades escolares, e prover recursos materiais, logísticos e financeiros às unidades escolares, e de apoiar o atendimento da demanda, garantir a permanência dos alunos e descentralizar recursos para as unidades escolares.

Corresponde ao produto do PPA "Equipamentos, Mobiliário, Suprimento, Serviços e Kit Escolar", com acompanhamento pelo indicador Percentual de Escolas Atendidas com Reposição de Material Permanente Necessário ao seu Funcionamento

A Secretaria da Educação, por meio da FDE, é responsável pela garantia da infraestrutura básica para a aprendizagem dos alunos, como a aquisição, manutenção e conservação do mobiliário e equipamentos escolares, aquisição de material de consumo e suprimentos. Nesse aspecto, as principais ações em 2016 aparecem a seguir.

Kits de Material Escolar

No início do ano letivo, os mais de 3,7 milhões de alunos da rede pública de ensino paulista recebem um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a SEE. O kit é organizado de acordo com o nível de ensino, e possui modelo e qualidade compatíveis com os melhores produtos encontrados no mercado. Privilegiando a transparência, a FDE disponibiliza consulta pública para pais de alunos e cidadãos em geral que queiram acompanhar a entrega dos materiais, por meio do endereço http://materialescolar.fde.sp.gov.br/2016/2016/consultapublica/Cons_Recebimento.asp .

Em 2016 os números foram os seguintes:

Kits escolares

Kits distribuídos em 2016	
Descrição	**Quantidade**
Ensino Fundamental I	0,7 milhões de kits
Ensino Fundamental II	1,4 milhões de kits
Ensino Médio	1,6 milhões de kits
Total	**3,7 milhões de kits**

Mobiliário

A FDE é responsável pela especificação de todo mobiliário para todos ambientes escolares e administrativos da SEE, bem como sua aquisição e distribuição, seguindo os critérios estabelecidos pela ABNT (NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Mobiliário

Mobiliário escolar distribuído em 2016	
Descrição	**Quantidade**
Conjuntos de mesa e cadeira para alunos	293.872
Conjuntos de mobiliário de professor	757
Mesas acessíveis à pessoa em cadeira de rodas	453
Total	**298.082**

Rede de Suprimentos

Trata-se de um sistema inovador na logística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede são abastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos. Um dos benefícios dessa ferramenta, que conta com 1.233 produtos, é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais. A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entregues diretamente a ela.

Ação 6173 – Modernização e Manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares

A ação 6173 se relaciona a atividades de modernização, ampliação e manutenção de recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação-TIC nos ambientes administrativos e pedagógicos das escolas, incluindo computadores, equipamentos multimídia, impressão e insumos, dispositivos de rede, licenças e atualização de softwares, infraestrutura elétrica e de comunicação; padronização tecnológica nas escolas de forma a melhorar a prestação de serviços de TIC; integração das unidades da rede estadual através da Intragov, oferecendo uma rede dedicada de comunicação de dados, voz e vídeo

Visa atender as necessidades de comunicação de dados, voz e vídeo através da rede intragov e permitir o acesso aos sistemas de informações da secretaria de estado da educação a todos os usuários da rede estadual de ensino; ampliar e modernizar os recursos de tecnologia da informação e comunicação nas áreas administrativas e pedagógicas nas escolas e unidades de capacitação da rede pública estadual.

Corresponde ao produto do PPA “Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação Disponibilizados às Escolas”, monitorado pelo indicador percentual de escolas atendidas pelo conjunto de 4 itens de intervenção de tecnologia: computadores, impressoras, infraestrutura lógica e conexão.

As ações de tecnologia englobam variadas linhas de atuação, entre as quais são destacadas as seguintes:

- **Outsourcing de computadores** - Ação na qual a FDE faz locação de equipamentos para a rede de ensino, incluindo manutenção preventiva, corretiva e permanente de computadores. Atende todas as diretorias de ensino e escolas.
- **Outsourcing de Impressão** - Abrange a disponibilidade de impressoras e suprimentos para uso cotidiano, além do atendimento a projetos especiais, em todas as escolas, DEs e nos órgãos centrais. Inclui a operação de 12.255 impressoras.
- **Rede Intragov** - Infraestrutura de comunicação implantada na rede estadual de ensino e nos demais prédios da SEE, que oferece serviços de transmissão de dados, comunicação de voz, videoconferência e acesso à internet de banda larga. Em 2016, em continuidade à segunda fase do “Projeto de Upgrade dos links”, foram atendidas 2.627 escolas. Para melhoria da conexão das escolas à internet e segurança de navegação, foram adotadas providências para a substituição de firewalls e switches em todas as unidades da rede estadual.
- **VOIP (tecnologia de telefonia sobre IP)** - São 10.596 Pontos de tecnologia VOIP mantidos e/ou instalados em um moderno sistema de telefonia que garante a comunicação entre as diversas coordenadorias, órgãos e instâncias administrativas da SEE e Diretorias de Ensino.
- **Plataformas de ambiente virtual de aprendizagem** – trata-se de disponibilização de infraestrutura e hospedagem da plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem para a EFAP – Escola de Formação de Professores e a EVESP – escola Virtual de Programas Educacionais atendendo a formação de professores e de alunos.

Programa 2826 - Comunicação Social

Os objetivos do programa são: dar publicidade aos atos do governo do estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade; integrar as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual.

Ação 5576 – Publicidade de Utilidade Pública

Essa ação se refere à divulgação das ações, projetos e programas de interesse público que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenham uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado de São Paulo e corresponde ao produto do PPA "Divulgação de Ações de Utilidade Pública".

Em relação a comunicação externa, a Assessoria de Comunicação e Imprensa estruturou e desenvolveu na SEE em 2016 diversas campanhas com foco nos projetos prioritários da Pasta. A estratégia contemplou todas as plataformas de comunicação disponíveis atualmente na secretaria – direcionada para o público interno – e um vasto repertório de materiais e planejamento para o público externo – veículos de imprensa, formadores de opiniões, entre outros. Em média, foram veiculadas por mês 1.315 notícias, sendo 800 em jornais impressos, 125 em emissoras de TV, 210 em rádios e 180 nos portais da internet.

Quando analisada a repercussão e alcance do Portal (www.educacao.sp.gov.br), foram 171 milhões de acessos e mais de 409 milhões de visualizações de páginas. Foram produzidas 1.390 matérias e 141 vídeos reportagens. Nas redes sociais, a página do Facebook possui atualmente 262 mil fãs, o Twitter 61,8 mil seguidores e na conta do Instagram, lançada em agosto, já foram publicadas 213 fotos com um total de mais de 5,4 mil interações.

SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

23000 - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**106.653.718,00**	**77.882.370,95**	**0,00**	**77.882.370,95**	**71.506.774,36**
Pessoal e Encargos Sociais	17.582.066,00	16.558.569,03	0,00	16.558.569,03	16.601.538,34
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	89.071.652,00	61.323.801,92	0,00	61.323.801,92	54.905.236,02
Despesas de Capital	**30,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**106.653.748,00**	**77.882.370,95**	**0,00**	**77.882.370,95**	**71.506.774,36**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

23000 - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**17.678.326,00**	**14.147.842,76**	**0,00**	**14.147.842,76**	**14.097.162,14**
Despesas Correntes	17.678.316,00	14.147.842,76	0,00	14.147.842,76	14.097.162,14
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2301 - Desenvolvimento Técnico para Empreendedorismo e Empregabilidade	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**472.496,02**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	472.496,02
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2302 - Fomento ao Emprego e Renda	**54.898.375,00**	**39.296.299,13**	**0,00**	**39.296.299,13**	**36.182.986,65**
Despesas Correntes	10.496.631,00	9.604.078,36	0,00	9.604.078,36	9.087.252,90
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2308 - Empreendedorismo	**4.532.334,00**	**3.015.844,21**	0,00	**3.015.844,21**	**2.458.416,33**
Despesas Correntes	4.532.334,00	3.015.844,21	0,00	3.015.844,21	2.458.416,33
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2309 - Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade	**26.146.802,00**	**18.912.936,00**	**0,00**	**18.912.936,00**	**16.245.399,79**
Despesas Correntes	26.146.802,00	18.912.936,00	0,00	18.912.936,00	16.245.399,79
Despesas de Capital					
2310 - Qualidade de Vida do Trabalhador Paulista	**3.397.911,00**	**2.509.448,85**	**0,00**	**2.509.448,85**	**2.050.313,43**
Despesas Correntes	3.397.911,00	2.509.448,85	0,00	2.509.448,85	2.050.313,43
Despesa Total	**106.653.748,00**	**77.882.370,95**	**0,00**	**77.882.370,95**	**71.506.774,36**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Conforme Decreto nº 43.422, de 1º de setembro de 1.998, esta Secretaria foi reorganizada e teve a sua denominação alterada para Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Visando melhor cumprir a sua missão, na estrutura da Secretaria, foram criados 160 Postos de Atendimento ao Trabalhador – PATs. Porém no decorrer dos anos, com a execução das atividades da Pasta, foi verificando a necessidade de ampliar o numero inicial e gradativamente foi sendo implantado em outros municípios, chegando ao numero atual de 250 PATs. È através deles que esta Pasta realiza no Estado, o apoio a população trabalhadora e desempregada, onde se desenvolve toda a ação desta Secretaria. Apresentamos a seguir, através dos Programas existentes, o que foi realizado em 2016.

As principais atribuições:

Formular e executar políticas, programas e projetos voltados ao emprego e às relações do trabalho;

Coordenar a implementação das políticas do Sistema Público de Emprego, compreendendo as ações voltadas à ampliação de oportunidades de trabalho, ao estímulo do desenvolvimento de formas alternativas de ocupação e renda, a capacitação, qualificação e requalificação profissional, e à intermediação de mão de obra, e do Sistema de Relações do Trabalho, compreendendo as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho, por meio de orientações procedimentais e gerais aos empregados, empregadores, sindicatos ou associações e da promoção de lazer aos trabalhadores;

Exercer as atividades delegadas pelo Governo Federal;

Formular e executar políticas, programas e projetos voltados ao empreendedorismo.

Programa 2302 – Programa Fomento ao Emprego e Renda

A Coordenação de Políticas de Emprego e Renda - CPER é responsável pelo desenvolvimento e execução de políticas públicas de fomento ao emprego, trabalho e renda, com destaque para a qualificação profissional de trabalhadores.

Ação 4230 – Qualificação Requalificação Profissional do Trabalhador

A ação em tela tem como foco capacitar, qualificar ou requalificar o trabalhador, de preferência desempregado, visando sua inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho. Sendo que o público alvo abrange a população a partir de 16 (dezesseis) anos de idade.

Visando à aderência do programa às reais necessidades do mercado de trabalho paulista, o oferecimento dos cursos do PEQ – Programa Estadual de Qualificação Profissional, nos municípios é definido de acordo com as demandas originárias das Comissões Municipais de Emprego, cotejadas por estudos realizados pelo Observatório do Emprego e do Trabalho.

Para tanto, o Governo do Estado de São Paulo oferece aos participantes do programa bolsa-auxílio no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), e auxílio transporte, no valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais).

Ação 5033 – Time do Emprego

O Time do Emprego tem como foco central a orientação profissional e reorientação de carreira, que tem por objetivo auxiliar trabalhadores desempregados na busca por uma colocação no mercado de trabalho, proporcionando aos participantes a ampliação de seus conhecimentos sobre as diversas formas e condições de buscar um emprego ou criar o próprio posto de trabalho.

Como resultado, o programa recoloca, em média, 70% (setenta por cento) dos participantes no mercado de trabalho, sendo salutar verificar que, ao longo dos 12 (doze) encontros, há uma queda na frequência dos participantes, em decorrência da conquista de uma vaga de emprego.

O Time do Emprego é desenvolvido em parceria com as prefeituras, às quais cabe fornecer o espaço para a realização dos encontros, auxílio transporte e lanche para os participantes, além da disponibilização de dois funcionários, capacitados pela SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, para atuarem como facilitadores.

Os participantes formam um grupo para troca de experiências e durante esses encontros recebem orientações sobre a elaboração de currículo, preparação para entrevista e processos seletivos,

postura, apresentação pessoal e a conhecerem a si mesmos, suas habilidades e competências, a desenvolverem o espírito empreendedor e estabelecerem metas de trabalho e de vida.

Por meio do trabalho, da ação, as pessoas modificam o mundo a realidade onde vivem.

O trabalho, acima de tudo, propicia o desenvolvimento humano e social. Se pudermos nos expressar, contribuir para a construção de um mundi meljor, sentir que estamos fazendo a nossa parte, através de um trabalho, temos a forte sensação de estar cumprindo nossa missão.

Pensando sob esta perspectiva e constatando as transformações que geram diminuição de postos de trabalho em razão da situação econômica, inovações tecnológicas, do alto valor do conhecimento, do maior número de jovens que hoje buscam uma oportunidade no mundo do trabalho o Time do Emprego é um programa que se propõe a apoiar e promover a reintegração do trabalhador.

A meta do Programa Time do Emprego é alcançar o número de 5.000 (cinco) mil participantes e realizar capacitações de novos Facilitadores nas 21 (vinte e uma) Regiões Administrativas subdivididas do Estado de São Paulo.

Nossos resultados no ano de 2015 foram significativos com relação à expansão do Programa no Estado.

Dados do Programa Time do Emprego – 2016

Time do Emprego	
Presente	323 Municípios
Facilitadores	687 foram capacitados

*dados atualizados até 10/12/2016

Cenário Geral – Programa Time do Emprego – 2016

Desempenho do Programa Time do Emprego no Estado

Período: Janeiro à Dezembro de 2016.

Municípios com Adesão ao Programa	Nº Municípios Contemplados	Times Executados	Nº de Facilitadores no Estado	Nº de participantes		Nº de Trabalhadores Inseridos
				Homens	Mulheres	
339	323	491	687	4292	6440	2.219 = 23%
				10.732		

Cenário Geral do Programa Time do Emprego

Mês	Número de Times Executados	Número de Municípios	Número de Inscritos	Número de Participantes	Mulheres	Homens	Número de Inseridos	% de Inseridos
Jan.	18	13	738	390	238	152	24	6%
Fev.	29	17	773	667	406	261	127	21%
Mar.	57	35	1515	1274	752	522	217	19%
Abr.	62	43	1987	1407	881	526	334	27%
Mai.	45	30	1303	942	555	387	215	27%
Jun.	45	32	1413	1050	597	453	240	26%
Jul.	31	27	966	765	409	356	237	34%
Ago.	72	42	1823	1504	931	573	196	15%
Set.	39	27	1194	838	556	282	215	29%
Out.	44	27	1218	874	526	348	134	18%
Nov.	41	25	1224	846	494	352	206	28%
Dez.	8	5	175	175	95	80	74	43%
Total	**491**	**323**	**14329**	**10732**	**6440**	**4292**	**2219**	**23%**

Ação 5044 – Intermediação de Mão-de-obra – IMO

A IMO – Intermediação de Mão-de-obra é uma ação que objetiva o atendimento ao trabalhador, propiciando condições para que o cidadão dê entrada ao seguro-desemprego, receba orientações e encaminhamento ao emprego. O Programa Intermediação de Mão-de-Obra é desenvolvido nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT's instalados nos Municípios do Estado de São Paulo e ligados diretamente à COP - Coordenação de Operações da SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho.

Dados da IMO – Intermediação de Mão-de-obra – 2016

Ano Referência	Número de Vagas Criadas	Novos Inscritos	Encaminhados	Colocados
2016*	208.531	1.055.542	688.230	57.402

*dados atualizados até 10/12/2016

Treinamento e Acompanhamento:

A equipe de Treinamento e Acompanhamento da COP realizou, na sede treinamento do Seguro Desemprego para todos os funcionários dos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT e com todos os 21 (vinte e um) Centros Regionais.

Ação 4248 – Orientação ao Trabalhador

Nesta ação, os trabalhadores que procuram os PATs, recebem orientação relativas aos seus direitos.

Para aqueles trabalhadores que ainda não possuem a carteira de trabalho, são emitidos.

A Carteira de Trabalho é um dos únicos documentos a reproduzir a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Quanto à emissão, pode ser realizada também nos Postos de Atendimento ao Trabalhador que, no Estado de São Paulo, atualmente conta com o número de **225** (duzentos e vinte e cinco) postos e **56** (cinquenta e seis) Poupatempos. Sendo que, portando os documentos necessários o cidadão já sai do referido posto ou poupatempo, portando sua carteira de trabalho.

Dados Carteira de Trabalho – 2016

Ano Referência	Número de Carteiras de Trabalho Emitidas	Número de Trabalhadores Orientados
2016*	969.210	431.027

*dados atualizados até 10/12/2016

Dados Seguro Desemprego – 2016

Ano Referência	Número de Requerentes	Número de Beneficiados
2016*	1.354.289	976.827

*dados atualizados até 10/12/2016

Programa 2308 – Programa Fomento ao Empreendedorismo

Atribuições da Coordenação de Políticas de Empreendedorismo, conforme disposições previstas no Decreto Estadual nº 52.185, de 20 de setembro de 2007.

I - promover a realização de estudos e ações, locais e regionais, que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico através de micro e pequenos empreendimentos;

II - elaborar e promover a execução de planos, programas e projetos de fomento ao auto-emprego, ao associativismo e ao cooperativismo, avaliando os resultados e impactos das ações;

III - estimular o desenvolvimento do empreendedorismo através da qualificação e da oferta de linhas de microcrédito destinadas a micro e a pequenos empreendedores;

IV - colaborar com as administrações municipais em políticas públicas que ofereçam um ambiente favorável ao desenvolvimento do empreendedorismo;

V - planejar e administrar a utilização de recursos financeiros próprios ou oriundos de parcerias, convênios e termos de cooperação celebrados com entidades, instituições e órgãos financiadores, prestando contas a respeito.

A Coordenação de Políticas de Empreendedorismo da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho é responsável pela execução dos programas Banco do Povo Paulista; Escola do Empreendedor Paulista; e Casa Paulista Microcrédito - Banco do Povo Paulista (Habita SP).

Administração de parcerias: responsável pela gestão dos convênios do BPP – Banco do Povo Paulista, firmados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais;

Comitê de Crédito Operacional: responsável pela análise e aprovação das solicitações de financiamentos, refinanciamentos e renegociações;

Sistema de Informação: responsável pelo desenvolvimento e atualização do site do programa e pela geração de relatórios gerenciais;

Seleção & Treinamento: setor de recrutamento e treinamento dos agentes de crédito;

Controladoria: responsável pela auditoria e acompanhamento das Unidades;

Suporte às Unidades: responsável pelo apoio aos agentes de crédito das unidades do Banco do Povo Paulista em todo o Estado.

Ação 4225 – Banco do Povo Paulista

É uma ação de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, através da SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em parceria com as Prefeituras Municipais, visando promover geração de emprego e renda conforme disposições previstas na Lei Estadual nº 9.533, de 30 de abril de 1997 e no Decreto Estadual nº 43.283, de 3 de julho de 1998.

Vale dizer, oferece financiamentos para empreendedores de micros e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, como forma de viabilizar o desenvolvimento social/econômico local, bem como geração de renda e empregos.

A implantação do programa é feita por meio de parcerias com os Municípios, em que o Estado participa com 90% (noventa por cento) dos recursos financeiros para a constituição do Fundo de Investimento de cada Município, seleciona e treina os Agentes de Crédito, gerencia e supervisiona as atividades operacionais da unidade. É de responsabilidade dos Municípios parceiros disponibilizarem o espaço físico, infraestrutura, recursos humanos e manutenção da Unidade local, além da participação financeira de 10% (dez por cento) do Fundo Municipal.

Ademais, tem como público alvo os empreendedores formais ou informais, urbanos e rurais, micro empreendedores individuais, produtores rurais, cooperativas e associações de produção formalmente constituídas.

Por fim, atualmente, 539 (quinhentos e trinta e nove) Municípios são atendidos com o Banco do Povo Paulista, abrangendo cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) do Estado de São Paulo. Para obter o financiamento é necessário, primeiramente, verificar se o município é contemplado com o Banco do Povo Paulista e se o interessado atende aos requisitos exigidos pelo Programa. O empreendedor interessado pode localizar o endereço da unidade mais próxima ou até mesmo solicitar crédito pelo site www.bancodopovo.sp.gov.br.

Requisitos exigidos:

Desenvolver atividade produtiva (formal ou informalmente) nos municípios contemplados pelo BPP – Banco do Povo Paulista;

Se pessoa física, residir no mesmo município há mais de 2 (dois) anos ou possuir negócio há mais de 2 (dois) anos com endereço fixo no município contemplado pelo BPP – Banco do Povo Paulista;

Se pessoa jurídica, não a restrição de tempo de residência;

Ter faturamento bruto de até R$ 360 (trezentos e sessenta) mil, nos últimos 12 (doze) meses;

Não possuir restrições cadastrais no SCPC - (Serviço Central de Proteção ao Crédito), SERASA – (Centralização de Serviços dos Bancos) e CADIN – (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais).

Garantias exigidas:

Avalista (pessoa física, sem restrição cadastral, podendo ser parente de 1º grau); e

Alienação fiduciária (para os itens descritos na modalidade investimento fixos com alienação fiduciária).

Tipos de financiamentos:

Capital de Giro;
Investimento Fixo;
Misto (Capital de Giro + Investimento Fixo).
Linhas de crédito:
Pessoa Física – quem trabalha por conta própria: de R$ 200,00 até R$ 15.000,00;
Pessoa Física – produtor rural: de R$ 200,00 até R$ 20.000,00;
Pessoa Jurídica, incluindo microempreendedor individual: de R$ 200,00 até R$ 20.000,00;
Cooperativas e Associações Produtivas: de R$ 200,00 até R$ 25.000,00.
Taxa de juros e encargos:
Juros pré-fixados de 0,35% ao mês;
Comissão de permanência: 2,5% ao mês (sobre parcela em atraso);
TAC – Taxa de Abertura de Crédito: Isenta;
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras: Isento.

Municípios beneficiados pelo Banco do Povo em 2016

Ano Referência	Quantidade de Municípios CONTEMPLADOS	Quantidade de Municípios DESABILITADOS
2016*	3	6

*dados atualizados até 10/12/2016

Resultado do Banco do Povo – 2016

Ano Referência	Número De Operações	Recursos Emprestados (R$)	Valor Médio Para Empréstimo
2016*	26.147	R$ 162.869.364,45	R$ 6.229,00

*dados atualizados até 10/12/2016

Ação 6104 - Empreendedor Paulista

Conhecido como Escola do Empreendedor Paulista, trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e do Banco do Povo Paulista, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, que visa oferecer conhecimentos que facilitem a gestão de micro negócios.

Os dez cursos básicos da Escola do Empreendedor Paulista têm por objetivo tornar possível que os clientes do Banco do Povo Paulista, em todo o Estado de São Paulo e dos demais Estados do País, recebem noções básicas de como gerir seu empreendimento, potencializando o uso do microcrédito produtivo, orientado para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Tem como público alvo os Microempreendedores urbanos e rurais, formais e informais, clientes ou não do Banco do Povo Paulista e demais interessados.

Por fim, os cursos são oferecidos gratuitamente na modalidade de educação à distância, com a utilização de material impresso, vídeoaulas e, facultativamente, internet (suporte de sistema de gestão da aprendizagem). A matrícula deverá ser efetuada pelo site www.escoladoempreendedor.sp.gov.br.

Item	Qtd.
Kits distribuídos	21.262
Gibis do Empreendedor	16.330

Programa 2309 – Programa de Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade

Atua diretamente com programas sociais, desenvolvendo ações geradoras de emprego e renda para população em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

De uma forma geral, todos os programas desenvolvidos, investem na criação de possibilidades de trabalho, qualificação de mão de obra e recuperação do indivíduo, partindo do princípio que só se atinge uma sociedade mais equilibrada se houver igualdade de oportunidades e condições para todos, de forma ampla e irrestrita.

Ações abrangidas: Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho; Frentes de Trabalho; Aprendiz Paulista; Apoio à Pessoa com Deficiência; Apoio ao Egresso e Selo da Diversidade.

Ação 6109 – Programa Emergencial de Auxílio Desemprego – PEAD – Frentes de Trabalho

A Ação denominada “Frentes de Trabalho”, também conhecida como PEAD “Programa Emergencial de Auxílio Desemprego” foi instituída pela Lei Estadual nº 10.321 de 08, de junho de 1999 e regulamentado pelos Decretos nº 44.034/99; nº 44.731/00; nº 47.765/03 e nº 49.017/04. Com alterações posteriores através das Leis nº 10.618/00; nº 10.852/01 e nº 11.271/02.

Quanto a sua finalidade, visa proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda a parte da população desempregada e em situação de alta vulnerabilidade social.

Para tanto, os bolsistas atendidos prestam serviços auxiliares de interesse da comunidade local, do Município ou do Estado. Sendo que, os bolsistas permanecem por um período máximo de 09 (nove) meses, recebendo mensalmente bolsa-auxílio no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), cesta alimentação no valor de R$ 86,00 (oitenta e seis reais), transporte e cobertura de seguro de acidentes pessoais. A jornada de atividades é de 06 (seis) horas diárias, 04 (quatro) dias por semana e 150 (cento e cinqüenta) horas de qualificação profissional ou alfabetização, quando necessário.

Dados de atendimento em 2016

Benefícios Bolsa Auxílio Pagos	Municípios Atendidos
1.766	50

Ação 6153 Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho

Trata-se de uma ação que, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto nº 44.860, de 27 de abril de 2000, e reformulado pelos Decretos nº 45.761/2001 e nº 53.807/2008, realiza a intermediação entre empresas e jovens, estes entre 16 e 21 anos, buscando oferecer a primeira

experiência profissional no mercado de trabalho, através de um estágio remunerado, cabendo à empresa o valor mínimo de R$ 3,13 (três reais e treze centavos) por hora, e ao Governo o valor fixo de R$ 65,00 (sessenta e cinco reias) mensais.

Ademais, tem como fim reduzir a vulnerabilidade juvenil; oferecer experiência profissional; estimular o interesse pelos estudos; melhorar o desempenho escolar e a autoestima do jovem.

Dados de atendimento em 2016

Jovens Inscritos	Jovens Encaminhados	Vagas Captadas	Jovens Inseridos
35.998	10.423	3.875	3.970

Ação 6107 – Aprendiz Paulista

Ação instituída pelo Decreto nº 54.695, de 20 de agosto de 2009, tem como finalidade proporcionar a inserção do jovem no mercado de trabalho e, por consequência, combater o desemprego que está diretamente ligado à falta de experiência profissional.

Atua sob a coordenação da SERT – (Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho) em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento e em parceria com o Centro Paula Souza, na intermediação entre a busca por um trabalho técnico-profissional e o preenchimento das vagas para aprendizes, ofertadas pelo empregador. Por fim, o custo do Aprendiz Paulista para a empresa é de um salário mínimo/hora e todos os benefícios garantidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Sem contar que além de contribuir com a inserção no mercado de trabalho, a empresa também passa a atender ao disposto no artigo 429, da CLT, o qual estabelece a quota legal mínima de contratação de aprendizes.

Dados de atendimento em 2016

Aprendizes Inscritos	Aprendizes Encaminhados	Vagas Captadas	Aprendizes Inseridos
3.012	1.611	1.632	1.716

Ação 6108 – Apoio à Pessoa com Deficiência

O Apoio à Pessoa com Deficiência tem como objetivo encaminhar trabalhadores com deficiência para oportunidades de emprego, bem como cursos de qualificação profissional.

Ademais, é administrado pela SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, funcionando desde 1995 nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT e nas unidades do Poupa Tempo.

Valioso ressaltar que além de proporcionar às pessoas com deficiência à obtenção e a manutenção do emprego, auxilia no cumprimento do artigo 93, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina cotas de contratação a serem cumpridas pelas empresas.

Dados de atendimento em 2016

Inscritos	Encaminhados	N° De Vagas Que Aceitam Pcd*	N° De Vagas Ex Clusiva Para Pcd*	Inseridos
3.165	15.210	24.517	7.104	1.455

***PCD – Pessoas Com Deficiência**

Ação 6110 – Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

O Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário – PRÓ-EGRESSO, instituído através do Decreto nº 55.125/09 e nº 55.126, ambos de 07 de dezembro de 2009, tem como objetivo a reintegração social do público egresso e pré-egresso, através da preparação dos indivíduos e da criação de oportunidades depois de cumprimento das medidas punitivas.

Vale dizer, tem como público alvo, adolescentes que cumprem medida socioeducativa, egressos do sistema prisional, presos em unidades de regime semi-aberto e apenados com restrição de direitos.

Outros sim, prevê ações conjuntas entre a SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, Secretaria da Administração Penitenciaria e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, oferecendo cursos de qualificação profissional e intermediação de vagas de trabalho para egressos.

Dados de atendimento em 2016

Egressos Inseridos no Mercado de Trabalho	Regime Semi Aberto Atendidos pelo Jornada de Cidadania
205	253

Ação 6111 – Selo Paulista da Diversidade

O Selo Paulista da Diversidade, instituído pelo Decreto n.º 52.080, de 22/08/2007, tem como objetivo promover o destaque a organizações públicas, privadas e da sociedade civil que tenham uma participação efetiva no desenvolvimento de ações em programas, projetos e ações de promoção e valorização da diversidade - seja de etnia, de gênero, cultural etc. em seus ambientes de trabalho e em suas áreas de atuação.

Dentro de uma política pública com acentuada conotação social, tem uma ação específica que visa uma geração mais equilibrada de renda na sociedade. No entanto, a atribuição do selo não deve ser confundida com prêmio. Existe todo um processo técnico-científico aferido por grupo especializado e com a participação da Sociedade Civil, no sentido de conferir autenticidade ao selo, que poderá ser usado pela organização que o receber junto a sua marca, propaganda, embalagens etc.

Ademais, dentro da valorização das diferenças, o Selo da Diversidade busca focar a igualdade racial, o respeito à orientação sexual das pessoas, o gênero e a inclusão profissional de portadores de deficiência.

Por fim, as organizações, privadas, públicas e da sociedade civil, ao adotarem Programa de Diversidade, terão o reconhecimento do Estado mediante a entrega do Selo da Diversidade.

Sendo assim, ao assumir o compromisso e receber o Selo Paulista de Diversidade os envolvidos no processo estarão valorizando o potencial cultural dentro da diversidade no mercado de trabalho.

Dados de atendimento em 2016

Empresas Certificadas
7

Programa 2310 – Programa Qualidade de Vida do Trabalhador Paulista

Ação 4227 - Promoção do Emprego e Trabalho (Conhecido pela população com Trabalho Decente).

Este Programa, (2310) foi criado por ocasião da elaboração do PPA 2016 – 2019, absorveu a ação “Observatório do Emprego e Trabalho”, cujo orçamento até 2015 eram executadas as atividades referentes ao trabalho decente.

Com a criação deste Programa, houve a possibilidade da ação 4227 alterar seu nome para Promoção do Emprego e Trabalho, na qual a partir de 2016, vem sendo desenvolvido o Trabalho Decente.

O programa se trata da aplicação da política do Trabalho Decente, conforme as orientações da Organização Internacional do Trabalho, que visa a execução de ações que tenham como foco a disseminação do conceito de Trabalho Decente em encontros, capacitações e conferências voltados aos jovens, aos representantes sindicais, patronais, gestores públicos e trabalhadores no geral.

O programa também subsidia a execução da Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente que é desenvolvida pela Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente, coordenada pela Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho e formada por secretarias estaduais, sindicatos e federações patronais, sendo a mesma instituída via decreto 59.526/2013 do Governador.

Principais objetivos do Programa do Trabalho Decente são:

- Coordenar a Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente e executar a Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente;
- Diplomar Empresas em Boas Práticas de Trabalho Decente - Selo Social com Creditação Internacional voltado para empresas privadas, que alcancem no mínimo 70% dos indicadores da Organização Internacional do Trabalho, avaliados por auditores treinados.

No ano de 2016 não houve empresas certificadas na Diplomação em Boas Práticas de Trabalho Decente devido ao Decreto Governamental de redução orçamentária que levou a secretaria a estabelecer prioridades de execução e investimento, tendo neste período investido na contratação de pessoal para a readequação do programa.

Contudo, foram realizadas reuniões mensais e semanais dos grupos de trabalho da Comissão Estadual de Trabalho Decente e foi finalizado a Agenda e o Plano Estadual de Trabalho Decente, em consonância as atribuições dispostas no Decreto 59.526/2013 do Governador. Foram realizadas: 17 reuniões da Comissão de Trabalho Decente no ano de 2016.

Foram realizados quatro seminários no ano de 2016:

- Seminário Igualdade de Oportunidades e Trabalho Decente: com o objetivo de deliberar ações prioritárias a partir do debate de 5 grupos temáticos: diversidade sexual (1), pessoas com deficiência (2), raça (3), gênero (4) e imigrantes (5) para construção do plano estadual de trabalho decente. O seminário contou com palestrantes nos diversos temas, além da participação de cerca de 200 (duzentas) pessoas, sendo que cada grupo deliberou cinco propostas de políticas para cada área.
- Mesa redonda Erradicação das Piores Formas de Trabalho realizada no dia 07 de abril de 2016, teve como objetivo construir diálogo e integração entre a Comissão de Trabalho Decente e o poder judiciário do trabalho. O encontro contou com a presença:
- Seminário Economia Solidária e Cooperativismo que contou com a participação de especialistas nos temas a fim de contribuir para o debate e mais de 150 pessoas.
- Evento de comemoração ao Dia Internacional do Trabalho Decente, que recebeu especialistas do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para um WorkShop da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contando com mais de 120 participantes.

Ação 4254 – Comissões de Emprego

Participar da definição das políticas que compõem o Sistema Público de Emprego do Estado de São Paulo, acompanhando e avaliando a sua implementação.

Ações da Cee: Aprovação da Constituição das Comissões Municipais de Emprego;

1- Capacitação das Comissões Municipais de Emprego;

2- Examinar os planos de trabalhos realizados pelas CME's;

3- Adequar a legislação vigente, as normas do CODEFAT;

4- Acompanhar as ações e projetos realizados e implantados pelas CME's**.**

5- Embasar as atividades e ações desenvolvidas pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho são pautadas com base na Comissão Estadual de Emprego, através das Comissões Municipais de Emprego.

Comissão Municipal de Emprego – CME: São responsáveis pela aplicação no município das políticas publicas de emprego, trabalho e renda. São criadas com base na legislação federal e estadual que rege a CEE. Tem como atribuição a elaboração do plano de trabalho, baseando-se na vocação do município.

Realizações em 2016

No ano de 2016, estão representadas da seguinte forma nos 645 municípios do Estado:

- Comissões Ativas: 345
- Comissões Inativas: 170
- Sem Comissões: 130

O presente relatório foi construído, reproduzindo a estrutura de Programas da LOA de 2016, a qual foi delineada, adotando–se a estrutura do PPA 2016 – 2019.

É importante salientar que a partir de 2016, com inicio deste PPA vigente, houve alteração dos Programas e Ações, conforme segue:

1. Substituição dos Programas e Ações:

1.1 Programa- " Desenvolvimento Técnico Para Empreendedorismo e Empregabilidade", foi substituído pelo Programa "Qualidade de Vida do Trabalhador Paulista".

1.2 Ação " Observatório do Emprego" foi substituído "Promoção do Emprego e Trabalho"

2. Extinção de Ações:

2.1 Gestão da Inovação
2.2 Informação Estratégicas para Formação Profissional
2.3 Informação Estratégicas para Empreendedorismo
2.4 Caravana do Empreendedorismo
2.5 Habita São Paulo

SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Secretaria de Energia e Mineração

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

49000 - Secretaria de Energia e Mineração

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**34.537.843,00**	**24.597.743,24**	**0,00**	**24.597.743,24**	**18.387.823,03**
Pessoal e Encargos Sociais	2.870.489,00	3.024.540,31	0,00	3.024.540,31	3.012.467,73
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	31.667.354,00	21.573.202,93	0,00	21.573.202,93	15.375.355,30
Despesas de Capital	**1.202.005,00**	**120.945,00**	**0,00**	**120.945,00**	**120.945,00**
Investimentos	1.200.005,00	120.945,00	0,00	120.945,00	120.945,00
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**35.739.848,00**	**24.718.688,24**	**0,00**	**24.718.688,24**	**18.508.768,03**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

49000 - Secretaria de Energia e Mineração

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4902 – Controle de Cheias do Canal Pinheiros	**25.000.000,00**	**18.750.000,00**	**0,00**	**18.750.000,00**	**12.602.099,00**
Despesas Correntes	25.000.000,00	18.750.000,00	0,00	18.750.000,00	12.602.099,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4903 - Gestão do Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica	**9.987.690,00**	**5.932.718,24**	**0,00**	**5.932.718,24**	**5.315.887,95**
Despesas Correntes	8.787.685,00	5.811.773,24	0,00	5.811.773,24	5.194.942,95
Despesas de Capital	1.200.005,00	120.945,00	0,00	120.945,00	120.945,00
4904 - Gestão Administrativa em Energia	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**554.811,08**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	554.811,08
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4906 - Energias Renováveis	**270.000,00**	**31.190,00**	**0,00**	**31.190,00**	**31.190,00**
Despesas Correntes	270.000,00	31.190,00	0,00	31.190,00	31.190,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4907 - Programa Estadual de Mineração	**480.000,00**	**4.669,00**	**0,00**	**4.669,00**	**4.669,00**
Despesas Correntes	480.000,00	4.669,00	0,00	4.669,00	4.669,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4908 - Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural	**158,00**	**111,00**	**0,00**	**111,00**	**111,00**
Despesas Correntes	158,00	111,00	0,00	111,00	111,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**35.739.848,00**	**24.718.688,24**	**0,00**	**24.718.688,24**	**18.508.768,03**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 0001 - Participação Societária

Ação 1620 – Subscrição de Ações da Companhia Energética de São Paulo – CESP.
Ação 1621 – Subscrição de Ações da Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE.

Corresponde a inserção no orçamento de valor simbólico para que durante a execução orçamentária do exercício, se possa fazer reforço de dotação, necessário ao aporte de recursos do acionista majoritário destinado ao planejamento, gerenciamento e execução de obras; aquisição de imóveis ou bens de capital, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Programa 4902 – Controle de Cheias do Canal Pinheiros

Ação 2355 – Adequação da Calha do Rio Pinheiros

Realização de despesas com Convênio celebrado com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE, tendo como objeto termo de cooperação na execução de atividades de manutenção da calha do Canal Pinheiros. Conforme Plano de Trabalho do Convênio, consistem nos levantamentos topográficos e de controle dos demais serviços executados no Canal, relativos à medição das cargas de material retirados e depositados nos pátios de transbordos nas margens e rebaixos ao longo do canal. Esses serviços são integrantes e indispensáveis para a determinação e conferência dos volumes de material removidos e transportados, bem como de acompanhamento dos volumes de sedimentos acumulados no leito do Canal Pinheiros.
Do valor consignado no orçamento, foi contingenciado 25% (vinte e cinco por cento), ficando disponível para utilização o montante de R$.18.750.000,00.

Os serviços de desassoreamento do Canal Pinheiros, iniciados em agosto/2011, continuam em progresso. Até dezembro de 2016 a manutenção do Canal Pinheiros alcançou:

01. Desassoreamento: 2,14 milhões de metros cúbicos
02. Desaterro: 2,2 milhões de metros cúbicos
03. Desassoreamento dos Desemboques; limpeza de detritos flutuantes e manutenção do Canal: 135,23 mil metros cúbicos.

Levando em consideração o valor da dotação orçamentária disponibilizada, o Programa executou as ações previstas.

Programa 4903 - Gestão da Geração, Fornec. e Util. de Energia Elétrica

Subsecretaria de Energia Elétrica

Ação 5859 – Divulgação de Informações Energéticas

Em 2016, a Subsecretaria de Energia Elétrica - SEE executou, prioritariamente, ações voltadas à Eficiência Energética e à Qualidade no Fornecimento de Energia Elétrica.

Eficiência Energética
Tem por objetivo contribuir para o aumento da oferta de energia de forma barata e sustentável.
A SEE planejou ações e vem desenvolvendo-as em articulação com outros órgãos do Poder Público, empresas do setor elétrico e ANEEL. Dentre as ações em andamento destacam-se:

- Execução do Programa Estadual de Eficiência e Racionalização do Uso de Energia, conforme decreto nº 45.765.

- Gestão de Faturas – GESFAT, entre dez/2011 e o terceiro trimestre de 2016, o acompanhamento dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos próprios do Estado, propiciaram uma economia da ordem de R$ 48,9 milhões.

- Coordenação por parte da SEEM de projetos para implantação de cogeração a gás e eficiência energética para o Instituto Butantan e Hospital das Clínicas. O projeto básico do Instituto já esta

elaborado aguardando definição com relação a forma de contratação da execução dos serviços. O Hospital das Clínicas está em fase de elaboração de projeto devido a redefinição do escopo inicial onde constava outras unidades do Estado.

o Realização do 5º Encontro para Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica no Estado de São Paulo, cujo objetivo foi disseminar e aprimorar as tecnologias do setor, por meio da troca de experiências entre as concessionárias de energia elétrica no estado de São Paulo. O tema desenvolvido foi "Mini e Micro Geração Distribuída – Visão da Concessionaria" e o evento ocorreu em 01/09/2016, na sede da Secretaria de Energia e Mineração.

o Em 15/09/2016, ocorreu na Secretaria de Energia e Mineração, encontro entre ECCJ - "Energy Conservation Center, Japan", técnicos da Secretaria de Energia e Mineração, concessionarias de distribuição de energia no Estado, Centro Paula Souza, Desenvolve SP e entidades ligadas ao setor de eficiência energética do Estado de São Paulo, para discussão de metodologias e ações necessárias à implantação de programas de eficiência energética. Tal encontro é parte do programa de cooperação Brasil – Japão, coordenado pelo MME. São Paulo é o único governo estadual participante desse programa.

o Atendendo a solicitação dos representantes do ECCJ - "Energy Conservation Center, Japan" foi realizado em 07/12/2016, na SEEM, o 2º Workshop para troca de experiências entre empresas paulistas, participantes do acordo de cooperação, e também foi tratada a elaboração de guias contendo conceitos voltados ao uso eficiente da energia.

o Em elaboração termo de cooperação junto ao Centro Paula Souza com o objetivo de implantar cursos para a capacitação de profissionais, superior (FATEC) e técnico (ETEC), para atuarem na implantação e gestão de energia, promovendo trabalho e renda.

o Foi celebrado, em 29/11/2016, termo de cooperação entre a Secretaria de Energia e Mineração e Associação Brasileira das Empresas de Serviços e Conservação de Energia – ABESCO, que visa a troca de experiências e o desenvolvimento de boas práticas voltadas à redução da intensidade de carbono e de energia em edificações públicas, aplicadas à gestão e manutenção das edificações novas e existentes. Também buscará a sensibilização de seus gestores quanto aos benefícios de tais práticas.

o Em fase de elaboração cartilha com guia prático para utilização eficiente da energia. Tratativas já em estágio avançado com a Imprensa do Estado – IMESP para a criação de campanhas de sensibilização / conscientização da população para conceitos voltados ao gerenciamento de energia e conceitos de sustentabilidade no Estado.

Qualidade de fornecimento de energia elétrica
Atividades voltadas à melhoria da qualidade e continuidade do serviço prestado à população do Estado de São Paulo:

a) Suprimento de Energia Elétrica ao Estado
A SEEM tem como função o "acompanhamento do planejamento e execução das obras e estudos relacionados ao abastecimento energético para o Estado de São Paulo", auxiliando órgãos que participam do processo de licenciamento ambiental, questões fundiárias, ocupação e travessias de faixa de domínio de rodovias estaduais, bem como outros que tenham interferência junto aos empreendimentos, visando garantir o planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado.

o Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado, junto aos grupos de estudo compostos pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, especialmente o Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo (GET/SP), coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

o Estudos:
- Atendimento à região do Vale do Paraíba, finalizado em 2016.

Estudos em andamento:
- Reforço da Grande São Paulo.
- Atendimento à região de Capão Bonito.
- Escoamento de potencial de geração fotovoltaica/biomassa na Região de Votuporanga.

- Eliminação de sobrecarga na LT 345 kV Tijuco Preto – Baixada Santista.

o Acompanhamento e interação junto ao Ministério de Minas e Energia – MME e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL na implantação de dois novos empreendimentos para reforço às regiões de Presidente Prudente e Araçatuba:
- Subestações Alta Paulista 440/138 kV e
- Baguaçu 440/138 kV. Licitação prevista para 2017 (ANEEL).

o Monitoramento das principais obras de reforço ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo:
- Subestação Piracicaba 440/138 kV (conclusão abril/2016),
- Paraguaçu Paulista 230/88 kV (conclusão março/2016),
- Linha de Transmissão Aérea 138 kV Taubaté – Paraibuna – Caraguatatuba (conclusão julho/2016) e Linha de Transmissão Aérea 345 kV Alto da Serra Sul (término previsto para 1º semestre de 2017). Esta obra está sendo reanalisada pela EPE, devendo ser adotada nova configuração.

o Monitoramento junto a ANEEL para implantação de três novos empreendimentos, licitados em 13/04/2016, como segue:
- Subestação Água Azul 440/138 kV (obra que irá atender a ampliação do aeroporto de Guarulhos),
- Linha de Transmissão Subterrânea 345 kV Piratininga II – Bandeirantes (obra para reforço e aumento da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica para a região Sul da cidade de São Paulo) e
- Linha de Transmissão 500 kV Campinas – Itatiba (obra de reforço ao atendimento elétrico para a região metropolitana de Campinas).

o Monitoramento das obras do Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do Operador Nacional do Sistema – ONS, tendo como foco principal as obras de reforços que estão atrasadas ou aguardando autorização da ANEEL para tomada de providências junto ao órgão regulador.

b) Adequação do ambiente regulatório com propostas apresentadas à Aneel

o A SEEM acompanha a agenda regulatória da ANEEL com a participação em Consultas e Audiências Públicas com o intuito de propor melhorias na regulação vigente com foco na melhoria do fornecimento de energia elétrica ao cidadão.

c) Fortalecimento e incremento das fiscalizações

o Participação no Plano de Melhorias das distribuidoras de energia para atendimento às festas de final de ano (Natal e Ano Novo) e carnaval.

d) Posicionamento institucional

o Participação efetiva nos Grupos de Trabalho voltados a definições estratégicas para o sistema elétrico do Estado de São Paulo:
- GT-SP, Grupo de Trabalho São Paulo, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e GET-SP,
- Grupo de Estudos de Transmissão São Paulo, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

o Articulação envolvendo a população, empresas, instituições estaduais e federais, concessionárias de energia elétrica, órgãos institucionais do setor elétrico, nos aspectos técnicos e regulatórios, buscando a melhoria na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

e) Ações Gerais e Setoriais

o Articulação junto ao Corpo de Bombeiros do Estado e concessionária AES Eletropaulo visando a "Integração para Mitigação dos Efeitos dos Temporais na Grande São Paulo" promovendo celeridade no atendimento às emergências ocorridas em dias críticos.

o Coordenação das ações realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo para garantir o fornecimento de energia elétrica ao estádio de Itaquera, no qual foram realizados os jogos de futebol

referentes às Olimpíadas 2016, bem como às localidades no estado escolhidas pelas delegações, de países participantes, como centro de treinamento, hospedagem, aeroportos dentre outros.

o Participação na elaboração do "Plano Verão 2016/2017" de atendimento ao litoral com as concessionárias de transmissão (CTEEP) e distribuição (EDP Bandeirante, Elektro e CPFL Piratininga) para o período de novembro/2016 a fevereiro/2017.

o Coordenação das reuniões com o TRE-SP, concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica com o intuito de criar plano para o atendimento aos locais de votação (escolas), cartórios eleitorais e transmissão de dados durante o 1º e 2º turno das eleições 2016, procurando mitigar o risco de desligamentos e celeridade no atendimento as emergências.

o Interação junto ao ONS, MME e ANEEL para celeridade no processo de implantação de reforços no sistema elétrico para atendimento a nova unidade industrial da Mercedes Benz do Brasil, no município de Iracemápolis.

o Coordenação do grupo de monitoramento envolvendo a CTEEP, ALUPAR, Elektro, CPFL e CETESB visando estabelecer o cronograma de obras de reforço ao litoral norte e sul do Estado de São Paulo. Para a implantação desses empreendimentos a SEEM já esta interagindo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Cultural – IPHAN e Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A SEEM emitiu Ofício ao MME referente a interpretação da Instrução Normativa 01/2015 do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de distribuição para celeridade nos processos.

o Coordenação de reuniões entre EDP Bandeirante e CETESB visando a implantação da SE São Francisco 138/13,8 kV, que irá fornecer energia elétrica aos tuneis da nova rodovia Tamoios que está sendo construída pela DERSA.

o Visando obtenção de informações de interferências para a duplicação da Linha de Transmissão 345 kV Subterrânea Norte – Miguel Reale, que abastece a região central da cidade de São Paulo, a SEEM coordena o grupo formado pelo METRÔ – Cia do Metropolitano de São Paulo, COMGÁS, SABESP, CTEEP e EMPLASA.

o Coordenação de tratativas junto a Secretaria da Saúde e Instituto Butantan para obtenção de autorização de passagem do ramal de 138 kV, em área de propriedade do Instituto, que alimentará a subestação Araçariguama, da CPFL Piratininga, atendendo ao município e regiões adjacentes.

Programa 4906 - Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável no Estado

Subsecretaria de Energias Renováveis

O Programa 4906 – Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável no Estado - tem o objetivo de definir diretrizes, ações e desenvolver projetos para induzir o investimento, por meio da determinação do potencial energético, absorção do desenvolvimento tecnológico, análise de viabilidade técnico-econômica de empreendimento, criação de instrumentos de indução e difusão de informações e recomendações que visam o aprimoramento regulatório do setor.

O desenvolvimento do Programa é baseado na integração com os interesses da sociedade, incluindo desenvolvimento regional, e na renovabilidade da matriz energética através das ações nele estabelecidas. Dentre os objetivos estratégicos associados destacam-se um meio ambiente preservado, saudável e sustentável e uma economia paulista competitiva voltada para a inovação tecnológica com incremento da produtividade e da geração de empregos de qualidade.

Para tanto, foram propostas ações orçamentárias e não orçamentárias que abordam os seguintes temas e objetivos:

Programa 4906 - Energias Renováveis – Ações Orçamentárias
6096 – Incentivo ao Aproveitamento Energético de Resíduos Sólidos Urbanos Esta ação tem a finalidade de promover o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos considerando as diversas realidades existentes entre os 645 municípios paulistas. Esta ação pretende: identificar comparativamente as tecnologias disponíveis, avaliar a viabilidade técnico econômica dos investimentos, dimensionar e avaliar os volumes e características desejáveis dos resíduos possíveis de serem aproveitados para fins energéticos, levantamento das principais exigências ambientais e realizar modelagens de negócio para implantação de unidades de recuperação energética – UREs.
6097 – Desenvolvimento do Biogás e Geração de Energia a partir da Biomassa Esta ação visa aumentar a oferta de energia renovável aos consumidores de São Paulo, incrementar a segurança energética do Estado e promover uma destinação sustentável das biomassas e dos diferentes resíduos e rejeitos existentes em território paulista estimulando assim, em consonância com as Politicas Estaduais de Mudanças Climáticas, resíduos e racionalização energética, a competitividade e o desenvolvimento regional.
Programa 4906 - Energias Renováveis – Ação Não Orçamentária
8242 – Incentivo a Cadeia Produtiva de Energia Eólica e Fotovoltaica Esta ação tem como objetivo sintetizar e convergir esforços da sociedade para que todos os compromissos assumidos pelo Estado, relacionados à energia no Plano Plurianual, se concretizem com eficiência e eficácia.

A primeira opção da Subsecretaria de Energias Renováveis para a maximização dos benefícios à sociedade foi à utilização desses recursos como contrapartida do Estado de São Paulo em uma Cooperação Técnica com o ***Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID*** visando o desenvolvimento de um Programa de Energia Sustentado no território paulista. O seu desenvolvimento, em uma primeira etapa, tem como estratégias a geração distribuída com foco na energia solar fotovoltaica e a utilização de resíduos sólidos urbanos na geração de eletricidade, com a finalidade de incentivar o mercado local, a difusão e a conscientização deste conceito de governabilidade energética sustentável.

Na geração distribuída destacam-se as seguintes atividades: (i) a avaliação do potencial para o uso da energia solar fotovoltaica nos diversos segmentos do mercado consumidor incluindo mecanismos de monitoramento de resultados, (ii) o desenvolvimento de um projeto piloto, (iii) desenvolvimento de mecanismos de financiamento específicos, (iv) desenvolvimento de guias e manuais voltados à administração pública considerando todas as etapas de desenvolvimento e análise e (v) campanhas de promoção.

Em relação aos resíduos sólidos urbanos as seguintes atividades são consideradas como fundamentais: (i) análise do potencial de geração de energia em função das tecnologias e das características dos 645 municípios que constituem este Estado e (ii) desenvolvimento de um projeto básico (que futuramente poderá ser implantado como projeto piloto).

Como o desenvolvimento desta Cooperação Técnica não teve seu andamento, em função da demora na captação de recursos internacionais a fundo perdido, segundo as expectativas traçadas para o ano de 2016, a Subsecretaria de Energias Renováveis optou, além da continuidade das tratativas com o BID, por desenvolver ações relacionadas à Biomassa Energética e a projetos relacionados à produção de biometano com vinhaça e a processos biológicos para a geração de biogás com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT.

A divulgação do estudo sobre Biomassa Energética às Prefeituras, Instituições de Ensino e Empreendedores será realizada com a utilização de mídia impressa (livro e mapa) e eletrônica que foram viabilizadas pelos recursos orçamentários da Ação 6097. Em relação aos projetos com o IPT, apesar desses estudos possibilitarem o desenvolvimento e a consolidação de metodologia de análise, sua validação e sua calibração para aplicação em todo o território paulista e para a implantação de futuras ações de Governo, houve paralização nos processos de contratação em função de determinações orçamentárias governamentais.

Independentemente da existência de recursos orçamentários, medidas, ações e iniciativas institucionais foram tomadas para concretizar os objetivos do Programa e de suas Ações. Dentre as principais atividades desenvolvidas em 2016, com base nas diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual, destacam-se:

Divulgação de Estudos Técnicos

O ano de 2016 se caracterizou pela divulgação dos estudos sobre recursos energéticos renováveis disponíveis no território paulista, com destaque para o Resumo Executivo, Atlas Eólico, Biomassa Florestal, Potencial Hidrelétrico Remanescente e o Levantamento do Potencial da Energia Solar Paulista. As considerações apresentadas nestes trabalhos, incluindo o potencial identificado, permitiram o equacionamento das particularidades inerentes a estes processos de aprendizagem e fornecerão benefícios para a promoção de um desenvolvimento sustentado, equilibrado e perene para toda a sociedade paulista.

Atuação no Mercado

Dentre as propostas que podem contribuir de maneira decisiva para uma maior renovabilidade da matriz energética estadual destacam-se o desenvolvimento de linhas específicas de financiamento junto a Desenvolve SP para a geração distribuída e da utilização de próprios na elaboração de parceiras. Para a efetivação das cadeias produtivas se destaca a formação de mão de obra em energias renováveis e gestão de energia em conjunto com o Centro Paula Souza.

Projetos Piloto

A demonstração da viabilidade da geração sustentável de energia, por meio da implantação de projetos piloto, é peça fundamental para uma maior renovabilidade da nossa oferta interna. Para tanto, a Subsecretaria de Energias Renováveis atuou em 2016 na efetivação dos seguintes empreendimentos:

a) Parque Villa Lobos/Cândido Portinari

Parceria entre a Secretaria de Energia e Mineração e a Companhia Energética de São Paulo (Cesp – chamada pública Aneel 013/2011) para a instalação de postes de iluminação e três formas de mini usinas para captação de energia solar e geração de energia fotovoltaica na cidade de São Paulo, com investimentos da ordem de R$ 17 milhões. Os principais benefícios esperados são o desenvolvimento de tecnologia nacional, capacitação profissional e o aumento da cadeia produtiva no Estado. Os sistemas já estão instalados e as últimas providências para sua conexão à rede de distribuição da AES Eletropaulo estão sendo tomadas para a entrada em operação em 2017.

b) Polo Tecnológico de Porto Primavera

Dentro do desenvolvimento dos projetos de P&D da Cesp, foram instalados sistemas fotovoltaicos (terrestre e flutuante) na usina de Porto Primavera. Este projeto, que futuramente incorporará uma central de geração eólica, visa o equacionamento da criação de um polo tecnológico de energias renováveis. As informações detalhadas estão no item III deste relatório.

c) Energia Solar em Habitações de Interesse Social

Em conjunto com a Secretaria da Habitação e a CDHU foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica que visa à inclusão de sistemas que aproveitam a energia solar para aquecimento de água e para a geração de energia elétrica em empreendimentos de interesse social. Este Convênio prevê o desenvolvimento de projetos piloto com as concessionárias de energia elétrica do Estado de São Paulo e também de uma metodologia que permita sua utilização em futuros empreendimentos.

Ações Institucionais

a) Incentivos Tributários

Desonerações e diferimentos tributários para o setor de energias renováveis em atendimento às solicitações da Associação de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR e a Associação da Indústria de Cogeração de Energia - COGEN. Estas propostas envolvem os Convênios 101/1997 e o Convênio ICMS 16/2015 que, respectivamente, tratam da isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica e autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Programa Paulista de Biogás: SEEM e ARSESP

Incentiva a ampliação da geração de gases combustíveis provenientes de biomassa e visa o estabelecimento da adição de um percentual mínimo de biometano ao gás canalizado comercializado no Estado de São Paulo. Estão sendo desenvolvidos os marcos legais (Lei e Decreto) e toda a infraestrutura regulamentária.

c) Modelagem de Negócio com Resíduos Sólidos Urbanos

Linha permanente de articulação do Estado com municípios paulistas, tendo em vista a viabilidade de unidades regionais de recuperação energética de resíduos.

d) Formação de Grupos Técnicos e Multisetoriais

Tem a finalidade de juntar os esforços e conhecimentos do setor acadêmico e produtivo, aliado ao fomento do setor público, para o crescimento das energias alternativas renováveis no Estado de São Paulo (o primeiro foi o Grupo Multisetorial em Sorocaba). Dentre os assuntos debatidos destacam-se a produção de partes, peças e produtos e o mapeamento das cadeias produtivas das indústrias eólica e solar.

e) Grupo Técnico ProSolar

Formado por especialistas de diversas entidades do setor energético e técnicos do Governo do Estado de São Paulo, este grupo tem como objetivo acelerar os estudos e propostas para disseminar o conhecimento da energia solar fotovoltaica que propiciem a inserção de geração de energia renovável com o conceito de geração distribuída. As discussões visam o desenvolvimento e estruturação de projetos com o objetivo de implantar sistemas de energia solar fotovoltaica em edifícios residenciais, comerciais, industriais e nas áreas rurais do Estado.

f) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Grupo Intersecretarial composto por todas as secretarias e constituído pela Resolução Conjunta Casa Civil/ Meio Ambiente/ Desenvolvimento Social (Resolução Conjunta CC/SMA/SDS – 1 - de 21/09/2015), com a finalidade de implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Estado de São Paulo, em conformidade com as diretrizes de política externa brasileira, da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável para 2030 no âmbito da Organização das Nações Unidas.

O I Workshop Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi realizado em 5 de julho de 2016, cuja relatoria teve contribuição desta pasta.

g) Plano ABC

A Resolução SAA - 15, de 28-3-2016, constituiu Grupo Gestor Estadual do Plano Setorial da Agricultura – GGE com o objetivo de realizar a gestão do Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono, no âmbito do Estado de São Paulo.

A partir da elaboração do Plano ABC e aprovação do mesmo pelo Secretário da Agricultura, o Grupo Gestor é responsável pelo acompanhamento das metas propostas.

h) Reunião Técnica do Comitê de Renováveis e Eficiência Energética do CEPE

A pauta “Políticas Públicas para o aumento da oferta de energias renováveis no Estado de São Paulo” foi tratada na reunião técnica realizada no dia 04 de outubro, na Secretaria de Energia e Mineração, que contou, além de coordenadores e componentes do CEPE, com a presença dos representantes da COGEN, ABEÓLICA, ÚNICA, APROBIO, ABIOGÁS, ABRAPCH e ABSOLAR, que apresentaram como está a situação de cada segmento, permitindo a todos conhecer o cenário das energias renováveis no Brasil e em São Paulo.

i) Auxílio para o desenvolvimento e implantação de sistemas fotovoltaicos em unidades educacionais da Uniesp distribuídas em território paulista

Objetivando estimular a ampliação da participação das fontes renováveis na matriz de eletricidade paulista, a SER, por meio do Ofício SER nº 002/2016, de 30 de agosto de 2016, colocou-se à disposição para colaborar com o projeto.

No dia 09 de dezembro de 2016, em ato realizado na Unicastelo, campus de Fernandópolis, foi assinado pelo Digníssimo Reitor, contrato para instalação de usina fotovoltaica de 530 kWp de capacidade instalada para atender a demanda da Universidade na região de concessão da Elektro. O cronograma prevê a montagem em cinco meses.

A Universidade, também, se comprometeu a ampliar a capacidade instalada dessa usina para compartilhar energia com a Santa Casa local, além de implantar outra usina no campus de José Bonifácio.

Programa 4907 - Fortalecimento da Indústria de Produção Mineral Paulista

Subsecretaria de Mineração

Programa/Ação	2016	2017
4907 - Fortalecimento da indústria de Produção Mineral Paulista		
5403 - Desenvolvimento da Produção Mineral e Promoção do Conhecimento Geológico		
Mercado Consumidor Mineral	Estudo da Cadeia Produtiva	OTGM CAMPINAS E PIRACICABA, Operacionalização do Sistema de Informações Minerais
Análise da Cadeias Produtivas de Base Mineral		

Atividades desenvolvidas em 2016

a) Inserção da Mineração nos Municípios

As atividades relacionadas ao tema consistiram em uma série de visitas técnicas às minerações e às prefeituras para dar esclarecimentos sobre a inserção nos Planos Diretores Municipais, sobre o Ordenamento Territorial Geomineiro – OTGM. Dentre os municípios visitados estão Santa Isabel, Salesópolis, Cabreúva, Itupeva, Jundiaí, Guararema, Santa Gertrudes, Vargem Grande do Sul, Presidente Venceslau, Panorama, Paulicéia, Penápolis, Amparo, Socorro, Águas de Lindóia, Igarassu do Tietê, Jacareí e Suzano. Estes municípios se mostraram interessados na ferramenta de OTGM para ampliar as discussões e o conhecimento da atividade de mineração em seus territórios. Particularmente no município de Guararema a Subsecretaria de Mineração incentivou, apoiou e referendou os estudos do OTGM realizados pela iniciativa privada por iniciativa de Associação de Produtores de areia local com a Prefeitura. Conclusões do estudo foram utilizadas no planejamento e elaboração do Plano Diretor.

Com vistas ao fomento de um novo Arranjo Produtivo Local- APL de base mineral para a região sudoeste do Estado, Capão Bonito, Itapeva e Ribeirão Branco, a Subsecretaria, juntamente com a Associação dos Mineradores do Sudoeste Paulista trabalham juntas no fortalecimento do curso técnico de mineração da Escola Técnica Estadual de Itapeva.

b) Estâncias Hidrominerais

Um levantamento elaborado pelo DNPM sobre os direitos minerais nas Estâncias Hidrominerais e Balneários do estado mostrou que há algumas inconsistências entre os detentores dos direitos minerais e os atuais usuários das fontes e balneários que no passado era o Estado. Foram visitados 3 balneários (Amparo, Socorro e Águas de Lindóia) citados pelo DNPM. O objetivo da visita foi para esclarecer e tomar conhecimento da dimensão do problema com os gestores municipais que, na maioria dos casos, estão inadimplentes na transferência dos direitos minerais com o Estado de São Paulo. Diante do problema foi elaborada uma consulta à Consultoria Jurídica da Pasta de que forma o Estado deverá proceder para regularizar os direitos minerais com a transferência definitiva aos municípios. O interesse da iniciativa é buscar a regularização de situação jurídica e incentivo a produção de água mineral e reativação das atividades econômicas dos balneários.

c) Polo de Santa Gertrudes

No sentido de esclarecer os questionamentos formulados pelo Ministério Público Estadual em relação à mineração do Polo Cerâmico de Santa Gertrudes a Subsecretaria realizou uma série de reuniões e consultas prévias a profissionais da iniciativa privada, especialistas em Geologia, Geotécnica, Hidrogeologia, Hidrologia, Agronomia, Lavra e Transformação Mineral, Tecnologia de Informação, Monitoramento, Controle e Análise Ambiental, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional da região. Foram feitos esclarecimentos de natureza técnica que demonstraram que a mineração na região é de importância estratégica para os municípios influenciados, para São Paulo e para o país, tecendo-se uma série de recomendações para o desenvolvimento de uma mineração responsável. Foi organizado um importante e ilustrativo seminário sobre mineração no polo, reunindo a Secretaria,

DAEE, Escola Politécnica da USP, UNESP, CPRM, IG e especialistas e elaborado um documento técnico para servir de apoio aos interessados no tema.

d) Cadeias Produtivas – Definição, elaboração de termo de referencias e contatos in loco

Para possibilitar o planejamento e fomento da atividade de mineração no Estado de São Paulo, é fundamental que se conheça as demandas originárias pelas diferentes cadeias produtivas do Estado de São Paulo, tanto presentes como em futuro a curto, médio e longo prazo, para contrapor com o potencial de produção local, e necessidades de desenvolvimento geológico, tecnológico e de necessidades de recursos humanos. Foram identificadas as cadeias produtivas prioritárias: Construção, agronegócio, cerâmica, metal mecânica e vidro e desenvolvido um termo de referencia para contratação de serviços de consultoria para desenvolve-lo.

e) Resíduos da Construção e Demolição – RCD

De modo a fortalecer importante setor em fase de consolidação no estado de São Paulo, a SSM tem desenvolvido agenda com o DER – Departamento de Estradas de Rodagem para debater normatização, vantagens e desvantagens do uso e aplicação de agregados de RCD em obras públicas de pavimentação e agenda com o Departamento de Engenharia Civil da Escola Politécnica da USP para reconhecimento das potencialidades do insumo reciclado em peças pré-moldadas. Em outra frente, encontra-se em franca discussão com a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição - ABRECON o pleito de desoneração do ICMS incidente no setor, bem como gestões iniciais com a Secretaria de meio Ambiente para pôr em prática políticas públicas setoriais aderentes ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

f) Convênio Poli –SEEM - DNPM e disponibilização de dados

A Subsecretaria tomou a inciativa de em conjunto com a Escola Politécnica da USP, apoiar o DNPM no levantamento de dados constantes em processos internos e Relatório Anual de Lavra e confecção de relatório atualizados com dados da produção mineral no Estado de São Paulo.

g) Apoio da Subsecretaria ao Plano de Desenvolvimento Urbano Itegrado – PDUI

A Subsecretaria dá apoio ao desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado sob os auspícios Secretaria da Casa Civil – Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano e da EMPLSA de modo a orientar a inserção da mineração nos processos de planejamento territorial com base nos projetos de OTGM desenvolvidos nos anos anteriores, foram feitas uma série de palestras, oficinas e reuniões no ambiente da Aglomeração Urbana de Piracicaba e Região Metropolitana de São Paulo – Sub-região Sudoeste.

h) Recursos Hídricos e Hidrovias

Representação da Secretaria de Energia e Mineração na Câmara Temática de Uso Múltiplo da Água, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Apresentação do cenário atual e projeções futuras do abastecimento de bens minerais no estado de São Paulo tendo a Hidrovia Tietê-Paraná como corredor de escoamento.

Com objetivo de estabelecer agenda sobre o potencial do transporte fluvial pela Hidrovia Tietê-Paraná para escoamento de produtos de base mineral e o suprimento de insumos e matérias primas minerais para o Parque Industrial de São Paulo a Subsecretaria mantém contatos com o Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

i) AES S - Areia em Reservatórios de Barragens Hidrelétricas

Com o objetivo de estabelecer parceria para a gestão integrada da mineração nos reservatórios do Vale do Tietê a SSM desenvolveu com apoio da USP São Carlos, POLI-USP e IPT uma proposta para a construção de um Sistema de Gestão da Mineração em Reservatórios Hidrogeradores com verbas do programa de Pesquisa & Desenvolvimento da ANEEL/AES. Os benefícios previstos abrangem três temas estratégicos para os dois setores envolvidos (mineração e energia): (a) segurança jurídica dos processos de anuência da atividade na área concessionada; (b) segurança operacional e ambiental em contato com a atividade nos reservatórios; (c) inserção da atividade de mineração no planejamento e gestão da capacidade de geração e vida útil dos reservatórios.

A Secretaria intermediou a solução de conflitos entre a AES e mineradores de areia em reservatório, em conjunto com APEPAC- Associação dos Produtores de Agregados do Estado de São Paulo.

Foram feitas visitas a minerações em reservatório no Rio Paraná, Tietê e Piracicaba para conhecimento da realidade e diálogo com produtores.

j) Segurança de Barragens de Mineração

A Subsecretaria de Mineração Coordenou um grupo de trabalho composto pela Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e Casa Militar, realizando visitas às barragens.

As atividades desenvolvidas pelo GT no período de sua vigência (90 dias) compreenderam:

- Reuniões internas de trabalho para discussão de conceitos, legislação, atribuições, planejamento de visitas, debate sobre recomendações e redação;
- Visitas técnicas a minerações e indústrias de transformação mineral localizadas em diversos municípios, a partir da listagem do DNPM, da ANA e algumas escolhidas aleatoriamente;
- Realização de seminário técnico com a participação de pesquisadores, ligados a institutos de pesquisa de SP, RJ, e MG, de entidades associativas de empresas produtoras, fornecedores de equipamentos para tratamento de minério e instrumentação, e empresas de engenharia especializada em geotecnia e barragens, e tratamento de minério;
- Realização de reuniões específicas com representantes de entidades associativas do Estado e de empresas produtoras e fornecedoras, atuantes em diferentes regiões do Brasil e em outros países;
- Reunião com prefeituras de municípios incluídos nas visitas;
- Reunião de empresas mineradoras com responsáveis pelo INVESTE SP e Desenvolve SP; e
- Reuniões de instalação do GT e de entrega do Relatório Preliminar aos senhores Secretários de Estado.

Os trabalhos tiveram como objetivo estabelecer questões técnicas e procedimentos mais importantes de serem priorizadas para diagnóstico e recomendações pertinentes para o aprimoramento da segurança de barragens de mineração em território paulista. Os principais aspectos analisados pelo grupo foram:

- A identificação dos empreendimentos minero-industrias munidos de barragens de rejeito existentes no ESP a partir do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM) do DNPM de 2014;
- A situação geral dos barramentos de rejeitos da mineração e da indústria de transformação mineral existentes no Estado;
- Os métodos construtivos, de instrumentação e monitoramento de barragens aplicadas pela mineração, incluindo inovações tecnológicas nesta área;
- As soluções tecnológicas empregadas pela mineração no processo de minimização da produção de rejeitos na busca do rejeito zero e a eliminação da necessidade de barragens de rejeito;
- O conteúdo do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) e os sistemas de respostas existentes.

No total foram realizadas onze reuniões de trabalho do GT e duas reuniões com fornecedores e com representantes do setor mineral. Essas duas reuniões tiveram a participação de representantes da Investe SP e da Desenvolve SP. Houve ainda uma reunião de instalação do GT com a presença de Secretários de Estado, de representantes do setor mineral e das instituições e órgãos participantes.

Um importante Seminário técnico foi realizado no dia 21 de janeiro de 2016, e proporcionou excelente debate sobre os principais aspectos enfocados pelo GT, sendo essencial para as análises feitas pelo grupo. Todas as apresentações deste seminário foram disponibilizadas no sítio eletrônico da secretaria.

Um extenso programa de visitas técnicas á barragens, comtemplou reuniões com os representantes dos empreendimentos selecionados, bem como a observação local das barragens e mecanismos de monitoramento e segurança das barragens de mineração e de transformação mineral que constituíram o universo de amostragem delimitado pelo GT.

A edição ode um Relatório, com encaminhamentos e recomendações, iniciativa inédita no país, complementou a iniciativa conjunta das Secretarias.

k) Melhoria da Percepção da Mineração - Destinação de Áreas Mineradas

A Subsecretaria de Mineração, dentro da ação: Melhoria da Percepção da Mineração selecionou dois municípios onde foram avaliadas áreas já mineradas para estimular projetos de recuperação de cavas desativadas.

No município de São Vicente, Baixada Santista, consiste na obtenção de apoio econômico e institucional de empresas para elaboração de projeto conceitual e executivo, implantação e manutenção de projeto para recuperação de antiga cava desativada de mineração de brita em área urbana. A sugestão da prefeitura é adequação da área com acessos e equipamentos para permitir a implantação de parque ecológico com práticas esportivas de arborismo, observação de aves e recuperação de zoológico já existente outras possibilidades: implantação de área espetáculos com normas de acessibilidade.

No Litoral Norte com foco em Caraguatatuba, o projeto visa recuperar áreas mineradas, paralisadas em processo de degradação com potencial risco geotécnico, próximas às zonas urbanas para reabilitação com produção e destinação futura.

Em ambas situações a Subsecretaria será o agente articulador entre as prefeituras, empresários da mineração, Departamento Nacional de Produção Mineral, Ministério Público , Instituto Geológico e CETESB.

Programa 4908 - Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural

Subsecretaria de Petróleo e Gás

O Estado de São Paulo é o maior consumidor nacional de petróleo, gás natural e derivados e apresenta perspectivas de forte incremento dos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural em função do desenvolvimento exploratório das reservas da Bacia de Santos localizadas na plataforma continental paulista.

Estima-se que o Estado se apresente em breve como 2º maior produtor nacional de petróleo e gás natural, cuja produção atual é de 420.000 boe/dia, diante da produção nacional de 3,3 milhões boe/dia. Esse crescimento corresponde a um incremento da participação da indústria de petróleo e gás no PIB nacional de 11% para 20%, significando enorme potencial para o desenvolvimento técnico, tecnológico e de inovação da cadeia de fornecedores paulistas, oportunidades de geração de empregos e qualificação profissional e ainda desenvolvimento econômico regional e aumento das participações governamentais originadas das rendas do petróleo e gás para o Estado e municípios paulistas.

Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Subsecretaria de Petróleo e Gás, ao longo de 2016, atuou com os objetivos de fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, concomitantemente à minimização e mitigação de potenciais impactos ambientais, bem como o fomento do uso do gás natural em situações que agreguem competitividade econômica, diminuição de emissões e eficiência energética.

Ação 6095 – Coordenação do Programa e do Conselho Estadual de Petróleo e Gás

Desde 2011 a Subsecretaria de Petróleo e Gás exerce a Coordenação Executiva do Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural – CEPG no âmbito do Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural – PPPGN, instituído pelo Decreto 56.074/2010, com os seguintes objetivos gerais estratégicos:

a) Internalizar os benefícios econômicos e de geração de emprego e renda da atividade petrolífera;

b) Minimizar os impactos socioambientais nas regiões de incidência das atividades exploratórias;

c) Desenvolver e consolidar o conhecimento técnico, tecnológico e o potencial de inovação pelos agentes públicos e privados do Estado na cadeia produtiva de petróleo e gás;

As atividades no CEPG, integrado por diversos órgãos da administração pública estadual e municipais e representantes dos setores produtivos da indústria paulista, propiciaram a ampliação da percepção da influência da indústria de petróleo e gás e suas perspectivas de oferecimento de

oportunidades, bem como permitiram o aprofundamento dos diálogos necessários à estruturação de ações, organizadas por meio dos Comitês Técnicos Temáticos.
Em 2016 foi criado, no âmbito do Conselho Estadual de Política Energética – CEPE, o Comitê Técnico de Petróleo e Gás, onde, provisoriamente, foi realizada parte das atividades atribuídas ao CEPG, com foco na divulgação, debates, articulação e proposição de ações dos diversos temas envolvidos na atividade petrolífera.
Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Subsecretaria de Petróleo e Gás, ao longo de 2016, atuou com os seguintes objetivos:

a) O fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, concomitantemente à minimização e mitigação de potenciais impactos ambientais.

b) O fomento do uso do gás natural em situações que agreguem competitividade econômica, diminuição de emissões e eficiência energética.

Apoio Institucional à constituição do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBS

A Subsecretaria de Petróleo e Gás vem apoiando a constituição de um Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas três universidades públicas estaduais (USP, Unicamp e Unesp), utilizando recursos obrigatórios de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras. O Centro Tecnológico de Petróleo e Gás da Baixada Santista - CTBS, com investimento previsto de R$ 77 milhões, terá como prioridade a pesquisa das demandas regionais da atividade de exploração e produção de petróleo e gás, colaborando para a competitividade do setor no litoral paulista, formação de pessoal altamente qualificado e a geração de oportunidades de negócios com alto valor agregado. Em 2016 o Projeto Básico e o Projeto Executivo para construção do CTBS foram concluídos. Atualmente aguarda-se a definição de novo Diretor Geral da ANP para entrega e apresentação formal do projeto.

Atualização do Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo – Para subsidiar a elaboração de políticas públicas e o planejamento de programas e ações governamentais, foi construído em 2014 junto com a Fundação Seade o Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo, que contemplou a construção de indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região: a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria extrativa de petróleo e gás (*indec* P&G) e a taxa de crescimento do valor adicionado de toda a economia da Baixada Santista (*indec* Baixada Santista).

Tais indicadores foram concebidos para permitir a sua rápida apuração (são calculados trimestralmente, com apenas dois meses de defasagem), ao contrário das metodologias tradicionais, que demandam até dois anos para apresentação do valor apurado.

Além disso, o Observatório, disponível para acesso público no sítio da Secretaria de Energia e Mineração na internet (observatorio.energia.sp.gov.br), também apresenta as seguintes informações:

a) a produção de petróleo e gás na Bacia de Santos, no pré-sal e no Estado de São Paulo;

b) o consumo de gás por segmento e a análise de sua competitividade perante a gasolina, o óleo combustível e o GLP no Estado;

c) os royalties e as participações especiais recebidos pelo Estado e pelas prefeituras paulistas;

d) o contexto socioeconômico (população, PIB, valor adicionado e outros) de cada município da área de influência, da região e do Estado;

e) o perfil (território, condições de vida, educação, emprego e renda, economia e finanças públicas) de cada município da área de influência, da região e do Estado;

Em 2016 foi realizada a atualização periódica desse Observatório, oferecendo aos interessados e à sociedade informações atualizadas sobre o setor na Baixada Santista. Além disso, o Termo de Referência para a construção de indicador específico para avaliar o Conteúdo Local Paulista na cadeia de fornecimentos de bens, equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás, concluído em 2015, foi atualizado para ser desenvolvido pela Fundação Seade em 2017, dependendo da existência de Recursos consignados no orçamento para essa finalidade.

Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores – A análise da experiência de outros países mostra que a melhor maneira de disseminar e consolidar as riquezas do petróleo na sociedade é fortalecendo a cadeia de empresas fornecedoras para o setor de P&G, o que gera emprego e renda em diversos segmentos. Por essa razão, a Subsecretaria de P&G conduziu análises, participou de

fóruns do setor e conferiu apoio institucional à cadeia produtiva do setor de óleo e gás em São Paulo, com destaque para as seguintes ações:

a) Cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas;
b) Participação no Conselho Deliberativo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – Onip e apoio à elaboração e divulgação da Agenda Mínima para o Setor de Petróleo e Gás Nacional;

PEDEFOR – A Subsecretaria de Petróleo e Gás em 2016 acompanhou as discussões e a Consulta Pública para aperfeiçoamento das regras de Conteúdo Local da indústria de Petróleo e Gás.

Monitoramento e Elaboração de estimativas de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties no Estado de São Paulo – Os royalties oriundos da produção de petróleo e gás caracterizam uma importante fonte de recursos para as regiões afetadas por essa atividade. Dado o crescimento do setor petrolífero em São Paulo e as grandes reservas presentes no pré-sal, a Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade à realização de estimativas sobre as perspectivas de arrecadação de royalties, de modo a subsidiar as discussões do Poder Executivo com o Legislativo, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

Royalties + Participação Especial (Valores em R$)		
	Estado de São Paulo	**Municípios Paulistas**
2011	60.702.372,40	430.317.769,60
2012	85.572.642,20	581.116.641,80
2013	174.656.840,60	628.771.229,40
2014	551.986.566,50	935.431.040,60
2015	897.634.342,30	906.983.637,80
2016	710.374.575,40	759.674.837,00

Assessoramento Técnico – A Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade em 2016 ao Assessoramento Técnico à Procuradoria Geral do Estado – PGE na discussão dos contenciosos envolvendo os critérios de projeções dos limites interestaduais na Plataforma Continental e consequente confrontação dos Estados e Municípios com os campos de produção de petróleo e gás natural com reflexos diretos na distribuição dos royalties e participações especiais da exploração de petróleo e gás. Neste sentido destaca-se o suporte às discussões da ACO 444, impetrada pelo Estado de Santa Catarina contra o Estado do Paraná e São Paulo, como polo passivo da ação, na qual o Estado de Santa Catarina questiona a projeção dos limites interestaduais elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a qual está em análise pelo Supremo Tribunal Federal – STF (Ministro Luiz Roberto Barroso). A Secretaria de Energia e Mineração forneceu assistência técnica ao Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC) e à Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP), fornecendo subsídios às discussões do Poder Executivo com o Judiciário, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

Além disso, a Subsecretaria de Petróleo e Gás prestou assessoramento técnico à Secretaria da Fazenda do Estado nas discussões em curso no STF relativas aos beneficiários do ICMS do gás natural importado da Bolívia, realizando análises e fornecendo estimativas dos valores que São Paulo deixa mensalmente de receber em função do não julgamento da ação.

Regulamentação do Acesso de Terceiros a Gasodutos de Transporte e Aspectos Tributários do SWAP de Gás Natural – A Lei do Gás (Lei 11.909/2009) com o objetivo de estimular o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil e otimizar a infraestrutura de transporte, assegurou o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, respeitado o período de exclusividade dos gasodutos e mediante contratação de capacidade. Dentre as formas de acesso está o swap (troca operacional), por meio do qual diferentes agentes (transportador – quem opera os gasodutos; e carregadores – quem utiliza os gasodutos de transporte existentes para movimentação de gás) efetuam a troca operacional do gás natural (descasamento entre os fluxos físicos e contratuais), otimizando a infraestrutura de transporte. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, responsável por regulamentar o acesso de terceiros aos gasodutos de

transporte, a cessão de capacidade e o swap promoveu em 2015 processo de Consulta Pública, o qual foi acompanhado pela Subsecretaria de Petróleo e Gás, sendo que a Resolução que regulamentou tais atividades foi publicada em Março/2016.

Paralelamente, a Subsecretaria de Petróleo e Gás atuou de forma conjunta à Secretaria Estadual de Fazenda – Sefaz e Ministério de Minas e Energia – MME na avaliação dos efeitos tributários decorrentes do swap operacional de gás natural e na análise da minuta de Protocolo em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz com vistas a promover tratamento tributário equânime (uniforme) entre os Estados da Federação, evitando a incidência de alíquotas interestaduais nas operações envolvendo o swap de gás natural e eventual guerra fiscal decorrente de incentivos e desonerações de ICMS no âmbito estadual. Tais discussões foram tratadas também no âmbito do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Energia e Mineração – FME, com o objetivo de convergir os entendimentos sobre o tema e propor os ajustes necessários para que o Protocolo produza os efeitos esperados e, de fato, promova a efetiva troca operacional e aumento da liquidez da molécula.

Planos de Investimentos e Desinvestimentos da Petrobras – A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha permanentemente os planos de investimentos e desinvestimentos da Petrobras com o objetivo de analisar os reflexos destas medidas ao Estado e ao mercado de combustíveis no país, fornecendo subsídios ao Executivo para a defesa dos interesses do Governo do Estado e da sociedade. Em particular destacam-se os efeitos para a economia estadual decorrentes da modelagem de negócio adotada pela Petrobras relativa à venda de ativos da malha de transporte de gás natural, de sua participação nas distribuidoras de gás natural e das concessões de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos (venda de sua participação no bloco de Carcará para a norueguesa Statoil).

Iniciativa Gás para Crescer – Lançada em Junho/2016 pelo Governo Federal, a iniciativa Gás para Crescer tem o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de Gás Natural, em virtude da decisão da Petrobras de sair do setor no Brasil, a partir da venda de ativos associados a cadeia de Gás Natural. A coordenação desta iniciativa é realizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME que, em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, constituem o Núcleo Operacional, responsável pela consolidação de uma proposta de um novo desenho para o mercado de gás natural no Brasil. As premissas adotadas nessa inciativa pelo MME incluem a adoção de práticas internacionais, a atração de investimentos e a criação de um ambiente competitivo nesse setor. A Subsecretaria de Petróleo e Gás participou ativamente do processo de Consulta Pública findo em 07 de Novembro de 2016 conduzido pelo MME, analisando os documentos base da Consulta, com o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de Gás Natural.

O conjunto de diretrizes estratégicas, aprovado em Dezembro/2016 pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE para que as mesmas tenham continuidade em suas implementações, permite projetar um cenário em que se identifica várias “mudanças desafiadoras”, que deverão ser acompanhadas em detalhe, dentro das necessidades que também se projetam para o funcionamento adequado dentro de todas as complexidades já existentes no funcionamento do setor.

Dentre essas mudanças podemos destacar como mais importantes:

a) a adoção da “*essential facilities doctrine*” que visa ampliar o “*open access*” a toda a capacidade ociosa hoje operada pela Petrobras – bem como futuramente no país - incluindo todos os dutos de escoamento da produção, as unidades de processamento do Gás Natural e os terminais de Gás Natural Liquefeito - GNL;
b) a criação do Sistema de Transporte do Gás Natural - STGN o qual deverá ser independente, podendo vir a ser operado pela iniciativa privada e que poderá gerar oportunidades para os Mercados Secundários e de Curto Prazo;
c) a criação de um novo sistema tarifário em que se poderá identificar os custos de transporte do gás separadamente dos custos da molécula – houve Portaria da ANP em Consulta Pública até Dezembro/2016, referente ao novo sistema de tarifação e de reserva de capacidade por entradas e saídas de gás;
d) a implementação de maior integração entre o Gás Natural e a energia elétrica, particularmente relativa ao uso do gás como energético de transição para as energias renováveis mas, principalmente, para a nova proposição de se promover o desenvolvimento de projetos térmicos estruturantes operando na base, na tentativa de buscar novamente atração de investimentos em termelétricas importantes para a segurança energética e o desenvolvimento do país;

e) a promoção de harmonia entre regulações estaduais e federal na busca de eliminar assimetrias existentes e que prejudicam em muito o fluxo dos investimentos no setor;
f) a rediscussão de questões tributárias entre os Estados com mediação de áreas federais (Fazenda e Minas e Energia).

Mapeamento Geoespacial – Realizada a atualização permanente da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo as áreas unitizáveis do pré-sal e as áreas a serem licitadas na 14ª Rodada em 2017 pela ANP, bem como o acompanhamento da produção individualizada dos campos de petróleo e gás existentes. Todos os mapas atualizados da Exploração e Produção foram disponibilizados a toda a sociedade para download no Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo (observatorio.energia.sp.gov.br).

Exploração e Produção de Gás Natural *Onshore* – Tendo em vista os 5 blocos exploratórios da Bacia do Paraná no Estado de São Paulo arrematados na 12ª Rodada de Blocos Exploratórios de Gás Natural em Bacias Sedimentares terrestres, a Subsecretaria de Petróleo e Gás continuou acompanhando em 2016 as ações judiciais do Ministério Público que tem o objetivo de impedir a assinatura ou a continuidade das atividades de exploração dos blocos arrematados na 12ª Rodada.

Proposições Legislativas e Regulatórias – Em 2016 a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou a analisou o processo de alteração legal originado pelo Legislativo quanto à desobrigação da Petrobras ser a operadora única com participação mínima de 30% nas licitações de áreas do Pré-Sal, acompanhando também as Consultas e proposições da ANP, dentre as quais a relativa ao novo modelo de tarifação e de encargo de capacidade para os gasodutos de transporte, com o objetivo de avaliar os impactos destas medidas para a indústria de petróleo e gás e para o Estado de São Paulo.

A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou também as regulamentações da ARSESP, tanto aquelas de caráter tarifário/econômico-financeiro, quanto as de cunho técnico.

Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo - A produção paulista de gás natural, que ocorre integralmente na Bacia de Santos (75% da produção do pré-sal), vem crescendo significativamente, criando oportunidades para ampliação da oferta. As alternativas disponíveis para ampliação do suprimento por meio da importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito – GNL e da importação interestadual por gasodutos apresentam limitações técnicas e implicações tributárias. Consequentemente, para atender as demandas energéticas de São Paulo, o Governo do Estado tem apoiado a iniciativa privada nas avaliações das alternativas de ampliação da oferta de gás natural, seja por meio da construção de infraestrutura de escoamento dos campos de produção da plataforma continental paulista, seja por meio da construção de terminais de regaseificação que permitam a importação de gás natural liquefeito – GNL.

Neste sentido, a Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos, econômicos e ambientais para a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo, como meio de, se for o caso, promover a competitividade dos preços deste energético e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista.

Garantia de Suprimento de Gás e Leilões de Energia Termoelétrica a Gás Natural – A Empresa de Pesquisas Energética – EPE é o órgão responsável pela análise e projeções de carga de energia e de mercado a partir de informações das distribuidoras de energia e pelo processo de leilão para contratação de empreendimentos de geração de energia para atendimento da demanda, sendo responsável ainda pela definição de critérios de cadastramento e habilitação das usinas interessadas. Para os empreendimentos termoelétricos a gás natural, a EPE exige a comprovação de garantia do fornecimento de gás natural por todo o período de funcionamento da usina (em geral de 20-25 anos). Desta forma, a Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando o processo de definição pelo Operador Nacional do Sistema – ONS e EPE dos pontos de entrega de gás natural com capacidade ociosa para suportar a operação destas usinas termoelétricas, bem como participou das negociações envolvendo a garantia de fornecimento de gás natural pela Petrobras e demais agentes supridores aos 2 empreendimentos termelétricos no Complexo Pedreira resultantes da parceria da EMAE com o setor privado – com potência instalada totalizando 1.500 MW, consumo previsto de gás da ordem de 6 MMm³/d, com investimentos de cerca de R$ 6 bilhões - localizados em São Paulo interessados em negociar energia nos Leilões de Energia provenientes de usinas termoelétricas a gás natural promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (mercado regulado).

Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural – Parceria Fapesp e Shell – Resulta de acordo assinado em 25/09/2013 em Londres entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Shell. Este Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural é coordenado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), selecionada por meio de Chamada Pública para Submissão de Propostas, e tem a participação do Instituto de Energia e Ambiente – IEE, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN e Escola de Engenharia Mauá – EEM, além da participação de 8 institutos de pesquisa internacionais, e tem como objetivo ajudar o Brasil a utilizar de forma sustentável seu potencial de produção de óleo e gás natural. Os investimentos serão de até US$ 20 milhões em pesquisas sobre produção e consumo de energia limpa, sendo US$ 10 milhões de cada instituição ao longo de 5 anos. Os programas de pesquisa desse Centro são Pesquisa em Engenharia, Pesquisa Físico-Química e Pesquisa da Política e Econômica da Energia. Atualmente estão em análise eixos de atuação conjunta e projetos de interesse envolvendo a Fapesp, BG, Poli-USP e Subsecretaria de Petróleo e Gás com os objetivos estratégicos de desenvolver o mercado de gás natural no Estado de São Paulo, alinhada às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC e Conselho Estadual de Política Energética – CEPE. Em 2016 a Subsecretaria de Petróleo e Gás participou de reuniões de acompanhamento e de Workshops para apresentação e discussão dos resultados parciais dos 29 projetos. Para 2017, está prevista uma estação de trabalho na Subsecretaria de Petróleo e gás para aumentar a interação entre os RCGI e a SEEM. A intenção é que esta estação seja utilizada por diferentes pesquisadores do RCGI, com vistas a ampliar a cooperação e atender os interesses mútuos.

Alterar a Regulamentação sobre Mini e Microgeração Distribuída – Diante da necessidade de induzir incrementos de eficiência energética e promover medidas de incentivo à geração distribuída e descentralizada, à cogeração de energia e permitir que unidades consumidoras possam gerar em parte ou no todo a energia que consomem e injetarem eventuais excedentes na rede de distribuição de energia, aliviando a necessidade de investimentos em expansão do parque de geração e transmissão de energia e consequentes reforços e ampliações na rede de distribuição, a ANEEL promoveu em 2015 processo de Consulta Pública para alterar a Resolução 482/2012, que estabelece condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição. Neste sentido, a Secretaria de Energia e Mineração participou do processo de reavaliação desta Resolução, realizando análise técnica conjunta pelas Subsecretaria de Petróleo e Gás e Energia Elétrica no sentido de fornecer subsídios ao adequado aprimoramento regulatório, culminando com a publicação em Novembro/2015 pela Aneel da Resolução 687/2015. Em 2016 a Subsecretaria de Petróleo e Gás permaneceu acompanhando a evolução da mini e microgeração a gás natural na rede de distribuição do Estado.

Cogeração Instituto Butantan – Inicialmente o projeto previa a modernização do Complexo com a implantação de cogeração a gás, instalação de sistema fotovoltaico, iluminação com LED e a modernização dos sistemas de ar condicionado. O objetivo é aumentar a confiabilidade do fornecimento de energia para o Instituto, gerar economia no consumo e reduzir custos de manutenção dos equipamentos. A Subsecretaria de Petróleo e Gás, em conjunto com a Subsecretaria de Energia Elétrica, realizou o acompanhamento e deu suporte para a implantação do sistema de cogeração a gás natural no complexo do Instituto Butantan.

Projeto de Geração Distribuída no Complexo do Hospital das Clínicas, composto de central de cogeração, usina solar fotovoltaica, sistema de armazenamento de energia, modernização do sistema de ar condicionado, iluminação e outros equipamentos – Acompanhamento, coordenação e suporte para implantação do sistema de cogeração a gás natural no Complexo do Hospital das Clínicas de modo a conciliar aspectos técnicos e jurídicos envolvidos na concretização do projeto.

Acompanhamento do processo licitatório de Concessão de prestação de Serviços de Transporte Público Coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de São Paulo, sob coordenação da ARTESP – Participação nas etapas de audiências e consultas públicas, realizando contribuições ao processo com vistas a estimular o uso de ônibus a gás natural no Estado.

Para isso, a Subsecretaria de Petróleo e Gás realizou inúmeras reuniões com as empresas montadoras de ônibus, agentes setoriais, sindicato dos operadores, agências reguladoras de gás canalizado e de transporte coletivo e distribuidoras de gás canalizado do Estado com a finalidade de verificar os gargalos e apresentar contribuições à minuta do edital, cuja versão definitiva foi publicada em 24/06/2016.

Ônibus a hidrogênio - Continuidade do projeto da EMTU, com incorporação da tecnologia de produção de hidrogênio a partir da reforma de Gás Natural - Desenvolvimento e submissão de

proposta ao BNDES em 30/04/16 para financiamento de projeto, no valor de R$ 16 milhões, com contrapartida de 20% com recursos de P&D da Comgás, e participação do RCGI, Comgás, Concessionária Metra, EMTU e seus parceiros. Essa proposta é composta pelo: Desenvolvimento de planta de produção de hidrogênio a partir de reforma de gás natural para utilização em veículos de transporte público de passageiros (ônibus) da EMTU (2ª geração); Estudos comparativos de tecnologias de produção de Hidrogênio pela tecnologia da Eletrólise e reforma de gás natural; Desenvolvimento de ônibus articulado movido a hidrogênio – 3ª geração - e comparativo de desempenho operacional com ônibus movido a gás natural.

Revisão Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo – Em face da importância de disponibilidade de insumos energéticos a preços competitivos para a promoção de desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida, de condições favoráveis à atração de investimentos e da segurança jurídica baseada em respeito aos contratos, a Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando os desdobramentos relativos ao processo de Revisão Tarifária das três distribuidoras de gás canalizado localizadas em São Paulo – Comgás, Gás Brasiliano e Gás Natural Fenosa. Nessa ocasião é que são definidos os Planos de Negócios das Concessionárias para os próximos 5 anos, a Margem de Distribuição que resultará nas tarifas de cada segmento de consumo e os municípios que passarão a ser atendidos no ciclo tarifário de expansão 2017-2022.

A Subsecretaria consolidou também as projeções de investimento, número de municípios atendidos, número de consumidores, extensão da rede e volume distribuído das 3 concessionárias de distribuição de gás canalizado que atuam no Estado no período 2017-2022, propondo o Plano Estadual de Metas de Gás Canalizado, aprovado pelo CEPE em 22/11/2016, que reúne os elementos essenciais de suporte ao processo de Revisão Tarifária. A Subsecretaria de Petróleo e Gás encaminhou o Plano Estadual de Metas aprovado pelo CEPE à Secretaria de Governo, que o enviou à ARSESP para conhecimento e análise no âmbito da Revisão Tarifária das Distribuidoras de Gás Canalizado.

Sumário Executivo de Petróleo e Gás – As atividades de planejamento e formulação de políticas públicas exigem a disponibilidade de informações estatísticas organizadas e atualizadas. Com o propósito de atender essa necessidade e de fornecer estatísticas estaduais em petróleo e gás voltadas a órgãos públicos, pesquisadores, empresas, prefeituras e interessados em geral, a Subsecretaria de Petróleo e Gás prosseguiu com a publicação do Sumário Executivo, disponibilizado ao público nos idiomas Português, Inglês e Espanhol. Esses documentos, disponibilizados no website da Secretaria e enviados eletronicamente aos agentes do setor, apresentam informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, os preços de referência e praticados e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades, e permitem o acompanhamento e monitoramento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados.

Anuário da Indústria de Petróleo e Gás Natural de São Paulo 2017 – Publicação iniciada em 2014 e continuada em 2015 e 2016 em edição Bilíngue - idiomas Português/Inglês, este Anuário consolida as informações dos últimos cinco anos sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços de referência e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades em 2016, constituindo importante elemento de consulta e acompanhamento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados. A versão de 2017, relativa ao ano 2016, está sendo concluída e será divulgada nos próximos meses no Website da Secretaria de Energia e Mineração (www.energia.sp.gov.br).

Programa Nacional do Gás Natural Matéria-Prima (ABIQUIM) – A indústria química e petroquímica é um dos maiores segmentos consumidores de gás natural, utilizando-o como energético (para queima) e como matéria-prima. Devido à importância do preço do gás natural para o uso como matéria-prima e à falta de competitividade da indústria química nacional - com déficits crescentes na balança comercial de químicos básicos - a Associação Brasileira da Indústria Química elaborou o Programa Nacional do Gás Natural Matéria-Prima, com o objetivo de propor medidas de curto, médio e longo prazo para reverter o quadro de fechamento e alta ociosidade das plantas químicas e retomar investimentos. Em virtude da importância do tema, a Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando as discussões e a proposta para regulamentação do Art. 58 da Lei do Gás (remete ao CNPE a atribuição de estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais).

Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural *Offshore* – O Estado de São Paulo já é o 3º maior produtor de petróleo e gás natural do país, devendo se tornar o 2º maior produtor em breve. Os volumes crescentes de produção de petróleo e gás natural no pré-sal na Bacia de Santos elevam o

interesse das operadoras em áreas exploratórias da Bacia de Santos e criam inúmeras oportunidades de negócio e de dinamização econômica, inserindo definitivamente o petróleo como vetor de desenvolvimento na economia estadual. A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha e sistematiza os dados das atividades de exploração e produção em São Paulo, cuja ampliação fortalece a indústria paulista, principal fornecedora de máquinas, bens e equipamentos para o setor de petróleo e gás nacional, e cria inúmeras oportunidades de emprego e renda para a população paulista. Neste contexto, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha e divulga o incremento ocorrido na arrecadação de royalties e participações especiais do Estado (R$ 710,4 milhões em 2016) e dos Municípios (R$ 759,7 milhões em 2016), decorrente do aumento da produção, multiplica os benefícios socioeconômicos gerados e acentua a importância da atividade de petróleo e gás para São Paulo.

Entidades Vinculadas

Companhia Energética de São Paulo (Cesp)

A CESP é uma concessionária de serviço público de geração de energia de fonte exclusivamente hidráulica. Foi responsável em 2016 por aproximadamente 39% da energia hidrelétrica produzida no Estado de São Paulo e cerca de 3% da energia elétrica gerada no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Parque Gerador de Fontes Renováveis: A CESP possui três usinas hidrelétricas que operam no regime de preço: Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna e foi responsável pela operação e manutenção temporária das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, sob regime de cotas, até 30 de junho de 2016. Neste ano, a produção dessas usinas teve o seguinte comportamento:

Usina	Potência Instalada	Garantia Física	Energia Produzida
Porto Primavera	1.540,0	1.017,0	1.060,3
Paraibuna	87,0	50,0	10,9
Jaguari	27,6	14,0	5,6
Total	**1.654,6**	**(1) 1.081,0**	**1.076,8**
Ilha Solteira	3.444,0	1.731,5	1.453,2
Jupiá	1.551,2	886,0	890,8
Total - COTAS	**4.995,2**	**(2) 2.617,5**	**2.344,0**

(1) Energia comercializável no regime de preço durante o ano.
(2) Energia comercializável em regime de cotas até 30 de junho de 2016.

Planejamento Estratégico – Foram concluídos em 2016, os estudos de Planejamento Estratégico para a Companhia, contratados junto à consultoria BAIN & Company. O trabalho serviu de base para elaboração da Estratégia de Longo Prazo, nos termos da Lei das Estatais Nº 13.303 de 2016, Art. 23º, § 1º.

Estratégia de Longo Prazo – – Em 23 de agosto de 2016, o acionista controlador anunciou sua decisão de retomar a privatização da CESP, no curto prazo, e contratou consultoria para realizar estudos neste sentido. Em paralelo, estão planejados ajustes de PMSO, prospecção de negócios que assegurem o crescimento da capacidade de geração de energia, especialmente com fontes de geração solar ou pequenas centrais hidráulicas, melhorias na eficiência organizacional, operacional e na gestão jurídica da Companhia.

Estudo de Inventário Hidrelétrico do Trecho do Rio Pardo entre o remanso da UHE Euclides da Cunha e o canal de fuga da UHE Caconde – – Por solicitação da CESP, em 17 de maio de 2016 a ANEEL emitiu o Despacho Nº 1.285, conferindo o registro para elaborar os estudos de inventário no trecho citado do Rio Pardo, no qual havia previsão de pelo menos três pequenas centrais hidrelétricas: São José, Barreiro e Carrapatos. Os estudos estão em andamento, com previsão de término para Setembro de 2017.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – Em atendimento à Lei nº 9.991/2000 e alterações posteriores, as concessionárias de geração de energia elétrica, entre estas a CESP, devem destinar 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) para o Programa de P&D-ANEEL. Destacamos para o ano de 2016 os seguintes projetos:

Polo Tecnológico de Porto Primavera:

Estão sendo implantados como projetos de P&D da CESP, sistemas de geração eólica e fotovoltaicos (terrestre e flutuante) na UHE Porto Primavera, visando proporcionar a criação de um polo tecnológico de energias renováveis.

A potência total a ser instalada é de 200 kW para o sistema eólico e 550 kWp para o solar fotovoltaico rígido e flexível (500 kWp em solo e 50 kWp em estruturas flutuantes no lago). Com investimentos previstos de R$ 31 milhões, a implantação dessas usinas permitirá o desenvolvimento de três linhas de pesquisas:

- complementaridade energética e rebatimentos comerciais e regulatórios;
- modelagem energética de estações solarimétrica e anemométrica para estudos da energia primária disponível; e
- estudos de arranjo de plataforma flutuante.

Na pesquisa, ganhará especial ênfase a particularidade de concepção do Projeto, que tem como característica central a formação de portfólio de renováveis junto ao reservatório de uma planta hidrelétrica existente, permitindo computar:

- as vantagens de isenção de custo de terreno para instalação, como também o fato de não se incorrer em custo de transmissão adicional, pois a ideia é integração com a planta existente sem expansão na Subestação ou rede de transmissão saindo da UHE;
- elaboração detalhada de base de dados de velocidades de vento e radiação solar para o Estado de São Paulo;
- modelagem detalhada da operação da UHE existente integrada às plantas solar e eólica, considerando a capacidade de armazenamento do reservatório para compensar as variações de produção, tanto da planta solar, quanto da eólica, de tal forma a não ultrapassar a restrição de capacidade instalada da subestação.

Atendendo à Chamada Pública nº 19/2015 da ANEEL intitulada “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica”, a CESP iniciou, em dezembro de 2016, convênio para a implantação de usina piloto por meio de integração da fonte de Geração Termossolar ao complexo de energias alternativas renováveis da UHE Porto Primavera. Esse projeto permitirá maior diversificação na integração e pesquisa das fontes de geração de energia sustentável do Polo Tecnológico, com custo estimado de R$ 50 milhões e prazo de 48 meses.

Metrô: Cobertura do Centro de Controle e Operações – CCO

Está em avaliação, proposta de projeto com recursos oriundos do programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, contemplando parceria entre a CESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e IEE – Instituto de Energia e Ambiente da USP, para a instalação de sistema de micro geração solar fotovoltaica com potência até 30 kWp, visando pesquisas quanto aos impactos na produtividade relacionados à sujidade dos equipamentos. Os investimentos previstos são da ordem de R$ 1,1 milhão, com prazo estimado em 36 meses.

Gestão da produção de energia elétrica – A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Ciclo de chuvas 2015/2016 - registrou precipitações inferiores à média histórica para a bacia do rio Paraná e na média para as bacias dos rios Tietê e Paraíba do Sul.

Operação de Controle de Cheias – A despeito da estiagem prolongada neste ciclo, foram mantidos ativos os organismos de atuação permanente e preventiva para controle de cheias, a saber: o Comitê de Gestão de Cheias (CGC), o Comitê de Operação em Situação de Emergência (COEm) e os serviços do Plano de Comunicação: Boletim Informativo de Vazões (BIV), Site da CESP e Telecheia, com Discagem Direta Gratuita para o número (0800-647-9001), esse último mantido até o término da operação assistida das usinas hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira, em 30.06.2016. Após essa data, foi disponibilizado um novo número na página da empresa.

Comercialização de energia – A previsão de faturamento comercial para 2016 é de R$ 2.050,3 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Faturamento Comercial CESP	R$ milhões (1)
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	1.035,8
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado	576,6
CCEE – RAG Cotas Ilha Solteira e Jupiá	385,3
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	47,0
CTEEP/PPTE/Outros– Contratos Prestação de Serviços	5,6
Total	**2.050,3**

(1) Faturamento realizado até novembro e estimado para dezembro/16.

Índices operacionais – Os índices de disponibilidade das unidades geradoras da CESP em 2016 foram melhores que os valores de referência estabelecidos pela ANEEL e representam desafios permanentes para os processos empresariais.

Empreendimento	Índice de Referência Aneel	Disponibilidade Verificada
UHE Jaguari	90,96%	97,42% (1)
UHE Paraibuna	93,01%	95,31% (1)
UHE Jupiá	89,58%	92,22% (2)
UHE Porto Primavera	89,58%	93,82% (1)
UHE Ilha Solteira	89,58%	91,27% (2)

(1) UHE Jaguari, UHE Paraibuna e UHE Porto Primavera dados de dezembro/2016

(2) UHE Ilha Solteira e UHE Jupiá - dados de junho/2016.

Engenharia de manutenção – Foram realizados programas de revitalização, modernização e automação e monitoramento de equipamentos e instalações, para garantir as condições de segurança, disponibilidade e confiabilidade da produção, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores.

Estudos de oferta de energia – Visando manter a participação da companhia no acompanhamento do aumento da oferta de energia ao SIN, foram desenvolvidos os seguintes estudos principais, na área de hidroeletricidade e de fontes alternativas de energia:

a – Em função da possibilidade de instalação de uma nova fonte de natureza fotovoltaica nas imediações da usina hidrelétrica Porto Primavera, foram avaliadas alternativas de conexão de 365 MW (456 MWp) na rede existente circunvizinha à usina, em regime permanente.

b – Realizado estudo de viabilidade da PCH Emas Nova – ampliação (parceria), a partir de uma nova proposta de motorização da usina e consequente reconfiguração das instalações.

c - Avaliação dos impactos das mudanças metodológicas associadas à revisão ordinária de garantia física de energia das usinas hidrelétricas, relacionada à Portaria MME nº 681/2014, Portaria MME nº 544/2015 e Portaria MME nº 622/2016

Estudos de planejamento elétrico e energético – O sistema interligado está em constante evolução e transformação, tanto no aspecto físico e topológico como regulatório e metodológico. Com objetivo de acompanhar a dinâmica do sistema, oferecer visibilidade de possíveis cenários futuros e subsidiar decisões, bem como o posicionamento da empresa, são realizados estudos e análises conjunturais.

Recursos Humanos - Políticas e Práticas de Inclusão Social e Igualdade - A CESP é certificada por suas políticas e práticas de inclusão social e igualdade de oportunidades. As ações desenvolvidas em 2016 foram:

- Dia Internacional contra a Discriminação Racial;
- Dia Mundial da Água,
- Dia do Índio;
- Dia Internacional de Combate à Homofobia;
- Dia Nacional da Consciência Negra;
- Ato Ecumênico.

Além destas datas, houve a Semana Interna da Diversidade, abordando o tema Diversidades: Convivendo, Conversando e Construindo e um treinamento sobre o Código de Conduta para os empregados.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE

A EMAE tem características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e são utilizadas, de forma expressiva, para outros fins como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de cheias e enchentes do Canal Pinheiros e dos reservatórios do Guarapiranga, Billings e Pirapora.

As concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes valem até 30/11/2042, para disponibilização da energia e potência das usinas no sistema de cotas com receita estabelecida, mediante tarifa regulada. A EMAE continuou a atuar no sentido de consolidar seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando otimizar suas instalações e operações para adequá-los às suas receitas e, assim, remunerar seus acionistas.

Os principais destaques do ano foram:

a) a continuidade dos serviços de manutenção das condições operacionais do Canal do Rio Pinheiros.

b) andamento do processo para elaboração do projeto para qualificação das águas do Rio Pinheiros.

c) Recuperação da geração da PCH Pirapora

Geração de Energia

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)		
			2015	2016	2016/2015
UHE Henry Borden	889,0	127,70	61,30	102,60	67,37%
Porto Góes	24,8	11,63	13,16	11,58	-12,00
Rasgão	22,0	11,84	11,99	12,86	7,26
PCH Pirapora	25,0	17,17	5,91	1,66	-71,91
Total	**960,8**	**168,34**	**92,36**	**128,7**	**39,35**

Comercialização de Energia

Modalidades de Venda		(MW médios)	
		2015	2016
ACR - Ambiente de Contratação Regulado		173,45	167,17
ACL - Ambiente de Contratação Livre	Vendas de Longo Prazo	8,5	6,4
	Vendas de Curto Prazo	0,5	0,6
	Total	9,0	7,0
Total ACR + ACL		**182,45**	**174,17**

Arrendamento de ativos da UTE Piratininga: Mantiveram-se em andamento normal os pagamentos feitos à EMAE pela Baixada Santista Energia, subsidiária integral da Petrobras, referentes aos contratos de arrendamento e de operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga.

Controle de cheias: visando o aumento da confiabilidade e da eficiência operacionais do sistema de reversão instalado no Canal Pinheiros, a empresa vem atuando nos serviços de manutenção das suas condições operativas, destacando-se o desassoreamento e retirada de lixo.

Desassoreamento: os serviços de desassoreamento do Canal do Rio Pinheiros, iniciados em agosto/11, continuam em progresso. Até dezembro de 2016, foram retirados cerca de 2,22 milhões de metros cúbicos (m³) de assoreamento.

Serviços associados ao sistema hidroenergético – Destaque para:

a) Balsas – opera três pontos de travessias no Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita, transportando, anualmente, cerca de 1,4 milhão de veículos e 2,8 milhões de pedestres em 186.909 viagens.

b) Retirada anual de lixo: **Canal Pinheiros** – Usinas de Pedreira e Traição - 4.230 m³ de lixo, o que equivale a cerca de 1.692 toneladas; Rio Tietê: Usinas de Rasgão e Porto Góes, cerca de 8.528 m³ de lixo (3.411 toneladas).

c) Retirada de lixo flutuante e vegetação aquática do Canal Pinheiros em 2016 foi de 9.120 m³, cerca de 3.648 toneladas;

d) Combate à proliferação de pernilongos – ação conjunta com a Prefeitura do município de São Paulo. Couberam à EMAE as retiradas de vegetação aquática e lixo do Canal Pinheiros e roçagem dos 50 km de suas margens (produtividade de cerca de 500.000 m²/mês).

Meio Ambiente: Os principais destaques de 2016 foram:

a) **Programas institucionais**: responsável pela gestão dos programas de coleta seletiva na sede da Empresa e na U.E de Traição, de coleta de óleo comestível usado em todas as instalações da EMAE e na escola da Usina de Henry Borden e de coleta de filme radiográfico.

b) **Programa de Visitaçã**o: acompanhamento de visitas de professores e estudantes de ensino superior na sede da Empresa e na Usina Henry Borden.

c) **Gerenciamento de Resíduos:** a EMAE coletou para descontaminação e reaproveitamento, 4.891 lâmpadas contendo vapor de mercúrio, 75 kg de pilhas e baterias retiradas de suas instalações e de uso de seus colaboradores, 1.400 pneus recolhidos no canal Pinheiros, 210 litros de óleo de cozinha e 11 kg de sucata de filme radiológico.

Foram coletados em suas instalações e junto aos seus colaboradores 41 toneladas de material reciclável, destinando para a cooperativa possibilitando a manutenção de 60 postos de trabalho nessa entidade.

Mantida a logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos, destinando 34 cartuchos e 170 toners de impressora usados.

Também foram destinados de forma ambientalmente adequada 7.750 litros de óleo lubrificante contaminado.

d) **Remediação de Solo:** realizada a remediação do solo da Estação de Transferência de Óleo Combustível da Usina Termoelétrica Piratininga. Os resíduos foram depositados e protegidos provisoriamente em local apropriado, para posterior destinação.

e) **Caracterização de Material de Dragagem do Canal Pinheiros:** executado os serviços de caracterização dos sedimentos do canal Pinheiros para lançamento na Cava de Carapicuíba, referente aos anos de 2015 e 2016, conforme estabelece a Licença Ambiental de Operação de Regularização nº 2.035 das Atividades Manutenção do Canal do Rio Pinheiros. Os resultados dessa campanha já foram submetidos à avaliação da CETESB.

f) **Outorga do Uso de Recursos Hídricos:** obtida a Outorga (Portaria DAEE nº 1343) que autoriza a utilização dos recursos hídricos por cinco anos no Rio Grande ou Jurubatuba (Billings) para fins de geração de energia na Usina Termoelétrica Piratininga: captação (2.880 m³/h) e lançamento superficial (2.052 m³/h).

Efetuada a solicitação ao DAEE da outorga para barramento, captação e lançamento superficial para a Usina Hidroelétrica de Porto Góes. Aguardando a emissão do documento.

g) **Atendimento a Exigência de Licença de Operação nº. 2251:** foram realizados os serviços de manutenção das 9.520 mudas referentes ao Plantio Compensatório da PCH Pirapora. O serviço consiste na limpeza do terreno, coroamento, controle de pragas, poda de condução e substituição das mudas mortas, bem como o fomento florestal em áreas próximas à PCH Pirapora com o plantio de 200 mudas de espécies nativas de Floresta Semi Decidual Estacional.

h) **Poda técnica e Supressão de Árvores:** acompanhamento da execução de serviços de poda e supressão de árvores com risco iminente de queda com o objetivo de liberação de linhas áreas de transmissão de energia para as unidades localizadas nas Usinas Elevatórias de Pedreira e de Traição, Sede EMAE / CESP, UHE Porto Góes e UHE Rasgão.

i) **Plantio de Árvores:** execução de serviço de plantio de mudas nativas de mata-atlântica para recuperação ambiental de área reintegrada, em função dos impactos ambientais desencadeados por invasores de terras em áreas de propriedade da EMAE às margens do Reservatório Billings.

j) **Parecer Técnico:** emissão de pareceres ambientais referentes a pleitos para cessão de uso de áreas patrimoniais da EMAE a terceiros.

Energia solar: A EMAE publicou a etapa específica para fonte fotovoltaica em terreno de propriedade da Empresa situado em junto a Barragem Edgard Souza, através da "Chamada Pública nº 01/2016 – Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis" (vide abaixo).

PCH: Em 2016, continuou em andamento o Termo de Cooperação Técnica entre a EMAE e o Departamento Hidroviário – DH, para elaboração o projeto básico e executivo do empreendimento PCH Anhembi, no rio Tietê, em São Paulo, que está na fase de licenciamento ambiental.

Permanecem as gestões junto à ANEEL e MME para liberação da repotenciação da PCH Edgard de Souza, no rio Tietê. Atendida demanda regulatória da ANEEL para formalização do sumário executivo do Projeto PCH Guaxatuba no processo de autorização do empreendimento.

Publicação de Chamadas Públicas - Geração Térmica / Fontes Renováveis:

a) Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE. A chamada constitui-se em instrumento de manifestação de interesse dos agentes privados atuantes no segmento de energia, que possibilita avaliar oportunidades de negócio em parceria. Em dezembro de 2015 foram selecionadas as empresas AES Tietê e Gasen/Siemens para dar continuidade nos estudos de implantação, em 2016, as empresas finalizaram estudos de pré viabilidade ambiental dos futuros empreendimentos.

b) Chamada Pública nº2/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE no município de Salto, junto a usina hidroelétrica Porto Góes. Em outubro de 2015, a empresa COMPASS foi selecionada para a formação de parceria com a EMAE. Em função da atual queda do cenário econômico e consumo energético, a geração *Merchant* não tem sido praticada, sendo assim, em 2016 o projeto manteve-se suspenso, aguardando cenários favoráveis de geração de energia.

c) Chamada Pública nº1/2016 – "Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis", esta chamada pública ficará aberta permanentemente e tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis, destacando-se, mas não se limitando a: Eólica; Fotovoltaica; PCHs; Biomassa; Resíduos Sólidos Urbanos.

Dentro da Chamada foi proposta uma etapa específica para fonte fotovoltaica (Edgard Souza), que tem como objetivo selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, em área de aproximadamente 60.000 m² (sessenta mil metros quadrados), junto à Barragem Edgard de Souza, no município de Santana de Parnaíba – SP, de propriedade da EMAE.

Prestação de serviços para terceiros: Destaca-se, como importante fonte de receita para a EMAE em 2016, a continuidade dos seguintes contratos de operação e manutenção:

a) Complexo termelétrico composto pelas usinas Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia, subsidiária da Petrobras;

b) Estação de bombeamento Eduardo Yassuda (córrego Água Espraiada), da Prefeitura de São Paulo.

Pesquisa e Desenvolvimento: Em 2016 foram concluídos os contratos de dois projetos cooperados com outras concessionárias: "Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação Econômica" e "Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação em Engenharia", e um projeto de autoria da Empresa "Desenvolvimento de Metodologia para Precificação do Espaço dos Reservatórios de Geração de Energia Elétrica para seu uso como Área de Servidão (Dutos)". Ainda em 2016 foi dada continuidade ao projeto cooperado: "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira" e lançada Chamada Pública para captação de propostas de projetos de P&D com a EMAE.

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

41000 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**178.034.650,00**	**103.152.964,84**	**1.254.523,91**	**104.407.488,75**	**102.422.673,22**
Pessoal e Encargos Sociais	25.201.667,00	24.962.960,41	0,00	24.962.960,41	25.075.855,97
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	152.832.983,00	78.190.004,43	1.254.523,91	79.444.528,34	77.346.817,25
Despesas de Capital	**17.000.399,00**	**1.877.007,38**	**1.363.426,26**	**3.240.433,64**	**7.255.519,70**
Investimentos	17.000.399,00	1.877.007,38	1.363.426,26	3.240.433,64	7.255.519,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**195.035.049,00**	**105.029.972,22**	**2.617.950,17**	**107.647.922,39**	**109.678.192,92**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

41000 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 – Apoio Administrativo	**67.047.969,00**	**62.098.506,65**	**1.254.523,91**	**63.353.030,56**	**54.606.110,11**
Despesas Correntes	67.047.959,00	62.092.170,61	1.254.523,91	63.346.694,52	54.606.110,11
Despesas de Capital	10,00	6.336,04	0,00	6.336,04	0,00
4107 - Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.456.814,20**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	7.444.511,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	12.303,00
4109 - Esporte Paulista Rumo a 2016	**108.327.491,00**	**41.058.123,30**	**0,00**	**41.058.123,30**	**40.296.437,36**
Despesas Correntes	108.327.491,00	41.058.123,30	0,00	41.058.123,30	40.296.437,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4110 - Implementando a Atividade Esportiva	**17.800.389,00**	**1.870.671,34**	**1.363.426,26**	**3.234.097,60**	**7.316.420,32**
Despesas Correntes	800.000,00	0,00	0,00	0,00	73.203,62
Despesas de Capital	17.000.389,00	1.870.671,34	1.363.426,26	3.234.097,60	7.243.216,70
4111 - Jovem em Foco	**1.859.200,00**	**2.670,93**	**0,00**	**2.670,93**	**2.410,93**
Despesas Correntes	1.859.200,00	2.670,93	0,00	2.670,93	2.410,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**195.035.049,00**	**105.029.972,22**	**2.617.950,17**	**107.647.922,39**	**109.678.192,92**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SELJ) executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Esporte e Lazer, Coordenadoria de Programas para Juventude, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. Passamos a apresentar, portanto, as seguintes realizações:

Programa 0100 – Apoio Administrativo

Realizar o gerenciamento de contratos e serviços que viabilizem as atividades institucionais da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude na área de infraestrutura administrativa e na manutenção e melhorias nos próprios da pasta.

Ação 5854 - Gestão de Infraestrutura e Suprimentos

Gerenciamento das atividades da Pasta de forma a dar suporte e condições de manutenção adequada e de funcionalidade das unidades administradas, inclusive de reformas da Sede, dos conjuntos desportivos Baby Barioni, Constâncio Vaz Guimarães-Ibirapuera, Vila Olímpica "Mário Covas", Cerecamp, Centros Sociais Urbanos, Delegacias e Inspetorias, entre outros, aumentando as condições de utilização com bem-estar e segurança ao público frequentador desses locais.
Previsto: 72 Unidades Administradas (unidade)
Realizado: 72 Unidades Administradas (unidade)

Programa 4109 - São Paulo Mais Esporte e Lazer

Formular políticas públicas voltadas ao desporto e para-desporto, coordenar e implementar ações governamentais, apoiar iniciativas, promover o desenvolvimento do esporte, bem como, propiciar intercâmbio entre Organizações e Confederações..

Ação 5131 – Competições e Práticas Esportivas para Convencionais

Realização, promoção e divulgação de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira educacional, desportiva, competitiva e formativa, direcionada para a população de qualquer faixa etária, propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos.

A Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL) executa, anualmente, o tradicional calendário oficial de eventos esportivos, com a participação de 459 municípios, 25.042 Equipes e 579.813 participantes.

Por meio dos convênios realizados com as Prefeituras Municipais e Entidades esportivas, foram desenvolvidos inúmeros eventos esportivos, como segue:

Eventos Calendário Cel – 2016		
Março	**Datas**	**Cidade**
20º Jori - 3ª Região	16 A 20	Botucatu
Número de Participantes		2422

Abril	**Datas**	**Cidade**
20º Jori - 7ª Região	13 A 17	Osvaldo Cruz
Número De Participantes		1873
20º Jori - 8ª Região	20 A 24	Avaré
Número De Participantes		1747
20º Jori - 8ª Região	27/Abr A 01/Mai	Caraguatatuba
Número De Participantes		2267

Maio		Datas	Cidade
20º Jori – 6ª Região		04 A 08	Novo Horizonte
Número de Participantes			2261
20º Jori – 4ª Região		11 A 15	Americana
Número de Participantes			2208
20º Jori – 5ª Região		18 A 25	Brodowski
Número de Participantes			2527
Junho		**Datas**	**Cidade**
20º Jori - 1ª Região		08 A 12	Itanhaém
Número de Participantes			1907
33º Jogos Abertos Da Juventude		16 A 25	Caraguatatuba
Número de Participantes			3466
20º Jai		29/Jun A 03/Julho	Barretos
Número de Participantes			1831
Julho		**Datas**	**Cidade**
60 º Jogos Regionais	**1ª Região Esportiva**	05 A 16	São Bernardo Do Campo
	Número de Participantes		5104
	2ª Região Esportiva	19 A 30	Caraguatatuba
	Número de Participantes		6815
	3ª Região Esportiva	19 A 30	Bauru
	Número de Participantes		1738
	4ª Região Esportiva	19 A 30	Americana
	Número de Participantes		6417
	5ª Região Esportiva	05 A 16	Sertãozinho
	Número de Participantes		4753
	6ª Região Esportiva	19 A 30	Araçatuba
	Número de Participantes		3942
	7ª Região Esportiva	05 A 16	Osvaldo Cruz
	Número de Participantes		4027
	8ª Região esportiva	19 A 30	Avaré
	Número de Participantes		4945
Agosto		**Datas**	**Cidade**
Jogos Escolares do Estado de São Paulo (Jeesp) - Mirim		11 A 20	Taquaritinga
Número de Participantes			1470
6ª Copa G.A.		25 A 28	Lins
Número de Participantes			83

Setembro	Datas	Cidade
8ª Copa Gr	01 A 04	Piraju
Número de Participantes		209
80º Jogos Abertos	10 A 24	São Bernardo Do Campo
Número de Participantes		11449
Jogos Escolares Nacionais – Mirim	20 A 29	João Pessoa/Pb
Número de Participantes		180
Outubro	**Datas**	**Cidade**
Jogos Escolares do Estado de São Paulo (Jeesp) - Infantil	11 A 20	Indaiatuba
Número de Participantes		1424
6º Campeonato Estadual de Basquete	30/Out A 5/Nov	Tietê
Número de Participantes		222
17º Campeonato Estadual de Handebol	30/Out A 5/Nov	Tietê
Número de Participantes		293
3º Campeonato Estadual De Voleibol	30/Out A 5/Nov	Dracena
Número de Participantes		229
7º Campeonato Estadual de Futsal	30/Out A 5/Nov	Dracena
Número de Participantes		251
Novembro	**Datas**	**Cidade**
Jogos Escolares da Juventude - Infantil	10 A 19	João Pessoa/Pb
Número de Participantes		191
Jogos Paralímpicos Escolares	21 A 26	Centro Paralímpico – São Paulo
Número de Participantes		193
Dezembro	**Datas**	**Cidade**
45º Campeonato Estadual de Futebol –Fraldinha	04 A 13	Presidente Venceslau
Número de Participantes		288
45º Campeonato Estadual de Futebol – Dentinho	04 A 13	Presidente Venceslau
Número de Participantes		288
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dente de Leite - Masculino.	04 A 13	Pereira Barreto
Número de Participantes		247
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Masculino	04 A 13	Pereira Barreto
Número de Participantes		211
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Feminino	04 A 13	Ibirapuera – São Paulo
Número de Participantes		128
Total de Participantes		**77606**

Repasses Para Jogos do Calendário (somente convênios com Prefeituras, não inclusas despesas com arbitragem, diárias, transporte e outras despesas para a realização do evento)

Entidade	Evento	Valor (R$)	Fonte
PM de Pereira Barreto	45º Campeonato Estadual de Futebol Dente de Leite e Dentão	86.400,00	Tesouro
PM de Presidente Venceslau	45º Campeonato Estadual de Futebol Fraldinha e Dentinho	86.400,00	Tesouro
PM Dracena	III Copa de Voleibol do Estado de São Paulo e VII Copa de Futsal do Estado de São Paulo	99.000,00	Tesouro
PM Osvaldo Cruz	60º Jogos Regionais	360.000,00	Tesouro
PM Americana	60º Jogos Regionais	360.000,00	Tesouro
PM Araçatuba	60º Jogos Regionais	360.000,00	Tesouro
PM de Avaré	60º Jogos Regionais	357.078,83	Tesouro
PM de Caraguatatuba	60º Jogos Regionais	360.000,00	Tesouro
PM de Sertãozinho	60º Jogos Regionais	360.000,00	Tesouro
Entidade	**Evento**	**Valor (R$)**	**Fonte**
PM de São Bernardo do Campo	60 º Jogos Regionais	360.000,00	Tesouro
PM de São Bernardo do Campo	80º Jogos Abertos Horácio Baby Barioni	1.080.000,00	Tesouro
PM de Lins	VI Copa de Ginástica Artística	40.500,00	Tesouro
PM de Piraju	VIII Copa de Ginástica Rítmica	40.500,00	Tesouro
PM de Caraguatatuba	33º Jogos da Juventude	450.000,00	Tesouro
PM de Tietê	VI Copa de Basquetebol e XVII Copa de Handebol	110.000,00	Tesouro
	Investimento Total	4.509.878,83	

Eventos Desenvolvidos Extracalendário

O quadro seguinte demonstra o grande número de **eventos estruturados, captados e desenvolvidos pela SELJ no nosso Estado**. No primeiro grupo estão **os eventos de âmbito ESTADUAL:**

Foram celebrados 2 convênios com uma entidade esportiva e uma prefeitura do Estado de São Paulo, totalizando um investimento de R$ 118.800,00; conforme quadro abaixo (não inclusas despesas com arbitragem, diárias, transporte e outras despesas para a realização do evento):

Entidade	Evento	Valor	Fonte
PM de Pedranópolis	IV Copa de Futebol Amador Pedranópolis Valdecir Della Rovere *In Memorian*	40.000,00	Tesouro
Fed. Paulista de Atletismo	50ª Prova Pedestrianismo Sargento Gonzaguinha	78.800,00	Tesouro
	Investimento Total	**118.800,00**	

Ação 6028 – Bolsa Talento

Investir no capital humano dos atletas e contribuir para o desenvolvimento do desporto brasileiro é dever do Poder Público, em todas as suas esferas.

Conforme preceitua a Carta Magna em seu artigo 217 e a Constituição Paulista em seus artigos 264 e seguintes, constituem dever do Estado" fomentar e apoiar as práticas desportivas formais e não formais".

O Estado de São Paulo, atendendo as diretrizes prescritas nesses dispositivos, promove o esporte em todas as suas nuances, com enfoque nas áreas social, educacional e de alto rendimento.

De longa data, a par do extenso calendário anual de eventos executados pelas mãos do Governo Estadual, o Centro de Excelência abriga e mantém dezenas de jovens com potencial, direcionados para o alto rendimento.

Visando ampliar o alcance e incentivar ainda mais o desporto, a "Bolsa Talento Esportivo" consiste na concessão de apoio financeiro aos atletas dos vários níveis de excelência, praticantes de modalidades olímpicas e paralímpicas.,

Com isso, os mesmos poderão ter melhores condições de aprimoramento, melhorando suas performances. A dinâmica do benefício consiste na inscrição dos pretendentes, sendo a pretensão avaliada por Comissão de Análise designada pelo Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

A Bolsa Talento Esportivo, dessa forma, é instrumento pleiteado há muito tempo pela comunidade esportiva, para preencher uma lacuna existente na formação e aprimoramento daqueles que representam ou irão representar nosso Estado e nosso País, buscando no pódio a afirmação de nossa força.

Ao proporcionar melhores condições de treinamento, alimentação e, sobretudo, melhor qualidade de vida a esses jovens, por certo esse benefício contribuirá para o aumento do número de medalhas conquistadas por atletas vestindo as cores de São Paulo e do Brasil em competições nacionais e internacionais.

Categoria	Valor Mensal da Bolsa (em R$)	Nº. de Atletas
Estudantil	415,00	359
Juniores	625,00	151
Nacional	1.453,00	56
Internacional	2.232,00	18
Total		**584**

Ação 6156 - Competições Esportivas de Diversas Modalidades em Âmbito Escolar

Promoção de intercâmbio com unidades escolares da rede de ensino do Estado, incentivo à prática do esporte, descoberta de novos talentos olímpicos para representarem o Estado nas Olímpíadas escolares brasileiras. O programa também garante acesso à Ação 6028 – Bolsa Talento Esportivo na categoria Estudantil para aqueles atletas melhores qualificados nos Jogos Escolares e promove o desempenho desportivo escolar em competições nacionais, contemplando modalidades individuais que não fazem parte da olimpíada escolar da rede estadual e jogos escolares envolvendo redes municipal, federal e particular de ensino.

Somente na fase regional dos jogos, os Jogos Escolares do Estado de São Paulo receberam 177.699 participantes nas categorias Mirim e Infantil.

(não inclusas despesas com arbitragem, diárias, e outras despesas para a realização do evento):

Prefeitura / Empresa	Evento	Valor R$	Fonte
PM de Taquaritinga	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo - Categoria Mirim	405.000,00	Ministério
PM de Indaiatuba	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo - Categoria Infantil	405.000,00	Ministério
Pepper Comunicação Estratégica Ltda.	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo	8.536.680,90	Ministério
	Total	**9.346.972,23**	

Ação 5116 – Centros de Formação e Excelência Esportiva

Tradicional programa de excelência esportiva desenvolvido por esta Pasta, oriundo do antigo "Projeto Futuro", vem oferecendo oportunidades para inúmeros atletas paulistas que despontam no cenário do esporte paulista, nacional e internacional como jovens talentos.

A Coordenadoria de Esporte e Lazer há 29 anos desenvolve um trabalho progressivo e que já conseguiu projetar grandes atletas, como Maureen Maggi no atletismo, Thiago Camilo no judô e muitos outros atletas de ponta do nosso país.

O Programa "Centro de Excelência" encerra o ano de 2016 com 17 núcleos em todo Estado de São Paulo, atendendo atualmente 1.335 jovens e promissores atletas do Estado. Modalidades: Atletismo/ Nados/ Nado Sincronizado – Polo Aquático/ Judô/ Voleibol e Basquetebol.

Entretanto, por necessidade de adequação às exigências impostas pela Lei nº 13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/15, exige-se, anteriormente à assinatura do convênio, a realização de um chamamento público para regimes de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, o que levou à impossibilidade de renovação imediata de alguns convênios nos moldes em que vinham sendo tratados. A expectativa é que os repasses sejam restabelecidos a partir do mês de março de 2017, após a finalização desta etapa jurídico-legal (chamamento público), sendo que em 2016 somente mantivemos os convênios previamente existentes cujos prazos ainda não expiraram, conforme listados abaixo.

Centros de Excelência Esportiva	
Natação	120
Atletismo	35
Judô	43
Voleibol	42
Total de Atletas Atendidos	240

Ação 5117 – Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência

Propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos e de lazer, além do fomento, divulgação e realização de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira formativa, competitiva e de lazer direcionada para pessoas com deficiência.

Neste ano foi promovido o XII Troféu Sérgio Del Grande, (somente convênios com Prefeituras, não inclusas despesas com arbitragem, diárias, transporte e outras despesas para a realização do evento) conforme abaixo:

ENTIDADE	EVENTO	VALOR (R$)	FONTE
Clube dos Paraplégicos de São Paulo	XII Troféu Sergio Del Grande	99.145,00	Tesouro

Origem dos Recursos – Programa 4109 – São Paulo Mais Esporte e Lazer

		Investimento (R$)		
Ação	**Descrição**	**Min. Esporte**	**Tesouro**	**Total**
5132	Capacitação em Esporte e Lazer	-	-	-
5116	Centros de Formação e Excelência Esportiva	-	2.453.673,60	2.453.673,60
5131	Competições e Práticas Esportivas para Convênios	7.251.720,34	5.562.433,16	12.814.153,50
6028	Bolsa Talento Esportivo	-	5.703.345,00	5.703.345,00
5117	Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência	-	99.145,00	99.145,00
5123	Esporte, Lazer e Inclusão Social	-	-	-
5124	Lazer para Todos	2.803.135,60		
6156	Competições Esportivas de Diversas Modalidades em Âmbito Escolar	18.501.790,05		18.077.954,76
	TOTAL:	**28.556.645,99**	**13.918.686,76**	**42.475.332,75**

Programa 4110 – Implementando a Atividade Esportiva

Oferecer suporte de infraestrutura aos municípios paulistas com a finalidade de difundir a prática do esporte, lazer e juventude, incluindo a aquisição, produção e distribuição de materiais esportivos, equipamentos e material permanente.

Conjuntos Esportivos da SELJ e Atividades Desenvolvidas
Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães

O Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães agrega uma estrutura que compreende os seguintes espaços:

Ginásio Geraldo José de Almeida, conhecido como **Ginásio do Ibirapuera**, palco de grandes eventos esportivos e shows nacionais e internacionais, com capacidade para abrigar cerca de 11.000 espectadores;

Estádio Ícaro de Castro Mello, que abrange o campo de futebol e a pista de atletismo, com capacidade para abrigar 14.000 espectadores;

Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo capacidade de 6.000 espectadores com infraestrutura para treinamentos e competições nas modalidades de natação, nado sincronizado, saltos ornamentais e mergulho;

Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro, que possui quadra Poliesportiva e abriga treinamentos e competições dos cursos realizados para a comunidade e dos atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

Palácio do Judô, arena para competições e treinamentos da modalidade para os atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

2 (dois) Novos Ginásios, utilizados para as aulas dos cursos esportivos, treinamentos e competições dos atletas pertencentes aos Projetos Esportivos; Academia de Ginástica para os cursos oferecidos à comunidade bem como utilizada pelos atletas que fazem parte dos Projetos Esportivos; Salas de aula para os cursos esportivos oferecidos à comunidade (condicionamento físico, lutas marciais, etc.), além do Centro Médico e Fisioterápico para o atendimento dos atletas de rendimento.

Vila Olímpica Mario Covas

Em sua área de 174 mil m², junto a Rodovia Raposo Tavares desde 2005 são desenvolvidos eventos esportivos e aulas de várias modalidades esportivas gratuitas para a comunidade, além de instituir a parceria com Federações e Confederações para treinamento de equipes e atletas de alto rendimento. A Secretaria, em conjunto com entidades de administração do desporto, está viabilizando a implantação de outras instalações esportivas.

A Vila Olímpica, embora receba este nome, não se trata de uma "Vila" propriamente dita, e sim um Centro de desenvolvimento esportivo, desde a iniciação até o treinamento de modalidades específicas, visando a inserção de crianças e jovens na prática de atividades físicas. Em seu interior, encontramos um Parque bastante frequentado aos finais de semana, onde a população pode usufruir de uma grande área verde, espaços para o lazer com a família, relaxar e recompor as energias. E tudo isso com muita segurança.

A estrutura de ocupação da "Vila" conta com a participação efetiva das diversas Federações Esportivas Estaduais e ONGs, que viabilizam atividades totalmente gratuitas, garantindo e possibilitando à população uma oportunidade para a prática de Esporte e Lazer.

Baby Barioni

O Baby Barioni é um conjunto de esportes e lazer onde as pessoas podem praticar natação, futebol entre outros. Atualmente passa por reformas físicas e estruturais em toda sua estrutura com previsão para ser finalizada em dezembro de 2017.

Ação 1040 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos

Objetiva oferecer alternativas de investimento para Municípios ou Entidades para viabilizar a atualização de aparelhos destinados ao usufruto esportivo ou de lazer da população ou estruturar a viabilização de aquisição de recursos por meio de levantamentos técnicos.

Entidade	Evento	Valor	Fonte
PM de Novais	Recursos para Construção de Quadra	250.000,00	Tesouro
Instituto de Pesquisas	Laudo e Levantamento de Instalações do	340.000,00	Tesouro
Construtora Roy	Pagamento de Obras – Baby Barioni	1.800.00,00	Min. Esporte
Construtora Roy	Pagamento de Obras – Baby Barioni	664.097,60	Tesouro
	INVESTIMENTO TOTAL:	**3.054.097,60**	

Ação 4072 - Estimulando a Melhoria da Prática de Esporte e Lazer

Oferecer alternativas à prática de esporte e oportunidades de lazer, como a viabilização do repasse de verbas para instalação das Academias ao Ar Livre, conjunto de aparelhos esportivos a serem instalados em praça pública, estabelecida pelo Decreto nº 58.065/12.

Em 2016 foram estabelecidos os seguintes convênios para instalação de Academias ao Ar Livre:

Nº Emenda Parlamentar	Prefeitura	Quantidade de Academias ao Ar Livre	Valor (R$)
2014.223.025-7	Monte Mor	2	60.000,00
2015.777.001-5	Piracicaba	1	30.000,00
2015.109.040-2	Itapuí	1	30.000,00
2014.161.003-8	Araraquara	1	30.000,00
2015.218.012-9	São José do Barreiro	1	30.000,00
	TOTAL	**6**	**180.000,00**

Origem dos Recursos – Programa 4110 - Implementando a Atividade Esportiva

Investimento (R$)				
Ação	Descrição	Min. do Esporte	Tesouro	Total
1040	Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos	1.800.000,00	1.254.097,60	3.054.097,60
	TOTAL	**1.800.000,00**	**1.254.097,60**	**3.054.097,60**

Programa 4111 – Juventude em Foco

A Coordenação de Programas para a Juventude, a fim de expandir políticas públicas oferecidas pelo Estado de São Paulo, para o segmento jovem, em observância ao Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), organizou algumas ações, entre elas:

- a Campanha do Agasalho, com envolvimento das Delegacias Regionais de Esporte, Inspetorias, Centros de Excelências e demais órgãos administrados ou parceiros desta Secretaria;

- o evento "**Juventude Antenada – Juntos Vamos Vencer**!", a fim de levar ao conhecimento da população jovem paulista as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado de São Paulo, que lhes possibilitem emprego, trabalho, renda, empreendedorismo, cultura, lazer e saúde e

- palestras como "**Atletas Inteligentes: Reciclando Emoções, Conquistando Objetivos"**; foi direcionada a Juventude atleta, treinadores, professores e alunos de educação física, representantes de clubes e/ou outros segmentos ligados ao esporte, visando a expansão das políticas públicas de esporte oferecidas pelo Estado de São Paulo. Na palestra foram abordadas as dimensões intelectuais e sócio-emocionais de maneira lúdica e dinâmica, através de cases, histórias de vida, reportagens e atividades em grupo, por meio dela, os atletas foram orientados a refletirem sobre suas vidas e carreiras, sobretudo, em como conciliar a educação com o esporte, o clube com a escola, os deslocamentos diários entre os locais de treinos, estudos e residência, pois geram custos, cansaços físicos e mentais e também motivados a encarar seus desafios, controlarem suas emoções e conquistarem seus sonhos e objetivos, dentro e fora do campo esportivo.

Abaixo, o público atingido em cada uma das ações:

EVENTOS – 2016		
Julho	**Datas**	**Cidade**
CAMPANHA DO AGASALHO		
Arrecadações		**756**

Agosto	**Datas**	**Cidade**
Juventude Antenada – Juntos Vamos Vencer!	12	Capital
Participantes		**230**

Novembro	**Datas**	**Cidade**
Atletas Inteligentes: Reciclando Emoções, Conquistando Objetivos.	17	Capital
Número de participantes		**160**

Origem dos Recursos – Programa 4111 – Juventude em Foco

Investimento				
Ação	**Descrição**	**Fazenda**	**Tesouro (R$)**	**Total (R$)**
5868	Juventude em Foco	-	-	-
5869	Ativação Jovem	-	12.617,50	12.617,50
	Investimento Total	-	12.617,50	12.617,50

Lei Paulista de Incentivo ao Esporte

Embora não faça parte de algum programa específico, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei 13.918/09) é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude de São Paulo.

Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude.

Instituída por lei em 2009 e regulamentada pelo decreto 55.636 de 26 de março de 2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura.

Em 2016, conforme quadro abaixo, cerca de 800 projetos foram apresentados sendo 689 aprovados para captação de recursos.

Projetos Aprovados	
Entidades do 3º Setor beneficiadas	689
Prefeituras beneficiadas	55
Municípios alcançados	167
Modalidades esportivas desenvolvidas	118
Valores Aprovados para captação (R$)	**59.000.000,00**

Principais ações de Gestão da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes tem acesso com o calendário de atendimento
	Acompanhamento e organização física dos processos
	Acesso ao sistema informatizado
Apresentação de Projetos	Esse ano houve abertura de datas em duas oportunidades, e já foram abertas as inscrições para 2017.
	Os projetos são cadastrados online por sistema desenvolvido na própria SELJ, sem comprometimento de recursos.
Tramitação de Projetos	Todos os projetos foram analisados em ordem de chegada, respeitando o princípio da Administração Pública da Isonomia.
Julgamento dos Projetos	Todos os critérios de análise de projetos foram publicados, garantindo respeito ao princípio da Administração Pública da Isonomia.
	Calendário divulgado com antecedência, com pautas das reuniões divulgadas no Diário Oficial com pelo menos 24 horas de antecedência.
	Transmissão online das reuniões e registro em plataformas gratuitas de filmes (www.youtube.com).
	Constituição de comissão composta por técnicos do esporte, órgãos fiscalizadores e comitê interno da SELJ.
	Quando da existência de recursos, estes são julgados e quando indeferidos, justificados aos proponentes.
Captação de recursos	O prazo para captação e recursos começa a ser contado a partir da entrega da CID
	A Secretaria de Esportes e a Secretaria da Fazenda trabalham em conjunto para Liberação de Recursos
Liberação de Recursos	Os projetos são liberados por ordem de chegada, com priorização apenas para projetos cujo calendário está em eminência de acontecer.
	Os processos são liberados em no máximo 20 dias, com exceção daqueles cuja documentação apresente qualquer problema.
Execução dos projetos	Todos os projetos que tem recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados quando necessário.
	Medição dos projetos por indicadores.

SECRETARIA DA FAZENDA

Secretaria da Fazenda

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

20000 - Secretaria da Fazenda

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**30.190.090.977,00**	**31.769.563.836,67**	**74.684.541,21**	**31.844.248.377,88**	**32.818.706.602,96**
Pessoal e Encargos Sociais	29.504.275.661,00	31.230.156.004,02	1.542.430,04	31.231.698.434,06	32.255.095.411,74
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	685.815.316,00	539.407.832,65	73.142.111,17	612.549.943,82	563.611.191,22
Despesas de Capital	**105.445.997,00**	**67.048.209,22**	**21.478,86**	**67.069.688,08**	**90.872.629,61**
Investimentos	105.441.997,00	67.048.209,22	21.478,86	67.069.688,08	90.872.629,61
Inversões Financeiras	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**30.295.536.974,00**	**31.836.612.045,89**	**74.706.020,07**	**31.911.318.065,96**	**32.909.579.232,57**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

20000 - Secretaria da Fazenda

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**1.621.173,00**	**1.670.237,29**	**0,00**	**1.670.237,29**	**1.663.221,86**
Despesas Correntes	1.621.173,00	1.670.237,29	0,00	1.670.237,29	1.663.221,86
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000 - Gestão Fiscal e Tributária	**2.002.416.607,00**	**1.882.237.059,86**	**58.939.029,47**	**1.941.176.089,33**	**1.731.077.428,31**
Despesas Correntes	1.977.974.670,00	1.880.207.812,64	58.917.550,61	1.939.125.363,25	1.729.048.181,11
Despesas de Capital	24.441.937,00	2.029.247,22	21.478,86	2.050.726,08	2.029.247,20
2002 - Acompanhamento, Controle e Avaliação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.401.636,65**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401.636,65
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003 - Gestão das carteiras autônomas de previdência, do IPESP e de contratos de seguro	**24.531.412,00**	**18.990.318,55**	**0,00**	**18.990.318,55**	**15.677.955,46**
Despesas Correntes	24.531.412,00	18.990.318,55	0,00	18.990.318,55	15.677.955,46
2004 - Administração Tributária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**98.459.726,01**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	98.459.726,01
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico	**81.000.050,00**	**65.000.000,00**	**0,00**	**65.000.000,00**	**65.004.926,67**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	4.926,67
Despesas de Capital	81.000.050,00	65.000.000,00	0,00	65.000.000,00	65.000.000,00
2007 - Gestão Financeira	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.579.462,08**

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	10.824.720,96
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.754.741,12
2009 - Administração Geral da Fazenda	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.352.791,08**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	18.112.157,21
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	240.633,87
2012 - Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**63.037.583,01**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	43.208.537,59
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	19.829.045,42
2015 - Administração das Carteiras Autônomas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.146.827,06**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.146.827,06
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual	**28.185.963.623,00**	**29.868.714.430,19**	**15.766.990,60**	**29.884.481.420,79**	**30.897.177.674,38**
Despesas Correntes	28.185.963.613,00	29.868.695.468,19	15.766.990,60	29.884.462.458,79	30.897.158.712,38
Despesas de Capital	10,00	18.962,00	0,00	18.962,00	18.962,00
2826 - Comunicação Social	**109,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	109,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**30.295.536.974,00**	**31.836.612.045,89**	**74.706.020,07**	**31.911.318.065,96**	**32.909.579.232,57**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 2000 Gestão Fiscal e Tributária

Prover e gerir recursos financeiros de modo a assegurar a prestação de serviços públicos e os investimentos do Estado de São Paulo.

Ação 5599 – Auditoria nas Unidades da Administração Direta e Indireta

Fortalecimento do Sistema de Controle Interno

O Fortalecimento do Sistema de Controle Interno, Produto 501, é de responsabilidade do Departamento de Controle e Avaliação – DCA e é composto pela ação: 5599 – Auditoria nas Unidades da Administração Direta e Indireta, sendo descrita abaixo.

Realização de auditoria, controle e avaliação com base em planejamento, programação, definição de estratégias de atuação, seleção e análise das informações para elaboração de relatórios destinados aos dirigentes da administração pública estadual com recomendações e apontamentos que possam contribuir para a melhoria da gestão pública.

O Indicador de Produto (Unidade) possui como base em 2015 o valor de 50% de recomendações implantadas pelas unidades auditadas em relação às exaradas e o valor apurado em 2016 foi de 57,3785%, sendo que a meta ao final do PPA 2016-2019 é atingir 65%.

Observação: O programa 2002 foi convertido no Produto 501 - Fortalecimento do Sistema de Controle Interno e na LOA ele recebeu o código 5599 – Ação: Auditorias nas Unidades da Administração Direta e Indireta.

Ação 5601 – Gestão do Sistema Bolsa Eletrônica de Compras - BEC/SP

A Gestão da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP, compreende o monitoramento das contratações eletrônicas, do catálogo de Materiais e Serviços – Cadmat, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp, dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – Cadterc, do Sistema Integrado de Informações Físico-financeiras – Siafisico.Net, do Sistema de Aplicação de Sanções Administrativas – e-Sanções e do Sistema Integrado de Suprimentos - SIS.

Em 2016, as principais ações e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas foram:

Bolsa Eletrônica de Compras – Sistema BEC/SP: Parceria com a Procuradoria Geral do Estado - PGE para disponibilizar acesso eletrônico às minutas de editais para aquisição de bens e serviços, no site da BEC/SP, com módulo exclusivo Minutas de Editais-PGE; Disponibilização dos novos manuais de Pregão Eletrônico, incluindo Registro de Preços contemplando alterações como: participação de optantes pelo SIMPLES, rol de exigências de qualificação técnica, nova sistemática para apresentação do anexo de proposta, consultas ao CEIS e e-Sanções e, observância do marco legal anticorrupção, entre outras; Sistema de Gerenciamento de Registro de Preços aguardando publicação; Adesão total de 115 prefeituras e outros entes municipais para utilização do sistema.

Catálogo de Materiais e Serviços: Implantação da transação do Siafísico 'Altera data de Pedido de Desembolso' no perfil do usuário, proporcionando agilidade no fluxo de trabalho; Previsto para 2017 novo layout para o Catálogo de Materiais na BEC, nova estrutura do Catálogo de Serviços, idêntica ao de materiais, e disponibilização do Siafísico no Portal ContabilizaSP.

Cadastro Unificado de Fornecedores – Caufesp: Implantação do Sistema de Aplicação de Sanções Administrativa, denominado e- Sanções em conformidade com o Decreto 61.751 de 23 de dezembro de 2015; Integração do sistema Caufesp com o Cadesp e Metodologia para Avaliação de Fornecedores, com implantação prevista para 2017.

Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – Cadterc: Elaboração do Estudo Técnico de "Transporte Escolar" e envio à Secretaria da Educação para servir de piloto (gasto anual de 409 milhões de reais); Simulador da metodologia "Preço de alerta", com o objetivo de orientar a administração pública estadual em relação ao preço inexequível (em processo de homologação); Elaboração do novo preço referencial de Alimentação de Presos – Modelo Cogestão; Estudo para redução de custos de Locação de Veículos Novos para Veículos Seminovos; Divulgação de Preços referenciais específicos de Vigilância Patrimonial e Limpeza Predial para ME e EPP; Revisão da Produtividade por m2 – Estudos de Limpeza, com redução dos preços referenciais de 25%; Proposta de Redução das diferenças entre os Preços Referenciais e preços praticados mediante simuladores por estudo CadTerc para apuração de reserva orçamentária; Auditoria dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados, no sentido de promover melhorias e inovações estruturais e metodológicas.

Gestão de Qualidade: Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade da BEC/SP pela norma ISO 9001:2008, por meio de auditoria externa realizada pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda; Preparação sobre Requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade, visando à transição da certificação para a versão ISO 9001:2015; Integração do SIS com o SIAFEM/SIAFISICO; Desenvolvimento do curso em EAD de "Gestão de Suprimentos para a Área Pública", contendo cinco módulos (três a serem implantados em 2017); Disponibilização de acesso do Ibec – Business Intelligence do Sistema BEC às UC do Estado; Publicação do painel Resultado das Negociações no Prestando Contas.

Em 2016 o total das compras do Estado de São Paulo, na modalidade pregão eletrônico, atingiu 99% de negociações realizadas por meio do Sistema BEC/SP, representando uma economia de 25,51% para a administração pública estadual. Observa-se que a economia constante ao longo do período potencializa forte mudança no perfil de compras do Estado, em virtude da agilidade que o sistema proporciona. Para atender a demanda, foram capacitados servidores públicos nos cursos de Pregão Eletrônico, Registro de Preços, Recepção de Materiais, Gestão de Materiais e Serviços, Siafisico, Gestores do Caufesp, Sistema de Gerenciamento de Registro de Preços, e-Sanções, Ibec e SIS, capacitando ao total 1.358 funcionários por meio de cursos presenciais e 871 por ensino a distância no ano de 2016. O Caufesp apresentou um resultado de ampliação da base de fornecedores, totalizando em 2016, 66.971 fornecedores cadastrados, sendo 3.786 ME e 3.410 EPP. No Cadmat, 148.302 itens de material/serviços estão disponíveis, com destaque para 51.521 itens na área da Saúde e 4.337 itens de materiais metroferroviários, além de 1.986 itens de materiais com Selo Verde. O Centro de Estudos de Serviços Terceirizados, responsável pelo Cadterc, atualizou 1.464 preços referenciais, sendo 18 estudos técnicos com 1.100 itens e 19 usos específicos com 364 itens.

A efetividade da BEC é identificada por meio dos números apresentados de 2000 até 2016. O resultado das aquisições referente ao período mencionado está demonstrado no quadro abaixo:

Procedimentos / Modalidades de Compra	Quantidade			
	Oferta de	Item	Valor Negociado (R$)	Economia
Dispensa	215.445	1.064.075	420.799.403,59	26%
Convite	277.032	2.005.028	1.994.258.085,86	29%
Pregão	182.490	747.153	63.295.813.397,16	26%
Total	**674.967**	**3.816.256**	**65.710.870.887,21**	**26%**

Ação 5021 – Operação Tributária

Fiscalização:

Em termos de trabalhos fiscais da Fiscalização Direta de Tributos no período de 01/Jan à 06/Dez/2016, destacamos: a) Conclusão de mais de 3.400 auditorias; b) Emissão de mais de 80 mil Ordens de Serviços Fiscais (OSF); e c) Lavratura de mais de 13.800 Autos de Infração e de Imposição de Multa (AIIMs), resultando em um valor de cerca de R$ 29 bilhões entre imposto, juros e multa.

IPVA: a) Racionalização da cobrança administrativa do IPVA vencido: Até 26/Nov/2016, encerrando os lançamentos em 2016, foi constituído o crédito tributário referente a 2,39 milhões de débitos do próprio exercício e 504 mil débitos referentes ao exercício de 2015, no valor total de R$ 2,43 bilhões, tendo sido arrecadados 1.046.939 débitos e R$ 1,02 bilhão; b) Contencioso administrativo associado ao IPVA: Foram julgadas 46.274 impugnações de lançamento e 4.259 recursos, com 684 decisões favoráveis aos contribuintes; e c) Fiscalização de veículos com placas de outro Estado que deveriam ter recolhido o IPVA para São Paulo por seus proprietários terem declarado domicílio tributário neste estado. Foram realizados 3.931 lançamentos num total de R$ 11,4 milhões. Houve arrecadação de R$ 1,7 milhões e a transferência para SP de 1.188 veículos.

ITCMD: a) Plano de Trabalho ITCMD 2011: Em decorrência de transmissões de bens efetuadas em 2011, até o momento foram fiscalizados 5.294 possíveis contribuintes do ITCMD, resultando na arrecadação de R$ 12,87 milhões e lavratura de 80 Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIMs) no valor de R$ 3,59 milhões.

ICMS:

Gás liquefeito de gás natural: Regulamentação, por meio da Portaria CAT 104/2016, da adesão do Estado de São Paulo ao Protocolo ICMS 04/2014. O referido protocolo estabelece as regras para repartição, entre a unidade federada de origem e a unidade federada de destino, do ICMS relativo às operações interestaduais com a mistura de gás liquefeito de petróleo - GLP e gás liquefeito de gás natural – GLGN.

Regulamentação da Lei 15.833/2015: Está em fase de aprovação o decreto de regulamentação da lei paulista de fiscalização e cobrança das receitas não tributárias decorrentes da exploração e da produção de petróleo e gás natural, aprovada em 2015.

Operações de fiscalização de combustível: A Secretaria da Fazenda participou de duas operações conjuntas de fiscalização em postos de combustíveis, com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - Ipem e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania - SJDC. As operações ocorreram nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2016.

Plano de Trabalho "Resolução 13": Elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que, em operações interestaduais, remeteram ou receberam bens ou mercadorias com a aplicação de alíquotas em desacordo com o disposto na Resolução do Senado Federal nº 13/2012, visando à reclamação do crédito tributário nestes casos. Este plano de trabalho foi iniciado em 2015, estando ainda em execução nas DRTs.

Plano de Trabalho "Saídas para não contribuintes": Elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que, através de operações de saídas interestaduais, remeteram mercadorias a não contribuintes localizados em outras Unidades da Federação. Este plano de trabalho foi iniciado em 2015, estando ainda em execução nas DRTs.

Operação Distribuidor Cativo: Operação que tem por objetivo a identificação de distribuidores "cativos" ao longo da cadeia produtiva, com proposta de deslocamento do polo passivo de ofício nos termos da Portaria CAT 53/13, quando for constatada a ocorrência dos fatos previstos no § 15 do artigo 8º da Lei 6.374/1989, quais sejam: prejuízos à livre concorrência ou acumulação de valores a titulo de ressarcimento de substituição tributária.

Produtos Embutidos: Operação criada para identificação de contribuintes que efetuaram vendas de produtos embutidos utilizando-se indevidamente da isenção prevista para a carne (artigo 144 do Anexo I do RICMS/SP).

Monitoramento saída de leite e derivados: Operação cujo objetivo é aferir a regularidade das operações com leite longa vida, iogurte e leite fermentado realizadas por fabricantes paulistas, em

especial no que se refere à carga tributária aplicada nas saídas internas desses produtos e aos lançamentos a título de crédito outorgado baseados nos artigos 32 e 33 do Anexo III RICMS/SP.

Implantação da Fiscalização Especialista Comércio Varejista: Desde 21/Mar/2016, a Diretoria Executiva da Administração Tributária, Deat, conta com um novo setor de fiscalização especialista, a supervisão Comércio Varejista. A nova supervisão abarca um universo de 26.500 empresas ativas que no ano de 2015 tiveram faturamento de R$ 143 bilhões. Este grupo foi responsável pela arrecadação de R$ 3,1 bilhões em 2015 ou cerca de 2,5% da receita de ICMS do estado. O objetivo é produzir um trabalho fiscal coordenado, focado nas características específicas do setor e, portanto, mais eficiente. A Deat - Comércio Varejista foi criada a partir de 3 constatações principais: a) O segmento movimenta valores significativos; b) Havia um grande conhecimento acumulado sobre o varejo que poderia ser ampliado e aplicado a um novo leque de atuação; e c) A larga disseminação dos documentos digitais nos últimos anos criou um ambiente muito favorável para os fiscos monitorarem, de forma estrutural, o comportamento do no setor.

Decreto nº 62.250/2016: Desde Nov/2016, varejistas paulistas que realizam operações interestaduais via comércio eletrônico podem requerer regime especial para adquirir mercadorias sem o ICMS retido antecipadamente por substituição tributária (ST), recolhendo o imposto apenas quando realizarem operações de saída. A medida decorre da publicação, em 4/Nov, do Decreto nº 62.250/2016, que altera o Decreto nº 57.608/2011 para estender às empresas de e-commerce o regime especial já utilizado por grandes varejistas que detêm centros de distribuição no estado. Com a nova regra, o varejista que realizar vendas destinadas a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, por meio de internet, serviços de telemarketing ou plataformas eletrônicas em geral, poderá solicitar o regime para que deixe de ser substituído e passe a ser responsável pela retenção e pagamento do imposto incidente sobre as saídas subsequentes. O regime especial vale para contribuintes cujas operações resultem em acumulação de valores a serem ressarcidos. Nas operações interestaduais com destino a consumidor final não será devido o imposto relativo à ST pelo detentor do regime que requerer inscrição específica ao fisco. As alterações ao Decreto de 2011 visam adequá-lo à nova disciplina constitucional decorrente da aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 87/2015. As medidas constantes no Decreto nº 62.250/2016 são fruto de estudos realizados pela Deat-SERE (Supervisão de Fiscalização Especialista Redes de Estabelecimentos), com a participação de representantes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV)

Operação Grão de Ouro II: Continuidade das ações de orientação ao contribuinte para autorregularização. Foi feita uma análise estatística baseada em técnicas de data mining e foram selecionados aproximadamente 200 contribuintes para receberem aviso de autorregularização, buscando o compliance voluntário por parte dessas empresas, antes do início de uma possível ação de fiscalização. Os avisos foram enviados pelo DEC - Domicílio Eletrônico do Contribuinte - e o resultado da ação é de extrema importância para alimentar a base de dados com finalidade de aperfeiçoar as seleções futuras através das técnicas de data mining utilizadas. Sendo assim, criar-se-á uma rotina automatizada de monitoramento dos contribuintes do Simples Nacional e o disparo dos avisos de orientação, tornando mais eficiente as ações fiscais neste segmento de extrema pulverização e baixos valores de arrecadação individualmente.

Operação "Segredos Ocultos": Seleção de contribuintes do Simples Nacional com as maiores diferença de base de cálculo em cada delegacia regional tributária para o período de 2013. A comparação se deu entre os valores declarados no PGDAS-D (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório) e aqueles constantes em documentos fiscais emitidos. Além das empresas selecionadas pela setorial. O objetivo é o combate à sonegação no regime do Simples, o aumento da sensação de presença do fisco e o incentivo ao cumprimento das obrigações tributárias pelos optantes. Este plano de trabalho encontra-se em andamento desde Out/2016.

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP: Merece destaque, nos resultados alcançados em 2016, a arrecadação adicional de 2% de ICMS destinada ao FECOEP, instituído pela lei 16.006/2015. Iniciada no final de fevereiro, a cobrança do adicional incidente sobre as operações e prestações destinadas ao consumidor final com cervejas de malte e produtos de fumo e seus sucedâneos manufaturados arrecadou R$ 360,5 milhões até novembro de 2016. Ao final do exercício, a expectativa é que a receita destinada ao FECOEP tenha contribuído com o montante de R$ 422,1 milhões.

Atendimento ao Público

Balanço das Ações do Atendimento e CADESP - Cadastro de Contribuintes de ICMS: Cassação de empresas do Regime Periódico de Apuração por inatividade presumida - Cassados 65.913

contribuintes entre 01/Jan e 30/Nov/2016. Há previsão de que sejam cassadas 8.520 inscrições estaduais por inatividade presumida até o fim de 2016.

Resultados do Atendimento: A avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente, registrada através do Sistema de Gestão do Atendimento, SGA, teve nota média de 3,96, numa escala de 0 a 4, o que representa manutenção da excelência no atendimento. Nos diversos canais de relacionamento foi alcançado, entre 01/Jan e 30/Nov, o volume de 2.604.120 atendimentos, sendo: a) Fale Conosco: 337.511; b) *Call Center* (0800): 696.248; c) Atendimento Presencial: 1.570.361.

Alterações de Legislação

Convênios: Foram firmados 126 convênios, dentre os quais, embora não tenham impacto direto no Estado de São Paulo, destacam-se pela repercussão quando de sua aprovação, os seguintes: a) Convênio ICMS 42/2016: Autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante; b) Convênio ICMS 73/2016: Autoriza as unidades federadas que menciona a concederem redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene de aviação - QAV; c) Convênios ICMS 90,102 e 117/2016: Alteram o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes.

Ajustes: Foram publicados 15 Ajustes SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) que tratam de Obrigações Acessórias das mais diversas. Dentre os que foram aprovados, destaca-se o Ajuste SINIEF 08/2016 que estabelece procedimentos relacionados com a entrega de bens e mercadorias a terceiros, adquiridos por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas.

Protocolos: O foco dos Protocolos firmados por São Paulo diz respeito a produtos sujeitos à substituição tributária. Foram firmados 72 protocolos, dentre os quais destacamos: a) Protocolo ICMS 14/2016: Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios destinados ao Estado de Alagoas; b) Protocolo ICMS 31/2016: Revoga o Protocolo ICMS 44/13, que estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Decretos: Foram elaboradas 64 minutas de Decreto, dentre as quais destacamos a publicação das seguintes medidas: a) Prorrogação do prazo de adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS e ao Programa de Parcelamento de Débitos - PPD; b) Redução de base cálculo para operações com softwares e congêneres quando não elaborados por encomenda e não exigência do ICMS nas operações com *softwares* e congêneres disponibilizados por meio de transferência eletrônica de dados (*download* ou *streaming*), até que fique definido o local de ocorrência do fato gerador para determinação do estabelecimento responsável pelo pagamento do imposto; c) Regulamentação da cobrança do adicional de 2% na alíquota do ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, previsto na Lei 16.006, de 24-11-2015; d) Regulamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP; e) Prorrogação da isenção para Taxi.

Resoluções SF: Foram elaboradas 30 minutas de Resolução SF, dentre as quais destacamos a publicação de medidas de aperfeiçoamento e operacionalização do programa "Nota Fiscal Paulista".

Portarias CAT: Foram elaboradas 112 minutas de portaria CAT, dentre as quais destacamos a publicação das seguintes medidas: a) Prorrogação do prazo para a entrega da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação - DeSTDA; b) Estabelecimento de procedimentos necessários à realização das operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN, em razão da adesão do Estado de São Paulo ao Protocolo ICMS 04, de 21-03-2014; c) Concessão de regime especial às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para o estorno do valor do imposto indevidamente debitado em substituição ao procedimento previsto no artigo 10 do Anexo XVII do Regulamento do ICMS.

Consultoria Tributária: Até 30/Nov/2016, foram formuladas 1.534 consultas tributárias internas e externas, tendo sido respondidas 1.546.

Contencioso Administrativo:

Em termos do Contencioso Administrativo, destacam-se:
Com relação aos processos encerrados em 2016, até 06/Dez/2016, temos:

Processos Encerrados no Contencioso R$					
	Qtde	**Imposto**	**Multa**	**Juros**	**Total**
Eletrônicos	4.226	2.707.509.509,11	6.442.519.964,76	1.722.014.732,84	10.872.044.207,00
Físicos	135	517.916.809,12	778.821.787,98	289.684.032,17	1.586.422.629,33
Total	4.361	3.225.426.318, 23	7.221.341.752,74	2.011.698.765,01	12.458.466.836,33

Processo Administrativo Tributário Eletrônico – ePAT: a) Até 06/Dez/2016 houve a publicação de 125.658 intimações no Diário Eletrônico e os usuários internos da Secretaria da Fazenda bem como o público externo já superaram os três milhões de consultas ao teor dessas publicações; b) Lavratura de Autos de Infração e Imposição de Multa – AIIMs: Desde 04/Abr/2012, até 06/Dez/2016 houve a lavratura de 92.455 autos de infração eletrônicos; c) Novos Módulos Implantados: i. Voto eletrônico na Câmara Superior; ii. Módulo de acesso ao sistema pela Procuradoria Geral do Estado, PGE; iii. Distribuição de processos preventos; iv. Ampliação da integração com o Sistema Integrado de Gestão de Créditos, Sigec.

Ampliação da base de jurisprudência do TIT: Até 30 de Setembro de 2016, foram publicadas 59.464 decisões de 1ª instância e 82.711 de 2ª instância, totalizando 142.175 decisões, que são acessadas diretamente pela página eletrônica do Tribunal gratuitamente, a qualquer horário em qualquer dia da semana. Já foram efetuados 2.306.831 acessos à base de jurisprudência do contencioso.

No ano de 2016, a atuação da equipe de Representantes Fiscais da Diretoria da Representação Fiscal - DRF na defesa do crédito tributário constituído por meio de auto de infração refletiu-se na elaboração de 8.149 atos processuais, até 07/Dez/2016, e na participação de Representantes Fiscais em todas as sessões de julgamento nas Câmaras Julgadoras e Superior do TIT ocorridas durante o ano.

Projetos Principais – TI:

Sistema Controle do Universo EFD: Sistema que controla o universo de contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal Digital, EFD, identificando diariamente os contribuintes sujeitos ao Regime Periódico de Apuração, RPA, e os credenciando de ofício junto à Receita Federal do Brasil, RFB, para que possam transmitir o arquivo digital. O sistema também recebe o pedido de retificação de arquivos pela internet, sem a necessidade de comparecimento do contribuinte ao Posto Fiscal. A principal atividade em 2016 foi a atualização das penalidades referentes à EFD. O Ofício Circular DEAT nº 03/2016 atualizou a aplicação de penalidades referentes à Escrituração Fiscal Digital. A partir de Jan/2017 inicia-se a obrigatoriedade da entrega do Bloco K para empresas industriais. O Bloco K substituirá a escrituração do Livro Registro de Controle da Produção. Com as informações do Bloco K será possível detalhar as informações sobre a produção e o estoque, para cálculos de ICMS, permitindo ao fisco detectar saída de bens e mercadorias sem as respectivas entradas de insumos, bem como detectar entradas de insumos que não geraram bens e mercadorias.

Sistema de Crédito Acumulado: Foi realizado o aprimoramento das funcionalidades existentes, possibilitando a apropriação mais eficiente e confiável do crédito acumulado das empresas que aderirem à "sistemática de custeio". Foi disponibilizada a Verificação Fiscal Sumária - SISCOMEX/Exportação, e está em fase de testes a Sumária da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA. Também foi padronizada a geração das fichas dos arquivos simplificados e de custeio a fim de viabilizar os serviços de fiscalização executados pela Fiscalização Direta.

Eliminação da GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS): O projeto visa reduzir custos e redundâncias associados às obrigações acessórias dos contribuintes, trazendo benefícios à fiscalização por eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e falso-positivos advindos dos cruzamentos de dados, já que a análise fiscal será feita sobre os dados de apurações gerados diretamente da escrita fiscal de entrada e saída. O desenvolvimento dos sistemas necessários ao projeto está em fase final de homologação, com

previsão de início da fase de transição no primeiro semestre de 2017 e dispensa da entrega da GIA no final de 2017.

Tributação de Intangíveis: A publicação do Decreto nº 61.791 em 2016 fez avançar as discussões em relação ao relevante setor de softwares e aplicativos, dando ao setor maior segurança jurídica em suas operações. A redução da carga tributária efetiva para 5% fornece estímulo ao setor. A não exigência de ICMS em relação a softwares adquiridos através de transferência eletrônica de dados (download), até que se defina o local de ocorrência do fato gerador (até que exista maior consenso entre os Estados), reduz a incerteza em operações comerciais, evitando discussões jurídicas sobre o assunto.

Business Intelligence: Foram realizadas as seguintes atividades em 2016: a) **Infraestrutura:** Melhorias técnicas no armazenamento de dados do DW (*data warehouse*), incluindo o planejamento e execução da atualização do Banco de Dados *Sybase IQ* para a versão 16 e a migração para um servidor com maior capacidade; b) Foram realizadas alterações evolutivas para atendimento às necessidades da EC-87 e FECOEP, com destaque para PGDAS-D, DEFIS, PGMEI, eCredAc, DARESP, Credito Acumulado, IPVA, PEC, EFD Pós-validador, Cadesp, ETL da PGE, ePat, Suframa, PGSF, NFe, SPED.

Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC: Sistema que visa melhorar o controle e o desempenho dos processos relacionados aos créditos tributários. Em 2016 prosseguiu-se na preparação e aprimoramento do sistema para integração em 2017 com os sistemas ePAT, Ambiente de Pagamentos, DW- Data Warehouse, Conta Fiscal do Parcelamento do ITCMD, Sistema da Dívida Ativa (SDA) e Parcelamento do ICMS - Mainframe DNE. É composto por:

a) **Ambiente de Pagamentos:** Sistema que visa desenvolver um ambiente de pagamentos para gerenciar a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado de São Paulo em tempo real, via internet banking, rede bancária ou terminais de autoatendimento. Atualmente o sistema já arrecada emolumentos da JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, custas extrajudiciais, contribuição de Solidariedade para Santas Casas e custas judiciais do Tribunal de Justiça, entre outras receitas. Em 2016 tivemos as publicações das Portarias CAT 21, de 15-02-2016 (inclusão dos códigos de receita 103-0 e 104-1 para o acolhimento das receitas destinadas ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, e do código de receita 751-1 para o acolhimento das receitas destinadas ao Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento) e CAT 53, de 12-04-2016 (inclusão do código de receita 650-6 - Multa por infração à legislação da Secretaria dos Transportes Metropolitanos). O início da arrecadação de ITCMD e de alguns recolhimentos do ICMS (AIIM) depende do desenvolvimento que ficou postergado para 2017;

b) **Conta Fiscal dos Autos de Infração e Imposição de Multa, CF AIIM:** Sistema que permite à Sefaz-SP administrar o crédito tributário decorrente de Autos de Infração e Imposição de Multa, AIIMs, de ICMS, IPVA e ITCMD, desde a lavratura até a sua liquidação, eliminando trabalhos manuais de atualização e verificação de saldo. Em 2016 houve atualização do sistema com a correção de alguns erros e o lançamento das remissões instituídas pelo Decreto nº 61.625/2015;

c) **Conta Fiscal do ITCMD:** Implantado, em 2014, sistema que permite a determinação dos valores oriundos do ITCMD declarado não inscrito na dívida ativa, através da integração com o novo sistema Declaratório do ITCMD, possibilitando também maior transparência no controle do crédito tributário. Desta forma, agiliza-se o tratamento e gerenciamento pelo Fisco dos valores a receber. Em 2016 houve atualização do sistema com a correção de alguns erros e o lançamento das remissões instituídas pelo Decreto nº 61.625/2015.

Sistema de Arrecadação Online: Sistema que cuida da arrecadação do IPVA, MILT (Multas de Infração à Legislação de Trânsito) e taxas correlatas (Sistema Trânsito) e taxas correlatas (sistema Trânsito):

a) **Serviço 12:** melhorias do recolhimento das chamadas taxas Detran (Lei 15.266/13) e inclusão da taxa de Estadia (trabalho conjunto com o respectivo órgão de trânsito), além de adequações por conta da entrada em vigor da Lei 16.080, de 28-12-2015 (DOE 29-12-2015);

b) **Serviço 14:** inclusão do pagamento de débitos inscritos de IPVA (trabalho em conjunto com a PGE);

c) **Conta Fiscal da Taxa de Licenciamento:** a inovação da Lei 15.266/13 trouxe uma mudança na natureza jurídica da taxa de licenciamento que passou a ser vista como decorrente do poder de polícia, de forma que o referido serviço trata de controlar os débitos não pagos da taxa em exercícios passados, a primeira cobrança foi promovida em 2016 e em 2017 será dada continuidade no projeto;

d) **Reformulação do pagamento da taxa de licenciamento de veículo 0 Km:** início dos trabalhos para desenvolvimento da solução que irá promover uma melhoria no recolhimento das taxas dos serviços relacionados ao primeiro Licenciamento de veículo 0 Km e modificações nos procedimentos do órgão de trânsito com o objetivo de dar maior celeridade neste processo.

e-Certidão Negativa: Em produção desde dezembro de 2014, o sistema de emissão de Certidão Negativa de Débitos para situações em que o contribuinte faz jus à Certidão Negativa. A partir de 2017 está prevista pela Secretaria da Fazenda de São Paulo a liberação do sistema para fins de emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, CTN.

Ação 5022 – Administração Financeira

Administração e liberação de recursos financeiros aos órgãos e entidades estaduais; gerenciamento dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro; acompanhamento e controle da execução orçamentária; administração e fiscalização da folha de pagamento; previsão e controle das receitas orçamentárias; normatização e execução da contabilidade geral do Estado.

No desenvolvimento das atividades, foram dispendidos recursos nas despesas correntes constituídas por gastos com pessoal e em especial com contratos de prestação de serviços de informática da PRODESP referentes ao processamento da folha de pagamento dos servidores ativos da Administração Direta do Poder Executivo, bem como à operação e manutenção dos sistemas de administração financeira e contábil do Estado (SIAFEM/SP, SIGEO, SEF e CADIN Estadual).

Em 2016 o resultado primário obtido foi de R$ 1.564 milhões, portanto superior à meta de R$ 1.518 milhões estabelecida na Lei nº 15.870, de 27 de julho de 2015.

A partir de 2016, essa ação passou a integrar o Programa 2000 – Gestão Fiscal e Tributária.

Departamento de Entidades Descentralizadas

Até o ano de 2015, o Departamento de Entidades Descentralizadas fazia parte do “Programa 2002 – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO” e da “Ação 5600 – Acompanhamento da Gestão das Entidades Descentralizadas”.
A partir de 2016, o Departamento passou a fazer parte do “Programa 2000 - GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA”, e da “Ação 5022 – Administração Financeira”.

O Departamento de Entidades Descentralizadas analisa:

Processos e Expedientes relativos ao plano de cargos e salários, reajustes salariais, desapropriações, contratações, fixação de quadro de pessoal, liberação de recursos financeiros, pagamentos de sentenças judiciais, entre outros;

Manifestação Prévia: a decisão do titular da Pasta nos processos oriundos das empresas, fundações e autarquias, realizando análises referentes às contratações de obras, serviços e aquisições em geral acima de R$1.000.000,00 em 2006; R$5.000.000,00, a partir de 09 de março de 2007 e R$10.000.000,00 a partir de 2013, em atendimento ao Decreto nº 41.165/96, reavaliando, ainda, a conveniência e a oportunidade da execução;

Sistema de Alteração Orçamentária: por Resolução Conjunta SGGE-SEP-SF nº 001/2000, de 25/05/2000, realiza análise pertinente à Coordenadoria de Compras Eletrônicas e de Entidades Descentralizadas - CCE, no que se refere às solicitações de alteração orçamentária.

Realizado em 2016			
Processos e Expedientes	**Manifestação Prévia MP**	**Sistema de Alteração Orçamentária SÃO**	**Total**
351	41	79	471

Ação 5023 – Administração Geral

Mesmo sendo genérica, é essencial para que as outras unidades da SEFAZ realizem suas atividades, garantindo a manutenção e continuidade dos serviços prestados ao cidadão com qualidade e satisfação, gerando recursos materiais, serviços e recursos humanos, além de manter o controle orçamentário e financeiro para todas as unidades administrativas.

Dando suporte administrativo as Unidades Gestoras Executoras (UGEs), atendendo e suprindo as suas necessidades com os materiais, serviços de transportes, serviços de manutenção e recursos humanos, gerindo os recursos orçamentários e financeiros da SEFAZ, dando condições para o desenvolvimento de suas atividades finalísticas.

Participam dessa ação o Gabinete da CTG e o Departamento de Gestão Estratégica - DGE. Além das atividades de suporte administrativo, de gestão e controle orçamentário e atividades de assistência técnica feitas pelo gabinete, temos as atividades abaixo realizadas pelo DGE:

a) Suporte à Gestão, garantindo as informações ao Gabinete do Secretário para acompanhamento e monitoramento ativo das iniciativas estratégicas da Secretaria da Fazenda;

b) Apoio à manutenção do Sistema de Gestão da Estratégia – SGE;

c) Apoio ao fortalecimento e institucionalização das Equipes de Gestão da Estratégia - EGE nas Coordenadorias;

d) Aprimoramento e acompanhamento dos indicadores do Planejamento Estratégico da Sefaz;

e) Apoio ao aprimoramento e apuração do ICAT (índice de cumprimento de metas dos indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT) e do ICA (índice agregado de cumprimento de metas dos indicadores globais da Sefaz) para fins de pagamento da Participação nos Resultados – PR e da Bonificação por Resultados – BR, respectivamente;

f) Elaboração de atos formais, minutas de resoluções e notas técnicas relacionadas à Bonificação por Resultados - BR e à Participação nos Resultados - PR;

g) Conclusão dos trabalhos de acompanhamento da entidade independente contratada para a realização de pesquisa de opinião para a obtenção do Índice de Satisfação dos Usuários Externos dos Serviços Prestados pela Sefaz;

h) Continuação dos trabalhos existentes e novas frentes de mapeamento de processos nas áreas da SEFAZ;

i) Aperfeiçoamento da metodologia de gestão de processos, com adoção de nova ferramenta para desenho de fluxograma;

j) Desenvolvimento de novo repositório central de processos – Sistema de Gestão de Processos;

k) Apoio à Escola Fazendária - Fazesp na elaboração de conteúdos de cursos de gestão;

l) Desenvolvimento de estudos para construção de metodologia de Gestão de Portfólio para a SEFAZ;

m) Estruturação de modelo para atuação integrada dos serviços oferecidos pelo departamento;

n) Estruturação de pesquisa para identificar o grau de maturidade e necessidades da Sefaz em termos de Gestão do Conhecimento;

o) Mapeamento dos conhecimentos essenciais ao processo de auditoria do Departamento de Controle e Avaliação, na visão das equipes de trabalho;

p) Desenvolvimento de nova metodologia de Planejamento Estratégico para futura implementação nas áreas da Sefaz;

q) Realização de “Workshop” de sensibilização e capacitação em indicadores para servidores da Coordenadoria Geral de Administração – CGA;

r) Apoio ao desenvolvimento de indicadores da Coordenadoria Geral de Administração - CGA;

s) Apoio à Equipe de Gestão Estratégica – EGE da Fazesp para a criação e definição de seus indicadores;

t) Participação no projeto Gestão por Competências: reuniões de trabalho e workshops, apresentação aos grupos de interesse, manutenção de espaço colaborativo e revisão dos materiais elaborados pelos grupos de trabalho e consultoria;

u) Apoio ao Programa de Desenvolvimento dos Servidores da Coordenadoria de Tecnologia e Gestão Estratégica – CTG;

v) Desenvolvimento de pesquisa de satisfação pelos serviços prestados pelo DGE.

Ação 2290 – Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil

Aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de apoio à gestão estratégica integrada; melhoria do desempenho da administração tributária e contencioso fiscal; melhoria do desempenho da administração financeira, patrimonial e controle interno; melhoria da gestão de recursos estratégicos. O projeto conta com recursos vinculados a operação de crédito realizada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e autorizada pela Lei Estadual nº 13.815, de 17/11/2009.

Em 2016 destacamos as seguintes ações, projeto PROFISCO, cujos contratos encontravam-se em fase de execução:

a) Projeto 1.5 – Unidades da SEFAZ readequadas: Construção do Posto Fiscal de Suzano - SP (Finalizado em 2016); e Construção do Posto Fiscal de Lins – SP(Continuidade); Aquisição de painéis divisórios para o PF Lins (Finalizado em 2016); Confecção, fornecimento e instalação, incluindo todos os serviços necessários, de totens, placas de sinalização internas e externas, faixas de vidro, adesivos de identificação para o PF Lins (Finalizado em 2016);

b) Projeto 2.2 – Convênios e acordos de cooperação, com instituições selecionadas, celebrados: Participação de eventos da COGEF

c) Projeto 3.1 – Sistema autenticador e transmissor de documentos fiscais digitais implantados: Consultoria para se adequar a novas frentes de controle tributário; e Contratação dos serviços do IMESP para fornecimento de 130.000 certificados digitais do projeto SAT-Cfe(continuidade);Contratação de serviços de pesquisa, desenvolvimento e evolução do SAT (Finalizado em 2016); Aquisição de equipamentos de solução de Hardware Security Module (Continuidade);

d) Projeto 3.2 – Sistema de Controle de Vazão de Combustíveis implantado: Desenvolvimento do Sistema de Controle de Vendas de Combustíveis de Postos Revendedores (continuidade).

e) Projeto 3.4 – Metodologia de fiscalização utilizando as informações da NF-e implantada: Curso Programa Modular Internacional em Fazenda Pública, Gestão e Administração Tributária (Finalizado em 2016); Aquisição de 23 microcomputadores com 2 monitores para uso exclusivo em atividades de investigação forense (Finalizado em 2016);

f) Projeto 3.6 – Sistema de controle das operações de drawback, exportações e remessas para áreas de livre comércio: Contratação da PRODESP para desenvolvimento do SIEX (Fase 1 - Op. Importação e Remessa Suframa) (Continuidade)

g) Projeto 3.7 – Sistema de Informações econômico-fiscais implantados: Aquisição de solução de visualização, análise e descoberta de dados(Finalizado em 2016); Aquisição e implantação de solução de mascaramento de dados (continuidade); Desenvolvimento de uma base de dados analítica a partir das informações tributárias da CAT, bem como relatórios e painéis de indicadores (continuidade)

h) Projeto 3.8 – Conta fiscal do ICMS declarado implantado: Prestação de serv.de informática visando a construção de módulos do Projeto Conta Fiscal do ICMS declarado (continuidade).

i) Projeto 4.1 – Cadastro de contribuintes do IPVA implantado: Desenvolvimento do Sistema de Controle de Notificações do IPVA;

j) Projeto 4.2 – ITCMD – Sistema de cruzamento de informações das declarações on-line implantado: Sistema da Conta Fiscal do Parcelamento do ITCMD (continuidade).

k) Projeto 4.7 – Escrituração Fiscal Digital (EFD) implantada: Contratação de serviços especializados de informática da PRODESP para desenvolvimento do projeto “Eliminação da GIA” (Continuidade);

l) Projeto 4.8 – Sistema para captura e tratamento das informações da Escrituração Contábil Digital (ECD) implantado: Treinamento em EAD de 1800 AFRS em auditoria contábil tributária digital (Finalizado em 2016); Aquisição de ferramenta digital de auditoria fiscal-contábil ACD (1600) (Finalizado em 2016).

m) Projeto 5.1 – Processo Administrativo Tributário Eletrônico e-PAT implantado: Aquisição de 91 scanners de alto desempenho e 75 mesas digitalizadoras incluindo instalação garantia e suporte técnico (continuidade); Contratação de consultoria para elaboração de projetos executivos de arquitetura para reforma do TIT (Continuidade);

n) Projeto 6.1 – Sistema de custos integrado ao Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, implantado: Consultoria p/ desenv. teórico e aplicação prática de

metodologia de apuração de custos nos serviços públicos (continuidade); Contratação de consultor Individual para prestar consultoria para a aplicação do Código de Transparência Fiscal do FMI, no que se refere aos aspectos orçamentários da avaliação - CLAUDIANO MANOEL DE ALBUQUERQUE (Finalizado em 2016); Contratação de consultor Individual para prestar consultoria para a aplicação do Código de Transparência Fiscal do FMI, no que se refere aos aspectos contábeis da avaliação - JOSEPH BARRY CAVANAGH Finalizado em 2016);; Contratação de consultor Individual para prestar consultoria para a aplicação do Código de Transparência Fiscal do FMI, no que se refere aos aspectos estatísticos da avaliação - MARIA EUGENIA BENAVIDES LEGARDA (Finalizado em 2016); Prestação de serviços de informática para ativação e treinamento de operação do Sistema de Administração - SAM - módulo ESTOQUE (Continuidade); Aquisição de 3 licenças do Software Analytica Enterprise, release 4.6 ou superior (finalizado em 2016);

o) Projeto 6.3 – Metodologia para auditoria baseado em riscos de gestão: Consultoria especializada para implantação de auditoria baseada em risco, conforme metodologia COSO, em duas secretarias do Estado de SP(continuidade);

p) Projeto 7.2 – Sistema Bolsa Eletrônica de Compras (BEC/SP) revisto e ampliado: Prestação de serviços visando o desenvolvimento, a produção, a implementação e a avaliação de um curso de gestão de suprimentos para área pública na modalidade EAD (rescindido em 2016); Consultoria para auditoria dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC;

q) Projeto 8.1 – Programa de Educação Fiscal para a Cidadania ampliado: Contratação de serviço de pesquisa para avaliar o grau de conhecimento e percepção da população em relação aos tributos e aos gastos públicos (Finalizado em 2016)

r) Projeto 8.2 – Novo modelo de relacionamento eletrônico com o contribuinte implantado: Consultoria p/auxiliar na implantação de um portal de serviços tributários p/a SEFAZ/SP (continuidade)

s) Projeto 9.2 – Metodologia de gerenciamento de processos, qualidade e níveis de serviço implantado: Consultoria especializada para implantação do Escritório de Projetos;

t) Projeto 9.3 – Boas práticas de gestão operacional de TI implantadas: Aquisição de ferramenta BMC Remedy, c/ instalação, adequação e atualização (Finalizado em 2016).

u) Projeto 9.5 – Arquitetura e modelo de negócios de TI formalizado e institucionalizado: Consultoria especializada em estruturação da área de Arquitetura Corporativa para o DTI (Continuidade);

v) Projeto 9.6 – Implantação de boas práticas de Gestão da Segurança da informação: Contratação de curso Auditor Interno em Sistema de Gestão da Segurança da Informação ISSO/IEC/27001:2013 (Finalizado em 2016)

w) Projeto 9.8 – Reformulação das ferramentas de Comunicação e Colaboração: Aquisição de solução de controle de acesso a redes – CITRIX(Continuidade); e Aquisição de solução de armazenamento de dados (storages) e switches SAN (Finalizado em 2016); Aquisição de solução de controle de acesso a redes – NAC (Continuidade)

x) Projeto 9.9 – Ampliação da capacidade de armazenamento de documentos eletrônicos: Aquisição de 64 licenças de Software Microsoft SQL(Finalizado em 2016).

y) Projeto 10.1 – Estrutura física e tecnológica da Escola Fazendária adequada: Reforma FAZESP Carmo(Finalizado em 2016); Aquisição de projetores para adequar as salas da escola da sede e do Carmo (Finalizado em 2016); Aquisição de amplificadores p/adequação das salas de treinamento da FAZESP(Finalizado em 2016);

z) Projeto 10.3 – Programa de Educação à Distância aperfeiçoado e ampliado: Contratação de serviços para desenvolvimento e criação do Curso Nota Fiscal Paulista na modalidade EAD (Finalizado em 2016); Aquisição de Software Articulate Storyline (Finalizado em 2016);

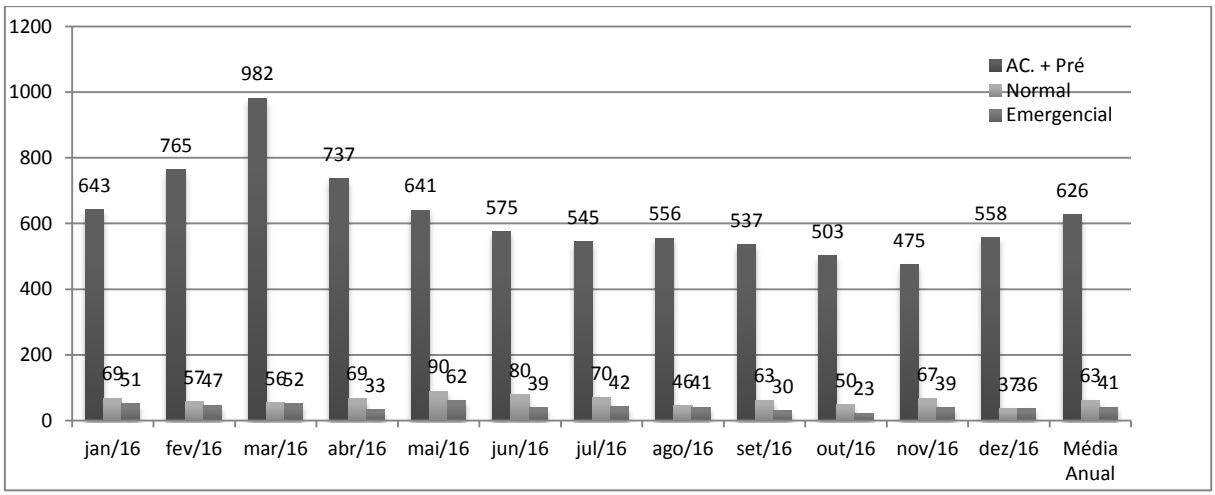
aa) Projeto 10.4 – Avaliação de desempenho por competências implantadas: Contratação de serviços consultoria para concepção de modelo de avaliação profissional para SEFAZ – SP (Continuidade);

bb) Projeto A1 – Gestão do Projeto: Contratação de auditoria externa para o PROFISCO, seguindo as normas do BID (Modalidade - SBQC) (continuidade); Contratação de serviços para publicação de Manifestação de Interesse (Finalizado em 2016);

Ação 5932 – Gestão de Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação

Foram realizadas 8.766 mudanças no ambiente, dos quais 754 foram mudanças normais, 7517 pré-aprovadas e 495 emergenciais, distribuídas conforme gráfico acima.

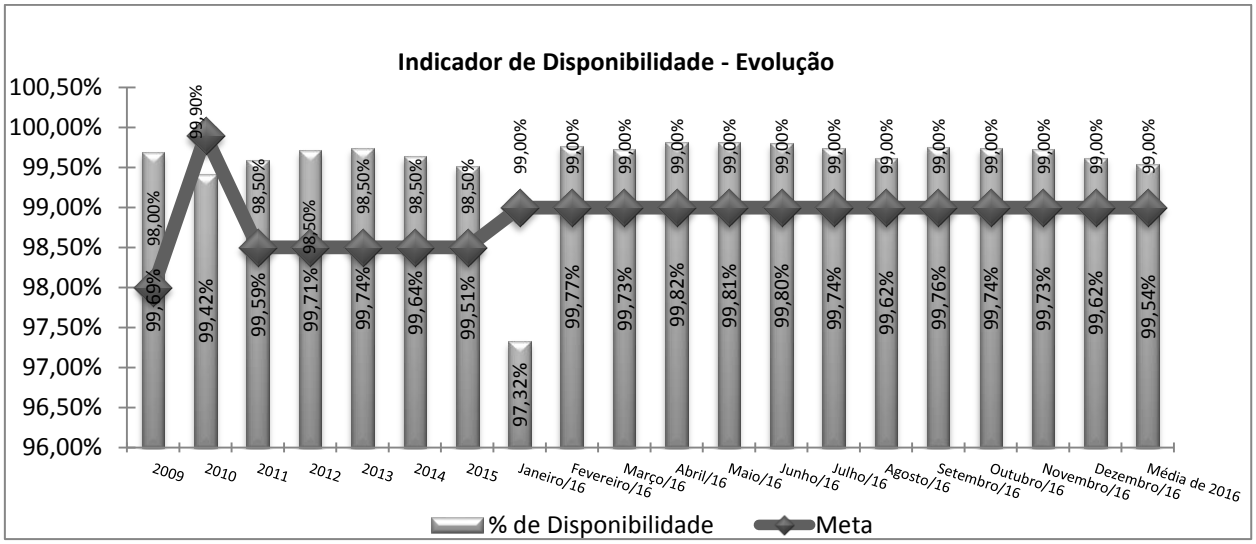
Houve uma pequena redução de 0,5% do número no total de mudanças em relação ao ano de 2015, com participação maior das pré-aprovadas (de baixo risco) e menor das Normais e Emergenciais.



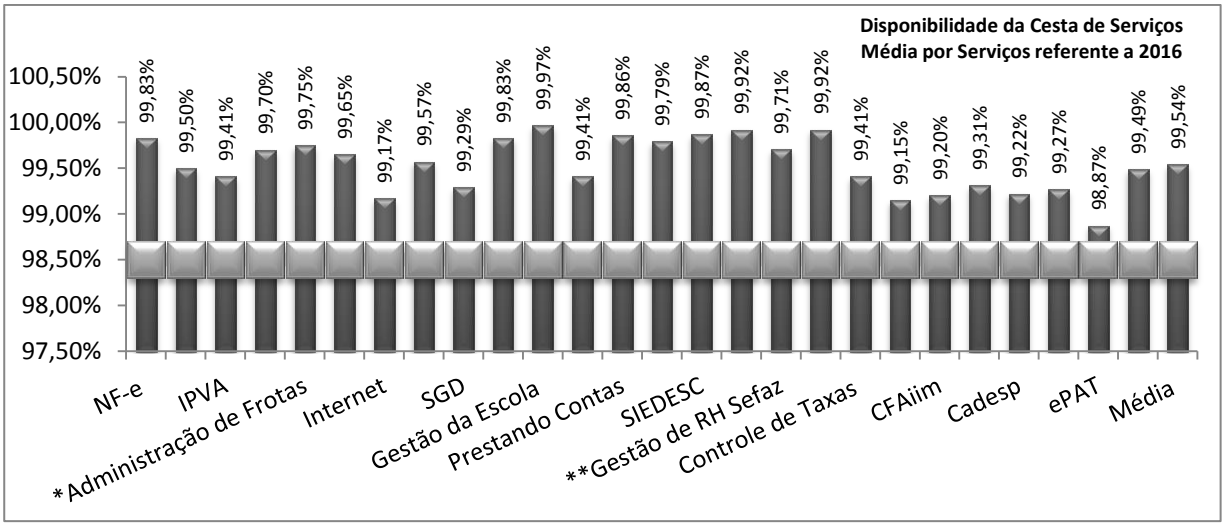
Atendimentos de 21.544 tarefas para realização de mudanças de infraestrutura das quais 12.593 foram executadas pelas equipes de gerenciamento operacional (2º nível) e 8.951 pelas equipes de gerenciamento técnico (3º nível).

Atendimento de 73.472 incidentes e requisições de serviço de infraestrutura dos quais 64.805 foram resolvidas pelas equipes de gerenciamento operacional (2º nível) e 8.667 pelas equipes de gerenciamento técnico (3º nível).

O índice de disponibilidade dos sistemas classificados como crítico foi de 99,54%, conforme gráfico abaixo:



A disponibilidade individual de cada um dos 26 serviços críticos da cesta é demonstrada abaixo:



Em 2016 houve manutenção da capacidade de armazenamento de dados e redução do uso de links de comunicação WAN:

Dimensão	2015	2016	Crescimento
Links de comunicação das regionais e	896,5 Mbps	856,5 Mbps	-4,46 % (*)
Links de comunicação - datacenters (total)	13 Gbps	13 Gbps	0 %
Espaço bruto para armazenamento de dados	7,5 PB	7,5 PB	0 %
Espaço líquido para armazenamento de dados	6,0 PB	6,0 PB	0 %

(*) Redução devido à desativação de Postos Fiscais, consolidação de unidades e redução de velocidade em links com baixa utilização.

Nas atividades de desenvolvimento, implantação e sustentação de sistemas. Podemos destacar os sistemas elencados abaixo como os principais do ano de 2016:

a) SIGEC - Sistema Integrado de Gestão de Crédito: 1 – Implementação do PPD - Lei 16.029; 2 – Melhorias para integração com a CF-AIIM.

b) CFAIIM – Conta Fiscal AIIM: 1 – Implementação de Nova versão do PPD - Remissão e Cancelamento de AIIMs; 2 – Geração de GAREs com escolha de subitens para pagamento.

c) SIVEI - Sistema de Controle de Pedidos de Benefícios Fiscais para Veículos Automotores: 1 – Implantação em produção da fase 1 que contempla as funcionalidades: 1.1 – Requerimento de concessão de isenção do ICMS na compra de veículo novo por pessoas com necessidades especiais e taxista; 1.2 – Requerimento de concessão de isenções e imunidades do IPVA de veículos novos ou usados; 1.3 – Workflow de aprovação dos requerimentos de ICMS pelos postos fiscais.

d) Sistema de Frequência: 1 – Desenvolvimento de novo Sistema de Dados Pessoais substituindo o anterior que estava obsoleto.

e) Sistema de Dados Pessoais e Terceiros: 1 – Desenvolvimento de novo Sistema de Dados Pessoais substituindo o anterior que estava obsoleto.

f) Sistema de Cálculo da BR: 1 – Desenvolvimento dos procedimentos para o calculo da BR (Bonificação de Resultados) atendendo a legislação.

g) SIEX - Sistema de Controle das operações de remessas à Suframa, Importação, Exportação e Drawback (Implantado em homologação - 60%): 1 – Em desenvolvimento a criação de um sistema gerencial para armazenamento e cruzamento dos dados referentes às operações de importação, exportação, drawback e remessas de mercadorias para áreas incentivadas da ZFM (Zona Franca de Manaus) e ALC (Área de Livre Comércio); 1.1 – Controle da regularidade das operações que são

amparadas por benefícios fiscais condicionados a eventos futuros; 1.2 – Ferramentas para a seleção de contribuintes que divergirem de parâmetros definidos pela DEAT-COMEX para fiscalização.

h) SGIPVA – Sistema de Gestão do IPVA - Fase I: 1 – Desenvolvimento do Módulo Cadastro de Contribuintes; 2 – Otimização do processamento dos arquivos de Movimentação Diária DETRAN, Comunicação de Vendas e Notas Fiscais visando uma performance que caiba em um tempo muito restrito.

i) SGIPVA – Sistema de Gestão do IPVA - Fase II – Etapa 1: 1 – Em desenvolvimento novas funcionalidades: Preparação da Conta Fiscal (mainframe) para receber informações das notificações do SGIPVA; Serviço para exportação das informações da Conta Fiscal dos Débitos das Notificações; Cadastro de Notificações; Serviço de Integração com o DHEA – Cálculo do IPVA; Cadastro de parâmetros utilizados pelo sistema; Atualização da Conta Fiscal com as Notificações; Importação de Notificações; Recebimento de arquivos da Conta Fiscal para atualizar as Notificações do SGIPVA.

j) Credito Acumulado – Sistema de Apuração de Crédito Acumulado de ICMS: 1 – Autorização de acesso pelo PGSF (em homologação); 2 – Resumo Crédito Acumulado – Simplificado; 3 – Verificação Sumária Siscomex Importação – Implementação do tratamento para compensação; 4 – Utilização do custo médio de saída para devolução de saída.

k) SIPRO – Sistema de Promoção de AFR's: 1 – Criação de sistema de controle de promoção de AFR´s atualmente em pré-produção.

l) Entidades: 1 – Módulos novos: Controle de mandatos das Entidades; Relatórios Gerenciais; Novas funcionalidades de gestão do CEDC.

m) CF ICMS DEC: 1 – Novas funcionalidades em fase de testes: Simulação de Crédito Tributário; Controle de Omissos – Alteração na verificação de controle de omissos; Execução de Processos Automáticos; Consulta de Créditos Tributários; Consulta de Extrato de Crédito Tributário; 2 – Criação de novo ambiente de Homologação/Migração para novo ambiente de Homologação.

n) CF ITCMD Parcelamento: 1 – Novas funcionalidades em fase de homologação: Cálculo de parcelas; Simulação/Cadastro/Consulta/Alteração do pedido de parcelamento; Cadastramento/Processamento do deferimento do pedido de parcelamento; Processamento do pedido deferido; Cálculo do saldo atualizado do parcelamento; Processamento de solicitações ao SIGEC; Consulta à Conta Fiscal; 2 – Criação de novo ambiente de Homologação/Migração para novo ambiente de Homologação.

o) Cadastro de UAs: 1 – Criação de um novo sistema de Cadastro de Unidades Administrativas do Estado de São Paulo integrado com a PRODESP e mantendo atualização da base de dados de antigo Cadastro; 2 – Criação de novas facilidades de consultas e relatórios de Unidades Administrativas; 3 – Integração com sistema SIGEO para relatórios customizados na base de dados de DW.

p) NFCE: 1 – Para atendimento do Conv. ICMS 60/2015, com novo layout de arquivos de Notas Fiscais de Comunicação e Energia; 2 – Criação de Rotinas novas de Triagem; 3 – Recepção de TED; 4 – Validação e Carga de Arquivos; 5 – Alteração das rotinas de Consultas NFCE-Internet e Intranet.

q) DeSTDA: 1 – Implantação do novo sistema de recepção de declarações de substituição tributária e diferencial de alíquota do Simples Nacional, em cooperação com a Secretaria da Fazenda de Pernambuco, que forneceu o aplicativo cliente que é utilizado pelos contribuintes.

r) SIEDESC: 1 – Implantação de piloto do relatório de informações gerenciais das Entidades Descentralizadas, agregando informações de entidades, contas e períodos de interesse.

s) SAD: 1 – Sistema para realizar a avaliação de desempenho da Secretaria da Fazenda. Incluirá os processos: Progressão de TEFEs; Avaliação de Estágio Probatório de AFR; 2 – Avaliação de Estágio Probatório de APOFP.

t) AEP-NOVO: 1 – Desenvolvimento e Implementação em produção do Sistema de Avaliação de Estágio Probatório de AFRs e APOFPs, referente aos ingressantes nos últimos concursos das respectivas carreiras.

u) Novo Portal Institucional da SEFAZ: 1 – Desenvolvimento e Implantação do Novo Portal da Secretaria da Fazenda.

v) NFP: 1 – Desenvolvimento do aplicativo móvel; 2 – Modernização da infraestrutura do sorteio para evitar o uso de notebook, pendrives e ter um ambiente com controle de acesso, backups e maior facilidade de acesso aos usuários autorizados; 3 – Automatização das cargas de dados na integração

com a Seds e mudança na interface de integração devido à mudança de infraestrutura da PRODESP-SEDS; 4 – Recepção de REDF Extemporâneo; 5 – Ativação do Webscrapping (anti robôs).

w) NFe: 1 – Implementação NT20105.003 v1.90; 2 – Implementação NT20105.002 v1.41; 3 – Implementação NT2015.002 - v1.40; 4 – Implementação NT2015.003 - v1.70; 5 – Módulo de autenticação WCF; 6 – Módulo de Consulta para Crédito Rural relativo a notas de outras UFs.

x) CTe: 1 – Implementação do CT-e versão 3.00 (autorização, DW, compartilhamento, credenciamento); 2 – Implementação do CT-e OS em homologação; 3 - Implementação da NT 2016.001.

y) MDFe: 1 – Implementação MDFe 3.00 - DW e Integra.

z) EPAT: 1 – Implementação e Implantação do Reti-rati; 2 – Implementação e Implantação do PRJ-Defesa; 3 – Implementação e Implantação do Sistema PUSH (DRF); 4 – Implementação e Implantação de Relatórios já existentes e interligados. Aprimoramento dos documentos; 5 – Implementação e Implantação de Relatório de Tempo médio; 6 – Implementação e Implantação da Atualização do serviço de Integração SIGEC.

aa) Projetos Workflow: 1 – Regime Especial: 1.1 – Implantação de novos relatórios; 1.2 – Exclusão do módulo do Núcleo Fiscal; 2 – eCT: Implantados novos relatórios; 3 – CT-Mail: 3.1 – Reconstrução do sistema para atualização tecnológica; 3.2 – Refatoração da integração com o sistema Fale Conosco; 4 – Ouvidoria: Funcionalidades Implantadas: Atribuição de responsável pelo atendimento; Conversão de atendimento sumário para atendimento comum; 5 – DIJ: Funcionalidades Implantadas: Integração com SCD; Exclusão do módulo “Migração de arquivos”; Migração de dados e arquivos do legado para o DIJ; 6 – RH – INCDEC/Art33: 6.1 – Implantado: Controle de Acesso e Menus; Integração para Pesquisa de Servidores Públicos no SIAP; Cadastro de Requerimentos; Resumo Funcional; Simulação; Implantada funcionalidade de Novas Incorporações; 6.2 –Desenvolvido: Cadastro de Incorporações do legado (SIAP); Planilha de Incorporação de Décimos para AFR; 7 – SAE: Homologação dos Módulos de Planejamento e Plano de Auditoria (desenvolvido para ser utilizado pelos gestores do Departamento de Controle e Avaliação); Desenvolvimento parcial dos Módulos (Plano Operacional, Auditoria, Acesso e menus, Cadastros); Documentação dos Módulos (Alterar prazo e equipe, Notificação, Manifestação, Acesso e menus, Cadastros, Configurações).

Ação 4499 – Eventos de Capacitação nas Áreas Fazendárias

A Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP atua na capacitação de servidores da Secretaria da Fazenda, dos servidores da área orçamentário-financeira das demais Secretarias.

No ano de 2016, realizou os seguintes eventos relacionados com a capacitação de servidores do Estado de São Paulo:

Programa de Capacitação Anual	Eventos de Capacitação	186
	Quantidade de vagas	15.101
	Quantidade de horas-aula usufruídas	243.816
Programa de Apoio à Pós-graduação	Número de servidores que receberam custeio	18
	Número de afastamentos concedidos	14
Participação em Eventos Externos	Número de eventos	101
	Número de servidores participantes	268

Ademais, a FAZESP atua na sensibilização dos cidadãos quanto à importância e ao papel dos tributos na sociedade e na economia, bem como quanto à relevância do controle social dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos, sendo importante instrumento com vistas à construção de uma relação harmoniosa entre o Estado e a sociedade.

No ano de 2016, realizou os seguintes eventos relacionados à educação fiscal para a cidadania:

Eventos realizados	194
Cidadãos envolvidos	55.498
Quantidade de horas de eventos	1.393

Observação:
Programa 2009 – Administração Geral da Secretaria da Fazenda

Ação 5018 – Recuperação de Ambientes de Trabalho

A Coordenadoria Geral de Administração imprimiu esforços para oferecer condições de trabalho em ambientes mais seguros e saudáveis, buscando proporcionar aos Servidores Fazendários espaços adequados e planejados para o desenvolvimento das atividades e conforto dos usuários dos serviços.

Devido as medidas de redução e otimização das despesas de custeio estabelecidas pelo Decreto n.º 61.131, de 25/02/2015, bem como, a não liberação de dotação para custeio, foi necessária uma readequação do planejamento das obras, algumas foram suspensas e outras postergadas, além de problemas operacionais em licitações, aprovação de projetos, etc., ocasionando atrasos nos cronogramas previstos.

No decorrer de 2016 as principais obras de construção/reforma executadas com recursos do PROFISCO foram:

a) Recuperação e reforma do edifício da Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP, Rua do Carmo;

b) Reforma dos arquivos localizados no 2º subsolo do Palácio Clóvis Ribeiro – Sede SEFAZ;

c) Construção do Posto Fiscal de Lins

Em 2017, as obras de construção/reforma previstas são:

a) Projeto Executivo para adequação das rotas de fugas do Palácio Clóvis Ribeiro – Sede SEFAZ;

b) Implantação de sistema de ar condicionado no Palácio Clóvis Ribeiro – Sede SEFAZ;

Cabe destacar que, a estrutura do PPA 2016-2019 foi totalmente modificada, e que o Programa 2009 – Administração Geral da Secretaria da Fazenda não mais existe, atualmente as atividades da Coordenadoria Geral de Administração estão no Programa 2000 – Gestão Fiscal e Tributária, no Produto: Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas da Secretaria, na Ação 5023 – Administração Geral. A Ação 5018 – Recuperação de Ambientes de Trabalho não constou neste PPA.

Programa 2003 – Gestão das Carteiras Autônomas de previdência, do IPESP e de Contratos de Seguro

Ação 4209 – Administração do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP/Carteiras

Suporte técnico-administrativo ao desenvolvimento dos programas do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP, garantindo estrutura adequada no que se refere às ações burocráticas de apoio a administração da extinção das Carteiras de Previdência dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro, e administrar Carteira Predial, Economistas, Ex-vereadores e Ex-prefeitos.

a) O Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP administrou os pagamentos da seguinte forma: i) Recursos próprios: Advogados e Serventias; e ii) Recursos repassados pela SEFAZ: CASEM, ex-Vereadores, Economistas e os Inativos do antigo IPESP.

b) Repasse do valor correspondente aos Inativos para a SPPREV.

c) Execução orçamentária relativa aos contratos terceirizados das carteiras e realização dos desembolsos para posterior ressarcimento, conforme a Lei 14.016 de 2010, artigo 12, incisos I e II.

d) Alteração orçamentária para complemento e cumprimento das obrigações, principalmente à parte de pessoal inativo com recursos da SEFAZ, sendo este o responsável pela insuficiência financeira

e) Elaboração das propostas orçamentárias do IPESP, Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro.

f) Acompanhamento dos relatórios contábeis, financeiros e gerenciais gerados pelo sistema MJDS, específicos para as carteiras autônomas.

g) Participação das reuniões mensais com o Conselho da Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro para a prestação de contas e apresentação da posição financeira atualizada.

h) Acompanhamento da elaboração das Reservas Matemáticas da Carteira dos Advogados de São Paulo e da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro.

i) Transferência mensal para as respectivas contas dos valores repassados pela SEFAZ, referente às taxas de mandatos da Carteira dos Advogados de São Paulo e emolumentos da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, e as importâncias correspondentes aos reembolsos das referidas Carteiras para o IPESP, conforme legislação que rege a matéria.

j) Pagamento de Precatórios: o IPESP efetuou um depósito no montante de R$ 151.748,83 referente à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro.

k) Os saldos dos investimentos nas duas Carteiras totalizaram: i) Advogados: R$ 1.690.420.748,00 em 31/12/2016, com rentabilidade acumulada de 12,00% no ano, ou IPCA + 5,4%; e ii) Serventias: R$ 641.527.026,00 em 31/12/2016, com rentabilidade acumulada de 10,80% no ano, ou IPCA + 4,24%.

l) As despesas contratuais se mantiveram em decorrência da renegociação dos ajustes (reajuste não realizado) com vistas à redução de custos

m) Análise, deferimento/indeferimento de benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e licença saúde (Carteira das serventias) das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

n) Manutenção da digitalização, bem como guarda de aproximadamente 90.000 processos das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

A partir de 2016, essa ação que fazia parte do programa 2015 Administração das Carteiras Autônomas passou a integrar o Programa 2003 – Gestão das Carteiras Autônomas de previdência, do IPESP e de Contratos de Seguro

Programa 2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico

Ação 1208 – Repasse de Recursos ao FUNAC – Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo

O FUNAC - Fundo de Apoio a Contribuintes foi criado em 1970, com o objetivo de fortalecimento do setor industrial paulista, mediante modernização e reorganização de empresas e promoção de amparo e recuperação daquelas. Está prevista assistência financeira a projetos de modernização, reorganização das empresas, bem como formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Com a publicação do Decreto nº. 58.786 de 21 de dezembro de 2012, o qual regulamenta a constituição e o funcionamento do Conselho de Orientação do FUNAC, se constituiu a possibilidade de reativação e operacionalização do ~~o~~ Fundo. Para tanto, seriam necessárias algumas regulamentações, oriundas do próprio Conselho, bem como a definição de características de operacionalização das linhas de financiamento e equalização.

Em 19/08/2013 foi firmado contrato junto à Secretaria da Fazenda para que a Desenvolve SP assumisse a administração do Fundo, visando à retomada de sua operacionalização. Como objetivo da retomada operacional, foram aprovadas pelo Conselho de Orientação do FUNAC, seis deliberações as quais organizaram o modo de atuação do Fundo e instituíram linhas específicas de suporte financeiro. Em 2016, o valor previsto para o repasse era de R$ 65,0 milhões para o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo, os quais foram repassados em sua integralidade.

Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual

Apresentamos detalhado o Quadro com os dados do Programa 2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual:

R$ mil

Despesa do programa por Categoria Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada	% DE EXECUÇÃO (Realizado/Previsto)
Programa	**28.152.081.885,51**	**30.333.051.150,00**	**29.884.481.420,79**	**98,52%**
Despesas correntes	28.152.081.875,51	30.332.949.672,00	29.884.462.458,79	98,52%
Despesa de capital	10,00	101.478,00	18.962,00	18,69%

Fonte: SIGEO

O Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual tem como objetivo gerir os Regimes de Previdência do Estado de São Paulo, assegurando a concessão, manutenção e o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. O programa é composto por duas ações orçamentárias e duas ações não orçamentárias.

Ações orçamentárias:

Ação 5752 – Administração da São Paulo Previdência

Ação voltada para a Administração da Sede da São Paulo Previdência e de seus postos regionais, cujo produto é o número de pontos de atendimento implantados aos beneficiários. A SPPREV no ano de 2016 administrou 17 unidades. A meta física estabelecida para o ano de 2016 foi de 19 unidades administradas, a ação atingiu 89,47% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2016 foi de 85,96% considerando a diretriz de redução e otimização de despesas estabelecidas no Decreto nº 61.785/2016.

Ação 5753 – Concessão e Pagamento de Benefícios

Ação direcionada para a atividade fim da SPPREV, cujo produto proposto é a quantidade de pagamentos mensais efetuados de aposentadorias e pensões, em 2016 foram efetuados 431.957 pagamentos mensais (aposentadorias e pensões). A meta física estabelecida para o ano de 2016 foi de 431.980 pagamentos mensais efetuados, o ação atingiu 99,99% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2016 foi de 98,58%.

Ações não orçamentárias:

Ação 8185 – Prevenção e Combate a Fraudes Previdenciárias, cujo produto é o valor economizado com pagamentos indevidos e que gerou uma economia de R$ 203,9 milhões de reais no exercício de 2016.

Ação 8260 – Construção da sede da SPPREV, cujo produto é a sede da SPRPEV construída e que o processo está em fase de licitação – concorrência.

Gestão de Benefícios Previdenciários. Em 2016 foi dada continuidade ao trabalho conjunto das **Diretorias de Benefícios - Civis e Militares** (DBS/DBM) e **Diretoria de Relacionamento com o Segurado** (DRS) com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. A **Diretoria de Administração e Finanças** (DAF) apresenta informações quanto a UG Administração. A autarquia administra, cerca de 416.003 mil benefícios previdenciários a 438.274 mil beneficiários aí incluídos os números relativos a inatividade da Polícia Militar.

A. Pensões Civis e Militares: Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2016 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de pensões, com o aprimoramento dos indicadores de pensão por morte para:.(1) percentual de benefícios de pensão por morte concedidos em até 20 dias dos fluxos da habilitação, inclusão e reinclusão; (2) percentual de protocolos de pensão por morte dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2015 a 31/12/2015 a serem finalizados em 2016.

Foi dada continuidade aos trabalhos do ano de 2012 projeto conjunto das Diretorias de Benefícios Servidores Públicos Civis e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever

concessões de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, foram objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98, cerca de 8500 (oito mil e quinhentos) benefícios foram revistos. Devido as demandas judiciais os processos não apresentaram a produtividade de extinção esperada. A providência tomada pela SPPREV foi a suspensão dos benefícios para os beneficários apontados no escopo do projeto de revisão das pensões instituídas após a edição da Lei Federal nº 9717/98.

No exercício de 2016 para os benefícios de pensão por morte de ex-servidor civil e militar foi dado continuidade ao trabalho de invalidação e manutenção dos benefícios realizando as devidas revisões quando necessário. As revisões dos benefícios de pensão em detrimento da Lei 9717/98, ainda não foi concluída. Na Diretoria de Benefícios Civis restam **648 processos em andamento**.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas aproximadamente 18 (dezoito) mil atividades de manutenção / pagamento classificadas em: revisão e reanálise de pagamento (1.537), reversões de cota parte (1.043), análises de requerimentos de resíduos de pensão por morte (1.271); planilha de extinção de benefício (3.464); instaurações de procedimento de invalidação/ extinção de benefícios (145) e manutenções de procedimento administrativos instaurados nos exercícios anteriores a 2016 (793). Foram realizadas ainda, 3.873 análises de rubrica, 4.058 atualizações em folha de pagamento, alterações cadastrais, isenções de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial, análises de requerimentos de manutenção de pensões (1.388), atualização cadastral de cerca de 2.000 beneficiários indevidamente cadastrados como ex cônjuges, além do cumprimento de aproximadamente 6.683 demandas judiciais.

Eliminação dos 808 requerimentos de concessão pendentes anteriores a janeiro/2015, sendo o total de requerimentos analisados com envio de dois protocolos aguardando manifestação da Consultoria Jurídica da SPPREV.

O Total de protocolos deferidos em 2016 pela **DBS – Diretoria de Benefício Civil** foram de **3.770 benefícios de pensão por morte inicial, 94 inclusões de novos beneficiários em benefícios já existentes e 326 benefícios de reinclusão.**

Número de Pensão por Morte Civil paga pela SPPREV benefícios: 79.913. Número de beneficiários: 92.353 beneficiários; Número benefícios concedidos em 2016: 3.770 benefícios. Média Mensal em 2016: 314 benefícios.

No exercício de 2016 foram concedidos 1.213 novos benefícios de pensão por morte militar pela **DBM - Diretoria de Benefício Militar**. Foi dado prosseguimento ao trabalho de aprimoramento contínuo na gestão dos benefícios de **pensão por morte de militares.**

A organização interna da Gerência de Pensão de Militar, originalmente disposta no art. 38 da Portaria SPPREV nº 164/2009 de 18/12/2009 foi alterada e passou a ser regulamentada pelo art. 38 da Portaria do Diretor Presidente nº 334, de 24/10/2016, publicada no Diário Oficial do Estado em 28/10/2016, pgs. 15 a 19. Foi mantida a divisão em três supervisões, contudo foi subtraído o prefixo “ex” do militar e alteração do nome da Supervisão de Afastamento de Militar – SAF – que passou a se chamar Supervisão de Apoio Judicial de Pensão – SJP. No mais, passados cerca de cerca de 7 (sete) anos da edição da Portaria nº 164, viu-se a necessidade de revisão da estrutura quanto às atividades executadas e a divisão interna estabelecida entre as supervisões, que haviam deixado de condizer com a previsão do mencionado diploma, de modo que o ajuste foi necessário.

Quanto às atividades desenvolvidas no ano de 2016, na concessão de pensão realizamos análise de cerca 1.456 processos, sendo 243 casos de indeferimentos e demais de deferimentos, incluindo habitações iniciais, inclusões e reinclusões.

Dentre os trabalhos desenvolvidos na gestão dos benefícios de pensão por morte de militares no ano de 2016 destaca-se que foi dado prosseguimento ao trabalho realizado nos anos anteriores, e, buscando dar maior eficiência, foram aprimorados os indicadores de habilitação, inclusão e reinclusão de pensão para (i) Percentual de benefícios de pensão por morte concedidos em até 20 dias dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão, garantindo maior celeridade nas concessões. Neste diapasão, lançamos, igualmente, como outro indicador, a redução do estoque (ii) Percentual de protocolos de pensãopor morte dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2015 a 31/12/2015 a serm finalizados em 2016 alcançando, com isto, a conclusão da totalidade dos protocolos deta período (201).

Por meio da Supervisão de Apoio Judicial de Pensão, demos continuidade às ações promovidas pelo núcleo de inteligência previdenciária – NIP – que com intuito de rever os benefícios, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes, valeu-se de subsídio de outros órgãos públicos, como INSS, DETRAN, Receita Federal, entre outros, para promoverem averiguação/investigação social para apuração da existência de união estável ou verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de algumas classes de beneficiários. No ano de 2016 encerramos 333 averiguações, sendo 149 delas concluídas como positivas, e ainda existem 580 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 101 casos, e existem 113 em andamento. Além disso, forma emitidas 608 certidões, realizados 133 procedimentos de vistas e cópias, 412 atendimentos de demandas judiciais (inclusão de novos dependentes, exclusão, reinclusão, reversões, entre outros) e foram atendidos 527 pedidos de informações judiciais à Procuradoria Jurídica.

Na Supervisão de Manutenção de Pensão, destacamos a realização das principais atividades de manutenção, que totalizam 7890, distribuídas da seguinte maneira: 1794 revisões, sendo 203 administrativas e 1591 em decorrência de demandas judiciais; elaboração de 2887 planilhas para subsidiar a Procuradoria Jurídica em ações judiciais; 1454 exclusões de beneficiários por motivos de óbito, casamento, idade, entre outros; 607 reversões de quotas; 844 cálculos de saldo de pensão, sendo 593 com resultado devedor e 251 credor; 301 análises de pedidos de isenção de imposto de renda.

B. Aposentadorias Civis: Na Diretoria de Benefícios Civis – DBS foram tomadas providências visando a eficiência e celeridade das concessões para o benefício de aposentadoria. Foi dada continuidade em 2016 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de aposentadoria, com o aprimoramento dos indicadores para: (1) Percentual de benefícios de aposentadoria concedidos em até 60 dias que foram solicitados no período de 01/10/2015 a 31/12/2016; (2) percentual de protocolos de benefício de aposentadoria finalizados que foram solicitados no período de 01/05/2013 a 31/12/2014; (3) percentual de protocolos de benefício de aposentadoria finalizados que foram solicitados no período de 01/01/2015 a 30/09/2015. Com a implementação de melhorias nos fluxos do módulo de aposentadoria no Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV e na gestão interna, em 2016 foi dado continuidade ao trabalho de aprimoramento na atividade de concessão de aposentadoria com **índice médio de 84,91** dias, face as intercessões de tarefas que dividem as atribuições da SPPREV e RH de origem.

Desta forma, no exercício de 2016 tivemos o maior número de aposentadorias concedidas em um único ano ao atingir a marca de 16.158 publicações, porém a parte destas inatividades concedidas, para ser mais exato 9.105 pedidos foram requeridos em anos anteriroes, ou seja antes de 1º de janeiro de 2016, fora portanto do período utilizado para apuração do indicador de prazo estipulado no PPA da SPPREV. Assim, as 7.054 aposentadorias solicitadas entre 01/01/2016 a 31/12/2016, sofreram por consequência atrasos, já que a prioridade assentada na autarquia fora de primeiro analisar os pedidos mais antigos em detrimento dos casos mais recentes permeados no ano de 2016.

Não sendo demasiado destacar que houve significativa melhora na eficiência dos resultados se comparado com a redução de servidores, o que mostra que este órgão gestor único de RPPS está envidando esforços no aprimoramento de mecanismos para automação das concessões com inovação na gestão previdênciária através de seus sistemas e plataformas.

O total de novos benefícios de aposentadoria concedidos/publicados pela autarquia no ano foi de 16.158 benefícios, **71,50% atendendo a Secretaria de Educação e 28,50% atendendo as demais secretarias do Estado de São Paulo.**

Otimização do tempo na concessão do benefício de Aposentadoria: (1) Após a implantação da 2ª fase do Projeto VTC – Validação de tempo de Contribuição, cujo foco e dedicação consistia na realização de testes homologatórios em parceria com o RH da Secretaria da Fazenda para implantação do projeto ainda no 1º trimestre de 2016, em 10 de março de 2016 esta nova plataforma fora disponibilizada para uso dos RH´s de todas as Secretarias e Autarquias da Administração Pública Indireta de forma experimental. A partit de 1 de abril do referido exercício, o uso efetivo desta plataforma de padronização de contagem de tempo para fins previdenciários se tornou obrigatório, substituindo as Certidões de Contagem de Tempo (manuais ou via GDAE) pela Validação de Tempo de Contagem gerada pelo Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV (1ª parte), vinculado ao fluxo de concessão de aposentadoria. Com esta iniciativa inovadora a São Paulo Previdência – SPPREV almeja a médio e longo prazos agilização dos processos de concessão de aposentadoria, modernizando a aperfeiçoando os serviços prestados pela autarquia. De modo a garantir a correta utilização deste novo fluxo, foram promovidos ciclos de apresentações, treinamentos, vídeos e cartilha explicativa do fluxo de VTC e novo fluxo de aposentadoria em parceria com a Secretaria da Saúde, objetivando o adequado treinamento aos funcionários do setor de Recursos Humanos das Secretarias do Estado e das Autarquias da Administração Indireta. Ressaltando ainda que algumas funcionalidades que deverão compor o módulo de VTC e Novo Fluxo de Aposentadoria serão desenvolvidas e implementadas ao longo do exercício de 2017.

Medidas Adotadas: (1) Em cumprimento ao Parecer PA Nº 21/2015, atribuindo a SPPREV, a competência pelo pagamento e manutenção dos proventos de ex-servidores autárquicos do extinto Banco Caixa Econômica do Estado de São Paulo, não optantes pelo regime celetista, nos termos das Leis Estaduais nº 10.430/71 e 3.571/82. A migração ocorreu na folha de pagamento da competência de janeiro/2016 com pagamento no 5º dia útil de fevereiro**.(2) TREINAMENTO CGRH – Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos** do Estado de São Paulo **e SPPREV** - Como parte das ações de gestão previdenciária, a gerência de aposentadoria ao longo do exercício de 2016 deu continuidade ao programa de treinamento/ atualização previdenciária juntos aos diversos RH's dos órgãos de origem, visando discernir dúvidas sobre regras previdenciárias, documentos exigidos na Portaria Spprev 25/2012 e utilização do módulo de concessão de aposentadoria do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, tais como: (i) Participação no evento "Refletir – Encontro Permanente sobre Vivência e Gestão" promovido pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP com palestra da Gerente de aposentadoria. (ii) Participação do Diretor Presidente e do Diretor de Benefícios de Servidores Públicos no programa "AFPESP na TV" (Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo) que aborda temas de fundamental interesse aos servidores públicos paulistas (iii) Elaboração em parceria com a Assessoria de Relacionamento Institucional de um Guia de Perguntas e Respostas disponibilizado para os interessados na página eletrônica da SPPREV na internet (iv) realização em parceria com a Sefaz de videoconferência ara cerca de 600 servidores das áreas de recursos humanos das secretarias e autarquias do Estado de São Paulo sobre a VTC – Validação de Tempo de Contribuição e a o novo fluxo digital de aposentadoria. **(3) Arquivamento/cancelamento de protocolos de aposentadoria pendentes no Sistema de Gestão Previdenciária -** considerando que a concessão de aposentadoria é ato administrativo complexo, desenvolvendo-se, em duas etapas, sendo a primeira realizada no departamento de recursos humanos do órgão de origem do servidor e a segunda na SPPREV, objetivando a suspensão do curso dos processos de aposentadorias pelo período máximo de 30 dias, ficando a SPPREV durante o período de suspensão à disposição dos órgão de recursos humanos de origem para saneamento de dúvidas. Tal medida, objetiva o andamento dos protocolos de aposentadorias sem andamento administrativo por inércia dos órgãos de origem – publicação de Portaria SPPREV nº 196/2015. **(4) Instrução Conjunta UCRH/SPPREV nº 02** - tal instrução conjunta entre UCRH x SPPREV, publicada em 11 de março de 2016, face à edição das Leis Complementares nº 1.193, de 02.01.2013 e 1.239, de 07.04.2014, as quais institui a carreira de Médico, objetiva a regulamentação nos benefícios previdenciários, apresentando formulários para a adequada demonstração dos valores percebidos a título de Prêmio de Produtividade Médica – PPM e Prêmio de Incentivo – PIN. **(5) Instrução Conjunta UCRH/SPPREV nº 03** - A referida instrução conjunta entre UCRH x SPPREV, publicada em 11 de março de 2016, face a edição da Lei Complementar nº 1.195, de 17.01.2013, a qual transforma o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN em autarquia, apresenta formulário para a adequada demonstração dos valores percebidos a título de Gratificação pelo Desempenho de Atividades no DETRAN-SP / GDAD. **(6) Instrução Conjunta UCRH/SPPREV-1** - Face à edição das Leis Complementares nº 1.164 de 04.01.2012, alterado pela Lei 1.191 de 28.12.2012, Lei 1.192 de 28.12.12 e Lei 1.256 de 06.01.2015, as quais concedem Gratificações para os servidores do Quadro do Magistério e das Classes de Suporte Pedagógico da Secretaria da Educação, foi expedida a instrução conjunta para regulamentação nos benefícios previdenciários, apresentando modelo de formulário para a adequada demonstração dos valores percebidos a título

de Gratificação de Dedicação Plena e Integral – GDPI. **(7) Comunicado SPPREV / DBS nº 01 de 2016** - Com base nos Pareceres PA nº 206/2006 e 330/2007 e no Parecer Referencial CJ/SPPREV nº 110/2016, os quais traçam orientações jurídicas sobre a revisão do laudo de perícia médica e a dispensa dos valores eventualmente pagos a maior até a homologação pelo TCE/SP, foi expedida a referida instrução para fins de orientar os procedimentos relativos à revisão de aposentadoria por invalidez. **(8) Instrução Normativa Conjunta SPPREV/UCRH 01** – Estabelece instruções para recolhimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria dos servidores públicos com requisitos e critérios diferenciados, de que trata o artigo 40 § 4º inciso III da Constituição Federal, com fundamento na Súmula Vinculante 33 ou por ordem judicial. A referida instrução dispõe de parâmetros para análise dos requerimentos de aposentadoria especial baseados no artigo 40 § 4º inciso III da CF. tais disposições aplicam-se aos servidores da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Constas do Estado e seus Conselheiros, das Universidades, do Poder Judiciário e seus membros e da Defensoria Pública e seus membros. **(9) Portaria SPPREV nº 334/2016** – participação na elaboração da portaria que dispõe sobre o organograma e estrutura interna da Diretoria Executiva, atribuições e competências da SPPREV, revogando as Portarias SPPREV nº 164/2009, Portaria SPPREV nº 111/2013. No âmbito da Diretoria de Benefícios Servidores Públicos fora efetivada a transferência da Supervisão de Compensação Previdenciária para a Diretoria de Administração e Finanças bem como atividades relacionadas ao afastamento de servidores que antes eram exercidas pela SAF – Supervisão e Afastamentos para a Supervisão de Arrecadação .Formalizou-se ainda a transferência da Coordenação da Geração e transmissão anula da DIRF e geração e envio de Comprovantes de Rendimento Anual bem como manutenção e retificação da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte. Fora regularizada a criação da Supervisão de Pagamento de Aposentadoria de Servidor II. Alteração da nomenclatura da Supervisão de Afastamentos para Supervisão de Homologação de Tempo para Ex-Servidor por refletir melhor suas atividades e atribuições.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas **16.158** concessões / publicações de aposentadoria, desses 1.202 aposentadorias por Valor Estimado. Foram realizadas aproximadamente 9.208 atividades de manutenção classificadas em: Imposto de renda (1.699); Revisão) (2.153); Novos requerimentos (4.579) revisões diretas (777). Foram realizadas ainda cumprimento de **11.675 pedidos judiciais via PGEnet**, relacionadas a prestação de subsídios e cumprimento de obrigações a fazer.

Número de Aposentadoria paga pela SPPREV: 250.753 benefícios. Número de beneficiários: 250.753. Número de Concessões em 2016: 16.158 benefícios; Média Mensal em 2016: 1.346 benefícios.

Ações concluídas e/ou em andamento: (1) Implantação do módulo de Validação de Certidão de Tempo de Contribuição – VTC e Novo Fluxo de Aposentadoria à os órgãos de origem da Administração Indireta e Autarquias da Administração Indireta; **(2)** Criação da Supervisão de Pagamento de Aposentadoria - SPA II, visando a reorganização das atividades da Gerência de Aposentadoria (vide Portaria SPPREV nº 334, de 24 de outubro de 2016); **(3)** Regulamentação da Aposentadoria Especial, compartilhada pelos resultados do Grupo de Trabalho da PGE (vide Instrução Normativa Conjunta SPPREV – UCRH 01, de 1 de agosto de 2016); **(4)** Regular continuidade de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque em critérios e pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária para fins de gestão interna; **(5**) Disponibilização da Tela de Requerimento COMPREV para todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias da Administração Indireta, Outros Poderes e Universidade, através do Sistema de Gestão Previdenciária –SIGEPREV, dispensará o envio do requerimento físico. Esta demanda está sendo tratada no âmbito da Comissão específica criada via Portaria SPPREV nº 66/2015; **(6**) Tendo em vista, a divergência de entendimento acerca da absorção/pagamento da gratificação denominada PIN – Prêmio de Incentivo, destinada aos ativos e inativos vinculados a Secretaria da Saúde e Autarquias da Administração Indireta descentralizada. O assunto encontra-se suspenso, aguardando manifestação da Procuradoria Geral do Estado. Sem previsão para automatização do pagamento no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, atualmente o pagamento é realizado exclusivamente para os inativos que recebem a referida gratificação via ordem judicial; **(7)** Início as tratativas e estudos relacionados ao Projeto de Desenvolvimento do Módulo de CTC – Certidão de Tempo de Contribuição (ex-servidores); **(8)** Cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque em critérios de pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária. Aguarda-se a criação da plataforma da UCRH que disponibilizará, o 1º vídeo –aula, gravado pela funcionária da Supervisão de Manutenção de Aposentadoria, Cristiane Bonilha para fins de gestão do conhecimento (público externo); **(9)** Em relação a aprovação da minuta de Projeto de Lei, dispondo alteração na Lei Complementar nº 180/78 e respectivo Decreto nº 52.859/07, em razão da Medida Provisória nº 664/2014, acerca do benefício

previdenciário de pensão por morte no âmbito Do RGPS e RPPS, apesar das diversas manifestações desta Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos/SPPREV, o trâmite encontra-se no âmbito do Poder Executivo, não havendo prazo definido para envio da proposta para o Poder Legislativo**;(10**) Participação desta Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos como um dos membros do CCM – Comitê Consultivo de Mudanças, instituída via Portaria SPPREV nº 73, de março de 2016, considerando a necessidade de potencializar a gestão de mudanças no SIGEPREV e da necessidade de alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição; **(11)** Proposta de Decreto regulamentar, estabelecendo procedimentos e o uso dos fluxos de Validação de Tempo de Contribuição e Novo Fluxo de Concessão de Aposentadoria, via Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, apesar de haver manifestação da Procuradoria Administrativa da área de Consultoria da Procuradoria Geral do Estado – PGE, o trâmite aguarda manifestação interna para propositura de nova redação.

C. Inatividade Militar: No exercício de 2016 foram aprimoradas as atividades de pagamento do benefício de Inatividade Militar junto a São Paulo Previdência – SPPREV, especialmente no que se refere aos ajustes de parametrizações de fórmulas das rubricas junto ao Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, bem como o procedimento de conferência de processamento de folha.

No ambiente de troca de arquivos automatizado (dados cadastrais e financeiros dos servidores militares ativos e inativos) entre São Paulo Previdência - SPPREV, Polícia Militar do Estado e Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM significativos refinamentos nas trocas de informações foram firmados aumentando com isso, a segurança e agilidade na prestação de serviços de todas as instituições envolvidas.

Durante o exercício de 2016, foram iniciados os procedimentos de conferência de imagens dos os arquivos físicos de pensões alimentícias de policiais militares, bem como as inatividades militares do legado, digitalizados junto ao Bureau da Imprensa do Oficial do Estado instalado junto ao DSACG/PM, com a devida assinatura das imagens por servidor desta Gerência, para seu posterior cadastramento em temporariedade de conservação de arquivo.

Publicada em 2015, a Portaria do Sr. Diretor Presidente da SPPREV nº 174 de 23-10-2015, que criou a Comissão dos Trabalhos entre a SPPPREV e a Polícia Militar, para realização de atividades afetas a inativos militares, descrita em documento anterior, devido sua complexidade, ainda permanece vigente.

No exercício de 2016 foram homologados **4.011** novos benefícios de inatividade militar pela **Diretoria de Benefício Militar** da SPPREV.

As Supervisões de Inatividade Militar, Supervisão de Pagamento de Inatividade Militar e Supervisão de Manutenção de Inatividades Militares permaneceram exercendo as atividades descritas em relatório do ano calendário de 2015 com excepcional esforço, uma vez que a volumetria de expedientes recebeu aumento cubico à sua linha de base enquanto de outro lado, o mecanismo de pessoal decaiu drasticamente.

Cabe destacar que as atividades da Supervisão de Pagamento de Inatividade têm inclusive alcançado proporções gigantescas relativas à implantação, manutenção (alterações), e exclusões de pensões alimentícias de beneficiários inativos militares totalizando em 2016 o quantitativo de 2343, posto que carecem de diligência imediata uma vez que podem implicar em sanções judiciais à Autarquia em eventual descumprimento ou falha em seu manejo. Ademais, a Gerência de Inatividade Militar intensificou bastante suas atividades em expedientes judiciais, posto que abarcou um crescimento de 73% (setenta e três por cento) em comparação ao ano anterior, para manter a qualidade laboral e não sofrer qualquer sanção em descumprimento de ordens.

Neste ano calendário foi possível o início das atividades de COMPREV Militar e, a esse respeito, realizamos triagem do estoque de requerimentos do legado de inatividades assumido da Polícia Militar de acordo com a urgência dos prazos prescricionais, exigências documentais e procedimentos completos.

Do trabalho realizado, a Gerência de Inatividade Militar encaminhou à SCO a totalidade de 1.939, requerimentos atinentes ao legado da Polícia Militar. Ressaltando que ainda permanece estoque deste legado a ser remetido ao longo do próximo ano.

Insta destacar que paralelo a este trabalho do legado de COMPREV Militar, a Gerencia de Inatividade Militar iniciou os trabalhos dos procedimentos de compensação previdenciária do ano de 2013, ano

este em que a concessão da inatividade passou a ser processada pelo Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, a partir do mês de agosto. Esses procedimentos, remetidos gradativamente à SCO, totalizarão ao final deste ano cerca de 2.300 expedientes, que incluem, além das inatividades passíveis de COMPREV processados pelo SIGEPREV, requerimentos anteriores a agosto 2013, tendo em vista que a Polícia Militar interrompeu sua produção ao final de 2012.

As competência pela recuperação da Compensação Previdenciária Militar - COMPREV Militar – foi definida pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF e efetivamente transferida àquela Diretoria, restando a esta Casa tão somente a colheita dos documentos necessários.

Ações concluídas / em andamento: (1) Digitalização: Inicio de digitalização dos processos concessórios do legado de inatividade militar (anteriores a outubro/13) em Bureau da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo localizado junto ao DSACG; **(2)** Folha de Pagamento: (i) Aplicações de critérios massivos, como implantações de vantagens e reajustes decorrentes de ações judiciais coletivas; (ii) Conferência individualizada da primeira folha de pagamento após a inativação, confrontando-a com a última folha do Órgão de origem; **(3**) SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária): (i) Início de tratativas do fluxo de Revisão Administrativa de Inatividade Militar por Ordem Judicial (visa subsidiar, agilizar e aumentar a transparência das revisões e cumprimentos de ordens judiciais, com o seu respectivo ementário e documentos administrativos imprescindíveis); (ii) - Redimensionamento do Fluxo de Concessão de Inatividade por Ordem Judicial (início de tratativas com a Polícia Militar); (iii) Aprimoramento do Fluxo de Isenção de Imposto de Renda; (iv) Início das Tratativas do fluxo de Correção Monetária; (v) Redimensionamento do Relatório SISOB e suas funcionalidades (início de tratativas com a DBS e DRS); **(4)** Desenvolvimento de mecanismo de planilhas de controles internos / protocolos: Controle interno visando aperfeiçoamento/melhoria nos expedientes da Gerência de Inatividade Militar, bem como redução no gasto com impressão, agilidade na tramitação de documentos e geração de subsídios para os gestores.

D. Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Homologação): Desde a publicação da portaria SPPREV nº 428 de 2013, atribuindo competências e celeridade à conferência e homologação da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC a autarquia obteve resultados positivos.

Ao longo do exercício de 2016 foram realizadas algumas ações visando a melhoria no gerenciamento e fluxo dos processos de homologação de Certidão de Tempo de Contribuição e diminuição do estoque, dentre elas a continuidade da disponibilização de funcionária lotada na Secretaria da Educação para acompanhamento e verificação in loco (SPPREV-SAF) das certidões emitidas por esta Secretaria com o intuito de diminuir o elevado número de devoluções de processos por motivo de exigências.

Realizamos ainda reuniões com a Coordenadoria de RH e convocações de unidades de recursos humanos com reiterados problemas de devolução para instruções e aprimoramento do trabalho de homologação das certidões.

Foi publicado o Comunicado DBS/SPPREV -02 de 19.09.2016 que visa orientar os órgãos Setoriais, Subsetorias e Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e das Autarquias do Estado quanto à padronização dos procedimentos de expedição e homologação de Certidões de Tempo de Contribuição - CTC, considerando se tratar de documento exclusivo para ex-servidores públicos que, por algum período de tempo, estiveram vinculados ao RPPS, permitindo utilizar o seu tempo de serviço / contribuição ao RPPS para obtenção de aposentadoria junto a outros regimes previdenciários.

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2016: Número de CTC Analisadas 18.816 Número de CTC Homologada -12.714; Média Mensal Homologadas 1.059 Saldo total (Estoque): 6.709

E. Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND): Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.

A Certidão Negativa de Débito (CND) se refere ao recolhimento de contribuição previdenciária durante período de afastamento e é utilizada pelo Órgão de Origem para fins de contagem de tempo de contribuição. No ano de 2016 foram emitidas 1.535 CND's.

F. COMPREV – Compensação Previdenciária: O Estado de São Paulo possui protocolado junto ao INSS, por meio de sistema federal administrado pela DATAPREV 34.186 mil requerimentos de RO (Regime de Origem) de compensação previdenciária.

Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 11.086 requerimentos de compensação previdenciária.

No exercício de 2016 o INSS concedeu 5.948 requerimentos de compensação previdenciária, gerando R$ 227 milhões ao Estado de São Paulo. Em contrapartida a SPPREV concedeu 647 requerimentos ao INSS que correspondeu a R$ 33 milhões de compensação reconhecidos à autarquia Federal.

Os requerimentos de benefícios anteriores a 06/05/99 aprovados, tiveram durante o exercício de 2016 o reconhecimento dos créditos do estoque em R$ 26,9 milhões, totalizando R$ 234,5 milhões em favor do Estado de São Paulo.

A proporcionalidade de análise pela SPPREV manteve-se constante no exercício de 20416, em torno de 75% visto o grande aumento ocorrido no anterior. Já o INSS, por estar em grande defasagem no exercício de 2015, elevou a quantidade de análise em 8% chegando a 70,26% refletindo assim no aumento considerável de requerimentos aprovados e indeferidos no exercício de 2016 bem como na elevação significativa dos valores recebidos e reconhecidos em estoque.

O Estado de São Paulo possui 36.015 requerimentos aprovados pelo INSS, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R$ 6.501.499,64 (seis milhões quinhentos e um mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos) Com base nos valores médios recebidos em 2016 e considerando que a totalidade dos requerimentos protocolados sejam aprovados, são estimados o recebimento de R$ 856.449.892,90 milhões relativos a valores atrasados e ainda de RR$ 6.171.256,72 (seis milhões cento e setenta e um mil duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) de pró-rata que, somando-se a já atualmente recebida passaria para mais de R$ 12 milhões/mês.

O INSS possui 7.707 requerimentos aprovados pelo Estado de São Paulo, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R$ 1.403.082,79 (hum milhão quatrocentos e três mil oitenta e dois reais e setenta e nove centavos). Com base nos valore médios recebido em 2016 e considerando que a totalidade de requerimentos protocolados sejam aprovados, gerariam R$ 292.910.855,34 miilhões de valores atrasados e ainda R$ 2.018.206,30 (dois milhões dezoito mil duzentos e seis reais e trinta centavos) de pró-rata, considerando-se que sejam calculados pela média de benefícios do INSS.

Medidas Adotadas: (1) Otimização de tempo para requerimento COMPREV - Elaboração da Tela de requerimento COMPREV no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV que encontra-se em fase de testes e homologação para posterior disponibilização para todas as Secretarias da Administração Direta, Autarquias da Administração Indireta, Outros Poderes e Universidades no referdo sistema.

G.Economia com a eliminação de pagamentos indevidos: O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R$ 372.141.570,16 (trezentos e setenta e dois milhões cento e quarenta e um mil quinhentos e setenta reais e dezesseis centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2016.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foram dados continuidade a medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

Sistema de monitoramento dos participantes: A competência de **recadastramento e de recenseamento** por parte da autarquia vem sendo legalmente observada por meio de contrato firmado com instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA). Realização de 408.345 recadastramento no exercício de 2016, sendo 369.633 realizados no Banco do Brasil, 38.712 pelo atendimento SPPREV sendo 2.252 através de visitas domiciliares. Foram atividades realizadas: Agendamento, controle e realização 2.252 recadastramentos domiciliares; Análise dos recadastramentos efetuados, com a devida observância ao estipulado pela Portaria SPPREV nº 224/2015. A partir de junho/2014 a empresa Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda. tem realizado as perícias médicas, sendo entregues no total 2.188 laudos médicos no exercício de 2016.

Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP: A SPPREV estabeleceu um NIP – Núcleo de Inteligência Previdenciária, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios. Atua na invalidação de benefícios no intuito de cumprir a disposição legal da Lei Federal nº 9.717/98. Esta atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido o valor presente da ordem de R$ 97.953.292,29 (noventa e sete milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e noventa dois reais e vinte e nove centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2016. Pela Diretoria de Benefícios Civis durante o exercício de 2016 foram instaurados 145 procedimentos de invalidação, 793 manutenções de procedimentos administrativos instaurados em exercícios anteriores além do arquivamento de 60 procedimentos administrativos. Pela Diretoria de Benefícios Militares durante o exercício de 2016 foram instaurados 32 procedimentos de invalidação, 81 procedimentos de extinção e concluídos 28 procedimentos de invalidação e 73 procedimentos de extinção. Foram ainda encerradas 333 averiguações sendo 149 delas concluídas como positivas e ainda existem 580 em curso.

Dentre as principais atividades do Núcleo de Inteligência Previdenciária, destaca-se: (a) Controles Preventivos – evitar a ocorrência de erros, desperdício ou irregularidades; (b) Controles Detectivos – detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento da ocorrência, permitindo a adoção de medidas tempestivas; (c) Controles Corretivos - detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham ocorrido, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.

Sob este enfoque, destaca-se a realização de ações internas de checagem de cadastros entre o RPPS e o RPPM do Estado de São Paulo para verificação das condições dos beneficiários, além de verificação de casamentos e óbitos pelos respectivos sistemas SEADE (âmbito estadual) e SISOB (âmbito nacional). Destacamos a realização de averiguação/investigação social. A maioria das averiguações sociais são realizadas para apuração da existência de união estável. Havendo, ainda, casos de verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de alguns beneficiários.

Gestão Corporativa

Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários: A SPPREV não realizou concurso público no ano de 2016 em razão de não ter obtido autorização governamental.

Até o momento a SPPREV não possui autorização governamental para realização de concurso público em 2017. Continua em vigor o Decreto nº 61.466/2015 que veda a admissão e contratação de pessoal, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos com prazo de validade em vigor no âmbito da administração pública direta, das autarquias inclusive as de regime especial.

Demonstramos abaixo o comparativo do percentual de ocupação do quadro de empregados públicos permanentes da autarquia, entre os anos de 2015 e 2016.

Ano de 2015

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	87	91,58%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	248	82,67%
Total	**395**	**335**	**84,81%**

Ano de 2016

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	81	85,26%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	234	78,00%
Total	**395**	**315**	**79,74%**

Os Grupos de Trabalhos criados através da Portaria SPPREV nº 405, de 13-11-2014 e prorrogada pela Portaria SPPREV nº 385, de 11-11-2016 desenvolveram em 2016 as seguintes atividades: GT-Gestão de Recursos Humanos: (i) Conclusão do Plano de Cargos, Carreira e Salários - PCCS para a SPPREV que se encontra para avaliação e aprovação da Diretoria Executiva. GT- Reestruturação Organizacional: (i) Realização de rearranjos estruturais da SPPREV com a revisão das Portarias de Atribuições (Portaria SPPREV nº 334, de 24-10-2016); (ii) Elaboração da proposta de reestruturação da Diretoria de Administração e Finanças que prevê o seu desmembramento em duas Diretorias: a de Diretoria de Administração e a outra de Diretoria de Finanças, Planejamento e Controle; (iii) Mapeamento do atual sistema decisório da autarquia; (iv) em desenvolvimento a reestruturação da Diretoria de Relacionamento com o Segurado. GT- Integração e Modernização de Processos: (i) Operacionalização do Escritório de Projetos (ii)Viabilização e criação do Comitê Consultivo de Mudança - CCM/SIGEPREV. GT- Melhorias no Atendimento: (i) Desenvolvimento e publicação do Guia do Beneficiário que está sendo entregue aos novos beneficiários; (ii) Revisão do site da SPPREV e da lista dos serviços prestados com a divulgação dos prazos de cada serviço e implementação de rotina para a sua atualização; (iii) Divulgação interna dos canais de atendimento: suas rotinas, funcionamento e estrutura a todos os funcionários da SPPREV; (iv) Viabilização e contratação do sistema de gestão dos fluxos de informações internas (Citizen Relationship Management - CRM). Foi ainda instituído o Comitê da Gestão do Conhecimento e Inovação da São Paulo Previdência através da Portaria SPPREV nº 305, de 09-09-2016, com o objetivo de pesquisar processos de gestão do conhecimento e da inovação em diversos contextos organizacionais; analisar os impactos da Tecnologia de Informação - TI na gestão de informação, do conhecimento e da inovação; mapear ativos e redes de inovação e difusão tecnológica; analisar políticas e estratégias de promoção da inovação e da gestão de conhecimento para aprimorar e ampliar as iniciativas existentes; disseminar os conceitos e a cultura de inovação; estimular treinamento e formação de recursos humanos nas áreas de gestão do conhecimento e da inovação, com foco em aprendizagem organizacional, gestão de competências e educação corporativa.

O Comitê firmou a parceria com a Unidade de Inovação iGovSP da Subsecretaria de Parcerias e Inovações da Secretaria do Governo de São Paulo, iniciou a elaboração do Plano de Gestão do Conhecimento e Inovação, está desenvolvendo junto com a Assessoria de Relacionamento Institucional o Plano de Comunicação Interna, padronizou o fluxo de extinção de benefícios entre as Gerências de Pensões Civil, de Pensão Militar, de Aposentadoria e de Inatividade, preparou o Curso de Atendimento que foi ministrada em janeiro de 2017 para todos que realizam o atendimento na SPPREV e iniciou a preparação de treinamentos na área previdenciária.

Iniciativas concluídas constantes no Planejamento Estratégico: (1) Reestruturação da Câmara de Compensação - COMPREV, com suas competências, atribuições e funções revisadas e adequadas às necessidades da SPPREV; **(2)** Desenvolvimento e implementação de ferramenta de processamento e controle de contribuições previdenciárias - Módulo Arrecadação dos Afastados e Módulo Controle Individual de Contribuições do Servidor; **(3)** Reestruturação da área de Controle e Cobrança de Contribuições Previdenciárias dos Afastados, com suas competências, atribuições e funções revisadas e adequadas às necessidades da SPPREV.

Redução e Otimização das Despesas de Custeio; Em atenção ao Decreto nº 61.785, de 5 de janeiro de 2016, que estabeleceu diretrizes e restrições, aplicáveis no exercício de 2016 para as despesas que específica no âmbito do Poder Executivo, a SPPREV promoveu a revisão e otimização dos seguintes contratos de prestações de serviço:

1) Processo nº 106.216/2015
Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.
Objeto: Prestação de serviços de informática, abrangendo os serviços de consultoria, manutenção de sistemas e guarda de dados do Sistema de Gestão Previdenciária da folha de pagamento dos pensionistas e servidores inativos do IPESP.
Redução de 15,00% sobre o valor global atualizado da contratação, o termo de contrato de redução foi assinado em 11.08.2016, redução aplicada no período de 14.12.2015 a 13.03.2017, perfazendo o valor de redução de R$ 124.380,68.

2) Processo nº 63.403/2012
Contratada: Construtora e Incorporadora EXATA Ltda.
Objeto: Locação dos 3º, 4º, 5º e 6º andares do imóvel localizado na Rua Bela Cintra, nº 643, Consolação, São Paulo, SP.

Redução de 19,31% sobre o valor global atualizado do período de 31.05.2016 a 27.08.2018, perfazendo uma redução mensal de R$ 17.371,96 e total de R$ 467.884,79 até o final do período do contrato.

3) Processo nº 111.634/2012
Contratada: Construtora e Incorporadora EXATA Ltda.
Objeto: Locação dos 1º e 2º andares do imóvel localizado na Rua Bela Cintra, nº 643, Consolação, São Paulo, SP.
Redução de 18,03% sobre o valor global atualizado do período de 31.05.2016 a 25.02.2017, perfazendo uma redução mensal de R$ 9.061,62 e total de R$ 80.346,36 até o final do período do contrato.

4) Processo nº 36.929/2015
Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda.
Objeto: Contratação de serviço de suporte técnico, manutenção e atualizações dos sistemas Oracle.
Economia contratual de R$ 233.267,35, referente a não aplicação de reajuste contratual no percentual de 10,18% relativo ao período de 30.06.2016 a 28.07.2017, objeto de negociação com a empresa.

5) Processo nº 5.951/2014
Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda
Objeto: Contratação de serviços de manutenção, suporte e atualização de softwares Oracle.
Economia contratual de R$ 673.906,75, referente a não aplicação de reajuste contratual no percentual de 10,73% relativo ao período de 19.03.2016 a 22.07.2017, objeto de negociação com a empresa.

6) Processo nº 66.027/2015
Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.
Objeto: Contratação de Sistema de Consulta das Contribuições Individuais e Arrecadação - PKC.
Redução de 7,99% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 12.11.2016, perfazendo o valor de redução de R$ 38.087,10 até o final do período do contrato.

Quadro Resumo: em R$

Item de Despesa	Valor Reduzido
Informática	1.069.641,88
Locação de Imóveis	548.231,15
Total	**1.617.873,03**

Outras despesas otimizadas e reduzidas durante o exercício de 2016:

	2015	2.016	Diferença (2015-2016)	Variação (2016/2015)
33905011 - ENERGIA ELETRICA	612.240,62	574.930,71	37.309,91	-6,09%
33905012 - TELEFONIA FIXA	813.320,76	381.955,27	431.365,49	-53,04%
33905013 - ÁGUA E ESGOTOS	121.497,59	151.447,89	-29.950,30	24,65%
TOTAL	**1.547.058,97**	**1.108.333,87**	**438.725,10**	**-28,36%**

Fonte: SIGEO

A SPPREV obteve outorga através de Portaria do Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para utilização de poço artesiano construído pelo proprietário do imóvel onde localiza-se sua Sede, o que resultará em economia na conta de consumo de água no exercício de 2017.

Modernização na Infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação: Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infraestrutura de TI. Em 2016 tivemos a elaboração e licitação de grandes contratos, como o de outsourcing de impressão, do licenciamento Microsoft e da atualização do Notes para nova plataforma IBM. Os principais projetos em 2016 foram: Projetos de infraestrutura: **(1)** Substituição do parque de máquinas de impressão e reprografia da SPPREV, que além de modernizado está mais adequado às necessidades da autarquia; **(2)** Continuidade da atualização do parque de máquinas utilizado, substituindo equipamentos obsoletos, trazendo inovação tecnológica e maior desempenho

para as atividades exercidas pelos usuários da SPPREV; **(3)** Implantação da ferramenta Zabbix de monitoração da infraestrutura e serviços de TI o que permitiu evoluir os procedimentos de monitoração, focando na prevenção de incidentes e tornando as respostas aos problemas de TI mais efetivas; **(4)** Realizado o upgrade do link da sede para 100Mb/s, com a troca de todos os equipamentos de borda da rede, melhorando o desempenho e acompanhando o aumento do uso de banda de dados dos últimos anos; **(5**) Implantação de novo servidor de arquivos, focando a estrutura em flexibilidade para os setores e segurança da informação. Projeto ainda em desenvolvimento. Desenvolvimento de sistemas e melhorias (utilização interna SPPREV)**: (1)** Absorção do sistema de controle utilizado pela Diretoria de Benefícios Militares na validação das informações de pagamento, trazendo o sistema para o ambiente gerido pela GTI e com os requisitos de segurança necessários às informações; **(2)** Intermediação na implantação do SIPREV na autarquia, realizando trocas de arquivos com o Ministério da Previdência e alterações no ambiente de tecnologia do sistema**;(3)** Auxílio na implantação de nova ferramenta de digitalização DSDI/DSDOCS, onde foi necessário diversas configurações em equipamentos de rede, computadores e scanners para o seu funcionamento; **(4)** Atuação no processo de implantação do sistema SPdoc em conjunto com a Assessoria da SPPREV, projeto esse que ainda está em andamento. Extração de relatórios**: (1)** Executado levantamento e criação de relatórios para fim de acompanhamento de indicadores de resultado nas áreas fim e meio da SPPREV; **(2)** Disponibilização de relatórios na plataforma de BI Oracle; **(3)** Reestruturação do Portal BI para alinhamento com os resultados obtidos através de análises de outros setores, objetivando apresentar com precisão os valores no Portal da Transparência – não concluído; **(4)** Implantação de relatórios na ferramenta do BI Oracle para facilidade e automatização do processo de extração de relatórios, essa atividade ainda continuará em 2017; **(5)** Emissão de relatório para controle de estoque de processos de aposentadoria pendentes, tanto na Origem quanto na SPPREV, com inclusão de novos dados solicitados pela DBS-GAP para facilitar a distribuição de processos nas respectivas supervisões.. Implantação de sistemas e recursos de controles e monitoramentos on-line real-time*. Objetivo:* garantir segurança, alta performance e alta disponibilidade para a estrutura de TI - SPPREV, que conta com:

Parque de máquinas	810 computadores em uso(70 em estoque)
Usuários de rede	845 (Funcionários, estagiários e prestadores de serviço)
Redes de Dados	19: 1 Sede; 1 Subsede e 17 Regionais. São monitoradas e gerenciadas à distância.
CPD	78 servidores: 29 físicos e 48 virtuais - Backup diário de 1453,76 Gb.
Telefonia	698 ramais: 101 digitais e 597 analógicos.

Assessoramento em Tecnologia: (1) Atividade executada em conjunto com diversas áreas da autarquia, auxiliando esses setores em demandas relacionadas à Tecnologia da Informação; (2) Negociação de contratos com fornecedores de TI para redução contratual; (3) Elevação da maturidade nos processos de Governança de TI da SPPREV, trabalhando em conjunto com os demais gestores, identificando e atuando em pontos de criticidade para o funcionamento da autarquia e elaborando estudo para alinhamento dos serviços da TI com as expectativas do negócio. Projeto ainda em desenvolvimento; (4) Participação dos membros da GTI em diversos grupos de trabalho da autarquia. Diversas atividades: Continuamos com o escopo de dinamizar o trabalho das áreas fim, através de contínuo aprimoramento de sistemas, bem como aperfeiçoamento de algumas rotinas, com intuito de evitar erros e potenciais riscos à segurança conforme observado no detalhamento: (A) Digitalização**:** Manutenção da produtividade do Bureau de Digitalização localizado na sede da Autarquia em 200.000 páginas /mês; Digitalização do legado e dos processos judiciais de inatividade militar; Implantação de nova tecnologia de Content Management, sistema de captura de imagens; Agendamento e controle dos certificados digitais emitidos; (B) Folha de Pagamento : Processamento de mais de seis milhões de pagamentos durante o ano de 2016, envolvendo recursos e insumos de entrada (carga de informações externas, como Seade, Sisobi, CIAF, Prodesp, Iamspe, CIP e de legislação, entre outros); processamento (recursos humanos e de estrutura lógica) e de saída (arquivos de pagamento, relatórios financeiros e arquivos informativos e de controle); Aprimoramento do controle da folha de pagamento, com verificações genéricas e pontuais de eventuais erros, sejam eles sistêmicos e/ou operacionais, e correções necessárias a fim de que os problemas apontados sejam sanados; Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes;

Alteração do sistema de consignações para receber o cartão consignado.(C) SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária)**:** Implantação na administração direta e indireta do fluxo de VTC – Validação de Tempo de Contribuição; Atualização da ficha de contribuições previdenciárias de ativos; Entrega do fluxo de Afastados com geração de boleto bancário; Atualização do "layout" do SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária); Atualização da base cadastral de vínculos (extintos); Atualização da ficha de contribuições previdenciárias de ativos; Fornecimento de relatórios solicitados tanto pelas áreas fim quanto pelas áreas administrativas; Abertura e acompanhamento de Tickets e Tasks, com foco na correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo; Implantação do endereço único nos cadastros de servidores e dependentes, com segregação dos endereços localizados em áreas de risco definido pelos Correios; Desenvolvimento da nova tela COMPREV; Atualização do banco de dados "SIPREV" junto ao Ministério da Previdência Social;

Relacionamento com Segurado – Atendimento Sede e Regional: Em 2016 visando o aprimoramento dos fluxos de atendimento e melhoria dos serviços prestados pela Gerência de Relacionamento, foram realizadas as seguintes atividades: 3.5.1.Atividades executadas: Análises técnicas de pensões civis; Análises de decisão de pensões civis; Análises da Portaria 25 ; Análises técnicas de pensões militares ; Análises de decisão de pensões militares ; Cálculos judiciais ; Recadastramentos; Alterações de conta corrente e cadastro civil; Alterações de conta corrente e cadastro militar; Auxílio na atividade de obtenção de extrato financeiro para ações judiciais; Elaboração de respostas sobre revisão de pagamento de aposentadorias; Confecção e emissão de Declaração de Aposentadoria, Declaração de Inexistência, Declaração de viagem Terrestre, Declaração de PIS/PASEP no ato do atendimento; Auxílio à Supervisão de Compensação Previdenciária; Atendimento à demandas relacionadas ao Portal do Consignado; Atendimento às demandas de Correios. 3.5.2. Preparação e entrega de manuais: utilizados para treinamento dos servidores em várias tarefas: Aprimoramento do controle de caixas de digitalização tendo em vista a implantação do sistema DSDI/DOCS; Atualização dos procedimentos para envio de documentações via malote nos Escritórios Regionais; Atualização de procedimentos de respostas à planilha de ocorrências encaminhadas pelos escritórios regionais; Aprimoramento no controle de envio e recebimento de materiais no escritórios regionais; Treinamento sobre o imposto de renda com a equipe de atendimento, visando uma maior qualificação. 3.5.3. Outras Melhorias: Aprimoramento de quadro composto de Técnicos em Gestão Previdenciária no atendimento da Sede, visando a melhoria da qualidade no serviço prestado ao usuário com a imediata resolutividade de demandas como alteração de conta, emissão de Declarações e respostas a requerimentos diversos; Contratação de nova empresa para Recepção e Triagem de documentos visando sistematizar e agilizar os fluxos de trabalho do atendimento presencial; Aplicação de sanção de multa e impedimento de licitar com a Administração à antiga empresa prestadora dos serviços de Recepção e Triagem, visando coibir a participação da referida empresa em novos certames; Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos escritórios regionais; Atualização do Portal GRE, visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público; Realização de manutenção nos escritórios por meio de revisão elétrica e hidráulica, limpeza e troca de aparelhos de ar condicionado de acordo com a necessidade local; Início na elaboração de estudo para mudanças nas localidades de atendimento de alguns escritórios regionais visando economicidade.; Ampliação do espaço para atendimento do Escritório Regional de Campinas localizado no Poupatempo garantindo maior qualidade e conforto para os beneficiários lá atendidos; Início da reforma do Escritório Regional de Araraquara, visando melhorar e adequar a estrutura de atendimento; Início das negociações com a Secretaria da Fazenda para mudança do Escritório Regional de Araçatuba e Taubaté para aquele órgão através de Termo de Permissão de Uso visando economicidade para a São Paulo Previdência e trazendo facilidades aos beneficiários; Início das tratativas com a Polícia Militar do Estado de São Paulo visando a implantação de ponto de atendimento da São Paulo Previdência em suas dependências, a fim de proporcionar melhor atendimento à referida classe. 3.5.4. - Relatórios mensais: a GRE prepara relatórios gerenciais para acompanhamento de todas as atividades dos escritórios regionais, bem como do atendimento na Sede e das ligações recebidas pelo Call Center. 3.5.5 – Serviço de call center: Início da implantação de novas tecnologias URA visando tornar o atendimento mais ágil e eficiente; Início da implantação de sistema CzRM; Início da implantação de agendamento para atendimento.

Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural – ROYALTIES: Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São

Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade. No exercício de 2016 foram recebidos R$ 589.115.969,25 (quinhentos e oitenta e nove milhões, cento e quinze mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma:

Royalties e Participação Especial - Quota parte do Estado SPPREV		
	2016	
Mês	Royalties (R$) (1)	Participação Especial (R$) (2)
janeiro	-	-
fevereiro	19.238.523	107.355.483
março	18.706.406	-
abril	16.317.036	-
maio	20.952.789	82.374.235
junho	22.682.156	54.678
julho	25.595.304	8.979
agosto	25.192.182	143.431.669
setembro	24.461.473	-
outubro	23.842.116	-
novembro	27.886.094	1.896.972
dezembro	29.119.874	-
Total	**253.993.952**	**335.122.017**

(1) O royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis (Fonte: ANP).
(2)A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Para apuração da participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural, alíquotas progressivas, que variam de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada, são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas no § 1º do Art. 50 da Lei nº 9.478/1997, royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos (Fonte: ANP).

Os recursos recebidos são utilizados para pagamentos de benefícios previdenciários, sendo a alocação distribuída entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Ministério Público proporcional a insuficiência financeira do órgão / entidade com base na média móvel dos últimos cinco anos, como deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia.

A projeção de recebimento referente a Royalties e Participação Especial para 2017 monta em R$ 1.132.108.810,00 (hum bilhão cento e trinta e dois milhões cento e oito mil e oitocentos e dez reais), valor este que está coerente com as receitas e despesas consignadas na LOA 2017 (Lei Estadual nº 16.347/2016 – página 40 item vinculados federais).

Considerações Gerais

Coordenadoria da Administração Financeira

Para a administração dos recursos financeiros e orçamentários, com responsabilidade fiscal, e buscando otimizar os recursos públicos, a CAF, com as atribuições redefinidas pelo artigo 61 do Decreto nº 60.812, de 30 de setembro de 2014, contou com 4 unidades subordinadas: Departamento de Finanças do Estado - DFE, Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado - DGDH e Contadoria Geral do Estado - CGE.

Atividades:

a) Gestão Financeira: Administração do Fluxo de Caixa do Tesouro do Estado, envolvendo a movimentação financeira da ordem de R$ 190 bilhões no ano.

b) Conta Única do Tesouro: Gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro, com uma carteira de R$ 16,5 bilhões (posição 31/12/2016).

c) Previsão e Acompanhamento da Receita Orçamentária: Elaboração da previsão da receita orçamentária do Estado e seu desdobramento em metas bimestrais de arrecadação, revisão e projeção das receitas, normatização e acompanhamento das receitas do Tesouro, Fundos Especiais de Despesa, Vinculados Estaduais e Federais, Recursos Próprios e Operações de Crédito.

d) Execução Financeira do Serviço da Dívida: No exercício de 2016, o dispêndio do Tesouro com o pagamento do serviço da dívida totalizou R$ 10,5 bilhões, dos quais R$ 9,1 bilhões (86,8%) referem-se às operações de crédito contraídas no mercado interno, com destaque para as dívidas refinanciadas com a União que atingiram o montante de R$ 7,6 bilhões. Os demais compromissos, equivalentes a R$ 1,4 bilhão (13,2% do total), correspondem às operações de crédito contratadas no mercado externo.

e) Estoque da Dívida: O estoque da dívida ao final do exercício de 2016 totalizou R$ 269,4 bilhões.

Estoque da Dívida	R$ Bilhões
Dívida Contratual - Tesouro, Autarquias e Universidades	256,9
Dívida Contratual - Empresas Não Dependentes	12,5
Total	**269,4**

Do total do estoque da dívida, R$ 218,6 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida interna nos moldes da Lei nº 9496/97, com encargos contratuais de 4,0% a.a., acrescidos da variação monetária pelo IPCA/IBGE, limitados à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, conforme a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e alterado pelo Decreto nº 8.665, de 10 de fevereiro de 2016. Em 29 de dezembro de 2016 foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de refinanciamento da dívida com a União, implementando as mudanças previstas na Lei Complementar nº 148/2014.

Posteriormente, foi editada a Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016, que estabelece o Plano de Auxilio aos Estados e ao DF e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, promovendo um prazo de pagamento adicional de 240 meses no refinanciamento das dívidas sob a Lei nº 9.496/97, com efeito, a partir de 1º de julho de 2016, com as prestações calculadas pela tabela price com base nos encargos estabelecidos pela LC 148/2014. Desta forma, o Estado não está mais comprometido a utilizar até 13% da sua Receita Líquida Real para o pagamento do serviço da dívida sob a égide da Lei Federal nº 9496/97. A LC 156/2015 estabeleceu uma redução extraordinária limitada a R$ 500,0 milhões, por Estado para cada prestação mensal, pelo período de 24 meses a partir de julho de 2016, bem como a devolução das parcelas de dívida vencidas e não pagas em decorrência de mandados de segurança providos pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das discussões quanto à capitalização composta da taxa SELIC para efeito do disposto no art. 3° da LC 148/2014, em até 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos de adimplência contratuais vigentes, vencendo-se a primeira em julho de 2016. A LC 156/2015 prevê também um prazo de até 360 dias para assinatura de termo aditivo.

A Dívida Contratual das empresas não dependentes (CESP, CDHU e SABESP), no valor de R$ 12,5 bilhões (4,7% do total), é suportada pelos respectivos recursos próprios.

f) Folha de Pagamento do Funcionalismo Público Estadual: Na Administração Direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar, foram processadas 12 (doze) folhas mensais de pagamento e mais 69 (sessenta e nove) denominadas folhas suplementares, referentes ao 13º salário, férias e as destinadas a atender determinações legais e judiciais (reajuste, reenquadramento, bonificações etc.). Trata-se de folha de pagamento de cerca de 507 mil servidores públicos ativos e dos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, no montante de R$ 22,0 bilhões/ano.

g) RAIS/DIRF/Atestados de Rendimentos: Em 2016 foram emitidas as seguintes quantidades de documentos:

Documento	Quantidade
RAIS	485.128
DIRF	648.245
Comprovantes de Rendimentos	516.267

h) Fiscalização da Folha: Com base no Decreto nº 60.812/2014, foram realizadas 193 fiscalizações junto às Unidades Setoriais de Recursos Humanos. Essa fiscalização gerou um retorno financeiro de R$ 204,3 mil aos cofres públicos, com o saneamento das irregularidades apuradas na folha de pagamento dos servidores públicos.

i) Consignação em Folha de Pagamento: Com base no Decreto nº 60.435/2014 e Resolução SF nº 41/2014, a Secretaria da Fazenda tem como atribuição, processar consignações em folha de pagamento e transferir os valores consignados às respectivas entidades, por meio do SIAFEM. Isso se dá através do gerenciamento dos descontos de consignação na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Estado de 194 entidades consignatárias; análise de novos pedidos de entidades para credenciamento e/ou novos tipos de descontos; demanda de auditorias e proposta de cancelamento de entidades, quando necessário.

j) Inserção de Dados no Sistema de Folha de Pagamento – SDPE: A inserção de dados no Sistema é feita de três maneiras: i) Manual: inserção e atualização de dados cadastrais dos servidores ativos do Estado e em 2016 foram efetuadas 1.089.792 operações pelas unidades do DDPE – Departamento de Despesa de Pessoal do Estado; ii) Internet: lançamentos via internet, relacionados à frequência dos servidores, substituição eventual, honorários etc., no total de 2.815.558 lançamentos efetuados pelas unidades de Recursos Humanos das Secretarias; e iii) Entrada de dados informatizada (integração de sistemas).

k) Folha de Pagamento das Autarquias do Estado: Controlar a folha de pagamento das Autarquias do Estado no que tange a definição e fornecimento de critérios de cálculos da folha de pagamento, elaborando e mantendo atualizado o manual de critérios de cálculo; criação e publicação de códigos de vencimentos e descontos a serem utilizados na elaboração da folha de pagamento; conferência mensal da folha de pagamento e respectivas rotinas anuais, como 13º salário.

l) Desagendamentos: Com o objetivo de evitar pagamentos indevidos, são cancelados junto ao agente financeiro do Estado (Banco do Brasil), créditos já programados, de situações decorrentes de falecimento, exoneração e dispensa, comunicadas após o fechamento da folha de pagamento.

Quantidade	Valores que deixaram de ser creditados indevidamente
14.462	R$ 16.133.350,66

m) Informações ao Poder Judiciário: Fornecer subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda e ao Tribunal de Justiça para elaboração da conta de liquidação. Os 16.945 processos envolveram aproximadamente 88 mil autores/servidores, dos quais para cerca de 72 mil servidores, as unidades do DDPE geraram planilhas de cálculos com diferenças salariais de períodos retroativos, que serão quitados por meio de precatório.

Serviços Disponibilizados na Internet:

a) Sistema de Execução Financeira – SEF: Com acesso disponibilizado a todos os Gestores Financeiros, pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/sef/pagina/login.aspx, o sistema permite a programação, o controle, o acompanhamento e a execução das liberações financeiras dos órgãos e entidades do Estado, o que proporciona maior rapidez na execução das Programações de Desembolso - PD's. A consulta às PD´s pendentes e liberadas é detalhada por vencimento, tipo de despesa, valor, unidade e credor, assim como os pagamentos, prioridades e publicações referentes à ordem cronológica dos pagamentos. Além disso, disponibiliza também aos fornecedores do Estado (credores) a consulta aos seus créditos pendentes e liberados pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/sef/pagina/logincredor.aspx.

b) Sistema de Grandes Faturadores – SGF: É acessado pelo endereço eletrônico www10.fazenda.sp.gov.br/Sgf/Base/Paginas/Login.aspx. O SGF centraliza a liquidação das faturas de utilidade pública, por meio do recebimento dessas em sistema único, com data de vencimento única por concessionária. Propicia gestão da despesa, mediante o acompanhamento do consumo e valores, com o objetivo de evitar atrasos no pagamento, e, em decorrência, incidência de acréscimos legais e fornece previsibilidade de fluxo de caixa. A liquidação das faturas é efetuada por um processo eletrônico do ateste da despesa, manufatura da Lista, emissão de Nota de Lançamento – NL até a elaboração Programação de Desembolso – PD. É integrado ao SIAFEM/SP e ao Sistema de Execução Financeira - SEF.

c) Sistema de Acompanhamento de Quotas: De acesso pelo Portal da Secretaria da Fazenda, em área restrita, o sistema controla os lançamentos de quotas orçamentárias no SIAFEM/SP e emite relatório com o histórico das alterações de quotas mensais (inicial, atual, disponível, reservada, empenhada, liquidada, a liquidar, BEC e bloqueada). Os relatórios são disponibilizados na internet para consulta dos gestores orçamentários.

d) Sistema de Controle de Aplicações, Resgates e Apuração de Rendimentos das Entidades: Sistema de uso local do Centro de Gestão da Conta Única possibilita calcular e apropriar os saldos e rendimentos referentes às aplicações financeiras dos órgãos e entidades do Estado. Os extratos, com as informações das movimentações diárias e mensais, são enviados eletronicamente mediante solicitação dos respectivos gestores financeiros.

e) Sistema de Transferências Voluntárias: O Sistema é acessado pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/PaginaInicial.aspx, e disponibiliza as informações referentes às transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades, decorrentes de convênios ou outros instrumentos similares destinados à realização de obras e/ou serviços de interesse comum. O Sistema permite a consulta dos convênios por região administrativa, por município, por órgãos estaduais e, no item "Sua Pesquisa", o cidadão/usuário pode definir sua consulta por valor, data de liberação ou celebração dos convênios, beneficiário (Entidade ou Município), órgão do Estado, dentre outras informações. A atualização do sistema é feita diariamente, com dados extraídos do SIAFEM/SP, e registra, atualmente, 6.885 convênios em andamento.

f) Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN: Importante ferramenta de recuperação de créditos reúne, em um só cadastro, informações dos inadimplentes junto a órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas controladas pelo Estado). O CADIN possibilita à administração acompanhar o beneficiário de crédito do setor público que se encontra na situação simultânea de favorecido e inadimplente, impedindo-o de ser contratado, receber recursos e ter liberado os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista, até a sua regularização. Seus principais benefícios para a administração são: i) para órgãos e entidades estaduais: utilização do sistema para cobrança dos inadimplentes para regularização de suas pendências, aplicação de restrições às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da existência de pendências não regularizadas; ii) para o contribuinte: conhecimento de pendências junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, por meio de um cadastro centralizador; e iii) total de créditos recuperados: desde a implantação em 21/09/2008 até 31/12/2016, foram recuperados R$ 9,0 bilhões aos cofres públicos, correspondendo a 18,8 milhões de pendências regularizadas, assim segregadas:

Órgão	Natureza	Quantidade Pendências
SEFAZ	IPVA	6,2
DER	Multas de trânsito	8,2
DETRAN	Multas de trânsito	3,5
OUTROS	Diversos	0,9

g) Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal: Sistema destinado a gerenciar e monitorar a regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União. O sistema captura as pendências apontadas nos sites da Receita Federal do Brasil e do CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional, e envia, automaticamente, mensagens aos órgãos e entidades inadimplentes para providências de regularização. Todas as ações e providências adotadas são registradas no sistema, permitindo uma gestão efetiva e eficiente dos gestores estaduais, resultando em redução significativa do tempo de detecção e regularização da pendência.

Indicador	Anterior a implantação do Sistema	Situação Atual
Detecção da pendência	No momento de celebração de contrato ou convênio	No mesmo dia da inclusão da pendência
Regularização da Pendência	45 dias	15 dias

A ação proativa, além de promover a regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União, evita que o Estado fique impedido de contrair empréstimos e receber transferências voluntárias.

h) SIGEO B.I.E.E.: É uma ferramenta gerencial e base das informações da execução orçamentária e financeira disponibilizadas no Portal da Transparência do Estado. Permite acesso a consultas prontas, gráficos interativos e geoprocessamento das informações. Em 2016 destaca-se a disponibilização do acesso às demonstrações contábeis do Estado.

i) SIAFEM/SP – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios: Sistema oficial de contabilidade do Estado de São Paulo. Em 2016 foram realizados novos ajustes nos roteiros de eventos contábeis para atender as necessidades de contabilização exigidas pelas novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especificamente para o registro de precatórios e folha de pagamento. Atualmente estão cadastradas 2.376 unidades gestoras ativas que efetuam os registros contábeis por meio dos 14.791 usuários habilitados no SIAFEM/SIAFÍSICO. No decorrer do exercício de 2016, foram capacitados 118 servidores no SIAFEM/SP, bem como 700 servidores no curso de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, por meio da educação à distância (EaD).

j) SIAFEM.NET: Ferramenta para facilitar a utilização do sistema cujas funcionalidades permitem a automatização da execução da rotina orçamentária e financeira, reduzindo-se o tempo de dedicação do usuário SIAFEM/SP aos processos de trabalho junto ao sistema. No exercício de 2016 foi disponibilizada nova versão do SIAFEM.net com ênfase na contabilidade patrimonial. O acesso pode ser feito via dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones.

k) PORTAL Contabiliz@SP: Implantado em março de 2016 e acessado em www.contabilizasp.fazenda.sp.gov.br, o Portal reúne em um único local todos os sistemas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Estado. Com uma área de acesso público, qualquer cidadão pode conhecer os sistemas de registro, controle e gerenciamento de informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais do Estado. Na área restrita, os gestores públicos e usuários autorizados terão acesso às informações de sua unidade, através de gráficos, planilhas, geoprocessamento e uma nova versão de acesso web do SIAFEM e SIAFISICO, que conta com funcionalidades que tornam o registro dos documentos contábeis ainda mais ágil, produtivo e confiável.

l) Sistema de Administração de Materiais – SAM: É um sistema para a gestão dos materiais consumíveis e permanentes, que automatiza tarefas e fornece informações operacionais e gerenciais. Será a base para definição dos valores de consumo de materiais do Sistema de Custos do Estado, em implantação. O SAM – Módulo Estoques encontra-se ativado na Secretaria da Administração Penitenciária, Fundação CASA, Secretaria da Fazenda e IMESC. Até meados de 2017, o sistema deverá estar ativado em cerca de 20 Secretarias e 12 entidades da Administração Indireta.

m) Sistema Integrado da Receita – SIR: Este Sistema é acessado pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/receitacaf/UsoGeral/Login.aspx, destinado à previsão orçamentária e acompanhamento da arrecadação das receitas estaduais (Tesouro, Vinculadas Estaduais, Fundos Especiais de Despesa, Receitas Próprias das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, Transferências Federais e Operações de Crédito). Os dados do sistema são utilizados para o cálculo e análise dos pedidos de confirmação de excesso de arrecadação, superávit financeiro e retorno da receita diferida. No processo de elaboração da proposta orçamentária do Estado, o sistema disponibiliza módulo de cálculo para inserção de dados e permite consolidar as projeções das receitas para o exercício.

n) Site Folha de Pagamento: Por meio do Portal da Secretaria da Fazenda é possível acessar o serviço Folha de Pagamento, no endereço www.fazenda.sp.gov.br/folha/nova_folha/, onde são disponibilizados, a cerca de 507 mil servidores públicos ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, e ainda às Unidades Setoriais das Secretarias de Estado, os seguintes serviços/consultas:

- ✓ aos servidores e beneficiários (mediante senha): comprovante Anual de Rendimentos (exercícios 2001 a 2016); e demonstrativo de pagamento (desde janeiro/1993);
- ✓ aos inativos (cerca de 250 mil): o período disponível de consulta é de janeiro/1993 a abril/2011, sendo que a partir de maio/2011 essa folha de pagamento foi transferida para a SPPREV - São Paulo Previdência;
- ✓ às unidades setoriais: Encargos Sociais - informações referentes ao valor do salário contribuição dos servidores para efeito de recolhimento da contribuição ao RGPS, FGTS etc.; e Comunicado de Ocorrências, que possibilita aos órgãos de pessoal agilizar informações sobre ocorrências de dispensa, exoneração, falecimento entre outras, diminuindo as situações de pagamentos efetuados a maior pela demora de comunicação;

- ✓ às entidades consignatárias e servidores: informações sobre consignação em folha de pagamento.

o) Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – BI Folha: Instrumentalizar usuários e gestores, permitindo-lhes a extração de relatórios gerenciais da folha de pagamento da Administração Direta (Secretarias). A análise mais rápida e eficiente, possibilitando correções, além de proporcionar transparência dos gastos, auxilia na tomada de decisões com relação aos gastos públicos, podendo ser consultado um período de 36 meses. Em construção, painéis de consultas pré-elaboradas para facilitar a extração de informações.

p) WORKFLOW: Integrado ao Sistema da Folha de Pagamento, captura informações, insere documentos judiciais, padroniza a forma de trabalho, centraliza a localização dos processos e o Centro de Informações ao Poder Judiciário do DDPE demanda aos Centros de Despesa do Departamento, o preparo de planilhas e apostilas de obrigação de fazer com o objetivo de agilizar o atendimento de demandas judiciais. Em 2016 extraiu informações cadastrais de 87.641 servidores, subsidiando o atendimento à execução nas demandas judiciais, diminuindo o gasto de papel e aumentando a eficiência para cumprir as tarefas no prazo estipulado. A primeira fase de modernização do Workflow, com melhorias às rotinas de trabalho, ocorreu em fevereiro/2015. Encontra-se em desenvolvimento a segunda fase, que consiste na implementação do fluxo de trabalho dos processos que dão entrada nos Centros Regionais de Despesa de Pessoal, oriundos dos Juizados Especiais e Varas da Fazenda Pública do Interior do Estado, bem como a integração com Procuradoria Geral do Estado.

q) Recadastramento: O recadastramento dos beneficiários de complementação de aposentadoria, pensão da Revolução Constitucionalista de 1932, pensões parlamentares e pensões de caráter especial envolve aproximadamente 49.820 beneficiários. Para as situações de ausência de recadastramento, o pagamento do benefício (complementação de aposentadoria – Lei nº 4819/58 e pensões especiais) fica suspenso até a sua regularização.

r) SISOBI: Cruzamento do Sistema de Despesa de Pessoal do Estado – SDPE com a base de dados do Sistema de Óbitos – SISOBI, disponibilizado pela Previdência Social. Propiciou em 2016, uma economia de cerca de R$ 9,6 milhões aos cofres públicos, com a identificação de 3.515 aposentados falecidos e beneficiários de complementação de aposentadoria/pensão.

s) Fale Conosco – Correio Eletrônico: Em 2016 foram prestados 8.468 atendimentos de prestação de informações e esclarecimentos inerentes a pagamento dos servidores públicos ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, envolvendo orientações relacionadas à legislação de pessoal, folha de pagamento, e aos usuários da internet quanto ao acesso dos serviços disponibilizados, tais como, consulta ao demonstrativo de pagamento, comprovante de rendimentos e criação de senha.

t) Sistema de Controle de Consignações – SCC: O sistema foi desenvolvido pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos e a CIP, e disponibilizado em 2014, integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios:

- ✓ O servidor público, por meio do site www.saopauloconsig.org.br, poderá consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas instituições bancárias para os empréstimos, fazer simulações para obtenção de crédito consignado, bem como fazer o controle e gerir a margem consignável;
- ✓ As entidades consignatárias (associações, sindicatos, instituições bancárias etc.) terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, no exato momento da contratação de produtos e serviços pelo servidor, desde que este possua margem consignável disponível.

Operações realizadas no exercício de 2016:

Entidades credenciadas	Qtde	Total de lançamentos de consignação em folha de pagamento	Valor consignado (em R$)	Valor custeio – receita do Estado (em R$)
Não financeira	154	11.048.007	826.140.933,30	8.261.409,33
Financeira (bancos)	22	6.256.970	4.155.929.587,57	41.559.295,88
Total	**176**	**17.304.977**	**4.982.070.520.87**	**49.820.705,21**

Sistemas em Desenvolvimento

a) Projeto RH-FOLH@ - Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento: A implantação do RH-FOLH@ é de responsabilidade das Secretarias de Planejamento e Gestão e da Fazenda. Os principais objetivos desse projeto são: i) desenvolver e implantar um sistema para a gestão unificada e integrada dos recursos humanos do Estado de São Paulo, que atenda as Secretarias e Autarquias; ii) modernizar o sistema de folha de pagamento (SDPE) que atende as Secretarias de Estado, a fim de diminuir o processamento manual e automatizar o cálculo retroativo; e iii) preparar o SDPE para ser um sistema único e integrado, que possa atender futuramente as autarquias, a Polícia Militar e a SPPREV. No tocante à modernização da folha de pagamento, de responsabilidade da Secretaria da Fazenda, foram entregues em 2015 os produtos trilha de auditoria, rotina contábil, bem como o novo cálculo da folha de pagamento implantado em abril de 2015, com crédito no mês de maio de 2015. O ajuste sistêmico do cálculo retroativo automático encontra-se em fase de testes e paralelos, com previsão de entrada em produção em abril de 2017.

Principais Mudanças:

	Situação Atual	Após a implantação do Projeto
Servidor	Solicita as concessões de benefícios e vantagens ao setorial de RH.	Com os dados do servidor inseridos no sistema de Gestão de RH, as concessões de benefícios e vantagens serão realizadas de forma automática.
Servidor que trabalha na folha de pagamento	Recebe a documentação dos setoriais de RH, realiza o cálculo retroativo manualmente e insere as informações no sistema de Folha de Pagamento.	Processo automático, liberando a equipe para atuar na orientação, monitoramento e fiscalização das informações.
Setoriais e sub-setoriais de RH	Armazena e centraliza as informações da vida funcional dos seus servidores em papel e planilhas locais.	As informações da vida funcional dos servidores estarão registradas em um sistema único, permitindo a consulta e a atualização de dados.

b) Sistema de Custos dos Serviços Públicos: O projeto visa o aprimoramento da gestão das finanças públicas, incorporando o elemento custo no processo de planejamento e aferição do gasto dos serviços públicos. A implementação do Sistema de Custos dos Serviços Públicos – SCSP conta com a cooperação técnica do Fundo Monetário Internacional – FMI. Uma vez implantado, o Sistema de Custos proverá informações gerencias para subsidiar a tomada de decisões; propiciará comparações entre os custos dos serviços prestados pelas entidades públicas de mesma natureza; apoiará, com dados, a formulação do plano plurianual, proposta orçamentária e planos setoriais, com maior realismo e precisão às projeções financeiras; disponibilizará informações à sociedade do custo de cada serviço prestado de forma clara e transparente. Em 2016 foi editado o Manual e o Roteiro de Implantação do Sistema de Custos dos Serviços Públicos e dada a continuidade ao desenvolvimento do sistema na Secretaria da Educação com o tratamento das informações da merenda e PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola; na Fundação CASA com a adequação às suas especificidades; na Secretaria da Administração Penitenciária com o treinamento de 363 Diretores Regionais da Capital e Interior; e na Secretaria da Saúde com a proposta de realização de uma prova de conceito em um Hospital Geral, com o objetivo de verificar a viabilidade de utilização das informações do Projeto S4SP, que se encontra em desenvolvimento.

c) Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: A convergência da contabilidade pública aos padrões contábeis internacionais é um processo que envolverá grandes mudanças na gestão pública e nos sistemas existentes, exigindo a necessidade de revisão de processos de trabalho e de controle e geração de informações não existentes hoje. Dessa forma é um projeto amplo, de longo prazo, e que envolverá todos os órgãos e entidades do Estado. Iniciado em 2012, com os trabalhos de adequação do SIAFEM/SP às necessidades de uma nova estrutura contábil. Em 2014, com apoio da consultoria da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, a Contadoria Geral do Estado atuou, principalmente, na implantação da nova versão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequação dos roteiros e tabelas de eventos do SIAFEM/SP e capacitação dos servidores. A implantação da contabilidade patrimonial foi iniciada em 2015, com a elaboração de políticas contábeis e de manuais operacionais, adequação do processo de consolidação e do modelo das demonstrações contábeis, além de especificação dos requisitos contábeis para o desenvolvimento dos sistemas patrimoniais para bens móveis, imóveis, estoques e folha de pagamento. Ainda em 2015 foram realizadas alterações no SIAFEM/SP, contando com a parceria do Serviço Federal de Processamento de Dados

– SERPRO e Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, atendendo aos ajustes definidos pela 6ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP. Em 2016, iniciou-se uma nova frente visando a mensuração e reconhecimento contábil dos principais bens imóveis e ativos de infraestrutura, bem como do passivo atuarial.

Coordenadoria da Administração Tributária

Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal – "Nota Fiscal Paulista" (Lei Estadual nº 12.685, de 28 de Agosto de 2007)

Principais ações desenvolvidas em 2016: a) Desde o início do programa já foram lavrados 77.659 autos de infração, referentes a 307.401 denúncias consideradas procedentes, com 60.478 fornecedores autuados pela NFP. Até 06/Dez/2016 foram arrecadados R$ 85,2 milhões com essas autuações; b) Alterada a estrutura de prêmios dos sorteios, com a impossibilidade de um ganhador receber mais do que um prêmio, criado limite de créditos por documento fiscal e limite de valor do documento fiscal utilizado para geração de bilhetes, além da aplicação de limite na geração de créditos dos estabelecimentos do atacado e indústria a 20% do ICMS recolhido;

c) Disponibilização de curso EaD (Ensino a Distância) sobre a NFP, realizado por 173 fazendários; d) Os números continuam expressivos. Valores acumulados desde o início do Programa até 06/Dez/2016:

Total distribuído	**R$ 14.783.755.697,00**
Créditos distribuídos	R$ 13.242.155.697,00
Prêmios distribuídos	R$ 1.541.600.000,00
Usuários cadastrados	**18.753.674**
Notas/Cupons Fiscais processados	48.424.729.760
Estabelecimentos cadastrados	R$ 14.783.755.697,00
Adesões ao Regulamento do Sorteio	R$ 13.242.155.697,00

SP- Prevcom – Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo

Nos últimos anos, o Estado de São Paulo promoveu uma profunda reforma no regime de previdência dos seus servidores, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema e promover a sua sustentabilidade. Em longo prazo, as medidas adotadas promoverão a equalização entre a arrecadação e os custos previdenciários, proporcionando o equilíbrio nas contas públicas e desonerando os cofres públicos.

Por meio da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, o Estado de São Paulo instituiu o Regime de Previdência Complementar e fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e universidades (02/10/2013) têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), que além de ter sido a primeira fundação de previdência complementar destinada exclusivamente para servidores públicos, é a maior do país em patrimônio acumulado, que totaliza R$ 640 milhões. Por meio da SP-PREVCOM o servidor pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira.

Hoje, o servidor público paulista é responsável pela construção do seu futuro, devendo planejar a sua aposentadoria e o bem estar dos seus dependentes, restando ao Estado suprir suas necessidades básicas e garantir um benefício equivalente ao de todos os trabalhadores brasileiros. Além de proporcionar maior isonomia entre todas as classes de trabalhadores e servidores, a adoção da previdência complementar no âmbito paulista contribui para a redução do impacto financeiro das contas previdenciárias em longo prazo, diminuindo a responsabilidade do Estado para a manutenção

de altos benefícios e ao mesmo tempo garantindo a capacidade do Tesouro Estadual arcar com os seus compromissos com todos os seus servidores.

Planos de Benefícios Complementares da SP-PREVCOM

Os Planos de Benefícios administrados pela SP-PREVCOM são exclusivamente de Contribuição Definida - CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. São exclusivos para os servidores do Estado de São Paulo e têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela do rendimento do servidor que ultrapassa o limite do INSS).

PREVCOM RP: É destinado aos servidores públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência (SPPREV), autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo que entraram em exercício no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e das universidades (02/10/2013).

Criado a princípio para o Poder Executivo, esse plano contou com a adesão do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e das Universidades, fazendo com que todos os servidores estatutários do Estado de São Paulo estejam abrangidos por um único plano de benefícios complementares.

PREVCOM RG: É destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RGPS que se encontravam em atividade no serviço público na data da publicação da Lei 14.653/11. Podem participar do plano os empregados públicos (concursados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) — desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, tal como a Lei 500/1974, desde que sejam contribuintes do INSS. Tem adesão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo.

PREVCOM RG-UNIS: O PREVCOM RG-UNIS foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo - USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, vinculados ao RGPS. Podem participar do plano os empregados públicos (concursados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) — desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS.

Benefícios de Risco:

Os benefícios de risco são oferecidos pela SP-PREVCOM pela ocorrência de morte ou invalidez do participante. Com o objetivo de atender às necessidades individuais de cada servidor, são opcionais e devem ser contratados junto à fundação com base em uma tabela de valores de contribuição de livre escolha pagos a uma seguradora. A contratação dos Benefícios de Risco significa uma garantia adicional para o servidor e sua família na ocorrência de algum imprevisto.

A referida contratação pode ser feita a qualquer momento e garantirá reserva segurada de acordo com a faixa etária do participante. No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora fará o repasse à SP-PREVCOM do valor contratado. A fundação, por sua vez, creditará essa quantia na conta individual do participante ou destinará os recursos aos seus beneficiários.

Atualmente, a parceira estratégica da fundação para administração dos benefícios de risco é a companhia Mongeral Aegon, uma das 10 maiores seguradoras independentes do país e um dos 10 maiores grupos de seguros e previdência do mundo, com atuação em 20 países.

Balanço dos Resultados:

a) Nº de Participantes (mês de referência: dezembro/2016): Contribuintes Total: 19.960 (RG: 10.037/ RP: 2.576/ RG-UNIS:7.347)

b) Contribuições: i) Percentual médio de contribuição (participante): 7,74%; e ii) Valor médio de contribuição normal (participante): R$ 588,01

c) Benefícios de Risco (mês de referência: dezembro/2016): **:** i) Nº de contratações: 9.063; ii) Valor total: R$ 1.108.414,54 e iii) Valor médio global de contribuição contratado: R$ 122,30

d) Portabilidade, Resgate e Autopatrocínio (posição em 30.12.2016): i) Valores portados para SP-PREVCOM: R$ 749.719,61; ii) Valores brutos resgatados: R$ 2.304.408,98; iii) Valores portados para

outras entidades: R$ 551.100,40; e iv) Arrecadação mensal de autopatrocínio (aposentadoria): R$ 170.083,03

e) Taxas Administrativas (RG + RP + RG UNIS): i) Taxa de Carregamento: 4% e valor acumulado em 2016: R$ 6.662.643,00; ii) Taxa de Administração sobre Patrimônio: 1% (a.a) e valor acumulado em 2016:R$ 4.979.116,81

f) Atividades de Investimentos (Mês de referência: dezembro/16): i) Fundo de Investimento PAULISTA FIQ DE FIM CP; ii) Administrador: Banco Itaú/SA; iii) Valor acumulado (posição em 30/12/16): R$ 605.478.853,72; iv) Valor da Cota (posição em 30/12/16): R$ R$ 1,602379.

SECRETARIA DE GOVERNO

Secretaria de Governo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

51000 - Secretaria de Governo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.060.323.480,00**	**813.653.613,21**	**17.670.064,27**	**831.323.677,48**	**806.197.396,93**
Pessoal e Encargos Sociais	180.816.040,00	162.113.888,82	0,00	162.113.888,82	161.723.682,08
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	879.507.440,00	651.539.724,39	17.670.064,27	669.209.788,66	644.473.714,85
Despesas de Capital	**15.187.010,00**	**8.101.480,09**	**1.651.082,48**	**9.752.562,57**	**13.658.917,43**
Investimentos	5.185.010,00	2.313.893,17	1.651.082,48	3.964.975,65	7.871.330,51
Inversões Financeiras	10.002.000,00	5.787.586,92	0,00	5.787.586,92	5.787.586,92
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.075.510.490,00**	**821.755.093,30**	**19.321.146,75**	**841.076.240,05**	**819.856.314,36**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

51000 - Secretaria de Governo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**20.036.608,00**	**20.090.377,07**	**0,00**	**20.090.377,07**	**19.944.030,04**
Despesas Correntes	20.036.608,00	20.090.377,07	0,00	20.090.377,07	19.944.030,04
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1603 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.528.688,53**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	18.520.469,73
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	8.218,80
2801 - Salvando Vidas - Defesa Civil	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.951.210,30**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	396.288,02
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	5.554.922,28
2822 - Rede Social de Solidariedade e Cidadania	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.808.028,49**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798.808,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	9.220,26
2823 - Sistema Estadual de Controladoria	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.200,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2824 - Arquivo do Estado - Memória e Gestão Documental	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.065.137,45**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065.137,45

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2825 - Assessoramento e Coordenação da Política Administrativa do Governo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.379.063,25**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	15.379.063,25
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2909 - Gestão e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**399.859,35**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	399.859,35
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2915 - Gestão de Investimentos em Projetos Prioritários de Infraestrutura e Desenvolvimento	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**327.840,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	327.840,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.117.821,34**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117.821,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4410 - Atendimento Unificado ao Cidadão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.916.183,30**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	3.916.183,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4804 - Planejamento e Articulação para Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.371,68**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	11.371,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4904 - Gestão Administrativa em Energia	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.949.155,31**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.947.429,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	1.726,00
4905 - Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Sanemento	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.552.841,43**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.552.841,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5100 - Assessoramento, Coordenação e Planejamento das ações governamentais	**207.631.656,00**	**170.599.379,19**	**2.762.241,03**	**173.361.620,22**	**159.948.103,95**
Despesas Correntes	197.631.656,00	164.811.792,27	2.762.241,03	167.574.033,30	154.160.517,03
Despesas de Capital	10.000.000,00	5.787.586,92	0,00	5.787.586,92	5.787.586,92
5101 - SAO PAULO - Estado Resiliente	**9.786.587,00**	**4.839.528,60**	**1.651.082,48**	**6.490.611,08**	**4.358.067,10**
Despesas Correntes	4.786.587,00	2.547.765,43	0,00	2.547.765,43	2.066.303,93
Despesas de Capital	5.000.000,00	2.291.763,17	1.651.082,48	3.942.845,65	2.291.763,17
5102 - Rede Social de Solidariedade e Cidadania	**37.334.215,00**	**48.929.385,64**	**104.448,71**	**49.033.834,35**	**46.609.421,44**
Despesas Correntes	37.149.215,00	48.907.255,64	104.448,71	49.011.704,35	46.603.941,44
Despesas de Capital	185.000,00	22.130,00	0,00	22.130,00	5.480,00
5103 - Sistema Estadual de Controle Interno	**257.920,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	257.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5104 - ARQUIVO DO ESTADO - Preservação e Gestão Documental	**8.135.607,00**	**6.192.086,83**	**360.488,66**	**6.552.575,49**	**5.731.923,91**
Despesas Correntes	8.135.607,00	6.192.086,83	360.488,66	6.552.575,49	5.731.923,91
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5110 - Tecnologia para um Governo Único orientado ao cidadão	**6.961.615,00**	**3.432.173,00**	**1.789.039,00**	**5.221.212,00**	**3.432.173,00**
Despesas Correntes	6.961.615,00	3.432.173,00	1.789.039,00	5.221.212,00	3.432.173,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5110 - Tecnologia para um governo único orientado ao cidadão	**441.518.012,00**	**318.254.926,50**	**12.457.046,87**	**330.711.973,37**	**317.417.058,01**
Despesas Correntes	441.518.012,00	318.254.926,50	12.457.046,87	330.711.973,37	317.417.058,01
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5113 - Regulação e fiscalização dos serviços de transportes	**207.565.150,00**	**200.919.275,72**	**0,00**	**200.919.275,72**	**167.896.275,28**
Despesas Correntes	207.565.140,00	200.919.275,72	0,00	200.919.275,72	167.896.275,28
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5114 -Fortalecimento das competências reguladoras em energia, gás e saneamento	**133.120.490,00**	**47.685.320,75**	**0,00**	**47.685.320,75**	**38.697.221,20**
Despesas Correntes	133.120.490,00	47.685.320,75	0,00	47.685.320,75	38.697.221,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5115 - Desenvolvimento de parcerias para a realização de	**760.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5115 - Desenvolvimento de parcerias para a realização de projetos e investimentos	**2.000.000,00**	**812.640,00**	**196.800,00**	**1.009.440,00**	**812.640,00**
Despesas Correntes	2.000.000,00	812.640,00	196.800,00	1.009.440,00	812.640,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5116 - Inovação governamental	**400.020,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	400.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5117 - Promoção da transparência e dos instrumentos de De	**610,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	610,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.075.510.490,00**	**821.755.093,30**	**19.321.146,75**	**841.076.240,05**	**819.856.314,36**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O campo funcional da Secretaria de Governo, organizada pelo Decreto nº 61.036, de 01 de janeiro de 2015, com as alterações posteriores, compreende resumidamente: assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições. Seu escopo de trabalho engloba a coordenação, o planejamento e a execução das diretrizes e políticas relativas à integração das ações governamentais das políticas de Governo, além do suporte à sua atuação. Incluem-se a articulação, o controle e a coordenação das atividades essenciais à execução do Plano de Governo, o apoio e o funcionamento dos Conselhos de Governo, a proposição de ajustes na execução dos projetos estratégicos de governo, a formulação de diretrizes e o controle de atividades de informática da Administração Pública Estadual, a coordenação e o gerenciamento do Poupatempo, a promoção da preservação da Memória do Estado; a formulação e a implementação da política estadual de arquivos e gestão documental e outros. Apresentamos, a seguir, os programas e as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos bem como a descrição resumida dos Programas:

Programa 5100 – Assessoramento, Coordenação e Planejamento das ações governamentais

Objetivo: Disponibilizar mecanismos para execução do plano de governo e de avaliação contínua das ações dos programas e projetos prioritários do governador do Estado.

Produto: Suporte Administrativo e Tecnológico às unidades administrativas
Indicador de Produto: Número de Unidades Administradas (quantidade de unidades administradas, que são o Palácio dos Bandeirantes e o Palácio Boa Vista).

Produto: Gerenciamento de Imóveis do Governo de São Paulo
Indicador de Produto: Número de relatórios emitidos (número de relatórios emitidos, abrangendo os termos de permissão de uso, transferência de administração, alienação de imóveis e aprovação de locação).

Produto: Serviço de Segurança Institucional
Indicador de Produto: Número de unidades assistidas pelo serviço de segurança institucional

Produto: Acompanhamento das Ações Estratégicas de Governo
Indicador de Produto: Número de relatórios de Ações Estratégicas Realizadas

PROGRAMA 5100 - **ASSESSORAMENTO, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS** **VALOR GLOBAL: R$ 242.364.531,00**		
INDICADORES	**META FINAL DO PPA**	**RESULTADO PARCIAL 2016**
Nº. UNIDADES ADMINISTRADAS	2	2
Nº. RELATÓRIOS EMITIDOS	3.600	939
Nº. UNIDADES ASSISTIDAS	3	3
Nº. RELATÓRIOS REALIZADOS	48	12

CGA – Corregedoria Geral da Administração

Programa 5103 – Sistema Estadual de Controle Interno

Objetivo: Fortalecer a atividade de controle interno do Poder Executivo mediante o aprimoramento e a integração dos organismos de auditoria, controle e correição e garantir a efetividade dos instrumentos de fiscalização, avaliação e controle, visando à eficiência da gestão e melhoria na prestação dos serviços públicos, observados os princípios constitucionais.

Indicadores de Resultado de Programa: Índice de Processos Concluídos (%)

Produto: Auditoria e Correição de Processos.
Indicador de Produto: Número de Expedientes Concluídos.

Produto: Fiscalização e Prevenção de Irregularidades Administrativas
Indicador de Produto: Número de diligências efetuadas.

Programa 5103 – Sistema Estadual de Controle Interno **Valor Global (R$) 1.103.110,00**		
Objetivo do Programa: Fortalecer a atividade de controle interno do poder executivo, mediante o aprimoramento e a integração dos organismos de auditoria, controle e correição e garantir a efetividade dos instrumentos de fiscalização, avaliação e controle, visando à eficiência da gestão e melhoria na prestação dos serviços públicos, observados os princípios constitucionais.		
Indicador de Resultado de Programa	**Meta Final do PPA**	**Resultado parcial do ano**
Índice de Processos Concluídos (%)	40	19,04
Número de Expedientes Concluídos	952	498
Número de Diligências Efetuadas	40	40

Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Programa 5104 Arquivo do Estado – Preservação e Gestão Documental

Com o objetivo de preservar e difundir o patrimônio documental do estado, ampliar a adesão aos instrumentos da política de gestão documental e garantir ao cidadão o pleno acesso à informação pública, o Arquivo Público do Estado desenvolveu inúmeras ações no **PROGRAMA ARQUIVO DO ESTADO - PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL** (5104). Destaca-se que os cortes orçamentários e a falta de disponibilidade de orçamento para investimentos prejudicaram muitas ações diretamente ligadas ao acervo e à implementação da política de gestão documental. Os indicadores do programa demonstram os resultados alcançados em 2016.

Número de Adesões ao Sistema SPDOC: o SPdoc incorpora e automatiza normas e procedimentos de protocolo e arquivo, portanto o número de adesões, embora seja um indicador meramente quantitativo, que não expressa todas as mudanças organizacionais decorrentes do uso do Sistema, contribui para avaliação da eficácia da política estadual de gestão documental, preservação e acesso aos documentos e informações estaduais. A **meta** estipulada (7 órgãos) foi **superada em 28,57%**, fechando o ano com **9 órgãos utilizando o SPdoc**. A execução a maior justifica-se pelo fato de que, ainda em 2015, aderiram ao SPdoc a Secretaria de Governo, Casa Militar e FUSSESP, e, em 2016, a Secretaria de Logística e Transportes (março) e o DETRAN (outubro). Para tanto, foram treinados 231 servidores e prestadas 630 orientações técnicas. Em paralelo às novas implementações, teve continuidade o contrato de manutenção/correções e desenvolvimento de melhorias (definição de requisitos e homologação de funcionalidades), e prestado o assessoramento contínuo ao Comitê Gestor do SPdoc, com a aprovação da minuta de decreto sobre os perfis administrativos do SPdoc.

Número de Atendimentos ao Público: este indicador tem como finalidade o registro de todos os tipos de atendimento prestado pelo Arquivo Público do Estado ao público em geral. Compreende o público presencial e remoto atendidos por todos os Centros do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo. Mensalmente, são apurados os atendimentos presenciais, pedidos de certidões (imigração, registros de terras), visitas técnicas e monitoradas, visitantes de exposições realizadas no APE, cursos, palestras, seminários, oficinas; e os atendimentos remotos, como acesso ao site, e-mail e através de telefone. A medição deste indicador corresponde a cada registro de atendimento. A **meta** (121.250 atendimentos) foi **realizada a menor 76,36%,** totalizando **28.658 atendimentos** (média mensal de 2.388,17 atendimentos). Justifica-se tal diferença, considerando que com a disponibilização no Site do Arquivo de vários documentos do Acervo, o atendimento presencial foi grandemente reduzido, apresentando um número bem abaixo do planejado. Referido ajuste de metas para os próximos exercícios já foi solicitado na época oportuna.

Percentual de Atendimento às Solicitações de Informação dos Cidadãos: este indicador calcula o percentual de pedidos de informação feitos aos SICs que foram respondidos pelos órgãos dentro do prazo estipulado em lei. A **meta** esperada (83,62%) foi **superada em 15,31%**, fechando o ano em **96,43% do total dos pedidos respondidos dentro do prazo legal** (20 dias + 10 dias de prorrogação, se justificada). Esta melhora justifica-se pela correção na metodologia de monitoramento dos pedidos SIC, que estabeleceu como critério os pedidos respondidos a cada mês (e não os recebidos), pelas ações de capacitação (16 treinamentos à 282 servidores), 647 orientações técnicas realizadas pela CAC e pela implementação de melhorias no Sistema SIC.SP.

Metragem do Acervo Preservado: este indicador demonstra o resultado final de todos os esforços das áreas do Arquivo no objetivo de preservação o acervo custodiado pela instituição. Quantifica em metros lineares (medida utilizada na área arquivística) o total de acervo do APE, tanto o de caráter permanente quanto o de caráter intermediário. A **meta** inicial (32.374,39m/l) registra o total de documentos sob a guarda do APE no momento de elaboração do PPA 2016-2019. No ano de 2016, o APE recebeu por recolhimento, transferência e doações um total de 550,98 metros lineares, totalizando um acervo de **32.925,37 metros lineares** de documentos permanentes e intermediários preservados (**ampliação de 1,70%**).

Estes resultados do Programa decorrem da concretização de um conjunto de ações articuladas que foram realizadas no ano de 2016. Em relação à **COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA** (Produto da Ação 5724 - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA), destaca-se a coordenação sistêmica de 89 CADAs (cerca de 820 servidores), 352 SUBCADAs e 209 SICs (597 agentes SIC); elaboração de 09 Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD) das atividades-fim (06 já aprovadas pelo APE: Sec. Transportes Metropolitanos, Metrô, EMTU, CPTM, Sec. de Agricultura e Casa Civil); atualização da

TTD-Meio; elaboração de 06 Atos Normativos desenvolvimento e implementação dos Sistemas SIC.SP e SPdoc; desenvolvimento do Projeto Indicadores para monitoramento e avaliação da capacidade de gestão documental, Projeto Capacitação de usuários do SPdoc para classificar documentos na produção e do Projeto Pesquisa sobre a terceirização de guarda de documentos públicos; gestão dos Termos de Cooperação Técnica com o MPSP e com a ALESP; desenvolvimento das Parcerias para fomento da gestão documental e transparência pública com o TCESP (elaboração da Cartilha da Transparência) e com a OGE, Parceria com a Sec. Agricultura e Parceria com a Family Search; 37 capacitações, 05 videoconferências e a Parceria para realização de treinamentos e formações com a UCRH e FAZESP; além de, entre outras ações, a participação em órgãos colegiados (CONARQ, Conselho da Transparência, CEAI, CGSPdoc). Três indicadores permitem o monitoramento e avaliação do Produto COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, a saber:

Número de Atendimentos aos Órgãos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e às Administrações Municipais: este indicador totaliza a somatória de atendimentos técnicos prestados aos órgãos e entidades integrantes do SAESP (CADAs, arquivos, protocolos e SICs) e às prefeituras e câmaras paulistas, inclui as solicitações de perícias técnicas demandadas pelo MPSP. A **meta** (2.368 atendimentos) foi **superada em 55,74%**, totalizando **3.688 atendimentos realizados** no ano, sendo 35 Pareceres Técnicos; 69 Visitas Técnicas; 112 reuniões; 2.558 e-mails; 11 ofícios; 616 por telefone; 248 participações em eventos; 39 outros atendimentos. A execução a maior justifica-se pelo o aumento da demanda por subsídios e orientações técnicas decorrente das ações desenvolvidas pelo Departamento de Gestão do SAESP e da maior aplicação das normas e procedimentos gestão documental e acesso à informação pelos órgãos e entidades da administração.

Número de Documentos Tratados do Acervo Intermediário: este indicador totaliza o número de itens documentais (páginas) que receberam tratamento técnico. Contabiliza as ações de identificação, classificação, cadastramento e higienização do acervo. A **meta** (4.280.000) foi **superada em 2,73%**, totalizando **4.396.887 itens documentais tratados**. A execução a maior está dentro da variação de produtividade esperada ao longo do ano e justifica-se pelo reforço temporário nos trabalhos de substituição de acondicionamento dos documentos.

Aplicação dos Instrumentos de Gestão Documental: totaliza a somatória de metros lineares de documentos recolhidos, transferidos e eliminados pelos órgãos integrantes do SAESP. Embora meramente quantitativo e insuficiente para expressar as mudanças organizacionais, como a agilidade imprimida aos processos de trabalho e a economia de recursos, este indicador é um importante instrumento na mensuração da implementação da política de gestão, preservação e acesso aos documentos e informações públicas estaduais. A **meta** (8.000), definida em 2015, no PPA, com base na média dos anos anteriores, foi **superada em 302,65%,** totalizando **32.212,88 metros lineares de documentos recolhidos, transferidos e eliminados** pelos órgãos do SAESP. Na execução a maior registrada em 2016 destaca-se a atuação de aplicação da TTD em dois órgãos: DETRAN, que eliminou 21.116 metros lineares de documentos (65,59% da execução total realizada) e Sec.Fazenda, que eliminou 3.339 metros lineares (10,37% da execução total).

Em relação aos **DOCUMENTOS TRATADOS E DISPONIBILIZADOS AO PÚBLICO** (Produto da Ação (5725) PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO), o monitoramento e avaliação da execução são realizados por meio de dois indicadores, a saber:

Número de Documentos Tratados do Acervo Permanente: expressa todas as atividades desenvolvidas pelos Centros e Núcleos do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo do APE, no sentido de preservar o acervo de valor histórico sob sua responsabilidade. Mede os tratamentos técnicos e de preservação dados, em caráter contínuo, aos documentos do acervo, como ações de identificação, classificação, ordenação, descrição, acondicionamento, catalogação, higienização, digitalização, restauração, encadernação, microfilmagem e transcrição paleográfica. Esses tratamentos são medidos em unidades, dada a complexidade de trabalhos que envolvem cada uma das etapas dos tratamentos. A **meta** (1.200.000) foi **superada em 92,46%**, totalizando **2.309.494 itens documentais tratados** (média mensal de 192.457,83). A realização da execução a maior justifica-se pela intensificação dos trabalhos em decorrência das ações de levantamento de Acervo para elaboração de Guia do Acervo do APE. Para o exercício de 2017 já foram revistas e ajustadas estas metas.

Número de Acessos Públicos aos Documentos do Acervo: mede a quantidade de itens documentais acessados e disponibilizados ao público. Contabiliza a demanda de consultas e acessos ao acervo permanente no APE e ao site da instituição. O resultado bem abaixo da meta prevista (1.860.000), **a menor em 74,67%**, num total de **471.215 itens documentais**

acessados/consultados, consta da justificativa preenchida mensalmente no SIMPPA "Por um lapso foi digitado erroneamente o valor da meta estipulada para este exercício. Já foi feita a devida correção para a meta do exercício de 2017."

Programa 5110 – Tecnologia para um Governo Único Orientado ao Cidadão

Objetivo: Facilitar e melhorar o relacionamento entre o cidadão e um Governo único e integrado, de maneira eficaz, eficiente, segura e transparente, com oferecimento de tecnologias para inclusão e empoderamento digital dos cidadãos.

Ação 5372 – Gestão do Poupatempo

Reunião de diversos serviços de natureza pública em um único lugar físico com funcionários altamente capacitados para atender com dignidade, eficiência e rapidez o cidadão.

O Programa Poupatempo conta hoje com 73 Postos, sendo 72 fixos e 1 Móvel que atende a Capital e a Região Metropolitana de São Paulo, realizando aproximadamente 175 mil atendimentos por dia. Em pesquisa realizada na última quinzena de novembro de 2016, pela Praxian Business & Marketing Specialists, a avaliação geral dos serviços chegou a seu maior índice histórico (satisfação do usuário), com 99% de avaliação positiva entre bom e ótimo, com 97,3% dos postos com avaliação acima de 95%. No ano de 2016 o Poupatempo foi eleito pela segunda vez consecutiva o melhor serviço público de São Paulo, em pesquisa de opinião do Datafolha.

A extinta Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, cujas atribuições relacionadas aos serviços ao cidadão passaram a compor as atribuições desta Coordenadoria em 19 de dezembro de 2016, deu início a projetos estratégicos junto à PRODESP, com o objetivo de ampliar e facilitar ainda mais o acesso aos serviços públicos, reduzindo os custos de deslocamento do cidadão, por meio do uso da tecnologia. Os diferentes projetos ampliam a virtualização de serviços, constroem uma base compartilhada e segura de identificação do cidadão e desenvolvem novos mecanismos de gestão para o constante monitoramento e melhoria da operação existente.

Dentre os principais projetos destacam-se:

(1) **Coleta Biométrica Unificada**: padronização da coleta biométrica (captura das digitais, foto e assinatura), reutilização e compartilhamento de dados para diferentes serviços públicos estaduais. Em 2016 o sistema de coleta biométrica unificada alcançou 67 Postos Poupatempo, com um banco de imagens biométricas com aproximadamente 13 milhões de registros.

(2) **Ambiente de Pagamento**: Em 2016 houve a intensificação da utilização de pinpad nos postos Poupatempo, o desenvolvimento e a disponibilização no portal do programa da geração e impressão da DARE – Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais para pagamento da taxa de 2ª via de RG em qualquer banco, com possibilidade de derivação no próprio portal para os sites dos Bancos Brasil, Bradesco e Santander. Os totens de autoatendimento também geram o referido documento de arrecadação com possibilidade de pagamento no próprio autoatendimento em qualquer banco (multibanco).

(3) **Totens de Autoatendimento**: Em 2016 o Programa Poupatempo recebeu 64 totens de autoatendimento em 19 de seus postos com maior volume de demanda. Atualmente os equipamentos permitem aos cidadãos fazer agendamento de atendimento dentro dos postos, e ainda, solicitar serviços como o Atestado de Antecedentes, que é impresso na hora e sem custo, ou a 2ª via do RG. No caso deste, se o último documento foi emitido há menos de dois anos o cidadão paga a taxa com cartão de débito no próprio equipamento e nem precisa passar pelo atendimento em mesas, graças ao reuso de imagens geradas no âmbito da coleta biométrica unificada e ao ambiente de pagamento multibanco.

(4) **Portal Poupatempo**: Em 2016 o agendamento realizado pelo portal do programa ganhou o serviço de emissão de protocolo contendo informações e documentos necessários ao atendimento, com a possibilidade de emissão de guia DARE e derivação do site para o ambiente bancário dos bancos do Brasil, Bradesco e Santander para pagamento da taxa de 2ª via do RG.

(**5) Bi – Business Intelligence e Sala de Situação:** Em 2016 este produto continuou em desenvolvimento, com cronograma de entrega e funcionamento para o exercício de 2017, que permitirá automatização da extração, organização, análise, compartilhamento de dados e gerenciamento de informações de operação dos postos para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores de forma ágil e assertiva.

(6) Gestão do Conhecimento: Em 2016 foi desenvolvida e disponibilizada a intranet do Poupatempo, que abrange todos os seus postos de atendimento, e é um canal de interação e comunicação dos colaboradores do Programa, permitindo a veiculação de normas de procedimento atualizadas, troca de experiências entre os colaboradores (benchmarking) em torno das melhores práticas, disponibilização de indicadores e outras funcionalidades que agregam maior agilidade na comunicação, facilitando a rápida colaboração entre os envolvidos.

(7) Atendente Virtual: Entrou em fase de testes ao final de 2016 um "robô" com inteligência artificial, capaz de se comunicar com os cidadãos e de aprender cada vez mais com a interação. A aplicação tecnológica está disponível no portal do Poupatempo. Só na primeira semana após a introdução do robô no portal do Poupatempo, ele fez mais de 12 mil agendamentos. O assistente virtual recebeu o nome provisório de Poupinha, e atende também pelo Messenger, aplicativo oficial do Facebook. A iniciativa tem parceria com a Nama, Startup presente no PitchGov SP promovido pela Subsecretaria de Parcerias e Inovação.

(8) Tradução para Libras: Outra inovação testada no Programa por intermédio do PitchGov SP foi o aplicativo de tradução de informações de serviços do Poupatempo em linguagem de Libras para os deficientes auditivos nos postos Poupatempo Sé, Santo Amaro e São José dos Campos. O sistema, criado pela empresa Hand Talk foi eleito pela ONU em 2013 o melhor aplicativo social do mundo. Ele usa um personagem animado para comunicar de forma acessível aos surdos os textos com as informações sobre serviços públicos. No caso, RG e Carteira de Trabalho.

Considerando os serviços de agendamento, pagamento de taxas e serviços e realização de 2ª via de RG nos totens, o volume de atendimentos eletrônicos frente ao total foi de 42,26%, em 2016.

O total das despesas (liquidadas e a liquidar) para a execução desta Ação em 2016 é de aproximadamente R$ 318.132.123,91 (trezentos e dezoito milhões, cento e trinta e dois mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos).

Ação 5636 – Gestão do Acessa São Paulo

O Programa Acessa SP conta hoje com 804 Postos, instalados em 585 Municípios Paulistas, contando com 1.025 monitores. O índice de satisfação do usuário do programa em 2016 foi de 97,05%. O número de usuários aferidos em junho de 2015 foi de 3.043.291. Em dezembro de 2016 esse número subiu para 3.281.762, aumento de 11%. Em 2016 foi iniciado um projeto de reestruturação do Programa Acessa São Paulo, para o qual o Decreto Estadual 62.306, de 14 de dezembro de 2016, é fundamental, e que visa melhorar a eficiência na prestação dos serviços e na gestão do Programa. Os projetos em andamento que versam sobre o Programa são:

(**1) Acesso a Wi-Fi nos Postos:** Sem investimentos no Orçamento de 2016, não foi possível a ampliação da rede de Wi-Fi nos postos do Programa, medida que se mostra conveniente e oportuna, em razão da tendência de ampliação do uso de smarthphones em vez de desktops, conforme pesquisas realizadas no âmbito do Comitê Gestor da Internet, PNAD e Ponline. Está em curso o estudo de um projeto de baixo impacto financeiro para ampliação dos pontos de atendimento Wi-Fi junto à PRODESP, baseado numa solução tecnológica da Startup iaiNet, presente no PitchGov SP promovido pela Subsecretaria de Parcerias e Inovação, que será testada em quatro postos do Programa.

(2) Portal para Acesso a Conteúdos: No ano de 2016 o Programa disponibilizou no Portal o Trilhas do Conhecimento, com as trilhas do Ensino Médio, do emprego e do empreendedorismo, visando orientar o cidadão a definir seu futuro como estudante, trabalhador ou empreendedor, e colaborar aos seus objetivos pessoais, profissionais e comunitários. Busca-se a partir de agora a modernização da plataforma do portal e de seus conteúdos, conforme sua reformulação. Também foi relevante a parceria com a Startup GetNinjas, igualmente resultado do Pitch Gov SP, a qual disponibilizou para os usuários de dez postos acesso grátis, por seis meses, à maior plataforma online de contratação de serviços do Brasil. Com isso, os microempreendedores beneficiados puderam divulgar mais os seus serviços e captar novos clientes.

(3) Acesso a Espaços de Coworking: Está em desenvolvimento um projeto de criação de novo tipo de serviço e funcionalidade, voltado a oferecer espaços de trabalho públicos e compartilhados, com acesso à internet, computadores e conteúdos para incentivar o desenvolvimento profissional, o empreendedorismo, o empoderamento digital, o *networking*, a troca de conhecimentos e experiências e a promoção de capacitação. O objetivo é o fomento da economia criativa e colaborativa entre pessoas.

(4) Tipologia de Postos do Programa: A Fundação SEADE desenvolveu um trabalho de pesquisa volta a definir o perfil dos usuários do Acessa SP. Com base neste estudo a Coordenadoria, em conjunto com a PRODESP, trabalha na definição de uma tipologia de postos voltados a cada público verificado, visando a implantação do posto mais adequado para cada perfil de usuário.

O total das despesas (liquidadas e a liquidar) para a execução desta Ação em 2016 é de aproximadamente R$ 2.073.862,08 (dois milhões, setenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oito centavos).

Ação 6223 – Elaboração e Publicação de Diretrizes Estratégicas de TIC

Dentro desta Ação se encontram as atividades do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, um colegiado formado por representantes das Secretarias que o compõem, o qual define políticas para melhor uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Governo. Por meio do COETIC, foram criados grupos de trabalho e comitês com vistas ao melhor uso dos recursos de TIC, sendo que esses grupos estão vinculados às atividades desenvolvidas nesta Ação.

Em 2016 foram trabalhadas duas normas a respeito de diretrizes de TIC, uma delas tratou do uso de computação em nuvem e a outra do uso de telefonia móvel. A última versão da Resolução do Conselho para regrar o uso de computação em nuvem foi debatida em sessão na segunda quinzena de janeiro de 2017 e seguirá para publicação na próxima sessão. Já a normativa a respeito de telefonia móvel passa por um processo de levantamento de informações para tomada de decisão.

O total das despesas (liquidadas e a liquidar) para a execução desta Ação em 2016 é de aproximadamente R$ 2.427.867,70 (dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).

Ação 6225 – Gestão de Sistemas de Informação Corporativos

Dentre as frentes trabalhadas nesta Ação está **a gestão e manutenção de um conjunto de 24 aplicativos e soluções corporativas** que apóiam a Gestão Estratégica do Governo do Estado. As principais são:

(1) Ambiente de Comunicação Integrada do Estado e Correio Eletrônico: Tem como objetivo fornecer um ambiente totalmente integrado contendo ferramentas de correio eletrônico, mensagens, espaço virtual para a guarda de documentos, agenda eletrônica, catálogo de pessoas, editores de texto, planilha e apresentações, além de uma rede social privada. O total de usuários da Rede Executiva atualmente é de 24.826.

(2) Portal de Ouvidorias: Início do desenvolvimento da nova versão do portal de ouvidorias (www.ouvidoria.sp.gov.br).

(3) Sistemas de apoio a outros departamentos e outras Secretarias: Portal e Cadastro de Pregões; Guia de Informações sobre Serviços Públicos prestados nos postos Poupatempo; Sítio de Sanções Administrativas; e Cadastro de Contratos de Serviços Terceirizados.

Também se insere nesta Ação o **gerenciamento do Datacenter do Estado,** com o objetivo de manter a operação de sistemas corporativos em operação e buscar a integração e racionalização no uso dos centros de processamento de dados dos órgãos.

O **gerenciamento do ambiente Intragov** também se insere nesta Ação, tratando da manutenção do ambiente de comunicação de dados do Governo do Estado de São Paulo, a Intragov, que permite que todos os órgãos estaduais possam utilizar uma rede de comunicação de dados única, com menores custos e total integração entre órgãos e suas subdivisões.

Os pontos de rede fixa da Intragov totalizam 16.928 pontos (1º de janeiro de 2017).

A atividade do COETIC associada a esta Ação é Administração da Intragov: Acompanhamento com órgãos e Prodesp para o melhor uso da Rede de comunicação de dados do Estado.

O total das despesas (liquidadas e a liquidar) para a execução desta Ação em 2016 é de aproximadamente R$ 5.221.212,00 (cinco milhões duzentos e vinte e um mil e duzentos e doze reais).

Programa 5115 - Desenvolvimento de Parcerias para Realização de Projetos e Investimentos

Unidade de Parcerias Público-Privadas – UPPP

Atividades Organizacionais e Formalização das Responsabilidades

A UPPP no ano de 2016 esteve envolvida nas seguintes atividades:

a) Acompanhamento dos contratos assinados de Parceria Público Privado (PPP);
b) Na análise de conformidade de propostas submetidas na Plataforma de Parcerias;
c) Na coordenação de novos projetos, por meio da coordenação do Comitê de Análise Preliminar (CAP) ou na coordenação do Grupo de Trabalho (GT). Dependendo do estágio do projeto a equipe do projeto pode formar um CAP ou um GT.

Projetos em Andamento (PPPS Contratadas)

Para todos os projetos contratados, a UPPP promove reuniões periódicas (geralmente semanais ou quinzenais) para discutir as sensibilidades de cada projeto.

Essas atividades de acompanhamento são atividades complementares àquelas que são de competência da CACPPP.

As atividades preparatórias envolvem a articulação de todos os setoriais impactados, com a SEFAZ, com a SPG e com a PGE, além de familiarização com todos os documentos e com todos os aspectos complexos de cada contratação.

Novos Projetos de Parcerias

A UPPP é envolvida em todas as etapas de condução dos novos e projetos, desde a primeira fase (análise de conformidade) até a conclusão da modelagem (auxiliando, também, nas etapas de licitação, contratação e gestão).

No ano de 2016 foram realizadas análises para as seguintes propostas (de iniciativa privada e pública):

- Provisão de Habitações de Interesse Social – Fazenda Albor
- Provisão de Habitações de Interesse Social – Lote 2
- Linhas 5 e 17 do Metrô
- Aeroportos Regionais – Aviação Regular
- Aeródromos Públicos – Aviação Executiva
- Concessão de Rodovias
- Ônibus Intermunicipais (ARTESP)
- Linhas 8 e 9
- Ônibus Metropolitanos (EMTU)
- Pátios Veiculares
- Identificação Digital
- Linha 15
- Parque Estadual Campos de Jordão
- Parque Capivari
- Auditório Claudio Santoro e Museu Felícia Lerner
- Parques Estaduais do Jaraguá, Cantareira e Alberto Loefgren
- Cozinha Escola Industrial

Com relação às propostas citadas acima, estão em fase de licitação Rodovias (Lote Centro Oeste Paulista e Lote Rodovia dos Calçados), Aeródromos Públicos e Ônibus Intermunicipais. As propostas das Linhas 5 e 17, Ônibus Metropolitanos RMSP estão em consulta pública. Nas demais propostas, a UPPP exerce a coordenação das atividades.

A coordenação desses projetos propostos envolve a realização de uma série de atividades, destacando-se: a realização de reuniões, preparação de eventos para o mercado, preparação de audiências e consultas públicas, elaboração de minutas de documentos (especialmente edital,

contrato e anexos), a promoção da integração de todos os stakeholders que devem ser envolvidos, a comunicação com SEFAZ e PGE, a confecção de relatórios, a organização e instrução dos processos formalizadores de cada projeto.

Além disso, a UPPP conduz as atividades necessárias para realização do projeto do Trem Intercidades (TIC).

Contrato de Impacto Social

A UPPP exerce a coordenação e a articulação do projeto que visa implementar o primeiro Contrato de Impacto Social (CIS) no Brasil. O CIS é um modelo, baseado no *Social Impact Bonds* criado em 2010 no Reino Unido, em que o Governo contrata um serviço e remunera o prestador baseado nos resultados sociais efetivamente alcançados e validados.

No ano de 2016, a UPPP desenvolveu o estudo de viabilidade para o CIS na área de Educação juntamente com a SEE, Insper Metricis, Social Finance UK, BID e IFC e iniciou a modelagem do futuro Contrato de Impacto Social.

Unidade de Parcerias com Organizações Sociais

Organizações Sociais

- Realização de reuniões do Grupo Técnico (intersecretarial) - Resolução SG-51/2015 - para compartilhamento de experiências, dificuldades e sugestões, e alinhamento dos passos a serem dados por todos com vistas ao fortalecimento do modelo das Organizações Sociais;
- Estudos e reuniões com as Secretarias integrantes do Grupo Técnico, com vistas à adoção de medidas para o incremento de receitas acessórias pelas OS;
- Acompanhamento dos contratos de gestão vigentes e das convocações públicas para a seleção de entidades sem fins lucrativos que possuam qualificação como organização social para celebração de novos contratos de gestão;
- Estudos e análise dos custos e gastos das OS responsáveis pela gestão de programas da área da Cultura e propostas para adequação e redução dos mesmos;
- Acompanhamento e assessoramento em reuniões realizadas com a Secretaria da Cultura no que diz respeito aos encaminhamentos relativos aos contratos de gestão com as OS;
- Elaboração de decreto, precedida de estudos, a respeito de novas diretrizes a serem seguidas na celebração de contratos de gestão com as OS, tais como: imposição de tetos salariais, realização de pesquisas de mercado para locação de imóveis, vedação para diretores ocupantes de cargo na Administração ou na estrutura decisória de partido político e incentivos à obtenção se receitas acessórias;
- Elaboração de minuta de decreto criando sistema eletrônico para a tramitação do pleito de qualificação de entidades como OS;
- Publicação em 20 de maio do Decreto nº 61.981 que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil.

LEI Nº 13.019/2014 – Marco Regulatório Do Terceiro Setor

- Condução da criação de plataforma virtual para observância aos ditames de transparência exigidos pela Lei nº 13.019/2014 ("Marco Regulatório do Terceiro Setor") e para tramitação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse Social. A ferramenta está sendo desenvolvida pela Prodesp, com previsão de finalização em abril de 2017.
- Elaboração de minuta de Edital de Chamamento Público – atualmente sob análise da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – nos termos da Lei federal nº 13.019/2014, para seleção de organização da sociedade civil, com vistas à celebração de Acordo de Cooperação, para execução de atividades no Centro Paraolímpico Brasileiro.

Programa 5116 - Inovação Governamental

Principais Atividades Realizadas em 2016
Cultura da Inovação:

Inovaday é um encontro mensal de quem pensa governo e sociedade de forma criativa, daqueles que buscam com aqueles que compartilham soluções para um governo inovador. Estes encontros são transmitidos pela web e estão disponíveis para visualização off-line. A realização do evento é feita em parceria com a Escola Fazendária, Egap/UCRH, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores, Escola de Contas do TCE, WeGov de Florianópolis e Fundação Vanzolini. Nos últimos sete anos foram realizados 64 eventos; com 132 palestrantes apresentando conceitos, práticas, ciência, tecnologia, cases de sucesso e situações de risco que envolveram a inovação nos diversos setores da sociedade e do governo; temos 3.600 horas de vídeo, transmitidas ao vivo e compondo o acervo em nosso site, que somam mais de 32 mil visualizações.

Em 2016, foram realizados 10 encontros com a apresentação de 36 palestras com público presencial de 641 pessoas e 3.018 conexões online.

Capacitação:

Em 2016 a equipe da Unidade de Inovação realizou as seguintes atividades nesta dimensão:

Cursos: em 2016 a Unidade de Inovação realizou cinco cursos na área de gestão do conhecimento e inovação capacitando 300 servidores públicos.

Participação em Seminários / Eventos: em 2016 a Unidade de Inovação realizou 13 seminários / eventos de discussão sobre inovações.
Palestras: em 2016 a Unidade de Inovação realizou 16 palestras para 2.200 participantes.
Publicações:

- Adaptação do texto “Radar da Inovação – O que os Governos Precisam Enxergar”, escrito por Roberto Meizi Agune e José Antônio Carlos, para publicação no livro Inovação no Serviço Público, organizado por Graça Ferreira.
- Publicação dos cinco guias (Dados Abertos; Web Semântica; Incentivo ao (Re) Uso de Dados Abertos; Modelo de Maturidade de Dados Abertos; Orientações para Adoção de Linguagem Cidadã) do projeto em parceria com Reino Unido – “**SPUK Transparência – Melhoria do Ambiente de Negócios por meio da Transparência no Estado de São Paulo”** com versões em Português, Espanhol e Inglês nos formatos PDF, Epub e Mobi. Em 2016 foram realizados 1.078 downloads dos guias, dos quais 375 nas versões em espanhol e inglês.

Prospecção de Tecnologias para Inovação: em 2016 foram prospectados os seguintes assuntos:

- Levantamento de soluções inovadoras promovidas por startups nacionais e estrangeiras, cujas ações poderão interferir nas atividades governamentais em suas dimensões estratégicas, gerenciais, legais e/ou operacionais. Este material é regularmente utilizado em nossas palestras e cursos, bem como na manutenção do site observatório do conhecimento integrante de nosso portal. (ação contínua)
- Prospecção da ferramenta RealTime Board, orientada para o trabalho cooperativo. É adequada ao uso na área pública, porém com alguns limites no modo gratuito, como por exemplo, quantidade de participantes em um mesmo projeto (ação contínua).
- Busca de materiais adequados sobre inovação em governo, que possuem Creative Commons e serão traduzidos para o português (ação contínua).
- Curadoria do Scoop www.designthinking.tk. (ação contínua)
- Pesquisa e adequação de charts e infográficos para proposta de valor e ressignificação para o projeto do Acessa SP.
- Estudos preliminares sobre Blockchain e Bitcoin.
- Pesquisa sobre oferta e consumo de serviços públicos nas diversas fases do ciclo de vida dos cidadãos.
- Elaboração de quadro de demanda por serviços públicos, organizado por ciclo de vida dos cidadãos.
- Pesquisa sobre “educação imersiva”.

Projetos: em 2016 a Unidade de Inovação participou na realização de 26 projetos, com destaque para:

Projeto Pitch Gov SP: assinatura de 14 convênios para testes de soluções desenvolvidas por startups e que foram selecionadas no evento Pitch Gov SP ocorrido no Palácio dos Bandeirantes, no dia 17 de novembro de 2015. Realização de reuniões para definição dos objetos a serem testados, acompanhamento dos testes e avaliação da futura internalização das soluções testadas.

Pitch Gov SP – área da Saúde – Secretaria de Saúde e Hospital do Servidor (Iamspe): foram testadas soluções desenvolvidas pelas seguintes startups: Aime, Memed, Aquarela e SaúdeControle.

Pitch Gov – área da Educação – Secretaria de Educação e Centro Paula Souza: foram testadas soluções desenvolvidas pelas seguintes startups: Árvore do Livro, Optmove – Leva eu, Dev Tecnologia e ClassApp.

Pitch Gov – Piloto Facilidades ao Cidadão – Secretaria de Governo (FUSSESP, Poupatempo e AcessaSP) e Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – foram testadas soluções desenvolvidas pelas seguintes startups: GetNinjas, Hand Talk, Nama e IaiNet.

Projeto SPUK – Inovação aberta/Saúde (NESTA): Desenvolvimento de projeto na área de inovação aberta em parceria com a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde (CCTIES) da Secretaria de Saúde que foi submetido ao Prosperity Fund do Reino Unido - São Paulo: Open Innovation in health – que tem como objetivo desenvolver e testar modelo de inovação aberta, com foco na Saúde e nos resultados de pesquisas de seus Institutos – agentes implementadores na Inglaterra a Nesta, em parceria com a 100% Open, e em São Paulo a Fundação Vanzolini em parceria com a Fundação Instituto de Administração – projeto piloto no Instituto Adolpho Lutz – valor do projeto 338.000 libras – prazo de um ano. Acertada a participação da PGE - Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia & Inovação no projeto. Em maio, o consulado Britânico comunicou a aprovação do projeto pelo Board do Fund e os contratos com os agentes implementadores foram assinados em junho. No dia 13 de junho foi realizado o evento de lançamento do Projeto na Secretaria da Saúde que contou com a participação do Secretário de Estado da Saúde. No dia 1 de julho foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, instituído pelo Decreto nº 62.016 de 10/06/16 e Resolução da Secretaria de Governo de 10/06/16. Projeto em plena execução e maiores informações no portal do projeto: www.igovsp.net/spuksaude.

Projeto Governo Aberto SP: Apoio e orientação aos responsáveis pelo cadastramento de informações - levantamento dos sistemas e conjuntos de dados disponibilizados nos sites dos órgãos do Governo do Estado para a devida catalogação e disponibilização para *download* no portal do "Governo Aberto SP". Em 2016 tivemos 55.300 acessos ao portal.

Projeto SPUK Transparência – Melhoria do Ambiente de Negócios por meio da Transparência no Estado de São Paulo: baseado na experiência do Reino Unido (data.gov, Open Data Institute e UK Bribery Act), a cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido, em parceria com a CGA, SEADE, FUNDAP, CeWeb, GovRisk e envolvimento de outras entidades do GESP, objetiva melhorar o ambiente de negócios no Estado de São Paulo, por meio da intensificação do programa de transparência do Estado, com a gestão de dados abertos para uso em negócios e pela sociedade civil e a aplicação de medidas efetivas de combate à corrupção. O Governo Britânico, representado pelo Ministério da Justiça britânico e pela Embaixada e Consulado no Brasil, por meio do FCO – Foreign & Commonwealth Office, alocou 185.460 Libras Esterlinas neste projeto, sendo a contrapartida do governo paulista estimada em 250 mil Libras Esterlinas, porém constituída quase na totalidade em horas técnicas alocadas. Com prazo de dois anos, iniciou em abril de 2014 e o término para março de 2016. Projeto foi totalmente concluído e os resultados foram apresentados em evento no dia 11 de março – Inovaday Especial no auditório da Rua Boa Vista no centro de São Paulo e que teve 305 participantes. Na ocasião tivemos a Apresentação dos resultados do projeto – apresentação de projetos pilotos (Saúde, Metro e TCE) – lançamento do Guia de Incentivo ao Reuso de Dados Abertos – Apresentação dos novos portais de Transparência e de Governo Aberto – Painel sobre Tendências de Publicação e Uso de Dados na Web com Bernadete Farias Loscio, Ig Ibert Bittencourt, Thiago Rodon, Carlos Laufer e Vagner Diniz. Todo material e documentos produzidos no projeto estão disponíveis em www.igovsp.net/spuk.
Realizado em abril reunião final entre os participantes do projeto para avaliação final, lições aprendidas e ações futuras.

GovJam SP: A Unidade de Inovação – iGovSP – em parceria com a Tellus Escola de Inovação em Serviços Públicos organizou o GovJam de São Paulo em 2016, nos dias 31 de maio e 1 e 2 de junho, contando com o apoio do Centro Ruth Cardoso, onde o evento foi realizado. Tivemos a participação de 40 pessoas (servidores públicos e sociedade civil) que se encontram para construir soluções para melhorar os serviços públicos a partir de um desafio global. Esta é a proposta do GovJam, um evento que acontece em mais 25 países ao mesmo tempo, reunindo pessoas que acreditam que é possível criar serviços públicos inovadores. No GovJam SP, seis grupos formados por servidores públicos e membros da sociedade civil e auxiliados por facilitadores do Grupo Tellus e do iGovSP aplicaram design thinking para criar, prototipar e apresentar suas soluções. O GovJam SP 2016 contou com um grupo heterogênico de pessoas com representantes de diversos órgãos públicos como a Secretaria da Educação, do Governo, do Planejamento e Gestão, da Casa Civil e da Fazenda do Estado de São Paulo, o Metrô, a EMPLASA, as prefeituras do Rio de Janeiro e Limeira, e ONGs como o CLP, o Colab, Mil por Hora, Espetáculo da Terra e outras. Soluções prototipadas disponíveis em http://www.govjam.org/.

Metrô: Laboratório de Inovação: realizados estudos para a criação do Lab. de Inovação do Metrô, componente da universidade corporativa UNIMETRO, nos moldes do iGovLab em termos lógicos e metodológicos.

iGovLab/estratégia: Implantação e suporte ao uso do Laboratório de Inovação em Governo, localizado no Palácio dos Bandeirantes – 1º andar ao lado do Mini auditório – Composto por ambiente de aprendizagem e resolução de problemas: espaço flexível para permitir o emprego de novas arquiteturas pedagógicas e metodologias ativas de aprendizagem, bem como para a realização de oficinas de resolução de problemas e para as atividades de apoio à gestação, lançamento e maturação de projetos. Conta com mobiliário e equipamentos com a flexibilidade de arranjos de aprendizagem e à criação coletiva. Os equipamentos e mobiliário foram fornecidos pela Prodesp e a reforma e adequação do espaço realizada pela área administrativa da Secretaria de Governo.

Portal Transparência SP: Apoio ao Comitê Gestor do Portal da Transparência, instituído em março de 2015 (Decreto nº 61.175), visando reformulação e manutenção do portal da transparência - e desenvolvimento de novo layout do portal; revisão dos dados disponibilizados sobre investimentos, inclusão de demandas do Ministério Público Federal (íntegra do contrato assinado, despesas de diárias e viagens por servidor) e inclusão de linguagem cidadã. A nova configuração do Portal será publicada em 2017.

Acompanhamento - Indicadores de Resultados:

Prêmio Mário Covas - A meta inicial de inscrição de 160 projetos na categoria de gestão pública no Prêmio Mário Covas, o qual deveria ser realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão no segundo semestre de 2016. O Prêmio Mário Covas não foi realizado em 2016 e, portanto, deverá ser proposta a substituição deste indicador na próxima revisão do PPA.
Conjuntos de Dados Abertos - A meta inicial de 35 conjuntos de dados abertos foi superada, e em 2016 atingiu-se a média de 49,25 conjuntos de dados abertos, resultado do trabalho conjunto junto aos órgãos, tanto para catalogar suas bases de dados como para disponibilizá-las em formato aberto.

Acompanhamento - Indicadores de Produtos:

Governo como Plataforma - A meta inicial de 3 iniciativas/mês foi superada, e em 2016 atingiu-se a média de 5,0 iniciativas/mês, resultado de parcerias realizadas durante o ano com órgãos públicos e privados.
Inovação Organizacional - A meta inicial de 7 iniciativas/mês foi superada, e em 2016 atingiu-se a média de 7,7 iniciativas/mês, resultado de parcerias realizadas durante o ano com órgãos públicos e privados.

Ouvidoria Geral do Estado

Programa 5117 – Promoção da Transparência e dos Instrumentos de Defesa do Cidadão

Descrição: Uma Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e os resultados dos programas e serviços públicos visa, em última instância, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Assegurar bom desempenho do serviço público, no entanto, passa por prestar serviços

de qualidade, oferecer atendimento ágil e digno e garantir transparência e eficiência nos processos e no uso dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros.
Indicador do Programa: Eficácia no atendimento às solicitações de informação dos cidadãos.

Produto: Monitoramento, Avaliação, Interação e Coordenação da Rede Paulista de Ouvidorias.
Indicador de Produto: Número de Manifestações Registradas pela Rede Paulista de Ouvidorias.

Coordenação da Rede Paulista de Ouvidoria, objetivando o aprimoramento do padrão de qualidade da prestação dos serviços públicos prestados ao cidadão, por meio da análise e monitoramento das manifestações registradas pelo usuário na Rede Paulista de Ouvidorias, da formação e capacitação de ouvidores para atuação na administração pública estadual.

Produto: Portal da Transparência Estadual.
Indicador de Produto: Número de Acessos ao Portal da Transparência

Instrumento permanente de acompanhamento dos dados e informações que visam conferir transparência às ações da administração pública estadual.

Programa 5117 – Promoção da Transparência e dos Instrumentos de Defesa do Cidadão **Valor Global (R$) 610,00**		
Indicadores	**Meta Final do PPA**	**Resultado parcial do ano 2016**
Eficácia no atendimento às solicitações de informação dos cidadãos	95% Em 2016: 93%	93% (*)
N° de Manifestações Registradas pela Rede Paulista de Ouvidorias	5.040.000	1.094.000**(*)**
N° de Acessos ao Portal da Transparência	65.800.000 Em 2016: 16.000.000	18.022.394

Obs.: (*) Valor referente ao semestre anterior apenas estimativo, considerando que o sistema SIMPPA tem prazo diferente para inserir os dados da apuração final do sistema da Ouvidoria.

Entidades Vinculadas

FUSSESP – Fundo Social de Solidariedade de São Paulo

Programa 5102 – Rede Social de Solidariedade e Cidadania

Objetivo: Desenvolver programas e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população do Estado de São Paulo, exercitando a solidariedade educativa e criando programas e ações sociais visando o resgate da dignidade humana, a qualificação profissional, a geração de renda e o emprego. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios - FSSM, entidades de fins não econômicos, sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual.

Ação 2313 – Rede de Ação Social

Descrição: Viabilizar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social no estado, por meio de ações desenvolvidas em rede com os diversos setores do poder público estadual e/ou municipal, iniciativa privada e ONGs.

Relato da Ação 2313: Três projetos sociais foram realizados, quais sejam: (i) a Campanha do Agasalho é uma iniciativa anual do FUSSESP, em parceria com as Secretarias de Estado, empresários e sociedade civil, que ocorre nos meses que antecedem a estação do inverno, cujas peças arrecadadas são destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, que arrecadou mais de 9,58 milhões de peças que foram repassadas aos FSSM, entidades e comunidades; (ii) os Jogos Regionais dos Idosos – JORI que constituem em um conjunto de eventos realizados em Municípios do Estado de São Paulo, envolvendo a população idosa em atividades esportivas como meio de promoção da saúde e bem-estar, desde o ano de 2015 sob coordenação para o FUSSESP, em parceria com as Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude, da Educação e de Desenvolvimento Social, em 09 Municípios que sediaram as competições, quais sejam: Botucatu, Osvaldo Cruz, Avaré, Caraguatatuba, Novo Horizonte, Americana, Brodowski, Itanhaém e Barretos que sediou a

etapa final. Com esses municípios, o FUSSESP celebrou 09 convênios visando à transferência de recursos financeiros no montante de R$ 628.167,18 destinados a realização dos JORIs. A XIX edição do JORI reuniu mais de 16.100 atletas de 514 municípios, nas dez etapas regionais e na etapa final; e, (iii) o Programa Estadual VidAtiva que concede auxílio financeiro a idosos, a fim de lhes proporcionar a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas ou de lazer em clubes e academias de ginástica que vierem a escolher, dentre estabelecimentos previamente cadastrados, tendo sido repassado o montante de R$ 1.213.439,54 (incluído as tarifas bancárias), para beneficiar 20.871 idosos no Programa.
Metas LOA = 3
Realizadas = 3
36.971 Pessoas atendidas

Ação 4325 – Apoio Técnico Financeiro a Projetos Sociais Fundos Municipais e Entidades Sociais

Descrição: Apoiar os FSSM e entidades por meio de programas e projetos sociais, visando à transferência de recursos financeiros e materiais para ações voltadas à qualificação profissional, à geração de renda e trabalho, à inclusão social e à promoção de melhoria de qualidade de vida da população idosa.

Relato da Ação: O FUSSESP apoiou projetos voltados à promoção de melhoria de qualidade de vida dos idosos, mediante manutenção de 01 convênio com a Associação paulista de Apoio à Família – APAF para a realização de atividades voltadas à terceira idade realizadas no Espaço de Convivência do idoso, localizado no Parque Dr. Fernando Costa, atendendo aproximadamente 3.471 idosos dentro das atividades no ECI e aproximadamente 43 idosos, 60 crianças e 1.188 pessoas no projeto denominado Intergeracional que visa à integração entre pessoas de diferentes idades. Este convênio também contempla a realização de atividades realizadas no Espaço de Leitura, localizado no Parque ”Dr. Fernando Costa”. O projeto proporciona acesso à leitura, bem como atividades educativas aos cidadãos, especialmente crianças. No ano de 2016 este projeto atendeu aproximadamente 2.700 pessoas.

Foi mantido também o convênio com a prefeitura de São José dos Campos objetivando a transferência de recursos financeiros para a concessão do aluguel social a até 1.750 famílias envolvidas na desocupação da área denominada “Pinheirinho”.

Manteve-se, além disso, todos os convênios vigentes celebrados com Entidades Sociais e Fundos Sociais Municipais nos quais foram implantados os seguintes projetos: Polo de Moda, Polo de Beleza, Polo de Construção Civil, Escola de Moda, Escola de Beleza e Escola de Construção Civil, capacitando no ano de 2016 aproximadamente 16.977 pessoas.

Ação 4325:
Metas LOA = 214
Realizadas = 0
26.189 Pessoas atendidas

Ação 4328 – Distribuição de Bens Servíveis

Descrição: Distribuir bens servíveis arrecadados e/ou adquiridos pelo FUSSESP para pessoas em situação de vulnerabilidade social, aos FSSM, entidades sociais e comunidades, visando minimizar os impactos sofridos em decorrência de rigores climáticos, desastres naturais e outras ocorrências, bem como para a implementação de projetos voltados à qualificação profissional, à geração de renda e horta educativa, repassados sob forma de kits, visando a inclusão social e ampliação das oportunidades de geração de renda e emprego.

Relato da Ação: O FUSSESP atendeu a 348 FSSM e 681 Entidades Sociais com doações de materiais diversos doados por parceiros como Renner, Ipem, Bauducco, Vult, Infraero, Secretaria da Receita Federal entre outros. Foram beneficiadas 128 Instituições com doações de kits “padaria” e kits “costura”, doados ao FUSSESP por parceiros. Também foram atendidas 206 instituições com kits padaria, kits “horta” e kits “vulnerabilidade” adquiridos pelo FUSSESP. Além disso, 227 FSSM e 299 Entidades Sociais foram beneficiadas com as peças de vestuário arrecadadas na Campanha do Agasalho.

Ação 4328:
Metas LOA = 1.200

Realizadas = 1.385
220.883 Pessoas atendidas

Ação 4333 – Casa de Solidariedade – Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente

Descrição: Atender crianças e adolescentes em situação de risco social no seu contra turno escolar, através do desenvolvimento de atividades socioeducativas e de apoio familiar, promovendo o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida e do desempenho educacional.

Relato da Ação: As três Casas de Solidariedade localizadas no Bairro de Campos Elíseos, no Parque D. Pedro II e no Bairro Sol Nascente, todas nesta Capital, e administradas pelo Instituto Criança Cidadã - ICC, por meio de Convênio firmado com este FUSSESP, atenderam, ao todo , 997 crianças e adolescentes.

Ação 4333:
Metas LOA = 1.256
Realizadas = 997
997 Pessoas atendidas

Ação 5331 – Capacitação para Atividades Geradoras de Renda

Descrição: Qualificar pessoas em situação de vulnerabilidade social mediante cursos nas áreas de moda, de beleza, da construção civil e de panificação artesanal, visando ampliar as oportunidades de trabalho e criar condições para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida.

Relato da Ação: O Programa Escola de Qualificação Profissional do FUSSESP é composto pela Padaria Artesanal, Escola de Moda, Escola de Beleza e Escola da Construção Civil, todas localizadas na Capital de São Paulo, com oferta de vagas em cursos de qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, foram qualificadas e certificadas nessas escolas 13.262 pessoas.

Ação 5331:
Metas LOA = 14.300
Realizadas = 13.262
13.262 Pessoas atendidas

Indicador do Programa: Número de pessoas beneficiadas com ações da Rede Social de Solidariedade

Meta 2016: 201.881 pessoas
Resultado 2016: 298.302 pessoas

IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Programa 5107 – Modernização da Imprensa Oficial

Objetivo: Aumentar a capacidade de produção da Imprensa Oficial e aperfeiçoar a execução dos seus diversos serviços, mantendo sua eficiência.

Indicador do Programa: Capacidade produtiva de serviços gráficos, em giros de máquina.

Ação 2214 – Ampliação, reestruturação e manutenção do espaço físico da Imprensa Oficial.

Foram realizadas reformas e manutenções em 254.765 m² da empresa.

Despesas de Capital – Investimentos – R$1.829 mil

Ação 1561 – Modernização do Parque Gráfico

Foram realizadas aquisições e manutenções de 322 unidades de máquinas, equipamentos e sistemas para os processos de produção da Imprensa Oficial.

Despesas de Capital – Investimentos – R$ 600 mil

Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes – R$ 225 mil

Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

Programa 5109 – Fortalecimento da Organização e Modernização da Infraestrutura - PRODESP

Principais Ações / Projetos Prodesp - Janeiro a Dezembro 2016 Clientes

Expansão do Programa Poupatempo (Secretaria de Governo): três novas unidades foram implantadas em 2016 nas cidades de Mauá, Jahu e Tupã, chegando-se a 72 postos em operação em todo o Estado. As novas unidades estão beneficiando cerca de 1,1 milhão de cidadãos dessas cidades e municípios vizinhos. De janeiro a outubro de 2016, os postos do Poupatempo realizaram cerca de 46,2 milhões de atendimentos. Desde o início do programa, que em 2017 completa 20 anos, esse número está na casa dos 520,7 milhões. Em 2016, pelo segundo ano consecutivo, o Poupatempo foi eleito pelos paulistanos, em pesquisa do Datafolha, o melhor serviço público de São Paulo.

Poupatempo 2ª Geração (Secretaria de Governo): iniciado há cerca de três anos, o projeto, que representa um novo salto de qualidade na prestação de serviços públicos ao cidadão, foi expandido com a implantação da Coleta Biométrica Unificada em mais 11 postos (captura eletrônica de impressões digitais, foto e assinatura para uso compartilhado do Detran-SP e IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt na emissão de RGs e Carteiras de Habilitação). Ocorreu, ainda, a instalação de 64 totens de autoatendimento em 19 postos, que permitem agendar atendimento, emitir Atestado de Antecedentes Criminais, pagar taxas e solicitar documentos, com seu envio pelo Correio.

SP Serviços (Vários Órgãos): foram disponibilizados dois novos aplicativos: o Fiscalize com o TCESP, que permite ao cidadão encaminhar denúncias de irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado; e o da Cetesb, para agendar atendimento nas unidades da empresa. Funcionando como uma loja de aplicativos do Governo do Estado de São Paulo, o SP Serviços é uma das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração. Hoje, já possui 35 aplicativos que colocam uma série de informações e serviços de diferentes órgãos no celular do cidadão. Somados, o SP Serviços e os aplicativos por ele reunidos contabilizavam ao final de 2016 cerca de 6,0 milhões de downloads.

Detecta (Secretaria da Segurança Pública): teve continuidade a customização e expansão do sistema inteligente de consciência situacional que agrega e cruza dados referentes a boletins de ocorrência, veículos furtados e roubados, procurados e chamados do 190/193, entre outros, e imagens - em tempo real ou armazenadas - de câmeras públicas e privadas. Além de ter seu uso ampliado no âmbito das Polícias Civil e Militar, e de passar por melhorias nas rotinas de registros e alertas, em 2016 foi intensificada a conexão ao sistema de leitores automáticos de placas de veículos da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo). Também foi iniciado o processo de integração de câmeras de vídeo da concessionária Ecovias no trecho final da Rodovia dos Imigrantes.

Nova Delegacia (Secretaria da Segurança Pública): foi concebido e desenvolvido projeto que cria um novo padrão de qualidade no atendimento prestado pelas delegacias de polícia ao cidadão. Contempla a modernização da infraestrutura de informática (computadores, impressoras e rede de comunicação); novo layout e comunicação visual do espaço de atendimento; e melhoria na usabilidade de sistemas. Todos os sistemas policiais - como os de registro de boletins de ocorrência, de identificação criminal e de veículos furtados / roubados - e administrativos serão acessados a partir de um portal único, agilizando sua utilização. Está sendo estudado também o aprimoramento da Delegacia Eletrônica, que permite o registro de BOs pela Internet. Em 2016, o novo padrão foi implantado, de forma piloto, no 1º DP de São Bernardo do Campo, no 11º DP da Capital (Santo Amaro) e no DP do Guarujá. O 2º DP de Pindamonhangaba também integrará o piloto a partir de 2017.

Inquérito Policial Eletrônico (Secretaria da Segurança Pública / Tribunal de Justiça): depois de operação piloto em 2015 na Delegacia da Mulher do Butantã, na Capital, o sistema foi implantado nas 35 delegacias da Baixada Santista - Santos, Praia Grande, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Bertioga -, registrando, em 2016, 2924 inquéritos instaurados, dos quais 2603 já ajuizados. O sistema permite que todas as etapas de um inquérito, da instauração ao seu ajuizamento junto ao Tribunal de Justiça, sejam realizadas de forma eletrônica. Documentos externos que precisam compor o procedimento

são digitalizados e anexados à pasta digital do inquérito. A segurança é garantida com certificação digital. O Inquérito Policial Eletrônico, entre outros benefícios, dá maior rapidez aos procedimentos de instauração, condução e ajuizamento; proporciona economia de tempo e dinheiro, com a dispensa do transporte físico de documentos em papel; e elimina o risco de extravio ou perda de documentos.

ContabilizaSP (Secretaria da Fazenda): foi implantado portal que integra múltiplas plataformas e sistemas relativos à execução orçamentária, financeira e contábil do Estado de São Paulo, tornando mais ágil e produtivo o registro e a consulta de informações. Com ele, gestores financeiros e orçamentários do Estado, e respectivos executores, têm acesso a painéis gráficos e consultas georreferenciadas sobre os gastos de sua unidade. Na área de acesso público do portal, o cidadão tem uma visão geral de como funcionam os sistemas financeiros do Estado.

S4SP - Saúde para São Paulo (Secretaria da Saúde): o sistema de gestão hospitalar que está padronizando e centralizando o armazenamento das informações de atendimento na rede pública estadual, começou a ser implantado em dez novos hospitais em 2016. Hoje, 36 hospitais, de portes variados, estão com o S4SP em diferentes estágios de implantação. Os bancos de dados do sistema já têm registros de 7 milhões de pacientes, 3,3 milhões de prontos-atendimentos, 2,5 milhões de atendimentos ambulatoriais e 280 mil internações Além de agilizar as operações cotidianas dos hospitais - administrativas e de atendimento ao paciente -, o S4SP permite a geração de cerca de 50 indicadores de gestão e assistenciais, como taxa de ocupação e rotatividade de leitos, de internações e de altas. Os gestores locais e da Secretaria da Saúde têm acesso a esses índices até mesmo via celular. O S4SP cria condições para a futura implantação do Prontuário Eletrônico de Saúde no Estado de São Paulo.

GS-Net (Secretaria da Saúde): foi dada continuidade ao desenvolvimento e implantação do sistema de automatização da gestão da cadeia de suprimentos - medicamentos e outros materiais - da Secretaria da Saúde. Quando estiver totalmente implantado, o GS-Net abrangerá o planejamento, a compra, o controle de estoque e a distribuição de medicamentos e outros materiais dos programas de assistência farmacêutica do Estado, que atendem hospitais, ambulatórios e farmácias como as do programa Dose Certa e dos municípios. Em 2016, entre outras ações, foi colocado em produção o módulo de planejamento da reposição de estoques e em homologação os módulos de pesquisa de preços e de controle de lote e validade. O GS-Net trará uma série de benefícios, como redução de custos operacionais nas aquisições; maior eficiência na distribuição; e aumento da oferta de medicamentos à população.

Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal - Gedave (Secretaria de Agricultura e Abastecimento): a aplicação, que simplifica a vida do produtor rural e torna mais eficiente o controle sanitário dos produtos agropecuários, foi incrementada com a adição de duas novas funcionalidades. A primeira permite que citricultores enviem pela Internet o relatório semestral de inspeção do cancro cítrico e greening, relatando a eventual ocorrência dessas e de outras doenças em suas plantações de citros. A segunda funcionalidade possibilita que os estabelecimentos de processamento de produtos de origem animal, nos casos em que a fiscalização sanitária cabe ao Estado, informem mensalmente pela Internet dados de sua produção. Antes, essa declaração era entregue em papel nos escritórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

Sistema de Alimentação Escolar - SAESP II (Secretaria da Educação): implantado em 2,7 mil escolas estaduais, que totalizam cerca de 2,5 milhões de alunos, e no armazém central, localizado na Grande São Paulo, o sistema passou por vários aprimoramentos em 2016. Entre eles, ganhou funcionalidade para controle da distribuição de produtos de entrega direta, como congelados, que são encaminhados pelos fornecedores diretamente às escolas, sem passar pelo armazém central. Também foram introduzidas melhorias na funcionalidade que controla a distribuição de produtos in natura oriundos da agricultura familiar, cuja entrega às escolas também é regionalizada, isto é, não passa pelo armazém central. O SAESP II possibilita a gestão de todo o processo para fornecimento da merenda escolar - planejamento, compra, gestão dos contratos de fornecimento, estocagem, distribuição e controle financeiro.

Secretaria Escolar Digital (Secretaria da Educação): foram introduzidas melhorias e implantadas novas funcionalidades na Secretaria Escolar Digital, sistema que automatiza os processos administrativos das escolas, como o registro de avaliações, freqüência, pedidos de dispensa, conselho de classe, conclusão de ciclos e emissão de boletins. Uma das novidades foi a implantação do módulo de gestão do transporte escolar, que permite gerenciar os convênios Estado-municípios para o repasse de valores referente ao programa. A partir da geocodificação do endereço dos alunos, o sistema identifica aqueles que têm direito ao benefício, o que permite validar rotas e custos apresentados. Ao mesmo tempo, a Secretaria Escolar Digital ganhou funcionalidades para geração de documentos como a Ficha Individual do Aluno e a Ata de Resultado Final.

Sistema Integrado de Multas - SIM (Detran.SP / DER / Prefeituras): foi disponibilizado no portal do Detran.SP serviço online para indicação de condutor quando não é o proprietário que conduz o veículo no momento da infração. Antes, o formulário de indicação precisava ser entregue pessoalmente em uma unidade de atendimento do Detran.SP ou enviado pelo Correio. Além de dar entrada na indicação, o cidadão pode acompanhar seu trâmite pela Internet. O SIM também passou a processar as multas de trânsito lavradas por 32 municípios do Estado.

Infraestrutura

Data Center Prodesp: em 2016, a Prodesp realizou investimentos da ordem de R$ 39,9 milhões na expansão e modernização da infraestrutura computacional de seu Data Center e em recursos de hardware e software para o desenvolvimento de diferentes projetos de clientes.

Telefonia VoIP: com o intuito de modernizar a infraestrutura de comunicação de voz do Governo do Estado de São Paulo e reduzir os custos com ligações telefônicas fixo-fixo e fixo-móvel entre suas unidades, a Prodesp realizou licitação para contratar a solução tecnológica que permitirá a adoção da telefonia VoiP (voz sobre IP) utilizando a rede Intragov. Além da economia nos gastos com ligações telefônicas, a iniciativa possibilitará a gestão centralizada dos serviços telefônicos e facilitará a contratação por todos os órgãos do Governo. Também haverá um salto de qualidade na infraestrutura de comunicação do Estado com a oferta de novos recursos, como videoconferência. O modelo de licitação única para todo o Estado é o mesmo utilizado na operacionalização da Intragov.

Nuvem Privada do Estado de São Paulo: em 2016 a Prodesp passou a ofertar a seus clientes infraestrutura de TI como serviço (IaaS), no conceito de nuvem privada, que permite a contratação de servidores, capacidade de processamento e armazenamento sob demanda, com agilidade e custos mais competitivos. A Nuvem Privada concebida pela Prodesp ganhou o prêmio DatacenterDynamics Awards 2016, na categoria Melhor Projeto de Cloud.

Gestão Empresarial

Prêmios (Prodesp): A Prodesp conquistou um dos mais reconhecidos prêmios de excelência empresarial do País: o de Melhor Empresa do segmento indústria digital do anuário Melhores e Maiores da revista Exame. Concedido há 43 anos, o prêmio contempla as empresas por sua performance econômico-financeira. Outro prêmio conquistado pela Prodesp em 2016, também por seu desempenho econômico-financeiro, foi o de Empresa Destaque do Ano, na categoria serviços para governo (segmento empresas de grande porte), do anuário Informática Hoje.

Artesp – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo

Programa 5113 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes

Objetivo: Garantir a segurança dos usuários e a qualidade dos serviços de transporte por meio de ações de regulação, fiscalização, controle e monitoramento dos contratos de concessões rodoviárias e de todas as permissões das empresas que operam linhas regulares de transporte coletivo e de fretamento, exceto nas regiões metropolitanas de São Paulo.

Indicador 1: Percentual de Empresas Fiscalizadas (fiscalização das empresas do transporte coletivo intermunicipal, permissionárias e dos contratos de concessão rodoviários)

Indicador 2: Percentual de Redução do número de vítimas fatais nas rodovias concedidas em relação a 2010 (redução do número absoluto de mortos nas rodovias concedidas, tendo por base o ano de 2010. Está referenciada na meta da ONU a redução de 50% do número de vítimas fatais decorrentes de acidentes de trânsito para o período de 2011-2020).

Produto 258 - Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas
Indicador de Produto: número de unidades administradas.

Execução de serviços de suporte técnico-administrativo, envolvendo administração de recursos humanos, patrimoniais, financeiros, manutenção de equipamentos e suprimentos de informática, manutenção de imóvel próprio e suas instalações em condições adequadas de uso; administração dos serviços da frota, capacitação profissional e reorganização das estruturas institucionais.

Os valores utilizados para esta ação (executado 71% do orçamento) foram suficientes para atingir as metas previstas. A realização do custeio do exercício foi com as obrigações Administrativas da unidade administrativa da ARTESP, com pessoal próprio (ainda não efetuado em sua totalidade devido a não realização do concurso) e das despesas correntes (pessoal cedido, propaganda, serviços de informática, serviços com frota de veículos, consultorias, impostos e contribuições e etc.).

Produto: 260 – Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros Regulados e Fiscalizados

Indicador de Produto: número de empresas fiscalizadas

Promoção de ações de planejamento e regulamentação de serviços de transporte coletivo intermunicipal, bem como de ações de fiscalização dos serviços permitidos, autorizados, concedidos e o combate ao transporte clandestino.

Os recursos utilizados (execução de 62% do orçamento) para realização deste produto foram suficientes para atingir as metas na fiscalização de 675 empresas durante o exercício, com recursos destinados ao custeio com consultoria para apoio à fiscalização e gerenciamento das empresas autorizadas e para prestação de serviços do transporte coletivo de passageiros.

Produto: 261 – Concessões Rodoviárias Reguladas e Fiscalizadas

Indicador de Produto: número de contratos de concessão geridos

Desenvolvimento de ações de regulamentação, controle e fiscalização dos serviços de transporte prestados pelo setor privado, em regime de concessão pelo Estado, assim como ações voltadas para a segurança dos usuários e a manutenção da qualidade dos serviços em observância aos requisitos contratuais.

As despesas realizadas neste produto (execução de 66% do orçamento) foram relativas à consultoria para apoio à fiscalização e gerenciamento dos contratos de concessão de rodovias relativos às 20 Concessionárias conforme metas previstas.

Produto: 1219 - Serviço de Atendimento ao Usuário

Indicador de Produto: número de atendimentos ao usuário.

Desenvolvimento de ações para controle dos atendimentos das manifestações dos usuários com as ocorrências dos serviços de regulação e fiscalização do transporte coletivo de passageiro intermunicipal e dos serviços de regulação e fiscalização das concessões rodoviárias.

Justificativas de Execução do Programa Abaixo da Previsão da LOA:

Da dotação final (Dotação inicial R$ 207.565.150,00 + Suplementação de R$ 90.000.000,00) prevista para o ano, realizamos 68% do orçamento total, a diferença não foi utilizada, devido principalmente a não realização do concurso público para contratação do quadro de funcionários, além disso, algumas contratações que estavam previstas para acontecer no exercício de 2016, não se realizaram.

Programa 5113 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes Valor Global: R$ 207.565.150,00		
Indicadores	**Meta Final do PPA**	**Resultado Parcial 2016**
Percentual empresas fiscalizadas	100	100
Percentual de Redução do número de vítimas fatais nas rodovias concedidas em rel. a 2010	44 Para 2016: 25	100
N^{o}. Unidades Administradas	1	1
N^{o}. Empresas Fiscalizadas	675	675
N^{o}. Contratos de concessão geridos	20	20
N^{o}. Atendimentos ao usuário	100 (*)	8.695

(*) Meta Final do PPA deverá ser revista por estar inadequada ao indicador.

Arsesp - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo

Programa 5114 – Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento.

Programa, Produtos e Indicadores

PROGRAMA	INDICADORES
5114 – FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS EM ENERGIA, GÁS E SANEAMENTO	**1236 -**ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR ENERGIA (IASC)
	2488-MÉDIA DAS PESQUISAS DE SATISFAÇÃO COM SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS.
	2489- PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS COM O SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO.

PRODUTOS	INDICADORES
447 SUPORTE ADMINISTRATIVO E TECNOLÓGICO ÀS UNIDADES ADMINISTRADAS	**1120** NÚMERO DE UNIDADES ADMINISTRADAS.
1215 SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA FISCALIZADOS	**2303** NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS
1216 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICOS REGULADOS E FISCALIZADOS	**2304** NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS.
1217 SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO REGULADOS E FISCALIZADOS.	**2309** NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS.
1218 SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO. (PRODUTO NÃO ORÇAMENTÁRIO)	**2310** PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

Metas Previstas de 2016 X Realizadas

INDICADORES DO PROGRAMA	META (LOA 2016 E PPA 2016)	EXECUTADO EM 2016	PERCENTUAL (%)
1236 ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR ENERGIA (IASC)	72 = ÍNDICE MÉDIO (IASC)	67,1236 APURADO	93,23%
2488 MÉDIA DAS PESQUISAS DE SATISFAÇÃO COM SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS.	8 = ÍNDICE MÉDIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO.	0 APURADO	0,00%
2489 PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS COM O SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO.	80% = PERCENTUAL MÉDIO.	0% APURADO	0,00%
INDICADORES DOS PRODUTOS	**META (LOA 2016 E PPA 2016)**	**EXECUTADO EM 2016**	**PERCENTUAL (%)**
1120 - ADMINISTRAÇÃO NÚMERO DE UNIDADES ADMINISTRADAS.	1 UNIDADE ADMINISTRADA	1 UNIDADE ADMINISTRADA NO EXERCÍCIO 2016	100%
2303 - ENERGIA ELÉTRICA NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS	SUPERINTENDÊNCIA EE: 129	SUPERINTENDÊNCIA EE: 102	79,07%
2304 - SANEAMENTO NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS.	SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO: 1120 SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO: 264	SUP. FISCALIZAÇÃO: 1114 SUP. REGULAÇÃO: 213	95,88%
2309 - GÁS NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS.	SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO: 587 SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO: 170	SUP. FISCALIZAÇÃO: 590 SUP. REGULAÇÃO: 170	100,40%
2310 - SAU PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, GÁS CANALIZADO E ENERGIA ELÉTRICA.	PERCENTUAL: 80%	REALIZADO: 99,94%	124,93%

Justificativas

Para os programas e produtos que não atingiram as metas estipuladas na Lei Orçamentária de 2016 e no Plano Plurianual 2016-2019, seguem as devidas justificativas:

Indicadores: 1236 - Índice Médio Anual de Satisfação do Consumidor Energia (IASC)
Meta: 72
Realizado 67,1236
Justificativa: Este indicador é apurado com base na Pesquisa de Satisfação realizada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, medindo a satisfação dos usuários com os serviços das concessionárias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo.
No entendimento da atual Diretoria Colegiada da ARSESP, este índice não reflete a qualidade dos serviços prestados pela ARSESP definidos no Contrato de Metas ANEEL X ARSESP, assim, em 2016 a ARSESP solicitou alteração do indicador e a Secretaria do Planejamento estuda a possibilidade de atender esta alteração para os anos de 2017 a 2019.

Indicador: 2488 - Média das Pesquisas de Satisfação com Serviços de Distribuição de Gás.
Meta: 8
Realizado 0

Indicador: 2489 - Percentual de Satisfação Geral dos Municípios com o Serviço de Saneamento Básico.
Meta: 80%
Realizado 0
Justificativa: Estes indicadores são apurados com base nas pesquisas de Satisfação com os usuários dos serviços prestados das concessionárias de Gás Canalizado e empresas de Saneamento Básico.
Entretanto, no exercício de 2016 não foram realizadas pesquisas de satisfação, as empresas estão em fase de contratação e serão realizadas em 2017.
No entendimento da atual Diretoria Colegiada da ARSESP, a pesquisa de satisfação não reflete a qualidade dos serviços de Fiscalização e Regulação da ARSESP, assim, em 2016 a ARSESP solicitou alteração do indicador e a Secretaria do Planejamento estuda a possibilidade de atender esta alteração para os anos de 2017 a 2019.

Produto: 1215 - Serviços de Distribuição de Energia Elétrica Fiscalizados
Indicador: 2303 - Número de Fiscalizações, Relatórios e Trabalhos Técnicos Realizados
Meta: 129
Realizado 102
Justificativa: A Redução do número de fiscalizações foi devido à restrição Orçamentária da ANEEL, ocasionando a suspensão temporária do Contrato de Metas estipulado com ARSESP, durante o período de abril de 2016 até junho/2016. E também em face de não renovação em 2016 do Convênio junto com a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, Projeto PAAA.

Produto 1216 - Serviços de Saneamento Básico Regulados e Fiscalizados
Indicador: 2304 - Número de Fiscalizações, Relatórios e Trabalhos Técnicos Realizados
Meta: 1384
Realizado: 1327
Justificativas: A Superintendência de Fiscalização da Diretoria de Saneamento Básico teve um atendimento de 99,5% da meta anual prevista, por motivos de logística e planejamento interno as fiscalizações previstas em dezembro de 2016 foram reprogramadas para 2017.
Para Superintendência de Regulação a estimativa inicial incluía também estudos técnicos que não se desenrolaram no ritmo esperado em função de revisões nos requisitos e formas de contratação de serviços técnicos especializados e consultorias. Além disso, a projeção que se faz para os estudos técnicos e notas técnicas é baseada em históricos passados, ocasionando variações em função da demanda real.

Casa Militar

Programa 5101 - São Paulo - Estado Resiliente

Objetivo: Desenvolver cidades resilientes e sustentáveis, mantendo-se o padrão de excelência no atendimento às solicitações de socorro, a fim de garantir tranquilidade, salubridade e segurança da sociedade, portanto, a ordem pública.

Indicador do Programa: percentual de atendimentos às solicitações de socorro recebidas pela Defesa Civil.
Meta PPA: 100%
Meta 2016: 100%
Realizado 2016:100%

Ação 5348 – Educação para a Prevenção

Produto: Capacitação de Agentes Públicos, Comunidades e Voluntários
Indicador de Produto: Número de pessoas capacitadas e treinadas

Ação 4418 – Gerenciando o Risco e o Desastre

Produto: Assistência Humanitária às Vítimas De Desastres
Indicador de Produto: Número de pessoas socorridas

Ação 1152 – Prevenindo e Reconstruindo

Produto: Apoio aos Municípios em Ações de Defesa Civil
Indicador de Produto: Número de obras preventivas e recuperativas executadas

PROGRAMA 5101 - SÃO PAULO - ESTADO RESILIENTE VALOR GLOBAL: R$ 72.616.112,00 PPA		
INDICADORES	**META FINAL DO PPA**	**RESULTADO PARCIAL 2016**
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS E TREINADAS	12.000 META 2016: 3.000	4.067
NÚMERO DE PESSOAS SOCORRIDAS	40.000 META 2016: 10.000	14.523
NÚMERO DE OBRAS PREVENTIVAS E RECUPERATIVAS EXECUTADAS	120 META 2016: 30	5

As atividades desenvolvidas na Casa Militar, por intermédio do Departamento Estadual de Defesa Civil, no exercício de 2016 foram:

Capacitação
Foram realizadas 20 oficinas nas Regiões Administrativas do Estado, divididas em 13 Preparatórias para a Operação Estiagem, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais nas ações preventivas e de resposta, durante o período de seca, culminando com o treinamento de 2.345 pessoas; e 7 Preparatórias para a Operação Verão, com foco no treinamento para o período mais chuvoso, em que foram abordados temas como meteorologia e geologia, capacitando-se mais 739 pessoas.
Em conjunto com o Instituto Geológico (IG), foi realizado o "VIII Seminário de Estratégias para Redução de Riscos", com objetivo de avaliar as estratégias e ações de redução de riscos e desastres em nível estadual, regional e internacional, capacitando-se 80 pessoas.
Foi ainda, em parceria com o IG, realizado um treinamento para capacitação de servidores municipais na percepção e atualização de áreas de risco, em Itaóca, capacitando-se 20 pessoas.

Parcerias com outras Secretarias de Estado e outros Estados da Federação
Celebração de Termo de Cooperação Técnica com o IG, para apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial em situações de riscos de escorregamentos, com possibilidade de danos a moradias em áreas abrangidas por planos preventivos e de contingência, no valor de R$ 329.280,73.
Assinatura de Termo de Contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), para prestação de serviço de mapeamento de áreas de risco alto e muito alto de deslizamentos e inundações de 13 municípios (Angatuba, Buri, Campina do Monte Alegre, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Itaberá,

Mococa, Nova Campina, Piraju, Riversul, Taquarituba e Vargem), que apresentaram recorrência de eventos de ordem meteorológica, hidrológica e geológica, de acordo com dados estatísticos registrados no Sistema Integrado de Defesa Civil (SIDEC), no valor de R$ 285.000,00.
Celebração de Convênios para o Curso "Defesa Civil: A Aventura", com 44 municípios. Trata-se de um curso destinado aos alunos do ensino fundamental e médio das escolas estaduais, municipais e particulares, objetivando transmitir de forma lúdica, por meio de jogo, conhecimentos na esfera de atuação da Defesa Civil.

Outras Parcerias
Parceria com o Escritório de Assistência a Desastres no Exterior (OFDA), por meio da participação de um representante, no "Intercâmbio Técnico", realizado em New Orleans/EUA, de 19 a 25 de junho de 2016, com enfoque principal nos impactos provocados pelo Furacão Katrina. Foram realizados ainda, em São Paulo, com o mesmo órgão, o "1º Seminário Estadual de Eduacação em Redução de Riscos e Desastres", no dia 25 de agosto de 2016, e a "Reunião dos Sócios", dia 9 de setembro de 2016 (este com enfoque principal nos encaminhamentos do citado seminário).
Parceria com a Comissão HUAIROU, por meio da participação de dois representantes, no evento "Expansão das Alianças Lideradas por Mulheres de Base para a Promoção da Igualdade de Gênero e da Redução de Risco de Desastres na América Latina", realizado em 23 de junho de 2016, no Peru.
Parceria com a Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA), por meio da participação de um representante, no curso "Promotion Of mainstreaming Disaster Risk Reduction", no período de 6 a 19 de novembro de 2016, no Japão.
Expansão do Programa de Estagiários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), em diversas áreas (Administração, Engenharia, Jornalismo, Marketing e Recursos Humanos).

Fortalecimento do Sistema Estadual de Defesa Civil
Distribuição de 36 "kits de estiagem", contendo equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R$ 63.698,40.
Fornecimento de 19 "kits Operação Verão", com materiais para a estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, como coletes, botas, lonas e pluviômetros manuais, no valor total de R$ 32.878,16.
Emprego de aeronaves em apoio ao Corpo de Bombeiros no combate a incêndios em coberturas vegetais; acionadas para atuar em quatro municípios, ao custo de R$ 61.500,00.

Ações Assistenciais
Auxílio a 51 municípios, que decretaram situação de anormalidade, quanto ao preenchimento adequado da documentação exigida na legislação; destes processos, foram homologados 33 pelo do Governador do Estado, após análise e parecer do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Convênios
O Governo do Estado de São Paulo celebrou cinco convênios, com cinco municípios. Investimento total de R$ 2.441.220,16, em obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil.

Construção de Galeria de Águas Pluviais (A)		**R$ 408.809,43**
Município	Local	Total
Bady Bassitt	Av. Borboleta, Rodovia SP 355, (Maurício Goulart) km 3,5	R$ 408.809,43
Canalização e Contenção de Erosão (B)		**R$ 746.560,58**
Município	Local	Total
Guaraçaí	Corrégo Santo Antônio	R$ 746.560,58
Construção de Travessia em Aduela (C)		**R$ 138.828,75**
Município	Local	Total
Zacarias	Sobre o córrego do Resfriado estrada ZCR -168	R$ 138.828,75
Construção de Ponte (D)		**R$ 671.757,19**
Município	Local	Total
Tatuí	Rua Capitão Lisboa sobre o Ribeirão Manduca	R$ 671.757,19
Recuperação de Cabeceira (E)		R$ 475.264,21
Município	Local	Total
Ribeirão dos Índios	Sobre o Rio do Peixe	R$ 475.264,21

Resumo por Tipo de Obra		
Tipo de Obra		Total R$
A)	Construção de Galerias de Águas Pluviais	408.809,43
B)	Canalização e Contenção de Erosão	746.560,58
C)	Construção de Travessia em Aduela	138.828,75
D)	Construção de Ponte	671.757,19
E)	Recuperação de Cabeceira	475.264,21
	TOTAL (A+B+C+D+E)	**R$ 2.441.220,16**

Ajuda Humanitária
Repasse de 75.538 itens de assistência humanitária (gêneros de primeira necessidade como cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene) para as coordenadorias municipais de defesa civil de 81 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R$ 893.404,52.

Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*
A Defesa Civil Estadual participa do Sistema de Coordenação e Controle para itensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito, estabelecido pela Diretriz Geral nº 1/2015 dos Ministérios da Saúde e da Integração Nacional, do Governo Federal, especialmente nas ações de mobilização e controle.

Atendimento ao Público e Imprensa
A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo, pelo e-mail (defesacivil@sp.gov.br), *site www.defesacivil.sp.gov.br* e também por meio do *facebook*.
Foram confeccionadas 285 notas de imprensa e houve 272.916 acessos ao site e página do *facebook*.
Foram respondidos 734 questionamentos/dúvidas pelo Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC).
Foram concedidas 99 entrevistas a rádios e emissoras de Tv.

Material de Divulgação
Foram distribuídos 645.881 itens, com orientações preventivas para fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para a Operação Verão e para a Operação Estiagem, além de palestras, eventos sociais e feiras.
Em parceria com a SABESP, foi realizada campanha de alerta aos riscos de acidentes com raios nas praias paulistas, com a distribuição de 260 faixas informativas.
Além das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, a Casa Militar cumpriu ainda suas missões, de acordo com o Decreto nº 48.526/2004, no que se refere à segurança das autoridades e também segurança física dos Palácios do Governo.

Governo do Estado de São Paulo

Administração Penitenciária
Lourival Gomes

Agricultura e Abastecimento
Arnaldo Calil Pereira Jardim

Casa Civil
Samuel Moreira da Silva Junior

Casa Militar
Coronel PM Helena dos Santos Reis

Cultura
José Luiz de França Penna

Defensoria Pública do Estado
Rafael Valle Vernaschi

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
Márcio Luiz França Gomes

Desenvolvimento Social
Antonio Floriano Pereira Pesaro

Direitos da Pessoa com Deficiência
Linamara Rizzo Battistella

Educação
José Renato Nalini

Emprego e Relações de Trabalho
José Luiz Ribeiro

Energia
João Carlos de Souza Meirelles

Esporte, Lazer e Juventude
Paulo Gustavo Maiurino

Fazenda
Helcio Tokeshi

Governo
Saulo de Castro Abreu Filho

Habitação
Rodrigo Garcia

Justiça e Defesa da Cidadania
Márcio Fernando Elias Rosa

Logística e Transportes
Alberto José Macedo Filho

Meio Ambiente
Ricardo de Aquino Salles

Planejamento e Gestão
Marcos Antonio Monteiro

Procuradoria Geral do Estado
Elival da Silva Ramos

Saneamento e Recursos Hídricos
Benedito Pinto Ferreira Braga Junior

Saúde
David Everson Uip

Segurança Pública
Mágino Alves Barbosa Filho

Transportes Metropolitanos
Clodoaldo Pelissioni

Turismo
Laercio Benko Lopes

Responsáveis Técnicos – Secretaria da Fazenda

Coordenação

Claudia Romano – Área Executiva da Assessoria / GS

Equipe Técnica

Rosemeire Aparecida de Araujo - Área Executiva da Assessoria / GS

Matheus Costa Monteiro Lopes - Área Executiva da Assessoria / GS

Aglas Watson Barrera - Área Executiva da Assessoria / GS